



MANUAL DE FORMAÇÃO INICIAL

FRATERNIDADE JESUS MARIA JOSÉ
Roteiro, Recomendações e Conteúdos

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	3
<i>Orações</i> Para antes e depois dos momentos de formação e estudos	4
<i>Extrato do Diretório</i> Formação Inicial – Resposta ao Chamado (artigos 159 a 167)	5
<i>Etapa 1 – O Caminho de José (Ver)</i> Vida e Obra da Bem-Aventurada Rita Amada de Jesus - 1º Semestre	7
<i>Carta Encíclica SOLLICITUDO REI SOCIALIS</i>	7
<i>Etapa 2 – O Caminho de Maria (Julgar)</i> Espiritualidade: Imitação da Sagrada Família em Nazaré - 2º Semestre	49
<i>Carta Encíclica REDEMPTOR HOMINIS</i>	49
<i>Exortação Apostólica MARIALIS CULTUS</i>	88
<i>Etapa 3 – O Caminho de Jesus (Agir)</i> Missão: Anúncio do Evangelho da Conversão - 3º Semestre	118
<i>Constituição Dogmática LUMEN GENTIUM</i>	118
<i>Exortação Apostólica Pós-Sinodal CHRISTIFIDELES LAICI</i>	167

Viva Jesus Maria José !

O Cenáculo Internacional, em 1º de dezembro de 2017, aprova o **Diretório da Fraternidade Jesus Maria José**. Nos seus artigos 167 e 249, está mencionado e previsto explicitamente um **Manual de Formação**. Elaborado com o propósito de detalhar o Programa de Formação Inicial, junto com o nosso direito próprio, este instrumento orienta e rege a nossa associação na imperiosa ação de preparar os candidatos à sua admissão como membros efetivos.

Fica estabelecido que de tal programa constassem temas e conteúdos de oração e estudo. O Diretório, nos artigos 159 a 166, apresenta os **Princípios Gerais da Formação Inicial** dos nossos candidatos; e, nas Notas Explicativas 155, e 157 a 159 da sua primeira edição, esboça introdutoriamente o processo - roteiro formativo e seus respectivos conteúdos.

A mesma assembleia, ao votar pela aprovação das **Diretrizes Gerais para o Quadriênio 2017 - 2021**, determina que o referido Manual de Formação fosse organizado e publicado ao longo dos próximos anos. A Coordenação Geral, em sua 2ª reunião ordinária, realizada em maio de 2018, em Ribafeita - Portugal, insere tal empreitada em seu planejamento. Desta feita, está a efetivar neste momento tal iniciativa, ao disponibilizar com imensa alegria, o presente manual, a toda a Fraternidade Jesus Maria José.

O **Manual de Formação** que ora vem à lume, destina-se a todos os membros da nossa associação, mas, de um modo todo particular, aos seus candidatos; assim como aos primeiros responsáveis pelo seu acompanhamento e sua formação inicial, a saber, o Coordenador e o Formador de cada Comunidade. Seu conteúdo está formente baseado no Magistério da Igreja (*Concílio Vaticano II e Sumos Pontífices*).

Sabemos, no entanto, de nada nem ninguém substituí, nesse processo formativo, o empenho e a dedicação do próprio candidato, no seu desejo de conhecer, se formar e aderir ao **Carisma legado pela Bem-Aventurada Rita Amada de Jesus**, por meio de sua abertura incondicional à ação do verdadeiro formador das mentes e corações, o **Espírito Santo de Deus**.

Auguramos a todos que se servirem deste instrumento, que possam crescer na fé comum que professamos em nossa Santa Igreja; bem como no compromisso de cada vez mais **Imitar a Sagrada Família em Nazaré e Anunciar o Evangelho da Conversão**. Que os nossos Santos Patronos, Jesus, Maria e José, abençoem cada um dos candidatos nesse inefável e desafiador caminho da sua formação inicial em nossa família espiritual.

Brasília - DF (Brasil), 1º de maio de 2021
Festa de São José Operário no Ano de São José

Manoel Alves
Coordenador Geral

O R A Ç Õ E S

Para antes dos momentos de formação e estudos

Santo Tomás de Aquino

Criador inefável, que, no meio dos tesouros da vossa Sabedoria, elegestes três hierarquias de Anjos e as dispusestes numa ordem admirável acima dos Céus, que dispusestes com tanta beleza as partes do universo, Vós, a Quem chamamos a verdadeira Fonte de Luz e de Sabedoria, e o Princípio supereminente, dignai-Vos derramar sobre as trevas da minha inteligência um raio de vossa clareza. Afastai para longe de mim a dupla obscuridade na qual nasci: o pecado e a ignorância. Vós, que tornais eloquente a língua das criancinhas, modelai a minha palavra e derramai nos meus lábios a graça de vossa bênção. Dai-me a penetração da inteligência, a faculdade de lembrar-me, o método e a facilidade do estudo, a profundidade na interpretação e uma graça abundante de expressão. Fortificai o meu estudo, dirigi o seu curso, aperfeiçoi o seu fim, Vós que sois verdadeiro Deus e verdadeiro homem, e que viveis nos séculos dos séculos. Amém.



Para depois dos momentos de formação e estudos

Discernimento Vocacional para ingressar na FAMÍLIA JESUS MARIA JOSÉ

Senhor, que queres que eu faça? Coloco-me diante de Ti, com o mesmo questionamento de Rita Amada de Jesus. A exemplo de nossa Bem-Aventurada Fundadora, desejo ser simples, humilde, pobre. Quero ser um instrumento em Tuas mãos, para transmitir a paz neste mundo cheio de pecados e semear o bem onde há tanta falta de amor. Que eu seja um apelo à conversão de tantos que estão longe de teus caminhos. Ilumina-me Senhor, para que eu possa conhecer o caminho que apontas para mim e descubra qual é a minha missão. Que eu consiga realizar em minha vida, a tua Santíssima Vontade, servindo a Ti junto aos irmãos, especialmente os mais pobres, às famílias e às crianças e jovens. Que eu possa imitar Jesus Cristo, seguindo os passos de Rita Amada de Jesus, na trilha da pobreza, da humildade, do trabalho, da simplicidade, através de uma vida escondida em Deus, mas sempre com muita coragem, audácia e confiança. Amém.

**Jesus, Maria e José. Iluminai-me, socorrei-me e salvai-me !
Bem-Aventurada Rita Amada de Jesus. Rogai por mim !**

EXTRATO DO DIRETÓRIO DA FRATERNIDADE JESUS MARIA JOSÉ

Formação Inicial – Resposta ao Chamado.

159. A integral resposta a um chamado do Senhor recomenda que o cristão se submeta a um processo de formação, do qual ele será o protagonista. ***Na Fraternidade Jesus Maria José, todos os candidatos, ao decidirem nela ingressar, aceitam, ipso facto, percorrer um itinerário formativo.*** Tal itinerário é elaborado com o fito de lhes integrar e capacitar adequada e convenientemente para viver o compromisso que desejam assumir e também para exercer as responsabilidades dele decorrentes. (CDC 329)

160. Jesus ao chamar seus discípulos, olha nos olhos e diz: “*Vem e Segue-me*”. (Mt 19, 21) Se nem sempre Ele chama os mais capacitados, Ele jamais deixa de capacitar aos que chama, e a estes confere a Graça necessária para exercer a missão que lhes confia. Antes de tudo ***é o Seu Espírito que forma a seus discípulos, na exata medida da abertura de cada um para que a Sua ação opere a trans-formação necessária.*** (cf. Jo 14, 21-26; Lc 2, 52. Jo 14, 15-17) O Senhor considera e respeita a livre resposta e os dons pessoais quando age em nós.

161. O candidato à nossa associação ***começa o seu processo de formação pela convivência e pela partilha com os que também se encontram em formação, mas, sobretudo, com os que já ingressaram definitivamente na Fraternidade Jesus Maria José.*** Não será permitido a um candidato iniciar formal e validamente o seu processo de formação sem antes conviver por um tempo mínimo de seis meses com uma Comunidade. Esse tempo permite ao candidato optar conscientemente em se engajar no processo formativo, o que deve solicitar por escrito ao Coordenador da Comunidade.

162. A convivência com uma Comunidade é elemento central no processo formativo. ***O candidato considera os membros efetivos de nossa Fraternidade, na qual ele deseja e solicita se integrar, como “mestres” a serviço de seu processo de formação, no qual ele é “discípulo”.*** À solicitude e à caridade dos membros efetivos, o candidato responde com docilidade, humildade e disponibilidade. Há no seio de cada Comunidade um membro efetivo especialmente designado como responsável pelo acompanhamento e formação dos candidatos.

163. ***Após o semestre de participação e convivência em uma Comunidade, esta deve aprovar a solicitação do candidato para iniciar a sua formação inicial.*** A decisão favorável lhe seja comunicada em reunião diante de toda a Comunidade, quando então o candidato recebe seu exemplar do Diretório e todos juntos entoam o *Magnificat*, (cf. Lc 1, 46-55) o que marca o começo de sua formação inicial.

164. É oferecida ao candidato uma formação inicial, sistemática e estruturada, que segue as diretrizes fixadas neste Diretório. **A programação da formação inicial leva em conta as condições locais e as possibilidades do candidato e da Comunidade.** A Coordenação da Comunidade deve estar atenta e zelar para que seja oferecida ao candidato a melhor formação possível, consciente de que esta repercute em sua vida como membro da Fraternidade Jesus Maria José.

165. **O processo de formação inicial não se inicia sem que antes o Coordenador da Comunidade, ou um membro efetivo por ele designado, acompanhado pelo membro responsável da formação inicial, visitem a casa e a família do candidato.** A partir deste momento, pela participação assídua e integral na vida da Comunidade, segundo a sua programação, o candidato percorre formalmente o seu processo de formação.

166. **O processo de formação inicial se estende ordinariamente por dezoito meses, e antecede o compromisso definitivo. Esse tempo é dividido em três etapas semestrais,** com temática formativa específica para cada etapa.

Etapa 1 – *O Caminho de José* (Ver)

Vida e Obra da Bem-Aventurada Rita Amada de Jesus (autobiografia)

Capítulos 1 e 2 do Diretório da Fraternidade Jesus Maria José

Análise da realidade social, econômica e política nacional e mundial

Etapa 2 – *O Caminho de Maria* (Julgar)

Espiritualidade: Imitação da Sagrada Família em Nazaré

Capítulos 3 e 5 do Diretório da Fraternidade Jesus Maria José

Iniciação à Cristologia e à Mariologia

Etapa 3 – *O Caminho de Jesus* (Agir)

Missão: Anúncio do Evangelho da Conversão

Capítulos 4, 6 e 7 do Diretório da Fraternidade Jesus Maria José

Iniciação à Eclesiologia

167. Excepcionalmente o processo de formação pode ser não linear, no entanto sempre assegurado que o candidato percorra as três etapas estabelecidas. ***O programa de formação, seus temas, conteúdos de oração e estudo, e avaliação constam do Manual de Formação. Cada etapa se encerra com pelo menos um dia de retiro.***

Etapa 1 – O Caminho de José (Ver)

Vida e Obra da Bem-Aventurada Rita Amada de Jesus
1º Semestre

1.1. Autobiografia da Bem-Aventurada Rita Amada de Jesus

Ler, analisar, refletir e rezar a *Autobiografia da Rita Amada de Jesus*, escrita por nossa Bem-Aventurada Fundadora em 1894 (pode ser encontrada anexa ao Diretório da Fraternidade ou em seu site – www.fraterjnj.org)

Opcional. Recomenda-se a leitura orante do documento conhecido como **Patrimônio Espiritual de Rita Amada de Jesus** – números 110 a 185 (pode ser encontrado no site – www.fraterjnj.org)

1.2. Diretório da Fraternidade Jesus Maria José

Ler, analisar, refletir, rezar e debater com o Responsável pela Formação na Comunidade os Capítulos 1 e 2 do Diretório da Fraternidade Jesus Maria José.

1.3. Análise da realidade social, econômica e política

Opcional. Recomenda-se o estudo de algum documento da Conferência Episcopal do seu país sobre as questões sociais locais e nacionais

CARTA ENCÍCLICA
SOLLICITUDO REI SOCIALIS
DO SUMO PONTÍFICE
JOÃO PAULO II
PELO VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO
DA ENCÍCLICA
POPULORUM PROGRESSIO

*Veneráveis Irmãos
e caríssimos Filhos e Filhas,
saúde e Bênção Apostólica!*

I. INTRODUÇÃO

1. A SOLICITUDE SOCIAL da Igreja, que tem como fim um desenvolvimento autêntico do homem e da sociedade, o qual respeite e promova a pessoa humana em todas as suas dimensões, manifestou-se sempre das mais diversas maneiras. Um dos meios privilegiados de intervenção, nos últimos tempos, tem sido o Magistério dos Romanos

Pontífices que, partindo da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII como de um ponto de referência, [1] tratou com frequência a questão, fazendo algumas vezes coincidir as datas de publicação dos vários documentos sociais com os aniversários daquela primeira Encíclica. [2]

Os Sumos Pontífices não deixaram de ilustrar, com as suas intervenções, também aspectos novos da doutrina social da Igreja. Começando, pois, do validíssimo subsídio de Leão XIII, enriquecido pelas sucessivas contribuições magisteriais, constituiu-se já um corpo doutrinal actualizado, que se articula à medida em que a Igreja, dispondo da plenitude da Palavra revelada por Cristo Jesus [3] e com a assistência do Espírito Santo (cf. *Jo* 14, 16. 26; 16, 13-15), vai lendo os acontecimentos, enquanto eles se desenrolam no decurso da história. Deste modo, ela procura guiar os homens para corresponderem, com o auxílio também da reflexão racional e das ciências humanas, à sua vocação de construtores responsáveis da sociedade terrena.

2. É neste corpo considerável de ensinamentos sociais que se insere e sobressai a Encíclica *Populorum Progressio*, [4] que o meu venerável predecessor Paulo VI publicou a 26 de Março de 1967.

A actualidade desta Encíclica, que perdura, reconhece-se facilmente tendo presente a série de comemorações que se realizaram durante este ano, sob diversas formas e em numerosos ambientes do mundo eclesial e civil. Com esta mesma finalidade, a Pontifícia Comissão *Iustitia et Pax* enviou, o ano passado, uma carta-circular aos Sínodos das Igrejas Católicas Orientais e às Conferências Episcopais, solicitando-lhes opiniões e propostas quanto ao modo melhor para celebrar o aniversário da Encíclica, para enriquecer os seus ensinamentos e, se fosse o caso, para os actualizar. A mesma Comissão, na ocorrência do vigésimo aniversário, organizou uma comemoração solene, na qual eu quis tomar parte proferindo a alocução conclusiva. [5] E agora, tomando também em consideração o conteúdo das respostas dadas à mencionada carta-circular, creio ser oportuno, ao encerrar-se o ano de 1987, dedicar uma Encíclica aos temas da *Populorum Progressio*.

3. Com isto, tenho em vista principalmente atingir *dois objectivos* de não pequena importância: por um lado, queria render homenagem a este histórico documento de Paulo VI e ao seu ensinamento; e, por outro lado, seguindo o sulco traçado pelos meus veneráveis Predecessores na Cátedra de Pedro, reafirmar a *continuidade* da doutrina social da Igreja e, conjuntamente, o seu *renovamento constante*. Com efeito, continuidade e renovamento constituem uma comprovação do *valor perene* do ensino da Igreja.

Esta dupla conotação é típica desse ensino, também na esfera social. Aqui, a doutrina, por um lado, é *constante*, porque se mantém idêntica na sua inspiração de fundo, nos seus «princípios de reflexão», nos seus «critérios de julgamento», nas suas basilares «directrizes de acção» [6] e, sobretudo, na sua ligação vital com o Evangelho do Senhor; por outro lado, é sempre *nova*, porque está sujeita a necessárias e oportunas adaptações, sugeridas pela mudança das condições históricas e pelo incessante fluir dos acontecimentos, que incidem no desenrolar da vida dos homens e das sociedades.

4. Estou convencido de que os ensinamentos da Encíclica *Populorum Progressio*, dirigida aos homens e à sociedade da década de Sessenta, conservam toda a sua força de *apelo à consciência*, ainda hoje, neste breve espaço de tempo que resta da década de Oitenta. Assim, esforçando-me por traçar as linhas marcantes do mundo hodierno

— sempre na óptica do motivo inspirador desse documento, «o desenvolvimento dos povos», ainda muito longe de ser alcançado — proponho-me prolongar o seu eco, pondo esses ensinamentos em ligação com as possíveis aplicações ao presente momento histórico, não menos dramático do que o que se vivia há vinte anos.

O tempo — sabemos-lo bem — transcorre sempre com o mesmo ritmo; hoje, no entanto, tem-se a impressão de que ele está submetido a um movimento de *aceleração contínua*, devido sobretudo à multiplicação e complexidade dos fenómenos no meio dos quais nós vivemos. Por conseguinte, a *configuração do mundo*, no decorrer dos últimos vinte anos, embora conservando algumas constantes fundamentais, sofreu notáveis mudanças e apresenta aspectos totalmente novos.

Este período, na vigília do terceiro Milénio cristão, caracterizado por uma difundida expectativa, quase de um novo «advento», [7] que de algum modo afecta todos os homens, oferece a ocasião para aprofundar o ensinamento da Encíclica e também para ponderar as suas perspectivas.

A presente *reflexão* tem a finalidade, ainda, de acentuar, com o auxílio da investigação teológica sobre a realidade contemporânea, a necessidade de uma concepção mais rica e mais diferenciada do desenvolvimento, segundo as propostas da Encíclica, e de indicar algumas formas de actuação.

II. NOVIDADE DA ENCÍCLICA *POPULORUM PROGRESSIO*

5. Já aquando da sua publicação, o documento do Papa Paulo VI atraiu a atenção da opinião pública pela sua *novidade*. Deu-se o ensejo de verificar, concretamente e com grande clareza, as características mencionadas, da *continuidade* e do *renovamento*, no âmago da doutrina social da Igreja. Por isso, o intuito de descobrir numerosos aspectos deste ensinamento, mediante uma releitura atenta da Encíclica, constituirá o fio condutor das presentes reflexões.

Mas, primeiramente, desejo deter-me na *data* de publicação: o ano de 1967. O próprio facto de o Papa Paulo VI ter tomado a decisão de publicar uma *Encíclica social* naquele ano, convida a considerar o documento em relação com o Concílio Euménico Vaticano II, que tinha sido encerrado a 8 de Dezembro de 1965.

6. Neste facto devemos ver algo mais do que uma simples proximidade cronológica. A Encíclica *Populorum Progressio* apresenta-se, de certo modo, como um *documento de aplicação dos ensinamentos do Concílio*. E isto, não apenas porque ela faz contínuas referências aos textos conciliares, [8] mas porque brota da preocupação da Igreja que inspirou todo o trabalho conciliar — de modo particular a Constituição pastoral *Gaudium et Spes* — ao coordenar e desenvolver não poucos temas do seu ensinamento social.

Podemos dizer, portanto, que a Encíclica *Populorum Progressio* é como que a resposta ao apelo conciliar, contido logo no início da Constituição *Gaudium et Spes*: «As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos do Cristo; e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco em seu coração». [9] Estas palavras exprimem o *motivo fundamental* que inspirou o grande documento do Concílio, o qual parte da

verificação do estado de *miséria* e de *subdesenvolvimento*, em que vivem milhões e milhões de seres humanos.

Esta *miséria* e este *subdesenvolvimento* são, com outros nomes, as «tristezas e as angústias» de *hoje*, «sobretudo dos pobres»; diante deste vasto panorama de dor e de sofrimento, o Concílio quis abrir horizontes de alegria e de esperança. E foi este mesmo objectivo que teve em vista a Encíclica de Paulo VI, em plena fidelidade à inspiração conciliar.

7. Até mesmo na *ordem temática*, a Encíclica, atendo-se à grande tradição do ensinamento social da Igreja, retoma de maneira directa a *exposição nova e a rica síntese*, que o Concílio elaborou, nomeadamente na Constituição *Gaudium et Spes*.

Quanto aos conteúdos e aos temas, repropostos pela Encíclica, devem salientar-se: a consciência do dever que tem a Igreja, «perita em humanidade», de «escrutar os sinais dos tempos e de interpretá-los à luz do Evangelho»; [10] a consciência, igualmente profunda, da sua missão de «serviço», distinta da função do Estado, mesmo quando ela se preocupa com a sorte das pessoas em concreto; [11] a referência às diferenças clamorosas nas situações destas mesmas pessoas; [12] a confirmação do ensinamento conciliar, eco fiel da tradição secular da Igreja, a respeito da «destinação universal dos bens»; [13] o apreço pela cultura e pela civilização técnica que contribuem para a libertação do homem, [14] sem deixar de reconhecer os seus limites; [15] por fim, sobre o tema do desenvolvimento, que é específico da Encíclica, a insistência no «dever gravíssimo» que incumbe às nações mais desenvolvidas, de «ajudar os países que estão em vias de desenvolvimento». [16] O próprio conceito de desenvolvimento, proposto pela Encíclica, promana directamente da maneira como a Constituição pastoral põe este problema. [17]

Estas e outras referências explícitas à Constituição pastoral levam à conclusão de que a Encíclica se apresenta como uma *aplicação* do ensinamento conciliar em matéria social ao problema específico do *desenvolvimento* e do *subdesenvolvimento dos povos*.

8. A breve análise, agora feita, ajuda-nos a avaliar melhor a *novidade* da Encíclica, que se pode condensar em três pontos.

O *primeiro* é constituído pelo *próprio facto* de se tratar de um documento emanado pela máxima autoridade da Igreja católica e destinado, simultaneamente, à mesma Igreja e «a todos os homens de boa vontade», [18] sobre um assunto que à primeira vista é só *económico e social*: o *desenvolvimento* dos povos. Aqui o termo «desenvolvimento» é tirado do vocabulário das ciências sociais e económicas. Sob este aspecto, a Encíclica *Populorum Progressio* situa-se directamente na esteira da Encíclica *Rerum Novarum*, que trata da «condição dos operários». [19] Considerados superficialmente, ambos os temas poderiam parecer alheios à legítima preocupação da Igreja, vista como *instituição religiosa*; aliás, o do «desenvolvimento» ainda mais do que o da «condição operária».

Em continuidade com a Encíclica de Leão XIII, é preciso reconhecer ao documento de Paulo VI o mérito de ter salientado o *carácter ético e cultural* da problemática relativa ao desenvolvimento e, igualmente, a legitimidade e a necessidade da intervenção da Igreja em tal campo.

Desta forma, a doutrina social cristã reivindicou mais uma vez o seu carácter de *aplicação* da Palavra de Deus à vida dos homens e da sociedade, assim como às realidades terrenas que com elas se relacionam, oferecendo «princípios de reflexão», «critérios de julgamento» e «directrizes de acção». [20] Ora, no documento de Paulo VI encontram-se estes três elementos, com uma orientação predominantemente prática, isto é, ordenada para o *comportamento moral*.

Por conseguinte, quando a Igreja se ocupa do «desenvolvimento dos povos» não pode ser acusada de exorbitar do seu próprio campo de competência e, muito menos, do mandato recebido do Senhor.

9. O *segundo* ponto em que há *novidade* na *Populorum Progressio*, refere-se a uma *amplitude de horizontes* abertos quanto ao conjunto do que comumente se designa como «questão social».

Na verdade, a Encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII já tinha enveredado pelo caminho desses horizontes mais amplos; [21] e o Concílio, na Constituição *Gaudium et Spes*, tinha-se feito eco disso. [22] Contudo, o magistério social da Igreja ainda não tinha chegado a afirmar, com toda a clareza, que a «questão social tinha adquirido uma dimensão mundial», [23] nem tinha feito desta afirmação e da análise que a acompanha uma «directriz de acção», como faz o Papa Paulo VI na sua Encíclica.

Uma tomada de posição assim tão explícita apresenta uma *grande riqueza* de conteúdo, que convém aqui fazer ver.

Antes de tudo, é preciso eliminar um *possível equívoco*. Reconhecer que a «questão social» assumiu uma dimensão mundial não significa de modo algum que se tenha atenuado a sua *força de incidência*, ou que tenha perdido a sua importância em âmbito nacional e local. Significa, pelo contrário, que as problemáticas, nas empresas de trabalho ou no movimento operário e sindical de um determinado país ou região, não devem ser consideradas ilhas dispersas, sem comunicação, mas que dependem em medida crescente do influxo de factores que existem para além dos confins regionais e das fronteiras nacionais.

Infelizmente, sob o aspecto económico, os países em vias de desenvolvimento são muito mais do que os desenvolvidos: as multidões humanas privadas dos bens e dos serviços proporcionados pelo desenvolvimento, são *bastante mais numerosas* do que as que dispõem deles.

Estamos, pois, diante dum grave problema de *distribuição desigual* dos meios de subsistência, destinados na origem a todos os homens; e o mesmo se diga também dos benefícios que deles derivam. E isto acontece não por *responsabilidade* das populações em dificuldade nem, menos ainda, por uma espécie de *fatalidade*, dependente das condições naturais ou do conjunto das circunstâncias.

A Encíclica de Paulo VI, ao declarar que a questão social adquiriu uma dimensão mundial, propõe-se, antes de mais nada, apontar um *facto de ordem moral*, que tem o seu fundamento na análise objectiva da realidade. Segundo as próprias palavras da Encíclica, «cada um deve tomar consciência» deste facto, [24] precisamente porque ele concerne de modo directo a consciência, que é a fonte das decisões morais.

Neste quadro, a *novidade* da Encíclica não consiste tanto na afirmação, de carácter histórico, da universalidade da questão social, quanto na *avaliação moral* desta realidade. Portanto, os responsáveis da coisa pública, os cidadãos dos países ricos pessoalmente considerados, de modo especial se forem cristãos, têm a *obrigação moral* — de acordo com o respectivo grau de responsabilidade — de *ter em consideração*, nas decisões pessoais e governamentais, esta relação de universalidade, esta interdependência que subsiste entre os seus comportamentos e a miséria e o subdesenvolvimento de tantos milhões de homens. Com maior precisão, a Encíclica de Paulo VI traduz a obrigação moral nos termos de «dever de solidariedade»; [25] e esta afirmação, embora no mundo muitas situações tenham mudado, tem hoje a mesma força e validade que tinha quando foi escrita.

Por outro lado, sem sair das linhas desta visão moral, a *novidade* da Encíclica consiste ainda na orientação de fundo, em virtude da qual a *própria concepção* do desenvolvimento, se for considerado na perspectiva da interdependência universal, muda de forma notável. O verdadeiro desenvolvimento *não pode* consistir na simples acumulação de riqueza e na maior disponibilidade dos bens e dos serviços, se isso for obtido à custa do subdesenvolvimento das multidões, e sem a consideração devida pelas dimensões sociais, culturais e espirituais do ser humano. [26]

10. Como *terceiro* ponto, a Encíclica trouxe uma contribuição notável de novidade à doutrina social da Igreja, no seu conjunto, e à própria concepção de desenvolvimento. Esta novidade pode encontrar-se numa frase, que se lê no parágrafo conclusivo do documento e que pode ser considerada como a fórmula que a resume, além de ser aquilo que lhe dá uma classificação histórica: «o desenvolvimento é o novo nome da paz». [27]

Na realidade, se a questão social adquiriu uma dimensão mundial, foi porque a *exigência de justiça* só pode ser satisfeita neste mesmo plano. Não atender a tal exigência poderia propiciar o irromper duma tentação de resposta violenta, por parte das vítimas da injustiça, como acontece na origem de muitas guerras. As populações excluídas da repartição equitativa dos bens, destinados originariamente a todos, poderiam perguntar-se: por que não responder com a violência a quantos são os primeiros a tratar-nos com violência? E se a situação se examinar à luz da divisão do mundo em blocos ideológicos — já existente em 1967 — com as conseqüentes repercussões e dependências económicas e políticas que isso acarreta, o perigo revela-se muito maior.

A esta primeira consideração sobre o dramático conteúdo da fórmula da Encíclica acrescenta-se outra, a que o mesmo documento faz alusão: [28] como justificar o facto de que *ingentes somas de dinheiro*, que poderiam e deveriam ser destinadas a incrementar o desenvolvimento dos povos, em vez disso são utilizadas para o enriquecimento de indivíduos ou grupos, ou então para aumentar os arsenais de armas, quer nos países desenvolvidos, quer naqueles que estão em vias de desenvolvimento, alterando assim as verdadeiras prioridades? Isto é ainda mais grave se se tiverem em conta as dificuldades que, não raro, obstaculizam a passagem directa dos capitais destinados a prestar ajuda aos países a braços com a necessidade. Se «o desenvolvimento é o novo nome da paz», a guerra e os preparativos militares são o maior inimigo do desenvolvimento integral dos povos.

Sendo assim, à luz da expressão do Papa Paulo VI, somos convidados a rever o *conceito de desenvolvimento*, que não coincide certamente com o que algumas

vezes se faz, limitando-se a satisfazer as necessidades materiais, mediante o aumento dos bens, sem prestar atenção aos sofrimentos da maioria e fazendo do egoísmo das pessoas e das nações a principal motivação. Como perspicazmente nos recorda a *Carta* de São Tiago: é daqui que «vêm as guerras e os conflitos ... Das paixões que lutam nos vossos membros. Cobiçais e não conseguis possuir...» (*Tg* 4, 1-2).

Pelo contrário, num mundo diverso, dominado pela solicitude do *bem comum* de toda a humanidade, ou seja pela preocupação com o «desenvolvimento espiritual e humano de todos», e não com a busca do proveito particular, a paz seria *possível*, como fruto de uma «justiça mais perfeita entre os homens». [29]

Esta novidade da Encíclica tem também um *valor permanente e actual*, tomando em conta a mentalidade de hoje, que é tão sensível ao vínculo que existe entre o respeito da justiça e a instauração da verdadeira paz.

III. PANORAMA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

11. Os *ensinamentos fundamentais* da Encíclica *Populorum Progressio* tiveram no seu tempo grande ressonância pelo seu carácter de novidade. O contexto social em que nós vivemos hoje, porém, não pode dizer-se totalmente *idêntico* ao de há vinte anos. E por isso, desejaria agora, com uma breve exposição, deter-me nalgumas características do mundo contemporâneo, a fim de aprofundar o ensinamento da Encíclica de Paulo VI, sempre sob o ponto de vista do «desenvolvimento dos povos».

12. O *primeiro facto* a salientar é que as *esperanças de desenvolvimento*, então bem vivas, aparecem hoje muito longe da sua realização.

A este respeito, a Encíclica não alimentava ilusões. A sua linguagem austera, por vezes dramática, limitava-se a evidenciar a gravidade da situação e a pôr bem diante da consciência de todos a premente obrigação de contribuírem para a resolver. Naqueles anos reinava um *certo optimismo difundido*, quanto à possibilidade de colmatar, sem esforços excessivos, o atraso económico dos povos menos favorecidos, de os dotar com infraestruturas e de os assistir no processo de industrialização.

No contexto histórico de então, para além dos esforços de cada país, a Organização das Nações Unidas promoveu consecutivamente *dois decénios do desenvolvimento*. [30] E, efectivamente, foram tomadas algumas medidas, bilaterais e multilaterais, com a finalidade de prestar ajuda a numerosas nações, algumas independentes já havia muito tempo, outras — a maior parte — acabadas de nascer, como Estados, do processo de descolonização. Por seu lado, a Igreja sentiu o dever de aprofundar os problemas apresentados por esta nova situação, pensando em como apoiar, com a sua inspiração religiosa e humana, estes esforços, para lhes dar uma «alma» e um impulso eficaz.

13. Não se pode dizer que estas diversas iniciativas religiosas, humanas, económicas e técnicas tenham sido vãs, uma vez que alguns resultados puderam ser alcançados. Mas, em linhas gerais, tendo em conta os diversos factores, não se pode negar que a situação actual do mundo, sob o ponto de vista do desenvolvimento, nos deixa uma impressão *prevalentemente negativa*.

Por isso, desejo chamar a atenção para alguns *índices genéricos*, sem excluir outros específicos. Não querendo entrar na análise numérica ou estatística, bastará olhar para

a realidade de uma *multidão inumerável de homens e de mulheres*, crianças, adultos e anciãos, isto é, de pessoas humanas concretas e irrepetíveis, que sofrem sob o peso intolerável da miséria. O número daqueles que não têm esperança, pelo facto de que, em muitas regiões da terra, a sua situação se agravou sensivelmente, são milhões e milhões. Perante estes dramas de total indigência e necessidade, em que vivem tantos dos *nostros irmãos e irmãs*, é o próprio Senhor Jesus que vem interpelar-nos (cf. Mt 25, 31-46).

14. A primeira *verificação negativa* a fazer é a da persistência e, muitas vezes, a do alargamento, do *fosso* entre a área do chamado Norte desenvolvido e a do Sul em vias de desenvolvimento. Esta terminologia geográfica tem apenas valor indicativo, porque não se pode ignorar que as fronteiras da riqueza e da pobreza passam pelo interior das próprias sociedades, quer desenvolvidas, quer em vias de desenvolvimento. De facto, assim como existem desigualdades sociais até aos extremos da miséria em países ricos, assim, em contraposição, nos países menos desenvolvidos também se vêem, não raro, manifestações de egoísmo e de ostentação de riqueza, tão desconcertantes quanto escandalosas.

À abundância de bens e de serviços disponíveis nalgumas partes do mundo, sobretudo no Norte desenvolvido, corresponde um inadmissível atraso no Sul; e é precisamente nesta faixa geopolítica que vive a maior parte do género humano.

Quando se repara na gama dos diversos sectores — produção e distribuição dos víveres, higiene, saúde e habitação, disponibilidade de água potável, condições de trabalho, especialmente feminino, duração da vida e outros índices económicos e sociais — o quadro, no seu conjunto, apresenta-se desolador, quer considerando-o em si mesmo, quer em relação aos dados correspondentes dos países mais desenvolvidos. A palavra «fosso» volta espontaneamente aos lábios.

Talvez não seja este o termo mais apropriado para designar a verdadeira realidade, enquanto pode dar a impressão de um fenómeno *estacionário*. E não é assim. Na caminhada dos países desenvolvidos se em vias de desenvolvimento verificou-se nestes anos uma diferente *velocidade de aceleração*, que contribuiu para aumentar as distâncias. Deste modo, os países em vias de desenvolvimento, especialmente os mais pobres, encontram-se hoje numa situação de gravíssimo atraso.

A isto há que acrescentar ainda as *diferenças de cultura* e dos *sistemas de valores* entre os vários grupos de população, que nem sempre coincidem com o grau de *desenvolvimento económico*, mas que contribuem também para criar distâncias. São estes os elementos e aspectos, que tornam *muito mais complexa a questão social*, precisamente porque ela adquiriu uma dimensão universal.

Quando se olha para as várias partes do mundo, separadas pela crescente distância desse fosso, e quando se observa que cada uma delas parece seguir um rumo próprio, com as suas realizações particulares, compreende-se a razão por que na linguagem corrente se fala de mundos diferentes, dentro do nosso *único mundo*: Primeiro Mundo, Segundo Mundo, Terceiro Mundo e, algumas vezes, Quarto Mundo. [31] Expressões como estas, que não pretendem, por certo, classificar de modo exaustivo todos os países, não deixam de ser significativas: são o sinal da sensação difundida de que a *unidade do mundo*, por outras palavras, a *unidade do género humano*, está seriamente comprometida. Esta maneira de falar, para além do seu valor mais ou menos objectivo, encobre sem dúvida um *conteúdo moral*, diante do qual a Igreja, que

é «sacramento ou sinal e instrumento... da unidade de todo o género humano», [32] não pode ficar indiferente.

15. O quadro que acaba de se ser traçado ficaria porém incompleto, se aos «índices económicos e sociais» do subdesenvolvimento não se juntassem outros índices, igualmente negativos e até mesmo mais preocupantes, a começar pelos do plano cultural. Tais são: o *analfabetismo*, a dificuldade ou impossibilidade de ter acesso aos *níveis superiores de instrução*, a incapacidade de participar na *construção da própria Comunidade nacional*, as *diversas formas de exploração e de opressão* — económicas, sociais, políticas e também religiosas — da pessoa humana e dos seus direitos, as *discriminações de todos os tipos*, especialmente aquela que é mais odiosa, a fundada na diferença de raça. Se é para lamentar alguma destas pragas em áreas do Norte mais desenvolvido, elas são sem dúvida mais frequentes, mais duradouras e mais difíceis de eliminar nos países em vias de desenvolvimento e menos progredidos.

E é forçoso aqui anotar que, no mundo de hoje, entre os outros direitos, é com frequência sufocado o *direito de iniciativa económica*. E, no entanto, trata-se de um direito importante, não só para os indivíduos singularmente, mas de igual modo para o bem comum. A experiência demonstra-nos que a negação deste direito ou a sua limitação, em nome de uma pretensa «igualdade» de todos na sociedade, é algo que reduz, se é que não chega mesmo a destruir de facto, o espírito de iniciativa, isto é, a *subjectividade criadora do cidadão*. Como resultado surge, deste jeito, não tanto uma verdadeira igualdade, quanto um «nivelamento para baixo». Em lugar da iniciativa criadora prevalecem a passividade, a dependência e a submissão ao aparato burocrático que, como único órgão «disponente» e «decisional» — se não mesmo «possessor» — da totalidade dos bens e dos meios de produção, faz com que todos fiquem numa posição de dependência quase absoluta, que é semelhante à tradicional dependência do operário-proletário do capitalismo. Ora isto gera um sentimento de frustração ou desespero e predispõe para o desinteresse pela vida nacional, impelindo muitas pessoas para a emigração e favorecendo em todo o caso uma espécie de emigração «psicológica».

Uma situação assim tem as suas consequências também sob o ponto de vista dos «direitos das nações singularmente». Com efeito, acontece com frequência que uma nação é privada da sua subjectividade, ou seja, da «soberania» que lhe compete, no sentido económico e mesmo político-social e, de certo modo, cultural, porque adstrita a uma comunidade nacional onde todas estas dimensões da vida estão ligadas entre si.

E preciso recordar sempre, além disto, que nenhum grupo social, por exemplo um partido, tem o direito de usurpar o papel de guia único, porque isso comporta a destruição da verdadeira subjectividade da sociedade e das pessoas-cidadãos, como acontece em todo o género de totalitarismo. Nesta situação o homem e o povo tornam-se «objecto» apesar de todas as declarações contrárias e das garantias verbais.

Aqui neste ponto, é conveniente acrescentar que, no mundo de hoje, há muitas outras *formas de pobreza*. Realmente, certas carências ou privações não merecem porventura este qualificativo? A negação ou a limitação dos direitos humanos — como, por exemplo, o direito à liberdade religiosa, o direito a participar na construção da sociedade, a liberdade de associação, ou de constituir sindicatos, ou de tomar iniciativas em campo económico — não empobrecem elas a pessoa humana quicá tanto, se não mais, do que a privação dos bens materiais? E um desenvolvimento que

não tenha em conta o pleno reconhecimento destes direitos, será deveras um desenvolvimento de dimensões humanas?

Em poucas palavras, o subdesenvolvimento dos nossos dias não é apenas económico; mas é também cultural, político e simplesmente humano, como já há vinte anos evidenciava a Encíclica *Populorum Progressio*. De modo que, chegados a este ponto, é forçoso perguntar se a realidade tão triste de hoje não será, pelo menos em parte, o resultado de uma *concepção demasiado limitada*, ou seja, predominantemente económicas do desenvolvimento.

16. Impõe-se verificar que, apesar dos louváveis esforços feitos nos últimos dois decénios, por parte das nações mais desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento e das Organizações internacionais, com o objectivo de encontrar as vias para sair da situação, ou pelo menos para remediar algum dos seus sintomas, as condições se *agravaram consideravelmente*.

As responsabilidades deste agravamento promanam de causas diversas. Há que apontar as reais e graves omissões da parte das próprias nações em vias de desenvolvimento e, de modo especial, da parte daqueles que nas mesmas detêm o poder económico e político. Por outro lado, não se pode fingir, de modo algum, que não se vêem as responsabilidades das nações desenvolvidas, que nem sempre, ou pelo menos não suficientemente, sentiram o dever de prestar ajuda aos países afastados do mundo do bem-estar, ao qual pertencem.

Todavia, é necessário denunciar a existência de *mecanismos* económicos, financeiros e sociais que, embora conduzidos pela vontade dos homens, funcionam muitas vezes de maneira quase automática, tornando mais rígidas as situações de riqueza de uns e de pobreza dos outros. Estes mecanismos, manobrados - de maneira directa ou indirecta - pelos países mais desenvolvidos, com o seu próprio funcionamento favorecem os interesses de quem os manobra, mas acabam por sufocar ou condicionar as economias dos países menos desenvolvidos. Apresenta-se como necessário submeter mais adiante estes mecanismos a uma análise atenta, sob o aspecto ético-moral.

Já a *Populorum Progressio* previa que com tais sistemas podia aumentar a riqueza dos ricos, mantendo perdurável a miséria dos pobres. [33] Houve algo a comprovar esta previsão, com o aparecimento do chamado Quarto Mundo.

17. Embora a sociedade mundial ofereça aspectos de fragmentação, o que se exprime com os nomes convencionais de Primeiro, Segundo, Terceiro e mesmo Quarto Mundo, a interdependência das suas diversas partes permanece sempre muito estreita; e, quando acontece esta ser dissociada das exigências éticas, isso leva a *consequências funestas* para os mais fracos.

Mais ainda, esta *interdependência*, por uma espécie de dinâmica interna e sob o impulso de mecanismos que não se pode deixar de qualificar como perversos, provoca *efeitos negativos* até nos países ricos. Mesmo no interior destes países se verificam, embora em menor escala, as manifestações *características* do subdesenvolvimento. Sendo assim, deveria aparecer óbvio que o desenvolvimento ou se torna *comum* a todas as partes do mundo, ou então sofre um *processo de regressão* mesmo nas zonas caracterizadas por um constante progresso. Este fenómeno é particularmente indicativo da natureza do desenvolvimento *autêntico*: ou nele participam todas as nações do mundo, ou não será na verdade desenvolvimento.

Entre os *sintomas específicos* do subdesenvolvimento, que atingem de maneira crescente também os povos desenvolvidos, há dois particularmente reveladores de uma situação dramática. Em *primeiro lugar*, a *crise de habitações* (alojamento). Neste Ano Internacional das pessoas sem-tecto, proclamado pela Organização das Nações Unidas, a atenção volta-se para os milhões de seres humanos privados de uma habitação conveniente, ou até mesmo sem qualquer habitação, a fim de despertar a consciência de todos e encontrar uma solução para este grave problema, que tem consequências negativas no plano individual, familiar e social. [34]

A falta de habitações verifica-se em plano *universal* e é devida, em grande parte, ao fenómeno sempre crescente da urbanização. [35] Até os povos mais desenvolvidos oferecem o triste espectáculo de indivíduos e de famílias que literalmente lutam para sobreviver, sem um *tecto*, ou com um abrigo *tão precário* que é como se não existisse.

A falta de habitações, que é um problema de per si muito grave, deve ser considerada como a sinal e a síntese de uma série de insuficiências económicas, sociais, culturais ou simplesmente humanas; e, tendo em conta a extensão do fenómeno, não deveria ser difícil convencer-nos de quanto estamos longe do autêntico desenvolvimento dos povos.

18. *Outro índice*, comum à grande maioria das nações, é o fenómeno do *desemprego* e do *subemprego*.

Não há ninguém que não se dê conta da *actualidade* e da *gravidade crescente* de tal fenómeno nos países industrializados. [36] Se ele parece ser alarmante nos países em vias de desenvolvimento, com o seu alto índice de crescimento demográfico e com grande número de jovens na sua população, nos países de grande desenvolvimento económico parece que as *fontes de trabalho* se contraem; e assim, as possibilidades de emprego, em vez de aumentarem, diminuem.

Também este fenómeno, com a série de efeitos negativos que comporta, a nível individual e social, desde a degradação até à perda do respeito que cada pessoa, homem ou mulher, deve a si mesmo, nos convida a interrogar-nos seriamente acerca do tipo de desenvolvimento levado por diante no decurso destes últimos vinte anos. A este propósito, apresenta-se mais do que nunca oportuna a consideração feita na Encíclica *Laborem Exercens*: «É necessário acentuar bem que o elemento constitutivo e ao mesmo tempo a *verificação* mais adequada de tal *progresso* no espírito de justiça e de paz, que a Igreja proclama e pelo qual não cessa de orar (...) é exactamente a *revalorização contínua do trabalho humano*, quer sob o aspecto da sua finalidade objectiva, quer sob o aspecto da dignidade do sujeito de todo o trabalho, que é o homem». E, ao contrário, «não é possível ficar sem ser impressionado por um *facto desconcertante* de imensas proporções», ou seja, que «há massas imensas de desempregados e subempregados (...): um facto que está a demonstrar, sem dúvida alguma, que, tanto no interior de cada comunidade política, como nas relações entre elas a nível continental e mundial - pelo que diz respeito à organização do trabalho e do emprego - existe alguma coisa que não está bem; e isto precisamente nos pontos mais críticos e mais importantes sob o aspecto social». [37]

Como o precedente, também este outro fenómeno, em virtude do seu carácter *universal* e, em certo sentido, *multiplicador*, constitui, dada a sua incidência negativa, um sinal maximamente indicativo do estado e da qualidade do desenvolvimento dos povos, na presença do qual nos encontramos hoje.

19. Há *outro fenómeno*, também ele típico do período mais recente - embora não se encontre em toda a parte - que é sem dúvida igualmente indicativo da *interdependência* existente entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos. É a questão da *dívida internacional*, a que a Pontifícia Comissão *Iustitia et Pax*, há pouco, consagrou um documento. [38]

Não se poderia aqui deixar em silêncio a *estreita relação* entre este problema, cuja gravidade crescente já tinha sido prevista pela *Populorum Progressio*, [39] e a questão do desenvolvimento dos povos.

A razão que levou os povos em vias de desenvolvimento a aceitarem a oferta de abundantes capitais disponíveis foi a esperança de os poderem empregar em actividades de desenvolvimento. Por conseguinte, a disponibilidade dos capitais e o facto de os aceitar a título de empréstimo podem considerar-se uma contribuição para o próprio desenvolvimento, o que é desejável e legítimo em si, embora talvez imprudente e, nalguns casos, precipitado.

Tendo mudado as circunstâncias, tanto nos países endividados como no mercado financeiro internacional, o instrumento escolhido para dar uma ajuda ao desenvolvimento transformou-se num *mecanismo contraproducente*. E isto, quer porque os países devedores, para satisfazerem os compromissos da dívida, se vêem obrigados a exportar os capitais que seriam necessários para aumentar ou pelo menos para manter o seu nível de vida, quer porque, pela mesma razão, eles não podem obter novos financiamentos igualmente indispensáveis.

Por força deste mecanismo, o meio destinado ao desenvolvimento dos povos tornou-se um *travão* e, em certos casos, até mesmo uma *acentuação do subdesenvolvimento*.

Estas verificações devem levar a reflectir — como diz o recente Documento da Pontifícia Comissão *Iustitia et Pax* [40] — sobre o *carácter ético* da interdependência dos povos; e, para permanecer na linha das presentes considerações, também sobre as exigências e as condições da cooperação para o desenvolvimento, inspiradas igualmente em princípios éticos.

20. Se, chegados a este ponto, examinarmos as *causas* deste grave atraso no processo do desenvolvimento, que se deu em sentido oposto às indicações da Encíclica *Populorum Progressio*, a qual tinha despertado tantas esperanças, a nossa atenção detém-se, de modo particular, sobre as *causas políticas* da situação actual.

Perante um conjunto de factores, inegavelmente complexos, que se nos apresentam, não é possível fazer aqui a sua análise completa. Mas não se pode deixar em silêncio um facto marcante no *contexto político*, que caracterizou o período histórico que se seguiu à segunda guerra mundial, e é um factor não transcurável na evolução do desenvolvimento dos povos.

Referimo-nos à *existência de dois blocos* contrapostos, designados comumente com os nomes convencionais de Este e Oeste, ou de Oriente e Ocidente. O motivo desta conotação não é puramente político, mas também, como se diz, *geopolítico*. Cada um dos dois blocos tende a assimilar ou a agregar à sua volta, com diversos graus de adesão ou participação, outros países ou grupos de países.

A contraposição é primeiro que tudo *política*, no sentido de que cada bloco encontra a própria identidade num sistema de organização da sociedade e de gestão do poder, que pretende ser alternativo do outro; por sua vez, a contraposição política tem origem numa contraposição mais profunda, que é de ordem *ideológica*.

No Ocidente, existe de facto um sistema que se inspira fundamentalmente nos princípios do *capitalismo liberalista*, tal como este se desenvolveu no século passado, com a industrialização; no Oriente, há um sistema inspirado pelo *colectivismo marxista*, que nasceu da interpretação da condição das classes proletárias feita à luz de uma leitura peculiar da história. Cada uma das duas ideologias, referindo-se a duas visões tão diferentes do homem, da sua liberdade e do seu papel social, propôs e promoveu, no plano económico, formas antitéticas de organização do trabalho e de estruturas da propriedade, especialmente pelo que se refere aos chamados meios de produção.

Era inevitável que a *contraposição ideológica*, desenvolvendo sistemas e centros antagonistas de poder, com as suas formas próprias de propaganda e de doutrinação, evoluísse no sentido de uma crescente *contraposição militar*, dando origem a dois blocos de potências armadas, cada um deles desconfiado e receoso da prevalência do outro.

As relações internacionais, por sua vez, não podiam deixar de sentir os efeitos desta «lógica dos blocos» e das respectivas «esferas de influência». Nascida logo após a conclusão da segunda guerra mundial, a tensão entre os dois blocos dominou os quarenta anos que se seguiram, assumindo quer carácter de «*guerra fria*», quer o de «*guerra por procuração*», mediante a instrumentalização de conflitos locais, quer mantendo os espíritos na incerteza e na ansiedade, com a ameaça de uma guerra *aberta e total*.

Se no presente este perigo parece ter-se tornado mais remoto, se bem que não tenha desaparecido completamente, e se já se chegou a um primeiro acordo sobre a destruição de certo tipo de armamentos nucleares, a existência e a contraposição dos blocos nem por isso deixam de ser ainda um facto real e preocupante, que continua a condicionar o cenário mundial.

21. Isto pode observar-se, com um efeito particularmente negativo, nas relações internacionais que dizem respeito aos países em vias de desenvolvimento. De facto, como é sabido, a tensão *entre o Oriente e o Ocidente* não provém, de per si, de uma oposição entre dois *graus* diversos de desenvolvimento; mas sobretudo entre duas *concepções* do próprio desenvolvimento dos homens e dos povos, ambas elas imperfeitas e a exigirem uma correcção radical. Esta oposição é transferida para o interior desses países, contribuindo assim para alargar o fosso que já existe, no plano económico, entre *Norte e Sul*, o qual é uma consequência da distância entre os dois *mundos*: o dos mais desenvolvidos e o dos menos desenvolvidos.

Está nisto uma das razões por que a doutrina social da Igreja adopta uma atitude crítica, quer em relação ao capitalismo liberalista, quer em relação ao colectivismo marxista. Com efeito, sob o ponto de vista do desenvolvimento surge espontaneamente a pergunta: de que maneira ou em que medida estes dois sistemas são susceptíveis de transformações e de actualizações, de molde a favorecerem ou promoverem um verdadeiro e integral desenvolvimento do homem e dos povos, na sociedade contemporânea? Estas transformações e estas actualizações, de facto, são urgentes e indispensáveis para a causa de um desenvolvimento comum a todos.

Os países de independência recente, que se esforçam por adquirir uma própria identidade cultural e política e que teriam necessidade da contribuição eficaz e desinteressada dos países mais ricos e desenvolvidos, encontram-se implicados - algumas vezes mesmo compelidos - nos conflitos ideológicos, que geram inevitáveis divisões no seu seio, até ao ponto de, nalguns casos, provocarem verdadeiras guerras civis. E isto, também porque os investimentos e os auxílios para o desenvolvimento são com frequência desviados do próprio fim e instrumentalizados para alimentar os contrastes, extra e contra os interesses dos mesmos países que deveriam beneficiar de tais auxílios. Muitos destes tornam-se cada vez mais conscientes do perigo de vir a ser vítimas de um neocolonialismo e tentam subtrair-se a ele. Foi esta tomada de consciência que deu origem, embora entre dificuldades, oscilações e por vezes contradições, ao *Movimento internacional dos Países não Alinhados*. No seu aspecto positivo, este movimento quereria efectivamente afirmar o direito de cada povo à própria identidade, à independência e à segurança, como também à participação, na base da igualdade e da solidariedade, e à fruição dos bens destinados a todos os homens.

22. Feitas estas considerações, conseguir-se-á, sem grandes dificuldades, chegar a uma visão mais clara do quadro dos últimos vinte anos e compreender melhor os contrastes existentes na parte Norte do mundo, isto é, entre Oriente e Ocidente, como causa não última do atraso ou da estagnação do Sul.

Os países em vias de desenvolvimento, em vez de se transformarem em *nações autónomas*, preocupadas com a própria caminhada para a justa participação nos bens e nos serviços destinados a todos, tornam-se peças de um mecanismo, partes de uma engrenagem gigantesca. Isto verifica-se com frequência também no domínio dos meios de comunicação social, os quais, sendo na sua maior parte geridos por centros situados na parte Norte do mundo, nem sempre têm na devida conta as prioridades e os problemas próprios desses países e não respeitam a sua fisionomia cultural; e não é raro eles imporem, pelo contrário, uma visão deformada da vida e do homem e, assim, não corresponderem às exigências do verdadeiro desenvolvimento.

Cada um dos dois *blocos* esconde no seu âmago a tendência para o *imperialismo*, como se diz comumente, ou para formas de neócolonialismo: tentação fácil, na qual não raro se cai, como ensina a história, mesmo a história recente.

É esta situação anormal — consequência de uma guerra e de uma preocupação agigantada, mais do que é lícito, por motivos da *própria segurança* — que refreia o impulso de cooperação solidária de todos para o bem comum do género humano, em detrimento, sobretudo, de povos pacíficos, que se vêem impedidos no seu direito de acesso aos bens destinados a todos os homens.

Encarada assim, a divisão actual do mundo é um *obstáculo directo* à verdadeira transformação das condições de subdesenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento ou nos menos progredidos. Os povos, porém, nem sempre se resignam com a sua sorte. Além disso, as próprias necessidades de uma economia sufocada pelas despesas militares e, ademais, pela burocracia e pela intrínseca ineficiência, parecem agora favorecer processos que poderiam tornar menos rígida a contraposição e mais fácil o estabelecimento de um diálogo profícuo e de uma verdadeira colaboração para a paz.

23. A afirmação da Encíclica *Populorum Progressio* segundo a qual os recursos e os fundos destinados à produção das armas devem ser utilizados para aliviar a miséria das populações indigentes [41] torna mais urgente o apelo a superar a contraposição entre os dois blocos.

Hoje, tais recursos servem praticamente para os dois blocos se porem em condições de poder prevalecer um sobre o outro e, assim, garantir a própria segurança. Para as nações que os integram, algumas das quais, sob o aspecto histórico, económico e político têm a possibilidade de desempenhar um papel de guias, essa distorção, que é um vício de origem, torna difícil cumprirem livremente o seu dever de solidariedade em favor dos povos que aspiram ao desenvolvimento integral.

E' oportuno afirmar aqui, e não deve parecer exagero, que um papel de guia entre as nações não se pode justificar senão com a possibilidade e a vontade de contribuir, ampla e generosamente, para o bem comum.

Uma nação que cedesse, mais ou menos conscientemente, à tentação de se fechar em si mesma, faltando às responsabilidades derivantes de uma sua superioridade no concerto das nações, *falaria gravemente* a um seu preciso dever ético. E isto pode facilmente ser observado dada a contingência histórica, na qual os que crêem em Deus entrevêm as disposições da sua Providência, pronta a servir-se das nações para a realização dos seus projectos, assim como para tornar «vãos os planos dos povos» (cf. *SI* 33/32, 10).

Quando o Ocidente dá a impressão de se abandonar a formas de isolamento crescente e egoísta, e o Oriente, por sua vez, parece ignorar, por motivos discutíveis, o seu dever de cooperação no empenho por aliviar a miséria dos povos, não nos encontramos apenas perante uma traição das expectativas legítimas da humanidade, premonitória de consequências imprevisíveis, mas perante uma defecção propriamente dita em relação a uma obrigação moral.

24. Se a produção das armas é uma grave desordem que reina no mundo actual, pelo que diz respeito às verdadeiras necessidades dos homens e ao emprego dos meios adequados para as satisfazer, não o é menos o *comércio das mesmas armas*. Ou melhor, é preciso acrescentar que em relação a este, o *juízo moral é ainda mais severo*. Como é sabido, trata-se de um comércio sem fronteiras, capaz de transpor mesmo as barreiras dos blocos. Ele tem habilidade para superar a divisão entre o Oriente e o Ocidente e, sobretudo, a divisão entre o Norte e o Sul, até se inserir — o que é mais grave — entre as *diversas componentes* da zona meridional do mundo. Assim, encontramos-nos diante de um fenómeno estranho: enquanto os auxílios económicos e os planos de desenvolvimento se embatem contra o obstáculo de barreiras ideológicas insuperáveis e de barreiras de preços e de mercado, *as armas*, seja qual for a sua proveniência, circulam com uma liberdade quase absoluta nas várias partes do mundo. E ninguém ignora — como salienta o recente documento da Pontifícia Comissão *Iustitia et Pax* sobre a dívida internacional [42] que, em certos casos, os capitais emprestados pelo mundo de maior desenvolvimento serviram para adquirir armamentos no mundo não desenvolvido.

Se a tudo isto se acrescentar o *perigo tremendo*, universalmente conhecido, que representam as *armas atómicas* acumuladas de maneira incrível, a conclusão lógica parece ser a seguinte: o panorama do mundo actual, incluindo o mundo económico, em vez de manifestar preocupação por um *verdadeiro desenvolvimento* que

proporcione a todos uma vida «mais humana» — como preconizava a Encíclica *Populorum Progressio* — [43] parece destinado a encaminhar-nos mais rapidamente *para a morte*.

As consequências de semelhante estado de coisas manifestam-se no agravamento de uma chaga típica e reveladora dos desequilíbrios e dos conflitos do mundo contemporâneo: *os milhões de refugiados*, aos quais as guerras, as calamidades naturais, as perseguições e as discriminações, de todas as espécies, privaram da própria casa, do trabalho, da família e da pátria. A tragédia destas multidões reflecte-se no rosto arrasado de homens, mulheres e crianças, que, num mundo dividido e que se tornou inospitaleiro, não conseguem mais encontrar um lar.

Nem se podem fechar os olhos perante outra chaga dolorosa do mundo actual: o fenómeno do *terrorismo*, entendido como propósito de matar e destruir homens e bens, sem distinção, e de criar precisamente um clima de terror e de insegurança, não raro com a captura de reféns. Mesmo quando se aduz como justificação desta prática desumana uma ideologia qualquer ou a criação de uma sociedade melhor, os actos de terrorismo nunca são justificáveis. Mas, são-no ainda menos, quando, como acontece hoje, tais decisões e gestos, que por vezes se tornam verdadeiras chacinas, bem como certos raptos de pessoas inocentes e alheias aos conflitos, têm como fim a propaganda, em favor da própria causa; ou, pior ainda, quando são fim em si mesmos, de modo que se mata apenas por matar. Diante de tanto horror e de tanto sofrimento, as palavras que pronunciei há alguns anos e queria ainda repetir, mantêm todo o seu valor: «O cristianismo proíbe [...] o recurso aos caminhos do ódio, ao assassinio de pessoas indefesas e aos métodos do terrorismo». [44]

25. Chegados a este ponto, impõe-se fazer uma referência ao *problema demográfico* e à maneira de falar dele hoje, seguindo aquilo que Paulo VI indicou na Encíclica [45] e eu próprio expus amplamente na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*. [46]

Não se pode negar a existência, especialmente na zona Sul do nosso planeta, de um problema demográfico, que é de molde a criar dificuldades ao desenvolvimento. E é bom acrescentar, imediatamente, que na zona Norte este problema se apresenta em termos inversos: aqui, o que é preocupante é *a quebra do índice de natalidade*, com repercussões sobre o envelhecimento da população, que se torna incapaz mesmo de se renovar biologicamente. Este fenómeno, de per si, é susceptível de constituir um obstáculo para o desenvolvimento. Mas, assim como não é exacto afirmar que dificuldades desta natureza provêm somente do crescimento demográfico, também não está demonstrado, minimamente, que *todo* o crescimento demográfico é incompatível com um desenvolvimento ordenado.

Por outro lado, parece ser algo muito alarmante verificar em numerosos países a difusão de *campanhas sistemáticas* contra a natalidade, por iniciativa dos próprios governos, em contraste não só com a identidade cultural e religiosa dos mesmos países, mas também com a natureza do verdadeiro desenvolvimento. Acontece frequentemente que tais campanhas são devidas a pressões e financiadas por capitais provenientes do estrangeiro e, nalguns casos mesmo, são postas como condição a que se subordinam os auxílios e a assistência económico-financeira. Em qualquer hipótese, trata-se de *absoluta falta de respeito* pela liberdade de decisão das pessoas interessadas, homens e mulheres, não raro submetidas a intoleráveis pressões, incluindo as económicas, a fim de cederem a esta forma nova de opressão. As populações mais pobres é que vêm a sofrer por fim os maus tratos; e isso acaba por

gerar, muitas vezes, a tendência para um certo racismo, ou por favorecer a aplicação de certas formas, igualmente racistas, de eugenismo.

Este facto, que reclama a condenação mais enérgica, é também ele *signal de uma concepção* errada e perversa do verdadeiro desenvolvimento humano.

26. Semelhante panorama, predominantemente negativo, da *real situação* do desenvolvimento no mundo contemporâneo, não ficaria completo, se não se anotasse a coexistência de *aspectos positivos*.

A *primeira* nota positiva é a da *plena consciência*, em muitíssimos homens e mulheres, da dignidade própria e da dignidade de cada ser humano. Esta tomada de consciência exprime-se, por exemplo: na *preocupação*, mais *vivida* por toda a parte, com o *respeito dos direitos humanos*; e na rejeição mais decidida das suas violações. Sinal revelador disto mesmo é o número das associações privadas, recentemente instituídas, algumas de alcance mundial, e quase todas empenhadas em seguir, com grande cuidado e louvável objectividade, os acontecimentos internacionais num campo tão delicado.

Neste plano há que reconhecer a *influência* exercida pela *Declaração dos Direitos do Homem*, promulgada há cerca de quarenta anos pela Organização das Nações Unidas. A própria existência desta e a sua progressiva aceitação por parte da comunidade internacional são já o sinal de uma tomada de consciência que se vai afirmando. O mesmo deve dizer-se, sempre no campo dos direitos humanos, quanto aos outros instrumentos jurídicos da mesma Organização das Nações Unidas ou de outros Organismos internacionais. [47]

A tomada de consciência de que falamos não deve ser referida apenas às pessoas *individualmente*, mas também às *nações* e aos *povos*, que, como entidades dotadas de uma determinada identidade cultural, são particularmente sensíveis à conservação, à livre gestão e à promoção do seu precioso património.

Simultaneamente, no mundo dividido e perturbado por todas as espécies de conflitos, vai aumentando a *convicção* de uma *interdependência* radical e, por conseguinte, da necessidade de uma solidariedade que a assuma e traduza no plano moral. Hoje, mais talvez do que no passado, os homens dão-se conta de que estão ligados por um *destino comum*, que há-de ser construído juntamente, se se quiser evitar a catástrofe para todos. Das profundezas da angústia, do medo e dos fenómenos de evasão como a droga, *típicos do mundo contemporâneo*, emerge progressivamente a ideia de que o bem, ao qual todos somos chamados, e a felicidade, a que aspiramos, não se podem obter sem o *esforço e a aplicação de todos*, sem excepção, o que implica a renúncia ao próprio egoísmo.

Aqui insere-se também, como sinal do *respeito pela vida* — apesar de todas as tentações de a destruir, desde o aborto até à eutanásia — a *preocupação concomitante* pela paz; e, de novo, a tomada de consciência de que esta é *indivisível*: ou é algo *de todos* ou não é de *ninguém*. Uma paz que exige, cada vez mais, o respeito rigoroso da justiça e, por conseguinte, a distribuição equitativa dos frutos do verdadeiro desenvolvimento. [48]

Entre os *sinais positivos* do tempo presente é preciso registar, ainda, uma maior consciência dos limites dos recursos disponíveis e da necessidade de respeitar a

integridade e os ritmos da natureza e de os ter em conta na programação do desenvolvimento, em vez de os sacrificar a certas concepções demagógicas do mesmo. E', afinal, aquilo a que se chama hoje *preocupação ecológica*.

É justo reconhecer, também, da parte de homens de governo, políticos, economistas, sindicalistas, personalidades da ciência e funcionários internacionais — muitos dos quais se inspiram na fé religiosa — o empenho em remediar generosamente, com não poucos sacrifícios pessoais, os males do mundo; e em lançar mão de todos os meios, para que um número cada vez maior de homens e mulheres possa usufruir do benefício da paz e de uma qualidade de vida digna deste nome.

Para isto *contribuem, em não pequena medida, as grandes Organizações internacionais* e algumas Organizações regionais, cujos esforços conjugados permitem intervenções mais eficazes.

Foi também graças a estas contribuições que alguns países do Terceiro Mundo, não obstante o peso de numerosos condicionamentos negativos, conseguiram alcançar uma *certa auto-suficiência alimentar*, ou um grau de industrialização que lhes permite sobreviver dignamente e assegurar fontes de trabalho à população activa.

Assim, *nem tudo é negativo* no mundo contemporâneo; e não poderia ser de outro modo, porque a Providência do Pai celeste vela por nós com amor, que vai até às nossas preocupações quotidianas (cf. *Mt* 6, 25-32; 10, 23-31; *Lc* 12, 6-7; 22, 30); e mais, os valores positivos que pusémos em realce indicam uma nova preocupação moral, sobretudo pelo que diz respeito aos grandes problemas humanos, como são o desenvolvimento e a paz.

Esta realidade leva-me a orientar agora a minha reflexão para a *verdadeira natureza* do desenvolvimento dos povos, na linha da Encíclica de que estamos a celebrar o aniversário e em homenagem aos seus ensinamentos.

IV. O DESENVOLVIMENTO HUMANO AUTÊNTICO

27. O relance de olhos, que a Encíclica nos convida a fazer, sobre o mundo contemporâneo leva-nos a verificar, primeiro que tudo, que o desenvolvimento *não é* um processo rectilíneo, *quase automático e de per se ilimitado*, como se, com certas condições, o género humano tivesse de caminhar expeditamente para uma espécie de perfeição indefinida. [49]

Esta concepção assim, ligada mais a uma noção de «progresso», com conotações filosóficas de tipo iluminista, do que à noção de «desenvolvimento» [50] usada em sentido especificamente económico-social, parece estar agora a ser posta seriamente em dúvida, especialmente depois da trágica experiência das duas guerras mundiais, da destruição planificada e em parte actuada de populações inteiras e, ainda, por causa do imponente perigo atómico. A um *optimismo mecanicista* ingénuo, veio substituir-se uma inquietude, não sem fundamento, pelo destino da humanidade.

28. Ao mesmo tempo, também entrou em crise a própria concepção «económica» ou «economicista», ligada à palavra desenvolvimento. Hoje, de facto, compreende-se melhor que a *mera acumulação* de bens e de serviços, mesmo em benefício da maioria, não basta para realizar a felicidade humana. E, por conseguinte, também a disponibilidade dos múltiplos *benefícios reais*, trazidos nos últimos tempos pela

ciência e pela técnica, incluindo a informática, não comporta a libertação de toda e qualquer forma de escravidão. A experiência dos anos mais recentes demonstra, pelo contrário, que se toda a massa dos recursos e das potencialidades, postos à disposição do homem, não for regida por uma *intenção moral* e por uma orientação no sentido do verdadeiro bem do género humano, ela volta-se facilmente contra ele para o oprimir.

Deveria ser altamente instrutiva uma *desconcertante verificação* do período mais recente: ao lado das misérias do subdesenvolvimento, que não podem ser toleradas, encontramos-nos perante uma espécie de *superdesenvolvimento*, igualmente inadmissível, porque, como o primeiro, é contrário ao bem e à felicidade autêntica. Com efeito, este superdesenvolvimento, que consiste na *excessiva* disponibilidade de todo o género de bens materiais, em favor de algumas camadas sociais, torna facilmente os homens escravos da «posse» e do gozo imediato, sem outro horizonte que não seja a multiplicação ou a substituição contínua das coisas que já se possuem, por outras ainda mais perfeitas. É o que se chama a civilização do «consumo», ou consumismo, que comporta tantos «desperdícios» e «estragações». Um objecto que se possui, e já está superado por outro mais perfeito, é posto de lado, sem tomar em conta o possível valor permanente que ele tem em si mesmo ou para benefício de outro ser humano mais pobre.

Todos nós experimentamos, quase palpavelmente, os tristes efeitos desta sujeição cega ao mero «consumo»: antes de tudo, uma forma de materialismo crasso; e, ao mesmo tempo, uma *insatisfação radical*, porque se compreende imediatamente que — se não se está premunido contra a inundação das mensagens publicitárias e da oferta incessante e tentadora dos produtos — quanto mais se tem mais se deseja, enquanto as aspirações mais profundas restam insatisfeitas, e talvez fiquem mesmo sufocadas.

A Encíclica do Papa Paulo VI ilustrou bem a diferença, nos nossos dias frequentemente acentuada, entre o «ter» e o «ser», [51] já precedentemente expressa com palavras precisas pelo Concílio Vaticano II. [52] «Ter» objectos e bens não aperfeiçoa, de per si, o sujeito humano, se não contribuir para a maturação e para o enriquecimento do seu «ser», isto é, para a realização da vocação humana como tal.

Certamente, a diferença entre «ser» e «ter» — perigo inerente a uma pura multiplicação ou mera substituição de coisas possuídas em relação com o valor do «ser» — não deve transformar-se necessariamente numa *antinomia*. Uma das maiores injustiças do mundo contemporâneo consiste precisamente nisto: que são relativamente *poucos* os que possuem muito e *muitos* os que não possuem quase nada. É a injustiça da má distribuição dos bens e dos serviços originariamente destinados a todos.

E então, eis o quadro: há aqueles — os poucos que possuem muito — que não conseguem verdadeiramente «ser», porque, devido a uma inversão da hierarquia dos valores, estão impedidos pelo culto do «ter»; e há aqueles — os muitos que possuem pouco ou nada — que não conseguem realizar a sua vocação humana fundamental porque estão privados dos bens indispensáveis.

O mal não consiste no «ter» enquanto tal, mas no facto de se possuir sem respeitar a *qualidade* e a *ordenada hierarquia* dos bens que se possuem. *Qualidade e hierarquia* que promanam da subordinação dos bens e das suas disponibilidades ao «ser» do homem e à sua verdadeira vocação.

Com isto fica esclarecido que o *desenvolvimento* tem *necessariamente uma dimensão económica*, porque ele deve proporcionar ao maior número possível dos habitantes do mundo a disponibilidade de bens indispensáveis para «ser»; contudo, ele não se limita a tal dimensão. Se for delimitado a esta, volta-se contra aqueles a quem se quereria favorecer.

As características de um desenvolvimento integral, «mais humano», que - sem negar as exigências económicas - esteja em condições de se manter à altura da vocação autêntica do homem e da mulher, foram descritas pelo Papa Paulo VI. [53]

29. Um desenvolvimento que não é só económico mede-se e orienta-se segundo a realidade e a vocação do homem visto na sua globalidade; ou seja, segundo um *parâmetro interior* que lhe é próprio. O homem tem necessidade, sem dúvida, dos bens criados e dos produtos da indústria, continuamente enriquecida pelo progresso científico e tecnológico. E a disponibilidade sempre nova dos bens materiais, na medida em que vem ao encontro das necessidades, abre novos horizontes. O perigo do abuso do consumo e o aparecimento das necessidades artificiais não devem, de modo algum, impedir a estima e a utilização dos novos bens e dos novos recursos postos à nossa disposição; devemos mesmo ver nisso um dom de Deus e uma resposta à vocação do homem, que se realiza plenamente em Cristo.

Mas para alcançar o verdadeiro desenvolvimento é necessário não perder jamais de vista esse *parâmetro*, que está na *natureza específica* do homem, criado por Deus à sua imagem e semelhança (cf. *Gén 1, 26*): natureza corporal e espiritual, simbolizada — no segundo relato da criação — pelos dois elementos, a *terra*, com que Deus plasma o físico do homem, e o *sopro de vida*, insuflado nas suas narinas (cf. *Gén 2, 7*).

O homem, deste modo, passa a ter uma linha de afinidade com as outras criaturas: é chamado a utilizá-las, a cuidar delas e, sempre segundo a narração do *Génesis* (2, 15), é colocado no jardim, com a tarefa de o cultivar e guardar, estando acima de todos os outros seres, postos por Deus sob o seu domínio (cf. *ibid.* 1, 25-26). Mas, ao mesmo tempo, o homem deve permanecer submetido à vontade de Deus, que lhe prescreve limites no uso e no domínio das coisas (cf. *ibid.* 2, 16-17), assim como lhe promete a imortalidade (cf. *ibid.* 2, 9; *Sab 2, 23*). O homem, portanto, sendo imagem de Deus, tem uma verdadeira afinidade também com Ele.

Com base nesta doutrina, vê-se que o desenvolvimento não pode consistir somente no uso, no domínio e na posse *indiscriminada* das coisas criadas e dos produtos da indústria humana; mas sobretudo em *subordinar* a posse, o domínio e o uso à semelhança divina do homem e à sua vocação para a imortalidade. É esta a *realidade transcendente* do ser humano, a qual é transmitida desde a origem a um casal, o homem e a mulher (cf. *Gén 1, 27*), e que, portanto, é fundamentalmente social.

30. Segundo a Sagrada Escritura, pois, a noção de desenvolvimento não é somente «laica» ou «profana»; mas aparece também, muito embora conservando a acentuação do aspecto sócio-económico, como a *expressão moderna* de uma dimensão essencial da vocação do homem.

O homem, com efeito, não foi criado, por assim dizer, imóvel e estático. A primeira figuração, que a Bíblia dele fornece, apresenta-o claramente como *criatura e imagem, definida* na sua profunda realidade pela *origem* e pela *afinidade que o constituem*. Mas tudo isto insere no ser humano, homem e

mulher, o germe e a *exigência* de uma tarefa original a desempenhar, quer por cada um, individualmente, quer como casal. É a tarefa de «dominar» sobre as outras criaturas e de «cultivar o jardim»; e deve ser desempenhada no quadro da *obediência* à lei divina; portanto, com o respeito da imagem recebida, fundamento claro do poder de domínio que lhe é reconhecido, em ordem ao seu aperfeiçoamento (cf. *Gén 1, 26-30; 2, 15-16; Sab 9, 2-3*).

Quando o homem desobedece a Deus e se recusa a submeter-se ao seu poder, então a natureza rebela-se contra ele e já não o reconhece como «senhor», porque ele ofuscou em si a imagem divina. O apelo à posse e ao uso dos meios criados permanece sempre válido; mas, depois do pecado, o seu exercício torna-se árduo e cheio de sofrimento (cf. *Gén 3, 17-19*).

Com efeito, o capítulo seguinte do *Génesis* mostra-nos a descendência de Caim, que constrói «uma cidade», se dedica à pastoreação, se consagra às artes (a música) e à técnica (a metalurgia); e, ao mesmo tempo, começa-se «a invocar o nome do Senhor» (cf. *Gén 4, 17-26*).

A história do género humano delineada pela Sagrada Escritura, mesmo depois da queda no pecado, é uma história de *realizações contínuas*, que, postas sempre de novo em questão e em perigo pelo pecado, se repetem, se enriquecem e se difundem, como uma resposta à vocação divina, consignada desde o princípio ao homem e à mulher (cf. *Gén 1, 26-28*), e impressa na imagem por eles recebida.

É lógico concluir, ao menos por parte de quantos crêem na Palavra de Deus, que o «desenvolvimento» de hoje, deve ser considerado como um momento da história iniciada com a criação e continuamente posta em perigo por motivo da infidelidade à vontade do Criador, sobretudo por causa da tentação da idolatria; mas ele corresponde fundamentalmente às premissas iniciais. Quem quisesse renunciar à *tarefa, difícil mas nobilitante*, de melhorar a sorte do homem todo e de todos os homens, com o pretexto do peso da luta e do esforço incessante de superação, ou mesmo pela experiência da derrota e do retorno ao ponto de partida, não cumpriria a vontade de Deus criador. Quanto a este ponto, na Encíclica *Laborem Exercens* fiz referência à vocação do homem para o trabalho, a fim de acentuar o conceito de que é sempre ele o protagonista do desenvolvimento. [54]

Mais ainda, o próprio Senhor Jesus, na parábola dos talentos, põe em relevo o tratamento severo reservado a quem ousou esconder o dom recebido: «Servo mau e preguiçoso! Sabias que eu ceifo onde não semeiei e recolho donde não espalhei... Tirai-lhe, pois, o talento, e dai-o ao que tem dez talentos» (*Mt 25, 26-28*). A nós, que recebemos os dons de Deus para os fazer frutificar, compete-nos «semear» e «recolher». Se não o fizermos, ser-nos-á tirado também aquilo que temos.

O aprofundamento destas palavras severas poderá impelir-nos a empenharmo-nos com mais decisão no *dever*, hoje premente para todos, de colaborar no desenvolvimento integral dos outros: «desenvolvimento do homem todo e de todos os homens». [55]

31. A *fé em Cristo Redentor*, ao mesmo tempo que ilumina a partir de dentro a natureza do desenvolvimento, orienta também no trabalho de colaboração. Na *Carta* de São Paulo aos Colossenses lemos que Cristo é «o primogénito de toda a criatura», e que «tudo foi criado por Ele e para Ele» (1, 15-16). Com efeito, todas as

coisas «subsistem n'Ele», porque «foi do agrado de Deus que residisse n'Ele toda a plenitude e, por seu intermédio, reconciliar consigo todas as coisas» (*ibid.* 1, 20).

Neste plano divino, que começa na eternidade em Cristo, «imagem» perfeita do Pai, e culmina n'Ele «primogénito dos redivivos» (*ibid.* 1, 15. 18), *insere-se a nossa história*, marcada pelo nosso esforço pessoal e colectivo para elevar a condição humana, superar os obstáculos que reaparecem continuamente ao longo do nosso caminho, dispondo-nos assim a participar na plenitude que «reside no Senhor» e que Ele comunica «ao seu Corpo, que é a Igreja» (*ibid.* 1, 18; cf. *Ef* 1, 22-23); enquanto que o pecado, o qual sempre nos insidia e compromete as nossas realizações humanas, é vencido e resgatado pela «reconciliação» operada por Cristo (cf. *Col* 1, 20).

Aqui, as perspectivas alargam-se. Reencontra-se o sonho de um «progresso indefinido», transformado radicalmente pela *óptica nova* aberta pela fé cristã; esta assegura-nos que tal progresso só é possível porque Deus Pai decidiu, desde o princípio, tornar o homem participante da sua glória em Jesus Cristo ressuscitado, no qual «temos a redenção, pelo Seu sangue, a remissão dos pecados» (*Ef* 1, 7); e n'Ele quis vencer o pecado e fazer com que este servisse para o nosso maior bem, [56] que supera infinitamente tudo o que o progresso poderia realizar.

Podemos dizer, então — enquanto nos debatemos no meio das obscuridades e das carências do *subdesenvolvimento* e do *superdesenvolvimento* — que um dia «este corpo corruptível se revestirá de incorruptibilidade e este corpo mortal se revestirá de imortalidade» (1 *Cor* 15, 54), quando o Senhor «entregar o Reino a Deus Pai» (*ibid.* 24) e todas as obras e acções dignas do homem forem resgatadas.

A concepção da fé esclarece bem, ainda, as razões que impelem a *Igreja a preocupar-se* com o problema do desenvolvimento, a considerá-lo um *dever do seu ministério pastoral* e a estimular a reflexão de todos sobre a natureza e as características do desenvolvimento humano autêntico. Com os seus esforços, ela deseja: por um lado, pôr-se ao serviço do plano divino, no sentido de ordenar todas as coisas para a plenitude que reside em Cristo (cf. *Col* 1, 19) e que Ele comunicou ao Seu Corpo; e, por outro lado, corresponder à sua vocação fundamental de «sacramento», ou seja «sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano». [57]

Alguns Padres da Igreja inspiraram-se nesta doutrina para elaborar por sua vez, com expressões originais, uma concepção do *significado da história* e do *trabalho humano*, considerando-o como tendente para um fim que o supera e definido sempre pela relação com a obra de Cristo. Por outras palavras, é possível encontrar no ensinamento patrístico uma *visão optimista* da história e do trabalho, ou seja, do *valor perene* das realizações humanas autênticas, enquanto resgatadas por Cristo e destinadas ao Reino prometido. [58]

Assim, faz parte do *ensinamento* e da *prática* mais antiga da Igreja a convicção de estar obrigada, por vocação — ela própria, os seus ministros e cada um dos seus membros — a aliviar a miséria dos que sofrem, próximos e distantes, não só com o «supérfluo», mas também com o «necessário». Nos casos de necessidade, não se podem preferir os ornamentos supérfluos das igrejas e os objectos do culto divino preciosos; ao contrário, poderia ser obrigatório alienar estes bens para dar de comer, de beber, de vestir e casa a quem disso está carente. [59] Como já foi notado em precedência, aqui é-nos indicada uma «*hierarquia de valores*» — no quadro do direito

de propriedade — entre o «ter» e o «ser», especialmente quando o «ter» de alguns pode redundar em detrimento do «ser» de muitos outros.

O Papa Paulo VI, na sua Encíclica, está na continuidade deste ensinamento, inspirando-se na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*. [60] Por minha parte, desejaria insistir ainda na sua gravidade e na sua urgência, implorando do Senhor a coragem para todos os cristãos, a fim de poderem passar fielmente à aplicação prática.

32. A obrigação de se empenhar pelo desenvolvimento dos povos não é somente um dever *individual*, nem menos ainda *individualista*, como se fosse possível realizá-lo unicamente com os esforços isolados de cada um. É um imperativo para *todos e cada um* dos homens e das mulheres e também para as sociedades e as nações; em particular, para a Igreja católica e para as outras Igrejas e Comunidades eclesiais, com as quais, neste campo, estamos plenamente dispostos a colaborar. Neste sentido, do mesmo modo que nós católicos convidamos os irmãos cristãos a participarem nas nossas iniciativas, assim também nos declaramos prontos a colaborar nas suas, acolhendo os convites que nos forem feitos. Nesta busca do desenvolvimento integral do homem, podemos fazer muito também com os que crêem em Deus doutras religiões, como de resto já se está a fazer em várias partes.

A colaboração para o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens é, efectivamente, um dever *de todos para com todos* e, ao mesmo tempo, há-de ser comum às quatro partes do mundo: Este e Oeste, Norte e Sul; ou, para usar o termo hoje em voga, aos diversos «mundos». Se, pelo contrário, se procurar realizá-lo numa só parte, ou num só mundo, isso far-se-á à custa dos demais; e onde isso começa, precisamente porque os outros são ignorados, hipertrofia-se e perverte-se.

Os povos ou as nações têm também eles direito ao seu desenvolvimento *integral*; ora este, se implica — como se disse — os aspectos económicos e sociais, deve compreender igualmente a respectiva identidade cultural e a abertura para o transcendente. Em caso nenhum, a necessidade do desenvolvimento pode ser tomada como pretexto para impor aos outros o próprio modo de viver ou a própria fé religiosa.

33. Não seria verdadeiramente *digno do homem* um tipo de desenvolvimento que não respeitasse e não promovesse os *direitos humanos*, pessoais e sociais, económicos e políticos, incluindo os *direitos das nações e dos povos*.

Hoje, talvez mais do que no passado, reconhece-se com maior clareza a *contradição intrínseca* de um desenvolvimento limitado só ao aspecto económico. Este subordina facilmente a pessoa humana e as suas necessidades mais profundas às exigências da planificação económica ou do lucro exclusivo.

A *conexão intrínseca* entre o desenvolvimento autêntico e o respeito dos direitos do homem revela uma vez mais o seu carácter *moral*: a verdadeira elevação do homem, conforme com a vocação natural e histórica de cada um, não se alcança *só* com o desfrute da abundância dos bens e dos serviços, ou dispondo de infraestruturas perfeitas.

Enquanto os indivíduos e as comunidades não virem respeitadas rigorosamente as exigências morais, culturais e espirituais, fundadas na dignidade da pessoa e na identidade própria de cada comunidade, a começar pela família e pelas sociedades religiosas, tudo o mais — disponibilidade de bens, abundância de recursos técnicos

aplicados à vida quotidiana e um certo nível de bem-estar material — resultará insatisfatório e, com o andar do tempo, desprezível. É o que o Senhor afirma claramente no Evangelho, ao chamar a atenção de todos para a verdadeira hierarquia dos valores: «Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se vier a perder a sua alma?» (Mt 16, 26).

Um verdadeiro desenvolvimento, segundo as exigências *próprias* do ser humano, homem ou mulher, criança, adulto ou ancião, implica, sobretudo da parte de quantos intervêm activamente neste processo e são responsáveis por ele, uma viva *consciência do valor dos direitos* de todos e de cada um, como também da necessidade de respeitar o direito de cada um à plena utilização dos benefícios proporcionados pela ciência e pela técnica.

No *plano interno* de cada nação, reveste-se de grande importância o respeito de todos os direitos; e, de modo especial: o direito à vida em todos os estádios da existência; os direitos da família, enquanto comunidade social de base ou «célula da sociedade»; a justiça nas relações de trabalho; os direitos inerentes à vida da comunidade política como tal, os direitos fundados na *vocação transcendente* do ser humano, a começar pelo direito à liberdade de professar e de praticar o próprio credo religioso.

No *plano internacional*, ou seja, das relações entre os Estados ou, segundo a linguagem corrente, entre os vários «mundos», é necessário que haja o pleno *respeito* da identidade de cada povo, com as suas características históricas e culturais. É indispensável, igualmente, conforme o voto já expresso na Encíclica *Populorum Progressio*, reconhecer a cada povo igual direito a «sentar-se à mesa do banquete comum», [61] em vez de ficar de fora, à porta, como Lázaro, enquanto «os cães lhe vinham lambem as chagas» (cf. Lc 16, 21). Tanto os povos como as pessoas individualmente devem gozar da *igualdade fundamental*, [62] sobre que está baseada, por exemplo, a Carta da Organização das Nações Unidas; esta igualdade é o fundamento do direito à participação de todos no processo de desenvolvimento integral.

Para ser integral, o desenvolvimento deve realizar-se no quadro da *solidariedade e da liberdade*, sem jamais sacrificar uma e outra, com nenhum pretexto. O carácter moral do desenvolvimento e a necessidade da sua promoção são exaltados quando existe o mais rigoroso respeito por todas as exigências derivadas da ordem da *verdade* e do *bem*, próprios da criatura humana. O cristão, além disso, educado para ver no homem a imagem de Deus, chamado à participação da verdade e do bem, que é o *próprio Deus*, não compreende o empenho pelo desenvolvimento e a sua realização fora da observância e do respeito devido à dignidade única dessa «imagem». Por outras palavras, o verdadeiro desenvolvimento deve fundar-se no *amor de Deus e do próximo*, e contribuir para facilitar as relações entre os indivíduos e as sociedades. Está nisto a «civilização do amor», de que falava com frequência o Papa Paulo VI.

34. O carácter moral do desenvolvimento também não pode prescindir do respeito *pelos seres* que formam a natureza visível, a que os Gregos, aludindo precisamente à *ordem* que a distingue, chamavam o «cosmos». Também estas realidades exigem respeito, em virtude de três considerações sobre as quais convém reflectir atentamente.

A *primeira* refere-se às vantagens de tomar *ainda mais consciência* de que não pode fazer-se impunemente uso das diversas categorias de seres, vivos ou inanimados —

animais, plantas e elementos naturais — como se quiser, em função das próprias exigências económicas. Pelo contrário, é preciso ter em conta a *natureza de cada ser e as ligações mútuas* entre todos, num sistema ordenado, qual é exactamente o cosmos.

A *segunda consideração* funda-se, por sua vez, na convicção, dir-se-ia mais premente, da *limitação dos recursos naturais*, alguns dos quais não são *renováveis*, como se diz. Usá-los como se fossem inexauríveis, com *absoluto domínio*, põe em perigo seriamente a sua disponibilidade, não só para a geração presente, mas sobretudo para as gerações futuras.

A *terceira consideração* relaciona-se directamente com as consequências que tem um certo tipo de desenvolvimento, quanto à *qualidade da vida* nas zonas industrializadas. Todos sabemos que, como resultado directo ou indirecto da industrialização, se dá, cada vez com maior frequência, a contaminação do ambiente, com graves consequências para a saúde da população.

Torna-se evidente, uma vez mais, que o desenvolvimento e a vontade de planificação que o orienta, assim como o uso dos recursos e a maneira de os utilizar, não podem ser separados do respeito das exigências morais. Uma destas impõe limites, sem dúvida, ao uso da natureza visível. O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de «usar e abusar», ou de dispor das coisas como melhor agrade. A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de «comer o fruto da árvore» (cf. *Gén 2, 16 -17*), mostra com suficiente clareza que, nas relações com a natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas, mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas.

Uma justa concepção do desenvolvimento não pode prescindir destas considerações — relativas ao uso dos elementos da natureza, às possibilidades de renovação dos recursos e às consequências de uma industrialização desordenada — as quais propõem uma vez mais a nossa consciência a *dimensão moral*, que deve distinguir o desenvolvimento. [63]

V. UMA LEITURA TEOLÓGICA DOS PROBLEMAS MODERNOS

35. À luz do mesmo carácter moral, que é essencial ao desenvolvimento, devem ser considerados também os *obstáculos* que a ele se opõem. Se durante os anos decorridos desde a publicação da Encíclica de Paulo VI o desenvolvimento não se verificou — ou se verificou em medida escassa, irregular, se não mesmo contraditória — as razões não podem ser só de natureza económica. Como já se fez alusão, acima, intervêm nele também móbeis políticos. As decisões que impulsionam ou refreiam o desenvolvimento dos povos, outra coisa não são, efectivamente, senão factores de carácter político. Para superar os mecanismos perversos, já recordados, e substituí-los com outros novos, mais justos e mais conformes ao bem comum da humanidade, é necessária uma vontade política eficaz. Infelizmente, depois de se ter analisado a situação, é forçoso concluir que ela foi insuficiente.

Num documento pastoral, como é este, uma análise que se limitasse exclusivamente às causas económicas e políticas do subdesenvolvimento (e guardadas as devidas proporções, também do chamado *superdesenvolvimento*) ficaria incompleta. É necessário, pois, individualizar as causas de ordem moral que, no plano do comportamento dos homens considerados como *pessoas responsáveis*, interferem para

refrear o curso do desenvolvimento e impedem que o mesmo seja plenamente alcançado.

Do modo análogo, quando há disponibilidade de recursos científicos e técnicos, que, com as indispensáveis decisões concretas de ordem política, devem contribuir para encaminhar finalmente os povos no sentido de um verdadeiro desenvolvimento, a superação dos obstáculos principais verificar-se-á somente a poder de *determinações essencialmente morais*; estas, para os que acreditam em Deus, de modo especial se forem cristãos, não-de inspirar-se nos princípios da fé, com o auxílio da graça divina.

36. Por conseguinte, é preciso acentuar que um mundo dividido em blocos, mantidos por ideologias rígidas, onde, em lugar da interdependência e da solidariedade, dominam diferentes formas de imperialismo, não pode deixar de ser um mundo submetido a «estruturas de pecado». O conjunto dos factores negativos, que agem em sentido contrário a uma verdadeira consciência do *bem comum* universal e à exigência de o favorecer, dá a impressão de criar, nas pessoas e nas instituições, um obstáculo difícil de superar. [64]

Se a situação actual se deve atribuir a dificuldades de índole diversa, não será fora de propósito falar de «estruturas de pecado», as quais, como procurei mostrar na Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia*, se radicam no pecado pessoal e, por consequência, estão sempre ligadas a *actos concretos* das pessoas, que as fazem aparecer, as consolidam e tornam difícil removê-las. [65] E assim, elas reforçam-se, expandem-se e tornam-se fontes de outros pecados, condicionando o comportamento dos homens.

«Pecado» e «estruturas de pecado» são categorias que não se vê com frequência aplicar à situação do mundo contemporâneo. E no entanto não se chegará facilmente à compreensão profunda da realidade, conforme ela se apresenta aos nossos olhos, sem dar um nome à raiz dos males que nos afligem.

É certo que se pode falar de «egoísmo» e de «vistas curtas»; pode fazer-se referência a «cálculos políticos errados», a «decisões económicas imprudentes». E em cada uma destas avaliações nota-se que há um eco de natureza ético-moral. A condição do homem é tal que torna difícil uma análise mais profunda das acções e das omissões das pessoas, sem implicar, duma maneira ou doutra, juízos ou referências de ordem ética.

Esta avaliação, de per si, é *positiva*, sobretudo quando se torna inteiramente coerente e quando se fundamenta na fé em Deus e na sua lei que ordena o bem e proíbe o mal.

É nisto que consiste a diferença entre o tipo de análise sócio-política e a referência formal ao «pecado» e às «estruturas de pecado». Segundo esta última maneira de ver são tidas em consideração: a vontade de Deus três vezes Santo; o seu plano sobre os homens; e a sua justiça e a sua misericórdia. Deus, *rico em misericórdia, redentor do homem, Senhor e doador da vida*, exige da parte dos homens atitudes precisas, que se exprimem também em acções ou omissões que concernem o próximo. E isto está em relação com a «segunda tábu» dos dez Mandamentos (cf. *Êx* 20, 12-17; *Deut* 5, 16-21): com a inobservância destes, ofende-se a Deus e prejudica-se o próximo, introduzindo no mundo condicionamentos e obstáculos, que vão muito além das acções de uma pessoa e do breve período da sua vida. Interfere-se igualmente no

processo do desenvolvimento dos povos, cujo atraso cuja lentidão devem ser julgados também sob esta luz.

37. A esta *análise genérica* de ordem religiosa, podem acrescentar-se *algumas considerações particulares* para observar que entre as acções e as atitudes opostas à vontade de Deus e ao bem do próximo e as «estruturas» a que elas induzem, as mais características hoje parecem ser sobretudo duas: por um lado, há a *avidez exclusiva do lucro*; e, por outro lado, a *sede do poder*, com o objectivo de impor aos outros a própria vontade. A cada um destes comportamentos pode juntar-se, para os caracterizar melhor, a expressão: «a qualquer preço». Por outras palavras, estamos diante da *absolutização* dos comportamentos humanos, com todas as consequências possíveis.

Embora as duas atitudes de per si sejam separáveis, de modo que uma poderia apresentar-se sem a outra, ambas se encontram - no panorama que se depara aos nossos olhos - *indissoluvelmente unidas*, quer predomine uma quer a outra.

Obviamente que não são só os indivíduos a tornarem-se vítimas desta dúplice atitude de pecado; podem sê-lo também as nações e os blocos. E isto favorece ainda mais a introdução das «estruturas de pecado» de que falei. Se certas formas modernas de «imperialismo» se considerassem à luz destes critérios morais, descobrir-se-ia que por detrás de certas decisões, aparentemente inspiradas só pela economia e pela política, se escondem verdadeiras formas de idolatria: do dinheiro, da ideologia, da classe e da tecnologia.

Quis introduzir aqui este tipo de análise sobretudo para indicar qual é a verdadeira *natureza* do mal, com a qual nos deparamos na questão do «desenvolvimento dos povos»: trata-se de um mal *moral*, fruto de *muitos pecados*, que produzem «estruturas de pecado». Diagnosticar assim o mal leva a identificar exactamente, ao nível do comportamento humano, o *caminho a seguir* para o superar.

38. É um caminho *longo e complexo*, e, para mais, encontra-se sob constante ameaça, quer pela *intrínseca fragilidade* dos desígnios e realizações humanas, quer pela *mutabilidade* das circunstâncias externas assaz imprevisíveis. Todavia, é preciso ter a coragem de enveredar por ele e, se já tiverem sido dados alguns passos, ou já tiver sido percorrida uma parte do trajecto, ir até ao fim.

No contexto destas reflexões, a decisão de pôr-se a caminho ou de continuar a marcha comporta, antes de tudo, um valor moral que os homens e as mulheres que acreditam em Deus reconhecem como requerido pela vontade divina, único e verdadeiro fundamento de uma ética absolutamente vinculante.

É para desejar que mesmo os homens e as mulheres desprovidos de uma fé explícita venham a convencer-se de que os obstáculos interpostos ao desenvolvimento integral, não são apenas de ordem económica, mas dependem de *atitudes mais profundas* que, para o ser humano, se configuram em valores absolutos. Por isso, é de esperar que todos aqueles que em relação aos seus semelhantes são responsáveis, duma maneira ou doutra, por uma «vida mais humana», inspirados ou não por uma fé religiosa, se dêem plenamente conta da urgente necessidade de uma *mudança das atitudes espirituais*, que determinam o comportamento de cada homem naquilo que diz respeito a si mesmo e nas relações com o próximo, com as comunidades humanas, mesmo as mais distantes, e com a natureza; e isto, em virtude de valores superiores, como

o *bem comum*, ou, para repetir a feliz expressão da Encíclica *Populorum Progressio*, o pleno desenvolvimento «do homem todo e de todos os homens». [66]

Para os *cristãos*, como para todos aqueles que reconhecem o significado teológico preciso da palavra «pecado», a mudança de comportamento, de mentalidade ou de maneira de ser chama-se, na linguagem bíblica, «conversão» (cf. *Mc* 1, 15; *Lc* 13, 3. 5; *Is* 30, 15). Esta conversão designa especificamente uma relação com Deus, com a culpa cometida e com as suas consequências; e, portanto, relação com o próximo, indivíduo ou comunidade. É Deus em «cujas mãos estão os corações dos poderosos» [67] e os de todos os homens, que pode, segundo a sua própria promessa, transformar por obra do seu Espírito os «corações de pedra» em «corações de carne» (cf. *Ez* 36, 26).

No caminho da desejada conversão, rumo à superação dos obstáculos morais para o desenvolvimento, pode-se já apontar, como *valor positivo e moral*, a consciência crescente da *interdependência* entre os homens e as nações. O facto de os homens e as mulheres, em várias partes do mundo, sentirem como próprias as injustiças e as violações dos direitos humanos cometidas em países longínquos, que talvez nunca visitem, é mais um sinal de uma realidade interiorizada na *consciência*, adquirindo assim uma conotação *moral*.

Trata-se antes de tudo da interdependência apreendida como *sistema determinante* de relações no mundo contemporâneo, com as suas componentes — económica, cultural, política e religiosa — e assumida como *categoria moral*. Quando a interdependência é reconhecida assim, a resposta correlativa, como atitude moral e social e como «virtude», é a *solidariedade*. Esta, portanto, não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a *determinação firme e perseverante* de se empenhar pelo *bem comum*; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque *todos nós* somos verdadeiramente responsáveis *por todos*. Esta determinação está fundada na *firme* convicção de que as causas que entram o desenvolvimento integral são aquela avidez do lucro e aquela sede do poder de que se falou. Estas atitudes e estas «estruturas de pecado» só poderão ser vencidas — pressupondo o auxílio da graça divina — com uma *atitude diametralmente oposta*: a aplicação em prol do bem do próximo, com a disponibilidade, em sentido evangélico, para «perder-se» em benefício do próximo em vez de o explorar, e para «servi-lo» em vez de o oprimir para proveito próprio (cf. *Mt* 10, 40-42; 20, 25; *Mc* 10, 42-45; *Lc* 22, 25-27).

39. A prática da solidariedade no *interior de cada sociedade* é válida, quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispendo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, hão-de sentir-se *responsáveis* pelos mais fracos e estar dispostos a partilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adoptar uma atitude meramente *passiva* ou *destrutiva* do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros.

Sinais positivos no mundo contemporâneo são, ainda, a *maior consciência* de solidariedade dos pobres entre si, as suas *intervenções de apoio recíproco* e as *manifestações públicas* no cenário social sem fazer recurso à violência, mas fazendo presentes as próprias necessidades e os próprios direitos perante a ineficácia e a

corrupção dos poderes públicos. Em virtude do seu peculiar compromisso evangélico, a Igreja sente-se chamada a estar ao lado das multidões pobres, a discernir a justiça das suas solicitações e a contribuir para as satisfazer, sem perder de vista o bem dos grupos no quadro do bem comum.

O mesmo critério aplica-se, por analogia, nas relações internacionais. A interdependência deve transformar-se em *solidariedade*, fundada sobre o princípio de que os bens da criação *são destinados a todos*: aquilo que a indústria humana produz, com a transformação das matérias-primas e com a contribuição do trabalho, deve servir igualmente para o bem de todos.

Superando os *imperialismos* de todo o género e os desígnios de conservar a *própria hegemonia*, as nações mais fortes e mais dotadas devem sentir-se moralmente *responsáveis* pelas outras, a fim de ser instaurado um *verdadeiro sistema internacional*, que se apoie no fundamento da *igualdade* de todos os povos e seja regido pelo indispensável respeito das suas legítimas diferenças. Os países economicamente mais débeis, ou que se encontram nos limites da sobrevivência, com a assistência dos outros povos e da comunidade internacional, não-de ser postos em condições de dar também eles uma contribuição para o bem comum, mediante os seus tesouros de *humanidade e de cultura* que, de outro modo, se perderiam para sempre.

A *solidariedade* ajuda-nos a ver o «outro» — *pessoa, povo ou nação* — não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim, como um nosso «semelhante», um «auxílio» (cf. *Gén 2, 18. 20*), que se há-de tornar participante, como nós, no banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus. Daqui a importância de despertar a *consciência religiosa* dos homens e dos povos.

Assim, a exploração, a opressão e o aniquilamento dos outros são excluídos. Estes factos, na divisão actual do mundo em blocos contrapostos, vão confluir no *perigo de guerra* e na preocupação excessiva pela própria segurança, muitas vezes à custa da autonomia, da livre decisão e da própria integridade territorial das nações mais débeis, que estão abrangidas nas chamadas «zonas de influência» ou nos «cinturões de segurança».

As «estruturas de pecado» e os pecados que nelas vão convergir opõem-se com *igual radicalidade* à *paz* e ao *desenvolvimento*, porque o desenvolvimento, na conhecida expressão da Encíclica de Paulo VI, é «o novo nome da paz».[68]

Deste modo, a solidariedade que nós propomos é *caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento*. Com efeito, a paz do mundo é inconcebível se não se chegar, por parte dos responsáveis, ao reconhecimento de que a *interdependência* exige por si mesma a superação da política dos blocos, a renúncia a todas as formas de imperialismo económico, militar ou político, e a transformação da recíproca desconfiança em *colaboração*. Esta última, precisamente, é o *procedimento próprio* da solidariedade entre os indivíduos e entre as nações.

O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era *Opus iustitiae pax*: a paz é o fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justeza e com a mesma força de inspiração bíblica (cf. *Is 32, 17; Tg 3, 18*), *Opus solidaritatis pax*: a paz é o fruto da solidariedade.

A meta da paz, tão desejada por todos, será certamente alcançada com a realização da justiça social e internacional; mas contar-se-á também com a prática das virtudes que favorecem a convivência e nos ensinam a viver unidos, a fim de, *unidos*, construirmos dando e recebendo, uma sociedade nova e um mundo melhor.

40. A *solidariedade* é indubitavelmente uma *virtude cristã*. Na exposição que precede já foi possível entrever numerosos pontos de contacto entre ela e a *caridade*, sinal distintivo dos discípulos de Cristo (cf. *Jo* 13, 35).

À luz da fé, a solidariedade tende a superar-se a si mesma, a revestir as dimensões *especificamente cristãs* da gratuidade total, do perdão e da reconciliação. O próximo, então, não é só um ser humano com os seus direitos e a sua igualdade fundamental em relação a todos os demais; mas torna-se a *imagem viva* de Deus Pai, resgatada pelo sangue de Jesus Cristo e tornada objecto da acção permanente do Espírito Santo. Por isso, ele deve ser amado, ainda que seja inimigo, com o mesmo amor com que o ama o Senhor; e é preciso estarmos dispostos ao sacrifício por ele, mesmo ao sacrifício supremo: «dar a vida pelos próprios irmãos» (cf. 1 *Jo* 3, 16).

E então, a consciência da paternidade comum de Deus, da fraternidade de todos os homens em Cristo, «filhos no Filho», e da presença e da acção vivificante do Espírito Santo conferirá ao nosso olhar para o mundo como que um *novo critério* para o interpretar. Por cima dos vínculos humanos e naturais, já tão fortes e estreitos, delineia-se, à luz da fé, um novo *modelo de unidade* do género humano, no qual deve inspirar-se em última instância a solidariedade. Este supremo *modelo de unidade*, reflexo da vida íntima de Deus, uno em três Pessoas, é o que nós cristãos designamos com a palavra «comunhão». Esta comunhão, especificamente cristã, ciosamente preservada, alargada e enriquecida com o auxílio do Senhor, é a *alma* da vocação da Igreja para ser «sacramento», no sentido já indicado.

A solidariedade, portanto, deve contribuir para a realização deste desígnio divino, tanto no plano individual como no da sociedade nacional e internacional. Os «mecanismos perversos» e as «estruturas de pecado», de que falámos, só poderão ser vencidos mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã, a que a Igreja convida e que ela promove incansavelmente. Só desta maneira muitas energias positivas poderão soltar-se inteiramente, em prol do desenvolvimento e da paz.

Muitos Santos canonizados pela Igreja oferecem *admiráveis testemunhos* desta solidariedade e podem servir de exemplo nas difíceis circunstâncias actuais. Entre todos, quereria recordar: São Pedro Claver, que se pôs ao serviço dos escravos, em Cartagena das Índias; e São Maximiliano Maria Kolbe, que ofereceu a sua vida em favor de um prisioneiro que lhe era desconhecido, no campo de concentração de Auschwitz-Oswiecim.

VI. ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARTICULARES

41. A Igreja não tem *soluções técnicas* que possa oferecer para o problema do subdesenvolvimento enquanto tal, como já afirmou o Papa Paulo VI na sua Encíclica. [69] Com efeito, ela não propõe sistemas ou programas económicos e políticos, nem manifesta preferências por uns ou por outros, contanto que a dignidade do homem seja devidamente respeitada e promovida e a ela própria seja deixado o espaço necessário para desempenhar o seu ministério no mundo.

Mas a Igreja é «perita em humanidade», [70] e isso impele-a necessariamente a alargar a sua missão religiosa aos vários campos em que os homens e as mulheres desenvolvem as suas actividades em busca da felicidade, sempre relativa, que é possível neste mundo, em conformidade com a sua dignidade de pessoas.

A exemplo dos meus Predecessores, devo repetir que não se pode reduzir a um problema «técnico» aquilo que, como é o caso do desenvolvimento autêntico, concerne a dignidade do homem e dos povos. Reduzido a isso, o desenvolvimento ficaria esvaziado do seu verdadeiro conteúdo e cometer-se-ia um acto de *traição* para com o homem e os povos, ao serviço dos quais ele deve ser posto.

É por isso que a Igreja tem uma *palavra a dizer*, hoje como há vinte anos e também no futuro, a respeito da natureza, das condições, das exigências e das finalidades do desenvolvimento autêntico e, de igual modo, a respeito dos obstáculos que o entravam. Ao fazê-lo, a Igreja está a cumprir a missão de *evangelizar*, porque dá a sua *primeira contribuição* para a solução do urgente problema do desenvolvimento, quando proclama a verdade acerca de Cristo, de si mesma e do homem aplicando-a a uma situação concreta. [71]

Como *instrumento* para alcançar este objectivo, a Igreja utiliza a sua *doutrina social*. Na difícil conjuntura presente, tanto para favorecer a correcta formulação dos problemas que se apresentam, como para a sua melhor solução, poderá ser de grande ajuda um *conhecimento mais exacto e uma difusão mais ampla* do «conjunto dos princípios de reflexão, dos critérios de julgamento e das directrizes de acção» propostos pelo seu ensinamento. [72]

Notar-se-á assim, imediatamente, que as questões que hão-de ser enfrentadas são, antes de mais nada, morais; e que nem a análise do problema do desenvolvimento enquanto tal, nem os meios para superar as presentes dificuldades podem prescindir desta dimensão essencial.

A doutrina social da Igreja *não* é uma «terceira via» entre *capitalismo liberalista e colectivismo marxista*, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma *categoria*. Não é tampouco uma *ideologia*, mas a *formulação acurada* dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade principal é *interpretar* estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente; visa, pois, *orientar* o comportamento cristão. Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da *ideologia*, mas da *teologia* e especialmente da teologia moral.

O ensino e a difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja. E, tratando-se de uma doutrina destinada a orientar o *comportamento das pessoas*, há-de levar cada uma delas, como consequência, ao «empenhamento pela justiça» segundo o papel, a vocação e as circunstâncias pessoais.

O exercício do *ministério da evangelização* em campo social, que é um aspecto do *múnus profético* da Igreja, compreende também a *denúncia* dos males e das injustiças. Mas convém esclarecer que o *anúncio* é sempre mais importante do que

a *denúncia*, e esta não pode prescindir daquele, pois é isso que lhe dá a verdadeira solidez e a força da motivação mais alta.

42. A doutrina social da Igreja hoje, mais do que no passado, tem o dever de se abrir para uma *perspectiva internacional* na linha do Concílio Vaticano II, [73] das Encíclicas mais recentes [74] e, em particular, daquela que estamos a comemorar. [75] Não será supérfluo, portanto, reexaminar e aprofundar sob esta luz, os temas e as orientações característicos, que foram repetidamente ventilados pelo Magistério nestes últimos anos.

Desejo aqui recordar um deles: a *opção ou amor preferencial* pelos pobres. Trata-se de uma opção, ou de uma *forma especial* de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja. Ela concerne a vida de cada cristão, enquanto deve ser imitação da vida de Cristo; mas aplica-se igualmente às nossas *responsabilidades sociais* e, por isso, ao nosso viver e às decisões que temos de tomar, coerentemente, acerca da propriedade e do uso dos bens.

Mais ainda: hoje, dada a dimensão mundial que a questão social assumiu, [76] este amor preferencial, com as decisões que ele nos inspira, não pode deixar de abranger as imensas multidões de famintos, de mendigos, sem-tecto, sem assistência médica e, sobretudo, sem esperança de um futuro melhor: não se pode deixar de ter em conta a existência destas realidades. Ignorá-las significaria tornar-nos como o «rico epulão», que fingia não conhecer o pobre Lázaro, que jazia ao seu portão (Lc 16, 19-31). [77]

A nossa *vida quotidiana* deve ser marcada por estas realidades, como também as nossas decisões em campo político e económico. Os *responsáveis* das nações e dos *próprios Organismos internacionais*, igualmente, enquanto lhes incumbe a obrigação de terem sempre presente, como prioritária nos seus planos, a verdadeira dimensão humana, não devem esquecer-se de dar precedência ao fenómeno crescente da pobreza. Os pobres, infelizmente, em vez de diminuírem, multiplicam-se, não só nos países menos desenvolvidos, mas, o que parece não menos escandaloso, também nos que estão mais desenvolvidos.

É necessário recordar mais uma vez o princípio típico da doutrina social cristã: os bens deste mundo são *originariamente destinados a todos*. [78] O direito à propriedade privada é válido e *necessário*, mas não anula o valor de tal princípio. Sobre a propriedade, de facto, grava «uma hipoteca social», [79] quer dizer, nela é reconhecida, como qualidade intrínseca, uma função social, fundada e justificada precisamente pelo princípio da destinação universal dos bens. Nem se há-de descurar, neste empenhamento pelos pobres, aquela *forma especial de pobreza* que é a privação dos direitos fundamentais da pessoa, em particular, do direito à liberdade religiosa e, ainda, do direito à iniciativa económica.

43. A estimulante preocupação pelos pobres — os quais, segundo a fórmula significativa, são «os pobres do Senhor» [80] — deve traduzir-se, a todos os níveis, em actos concretos até chegar decididamente a uma série de reformas necessárias. Depende de cada uma das situações locais individualizar as mais urgentes e os meios para as realizar. Mas não se hão-de esquecer aquelas que são requeridas pela situação de desequilíbrio internacional, acima descrita.

A este respeito, desejo recordar em particular: a *reforma do sistema internacional de comércio*, hipotecado pelo proteccionismo e pelo bilateralismo crescente; a *reforma do*

sistema monetário e financeiro mundial, hoje reconhecido insuficiente; a *questão dos intercâmbios de tecnologias* e do seu uso apropriado; a *necessidade de uma revisão da estrutura das Organizações internacionais* existentes, no quadro de uma ordem jurídica internacional.

O *sistema internacional de comércio* hoje discrimina frequentemente os produtos das indústrias incipientes dos países em vias de desenvolvimento, ao mesmo tempo que desencoraja os produtores de matérias-primas. Existe, outrossim, uma espécie de divisão *internacional do trabalho*, por força da qual os produtos a baixo preço, de alguns países que não dispõem de legislações eficazes sobre o trabalho ou demasiado fracos para as aplicar, são vendidos noutras partes do mundo com lucros consideráveis para as empresas especializadas neste ramo de produção, que não conhece fronteiras.

O *sistema monetário e financeiro mundial* caracteriza-se pela excessiva flutuação dos métodos de câmbio e de taxas de juros, em detrimento da balança de pagamentos e da situação de endividamento dos países pobres.

As *tecnologias e as suas transferências* constituem hoje um dos principais problemas do intercâmbio internacional, com os graves prejuízos que daí resultam. Não são raros os casos de países em vias de desenvolvimento, aos quais se negam as tecnologias necessárias ou se lhes enviam as inúteis.

As *Organizações internacionais*, segundo a opinião de muitos, parecem encontrar-se num momento da sua existência em que os mecanismos de funcionamento, as despesas administrativas e a sua eficácia requerem um reexame atento e eventuais correcções. Evidentemente, um processo tão delicado não poderá ser levado por diante sem a colaboração de todos. Ora isso pressupõe a superação das rivalidades políticas e a renúncia a toda a pretensão de instrumentalizar as mesmas Organizações, que têm como única razão de ser o *bem comum*.

As Instituições e as Organizações existentes têm trabalhado bem em favor dos povos. Contudo, a humanidade, ao enfrentar uma fase nova e mais difícil do seu desenvolvimento autêntico, hoje tem necessidade de um *grau superior de ordenação a nível internacional*, ao serviço das sociedades, das economias e das culturas do mundo inteiro.

44. O desenvolvimento requer sobretudo espírito de iniciativa da parte dos próprios países que necessitam dele. [81] Cada um deve agir segundo as próprias responsabilidades, sem estar à *espera de tudo* dos países mais favorecidos, e trabalhando em colaboração com os outros que se encontram na mesma situação. Cada um deve descobrir e aproveitar, o mais possível, o espaço da *própria liberdade*. Cada um deverá tornar-se capaz de iniciativas correspondentes às próprias exigências como sociedade. Cada um deverá também dar-se conta das necessidades reais, assim como dos direitos e dos deveres que se lhe impõem de as satisfazer. O desenvolvimento dos povos começa e encontra a actuação mais indicada no esforço de cada povo pelo próprio desenvolvimento em colaboração com os demais.

Neste sentido, é importante que as *próprias nações em vias de desenvolvimento* favoreçam a *auto-afirmação* de cada cidadão, mediante o acesso a uma cultura maior e a uma livre circulação das informações. Tudo o que puder favorecer a *alfabetização e a educação de base*, que a aprofunde e complete, como propunha a Encíclica *Populorum Progressio* [82] — objectivos ainda longe de serem

realidade em muitas regiões do mundo — é uma contribuição directa para o verdadeiro desenvolvimento.

Para enveredarem por este caminho as *mesmas nações* deverão discernir as próprias *prioridades* e reconhecer bem as próprias necessidades, em função das condições peculiares da população, do ambiente geográfico e das tradições culturais.

Algumas nações deverão incrementar a *produção alimentar*, para terem sempre à disposição o necessário ao sustento e à vida. No mundo contemporâneo — onde a fome faz tantas vítimas, especialmente entre a infância — há exemplos de nações que, sem serem particularmente desenvolvidas, mesmo assim conseguiram alcançar o objectivo da *auto-suficiência alimentar*, até ao ponto de se tornarem exportadoras de géneros alimentícios.

Outras nações precisam de reformar algumas estruturas injustas e, em particular, as próprias *instituições políticas*, para substituir regimes corruptos, ditatoriais ou autoritários com regimes *democráticos*, que favoreçam a *participação*. É um processo que fazemos votos se alargue e se consolide, porque a «saúde» de uma comunidade política — enquanto expressa mediante a livre participação e responsabilidade de todos os cidadãos na coisa pública, a firmeza do direito e o respeito e a promoção dos direitos humanos — é *condição necessária e garantia segura* de desenvolvimento do «homem todo e de todos os homens».

45. Tudo isto que acaba de ser dito não poderá realizar-se *sem a colaboração de todos*, especialmente da comunidade internacional, no quadro de uma *solidariedade* que abranja a todos, a começar pelos mais marginalizados. Mas as próprias nações em vias de desenvolvimento têm o dever de praticar a *solidariedade entre si próprias* e com os países mais marginalizados do mundo.

É para desejar, por exemplo, que as nações de uma *mesma área geográfica*: estabeleçam *formas de colaboração* que as tornem menos dependentes de produtores mais poderosos; abram as fronteiras aos produtos da mesma zona; examinem as eventuais complementaridades das produções respectivas; se associem para se dotarem dos serviços que cada uma sozinha não está em condições de organizar; e alarguem a sua colaboração ao sector monetário e financeiro.

A *interdependência* é já uma realidade em muitos destes países. Reconhecê-la, de maneira a torná-la mais activa, representa uma alternativa à excessiva dependência de países mais ricos e poderosos, na linha própria do desenvolvimento desejado, sem se contraporem a ninguém, mas descobrindo e valorizando ao máximo as *próprias possibilidades*. Os países em vias de desenvolvimento de uma mesma área geográfica, sobretudo aqueles que estão incluídos sob a designação «Sul», podem e devem constituir — como já se começa a fazer com resultados prometedores — *novas organizações regionais*, inspiradas em critérios de *igualdade, liberdade e participação* no concerto das nações.

A *solidariedade* universal requer, como condição indispensável, a autonomia e a livre disposição de si, também no âmbito interno de associações como as que acabam de ser indicadas. Mas, ao mesmo tempo, requer disponibilidade para aceitar os sacrifícios necessários para o bem da comunidade mundial.

VII. CONCLUSÃO

46. Os povos e os indivíduos aspiram à própria libertação: a busca do desenvolvimento pleno é o sinal do seu desejo de superar os múltiplos obstáculos que os impedem de usufruir de uma «vida mais humana».

Recentemente, no período sucessivo à publicação da Encíclica *Populorum Progressio*, nalgumas áreas da Igreja católica, em particular na América Latina, difundiu-se uma *nova maneira* de enfrentar os problemas da miséria e do subdesenvolvimento, que faz da *libertação* a categoria fundamental e o primeiro princípio de acção. Os valores positivos, mas também os desvios e os perigos de desvio, ligados a esta forma de reflexão e de elaboração teológica, foram oportunamente indicados pelo Magistério eclesiástico. [83]

É conveniente acrescentar que a aspiração à libertação de toda e qualquer forma de escravatura, relativa ao homem e à sociedade, é algo *nobre e válido*. E é isso justamente o que tem em vista o desenvolvimento, ou melhor, a libertação e o desenvolvimento, tendo em conta a íntima conexão existente entre estas duas realidades.

Um desenvolvimento somente económico não está em condições de libertar o homem; pelo contrário, acaba até por o escravizar mais. Um desenvolvimento que não abranja as *dimensões culturais, transcendentais e religiosas* do homem e da sociedade menos ainda contribui para a verdadeira libertação, na medida em que não reconhece a existência de tais dimensões e não orienta para elas as próprias metas e prioridades. O ser humano será totalmente livre só quando for *ele mesmo*, na plenitude dos seus direitos e deveres; o mesmo se deve dizer da sociedade inteira.

O obstáculo principal a superar para uma verdadeira libertação é o *pecado*, roborado pelas *estruturas* que ele suscita, à medida que se multiplica e se expande. [84]

A liberdade para a qual «Cristo nos libertou» (cf. *Gál 5, 1*), estimula-nos a converter-nos em *servos* de todos. Assim o processo do *desenvolvimento* e da *libertação* concretiza-se na prática da *solidariedade*, ou seja, do amor e do serviço ao próximo, particularmente aos mais pobres: «Onde faltam a verdade e o amor, o processo de libertação leva à morte de uma liberdade que terá perdido toda a base de apoio». [85]

47. No quadro das *tristes experiências* dos últimos anos e do *panorama predominantemente negativo* do momento actual, a Igreja sente-se no dever de afirmar com vigor: a *possibilidade* de superar os entraves que se interpõem, por excesso ou por defeito, ao desenvolvimento; e a confiança numa *verdadeira libertação*. Esta confiança e esta possibilidade fundam-se, em última instância, na *consciência que tem a mesma Igreja* da promessa divina, a assegurar-lhe que a história presente não permanece fechada em si mesma, mas está aberta para o Reino de Deus.

A Igreja tem também *confiança no homem*, embora conhecendo a perversão de que ele é capaz, porque sabe bem que — não obstante a herança de pecado e o próprio pecado que cada um pode cometer — há na pessoa humana qualidades e energias suficientes, há nela «bondade» fundamental (cf. *Gén 1, 31*), porque é imagem do Criador, colocada sob o influxo redentor de Cristo, que «se uniu de certo modo a cada homem», [86] e porque a acção eficaz do Espírito Santo «enche o mundo» (*Sab 1, 7*).

Não são justificáveis, portanto, nem o desespero, nem o pessimismo, nem a passividade. Embora com amargura, é preciso dizer que assim como se pode pecar por egoísmo, por avidez de ganho excessivo e de poder, *também se podem cometer faltas* em relação às necessidades urgentes de multidões humanas imersas no subdesenvolvimento, por *temor*, por *indecisão* e, no fundo, por *cobardia*. Estamos *todos chamados*, ou antes, *obrigados*, a enfrentar o *tremendo desafio* da última década do segundo Milénio, até porque há perigos incumbentes que nos ameaçam a todos: uma crise económica mundial, ou uma guerra sem fronteiras, sem vencedores nem vencidos. Perante esta ameaça, a distinção entre pessoas e países ricos e pessoas e países pobres *terá pouco valor*, a não ser em razão da maior responsabilidade que pesa sobre aqueles que têm mais e podem mais.

Mas semelhante motivação não é *a única nem a principal*. O que está em jogo é a *dignidade da pessoa humana*, cuja *defesa e promoção* nos foram confiadas pelo Criador, tarefa a que estão rigorosa e responsabilmente *obrigados* os homens e as mulheres em todas as conjunturas da história. O panorama actual — como muitos já se dão conta mais ou menos claramente — *não parece que corresponda* a essa dignidade. *Cada um* de nós é chamado a ocupar o próprio lugar nesta campanha *pacífica*, que há-de ser conduzida com meios *pacíficos*, para alcançar o *desenvolvimento na paz* e para salvaguardar a própria natureza e o mundo ambiente que nos rodeia. A Igreja sente-se profundamente implicada, também ela, nesta caminhada, em cujo feliz êxito final espera.

Sendo assim, a exemplo do que fez o Papa Paulo VI com a Encíclica *Populorum Progressio*, [87] quereria *dirigir-me* com simplicidade e humildade a *todos*, homens e mulheres, sem excepção, para que, convencidos da gravidade do momento presente e cada um da própria responsabilidade individual, ponham em prática — no estilo de vida pessoal e familiar, no uso dos bens, na participação como cidadãos, na contribuição para as decisões económicas e políticas e no próprio empenhamento nos planos nacionais e internacionais — as *medidas* inspiradas pela solidariedade e pelo amor preferencial para com os pobres. Assim o exigem as circunstâncias e assim o exige sobretudo a dignidade da pessoa humana, imagem indestrutível de Deus criador e imagem *idêntica* em cada um de nós.

Neste esforço, devem dar o exemplo e servir de guias os filhos da Igreja, chamados, segundo o programa enunciado pelo próprio Jesus na sinagoga de Nazaré, a «anunciar a boa-nova aos pobres..., a proclamar a libertação aos cativos e, aos cegos, o recobrar da vista; a pôr em liberdade os oprimidos e a promulgar um ano de graça da parte do Senhor» (Lc 4, 18-19). É conveniente salientar o *papel preponderante* que incumbe aos *leigos*, homens e mulheres, como foi repetido na recente Assembleia sinodal. A eles compete animar, com espírito cristão, as realidades temporais e testemunhar, nesse campo, que são operadores de paz e de justiça.

Queria dirigir-me especialmente a quantos, pelo sacramento do Baptismo e a profissão do mesmo Credo, são participantes de uma *verdadeira comunhão*, embora imperfeita, conosco. Estou certo de que a solicitude que esta Carta exprime, assim como as motivações que a animam *lhes serão familiares*, porque se inspiram no Evangelho de Cristo Jesus. Podemos encontrar aqui um novo convite a dar um *testemunho unânime* das nossas *convicções* comuns sobre a dignidade do homem, criado por Deus, remido por Cristo, santificado pelo Espírito e chamado a viver neste mundo uma *vida conforme* com esta dignidade.

Àqueles que compartilham connosco a herança de Abraão, «nosso pai na fé» (cf. *Rom* 4, 11-12), [88] e a tradição do Antigo Testamento, ou seja, os Judeus, e àqueles que, como nós, crêem em Deus justo e misericordioso, ou seja, os Muçulmanos, *dirijo igualmente* este apelo, que desejo fazer extensivo também a todos os seguidores das *grandes religiões do mundo*.

O encontro de 27 de Outubro do ano passado em Assis, a cidade de São Francisco, para rezarmos e nos empenharmos *pela paz* — cada um na *fidelidade* à própria profissão religiosa — revelou a todos até que ponto a paz e, como sua necessária condição, o desenvolvimento do «homem todo e de todos os homens», são uma *questão também religiosa*, e até que ponto a realização plena de uma e do outro depende da *fidelidade* à nossa vocação de homens e de mulheres que acreditam. É algo que depende, antes de mais, *de Deus*.

48. A Igreja sabe bem que *nenhuma realização temporal* se identifica com o Reino de Deus, mas que todas as realizações não deixam de *reflectir* e, em certo sentido, *antecipar* a glória do Reino que esperamos no fim da história, quando o Senhor retornar. Mas esta expectativa nunca poderá ser uma desculpa para nos desinteressarmos dos homens na sua situação pessoal concreta e na sua vida social, nacional e internacional, uma vez que esta — sobretudo agora — condiciona aquela.

Coisa alguma, embora imperfeita e provisória, de tudo aquilo que se pode e deve realizar, mediante o esforço solidário de todos e com a graça divina num certo momento da história, para tornar «mais humana» a vida dos homens, *será perdida ou terá sido em vão*. É isto o que ensina o Concílio Vaticano II, num texto luminoso da Constituição pastoral *Gaudium et Spes*: «Os bens da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, ou seja, todos os bons frutos da natureza e do nosso esforço, que nós tivermos espalhado pela terra segundo o Espírito do Senhor e de acordo com o Seu mandamento, encontrá-los-emos depois, mas purificados de toda a mancha, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal... O Reino já está misteriosamente nesta terra». [89]

O Reino de Deus agora é tornado *presente* sobretudo pela celebração do *Sacramento da Eucaristia*, que é o *Sacrifício do Senhor*. Nesta celebração os frutos da terra e do trabalho humano — o pão e o vinho — são transformados misteriosa, mas real e substancialmente, por obra do Espírito Santo e pelas palavras do ministro, no *Corpo e no Sangue* do Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus e Filho de Maria, pelo qual o *Reino do Pai* se tornou presente no meio de nós.

Os bens deste mundo e o trabalho das nossas mãos — o pão e o vinho — servem para a vinda do *Reino definitivo*, *dado que o Senhor*, mediante o Seu Espírito, os assume em Si, para se oferecer ao Pai e oferecer-nos a nós consigo, na renovação do seu *Sacrifício único*, que antecipa o Reino de Deus e anuncia a sua vinda final.

Assim o Senhor, pela Eucaristia, sacramento e sacrifício, *une-nos a Si e une-nos entre nós* por um vínculo mais forte do que toda a união natural; e, unidos, *envia-nos* ao mundo inteiro para darmos testemunho, com a fé e com as obras, do amor de Deus, preparando o advento do seu Reino e antecipando-o já, embora na penumbra do tempo presente.

Todos nós, os que participamos na Eucaristia, somos chamados a descobrir, mediante este Sacramento, o *sentido* profundo da nossa actividade no mundo em prol do

desenvolvimento e da paz; e a ir buscar nele as energias para nos empenharmos cada vez mais generosamente, a exemplo de Cristo, que neste Sacramento dá a sua vida pelos seus amigos (cf. *Jo 15, 13*). O nosso empenho pessoal, como o de Cristo e enquanto a ele unido, não será inútil, mas certamente fecundo.

49. Neste *Ano Mariano*, que promulguei visando que os fiéis católicos olhem cada vez mais para Maria, que nos precede na peregrinação da fé [90] e com solicitude maternal intercede por nós junto do seu Filho e nosso Redentor, desejo *confiar-lhe*, a Ela e à *sua intercessão* a *difícil conjuntura* do mundo contemporâneo, os esforços que se fazem e se farão, muitas vezes à custa de grandes sofrimentos, desejando contribuir para o verdadeiro desenvolvimento dos povos, proposto e anunciado pelo meu predecessor Paulo VI.

Como fez sempre a piedade cristã, apresentamos à Santíssima Virgem as situações individuais difíceis, para que Ela, expondo-as a seu Filho, obtenda d'Ele que *sejam aliviadas e mudadas*. Mas apresentamos-lhe também as *situações sociais* e a própria *crise internacional* com os seus aspectos preocupantes de miséria, desemprego, falta de alimentos, corrida aos armamentos, desprezo dos direitos humanos e situações ou perigos de conflito parcial ou total. Tudo isto queremos depor filialmente diante do seu «olhar misericordioso», repetindo uma vez mais, com fé e esperança, a antiga antífona: «Santa Mãe de Deus, não desprezeis as nossas súplicas em nossas necessidades, mas livrai-nos sempre de todos os perigos, ó Virgem gloriosa e bendita».

Maria Santíssima, nossa Mãe e Rainha, é aquela que, dirigindo-se a seu Filho, disse: «Não têm mais vinho» (*Jo 2, 3*); e é também aquela que louva a Deus Pai, porque: «Derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e aos ricos despediu-os de mãos vazias» (*Lc 1, 52-53*). A sua solicitude materna interessa-se pelos aspectos *pessoais e sociais* da vida dos homens sobre a terra. [91]

Diante da Santíssima Trindade, entrego confiante a Maria o que expus nesta Carta para convidar todos os homens a reflectirem e a empenharem-se activamente em promover o verdadeiro desenvolvimento dos povos, como eficazmente afirma a oração da Missa votiva homónima: «O Deus, que destes a todas as gentes uma única origem e quereis reuni-las numa só família, fazei com que os homens se reconheçam irmãos e promovam na solidariedade o desenvolvimento de todos os povos, para que (...) sejam reconhecidos os direitos de cada pessoa e a comunidade humana conheça uma era de igualdade e de paz». [92]

Ao concluir, é isto o que peço, em nome de todos os irmãos e irmãs, aos quais, à maneira de saudação e com bons votos, envio uma especial Bênção.

Dado em Roma, junto de São Pedro, a 30 de Dezembro do ano de 1987, décimo de Pontificado.

IOANNES PAULUS PP. II

Referências

1. Leão XIII, Carta Enc. *Rerum Novarum* (15 de Maio de 1891): *Leonis XIII P.M. Acta*, XI, Romae 1892, pp. 97-144.
2. Pio XI, Carta Enc. *Quadragesimo Anno* (15 de Maio de 1931): *AAS* 23 (1931), pp. 177-228; João XXIII, Carta Enc. *Mater et Magistra* (15 de Maio de 1961): *AAS* 53 (1961), pp. 401-464; Paulo VI, Carta Apost. *Octogesima Adveniens* (14 de Maio de 1971): *AAS* 63 (1971), pp. 401-441; João Paulo II, Carta Enc. *Laborem Exercens* (14 de Setembro de 1981): *AAS* 73 (1981), pp. 577-647. Pio XII também pronunciou uma Mensagem radiofónica (1 de Junho de 1941), pelo quinquagésimo aniversário da Encíclica de Leão XIII: *AAS* 33 (1941), pp. 195-205.
3. Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Divina Revelação, *Dei Verbum*, 4.
4. Paulo VI, Carta Enc. *Populorum Progressio* (26 de Março de 1967): *AAS* 59 (1967), pp. 257-299.
5. Cf. *L'Osservatore Romano*, 25 de Março de 1987.
6. Cf. Congr. para a Doutrina da Fé, Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação *Libertatis Conscientia* (22 de Março de 1986), 72: *AAS* 79 (1987), p. 586; Paulo VI, Carta Apost. *Octogesima Adveniens* (14 de Maio de 1971), 4: *AAS* 63 (1971), pp. 403-404.
7. Cf. Carta Enc. *Redemptoris Mater* (25 de Março de 1987), 3: *AAS* 79 (1987), pp. 363-364; Homília na Missa de 1 de Janeiro de 1987: *L'Osservatore Romano*, 2 de Janeiro de 1987.
8. A Encíclica *Populorum Progressio* cita 19 vezes os documentos do Concílio Vaticano II, 16 das quais se referem à Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*.
9. *Gaudium et Spes*, 1.
10. *Ibid.*, 4; cf. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 13: *l.c.*, p. 263. 264.
11. Cf. *Gaudium et Spes*, 3; Carta Enc. *Populorum Progressio*, 13: *l.c.*, p. 264.
12. Cf. *Gaudium et Spes*, 63; Carta Enc. *Populorum Progressio* 9: *l.c.*, pp. 261-262.
13. Cf. *Gaudium et Spes*, 69; Carta Enc. *Populorum Progressio*, 22: *l.c.*, p. 269.
14. Cf. *Gaudium et Spes*, 57; Carta Enc. *Populorum Progressio*, 41: *l.c.*, p. 277.
15. Cf. *Gaudium et Spes*, 19; Carta Enc. *Populorum Progressio*, 41: *l.c.*, pp. 277-278.
16. Cf. *Gaudium et Spes*, 86; Carta Enc. *Populorum Progressio*, 48 *l.c.*, p. 281.
17. Cf. *Gaudium et Spes*, 69; Carta Enc. *Populorum Progressio*, 14-21: *l.c.*, pp. 264-268.
18. Cf. a *inscriptio* da Encíclica *Populorum Progressio*, *l.c.*, p. 257.
19. A Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII tem como assunto principal «a condição dos operários»: *Leonis XIII P.M. Acta*, XI, Romae 1892, p. 97.
20. Cf. Congr. para a Doutrina da Fé, Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação *Libertatis Conscientia* (22 de Março de 1986), 72: *AAS* 79 (1987), p. 586; Paulo VI, Carta Apost. *Octogesima Adveniens* (14 de Maio de 1971), 4: *AAS* 63 (1971), pp. 403-404.
21. Cf. Carta Enc. *Mater et Magistra* (15 de Maio de 1961): *AAS* 53 (1961), p. 440.
22. *Gaudium et Spes*, 63.
23. Cf. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 3: *l.c.*, p. 258; cf. também *ibid.*, 9: *l.c.*, p. 261.
24. Cf. *ibid.*, 3: *l.c.*, p. 258.
25. *Ibid.*, 48: *l.c.*, p. 281.
26. *Ibid.*, 14: *l.c.*, p. 264: «O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo».
27. *Ibid.*, 87: *l.c.*, p. 299.
28. Cf. *ibid.*, 53: *l.c.*, p. 283.
29. Cf. *ibid.*, 76: *l.c.*, p. 295.
30. Os decénios referem-se aos anos de 1960-1970 e de 1970-1980; está a decorrer actualmente o terceiro decénio (1980-1990).
31. A expressão «Quarto mundo» é usada não só ocasionalmente para designar os países ditos *menos avançados (PMA)*, mas também e sobretudo para designar as faixas de grande ou extrema pobreza dos países de médio e alto rendimento.
32. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, 1.
33. Cf. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 33: *l.c.*, p. 273.
34. Como é sabido, a Santa Sé associou-se à celebração deste Ano Internacional, com um especial documento da Pontifícia Comissão «Iustitia et Pax»: *Que fizeste do teu irmão sem-tecto? — A Igreja perante a falta de habitações* (27 de Dezembro de 1987).
35. Cf. Paulo VI, Carta Apost. *Octogesima Adveniens* (14 de Maio de 1971), 8-9: *AAS* 63 (1971), pp. 406-408.
36. O recente *Etude sur l'économie mondiale 1987*, publicado pelas Nações Unidas, contém os últimos dados a este respeito (cf. pp. 8-9). A percentagem dos desempregados nos países desenvolvidos, em economia de mercado, passou de 3 por cento da força de trabalho em 1970 para 8 por cento em 1986. Actualmente, o número dos desempregados eleva-se a 29 milhões.

37. Carta Enc. *Laborem Exercens* (14 de Setembro de 1981) 18: AAS 73 (1981), pp. 624-625.
38. *Ao serviço da comunidade humana: uma consideração ética da dívida internacional* (27 de Dezembro de 1986).
39. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 54: *l.c.*, pp. 283-284: «Os países em vias de desenvolvimento já não correrão o risco de ficarem sobrecarregados de dívidas, cuja amortização e juros absorvem o melhor dos seus lucros. Os juros e a duração dos empréstimos podem ser organizados de maneira suportável para uns e para outros, equilibrando os donativos gratuitos e os empréstimos sem juros ou a taxa mínima, com a duração das amortizações».
40. Cf. a «Apresentação» do Documento: *Ao serviço da comunidade humana: uma consideração ética da dívida internacional* (27 de Dezembro de 1986).
41. Cf. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 53: *l.c.*, p. 283.
42. *Ao serviço da comunidade humana: uma consideração ética da dívida internacional* (27 de Dezembro de 1986), III.2.1.
43. Cf. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 20-21: *l.c.*, pp. 267-268.
44. *Homilia em Drogheda, Irlanda* (29 de Setembro de 1979), 5: AAS 71 (1979), II, p. 1079.
45. Cf. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 37: *l.c.*, pp. 275-276.
46. Cf. Exort. Apost. *Familiaris Consortio* (22 de Novembro de 1981), especialmente o n. 30: AAS 74 (1982), pp. 115-117.
47. Cf. *Droits de l'homme, Recueil d'instruments internationaux*, Nations Unies, New York 1983. João Paulo II, Carta Enc. *Redemptor Hominis* (4 de Março de 1979), 17: AAS 71 (1979), p. 296
48. Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*, 78; Paulo VI, Carta Enc. *Populorum Progressio*, 76: *l.c.*, pp. 294-295: «Combater a miséria e lutar contra a injustiça é promover não só o bem-estar, mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade. A paz... constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens».
49. Cf. Exort. Apost. *Familiaris Consortio* (22 de Novembro de 1981), 6: AAS 74 (1982), p. 88: «A história não é simplesmente um progresso necessário para o melhor, mas sim um acontecimento de liberdade e, mais ainda, um combate entre liberdades ...».
50. Foi por este motivo que se julgou preferível usar no texto desta Encíclica a palavra «desenvolvimento» em vez da palavra «progresso», procurando contudo dar à palavra «desenvolvimento» o sentido mais pleno.
51. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 19: *l.c.*, pp. 266-267: «Tanto para os povos como para as pessoas, "ter" mais não é o fim último. Todo e qualquer crescimento é ambivalente... A busca exclusiva do ter torna-se então um obstáculo ao crescimento do ser e opõe-se à sua verdadeira grandeza: tanto para as nações como para as pessoas, a avareza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral»; cf., também de Paulo VI, Carta Apost. *Octogesima Adveniens* (14 de Maio de 1971), 9: AAS 63 (1971), pp. 407-408.
52. Cf. Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*, 35; Paulo VI, Alocução ao Corpo Diplomático (7 de Janeiro de 1965): AAS 57 (1965), p. 232.
53. Cf. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 20-21: *l.c.*, pp. 267-268.
54. Cf. Carta Enc. *Laborem Exercens* (14 de Setembro de 1981), 4: AAS 73 (1981), PP. 584-585; Paulo VI, Carta Enc. *Populorum Progressio*, 15: *l.c.*, p. 265.
55. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 42: *l.c.*, p. 278.
56. Cf. *Praeconium Paschale, Missale Romanum*, ed. typ. altera 1975, p. 272: «Sem dúvida, era necessário o pecado de Adão, que foi destruído pela morte de Cristo. Ditosa culpa, que tal e tão grande Redentor mereceu ter!».
57. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, 1.
58. Cf. por exemplo, S. Basílio Magno, *Regulae fusius tractatae, interrogatio XXXVII*, 1-2: PG 31, 1009-1012; Teodoro de Ciro, *De Providentia, Oratio VII*: PG 83, 665-686; Santo Agostinho, *De Civitate Dei*, XIX, 17: CCL 48, 683-685.
59. Cf. por exemplo, São João Crisóstomo, *In Evang. S. Matthaei, hom. 50*, 3-4: PG 58, 508-510; Santo Ambrósio, *De Officiis Ministrorum*, lib. II, XXVIII, 136-140: PL 16, 139-141; Possídio, *Vita S. Augustini Episcopi*, XXIV: PL 32, 53-54.
60. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 23: *l.c.*, p. 268: «Se alguém, gozando dos bens deste mundo, vir o seu irmão em necessidade, mas lhe fechar o seu coração, como pode permanecer nele o amor de Deus?» (1 Jo 3, 17). Sabe-se com quanta firmeza os Padres da Igreja determinaram qual deve ser a atitude daqueles que possuem em relação aos que estão em necessidade». No número precedente, o Papa tinha citado o n. 69 da Const. past. *Gaudium et Spes* do Concílio Ecuménico Vaticano II.
61. Cf. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 47: *l.c.*, p. 280: «... um mundo em que a liberdade não seja uma palavra vã e em que o pobre Lázaro possa sentar-se à mesa do rico».

62. Cf. *ibid.*, 47: *l.c.*, p. 280: «Trata-se de construir um mundo em que todos os homens, sem excepção de raça, religião ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana livre das servidões que lhes vêm dos homens ...», cf. também Conc. Ecum. Vaticano II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo, *Gaudium et Spes*, 29. Esta *igualdade fundamental* é um dos motivos basilares pelo qual a Igreja sempre se opôs a toda a forma de racismo.
63. Cf. Homilia em Val Visdende, Itália, (12 de Julho de 1987), 5: *L'Osservatore Romano*, 13-14 de Julho de 1987; Paulo VI, Carta Apost. *Octogesima Adveniens* (14 de Maio de 1971), 21: *AAS* 63 (1971), pp. 416-417.
64. Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*, 25.
65. Exort. Apost. *Reconciliatio et Paenitentia* (2 de Dezembro de 1984), 16: «Pois bem: a Igreja, quando fala de *situações* de pecado ou denuncia como *pecados sociais* certas situações ou certos comportamentos colectivos de grupos sociais, mais ou menos vastos, ou até mesmo de nações inteiras e blocos de nações, sabe e proclama que tais casos de *pecado social* são o fruto, a acumulação e a concentração de muitos *pecados pessoais*. Trata-se dos pecados pessoalíssimos de quem suscita ou favorece a iniquidade ou a desfruta; de quem, podendo fazer alguma coisa para evitar, eliminar ou, pelo menos, limitar certos males sociais, deixa de o fazer por preguiça, por medo e temerosa conivência, por cumplicidade disfarçada ou por indiferença; de quem procura escusas na pretensa impossibilidade de mudar o mundo; e, ainda, de quem pretende esquivar-se ao cansaço e ao sacrifício, aduzindo razões especiosas de ordem superior. As verdadeiras responsabilidades, portanto, são das pessoas. Uma situação — e de igual modo uma instituição, uma estrutura, uma sociedade — não é, de per si, sujeito de actos morais; por isso, não pode ser, em si mesma, boa ou má»: *AAS* 77 (1985), p. 217.
66. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 42: *l.c.*, p. 278.
67. Cf. *Liturgia Horarum*, Feria III Hebdomadae IIIae Temporis per annum, Preces ad Vesperas.
68. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 87: *l.c.*, p. 299.
69. Cf. *ibid.*, 13; 81: *l.c.*, pp. 263-264. 296-297.
70. Cf. *ibid.*, 13: *l.c.*, p. 263
71. Cf. Discurso de abertura da Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (28 de Janeiro de 1979): *AAS* 71 (1979) pp. 189-196.
72. Congr. para a Doutrina da Fé, Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação *Libertatis Conscientia* (22 de Março de 1986), 72: *AAS* 79 (1987), p. 586; Paulo VI, Carta Apost. *Octogesima Adveniens* (14 de Maio de 1971), 4: *AAS* 63 (1971), pp. 403-404.
73. Cf. Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*, II Parte, c. V, secção II: «Edificação da comunidade internacional» (nn. 83-90).
74. Cf. João XXIII, Carta Enc. *Mater et Magistra* (15 de Maio de 1961): *AAS* 53 (1961), p. 440 Carta Enc. *Pacem in Terris* (11 de Abril de 1963), IV parte: *AAS* 55 (1963) pp. 291-296; Paulo VI, Carta Apost. *Octogesima Adveniens* (14 de Maio de 1971), 2-4: *AAS* 63 (1971), pp. 402-404.
75. Cf. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 3; 9: *l.c.*, p. 258. 261.
76. *Ibid.*, 3: *l.c.*, p. 258.
77. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 47: *l.c.*, p. 280; Congr. para a Doutrina da Fé, Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação *Libertatis Conscientia* (22 de Março de 1986), 68: *AAS* 79 (1987), pp. 583-584.
78. Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*, 69; Paulo VI, Carta Enc. *Populorum Progressio*, 22: *l.c.*, p. 268; Congr. para a Doutrina da Fé, Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação *Libertatis Conscientia* (22 de Março de 1986), 90: *AAS* 79 (1987), p. 594; São Tomás de Aquino, *Summa Theol.* IIa IIae, q. 66, art. 2.
79. Cf. Discurso de abertura da Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (28 de Janeiro de 1979): *AAS* 71 (1979), pp. 189-196; Discurso a um grupo de Bispos da Polónia em visita «ad Limina Apostolorum» (17 de Dezembro de 1987), 6: *L'Osservatore Romano*, 18 de Dezembro de 1987.
80. Porque o Senhor quis identificar-se com eles (*Mt* 25, 31-46) e os toma especialmente ao seu cuidado (cf. *Sl* 12 [11], 6; *Lc* 1, 52-53).
81. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 55: *l.c.*, p. 284: «É ... a estes homens e a estas mulheres que é preciso ajudar e convencer da necessidade de eles mesmos realizarem o seu próprio desenvolvimento e de adquirirem progressivamente os meios para o atingir»; cf. Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*, 86.
82. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 35: *l.c.*, p. 274 «A educação de base é o primeiro objectivo dum plano de desenvolvimento».
83. Cf. Congr. para a Doutrina da Fé, Instrução sobre alguns aspectos da «Teologia da Libertação» *Libertatis Nuntius* (6 de Agosto de 1984), Introdução: *AAS* 76 (1984), pp. 876-877.

84. Cf. Exort. Apost. *Reconciliatio et Paenitentia* (2 de Dezembro de 1984), 16: AAS 77 (1985), pp. 213-217; Congr. para a Doutrina da Fé, *Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação Libertatis Conscientia* (22 de Março de 1986), 38; 42: AAS 79 (1987), pp. 569. 571.
85. Congr. para a Doutrina da Fé, *Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação Libertatis Conscientia* (22 de Março de 1986), 24: AAS 79 (1987), p. 564.
86. Cf. Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*, 22; João Paulo II, Carta Enc. *Redemptor Hominis* (4 de Março de 1979), 8: AAS 71 (1979), p. 272.
87. Carta Enc. *Populorum Progressio*, 5: *l.c.*, p. 259: «Pensamos que este mesmo programa pode e deve unir, com os nossos filhos católicos e os nossos irmãos cristãos, os homens de boa vontade»; cf. também 81-83, 87: *l.c.*, pp. 296-298; 299.
88. Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs *Nostra Aetate*, 4.
89. *Gaudium et Spes*, 39.
90. Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen Gentium*, 58; Carta Enc. *Redemptoris Mater* (25 de Março de 1987), 5-6: AAS 79 (1987), pp. 365-367.
91. Cf. Paulo VI, Exort. Apost. *Marialis Cultus* (2 de Fevereiro de 1974), 37: AAS 66 (1974), pp. 148-149; João Paulo II, *Homilia no Santuário da B.V.M. de Zapopan, México* (30 de Janeiro de 1979), 4: AAS 71 (1979), p. 230.
92. Colecta da Missa «Pro populorum progressionem»: *Missale Romanum*, ed. typ. altera 1975, p. 820.

Etapa 2 – O Caminho de Maria (Julgar)

Espiritualidade: Imitação da Sagrada Família em Nazaré
2º Semestre

2.1. Diretório da Fraternidade Jesus Maria José

Ler, analisar, refletir, rezar e debater com o Responsável pela Formação na Comunidade os Capítulos 3 e 5 do Diretório da Fraternidade Jesus Maria José

Opcional. *Recomenda-se a leitura orante do documento conhecido como Patrimônio Espiritual de Rita Amada de Jesus – números 186 a 322 (pode ser encontrado no site – www.fraterjnj.org)*

2.2. Iniciação à Cristologia e à Mariologia

CARTA ENCÍCLICA
REDEMPTOR HOMINIS
DO SUMO PONTÍFICE
JOÃO PAULO II
AOS VENERÁVEIS IRMÃOS NO EPISCOPADO
AOS SACERDOTES
E ÀS FAMÍLIAS RELIGIOSAS
AOS FILHOS E FILHAS DA IGREJA
E A TODOS OS HOMENS DE BOA VONTADE
NO INÍCIO DO SEU MINISTÉRIO PONTIFICAL

Veneráveis Irmãos e caríssimos Filhos
Saúde e Bênção Apostólica!

I. HERANÇA

No final do segundo Milénio

O Redentor do homem, Jesus Cristo, é o centro do cosmos e da história. Para Ele se dirigem o meu pensamento e o meu coração nesta hora solene da história, que a Igreja e a inteira família da humanidade contemporânea estão a viver. Efectivamente, este tempo, no qual, depois do predilecto Predecessor João Paulo I, por um seu misterioso desígnio Deus me confiou o serviço universal ligado com a Cátedra de São Pedro em Roma, está muito próximo já do ano Dois Mil. É difícil dizer, neste momento, o que aquele ano virá a marcar no quadrante da história humana, e como é que ele virá a ser para cada um dos povos, nações, países e continentes, muito embora se tente, já desde agora, prever alguns eventos. Para a Igreja, para o Povo de Deus que se estendeu — se bem que de maneira desigual — até aos mais longínquos confins da terra, esse ano virá a ser o ano de um grande Jubileu. Estamos já, portanto, a

aproximar-nos de tal data que — respeitando embora todas as correcções devidas à exactidão cronológica — nos recordará e renovará em nós de uma maneira particular a consciência da verdade-chave da fé, expressa por São João nos inícios do seu Evangelho: « O Verbo fez-se carne e veio habitar entre nós »; [1] e numa outra passagem « Deus, de facto, amou de tal modo o mundo, que lhe deu o Seu filho unigénito, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna ». [2]

Estamos também nós, de alguma maneira, no tempo de um novo Advento, que é tempo de expectativa. « Deus, depois de ter falado outrora aos nossos pais, muitas vezes e de muitos modos, pelos Profetas, falou-nos nestes últimos tempos pelo Filho ... », [3] por meio do Filho-Verbo, que se fez homem e nasceu da Virgem Maria. Com este acto redentor a história do homem atingiu, no desígnio de amor de Deus, o seu vértice. Deus entrou na história da humanidade e, enquanto homem, tornou-se sujeito à mesma, um dos milhares de milhões e, ao mesmo tempo, Único! Deus, através da Encarnação, deu à vida humana aquela dimensão, que intentava dar ao homem já desde o seu primeiro início e deu-lha de maneira definitiva — daquele modo a Ele somente peculiar, segundo o seu eterno amor e a sua misericórdia, com toda a divina liberdade — e, simultaneamente, com aquela munificência, que, perante o pecado original e toda a história dos pecados da humanidade e perante os erros da inteligência, da vontade e do coração humano, nos dá azo a repetir com assombro as palavras da Sagrada Liturgia: « Ó ditosa culpa, que tal e tão grande Redentor mereceu ter ». [4]

2. Primeiras palavras do novo Pontificado

A Cristo Redentor elevei os meus sentimentos e pensamentos a 16 de Outubro do ano passado, quando, após a eleição canónica, me foi feita a pergunta: « Aceitais? » E eu respondi então: « Com obediência de fé em Cristo, meu Senhor, e confiando na Mãe de Cristo e da Igreja, não obstante as muitas dificuldades, eu aceito ». Quero hoje dar a conhecer publicamente aquela minha resposta a todos, sem excepção alguma, tornando assim manifesto que está ligado com a verdade primeira e fundamental da Encarnação o ministério que, com a aceitação da eleição para Bispo de Roma e para Sucessor do Apóstolo Pedro, se tornou meu específico dever na sua mesma Cátedra.

Escolhi os mesmos nomes que havia escolhido o meu amadíssimo Predecessor João Paulo I. Efectivamente, quando a 26 de Agosto de 1978 ele declarou ao Sacro Colégio (dos Cardeais) que queria ser chamado João Paulo — um binómio deste género não tinha antecedentes na história do Papado — já então reconheci nisso um eloquente bom auspício da graça sobre o novo Pontificado. E dado que esse Pontificado durou apenas trinta e três dias, cabe-me a mim não somente continuá-lo, mas, de certo modo, retomá-lo desse mesmo ponto de partida. Isto precisamente é confirmado pela escolha, feita por mim, desses dois nomes. E ao escolhê-los assim, em seguida ao exemplo do meu venerável Predecessor, desejei como ele também eu exprimir o meu amor pela singular herança deixada à Igreja pelos Sumos Pontífices João XXIII e Paulo VI; e, ao mesmo tempo, manifestar a minha disponibilidade pessoal para a desenvolver com a ajuda de Deus.

Através destes dois nomes e dos dois pontificados, quero vincular-me a toda a tradição desta Sé Apostólica, com todos os Predecessores no espaço de tempo deste século vinte e dos séculos precedentes, ligando-me gradualmente, segundo as diversas épocas até às mais remotas, àquela linha da missão e do ministério que confere à Sé de Pedro um lugar absolutamente particular na Igreja. João XXIII e Paulo VI

constituem uma etapa, à qual desejo referir-me directamente, como a um limiar do qual é minha intenção, de algum modo juntamente com João Paulo I, prosseguir no sentido do futuro, deixando-me guiar por confiança ilimitada e pela obediência ao Espírito, que Cristo prometeu e enviou à sua Igreja. Ele, efectivamente dizia aos seus Apóstolos, na véspera da sua Paixão: « É melhor para vós que eu vá; porque, se Eu não for, o Consolador não virá a vós; mas, se eu for, enviar-vo-lo-ei ». [5] « Quando vier o Consolador, que Eu vos hei-de enviar da parte do Pai, o Espírito da verdade que do Pai procede, ele dará testemunho de Mim. E vós também dareis testemunho de Mim, porque estais comigo desde o princípio ». [6] « Quando, porém, Ele vier, o Espírito da verdade, Ele guiar-vos-á para a verdade total, porque não falará por Si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e anunciar-vos-á as coisas vindouras ». [7]

3. Confiança no Espírito da Verdade e do Amor

É, pois, confiando plenamente no Espírito da verdade, que eu entro na posse da rica herança dos pontificados recentes. Esta herança acha-se fortemente radicada na consciência da Igreja de maneira absolutamente nova, nunca dantes conhecida, graças ao II Concílio do Vaticano, convocado e inaugurado por João XXIII e, em seguida, concluído felizmente e actuado com perseverança por Paulo VI, cuja actividade eu próprio pude observar de perto. Fiquei sempre maravilhado com a sua profunda sapiência e com a sua coragem, e igualmente com a sua constância e paciência no difícil período pós-conciliar do seu Pontificado. Como timoneiro da Igreja, barca de Pedro, ele sabia conservar uma tranquilidade e um equilíbrio providenciais mesmo nos momentos mais críticos, quando parecia que ela estava a ser abalada por dentro, mantendo sempre uma inquebrantável esperança na sua compacidade. Aquilo, de facto, que o Espírito disse à Igreja mediante o Concílio do nosso tempo, e aquilo que esta Igreja diz a todas as Igrejas [8] não pode — apesar das inquietudes momentâneas — servir para outra coisa senão para uma compacidade mais maturada ainda de todo o Povo de Deus, bem consciente da sua missão salvífica.

Desta consciência contemporânea da Igreja precisamente, Paulo VI fez o primeiro tema da sua fundamental Encíclica, que se inicia com as palavras *Ecclesiam suam*; e seja-me permitido fazer referência e pôr-me em conexão, antes de mais nada, com esta Encíclica, neste primeiro e, por assim dizer, inaugural documento do presente Pontificado. Com as luzes e com o apoio do Espírito Santo a Igreja tem uma consciência cada vez mais aprofundada quer pelo que se refere ao seu mistério divino, quer pelo que se refere à sua missão humana, quer mesmo, finalmente, quanto a todas as suas fraquezas humanas: esta consciência, precisamente, é e deve permanecer a primeira fonte do amor por esta Igreja, assim como o amor, da sua parte, contribui para consolidar e para aprofundar tal consciência. Paulo VI deixou-nos o testemunho de uma consciência da Igreja assim, extremamente perspicaz. Através das múltiplas e não raro sofridas componentes do seu Pontificado, ele ensinou-nos o amor destemido pela Igreja, a qual — como afirma o Concílio — é « sacramento, ou sinal, e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano ». [9]

4. Referência à primeira Encíclica de Paulo VI

Por tal razão, exactamente, a consciência da Igreja há-de andar unida com uma abertura universal, a fim de que todos possam nela encontrar « as imperscrutáveis riquezas de Cristo », [10] das quais fala o Apóstolo das gentes. Uma tal abertura, organicamente conjunta com a consciência da própria natureza, com a certeza da

própria verdade, da qual o mesmo Cristo disse « não é minha, mas do Pai que me enviou », [11] determina o dinamismo apostólico, que o mesmo é dizer missionário, da Igreja, professando e proclamando integralmente toda a verdade transmitida por Cristo. E simultaneamente ela, a Igreja, deve conduzir aquele diálogo que Paulo VI na sua Encíclica *Ecclesiam suam* chamou « diálogo da salvação », diferenciando com precisão cada um dos círculos no âmbito dos quais ele deveria ser conduzido. [12]

Quando assim me refiro hoje a este documento programático do Pontificado de Paulo VI, não cesso de dar graças a Deus, pelo facto de este meu grande Predecessor e ao mesmo tempo verdadeiro pai ter sabido — não obstante as diversas fraquezas internas, por que foi afectada a Igreja no período posconciliar — patentear « ad extra », « para o exterior », o seu autêntico rosto. De tal maneira, também grande parte da família humana, nas diversas esferas da sua multiforme existência, se tornou — na minha opinião — mais consciente do facto de lhe ser necessária verdadeiramente a Igreja de Cristo, a sua missão e o seu serviço. E esta consciência algumas vezes demonstrou-se mais forte do que as diversas atitudes críticas, que atacavam « ab intra », vindas « de dentro », a mesma Igreja, as suas instituições e estruturas, e os homens da Igreja e as suas actividades.

Um tal crítica crescente teve sem dúvida diversas causas e, por outro lado, estamos certos de que ela não foi sempre destituída de um sincero amor à Igreja. Manifestou-se nela, indubitavelmente, entre outras coisas, a tendência para superar o chamado triunfalismo, de que se discutia com frequência durante o Concílio. No entanto, se é uma coisa acertada que a Igreja, seguindo o exemplo do seu Mestre que era « humilde de coração », [13] esteja bem assente também ela na humildade, que possua o sentido crítico a respeito de tudo aquilo que constitui o seu carácter e a sua actividade humana e que seja sempre muito exigente para consigo própria, é óbvio igualmente que também a crítica deve ter os seus justos limites. Caso contrário, ela deixa de ser construtiva, não revela a verdade, o amor e a gratidão pela graça, da qual principal e plenamente nos tornamos participantes exactamente na Igreja e mediante a Igreja. Além disto, o espírito crítico não exprime a atitude de serviço, mas antes a vontade de orientar a opinião de outrem segundo a própria opinião, algumas vezes divulgada de maneira assaz imprudente.

Deve-se gratidão a Paulo VI ainda, porque, respeitando toda e qualquer parcela de verdade contida nas várias opiniões humanas, ele conservou ao mesmo tempo o equilíbrio providencial do timoneiro da Barca. [14] A Igreja que — através de João Paulo I — quase imediatamente depois dele me foi confiada, não se acha certamente isenta de dificuldades e de tensões internas. Entretanto, ela encontra-se interiormente mais premunida contra os excessos do autocrítico; poder-se-ia dizer, talvez, que ela é mais crítica diante das diversas críticas imprudentes, e está mais resistente no que respeita às várias « novidades », mais maturada no espírito de discernimento e mais idónea para tirar do seu perene tesouro « coisas novas e coisas velhas », [15] mais centrada no próprio mistério e, graças a tudo isto, mais disponível para a missão da salvação de todos: « Deus quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade ». [16]

5. Colegialidade e apostolado

Esta Igreja — contra todas as aparências — está mais unida na comunhão de serviço e na consciência do apostolado. Tal união nasce daquele princípio de colegialidade, recordado pelo II Concílio do Vaticano, que o próprio Cristo enxertou no Colégio

Apostólico dos Doze, com Pedro na chefia, e que renova continuamente no Colégio dos Bispos, o qual cresce cada vez mais sobre toda a terra, permanecendo unido com o Sucessor de São Pedro e sob a sua orientação. O Concílio não se limitou a recordar este princípio de colegialidade dos Bispos, mas vivificou-o imensamente, além do mais, auspiciando a instituição de um órgão permanente, que Paulo VI estabeleceu constituindo o Sínodo dos Bispos, cuja actividade não somente deu uma nova dimensão ao seu Pontificado, mas, em seguida, se reflectiu claramente logo desde os primeiros dias no Pontificado de João Paulo I e no do seu indigno Sucessor.

O princípio de colegialidade demonstrou-se particularmente actual no difícil período pós-conciliar, quando a comum e unânime posição do Colégio dos Bispos — o qual manifestou a sua união ao Sucessor de Pedro sobretudo através do Sínodo — contribuía para dissipar as dúvidas e indicava ao mesmo tempo as justas vias da renovação da Igreja, na sua dimensão universal. Do Sínodo, efectivamente, se originou, entre outras coisas, aquele impulso essencial para a evangelização que teve a sua expressão na Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi*, [17] acolhida com tanta alegria como programa da renovação de carácter apostólico e conjuntamente pastoral. A mesma linha foi seguida também nos trabalhos da última sessão ordinária do Sínodo dos Bispos, aquela que se realizou cerca de um ano antes da morte do Sumo Pontífice Paulo VI, a qual foi dedicada, como é sabido, à Catequese. Os resultados daqueles trabalhos requerem ainda uma sistematização e uma enunciação por parte da Sé Apostólica.

E uma vez que estamos a tratar do manifesto desenvolvimento das formas em que se exprime a Colegialidade episcopal, devemos pelo menos recordar o processo de consolidação das Conferências Episcopais Nacionais em toda a Igreja e de outras estruturas colegiais de carácter internacional ou continental. Referindo-nos, depois, à tradição secular da Igreja, convém salientar a actividade dos diversos Sínodos locais. Foi de facto ideia do Concílio, coerentemente actuada por Paulo VI, que as estruturas deste género, de há séculos comprovadas pela Igreja, bem como as outras formas de colaboração colegial dos Bispos — por exemplo a que se centra nas metrópoles, para não falar já de cada uma das dioceses singularmente tomadas — pulsassem em plena consciência da própria identidade e conjuntamente da própria originalidade, na unidade universal da Igreja.

Um idêntico espírito de colaboração e de corresponsabilidade se está a difundir também entre os sacerdotes, o que é confirmado pelos numerosos Conselhos Presbiterais que surgiram após o Concílio. O mesmo espírito se difundiu também entre os leigos, não apenas confirmando as organizações de apostolado laical já existentes, mas criando outras novas, que não raro se apresentam com um perfil diverso e uma dinâmica excepcional. Além disto, os leigos, conscientes da sua responsabilidade pela Igreja, aplicaram-se de boa vontade na colaboração com os Pastores e com os representantes dos Institutos de vida consagrada, no âmbito dos Sínodos diocesanos, e dos Conselhos pastorais nas paróquias e nas dioceses.

Para mim importa ter em mente tudo isto nos inícios do meu Pontificado, para agradecer a Deus, para exprimir um vivo encorajamento a todos os Irmãos e Irmãs e, além disto, para recordar com sentida gratidão a obra do II Concílio do Vaticano e os meus grandes Predecessores, que deram início a esta nova « vaga » a animar a vida da Igreja, movimento muito mais forte do que os sintomas de dúvida, de abalo e de crise.

6. Caminho para a união dos cristãos

E que dizer de todas aquelas iniciativas que se originaram da nova orientação ecuménica? O inesquecível Papa João XXIII, com clareza evangélica, pôs e enquadrou o problema da união dos cristãos como simples consequência da vontade do próprio Jesus Cristo, nosso Mestre, afirmada por mais de uma vez e expressa, de modo particular, durante a oração no Cenáculo, na véspera da sua morte: « Rogo ... Pai ... que todos sejam uma só coisa ». [18] E o II Concílio do Vaticano respondeu a esta exigência de forma concisa com o Decreto sobre o Ecumenismo. O Papa Paulo VI, por sua vez, valendo-se da colaboração do Secretariado para a União dos Cristãos, começou a dar os primeiros difíceis passos na caminhada para o conseguimento de uma tal união.

Já teríamos andado muito nesta caminhada? Sem querer dar uma resposta pormenorizada, podemos dizer que fizemos verdadeiros e importantes progressos. E uma coisa é certa: temos trabalhado com perseverança e coerência; e conjuntamente conosco têm vindo a aplicar-se também os representantes de outras Igrejas e de outras Comunidades cristãs, pelo que lhes estamos sinceramente obrigados. Depois, é certo também que na presente situação histórica da cristandade e do mundo, não se apresenta outra possibilidade para se cumprir a missão universal da Igreja pelo que respeita aos problemas ecuménicos, senão esta: procurar lealmente, com perseverança, com humildade e também com coragem as vias de aproximação e de união daquele modo que nos deixou o exemplo pessoal o Papa Paulo VI. Devemos buscar a união, portanto, sem nos deixarmos vencer pelo desânimo perante as dificuldades que se possam apresentar ou acumular ao longo de tal caminho; caso contrário, não seríamos fiéis à palavra de Cristo, não executaríamos o Seu testamento. E será lícito correr um tal risco?

Há pessoas que, encontrando-se diante das dificuldades, ou julgando negativos os resultados dos trabalhos iniciais no campo ecuménico, teriam tido vontade de voltar atrás. Há mesmo alguns que exprimem a opinião de que estes esforços são nocivos para a causa de Evangelho e levam a uma ulterior ruptura na Igreja, provocam a confusão de idéias nas questões da fé e da moral e vão desembocar a um específico indiferentismo. Talvez seja um bem que os porta-voz de tais opiniões expressem os seus receios; no entanto, também pelo que se refere a este ponto, é necessário manter-se dentro dos devidos limites. É claro que esta nova fase da vida da Igreja exige de nós uma fé particularmente consciente, aprofundada e responsável. A verdadeira actividade ecuménica comporta abertura, aproximação, disponibilidade para o diálogo e busca em comum da verdade no pleno sentido evangélico e cristão; mas tal actividade de maneira nenhuma significa nem pode significar renunciar ou causar dano de qualquer modo aos tesouros da verdade divina, constantemente confessada e ensinada pela Igreja.

A todos aqueles que, por qualquer motivo, queressem dissuadir a Igreja de buscar a unidade universal dos cristãos, é necessário repetir ainda uma vez: Ser-nos-á lícito deixar de o fazer? Poderemos nós — não obstante toda a fraqueza humana, todas as deficiências acumuladas nos séculos passados — não ter confiança na graça de Nosso Senhor, tal como ela se manifestou nos últimos tempos, mediante a palavra do Espírito Santo, que ouvimos durante o Concílio? Se procedessemos assim, negaríamos a verdade que diz respeito a nós mesmos e que o Apóstolo expressou de maneira tão

eloquente: « Pela graça de Deus sou aquilo que sou, e a graça que Ele me conferiu não foi estéril em mim ». [19]

Se bem que de um modo diverso e com as devidas diferenças, importa aplicar isto que acabámos de dizer agora à actividade que intenta a aproximação com os representantes das religiões não-cristãs e que se exprime também ela através do diálogo, dos contactos, da oração em comum e da busca dos tesouros da espiritualidade humana, os quais, como bem sabemos, não faltam também aos membros destas religiões. Não acontece, porventura, algumas vezes, que a crença firme dos sequazes das religiões não-cristãs — crença que é efeito também ela do Espírito da verdade operante para além das fronteiras visíveis do Corpo Místico — deixa confundidos os cristãos, não raro tão dispostos, por sua vez, a duvidar quanto às verdades reveladas por Deus e anunciadas pela Igreja, e tão propensos ao relaxamento dos princípios da moral e a abrir o caminho ao permissivismo ético? É nobre o estar-se predisposto para compreender cada um dos homens, para analisar todos os sistemas e para dar razão àquilo que é justo; isso, porém, não significa absolutamente perder a certeza da própria fé [20] ou então enfraquecer os princípios da moral, cuja falta bem depressa se fará ressentir na vida de inteiras sociedades, causando aí, além do mais, deploráveis consequências.

II. O MISTÉRIO DA REDENÇÃO

7. No Mistério de Cristo

Entretanto, se as vias a seguir, para as quais o Concílio do nosso século orientou a Igreja, vias que nos indicou na sua primeira Encíclica o saudoso Papa Paulo VI, permanecerão de modo perduradouro exactamente as vias que nós todos devemos seguir, ao mesmo tempo nesta nova fase podemos justamente interrogar-nos: Como? De que maneira será conveniente prosseguir? O que será necessário fazer, para que este novo advento da Igreja, conjugado com o já iminente fim do segundo Milénio, nos aproxime d'Aquele que a Sagrada Escritura chama « Pai perpétuo », *Pater futuri saeculi?* [21] Esta é a pergunta fundamental que o novo Sumo Pontífice tem de pôr-se, desde o momento em que aceitou, em espírito de obediência de fé, o chamamento em conformidade com a ordem mais de uma vez dirigida a Pedro: « Apascenta os meus cordeiros »; [22] o que quer dizer: « Sê pastor do meu rebanho »; e depois: « ... e tu, uma vez convertido, confirma os teus irmãos ». [23]

É precisamente aqui neste ponto, caríssimos Irmãos, Filhos e Filhas, que se impõe uma resposta fundamental e essencial, a saber: a única orientação do espírito, a única direcção da inteligência, da vontade e do coração para nós é esta: na direcção de Cristo, Redentor do homem; na direcção de Cristo, Redentor do mundo. Para Ele queremos olhar, porque só n'Ele, Filho de Deus, está a salvação, renovando a afirmação de Pedro: « Para quem iremos nós, Senhor? Tu tens as palavras de vida eterna ». [24]

Através da consciência da Igreja, tão desenvolvida pelo Concílio, através de todos os graus desta consciência, através de todos os campos de actividade onde a Igreja se afirma presente, se encontra e se consolida, devemos tender constantemente para Aquele « que é a Cabeça », [25] para « Aquele de quem tudo provém e nós somos criados para Ele », [26] para Aquele que é, ao mesmo tempo, « o caminho e a verdade » [27] e « a ressurreição e a vida », [28] para Aquele ao ver o Qual vemos o Pai, [29] para Aquele, enfim, que devia ir, deixando-nos [30] — entende-se aqui a alusão à sua

morte na Cruz e depois à sua Ascensão ao Céu — para que o Consolador viesse a nós e continue a vir constantemente como o Espírito da verdade. [31] N'Ele estão « todos os tesouros da sabedoria e da ciência » [32] e a Igreja é o seu Corpo. [33] A Igreja « em Cristo é como que um sacramento, ou sinal, e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano »; [34] e disto é Ele a fonte! Ele mesmo! Ele o Redentor!

A Igreja não cessa de ouvir as suas palavras, continuamente as relê e reconstrói com a máxima devoção todos os pormenores da sua vida. Estas palavras são escutadas também pelos não cristãos. A vida de Cristo fala ao mesmo tempo também a muitos homens que ainda não se acham em condições de repetir com Pedro: « Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo ». [35] Ele, Filho de Deus vivo, fala aos homens também como Homem: é a sua própria vida que fala, a sua humanidade, a sua fidelidade à verdade e o seu amor que a todos abraça. Fala, ainda, a sua morte na Cruz, isto é, a imperscrutável profundidade do seu sofrimento e do seu abandono. A Igreja não cessa nunca de reviver a sua morte na Cruz e a sua Ressurreição, que constituem o conteúdo da vida quotidiana da mesma Igreja. De facto, é por mandato do próprio Cristo, seu Mestre, que a Igreja celebra incessantemente a Eucaristia, encontrando nela « a fonte da vida e da santidade », [36] o sinal eficaz da graça e da reconciliação com Deus e o penhor da vida eterna. A Igreja vive o seu mistério e nele vai haurir sem jamais se cansar, e busca continuamente as vias para tornar este mistério do seu Mestre e Senhor próximo do género humano: dos povos, das nações, das gerações que se sucedem e de cada um dos homens em particular, como se repetisse sempre, seguindo o exemplo do Apóstolo: « Tomei a resolução de não saber, entre vós, outra coisa, a não ser Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado ». [37] A Igreja permanece na esfera do mistério da Redenção, que se tornou precisamente o princípio fundamental da sua vida e da sua missão.

8. Redenção: renovada criação

Redentor do mundo! N'Ele se revelou de um modo novo, de maneira admirável, aquela verdade fundamental respeitante à criação que o Livro do Génesis atesta quando repete mais de uma vez: Deus viu que as coisas eram boas. [38] O bem tem a sua nascente na Sapiência e no Amor. Em Jesus Cristo, o mundo visível, criado por Deus para o homem [39] — aquele mundo que, entrando nele o pecado, foi submetido à caducidade [40] — readquire novamente o vínculo originário com a mesma fonte divina da Sapiência e do Amor. Com efeito, « Deus amou tanto o mundo que lhe deu o seu Filho unigénito ». [41] Assim como no homem-Adão este vínculo foi quebrado, assim no Homem-Cristo foi de novo reatado. [42] Não nos convencem, porventura, a nós homens do século vinte, as palavras do Apóstolo das gentes, pronunciadas com uma arrebatadora eloquência, acerca da « criação inteira que geme e sofre, em conjunto, as dores do parto, até ao presente », [43] e « atende ansiosamente a revelação dos filhos de Deus », [44] acerca da criação que « foi submetida à caducidade »? O imenso progresso nunca dantes conhecido, que se verificou particularmente no decorrer do nosso século, no campo do domínio sobre o mundo por parte do homem, não revela acaso ele próprio e ainda por cima em grau nunca dantes conhecido, aquela multiforme submissão « à caducidade »? Basta recordar aqui certos fenómenos, como por exemplo a ameaça do inquinamento do ambiente natural nos locais de rápida industrialização, ou então os conflitos armados que rebentam e se repetem continuamente, ou ainda as perspectivas de autodestruição mediante o uso das armas atómicas, das armas com hidrogénio e com os neutrões e outras semelhantes e a falta de respeito pela vida dos não-nascidos. O mundo da época nova o mundo dos vãos

cósmicos, o mundo das conquistas científicas e técnicas, nunca alcançadas antes, não será ao mesmo tempo o mundo que « geme e sofre » [45] e « atende ansiosamente a revelação dos filhos de Deus »? [46]

O II Concílio do Vaticano, na sua penetrante análise do « mundo contemporâneo », chegava aquele ponto que é o mais importante do mundo visível, o homem, descendo — como Cristo — até ao profundo das consciências humanas, tocando mesmo o mistério interior do homem, que na linguagem bíblica (e também não bíblica) se exprime com a palavra « coração ». Cristo, Redentor do mundo, é Aquele que penetrou, de uma maneira singular e que não se pode repetir, no mistério do homem e entrou no seu « coração ». Justamente, portanto, o mesmo II Concílio do Vaticano ensina: « Na realidade, só no mistério do Verbo Encarnado se esclarece verdadeiramente o mistério do homem. Adão, de facto, o primeiro homem, era figura do futuro (*Rom 5, 14*), isto é, de Cristo Senhor. Cristo, que é o novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu Amor, *revela também plenamente o homem ao mesmo homem* e descobre-lhe a sua vocação sublime ». E depois, ainda: « Imagem de Deus invisível (*Col 1, 15*), Ele é o homem perfeito, que restitui aos filhos de Adão a semelhança divina, deformada desde o primeiro pecado. Já que n'Ele a natureza humana foi assumida, sem ter sido destruída, por isso mesmo também em nosso benefício ela foi elevada a uma dignidade sublime. Porque, pela sua Encarnação, Ele, o Filho de Deus, *uniu-se de certo modo a cada homem*. Trabalhou com mãos de homem, pensou com uma mente de homem, agiu com uma vontade de homem e amou com um coração de homem. Nascendo da Virgem Maria, Ele tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, excepto no pecado ». [47] Ele, o Redentor do homem.

9. Dimensão divina do mistério da Redenção

Ao reflectirmos novamente sobre este texto admirável do Magistério conciliar, não esqueçamos, nem sequer por um momento, que Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, se tornou a nossa reconciliação junto do Pai. [48] Ele precisamente e só Ele satisfaz ao eterno amor do Pai, àquela paternidade que desde o princípio se expressou na criação do mundo, na doação ao homem de toda a riqueza do que foi criado, ao fazê-lo « pouco inferior aos anjos », [49] enquanto criado « à imagem e à semelhança de Deus »; [50] e, igualmente satisfaz àquela paternidade de Deus e àquele amor, de um certo modo rejeitado pelo homem, com a ruptura da primeira Aliança [51] e das alianças posteriores que Deus « repetidas vezes ofereceu aos homens ». [52] A redenção do mundo — aquele tremendo mistério do amor em que a criação foi renovada [53] — é, na sua raiz mais profunda, a plenitude da justiça num Coração humano: no Coração do Filho Primogénito, a fim de que ela possa tornar-se justiça dos corações de muitos homens, os quais, precisamente no Filho Primogénito, foram predestinados desde toda a eternidade para se tornarem filhos de Deus [54] e chamados para a graça, chamados para o amor. A cruz no Calvário, mediante a qual Jesus Cristo — Homem, Filho de Maria Virgem, filho putativo de José de Nazaré — « deixa » este mundo, é ao mesmo tempo uma nova manifestação da eterna paternidade de Deus, o Qual por Ele (Cristo) de novo se aproxima da humanidade, de cada um dos homens, dando-lhes o três vezes santo « Espírito da verdade ». [55]

Com esta revelação do Pai e efusão do Espírito Santo, que imprimem um sigilo indelével no mistério da Redenção, se explica o sentido da cruz e da morte de Cristo. O Deus da criação revela-se como Deus da redenção, como Deus « fiel a si próprio », [56] fiel ao seu amor para com o homem e para com o mundo, que já se revelara no

dia da criação. E este seu amor é amor que não retrocede diante de nada daquilo que nele mesmo exige a justiça. E por isto o Filho « que não conhecera o pecado, Deus tratou-o, por nós, como pecado ». [57] E se « tratou como pecado » Aquele que era absolutamente isento de qualquer pecado, fê-lo para revelar o amor que é sempre maior do que tudo o que é criado, o amor que é Ele próprio, porque « Deus é amor ». [58] E sobretudo o amor é maior do que o pecado, do que a fraqueza e do que « a caducidade do que foi criado », [59] mais forte do que a morte; é amor sempre pronto a erguer e a perdoar, sempre pronto para ir ao encontro do filho pródigo, [60] sempre em busca da « revelação dos filhos de Deus », [61] que são chamados para a glória futura. [62] Esta revelação do amor é definida também misericórdia; [63] e tal revelação do amor e da misericórdia tem na história do homem uma forma e um nome: chama-se Jesus Cristo.

10. Dimensão humana do mistério da Redenção

O homem não pode viver sem amor. Ele permanece para si próprio um ser incompreensível e a sua vida é destituída de sentido, se não lhe for revelado o amor, se ele não se encontra com o amor, se o não experimenta e se o não torna algo seu próprio, se nele não participa vivamente. E por isto precisamente Cristo Redentor, como já foi dito acima, revela plenamente o homem ao próprio homem. Esta é — se assim é lícito exprimir-se — a dimensão humana do mistério da Redenção. Nesta dimensão o homem reencontra a grandeza, a dignidade e o valor próprios da sua humanidade. No mistério da Redenção o homem é novamente « reproduzido » e, de algum modo, é novamente criado. Ele é novamente criado! « Não há judeu nem gentio, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher: todos vós sois um só em Cristo Jesus ». [64] O homem que quiser compreender-se a si mesmo profundamente — não apenas segundo imediatos, parciais, não raro superficiais e até mesmo só aparentes critérios e medidas do próprio ser — deve, com a sua inquietude, incerteza e também fraqueza e pecaminosidade, com a sua vida e com a sua morte, aproximar-se de Cristo. Ele deve, por assim dizer, entrar n'Ele com tudo o que é em si mesmo, deve « apropriar-se » e assimilar toda a realidade da Encarnação e da Redenção, para se encontrar a si mesmo. Se no homem se actuar este processo profundo, então ele produz frutos, não somente de adoração de Deus, mas também de profunda maravilha perante si próprio. Que grande valor deve ter o homem aos olhos do Criador, se « mereceu ter um tal e tão grande Redentor », [65] se « Deus deu o seu Filho », para que ele, o homem, « não pereça, mas tenha a vida eterna ». [66]

Na realidade, aquela profunda estupefacção a respeito do valor e dignidade do homem chama-se Evangelho, isto é a Boa Nova. Chama-se também Cristianismo. Uma tal estupefacção determina a missão da Igreja no mundo, também, e talvez mais ainda, « no mundo contemporâneo ». Tal estupefacção e conjuntamente persuasão e certeza, que na sua profunda raiz é a certeza da fé, mas que de um modo recôndito e misterioso vivifica todos os aspectos do humanismo autêntico, está intimamente ligada a Cristo. Ela estabelece também o lugar do mesmo Jesus Cristo — se assim se pode dizer — o seu particular direito de cidadania na história do homem e da humanidade. A Igreja, que não cessa de contemplar o conjunto do mistério de Cristo, sabe com toda a certeza da fé, que a Redenção que se verificou por meio da Cruz, restituiu definitivamente ao homem a dignidade e o sentido da sua existência no mundo, sentido que ele havia perdido em considerável medida por causa do pecado. E por isso a Redenção realizou-se no mistério pascal, que, através da cruz e da morte, conduz à ressurreição.

A tarefa fundamental da Igreja de todos os tempos e, de modo particular, do nosso, é a de dirigir o olhar do homem e de endereçar a consciência e experiência de toda a humanidade para o mistério de Cristo, de ajudar todos os homens a ter familiaridade com a profundidade da Redenção que se verifica em Cristo Jesus. Simultaneamente, toca-se também a esfera mais profunda do homem, a esfera — queremos dizer — dos corações humanos, das consciências humanas e das vicissitudes humanas.

11. O Mistério de Cristo na base da missão da Igreja e do Cristianismo

O II Concílio do Vaticano realizou um trabalho imenso, para formar aquela plena e universal consciência da Igreja, acerca da qual escrevia o Papa Paulo VI na sua primeira Encíclica. Uma tal consciência — ou antes autoconsciência da Igreja — formase « no diálogo », o qual, antes de se tornar colóquio, deve volver a própria atenção para « o outro », ou seja para aquele com o qual queremos falar. O Concílio Ecuménico deu um impulso fundamental para se formar a autoconsciência da Igreja, apresentando-nos, de maneira adequada e competente, a visão do orbe terrestre como de um « mapa » de várias religiões. Além disto, ele demonstrou como sobre este « mapa » das religiões do mundo se sobrepõe em estratos — nunca dantes conhecidos e característicos da nossa época — o fenómeno do ateísmo nas suas várias formas, a começar do ateísmo programado, organizado e estruturado em sistema político.

Quanto à religião, trata-se, antes de mais, da religião como fenómeno universal, conjunto com a história do homem desde o início; depois, das várias religiões não cristãs e, por fim, do próprio cristianismo. O documento do Concílio dedicado às religiões não cristãs é, em particular, um documento cheio de estima profunda pelos grandes valores espirituais, ou melhor, pelo primado daquilo que é espiritual, e que encontra na vida da humanidade a sua expressão na religião e, em seguida, na moralidade, que se reflecte em toda a cultura. Justamente os Padres da Igreja viam nas diversas religiões como que outros tantos reflexos de uma única verdade, como que « germes do Verbo », [67] os quais testemunham que, embora por caminhos diferentes, está contudo voltada para uma mesma direcção a mais profunda aspiração do espírito humano, tal como ela se exprime na busca de Deus; e conjuntamente na busca, mediante a tensão no sentido de Deus, da plena dimensão da humanidade, ou seja, do sentido pleno da vida humana. O Concílio dedicou uma particular atenção à religião judaica, recordando o grande património espiritual que é comum aos cristãos e aos judeus, e exprimiu a sua estima para com os crentes do Islão, cuja fé se refere também a Abraão. [68]

Em virtude da abertura provocada pelo II Concílio do Vaticano, a Igreja e todos os cristãos puderam alcançar uma consciência mais completa do mistério de Cristo, « mistério oculto por tantos séculos » [69] em Deus, para ser revelado no tempo, no Homem Jesus Cristo, e para se revelar continuamente, em todos os tempos. Em Cristo e por Cristo, Deus revelou-se plenamente à humanidade e aproximou-se definitivamente dela; e, ao mesmo tempo, em Cristo e por Cristo, o homem adquiriu plena consciência da sua dignidade, da sua elevação, do valor transcendente da própria humanidade e do sentido da sua existência.

Importa, pois, que nós todos — quantos somos seguidores de Cristo — nos encontremos e nos unamos em torno d'Ele mesmo. Esta união, nos diversos sectores da vida, da tradição e das estruturas e disciplina de cada uma das Igrejas ou das Comunidades eclesiais, não poderá ser actuada sem um válido trabalho que tenda para se chegar a um conhecimento recíproco e para a remoção dos obstáculos ao longo do

caminho para uma perfeita unidade. No entanto, podemos e devemos, já a partir de agora, conseguir e manifestar ao mundo a nossa unidade: no anunciar o mistério de Cristo, no tornar patente a dimensão divina e conjuntamente humana da Redenção, no lutar com infatigável perseverança por aquela dignidade que todos os homens alcançaram e podem alcançar continuamente em Cristo, que é a dignidade da graça da adopção divina e simultaneamente dignidade da verdade interior da humanidade, a qual — se na consciência comum do mundo contemporâneo chegou a ter um realce assim tão fundamental — para nós ainda ressalta mais à luz daquela realidade que é Ele: Jesus Cristo.

Jesus Cristo é princípio estável e centro permanente da missão que o próprio Deus confiou ao homem. E nesta missão devemos participar todos, nela devemos concentrar todas as nossas forças, uma vez que ela é mais do que nunca necessária para a humanidade do nosso tempo. E se uma tal missão parece encontrar na nossa época oposições maiores do que em qualquer outro tempo, então esta circunstância está a demonstrar também que ela na nossa época é ainda mais necessária e — não obstante as oposições — mais esperada do que nunca. Aqui tocamos indirectamente naquele mistério da economia divina que uniu a salvação e a graça com a Cruz. Não foi em vão que Cristo disse alguma vez que « o reino dos céus é objecto de violência, e os violentos tornam-se seus senhores »; [70] e, ainda, que « os filhos deste mundo são mais sagazes do que os filhos da luz ». [71] Aceitemos esta admoestação de bom grado, para sermos como aqueles « violentos de Deus » que tantas vezes nos foi dado ver na história da Igreja e que descortinamos ainda hoje, a fim de nos unirmos conscientemente na grande missão, ou seja: revelar Cristo ao mundo, ajudar cada um dos homens para que se encontre a si mesmo n'Ele, ajudar as gerações contemporâneas dos nossos irmãos e irmãs, povos, nações, estados, humanidade, países ainda não desenvolvidos e países da opulência, ajudar todos, em suma, a conhecer as « imperscrutáveis riquezas de Cristo », [72] pois estas são para todos e cada um dos homens e constituem o bem de cada um deles.

12. Missão da Igreja e liberdade do homem

Nesta união na missão, da qual decide sobretudo o mesmo Cristo, todos os cristãos devem descobrir aquilo que os une, ainda antes de se realizar a sua plena comunhão. Esta é a união apostólica e missionária, missionária e apostólica. Graças a esta união, podemos juntos aproximar-nos do magnífico património do espírito humano, que se manifestou em todas as religiões, como diz a Declaração do II Concílio do Vaticano *Nostra aetate*. [73] E graças à mesma união, abeirar-nos-emos também de todas as culturas, de todas as concepções ideológicas e de todos os homens de boa vontade. E aproximar-nos-emos com aquela estima, respeito e discernimento que, já desde os tempos apostólicos, distinguiam a atitude *missionária* e *do missionário*. Bastanos recordar São Paulo e, por exemplo, o seu discurso no Areópago de Atenas. [74] A atitude *missionária* começa sempre por um sentimento de profunda estima para com aquilo « que há no homem », [75] por aquilo que ele, no íntimo do seu espírito, elaborou quanto aos problemas mais profundos e mais importantes; trata-se de respeito para com aquilo que nele operou o Espírito, que « sopra onde quer ». [76] A missão não é nunca uma destruição, mas uma reassunção de valores e uma nova construção, ainda que na prática nem sempre tenha havido plena correspondência com um ideal assim tão elevado. A conversão, que da missão deve tomar início, sabemos bem que é obra da graça, na qual o homem há-de encontrar-se plenamente a si mesmo.

Por tudo isto, a Igreja do nosso tempo dá grande importância a tudo aquilo que o II Concílio do Vaticano expôs na *Declaração sobre a Liberdade Religiosa*, tanto na primeira como na segunda parte do Documento. [77] Sentimos profundamente o carácter compromissivo da verdade que Deus nos revelou. Damo-nos conta, em particular, do grande sentido de responsabilidade por esta verdade. A Igreja, por instituição de Cristo, dela é guarda e mestra, sendo precisamente para isso dotada de uma singular assistência do Espírito Santo, a fim de poder guardá-la fielmente e ensiná-la na sua mais exacta integridade. [78]

No desempenho desta missão, olhemos para o próprio Cristo, Aquele que é o primeiro evangelizador, [79] e olhemos também para os seus Apóstolos, Mártires e Confessores. A *Declaração sobre a Liberdade Religiosa* põe a claro, de modo bem convincente, como Cristo e, em seguida, os seus Apóstolos, ao anunciarem a verdade que não provém dos homens, mas sim de Deus — « a minha doutrina não é tão minha como daquele que me enviou », ou seja, o Pai [80] — embora agindo com todo o vigor do espírito, conservam uma profunda estima pelo homem, pela sua inteligência, pela sua vontade, pela sua consciência e pela sua liberdade. [81] De tal modo, a própria dignidade da pessoa humana torna-se conteúdo daquele anúncio, mesmo sem palavras, mas simplesmente através do comportamento em relação à mesma pessoa livre. Um comportamento assim parece corresponder às necessidades particulares do nosso tempo. Uma vez que nem em tudo aquilo que os vários sistemas e também homens singulares vêem e propagam como liberdade está de facto a verdadeira liberdade do homem, mais a Igreja, por força da sua divina missão, se torna guarda desta liberdade, a qual é condição e base da verdadeira dignidade da pessoa humana.

Jesus Cristo vai ao encontro do homem de todas as épocas, também do da nossa época, com as mesmas palavras que disse alguma vez: « conhecereis a verdade, e a verdade torna-vos-á livres ». [82] Estas palavras encerram em si uma exigência fundamental e, ao mesmo tempo, uma advertência: a exigência de uma relação honesta para com a verdade, como condição de uma autêntica liberdade; e a advertência, ademais, para que seja evitada qualquer verdade aparente, toda a liberdade superficial e unilateral, toda a liberdade que não compreenda cabalmente a verdade sobre o homem e sobre o mundo. Ainda hoje, depois de dois mil anos, Cristo continua a aparecer-nos como Aquele que traz ao homem a liberdade baseada na verdade, como Aquele que liberta o homem daquilo que limita, diminui e como que espedaça essa liberdade nas próprias raízes, na alma do homem, no seu coração e na sua consciência. Que confirmação estupenda disto mesmo deram e não cessam de dar aqueles que, graças a Cristo e em Cristo, alcançaram a verdadeira liberdade e a manifestaram até em condições de constrangimento exterior!

E o próprio Jesus Cristo, quando compareceu prisioneiro diante do tribunal de Pilatos e por ele foi interrogado acerca das acusações que Lhe tinham sido feitas pelos representantes do Sinédrio, porventura não respondeu Ele: « Para isto é que eu nasci e para isto é que eu vim ao mundo: para dar testemunho da verdade »? [83] Com tais palavras pronunciadas diante do juiz, no momento decisivo, foi como se quisesse confirmar, uma vez mais ainda, o que já havia dito em precedência: « Conhecereis a verdade, e a verdade tornar-vos-á livres ». No decorrer de tantos séculos e de tantas gerações, a começar dos tempos dos Apóstolos, não foi acaso o mesmo Jesus Cristo que tantas vezes compareceu ao lado dos homens julgados por causa da verdade, e não foi Ele para a morte, talvez, conjuntamente com homens condenados por causa da verdade? Cessa Ele, porventura, de continuamente ser o porta-voz e advogado do homem que vive « em espírito e em verdade »? [84] Do mesmo modo que não cessa

de sê-lo diante do Pai, assim também continua a sê-lo em relação à história do homem. E a Igreja, por sua vez, apesar de todas as fraquezas que fazem parte da história humana, não cessa de seguir Aquele que proclamou: « Aproxima-se a hora, ou melhor, já estamos nela, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade, porque é assim que o Pai quer os seus adoradores. Deus é espírito, e os que o adoram em espírito e verdade é que o devem adorar ». [85]

III. O HOMEM REMIDO E A SUA SITUAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

13 . Cristo uniu-se com cada um dos homens

Quando, através da experiência da família humana, em contínuo aumento a ritmo acelerado, penetramos no mistério de Jesus Cristo, compreendemos com maior clareza que, na base de todas aquelas vias ao longo das quais — de acordo com a sapiência do Sumo Pontífice Paulo VI [86] — a Igreja dos nossos tempos deve prosseguir, existe uma única via: é a via experimentada de há séculos, e é, ao mesmo tempo, a via do futuro. Cristo Senhor indicou esta via sobretudo, quando — como ensina o Concílio — « pela sua Encarnação, Ele, o Filho de Deus, se uniu de certo modo a cada homem ». [87] A Igreja reconhece, portanto, como sua tarefa fundamental fazer com que uma tal união se possa actuar e renovar continuamente. A Igreja deseja servir esta única finalidade: que cada homem possa encontrar Cristo, a fim de que Cristo possa percorrer juntamente com cada homem o caminho da vida, com a potência daquela verdade sobre o homem e sobre o mundo, contida no mistério da Encarnação e da Redenção, e com a potência do amor que de tal verdade irradia. Sobre o pano de fundo dos sempre crescentes processos na história, que na nossa época parecem frutificar de modo particular no âmbito de vários sistemas, de concepções ideológicas do mundo e de regimes, Cristo torna-se, de certo modo, novamente presente, malgrado todas as suas aparentes ausências, malgrado todas as limitações da presença e da actividade institucional da Igreja. E Jesus Cristo torna-se presente com a potência daquela verdade e daquele amor que n'Ele se exprimiram como plenitude única e que não se pode repetir, se bem que a sua vida na terra tenha sido breve e ainda mais breve a sua actividade pública.

Jesus Cristo é a via principal da Igreja. Ele mesmo é a nossa via para « a casa do Pai » [88] e é também a via para cada homem. Por esta via que leva de Cristo ao homem, por esta via na qual Cristo se une a cada homem, a Igreja não pode ser entravada por ninguém. Isso é exigência do bem temporal e do bem eterno do mesmo homem. Por respeito a Cristo e em razão daquele mistério que a vida da mesma Igreja constitui, esta não pode permanecer insensível a tudo aquilo que serve o verdadeiro bem do homem, assim como não pode permanecer indiferente àquilo que o ameaça. O II Concílio do Vaticano, em diversas passagens dos seus documentos, deixou bem expressa esta fundamental solicitude da Igreja, a fim de que « a vida no mundo /seja/ mais conforme com a dignidade sublime de homem », [89] em todos os seus aspectos, e por tornar essa vida « cada vez mais humana ». [90] Esta é a solicitude do próprio Cristo, o Bom Pastor de todos os homens. Em nome de uma tal solicitude, conforme lemos na Constituição pastoral do Concílio, « a Igreja que, em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a comunidade política nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é ao mesmo tempo o sinal e a salvaguarda do carácter transcendente da pessoa humana ». [91]

Aqui, portanto, trata-se do homem em toda a sua verdade, com a sua plena dimensão. Não se trata do homem « abstracto », mas sim real: do homem « concreto », «

histórico ». Trata-se de « cada » homem, porque todos e cada um foram compreendidos no mistério da Redenção, e com todos e cada um Cristo se uniu, para sempre, através deste mistério. Todo o homem vem ao mundo concebido no seio materno e nasce da própria mãe, e é precisamente por motivo do mistério da Redenção que ele é confiado à solicitude da Igreja. Tal solicitude diz respeito ao homem todo, inteiro, e está centrada sobre ele de modo absolutamente particular. O objecto destes cuidados da Igreja é o homem na sua única e singular realidade humana, na qual permanece intacta a imagem e semelhança com o próprio Deus. [92] O Concílio indica isto precisamente, quando, ao falar de tal semelhança recorda que o homem é « a única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma ». [93] O homem tal como foi « querido » por Deus, como por Ele foi eternamente « escolhido », chamado e destinado à graça e à glória, este homem assim é exactamente « todo e qualquer » homem, o homem « o mais concreto », « o mais real »; este homem, depois, é o homem em toda a plenitude do mistério de que se tornou participante em Jesus Cristo, mistério de que se tornou participante cada um dos quatro biliões de homens que vivem sobre o nosso planeta, desde o momento em que é concebido sob o coração da própria mãe.

14. Todas as vias da Igreja levam ao homem

A Igreja não pode abandonar o homem, cuja « sorte », ou seja, a escolha, o chamamento, o nascimento e a morte, a salvação ou a perdição, estão de maneira tão íntima e indissolúvel unidos a Cristo. E trata-se aqui precisamente de todos e cada um dos homens sobre este planeta, nesta terra que o Criador deu ao primeiro homem, dizendo ao mesmo tempo ao homem e à mulher: « submetei-a (a terra) e dominai-a ». [94] Cada homem, pois, em toda a sua singular realidade do ser e do agir, da inteligência e da vontade, da consciência e do coração. O homem nessa sua singular realidade (porque é « pessoa ») tem uma própria história da sua vida e, sobretudo, uma própria história da sua alma. O homem que, segundo a interior abertura do seu espírito, e conjuntamente a tantas e tão diversas necessidades do seu corpo e da sua existência temporal, escreve esta sua história pessoal, fá-lo através de numerosos ligames, contactos, situações e estruturas sociais, que o unem a outros homens; e faz isso a partir do primeiro momento da sua existência sobre a terra, desde o momento da sua concepção e do seu nascimento. O homem, na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social — no âmbito da própria família, no âmbito de sociedades e de contextos bem diversos, no âmbito da própria nação, ou povo (e, talvez, ainda somente do clã ou da tribo), enfim no âmbito de toda a humanidade — este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão: ele é *a primeira e fundamental via da Igreja*, via traçada pelo próprio Cristo e via que imutavelmente conduz através do mistério da Encarnação e da Redenção.

Este homem assim precisamente, em toda a verdade da sua vida, com a sua consciência, com a sua contínua inclinação para o pecado e, ao mesmo tempo, com a sua contínua aspiração pela verdade, pelo bem, pelo belo, pela justiça e pelo amor, precisamente um tal homem tinha diante dos olhos o II Concílio do Vaticano, quando, ao delinear a sua situação no mundo contemporâneo, se transferia sempre das componentes externas desta situação para a verdade imanente da humanidade: « É no íntimo do homem precisamente que muitos elementos se combatem entre si. Enquanto, por uma parte, ele se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outra, sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações, vê-se obrigado a escolher entre elas e a

renunciar a algumas. Mais ainda, fraco e pecador, faz muitas vezes aquilo que não quer e não realiza o que desejaria fazer. Sofre assim em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão graves discórdias se originam para a sociedade ». [95]

É este homem assim que é a via da Igreja; via que se encontra, de certo modo, na base de todas aquelas vias pelas quais a Igreja deve caminhar: porque o homem — todos e cada um dos homens, sem excepção alguma — foi remido por Cristo; e porque com o homem — cada homem, sem excepção alguma — Cristo de algum modo se uniu, mesmo quando tal homem disse não se acha consciente: « Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a estes — a todos e a cada um dos homens — oferece sempre... a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação ». [96]

Sendo portanto este homem a via da Igreja, via da sua vida e experiência quotidianas, da sua missão e actividade, a Igreja do nosso tempo tem de estar, de maneira sempre renovada, bem ciente da « situação » de tal homem. E mais: a Igreja deve estar bem ciente das suas possibilidades, que tomam sempre nova orientação e assim se manifestam; ela tem de estar bem ciente, ao mesmo tempo ainda, das ameaças que se apresentam contra o homem. Ela deve estar cõscia, outrossim, de tudo aquilo que parece ser contrário ao esforço para que « a vida humana se torne cada vez mais humana » [97] e para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem. Numa palavra, a Igreja deve estar bem cõscia de tudo aquilo *que é contrário* a um tal processo de nobilitação da vida humana.

15. De que é que o homem contemporâneo tem medo

Conservando, pois, viva na memória a imagem que de maneira tão perspicaz e autorizada traçou o II Concílio do Vaticano, procuraremos, uma vez mais ainda, adaptar este quadro aos « sinais dos tempos », bem como às exigências da situação que muda continuamente e evolui em determinadas direcções.

O homem de hoje parece estar sempre ameaçado por aquilo mesmo que produz; ou seja, pelo resultado do trabalho das suas mãos e, ainda mais, pelo resultado do trabalho da sua inteligência e das tendências da sua vontade. Os frutos desta multiforme actividade do homem, com muita rapidez e de modo muitas vezes imprevisível, passam a ser, não tanto objecto de « alienação », no sentido de que são simplesmente tirados àquele que os produz, quanto, ao menos parcialmente e num círculo consequente e indirecto dos seus efeitos, tais frutos se voltam contra o próprio homem. Eles passam então, de facto, a ser dirigidos, ou podem ser dirigidos contra o homem. E nisto assim parece consistir o capítulo principal do drama da existência humana contemporânea na sua mais ampla e universal dimensão. O homem, portanto, cada vez mais vive com medo. Ele teme que os seus produtos, naturalmente não todos e não na maior parte, mas alguns e precisamente aqueles que encerram uma especial porção da sua genialidade e da sua iniciativa, possam ser voltados de maneira radical contra si mesmo; teme que eles possam tornar-se meios e instrumentos de uma inimaginável autodestruição, perante a qual todos os cataclismas e as catástrofes da história, que nós conhecemos, parecem ficar a perder de vista. Deve pôr-se, portanto, uma interrogação: por que razão um tal poder, dado desde o princípio ao homem, poder mediante o qual ele devia dominar a terra, [98] se volta assim contra ele, provocando um compreensível estado de inquietude, de consciente ou inconsciente medo, e de ameaça que de diversas maneiras se comunica a toda a família humana contemporânea e se manifesta sob vários aspectos?

Este estado de ameaça contra o homem, da parte dos seus mesmos produtos, tem várias direcções e vários graus de intensidade. Parece que estamos cada vez mais cónscios do facto de a exploração da terra, do planeta em que vivemos, exigir um planeamento racional e honesto. Ao mesmo tempo, tal exploração para fins não somente industriais mas também militares, o desenvolvimento da técnica não controlado nem enquadrado num plano com perspectivas universais e autenticamente humanístico, trazem muitas vezes consigo a ameaça para o ambiente natural do homem, alienam-no nas suas relações com a natureza e apartam-no da mesma natureza. E o homem parece muitas vezes não dar-se conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles somente que servem para os fins de um uso ou consumo imediatos. Quando, ao contrário, era vontade do Criador que o homem comunicasse com a natureza como « senhor » e « guarda » inteligente e nobre, e não como um « desfrutador » e « destrutor » sem respeito algum.

O progresso da técnica e o desenvolvimento da civilização do nosso tempo, que é marcado aliás pelo predomínio da técnica, exigem um proporcional desenvolvimento também da vida moral e da ética. E no entanto este último, infelizmente, parece ficar sempre atrasado. Por isso, este progresso, de resto tão maravilhoso, em que é difícil não vislumbrar também os autênticos sinais da grandeza do mesmo homem, os quais, em seus germes criativos, já nos são revelados nas páginas do Livro do Génesis, na descrição da sua mesma criação, [99] este progresso não pode deixar de gerar múltiplas inquietações. Uma primeira inquietação diz respeito à questão essencial e fundamental: Este progresso, de que é autor e fautor o homem, torna de facto a vida humana sobre a terra, em todos os seus aspectos, « mais humana »? Torna-a mais « digna do homem »? Não pode haver dúvida de que, sob vários aspectos, a torna de facto tal. Esta pergunta, todavia, retorna obstinadamente e pelo que respeita àquilo que é essencial em sumo grau: se o homem, enquanto homem, no contexto deste progresso, se torna verdadeiramente melhor, isto é, mais amadurecido espiritualmente, mais consciente da dignidade da sua humanidade, mais responsável, mais aberto para com o outros, em particular para com os mais necessitados e os mais fracos, e mais disponível para proporcionar e prestar ajuda a todos.

Esta é a pergunta que os cristãos devem pôr-se, precisamente porque Cristo os sensibilizou assim de modo universal quanto ao problema do homem. E a mesma pergunta devem também pôr-se todos os homens, especialmente aqueles que fazem parte daqueles ambientes sociais que se dedicam activamente ao desenvolvimento e ao progresso nos nossos tempos. Ao observar estes processos e tomando parte neles, não podemos deixar que se aposses de nós a euforia, nem podemos deixar-nos levar por um unilateral entusiasmo pelas nossas conquistas; mas todos devemos pôr-nos, com absoluta lealdade, objectividade e sentido de responsabilidade moral, as perguntas essenciais pelo que se refere à situação do homem, hoje e no futuro. Todas as conquistas alcançadas até agora, bem como as que estão projectadas pela técnica para o futuro, estão de acordo com o progresso moral e espiritual do homem? Neste contexto o homem, enquanto homem, desenvolve-se e progride, ou regride e degrada-se na sua humanidade? Prevalece nos homens, « no mundo do homem » — que é em si mesmo um mundo de bem e de mal moral — o bem ou o mal? Crescem verdadeiramente nos homens, entre os homens, o amor social, o respeito pelos direitos de outrem — de todos e de cada um dos homens, de cada nação, de cada povo — ou, pelo contrário, crescem os egoísmos de vários alcances, os nacionalismos exagerados em vez do autêntico amor da pátria, e, ainda, a tendência para dominar os outros, para além dos próprios e legítimos direitos e méritos, e a tendência para

desfrutar de todo o progresso material e técnico-produtivo exclusivamente para o fim de predominar sobre os outros, ou em favor deste ou daquele outro imperialismo?

Eis as interrogações essenciais que a Igreja não pode deixar de pôr-se, porque, de maneira mais ou menos explícita, as põem a si próprios biliões de homens que vivem hoje no mundo. O tema do desenvolvimento e do progresso anda nas bocas de todos e aparece nas colunas de todos os jornais e nas publicações, em quase todas as línguas do mundo contemporâneo. Não esqueçamos, todavia, que este tema não contém somente afirmações e certezas mas também perguntas e angustiosas inquietudes. Estas últimas não são menos importantes do que as primeiras. Elas correspondem à natureza dialéctica fundamental da solicitude do homem pelo homem, pela sua própria humanidade e pelo futuro dos homens sobre a face da terra. A Igreja, que é animada pela fé escatológica, considera esta solicitude pelo homem, pela sua humanidade e pelo futuro dos homens sobre a face da terra e, por consequência, pela orientação de todo o desenvolvimento e progresso, como um elemento essencial da sua missão, indissolivelmente ligado com ela. E o princípio de uma tal solicitude encontra-o a mesma Igreja no próprio Jesus Cristo, como testemunham os Evangelhos. E é por isso mesmo que ela deseja acrescê-la continuamente n'Ele, ao reler a situação do homem no mundo contemporâneo, segundo os mais importantes sinais do nosso tempo.

16. Progresso ou ameaça?

Se, portanto, o nosso tempo, o tempo da nossa geração, o tempo que se vai aproximando do fim do segundo Milénio da nossa era cristã, se nos manifesta como um tempo de grande progresso, ele apresenta-se também como um tempo de multiforme ameaça contra o homem, da qual a Igreja deve falar a todos os homens de boa vontade e sobre a qual ela deve constantemente dialogar com eles. A situação do homem no mundo contemporâneo, de facto, parece estar longe das exigências objectivas da ordem moral, assim como das exigências da justiça e, mais ainda, do amor social. Não se trata aqui senão daquilo que teve a sua expressão na primeira mensagem do Criador dirigida ao homem no momento em que lhe dava a terra, para que ele a « dominasse ». [100] Esta primeira mensagem de Deus foi confirmada depois, no mistério da Redenção, por Cristo Senhor. Isto foi expresso pelo II Concílio do Vaticano naqueles belíssimos capítulos do seu ensino que dizem respeito à « realeza » do homem, isto é, à sua vocação para participar na função real — o « munus regale » — do mesmo Cristo. [101] O sentido essencial desta « realeza » e deste « domínio » do homem sobre o mundo visível, que lhe foi confiado como tarefa pelo próprio Criador, consiste na prioridade da ética sobre a técnica, no primado da pessoa sobre as coisas e na superioridade do espírito sobre a matéria.

É por isso mesmo que é necessário acompanhar atentamente todas as fases do progresso hodierno: é preciso, por assim dizer, fazer a radiografia de cada uma das suas etapas exactamente deste ponto de vista. Está em causa o desenvolvimento da pessoa e não apenas a multiplicação das coisas, das quais as pessoas podem servir-se. Trata-se — como disse um filósofo contemporâneo e como afirmou o Concílio — não tanto de « ter mais », quanto de « ser mais ». [102] Com efeito, existe já um real e perceptível perigo de que, enquanto progride enormemente o domínio do homem sobre o mundo das coisas, ele perca os fios essenciais deste seu domínio e, de diversas maneiras, submeta a elas a sua humanidade, e ele próprio se torne objecto de multiforme manipulação, se bem que muitas vezes não directamente perceptível; manipulação através de toda a organização da vida comunitária, mediante o sistema

de produção e por meio de pressões dos meios de comunicação social. O homem não pode renunciar a si mesmo, nem ao lugar que lhe compete no mundo visível; ele não pode tornar-se escravo das coisas, escravo dos sistemas económicos, escravo da produção e escravo dos seus próprios produtos. Uma civilização de feição puramente materialista condena o homem a tal escravidão, embora algumas vezes, indubitavelmente, isso aconteça contra as intenções e as mesmas premissas dos seus pioneiros. Na raiz da actual solicitude pelo homem está sem dúvida alguma este problema. E não é questão aqui somente de dar uma resposta abstracta à pergunta: quem é o homem; mas trata-se de todo o dinamismo da vida e da civilização. Trata-se do sentido das várias iniciativas da vida quotidiana e, ao mesmo tempo, das premissas para numerosos programas de civilização, programas políticos, económicos, sociais, estatais e muitos outros.

Se nós ousamos definir a situação do homem contemporâneo como estando longe das exigências objectivas da ordem moral, longe das exigências da justiça e, ainda mais, do amor social, é porque isto é confirmado por factos bem conhecidos e por confrontos que se podem fazer e que, por mais de uma vez, já tiveram ressonância directa nas páginas das enunciações pontifícias, conciliares e sinodais. [103] A situação do homem na nossa época não é certamente uniforme, mas sim diferenciada de múltiplas maneiras. Estas diferenças têm as suas causas históricas, mas também têm uma forte ressonância ética. É assaz conhecido, de facto, o quadro da civilização consumística, que consiste num certo excesso de bens necessários ao homem e a sociedades inteiras — e aqui trata-se exactamente das sociedades ricas e muito desenvolvidas — enquanto que as restantes sociedades, ao menos largos estratos destas, sofrem a fome, e muitas pessoas morrem diariamente por desnutrição ou inédua. Simultaneamente sucede que se dá por parte de uns um certo abuso da liberdade, que está ligado precisamente a um modo de comportar-se consumístico, não controlado pela ética, enquanto isso limita contemporaneamente a liberdade dos outros, isto é, daqueles que sofrem notórias carências e se vêem empurrados para condições de ulterior miséria e indignidade.

Este confronto, universalmente conhecido, e o contraste a que dedicaram a sua atenção, nos documentos do seu magistério, os Sumos Pontífices do nosso século, mais recentemente João XXIII assim como Paulo VI, [104] representam como que um gigantesco desenvolvimento da parábola bíblica do rico avarento e do pobre Lázaro. [105]

A amplitude do fenómeno põe em questão as estruturas e os mecanismos financeiros, monetários, produtivos e comerciais, que, apoiando-se em diversas pressões políticas, regem a economia mundial: eles demonstram-se como que incapazes quer para reabsorver as situações sociais injustas, herdadas do passado, quer para fazer face aos desafios urgentes e às exigências éticas do presente. Submetendo o homem às tensões por ele mesmo criadas, dilapidando, com um ritmo acelerado, os recursos materiais e energéticos e comprometendo o ambiente geofísico, tais estruturas dão azo a que se estendam incessantemente as zonas de miséria e, junto com esta, a angústia, a frustração e a amargura. [106]

Encontramo-nos aqui perante o grande drama, que não pode deixar ninguém indiferente. O sujeito que, por um lado, procura auferir o máximo proveito, bem como aquele que, por outro lado, paga as consequências dos danos e das injúrias, é sempre o homem. E tal drama é ainda mais exacerbado pela proximidade com os estratos sociais privilegiados e com os países da opulência, que acumulam os bens num grau

excessivo e cuja riqueza se torna, muitas vezes por causa do abuso, motivo de diversos mal-estares. A isto ajuntem-se a febre da inflação e a praga do desemprego: e eis outros sintomas de tal desordem moral, que se faz sentir na situação mundial e que exige por isso mesmo resoluções audaciosas e criativas, conformes com a autêntica dignidade do homem. [107]

Uma tal tarefa não é impossível de realizar. O princípio de solidariedade, em sentido lato, deve inspirar a busca eficaz de instituições e de mecanismos apropriados: quer se trate do sector dos intercâmbios, em que é necessário deixar-se conduzir pelas leis de uma sã competição, quer se trate do plano de uma mais ampla e imediata redistribuição das riquezas e dos controlos sobre as mesmas, a fim de que os povos que se encontram em vias de desenvolvimento económico possam, não apenas satisfazer às suas exigências essenciais, mas também progredir gradual e eficazmente.

Não será fácil avançar, porém, neste difícil caminho, no caminho da indispensável transformação das estruturas da vida económica, se não intervier uma verdadeira conversão das mentes, das vontades e dos corações. A tarefa exige a aplicação decidida de homens e de povos livres e solidários. Com muita frequência se confunde a liberdade com o instinto do interesse individual e colectivo, ou ainda com o instinto de luta e de domínio, quaisquer que sejam as cores ideológicas de que eles se revistam. É óbvio que esses instintos existem e operam; mas não será possível ter-se uma economia verdadeiramente humana, se eles não forem assumidos, orientados e dominados pelas forças mais profundas que se encontram no homem, e que são aquelas que decidem da verdadeira cultura dos povos. E é precisamente destas fontes que deve nascer o esforço, no qual se exprimirá a verdadeira liberdade do homem, e que será capaz de assegurar também no campo económico. O desenvolvimento económico, conjuntamente com tudo aquilo que faz parte do seu modo próprio e adequado de funcionar, tem de ser constantemente programado e realizado dentro de uma perspectiva de desenvolvimento universal e solidário dos homens tomados singularmente e dos povos, conforme recordava de maneira convincente o meu Predecessor Paulo VI na Encíclica *Populorum progressio*. Sem isso, a simples categoria do « progresso económico » torna-se uma categoria superior, que passa a subordinar o conjunto da existência humana às suas exigências parciais, sufoca o homem, desagrega as sociedades e acaba por desenvolver-se nas suas próprias tensões e nos seus mesmos excessos.

É possível assumir este dever; testemunham-no os factos certos e os resultados, que é difícil enumerar aqui de maneira mais pormenorizada. E uma coisa, contudo, é certa: na base deste campo gigantesco é necessário estabelecer, aceitar e aprofundar o sentido da responsabilidade moral, que tem de assumir o homem. Ainda uma vez e sempre, o homem. Para nós cristãos uma tal responsabilidade torna-se particularmente evidente, quando recordamos — e devemos recordá-lo sempre — a cena do juízo final, segundo as palavras de Cristo, referidas no Evangelho de São Mateus. [108]

Essa cena escatológica tem de ser sempre « aplicada » à história do homem, deve ser sempre tomada como « medida » dos actos humanos, como um esquema essencial de um exame de consciência para cada um e para todos: « Tive fome e não Me destes de comer...; estava nú e não Me vestistes...; estava na prisão e não fostes visitar-Me ». [109] Estas palavras adquirem um maior cunho de admoestação ainda, se pensamos que, em vez do pão e da ajuda cultural a novos estados e nações que estão a despertar para a vida independente, algumas vezes, se lhes oferecem, não raro com abundância, armas modernas e meios de destruição, postos ao serviço de conflitos

armados e de guerras, que não são tanto uma exigência da defesa dos seus justos direitos e da sua soberania, quanto sobretudo uma forma de « chauvinismo », de imperialismo e de neo-colonialismo de vários géneros. Todos sabemos bem que as zonas de miséria ou de fome, que existem no nosso globo, poderiam ser « fertilizadas » num breve espaço de tempo, se os gigantescos investimentos para os armamentos, que servem para a guerra e para a destruição, tivessem sido em contrapartida convertidos em investimentos para a alimentação, que servem para a vida.

Esta consideração talvez permaneça parcialmente « abstracta »; talvez dê azo a uma e à outra « parte » para se acusar reciprocamente, esquecendo cada qual as próprias culpas; talvez provoque mesmo novas acusações contra a Igreja.

Esta, porém, não dispondo de outras armas, senão das do espírito, das armas da palavra e do amor, não pode renunciar a pregar a Palavra, insistindo oportuna e inoportunamente. [110] Por isso, ela não cessa de solicitar a cada uma das partes e de pedir a todos, em nome de Deus e em nome do homem: Não mateis! Não prepareis para os homens destruições e extermínio! Pensai nos vossos irmãos que sofrem a fome e a miséria! Respeitai a dignidade e a liberdade de cada um!

17. Direitos do homem « letra » ou « espírito »

O nosso século tem sido até agora um século de grandes calamidades para o homem, de grandes devastações, não só materiais, mas também morais, ou melhor, talvez sobretudo morais. Não é fácil, certamente, comparar épocas e séculos sob este aspecto, uma vez que isso depende também dos critérios históricos que mudam. Não obstante, prescindido muito embora de tais comparações, importa verificar que até agora este século foi um tempo em que os homens prepararam para si mesmos muitas injustiças e sofrimentos. Este processo terá sido decididamente entravado? Em qualquer hipótese, não se pode deixar de recordar aqui, com apreço e com profunda esperança para o futuro, o esforço magnífico realizado para dar vida à Organização das Nações Unidas, um esforço que tende para definir e estabelecer os objectivos e invioláveis direitos do homem, obrigando-se os Estados-membros reciprocamente a uma observância rigorosa dos mesmos. Este compromisso foi aceite e ratificado por quase todos os Estados do nosso tempo; e isto deveria constituir uma garantia para que os direitos do homem se tornassem em todo o mundo, o princípio fundamental do empenho em prol do bem do mesmo homem.

A Igreja não precisa de confirmar quanto este problema está intimamente ligado com a sua missão no mundo contemporâneo. Ele está, com efeito, nas mesmas bases da paz social e internacional, como declararam a este propósito João XXIII, o II Concílio do Vaticano e depois Paulo VI, com documentos pormenorizados. Em última análise, a paz reduz-se ao respeito dos direitos invioláveis do homem — « efeito da justiça será a paz » — ao passo que a guerra nasce da violação destes direitos e acarreta consigo ainda mais graves violações dos mesmos. Se os direitos do homem são violados em tempo de paz, isso torna-se particularmente doloroso e, sob o ponto de vista do progresso, representa um incompreensível fenómeno de luta contra o homem, que não pode de maneira alguma pôr-se de acordo com qualquer programa que se autodefinia « humanístico ». E qual seria o programa social, económico, político e cultural que poderia renunciar a esta definição? Nós nutrimos a convicção profunda de que não há no mundo de hoje nenhum programa em que, até mesmo sobre a plataforma de ideologias opostas quanto à concepção do mundo, não seja posto sempre em primeiro lugar o homem.

Ora, se apesar de tais premissas, os direitos do homem são violados de diversas maneiras, se na prática somos testemunhas dos campos de concentração, da violência, da tortura, do terrorismo e de múltiplas discriminações, isto deve de ser uma consequência de outras premissas que minam, ou muitas vezes quase anulam a eficácia das premissas humanísticas daqueles programas e sistemas modernos. Então impõe-se necessariamente o dever de submeter os mesmos programas a uma contínua revisão sob o ponto de vista dos objectivos e invioláveis direitos do homem.

A Declaração destes direitos, juntamente com a instituição da Organização das Nações Unidas, não tinham certamente apenas a finalidade de nos apartar das horríveis experiências da última guerra mundial, mas também a finalidade de criar uma base para uma contínua revisão dos programas, dos sistemas e dos regimes, precisamente sob este fundamental ponto de vista, que é o bem do homem — digamos, da pessoa na comunidade — e que, qual factor fundamental do bem comum, deve constituir o critério essencial de todos os programas, sistemas e regimes. Caso contrário, a vida humana, mesmo em tempo de paz, está condenada a vários sofrimentos; e, ao mesmo tempo, junto com tais sofrimentos, desenvolvem-se várias formas de dominação, de totalitarismo, de neocolonialismo e de imperialismo, as quais ameaçam mesmo a convivência entre as nações. Na verdade, é um facto significativo e confirmado por mais de uma vez pelas experiências da história, que a violação dos direitos do homem anda coligada com a violação dos direitos da nação, com a qual o homem está unido por ligames orgânicos, como que com uma família maior.

Já desde a primeira metade deste século, no período em que se estavam a desenvolver vários totalitarismos de estado, os quais — como se sabe — levaram à horrível catástrofe bélica, a Igreja havia claramente delineado a sua posição defronte a estes regimes, que aparentemente agiam por um bem superior, qual é o bem do estado, enquanto que a história haveria de demonstrar que, pelo contrário, aquilo era apenas o bem de um determinado partido, que se tinha identificado com o estado. [111] Esses regimes, na realidade, haviam coarctado os direitos dos cidadãos, negando-lhes o reconhecimento daqueles direitos invioláveis do homem que, pelos meados do nosso século obtiveram a sua formulação no plano internacional. Ao compartilhar a alegria de uma tal conquista com todos os homens de boa vontade, com todos os homens que amam verdadeiramente a justiça e a paz, a Igreja, cõscia de que a « letra » somente pode matar, ao passo que só « o espírito vivifica », [112] deve, conjuntamente com estes homens de boa vontade, de contínuo perguntar se a Declaração dos direitos do homem e a aceitação da sua « letra » significam em toda a parte também a realização do seu « espírito ». Surgem, efectivamente, receios fundados de que muito frequentemente estamos ainda longe de uma tal realização, e de que por vezes o espírito da vida social e pública se acha em dolorosa oposição com a declarada « letra » dos direitos do homem. Este estado de coisas, gravoso para as respectivas sociedades, tornaria aqueles que contribuem para o determinar particularmente responsáveis, perante essas sociedades e perante a história do homem.

O sentido essencial do Estado, como comunidade política, consiste nisto: que a sociedade e, quem a compõe, o povo é soberano do próprio destino. Um tal sentido não se torna uma realidade, se, em lugar do exercício do poder com a participação moral da sociedade ou do povo, tivermos de assistir à imposição do poder por parte de um determinado grupo a todos os outros membros da mesma sociedade. Estas coisas são essenciais na nossa época, em que tem crescido enormemente a consciência social dos homens e, conjuntamente com ela, a necessidade de uma correcta participação

dos cidadãos na vida política da comunidade, tendo em conta as reais condições de cada povo e o necessário vigor da autoridade pública. [113] Estes são, pois, os problemas de primária importância sob o ponto de vista do progresso do mesmo homem e do desenvolvimento global da sua humanidade.

A Igreja sempre tem ensinado o dever de agir pelo bem comum; e, procedendo assim, também educou bons cidadãos para cada um dos Estados. Além disso, ela sempre ensinou que o dever fundamental do poder é a solicitude pelo bem comum da sociedade; daqui dimanam os seus direitos fundamentais. Em nome precisamente destas premissas, respeitantes à ordem ética objectiva, os direitos do poder não podem ser entendidos de outro modo que não seja sobre a base do respeito pelos direitos objectivos e invioláveis do homem. Aquele bem comum que a autoridade no Estado serve, será plenamente realizado somente quando todos os cidadãos estiverem seguros dos seus direitos. Sem isto, chega-se ao descabimento da sociedade, à oposição dos cidadãos contra a autoridade, ou então a uma situação de opressão, de intimidação, de violência, ou de terrorismo, de que nos forneceram numerosos exemplos os totalitarismos do nosso século. É assim que o princípio dos direitos do homem afecta profundamente o sector da justiça social e se torna padrão para a sua fundamental verificação na vida dos Organismos políticos.

Entre estes direitos insere-se, e justamente, o direito à liberdade religiosa ao lado do direito da liberdade de consciência. O II Concílio do Vaticano considerou particularmente necessário elaborar uma mais ampla Declaração sobre este tema. É o Documento que se intitula *Dignitatis humanae*, [114] no qual foi expressa, não somente a concepção teológica do problema, mas também a concepção sob o ponto de vista do direito natural, ou seja da posição « puramente humana », em base àquelas premissas ditadas pela própria experiência do homem, pela razão e pelo sentido da sua dignidade. Certamente, a limitação da liberdade religiosa das pessoas e das comunidades não é apenas uma sua dolorosa experiência, mas atinge antes de mais nada a própria dignidade do homem, independentemente da religião professada ou da concepção que elas tenham do mundo. A limitação da liberdade religiosa e a sua violação estão em contraste com a dignidade do homem e com os seus direitos objectivos. O Documento conciliar acima referido diz com bastante clareza o que seja uma tal limitação e violação da liberdade religiosa. Encontramo-nos em tal caso, sem dúvida alguma, perante uma injustiça radical em relação àquilo que é particularmente profundo no homem e em relação àquilo que é autenticamente humano. Com efeito, até mesmo os fenómenos da incredulidade, da a-religiosidade e do ateísmo, como fenómenos humanos, compreendem-se somente em relação com o fenómeno de religião e da fé. É difícil, portanto, mesmo de um ponto de vista « puramente humano », aceitar uma posição segundo a qual só o ateísmo tem direito de cidadania na vida pública e social, enquanto que os homens crentes, quase por princípio, são apenas tolerados, ou então tratados como cidadãos de segunda categoria, e até mesmo — o que já tem sucedido — são totalmente privados dos direitos de cidadania.

É necessário, embora com brevidade, tratar também deste tema, porque ele realmente faz parte do complexo das situações do homem no mundo actual, e porque ele também está a testemunhar quanto esta situação está profundamente marcada por preconceitos e por injustiças de vários géneros. Se me abstenho de entrar em pormenores neste campo precisamente, no qual me assistiria um especial direito e dever para o fazer, isso é sobretudo porque, juntamente com todos aqueles que sofrem os tormentos da discriminação e da perseguição por causa do nome de Deus, sou guiado pela fé na força redentora da cruz de Cristo. Desejo, no entanto, em

virtude de meu múnus, em nome de todos os homens crentes do mundo inteiro, dirigir-me àqueles de quem, de alguma maneira, depende a organização da vida social e pública, pedindo-lhes ardentemente para respeitarem os direitos da religião e da actividade da Igreja. Não se pede nenhum privilégio, mas o respeito de um elementar direito. A actuação deste direito é um dos fundamentais meios para se aquilatar do autêntico progresso do homem em todos os regimes, em todas as sociedades e em todos os sistemas ou ambientes.

IV. A MISSÃO DA IGREJA E O DESTINO DO HOMEM

18. A Igreja solicita pela vocação do homem em Cristo

Esta vista de olhos, necessariamente sumária, da situação do homem no mundo contemporâneo, faz-nos voltar ainda mais os nossos pensamentos e corações para Jesus Cristo, para o mistério da Redenção, no qual o problema do homem se acha inscrito com uma especial força de verdade e de amor. Se Cristo « se uniu de certo modo a cada homem », [115] a Igreja, penetrando no íntimo deste mistério, na sua linguagem rica e universal, está a viver também mais profundamente a própria natureza e missão. Não é em vão que o Apóstolo fala do Corpo de Cristo, que é a Igreja. [116] Se este Corpo Místico de Cristo, depois, é Povo de Deus — como dirá por seu turno o II Concílio do Vaticano, baseando-se em toda a tradição bíblica e patrística — isto quer dizer que todos os homens nele são penetrados por aquele sopro de vida que provém de Cristo. Deste modo, o voltar-se para o homem, voltar-se para os seus reais problemas, para as suas esperanças e sofrimentos, para as suas conquistas e quedas, também faz com que a mesma Igreja como corpo, como organismo e como unidade social, perceba os mesmos impulsos divinos, as luzes e as forças do Espírito que provém de Cristo crucificado e ressuscitado; e é por isto precisamente que ela vive a sua vida. A Igreja não tem outra vida fora daquela que lhe dá o seu Esposo e Senhor. De facto, precisamente porque Cristo no seu mistério de Redenção se uniu a ela, a Igreja deve estar fortemente unida com cada um dos homens.

Uma tal união de Cristo com o homem é em si mesma um mistério, do qual nasce o « homem novo », chamado a participar na vida de Deus, [117] criado novamente em Cristo para a plenitude da graça e da verdade. [118] A união de Cristo com o homem é a força e a nascente da força, segundo a incisiva expressão de São João no prólogo do seu Evangelho: « O Verbo deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus ». [119] É esta força que transforma interiormente o homem, qual princípio de uma vida nova que não fenece nem passa, mas dura para a vida eterna. [120] Esta vida, prometida e proporcionada a cada homem pelo Pai em Jesus Cristo, eterno e unigénito Filho, encarnado e nascido da Virgem Maria « ao chegar a plenitude dos tempos », [121] é o complemento final da vocação do homem; é, de alguma maneira, o cumprir-se daquele « destino » que, desde toda a eternidade, Deus lhe preparou. Este « destino divino » torna-se via, por sobre todos os enigmas, as incógnitas, as tortuosidades e as curvas, do « destino humano » no mundo temporal. Se, de facto, tudo isto, não obstante toda a riqueza da vida temporal, leva por inevitável necessidade à fronteira da morte e à meta da destruição do corpo humano, apresenta-se-nos Cristo para além desta meta: « Eu sou a ressurreição e a vida. Aquele que crê em Mim ... não morrerá jamais ». [122] Em Jesus Cristo crucificado, deposto no sepulcro e depois ressuscitado, « brilha para nós a esperança da feliz ressurreição... a promessa da imortalidade futura », [123] em direcção à qual o homem caminha, através da morte do corpo, partilhando com tudo o que é creado e visível esta necessidade a que está sujeita a matéria. Nós intentamos e procuramos aprofundar cada vez mais a linguagem desta verdade que o

Redentor do homem encerrou na frase: « O espírito é que vivifica, a carne para nada serve ». [124] Estas palavras, malgrado as aparências, exprimem a mais alta afirmação do homem: a afirmação do corpo, que o espírito vivifica!

A Igreja vive esta realidade, vive desta verdade sobre o homem, o que lhe permite transpor as fronteiras da temporaneidade e, ao mesmo tempo, pensar com particular amor e solicitude em tudo aquilo que, nas dimensões desta temporaneidade, incide na vida do homem, na vida do espírito humano, onde se afirma aquela inquietude perene, expressa nas palavras de Santo Agostinho: « Fizestes-nos, Senhor, para Vós, e o nosso coração está inquieto, até que não repouse em Vós ». [125] Nesta inquietude criativa bate e pulsa aquilo que é mais profundamente humano: a busca da verdade, a insaciável necessidade do bem, a fome da liberdade, a nostalgia do belo e a voz da consciência. A Igreja, ao procurar ver o homem como que com « os olhos do próprio Cristo », torna-se cada vez mais cônica de ser a guarda de um grande tesouro, que não lhe é lícito dissipar, mas que deve continuamente aumentar. Com efeito, o Senhor Jesus disse: « Quem não junta comigo, dispersa ». [126] Aquele tesouro da humanidade, enriquecido do inefável mistério da filiação divina, [127] da graça de « adopção como filhos » [128] no Unigénito Filho de Deus, mediante a qual dizemos a Deus « Abbá, Pai », [129] é ao mesmo tempo uma força potente que unifica a Igreja sobretudo por dentro e que dá sentido a toda a sua actividade. Por tal força a Igreja une-se com o Espírito de Cristo, com aquele Espírito Santo que o Redentor havia prometido e que comunica continuamente, e cuja descida, revelada no dia do Pentecostes, perdura sempre. Assim, no homem revelam-se as forças do Espírito, [130] os dons do Espírito, [131] os frutos do Espírito Santo. [132] E a Igreja do nosso tempo parece repetir cada vez com maior fervor e com santa insistência: « Vinde, Espírito Santo! ». Vinde! Vinde! « Lavai o que se apresenta sórdido! Regai o que está árido! Sarai o que está ferido! Abrandai o que é rígido! Aquecei o que está frígido! Guiai o que se acha transviado! ». [133]

Esta oração ao Espírito Santo, elevada precisamente com a intenção de obter o Espírito, é a resposta a todos os « materialismos » da nossa época. São estes que fazem nascer tantas formas de insaciabilidade do coração humano. Esta súplica faz-se ouvir de diversas partes e parece que frutifica também de modos diversos. Poder-se-á dizer que, nesta súplica, a Igreja não está sozinha? Sim, pode-se dizer, porque « a necessidade » daquilo que é espiritual é exprimida também por pessoas que se encontram fora dos confins visíveis da Igreja. [134] Ou não será isto mesmo confirmado, talvez, por aquela verdade sobre a Igreja, posta em evidência com tanta perspicácia pelo recente Concílio na Constituição dogmática *Lumen gentium*, naquela passagem em que ensina ser a Igreja « sacramento, ou sinal, e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano? ». [135]

Esta invocação ao Espírito e pelo Espírito não é outra coisa senão um constante introduzir-se na plena dimensão do mistério da Redenção, no qual Cristo, unido ao Pai e com cada homem, nos comunica sem cessar esse mesmo Espírito que põe em nós os sentimentos do Filho e nos orienta para o Pai. [136] É por isso que a Igreja da nossa época — época particularmente faminta de Espírito, porque faminta de justiça, de paz, de amor, de bondade, de fortaleza, de responsabilidade e de dignidade humana — deve concentrar-se e reunir-se em torno de tal mistério da Redenção, encontrando nele a luz e a força indispensáveis para a própria missão. Com efeito, se o homem — como dizíamos em precedência — é a via da vida quotidiana da Igreja, é preciso que a mesma Igreja esteja sempre consciente da dignidade da adopção divina que o homem

alcança, em Cristo, pela graça do Espírito Santo, [137] e da sua destinação à graça e à glória. [138]

Ao reflectir sempre de modo renovado sobre tudo isto, e aceitando-o com uma fé cada vez mais consciente e com um amor cada vez mais firme, a Igreja torna-se simultaneamente mais idónea para aquele serviço do homem, para o qual a chama Cristo Senhor, quando diz: « O Filho do homem ... veio não para ser servido, mas para servir ». [139] A Igreja exerce este seu ministério, participando na « tríplice função » que é própria do seu mesmo Mestre e Redentor. Esta doutrina, com o seu fundamento bíblico, foi posta em plena luz pelo II Concílio do Vaticano, com grande vantagem para a vida da Igreja. Quando, de facto, nos tornamos conscientes dessa participação na tríplice missão de Cristo, no seu tríplice múnus — sacerdotal, profético e real [140] — simultânea e paralelamente tornamo-nos mais conscientes também daquilo que deve servir a Igreja toda, como sociedade e comunidade do Povo de Deus sobre a terra, compreendendo, além disso, qual deva ser a participação de cada um de nós nesta missão e neste serviço.

19. A Igreja responsável pela verdade

Assim, à luz da sagrada doutrina do II Concílio do Vaticano, a Igreja aparece frente a nós como sujeito social da responsabilidade pela verdade divina. Ouçamos com profunda emoção o mesmo Cristo, quando diz: " A palavra que vós ouvis não é minha, é do Pai, que me enviou ". [141] Nesta afirmação do nosso Mestre, não se adverte, porventura, aquela responsabilidade pela verdade revelada, que é « propriedade » do mesmo Deus, se até Ele, o « Filho unigénito » que vive « no seio do Pai », [142] quando a transmite, como profeta e como mestre, sente necessidade de frisar bem que age em plena fidelidade à sua divina fonte? A mesma fidelidade deve ser uma qualidade constitutiva da fé da Igreja, quer quando ela a professa, quer quando ela a ensina. A fé como específica virtude sobrenatural infundida no espírito humano, faz-nos participantes no conhecimento de Deus, em resposta à sua Palavra revelada. Por isso se exige que a Igreja, quando professa e ensina a Fé esteja estritamente aderente à verdade divina, [143] e que a mesma Fé se traduza em comportamentos vividos de obséquio consentâneo à razão. [144] O próprio Cristo, preocupado com esta fidelidade à verdade divina, prometeu à Igreja a particular assistência do Espírito da verdade, concedeu o dom da infalibilidade [145] àqueles a quem confiou o mandato de transmitir tal verdade e de a ensinar [146] — doutrina esta que já havia sido claramente definida pelo I Concílio do Vaticano [147] e que, depois, foi repetida também pelo II Concílio do Vaticano [148] — e dotou ainda todo o Povo de Deus de um particular sentido da fé. [149]

Por consequência, tornámo-nos participantes de tal missão de Cristo profeta; e, em virtude da mesma missão e juntamente com Ele, servimos a verdade divina na Igreja. A responsabilidade por esta verdade implica também amá-la e procurar obter a sua mais exacta compreensão, de maneira a torná-la mais próxima de nós mesmos e dos outros, com toda a sua força salvífica, com o seu esplendor e com a sua profundidade e simplicidade a um tempo. Este amor e esta aspiração por compreender a verdade devem andar juntos, como o estão a confirmar as histórias pessoais dos Santos da Igreja. Eles eram os mais iluminados pela autêntica luz que esclarece a verdade divina e que aproxima a mesma realidade de Deus, porque se acercavam desta verdade com veneração e amor: amor sobretudo para com Cristo, Palavra viva da verdade divina e, ainda, amor para com a sua expressão humana no Evangelho, na Tradição e na Teologia. De igual modo hoje são necessárias, antes de mais, tal compreensão e tal

interpretação da Palavra divina; é necessária tal Teologia. A Teologia teve sempre e continua a ter uma grande importância, para que a Igreja, Povo de Deus, possa participar na missão profética de Cristo de maneira criadora e fecunda. Por isso, os teólogos, como servidores da verdade divina, dedicando os seus estudos e trabalhos a uma cada vez mais penetrante compreensão da mesma verdade, não podem nunca perder de vista o significado do seu serviço na Igreja, contido no conceito do « intellectus fidei » ou seja, da inteligência da fé ». Este conceito funciona, por assim dizer, a um ritmo bilateral, segundo a expressão de Santo Agostinho: « intellege, ut credas - crede, ut intellegas ». [150] Depois, funciona de maneira correcta quando os mesmos teólogos procuram servir o Magistério confiado na Igreja aos Bispos, unidos pelo vínculo da comunhão hierárquica com o Sucessor de Pedro, e, ainda, quando se põem ao serviço da sua solicitude no ensino e na pastoral, como também quando se põem ao serviço dos interesses apostólicos de todo o Povo de Deus.

Como em épocas precedentes, também hoje — e talvez mais ainda — os teólogos e todos os homens de ciência na Igreja são chamados a unirem a fé com a ciência e a sapiência, a fim de contribuírem para uma recíproca compenetração das mesmas, como lemos na oração litúrgica da memória de Santo Alberto Magno, Doutor da Igreja. Este interesse ampliou-se enormemente nos dias de hoje, dado o progresso da ciência humana, dos seus métodos e das suas conquistas no conhecimento do mundo e do homem. E isto diz respeito tanto às chamadas ciências exactas, quanto igualmente às ciências humanas, bem como à Filosofia, cujos ligames estreitos com a Teologia foram recordados pelo II Concílio do Vaticano. [151]

Neste campo do conhecimento humano, que continuamente se alarga e a um tempo se diferencia, também a fé deve aprofundar-se constantemente, tornando manifesta a dimensão do mistério revelado e tendendo para a compreensão da verdade, que tem em Deus a única e suprema fonte. Se é lícito — e é até mesmo para desejar — que aquele trabalho imenso que está por fazer neste sentido tome em consideração um certo pluralismo de métodos, tal trabalho, todavia, não pode afastar-se da fundamental unidade no ensino da Fé e da Moral, como finalidade que lhe é própria. É indispensável, portanto, que haja uma estreita colaboração da Teologia com o Magistério. Todos os teólogos devem estar particularmente conscientes daquilo que Cristo exprimiu, quando disse: « A palavra que vós ouvis não é minha, é do Pai, que me enviou ». [152] Ninguém, por conseguinte, pode tratar a Teologia como que se ela fosse uma simples colectânea dos próprios conceitos pessoais; mas cada um deve ter a consciência de permanecer em íntima união com aquela missão de ensinar a verdade, de que é responsável a Igreja.

A participação no múnus profético do próprio Cristo plasma a vida de toda a Igreja, na sua dimensão fundamental. Uma participação particular em tal múnus compete aos Pastores da Igreja, os quais ensinam e, continuamente e de diversos modos, anunciam e transmitem a doutrina da Fé e da Moral cristãs. Este ensino, quer sob o aspecto missionário quer sob o aspecto ordinário, contribui para congregar o Povo de Deus em torno de Cristo, prepara a participação na Eucaristia e indica as vias da vida sacramental. O Sínodo dos Bispos em 1977 dedicou uma atenção especial à catequese no mundo contemporâneo; e o fruto amadurecido das suas deliberações, experiências e sugestões encontrará, dentro em breve, a sua expressão — em conformidade com a proposta dos participantes no mesmo Sínodo — num apropriado Documento pontifício. A catequese constitui, certamente, uma perene e ao mesmo tempo fundamental forma de actividade da Igreja, na qual se manifesta o seu carisma profético: testemunho e ensino andam juntos. E se bem que aqui se fale em primeiro lugar dos Sacerdotes, não

se pode deixar de recordar também o grande número de Religiosos e Religiosas que se dedicam à actividade catequística por amor do divino Mestre. E seria difícil, por fim, não mencionar tantos e tantos Leigos que, nesta mesma actividade, encontram a expressão da sua fé e da sua responsabilidade apostólica.

Além disso, é preciso procurar cada vez mais que as várias formas de catequese e os seus diversos campos — a começar daquela forma fundamental que é a catequese « familiar », isto é, a catequese dos pais em relação aos próprios filhos — atestem a participação universal de todo o Povo de Deus no múnus profético do mesmo Cristo. É necessário que, coligada a este facto, a responsabilidade da Igreja pela verdade divina seja cada vez mais, e de diversas maneiras, compartilhada por todos. E assim, o que é que diremos aqui dos especialistas das diversas disciplinas, dos representantes das ciências naturais e das letras, dos médicos, dos juristas, dos homens da arte e da técnica, e dos que se dedicam ao ensino nos vários graus e especializações? Todos eles — como membros do Povo de Deus — têm a sua parte própria na missão profética de Cristo, no seu serviço à verdade divina, até só através do seu modo honesto de comportar-se em relação à verdade, seja qual for o campo a que ela pertença, ao mesmo tempo que educam os outros na verdade, ou lhes ensinam a maturar no amor e na justiça.

Deste modo, portanto, o sentido de responsabilidade pela verdade é um dos fundamentais pontos de encontro da Igreja com todos e cada um dos homens; e é igualmente uma das fundamentais exigências, que determinam a vocação do homem na comunidade da Igreja. A Igreja dos nossos tempos, guiada pelo sentido de responsabilidade pela verdade, deve perseverar na fidelidade à própria natureza, à qual pertence a missão profética que provém do mesmo Cristo: « Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós ... Recebei o Espírito Santo ». [153]

20. Eucaristia e Penitência

No mistério da Redenção, isto é, da obra salvífica realizada por Jesus Cristo, a Igreja participa no Evangelho do seu Mestre, não apenas mediante a fidelidade à Palavra e através do serviço à verdade, mas igualmente mediante a submissão, cheia de esperança e de amor, ela participa na força da sua acção redentora, que Ele expressou e encerrou, de forma sacramental, sobretudo na Eucaristia. [154] Esta é o centro e o vértice de toda a vida sacramental, por meio da qual todos os cristãos recebem a força salvífica da Redenção, a começar do mistério do Baptismo, no qual somos imergidos na morte de Cristo, para nos tornarmos participantes da sua Ressurreição, [155] como ensina o Apóstolo. A luz desta doutrina, torna-se ainda mais clara a razão pela qual toda a vida sacramental da Igreja e de cada cristão alcança o seu vértice e a sua plenitude precisamente na Eucaristia. Neste Sacramento, de facto, renova-se continuamente, por vontade de Cristo, o mistério do sacrifício que Ele fez de si mesmo ao Pai sobre o altar da Cruz; sacrifício que o Pai aceitou, retribuindo esta doação total de seu Filho, que se tornou « obediente até à morte », [156] com a sua doação paterna; ou seja, com o dom da vida nova imortal na ressurreição, porque o Pai é a primeira fonte e o doador da vida desde o princípio. Essa vida nova, que implica a glorificação corporal de Cristo crucificado, tornou-se sinal eficaz do novo dom outorgado à humanidade, dom que é o Espírito Santo, mediante o qual a vida divina, que o Pai tem em si e concede ao Filho ter em si mesmo, [157] é comunicada a todos os homens que estão unidos com Cristo.

A Eucaristia é o Sacramento mais perfeito desta união. Ao celebrarmos e conjuntamente ao participarmos na Eucaristia, nós unimo-nos a Cristo terrestre e celeste, que intercede por nós junto do Pai; [158] mas unimo-nos sempre através do acto redentor do seu sacrifício, por meio do qual Ele nos remiu, de modo que fomos « comprados por um preço elevado ». [159] O « preço elevado » da nossa redenção comprova também ele o valor que o mesmo Deus atribui ao homem, comprova a nossa dignidade em Cristo. Realmente, tornando-nos « filhos de Deus », [160] filhos de adopção, [161] à sua semelhança nós tornamo-nos ao mesmo tempo « reino de sacerdotes », alcançamos o « sacerdócio real », [162] isto é, participamos naquela restituição única e irreversível do homem e do mundo ao Pai, que Ele, Filho eterno [163] e ao mesmo tempo verdadeiro Homem, operou de uma vez para sempre. A Eucaristia é o Sacramento no qual se exprime mais cabalmente o nosso novo ser, e no qual o mesmo Cristo, incessantemente e sempre de maneira nova, « dá testemunho » no Espírito Santo ao nosso espírito [164] de que cada um de nós, enquanto participante no mistério da Redenção, tem acesso aos frutos da filial reconciliação com Deus, [165] tal como Ele mesmo a actuou e continua sempre a actuar no meio de nós, mediante o ministério da Igreja.

É uma verdade essencial, não só doutrinal mas também existencial, que a Eucaristia constrói a Igreja; [166] e constrói-a como autêntica comunidade do Povo de Deus, como assembleia dos fiéis, assinalada pelo mesmo carácter de unidade de que foram participantes os Apóstolos e os primeiros discípulos do Senhor. A Eucaristia constrói renovando-a sempre esta comunidade e unidade; constrói-a sempre e regenera-a sobre a base do sacrifício do mesmo Cristo, porque comemora a sua morte na cruz, [167] com o preço da qual fomos por Ele remidos. Por isso, na Eucaristia nós tocamos de certo modo o próprio mistério do Corpo e do Sangue do Senhor, como atestam as suas mesmas palavras no momento da instituição, em virtude da qual tais palavras se tornaram as palavras da perene celebração da Eucaristia, por parte dos chamados a este ministério na Igreja.

A Igreja vive da Eucaristia, vive da plenitude deste Sacramento, cujo maravilhoso conteúdo e significado tiveram a sua expressão no Magistério da Igreja, desde os tempos mais remotos até aos nossos dias. [168] Contudo, podemos dizer com certeza que este ensino — sustentado pela perspicácia dos teólogos, pelos homens de profunda fé e de oração e pelos ascetas e místicos, com toda a sua fidelidade ao mistério eucarístico — permanece como que no limiar, sendo incapaz de captar e de traduzir em palavras aquilo que é a Eucaristia em toda a sua plenitude, aquilo que ela exprime e aquilo que nela se actua. Ela é, de facto, o Sacramento inefável! O empenho essencial e, sobretudo, a graça visível e fonte da força sobrenatural da Igreja como Povo de Deus é o perseverar e o progredir constantemente na vida eucarística e na piedade eucarística, é o desenvolvimento espiritual no clima da Eucaristia. Com maior razão, portanto, não é lícito nem no pensamento, nem na vida, nem na acção tirar a este Sacramento, verdadeiramente santíssimo, a sua plena dimensão e o seu significado essencial. Ele é ao mesmo tempo Sacramento-Sacrifício, Sacramento-Comunhão e Sacramento-Presença. Se bem que seja verdade que a Eucaristia foi sempre e deve ser ainda agora a mais profunda revelação e celebração da fraternidade humana dos discípulos e confessores de Cristo, ela não pode ser considerada simplesmente como uma « ocasião » para se manifestar uma tal fraternidade. No celebrar o Sacramento do Corpo e do Sangue do Senhor, é necessário respeitar a plena dimensão do mistério divino, o pleno sentido deste sinal sacramental, em que Cristo, realmente presente, é recebido, a alma é repleta de graça e é dado o penhor da glória futura. [169] Daqui deriva o dever de uma rigorosa observância das normas

litúrgicas e de tudo aquilo que testemunha o culto comunitário rendido ao mesmo Deus, tanto mais que Ele, neste sinal sacramental, Se nos entrega com confiança ilimitada, como se não tivesse em consideração a nossa fraqueza humana, a nossa indignidade, os nossos hábitos, a rotina, ou até mesmo a possibilidade de ultraje. Todos na Igreja, mas principalmente os Bispos e os Sacerdotes, devem vigiar por que este Sacramento de amor esteja no centro da vida do Povo de Deus e por que, através de todas as manifestações do culto devido, se proceda de molde a pagar « amor com amor » e a fazer com que Ele se torne verdadeiramente « a vida das nossas almas ». [170] Nem poderemos, ainda, esquecer nunca as seguintes palavras de São Paulo: « Examine-se, pois, cada qual a si mesmo e, assim, coma deste pão e beba deste cálice ». [171]

Esta exortação do Apóstolo indica, pelo menos indirectamente, o estreito ligame existente entre a Eucaristia e a Penitência. Com efeito, se a primeira palavra do ensino de Cristo, a primeira frase do Evangelho-Boa Nova, foi « fazei penitência e acreditai na Boa-Nova » (metanoète), [172] o Sacramento da Paixão, da Cruz e Ressurreição parece reforçar e consolidar, de modo absolutamente especial, um tal convite às nossas almas. A Eucaristia e a Penitência tornam-se assim, num certo sentido, uma dimensão dúplice e, a um tempo, intimamente conexas, da autêntica vida segundo o espírito do Evangelho, da vida verdadeiramente cristã. Cristo, que convida para o banquete eucarístico, é sempre o mesmo Cristo que exorta à penitência, que repete o « convertei-vos ». [173] Sem este constante e sempre renovado esforço pela conversão, a participação na Eucaristia ficaria privada da sua plena eficácia redentora, falharia ou, de qualquer modo, ficaria enfraquecida nela aquela particular disponibilidade para oferecer a Deus o sacrifício espiritual, [174] no qual se exprime de modo essencial e universal a nossa participação no sacerdócio de Cristo. Em Cristo, de facto o sacerdócio está unido com o próprio sacrifício, com a sua entrega ao Pai; e uma tal entrega, precisamente porque é ilimitada, faz nascer em nós — homens sujeitos a múltiplas limitações — a necessidade de nos voltarmos para Deus, de uma forma cada vez mais amadurecida e com uma constante conversão, cada vez mais profunda.

Nos últimos anos muito se fez para pôr em realce — em conformidade, aliás, com a mais antiga tradição da Igreja — o aspecto comunitário da penitência e, sobretudo, do sacramento da Penitência na prática da Igreja. Estas iniciativas são úteis e servirão certamente para enriquecer a prática penitencial da Igreja contemporânea. Não podemos esquecer, no entanto, que a conversão é um acto interior de uma profundidade particular, no qual o homem não pode ser substituído pelos outros, não pode fazer-se « substituir » pela comunidade. Muito embora a comunidade fraterna dos fiéis, participantes na celebração penitencial, seja muito útil para o acto da conversão pessoal, todavia, definitivamente é necessário que neste acto se pronuncie o próprio indivíduo, com toda a profundidade da sua consciência, com todo o sentido da sua culpabilidade e da sua confiança em Deus, pondo-se diante d'Ele, à semelhança do Salmista, para confessar: « Pequei contra vós! ». [175] A Igreja, pois, ao observar fielmente a plurissecular prática do Sacramento da Penitência — a prática da confissão individual, unida ao acto pessoal de arrependimento e ao propósito de se corrigir e de satisfazer — defende o direito particular da alma humana. É o direito a um encontro mais pessoal do homem com Cristo crucificado que perdoador, com Cristo que diz, por meio do ministro do sacramento da Reconciliação: « São-te perdoados os teus pecados »; [176] « Vai e doravante não tornes a pecar ». [177] Como é evidente, isto é ao mesmo tempo o direito do próprio Cristo em relação a todos e a cada um dos homens por Ele remidos. É o direito de encontrar-se com cada um de nós naquele

momento-chave da vida humana, que é o momento da conversão e do perdão. A Igreja, ao manter o sacramento da Penitência, afirma expressamente a sua fé no mistério da Redenção, como realidade viva e vivificante, que corresponde à verdade interior do homem, corresponde à humana culpabilidade e também aos desejos da consciência humana. « Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados ». [178] O sacramento da Penitência é o meio para saciar o homem com aquela justiça que provém do mesmo Redentor.

Na Igreja que, sobretudo nos nossos tempos, se reúne especialmente em torno da Eucaristia e deseja que a autêntica comunidade eucarística se torne sinal da unidade de todos os cristãos, unidade esta que vai maturando gradualmente, deve estar viva a necessidade da penitência, quer no seu aspecto sacramental, [179] quer também no que respeita à penitência como virtude. Este segundo aspecto foi expresso por Paulo VI na Constituição Apostólica *Paenitemini*. [180] Uma das obrigações da Igreja é o pôr em prática a doutrina que aí se contém. Trata-se de matéria que deverá, certamente, ser ainda mais aprofundada por nós, em comum reflexão, e tornada objecto de muitas decisões ulteriores, em espírito de colegialidade pastoral, com respeito pelas diversas tradições relacionadas com este ponto e pelas diversas circunstâncias da vida dos homens do nosso tempo. Todavia, é certo que a Igreja do novo Advento, a Igreja que se prepara continuamente para a nova vinda do Senhor, tem de ser a Igreja da Eucaristia e da Penitência. Somente com este perfil espiritual da sua vitalidade e actividade, ela é a Igreja da missão divina, a Igreja *in statu missionis* (em estado de missão), conforme nos foi revelado o rosto da mesma pelo II Concílio do Vaticano.

21. Vocação cristã: servir e reinar

O II Concílio do Vaticano, ao elaborar a partir dos próprios fundamentos a imagem da Igreja como Povo de Deus — mediante a indicação da tríplice missão do mesmo Cristo, participando na qual nós nos tornamos verdadeiramente Povo de Deus — pôs em realce também aquela característica da vocação cristã que se pode definir « real ». Para apresentar toda a riqueza da doutrina conciliar sobre isto, seria necessário fazer aqui referência a numerosos capítulos e parágrafos da Constituição *Lumen gentium*, bem como a muitos outros Documentos conciliares. No meio de toda esta riqueza, porém, há um elemento que parece emergir: a participação na missão real de Cristo, isto é, o facto de redescobrir em si e nos outros aquela particular dignidade da nossa vocação, que se pode designar por « realeza ». Uma tal dignidade exprime-se na disponibilidade para servir, segundo o exemplo de Cristo, o qual « não veio para ser servido, mas para servir ». [181]

Se, portanto, à luz da atitude de Cristo, se pode verdadeiramente « reinar » somente « servindo », ao mesmo tempo este « servir » exige uma tal maturidade espiritual, que se tem de definí-la precisamente como « reinar ». Para se poder servir os outros digna e eficazmente, é necessário saber dominar-se a si mesmo, é preciso possuir as virtudes que tornam possível um tal domínio. A nossa participação na missão real de Cristo — exactamente na sua « função real » (*munus*) — anda intimamente ligada com toda a esfera da moral cristã e também humana.

O II Concílio do Vaticano, ao apresentar o quadro completo do Povo de Deus, recordando qual o lugar que nele ocupam, não apenas os sacerdotes, mas também os leigos, e não apenas os representantes da Hierarquia, mas também as e os representantes dos Institutos de vida consagrada, não deduziu essa imagem somente de uma premissa sociológica. A Igreja, enquanto sociedade humana, pode sem dúvida

alguma ser examinada e definida segundo aquelas categorias de que se servem as ciências humanas. Mas tais categorias não são suficientes. Para toda a comunidade do Povo de Deus e para cada um dos seus membros, não se trata somente de um específico « pertencer socialmente », mas sobretudo é essencial, para cada um e para todos, uma particular « vocação ». A Igreja, realmente, enquanto Povo de Deus — segundo a doutrina acima aludida de São Paulo, recordada de modo admirável por Pio XII — é também « Corpo Místico de Cristo ». [182] O pertencer a tal « Corpo » deriva de um chamamento particular, junto com a acção salvífica da graça. Portanto, se quisermos ter presente esta comunidade do Povo de Deus, tão vasta e sumamente diferenciada, devemos antes de mais ver Cristo, que diz, de um certo modo, a cada um dos membros desta mesma comunidade: « Segue-me ». [183] Esta é a comunidade dos discípulos, cada um dos quais, de maneira diversa, por vezes muito consciente e coerentemente, e por vezes pouco conscientemente e muito incoerentemente, segue Cristo. Nisto manifesta-se também o aspecto profundamente « pessoal » e a dimensão desta sociedade, a qual — não obstante todas as deficiências da vida comunitária, no sentido humano desta palavra — é uma comunidade precisamente pelo facto de que todos a constituem juntamente com o mesmo Cristo, se não por outro motivo, ao menos porque têm nas suas almas o sinal indelével de quem é cristão.

O II Concílio do Vaticano aplicou uma atenção muito particular em demonstrar de que maneira esta comunidade « ontológica » dos discípulos e dos confesores se deve tornar cada vez mais, também « humanamente », uma comunidade consciente da própria vida e actividade. As iniciativas do Concílio quanto a isto encontraram a sua continuidade em numerosas iniciativas ulteriores, de carácter sinodal, apostólico e organizativo. Devemos ter sempre presente, no entanto, a verdade de que toda e qualquer iniciativa em tanto serve para uma verdadeira renovação da Igreja e em tanto contribui para aportar a autêntica luz de Cristo, [184] em quanto se baseia sobre uma adequada consciência da vocação e da responsabilidade por esta graça singular, única e que não se pode repetir, mediante a qual cada um dos cristãos na comunidade do Povo de Deus edifica o Corpo de Cristo. Este princípio, que é a regra-chave de toda a prática cristã — prática apostólica e pastoral, e prática da vida interior e da vida social — deve ser aplicado, em proporção adequada, a todos os homens e a cada um deles. Também o Papa, assim como todos os Bispos, o devem aplicar a si mesmos. A este princípio devem igualmente ser fiéis os sacerdotes, os religiosos e as religiosas. Com base nele, ainda, devem construir a sua vida os esposos, os pais, as mulheres e os homens de condições e de profissões diversas, a começar por aqueles que ocupam na sociedade os cargos mais elevados e a acabar por aqueles que fazem os trabalhos mais simples. É este justamente o princípio daquele « serviço real », que impõe a cada um de nós, seguindo o exemplo de Cristo, o dever de exigir de si próprio exactamente aquilo para que somos chamado, e a que — para corresponder à vocação — nós nos obrigámos pessoalmente, com a graça de Deus.

Uma tal fidelidade à vocação recebida de Deus, mediante Cristo, acarreta consigo aquela solidária responsabilidade pela Igreja, para a qual o II Concílio do Vaticano desejou educar todos os cristãos. Na Igreja, de facto, enquanto na comunidade do Povo de Deus, guiada pela acção do Espírito Santo, cada um possui « o próprio dom », conforme ensina São Paulo. [185] Este « dom », porém, embora seja uma vocação pessoal e uma forma também pessoal de participação na obra salvífica da Igreja, serve igualmente para os outros e constrói a Igreja e as comunidades fraternas nas várias esferas da existência humana sobre a terra.

A fidelidade à vocação, ou seja, a perseverante disponibilidade para o « serviço real », tem um significado particular para esta múltipla construção, sobretudo pelo que se refere às tarefas mais compromissivas, as quais têm maior influência na vida do nosso próximo e de toda a sociedade. Devem distinguir-se pela fidelidade à própria vocação os esposos, como resulta da natureza indissolúvel da instituição sacramental do matrimónio. Devem distinguir-se por uma análoga fidelidade à própria vocação os sacerdotes, dado o carácter indelével que o sacramento da Ordem imprime nas suas almas. Ao receber este Sacramento, nós, na Igreja Latina, consciente e livremente comprometemo-nos a viver no celibato; e por isso, cada um de nós deve fazer todo o possível, com a graça de Deus, por ser reconhecido por este dom e fiel ao vínculo assumido para sempre. E isto não diversamente dos esposos: eles devem tender, com todas as suas forças, para perseverar na união matrimonial, construindo com este testemunho de amor a comunidade familiar e educando as novas gerações de homens para serem capazes de consagrar, também eles, toda a sua vida à própria vocação, ou seja, àquele « serviço real » do qual nos foram dados o exemplo e o modelo mais belo por Jesus Cristo.

A Igreja de Cristo, que nós todos formamos, é « para os homens », no sentido de que, baseando-nos no exemplo do mesmo Cristo [186] e colaborando com a graça que Ele nos obteve, nós podemos atingir um tal « reinar », que o mesmo é dizer, realizar uma maturada humanidade em cada um de nós. Humanidade maturada significa pleno uso do dom da liberdade, que recebemos do Criador, no momento em que Ele chamou à existência o homem feito à sua imagem e semelhança. Este dom encontra a sua plena realização na doação, sem reservas, de toda a própria pessoa humana, em espírito de amor sponsal a Cristo e, com o mesmo Cristo, a todos aqueles aos quais Ele envia homens e mulheres que a Ele são totalmente consagrados segundo os conselhos evangélicos. Este é o ideal da vida religiosa, assumido pelas Ordens e Congregações, tanto antigas como recentes, e pelos Institutos seculares.

Nos nossos tempos, algumas vezes julga-se, erroneamente, que a liberdade é fim para si mesma, que cada homem é livre na medida em que usa da liberdade como quer, e que para isto é necessário tender-se na vida dos indivíduos e das sociedades. Mas a liberdade, ao contrário, só é um grande dom quando dela sabemos usar conscientemente, para tudo aquilo que é o verdadeiro bem. Cristo ensina que o melhor uso da liberdade é a caridade, que se realiza no dom e no serviço. Foi para tal liberdade « que Cristo nos libertou » [187] e nos liberta sempre. A Igreja vai haurir aqui a incessante inspiração, o estímulo e o impulso para a sua missão e para o seu serviço no meio de todos os homens. A verdade plena sobre a liberdade humana acha-se profundamente gravada no mistério da Redenção. A Igreja presta verdadeiramente um serviço à humanidade, quando tutela esta verdade, com infatigável aplicação, com amor ardente e com diligência maturada; e, ainda, quando, em toda a própria comunidade, através da fidelidade à vocação de cada um dos cristãos, a mesma Igreja a transmite e a concretiza na vida humana. Deste modo é confirmado aquilo a que já nos referimos em precedência, isto é, que o homem é e continuamente se torna a « via » da vida quotidiana da Igreja.

22. A Mãe da nossa confiança

Quando no início do novo Pontificado dirijo para o Redentor do mundo o meu pensamento e o meu coração, desejo deste modo entrar e penetrar no ritmo mais profundo da vida da Igreja. Com efeito, se a Igreja vive a sua própria vida, isso acontece porque ela a vai haurir em Cristo, o qual deseja sempre uma só coisa, isto é,

que nós tenhamos a vida e a tenhamos abundantemente. [188] Aquela plenitude de vida que está n'Ele é ao mesmo tempo destinada para o homem. Por isso, a Igreja, ao unir-se a toda a riqueza do mistério da Redenção, torna-se Igreja dos homens que vivem; e vivem, porque vivificados do interior pela acção do « Espírito da Verdade », [189] e porque assistidos pelo amor que o Espírito Santo difunde nos nossos corações. [190] Assim, o objectivo de qualquer serviço na Igreja, seja ele apostólico, pastoral, sacerdotal ou episcopal, é o de manter este ligame dinâmico do mistério da Redenção com todos e cada um dos homens.

Se estamos conscientes deste intento a realizar, então parece-nos compreender melhor o que significa dizer que a Igreja é mãe; [191] e, ainda, o que significa que a Igreja, sempre, mas de modo particular nos nossos tempos, tem necessidade de uma Mãe. Devemos uma gratidão especial aos Padres do II Concílio do Vaticano, por terem expresso esta verdade na Constituição *Lumen gentium*, com a rica doutrina mariológica que nela se encerra. [192] E dado que Paulo VI, inspirado por esta doutrina, proclamou a Mãe de Cristo « Mãe da Igreja », [193] e que tal denominação teve uma ampla ressonância, seja permitido também ao seu indigno Sucessor dirigir-se a Maria como Mãe da Igreja, no final das presentes considerações, que era oportuno desenvolver no início do seu serviço pontifical.

Maria é a Mãe da Igreja, porque, em virtude da inefável eleição do mesmo Pai Eterno [194] e sob a particular acção do Espírito de Amor, [195] Ela deu a vida humana ao Filho de Deus, « do qual procedem todas as coisas e para o qual vão todas as coisas », [196] e do qual assume a graça e a dignidade da eleição todo o Povo de Deus. O seu próprio Filho quis explicitamente estender a maternidade de sua Mãe — e estendê-la de um modo facilmente acessível a todas as almas e a todas os corações — apontando-lhe do alto da Cruz como filho o seu discípulo predilecto. [197] E o Espírito Santo sugeriu-lhe que permanecesse no Cenáculo, após a Ascensão do Senhor, também Ela, recolhida na oração e na expectativa, juntamente com os Apóstolos, até ao dia do Pentecostes, quando devia visivelmente nascer a Igreja, saindo da obscuridade. [198]

E em seguida, todas as gerações de discípulos e de quantos confessam e amam Cristo — à semelhança do Apóstolo João — acolheram espiritualmente em sua casa [199] esta Mãe, que assim, desde os mesmos primórdios, isto é, a partir do momento da Anunciação, foi inserida na história da Salvação e na missão da Igreja. Nós todos, portanto, os que formamos a geração hodierna dos discípulos de Cristo, desejamos unir-nos a Ela de modo particular. E fazemo-lo com total aderência à tradição antiga e, ao mesmo tempo, com pleno respeito e amor pelos membros de todas as Comunidades cristãs.

Fazemo-lo, depois, impelidos por profunda necessidade da fé, da esperança e da caridade. Se, efectivamente, nesta fase difícil e cheia de responsabilidade da história da Igreja e da humanidade nós advertimos uma especial necessidade de nos dirigir a Cristo, que é o Senhor da sua Igreja e o Senhor da história do homem, em virtude do mistério da Redenção, estamos convencidos de que ninguém mais como Maria poderá introduzir-nos na dimensão divina e humana deste mistério. Ninguém como Maria foi introduzido nele pelo próprio Deus. Nisto consiste o carácter excepcional da graça da Maternidade divina. Não somente é única e algo que se não pode repetir a dignidade desta Maternidade na história do género humano, mas única também pela profundidade e raio de acção é a participação de Maria no plano divino da salvação do homem, através do mistério da Redenção.

Este mistério formou-se, podemos dizer, sob o coração da Virgem de Nazaré, quando Ela pronunciou o seu « fiat » (faça-se). A partir daquele momento esse coração virginal e ao mesmo tempo materno, sob a particular acção do Espírito Santo, acompanha sempre a obra do seu Filho e palpita na direcção de todos aqueles que Cristo abraçou e abraça continuamente com o seu inexaurível amor. E, por isso mesmo, este coração deve ser também maternalmente inexaurível. A característica deste amor materno, que a Mãe de Deus insere no mistério da Redenção e na vida da Igreja, encontra a sua expressão na sua singular proximidade em relação ao homem e a todos as suas vicissitudes. Nisto consiste o mistério da Mãe. A Igreja, que A olha com amor e esperança muito particular, deseja apropriar-se deste mistério de maneira cada vez mais profunda. Nisto, de facto, a mesma Igreja reconhece também a via da sua vida quotidiana, que é todo o homem, todos e cada um dos homens.

O eterno amor do Pai, manifestando-se na história da humanidade através do Filho que o mesmo Pai deu « para que todo aquele que crê n'Ele não pereça mas tenha a vida eterna », [200] esse amor aproxima-se de cada um de nós por meio desta Mãe e, de tal modo, adquire sinais compreensíveis e acessíveis para cada homem. Por conseguinte, Maria deve encontrar-se em todas as vias da vida quotidiana da Igreja. Mediante a sua maternal presença, a Igreja ganha certeza de que vive verdadeiramente a vida do seu Mestre e Senhor, de que vive o mistério da Redenção em toda a sua vivificante profundidade e plenitude. De igual modo, a mesma Igreja, que tem as suas raízes em numerosos e variados campos da vida de toda a humanidade contemporânea, adquire também a certeza e, dir-se-ia, a experiência de estar bem próxima do homem, de todos e de cada um dos homens, de que é a sua Igreja: Igreja do Povo de Deus.

Perante tais tarefas, que surgem ao longo das vias da Igreja, ao longo daquelas vias que o Papa Paulo VI nos indicou claramente na primeira Encíclica do seu Pontificado, nós, cônscios da absoluta necessidade de todas estas vias e, ao mesmo tempo, das dificuldade que sobre elas se amontoam, sentimos ainda mais ser-nos indispensável uma profunda ligação com Cristo. Ressoam em nós, como um eco sonoro, as palavras que Ele disse: « Sem mim, nada podeis fazer ». [201] E não só sentimos esta necessidade, mas ainda um imperativo categórico para uma grande, intensa e crescente oração de toda a Igreja. Somente a oração pode fazer com que estas grandes tarefas e dificuldades que se lhes seguem não se tornem fonte de crise, mas ocasião e como que fundamento para conquistas cada vez mais maturadas na caminhada do Povo de Deus em direcção à Terra Prometida, nesta etapa da história que se vai aproximando do final do segundo Milénio.

Portanto, ao terminar esta meditação, com uma calorosa e humilde exortação à oração, desejo que se persevere nesta oração unidos com Maria, Mãe de Jesus, [202] assim como perseveraram os Apóstolos e discípulos do Senhor, após a Ascensão, no Cenáculo de Jerusalém. [203] E suplico a Maria, celeste Mãe da Igreja, sobretudo, que nesta oração do novo Advento da humanidade, Ela se digne de perseverar connosco, que formamos a Igreja, isto é, o Corpo Místico do Seu Filho unigénito. Eu espero que, graças a tal oração, nós possamos receber o Espírito Santo que desce sobre nós; [204] e, deste modo, tornar-nos testemunhas de Cristo « até às extremidades da terra », [205] como aqueles que saíram do Cenáculo de Jerusalém no dia do Pentecostes.

Com a Bênção Apostólica.

Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 4 de Março, primeiro Domingo da Quaresma, do ano de 1979, primeiro do meu Pontificado.

IOANNES PAULUS PP. II

Referências

1. *Jo* 1, 14.
2. *Jo* 3, 16.
3. *Hebr* 1, 1s.
4. *Missal Romano*, Hino *Exsultet* da Vigília Pascal.
5. *Jo* 16, 7.
6. *Jo* 15, 26s.
7. *Jo* 16, 13.
8. Cfr. *Apoc* 2, 7.
9. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 1: AAS 57 (1965) 5.
10. *Ef* 3, 8.
11. *Jo* 14, 24.
12. Paulo VI, Enc. *Ecclesiam suam*: AAS 56 (1964) 650 ss.
13. *Mt* 11, 29.
14. A serem recordados os documentos mais salientes do pontificado de Paulo VI, alguns dos quais foram recordados pelo próprio pontífice na homilia pronunciada durante a Missa da Solenidade dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, no ano de 1978: Enc. *Ecclesiam suam*: AAS 56 (1964) 609-659; Exort. apost. *Investigabiles divitias Christi*: AAS 57 (1965) 298-301; Enc. *Mysterium Fidei*: AAS 57 (1965) 753-774; Enc. *Sacerdotalis caelibatus*: AAS 59 (1967) 657-697; *Sollemnis professio Fidei*: AAS 60 (1968) 433-445; Exort. apost. *Quinque iam anni*: AAS 63 (1971) 97-106; Exort. apost. *Evangelica testificatio*: AAS 63 (1971) 497-535; Exort. apost. *Paterna cum benevolentia*: AAS 67 (1975) 5-23; Exort. apost. *Gaudete in Domino*: AAS 67 (1975) 289-322; Exort. apost. *Evangelii nuntiandi*: AAS 68 (1976) 5-76.
15. *Mt* 13, 52.
16. *I Tim* 2, 4.
17. Cfr. Paulo VI, Exort. apost. *Evangelii nuntiandi*: AAS 58 (1976) 5-76.
18. *Jo* 17, 21; cfr. *ibid.* 11, 22-23; 10, 16; *Lc* 9, 49-50.54.
19. *I Cor* 15, 10.
20. Cfr. Conc. Vat. I, Const. dogm. *Dei Filius*, can. III *De fide*, n. 6: *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, Ed. Istituto per le Scienze religiose, Bologna 1973³, p. 811.
21. *Is* 9, 6.
22. *Jo* 21, 15.
23. *Lc* 22, 32.
24. *Jo* 6, 68; cfr. *Hebr* 4, 8-12.
25. Cfr. *Ef* 1, 10.22; 4, 25; *Cl* 1, 18.
26. *I Cor* 8, 6; Cfr. *Cl* 1, 17.
27. *Jo* 14:6.
28. *Jo* 11:25.
29. Cfr. *Jo* 14, 9.
30. Cfr. *Jo* 16, 7.
31. Cfr. *Jo* 16, 7.13.
32. *Cl* 2, 3.
33. Cfr. *Rm* 12, 5; *I Cor* 6, 15; 10, 17; 12, 12.27; *Ef* 1, 23; 2, 16; 4, 4; *Cl* 1, 24; 3, 15.
34. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 1: AAS 57 (1965) 5.
35. *Mt* 16, 16.
36. Cfr. Litanias do Sagrado Coração.
37. *I Cor* 2, 2.
38. Cfr. *Gn* 1.
39. Cfr. *Gn* 1, 26-30.
40. *Rm* 8, 20; cfr. *ibid.* 8, 19-22; Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 2; 13: AAS 58 (1966) 1026; 1034 s.
41. *Jo* 3, 16.
42. Cfr. *Rm* 5, 12-21.
43. *Rm* 8, 22.

44. *Rm* 8, 19-20.
45. *Rm* 8, 22.
46. *Rm* 8, 19.
47. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 22: AAS 58 (1966) 1042s.
48. Cfr. *Rm* 5, 11; *Col* 1, 20.
49. *Sal* 8, 6.
50. Cfr. *Gn* 1, 26.
51. Cfr. *Gn* 3, 6-13.
52. Cfr. IV Prece Eucarística.
53. Cfr. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 37: AAS 58 (1966) 1054s; Const. dogm. *Lumen gentium*, 48: AAS 57 (1965) 53s.
54. Cf. *Rm* 8, 29s; *Ef* 1,8.
55. Cf. *Jo* 16, 13.
56. Cf. *1 Ts* 5, 24.
57. *2 Cor* 5, 21; cf. *Gl* 3, 13.
58. *1 Jo* 4, 8.16.
59. Cf. *Rm* 8, 20.
60. Cf. *Lc* 15, 11-32.
61. *Rm* 8, 19.
62. Cf. *Rm* 8, 18.
63. Cf. Santo Tomás, *Summa Theol.* III, q. 46, a. 1 ad 3.
64. *Gál* 3,28.
65. *Missal Romano*, hino *Exultet* da Vigília Pascal.
66. Cf. *Jo* 3, 16.
67. Cf. S. Justino, *I Apologia*, 46, 1-4; *II Apologia*, 7 (8), 1-4; 10, 1-3; 13, 3-4; *Florilegium Patristicum II*, Bonn 1911², p. 81, 125, 129, 133; Clemente Alexandrino, *Stromata* I, 19, 91.94: *S. C.* 30, p. 117s.; 119 s.; Conc. Vat. II, Decr. *Ad gentes*, 11: AAS 58 (1966) 960; Const. dogm. *Lumen gentium*, 17: AAS 57 (1965) 21.
68. Cf. Conc. Vat. II, Decl. *Nostra aetate*, 3-4: AAS 58 (1966) 741-743.
69. *Cl* 1,26.
70. *Mt* 11, 12.
71. *Lc* 16, 8.
72. *Ef* 3, 8.
73. Cf. Conc. Vat. II, Decl. *Nostra aetate*, 1 s: AAS 58 (1966) 740s.
74. *Hebr* 17, 22-31.
75. *Jo* 2, 25.
76. *Jo* 3, 8.
77. Cf. AAS 58 (1966) 929-946.
78. Cf. *Jo* 14, 26.
79. Paulo VI, Exort. apost. *Evangeliis nuntiandi*, 6: AAS 68 (1976) 9.
80. *Jo* 7, 16.
81. Cf. AAS 58 (1966) 936 ss.
82. *Jo* 8, 32.
83. *Jo* 18, 37.
84. Cf. *Jo* 4, 23.
85. *Jo* 4, 23s.
86. Cf. Paulo VI, Enc. *Ecclesiam suam*: AAS 56 (1964) 609-659.
87. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 22: AAS 58 (1966) 1042.
88. Cf. *Jo* 14, 1 ss.
89. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 91: AAS 58 (1966) 1113.
90. *Ibid.*, 38: *l.c.*, p.1056.
91. *Ibid.*, 76: *l.c.*, p.1099.
92. Cf. *Gn* 1,27.
93. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 24: AAS 58 (1966) 1045.
94. *Gn* 1, 28.
95. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 10: AAS 58 (1966) 1032.
96. *Ibid.*, 10: *l.c.*, p.1033.
97. *Ibid.*, 38: *l.c.*, p.1056; Paulo VI, Enc. *Populorum progressio*, 21: AAS 59 (1967) 267 s.
98. Cf. *Gn* 1, 28.
99. Cf. *Gn* 1-2.

100. Gn 1, 28; Conc. Vat. II, Decr. *Inter mirifica*, 6: AAS 56 (1964) 147; Const. past. *Gaudium et spes*, 74, 78: AAS 58 (1966) 1095s; 1101 s.
101. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 10; 36: AAS 57 (1965) 14-15; 41-42.
102. Cf. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 35: AAS (1966) 1053; Paulo VI, *Discurso ao Corpo Diplomático*, 7 de janeiro de 1965: AAS 57 (1965) 232; Enc. *Populorum progressio*, 14: AAS 59 (1967) 264.
103. Cf. Pio XII, *Radiomensagem para o 50º aniversário da Encicl. «Rerum novarum» de Leão XIII* (1 de junho de 1941): AAS 33 (1941) 195-205; *Radiomensagem de Natal* (24 de dezembro de 1941): AAS 34 (1942) 10-21; *Radiomensagem de Natal* (24 de dezembro de 1942): AAS 35 (1943) 9-24; *Radiomensagem de Natal* (24 de dezembro de 1943): AAS 36 (1944) 1124; *Radiomensagem de Natal* (24 de dezembro de 1944): AAS 37 (1945) 10-23; *Discurso aos Cardeais* (24 de dezembro de 1946): AAS 39 (1947) 7-17; *Radiomensagem de Natal* (24 de dezembro de 1947): AAS 40 (1948) 8-16; João XXIII, Enc. *Mater et Magistra*: AAS 53 (1961) 401-464; Enc. *Pacem in terris*: AAS 55 (1963) 257-304; Paulo VI, Enc. *Ecclesiam suam*: AAS 56 (1964) 609-659; *Discurso à Assembleia das Nações Unidas* (4 de outubro de 1965): AAS 57 (1965) 877-885; *Populorum progressio*: AAS 59 (1967) 257-299; *Discurso aos camponeses colombianos* (23 de agosto de 1968): AAS 60 (1968) 619-623; *Discurso à Assembleia Geral do Latino-Americano* (24 de agosto de 1968): AAS 60 (1968) 639-649; *Discurso à Conferência da FAO* (16 de novembro de 1970): AAS 62 (1970) 830-838; Carta apost. *Octogesima adveniens*: AAS 63 (1971) 401-441; *Discurso aos Cardeais* (23 de junho de 1972): AAS 64 (1972) 496-505; João Paulo II, *Discurso à III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano* (28 de janeiro de 1979): AAS 71 (1979) 187ss; *Discurso aos índios de Cuilapán* (29 de janeiro de 1979): l.c., p.207ss; *Discurso aos operários de Guadalajara* (30 de janeiro de 1979): l.c., p.221ss; *Discurso aos operários de Monterrey* (31 de janeiro de 1979): l.c., p.240ss; Conc. Vat. II, Decl. *Dignitatis humanae*: AAS 58 (1966) 929-941; Const. past. *Gaudium et spes*: AAS 58 (1966) 1025-1115; Documenta Synodi Episcoporum, *De iustitia in mundo*: AAS 63 (1971) 923-941.
104. Cf. João XXIII, Enc. *Mater et Magistra*: AAS 53 (1961) 418ss; Enc. *Pacem in terris*: AAS 55 (1963) 289ss; Paulo VI, Enc. *Populorum progressio*: AAS 59 (1967) 257-299.
105. Cf. Lc 16,19-31.
106. Cf. João Paulo II, *Homilia em Santo Domingo*, 3: AAS 71 (1979) 157ss; *Discurso para os índios e os camponeses de Oaxaca*, 2: l.c., p.207ss; *Discurso aos operários de Monterrey*, 4: l.c., p. 242.
107. Cf. Paulo VI, Carta apost. *Octogesima adveniens*, 42: AAS 63 (1971) 431.
108. Cf. Mt 25,31-46.
109. Mt 25,42.43.
110. 2 Tim 4,2.
111. Pio XI, Enc. *Quadragesimo anno*: AAS 23 (1931) 213; Enc. *Non abbiamo bisogno*: AAS 23 (1931) 285-312; Enc. *Divini Redemptoris*: AAS 29 (1937) 65-106; Enc. *Mit brennender Sorge*: AAS 29 (1937) 145-167; Pio XII, Enc. *Summi Pontificatus*: AAS 31 (1934) 413-453.
112. Cf. 2 Cor 3, 6.
113. Cf. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 31: AAS 58 (1966) 1050.
114. Cf. AAS 58 (1966) 929-946.
115. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 22: AAS 58 (1966) 1042.
116. Cf. 1 Cor 6, 15; 11, 3; 12, 12s; Ef 1, 22s; 2, 15s; 4, 4s; 5, 30; Cl 1, 18; 3, 15; Rm 12, 4s; Gl 3, 28.
117. 2 Pd 1, 4.
118. Cf. Ef 2, 10; Jo 1,14. 16.
119. Jo 1, 12.
120. Cf. Jo 4, 14.
121. Cf. Gál 4,4.
122. Jo 11, 25s.
123. *Missal Romano*, Prefácio dos defuntos I.
124. Jo 6, 63.
125. *Confessiones*, I, 1: CSL 33, p. 1.
126. Mt 12, 30.
127. Cf. Jo 1, 12.
128. Gál 4, 5.
129. Gál 4, 6; Rm 8, 15.
130. Cf. Rm 15,13; 1 Cor 1,24.
131. Cf. Is 11, 21; Hebr 2, 38.
132. Cf. Gál 5, 22s.
133. *Missal Romano*, sequência da Missa de Pentecostes.
134. Cf. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 16: AAS 57 (1965) 20.

135. *Ibid.*, 1: *l.c.*, p.5.
136. Cf. *Rm* 8, 15; *Gl* 4,6.
137. Cf. *Rm* 8, 15.
138. Cf. *Rm* 8, 30.
139. *Mt* 20, 28.
140. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 31-36: *AAS* 57 (1965) 37-42.
141. *Jo* 14, 24.
142. *Jo* 1, 18.
143. Cf. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Dei Verbum*, 5, 10, 21: *AAS* 58 (1966) 819; 822; 827s.
144. Conc. Vat. I, Const. dogm. *Dei Filius*, 3; Denz-Schönm., 3009.
145. Cf. Conc. Vat. I, Const. dogm. *Pastor aeternus: l.c.*
146. Cf. *Mt* 28, 19.
147. Cf. Conc. Vat. I, Const. dogm. *Pastor aeternus: l.c.*
148. Cf. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 18-27: *AAS* 57 (1965) 21-33.
149. *Ibid.*, 12, 35: *l.c.*, p.16-17; 40-41.
150. Cf. S. Agostinho, *Sermo* 43, 7-9: *PL* 38, 257-258.
151. Cf. Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 44.57.59.62: *AAS* 58 (1966) 1064s; 1077ss; 1079s; 1082ss; Decr. *Optatam totius*, 15: *AAS* 58 (1966) 722.
152. *Jo* 14, 24.
153. *Jo* 20, 21s.
154. Cf. Conc. Vat. II, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 10: *AAS* 56 (1964) 102.
155. Cf. *Rm* 6, 3ss.
156. *Flp* 2, 8.
157. Cf. *Jo* 5, 26; *1 Jo* 5, 11.
158. *Hebr* 9, 24; *1 Jo* 2,1.
159. *1 Cor* 6, 20.
160. *Jo* 1, 12.
161. Cf. *Rm* 8, 23; *1 Pe* 2, 9.
162. *1 Pd* 5, 10.
163. Cf. *Jo* 1, 1-4.18; *Mt* 3, 17; 11, 27; 17, 5; *Mc* 1, 11; *Lc* 1, 32.35; 3, 22; *Rm* 1, 4; *2 Cor* 1, 19; *1 Jo* 5, 5.20; *2 Pd* 1, 17; *Hebr* 1, 2.
164. Cf. *1 Jo* 5, 5-11.
165. Cf. *Rm* 5, 10s; *2 Cor* 5, 18s; *Col* 1, 20-22.
166. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 11: *AAS* 57 (1965) 15s; Paulo VI, *Discurso de 15 de setembro de 1965: Ensinamentos de Paulo VI*, III (1965) 1036.
167. Cf. Conc. Vat. II, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 47: *AAS* 56 (1964) 113.
168. Cf. Paulo VI, Enc. *Mysterium Fidei*: *AAS* 57 (1965) 533-574.
169. Cf. Conc. Vat. II, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 47: *AAS* 56 (1964) 113.
170. Cf. *Jo* 6, 52.58; 14, 6; *Gl* 2,20.
171. *1 Cor* 11, 28.
172. *Mc* 1, 15.
173. *Ibid.*
174. Cf. *1 Pd* 2, 5.
175. *Sal* 50 (51), 6.
176. *Mc* 2, 5.
177. *Jo* 8, 11.
178. *Mt* 5,6.
179. Cf. S. Congr. para a Doutrina da Fé, *Normae pastorales circa absolutionem sacramentalem generali modo impertiendam*: *AAS* 64 (1972) 510-514; Paulo VI, *Discurso a um grupo de Bispos dos Estados Unidos de América, em visita «ad liminam»* (20 de abril de 1978): *AAS* 70 (1978) 328-332; João Paulo II, *Discurso a um grupo de Bispos do Canadá em visita «ad liminam»* (17 de novembro de 1978): *AAS* 71 (1979) 32-36.
180. Cf. *AAS* 58 (1966) 177-198.
181. *Mt* 20, 28.
182. Pio XII, Enc. *Mystici Corporis*: *AAS* 35 (1943) 193-248.
183. *Jo* 1, 43.
184. Cfr. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 1: *AAS* 57 (1965) 5.
185. *1 Cor* 7, 7; cfr. 12, 7. 27; *Rom* 12, 6; *Ef* 4, 7.
186. Cfr. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 36: *AAS* 57 (1965) 41 s.
187. *Gál* 5, 1; cfr. *ibid* 13.

188. Cfr. *Jn* 10, 10.
189. *Jo* 16, 13.
190. Cfr. *Rm* 5, 5.
191. Cfr Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 63-64: *AAS* 57 (1965) 64.
192. Cfr. cap. VIII, 52-69: *AAS* 57 (1965) 58-67.
193. Paulo VI, *Discurso no encerramento da III Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 21 de novembro de 1964: *AAS* 56 (1964) 1015.
194. Cfr. Conc. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 56: *AAS* 57 (1965) 60.
195. *Ibid.*
196. *Hebr* 2, 10.
197. Cfr. *Jo* 19, 26.
198. Cfr. *Hebr* 1, 14; 2.
199. Cfr. *Jo* 19, 27.
200. *Jo* 3, 16.
201. *Jo* 15, 5.
202. Cfr. *Hebr* 1, 14.
203. Cfr. *Hebr* 1, 13.
204. Cfr. *Hebr* 1, 8.
205. *Ibid.*

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA
MARIALIS CULTUS
DO SANTO PADRE
PAULO VI
PARA A RETA ORDENAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DO CULTO
À BEM-AVENTURADA VIRGEM MARIA

INTRODUÇÃO

Veneráveis Irmãos, saúde e bênção apostólica.

Desde quando fomos assumido para ocupar a Cátedra de Pedro, esforçamo-nos constantemente por dar incremento ao culto mariano, não apenas com o intuito de interpretar o sentir da Igreja e o nosso pendor pessoal, mas também porque ele, como é sabido, se insere, qual parte nobilíssima, no contexto daquele culto sagrado, em que vêm confluir a culminância da sapiência e o vértice da religião, (1) e que, por conseguinte, é dever primário do Povo de Deus.

Tendo em vista precisamente tal dever, nós procuramos secundar e encorajar sempre a grande obra de reforma litúrgica, promovida pelo Concílio Ecumênico Vaticano II; e até aconteceu, certamente não sem particular desígnio da divina Providência, que o primeiro documento conciliar que nós, juntamente com os veneráveis Padres, aprovamos e assinamos "in Spiritu Sancto", foi a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, a qual se propunha, exatamente, restaurar e fomentar a Liturgia, tornando mais profícua a participação dos fiéis nos sagrados mistérios (SC 1-3). E desde então para cá, muitos atos do nosso Pontificado tiveram como finalidade promover uma melhoria do culto a Deus, como o demonstra o fato de haveremos promulgado, durante estes

anos, numerosos livros do Rito Romano, restaurados em conformidade com os princípios e as normas do mesmo Concílio. Por isso, agradecemos profundamente ao Senhor, dador de todos os bens, e estamos reconhecidos também às Conferências episcopais e a cada um dos bispos, por haverem colaborado conosco, de diversas maneiras, na preparação de tais livros.

Mas, ao mesmo tempo que assim consideramos, com ânimo jubiloso e grato, o trabalho já realizado e os primeiros resultados positivos da renovação no campo litúrgico, destinados a multiplicar-se à medida que a reforma litúrgica for sendo melhor compreendida nas suas motivações de fundo e corretamente aplicada, a nossa solicitude vigilante não cessa de ir seguindo tudo aquilo que pode dar realização ordenada à restauração do culto com o qual a Igreja, em espírito e verdade (cf. Jo 4,24), adora o Pai, o Filho e o Espírito Santo, "venera com particular amor Maria Santíssima, Mãe de Deus" (SC 103), e honra com religioso obséquio a memória dos mártires e dos outros santos.

O desenvolvimento, por nós auspiciado, da devoção para com a Virgem Maria, inserida, conforme acima aludimos, no álveo do único culto que, com razão e justiça, é chamado "cristão", pois de Cristo se origina e assume eficácia, em Cristo encontra completa expressão e por meio de Cristo, no Espírito, conduz ao Pai, é elemento qualificante da genuína piedade da Igreja. Por uma necessidade íntima, de fato, essa piedade reflete, na prática cultual, o plano redentor de Deus; pelo que, ao lugar singular que coube a Maria em tal plano, corresponde também um culto singular para com ela (LG 66); como, ainda, a todo o progresso autêntico do culto cristão segue-se necessariamente um correto incremento da veneração para com a Mãe do Senhor. De resto, a história da piedade demonstra que "as diversas formas de devoção para com a Mãe de Deus, que a Igreja aprovou, dentro dos limites da doutrina sã e ortodoxa" (LG 66) se desenvolvem em subordinação harmônica ao culto de Cristo, e gravitam à volta deste, qual ponto de referência natural e necessário das mesmas. Também na nossa época assim sucede. A reflexão da Igreja contemporânea, sobre o mistério de Cristo e sobre a sua própria natureza, levou-a a encontrar, na base do primeiro e como coroa da segunda, a mesma figura de mulher: a Virgem Maria, precisamente, enquanto ela é Mãe de Cristo e Mãe da Igreja. E o acrescido conhecimento da missão de Maria transmutou-se em veneração repassada de alegria, para com ela, e em respeito de adoração para com o sábio desígnio de Deus, que colocou na sua família - a Igreja - como em todo e qualquer lar doméstico, a figura de uma mulher, que, escondidamente e em espírito de serviço, vela pelo seu bem e "benignamente" protege, na sua caminhada em direção à Pátria, até que chegue o dia glorioso do Senhor".(2)

Nos nossos tempos, as mudanças que se operaram nos costumes sociais, na sensibilidade dos povos, nos modos de expressar-se da literatura e das artes e nas formas de comunicação social, influíram também sobre as manifestações do sentimento religioso. Certas práticas culturais, que em tempos não distantes pareciam aptas para exprimir o mesmo sentimento religioso dos indivíduos e das comunidades cristãs, aparecem hoje como insuficientes e inadequadas, porque ligadas a esquemas sócio-culturais do passado, ao mesmo tempo que, em muitas partes, se vão buscando novas formas expressivas da imutável relação das criaturas com o seu Criador, dos filhos com o seu Pai. Ora, isto pode provocar em alguns uma desorientação momentânea; no entanto, quem com espírito confiante em Deus, refletir sobre tais fenômenos, descobrirá que muitas tendências da piedade contemporânea, a interiorização do sentimento religioso, por exemplo, estão destinadas a concorrer para

o progresso da mesma piedade cristã em geral, e da piedade para com a Virgem Santíssima em particular. Deste modo, a nossa época, no atender fielmente à tradição, e ao considerar atentamente os progressos da teologia e das ciências, contribuirá para o louvor daquela, a quem, segundo as suas proféticas palavras, haveriam de chamar bem-aventurada todas as gerações (cf. Lc 1,48).

Julgamos conforme ao nosso serviço apostólico, por conseguinte, tratar, como que dialogando convosco, veneráveis Irmãos, alguns temas relativos ao lugar que a bem-aventurada Virgem Maria ocupa no culto da Igreja. Esses temas já foram tocados, em parte, pelo Concílio Vaticano II (LG 66-67; SC 103) e por nós próprios; (3) mas não deixa de ter a sua utilidade voltar a eles, a fim de dissipar dúvidas e, sobretudo, para favorecer o desenvolvimento daquela devoção à Santíssima Virgem, que, na Igreja, vai colher as suas motivações na Palavra de Deus e se exercita no Espírito de Cristo.

Quereríamos, pois, deter-nos um pouco: a examinar, antes de mais, alguns pontos que dizem respeito às relações entre a sagrada Liturgia e o culto da Virgem Santíssima (I); a apresentar, em seguida, algumas considerações e diretrizes aptas para favorecer o legítimo desenvolvimento do mesmo culto (II); a procurar sugerir, por fim, algumas reflexões, para uma retomada vigorosa e mais consciente da recitação do santo Rosário, prática que tanto foi recomendada pelos nossos predecessores e se acha muito difundida entre o povo cristão (III).

I PARTE

O CULTO DA VIRGEM SANTÍSSIMA NA LITURGIA

1. Ao dispor-nos a tratar do lugar que a bem-aventurada Virgem Maria ocupa no culto cristão, devemos, em primeiro lugar, volver a nossa atenção para a sagrada Liturgia; esta, efetivamente, para além de um rico conteúdo doutrinal, possui uma incomparável eficácia pastoral e tem um bem reconhecido valor exemplar para as outras formas de culto. Assim, quereríamos aqui, se isso nos fosse possível, considerar as várias Liturgias do Oriente e do Ocidente; mas, em ordem à finalidade do presente documento, limitar-nos-emos a examinar quase exclusivamente os livros do Rito Romano; aliás, somente este foi objeto, em seguimento das normas práticas emanadas no Concílio Vaticano II (SC 3), de uma renovação profunda, também pelo que respeita às expressões de veneração para com Maria; e exige, portanto, ser atentamente considerado e apreciado.

A. A Virgem Santíssima na Liturgia romana restaurada

2. A reforma da Liturgia romana pressupunha uma acurada restauração do Calendário Geral. Este, organizado de molde a dispor em determinados dias, com o devido relevo, a celebração da obra de Salvação, distribuindo ao longo do ano todo o mistério de Cristo, desde a Encarnação até à expectativa da sua nova vinda gloriosa (SC 102), permitiu que nele fosse inserida, de maneira mais orgânica e com uma ligação mais íntima, a memória da Mãe, no ciclo anual dos mistérios do Filho.

3. Assim, no tempo do Advento a Liturgia, não apenas na altura da solenidade de 8 de dezembro, celebração, a um tempo, da Imaculada Conceição de Maria, da preparação radical (cf. Is 11,1.10) para a vinda do Salvador e para o feliz exórdio da Igreja sem mancha e sem ruga, (4) recorda com freqüência a bem-aventurada Virgem Maria, sobretudo nas férias que vão de 17 a 24 de dezembro; e, mais particularmente, no

domingo que precede o Natal, quando faz ecoar antigas palavras proféticas acerca da Virgem Mãe e acerca do Messias (5) e lê episódios evangélicos relativos ao iminente nascimento de Cristo e do seu Precursor.(6)

4. Desta maneira, os fiéis que procuram viver com a Liturgia o espírito do Advento, ao considerarem o amor inefável com que a Virgem Mãe esperou o Filho,(7) serão levados a tomá-la como modelo e a prepararem-se, também eles, para irem ao encontro do Salvador que vem, "bem vigilantes na oração e... celebrando os seus divinos louvores".(8) Queremos observar, ainda, que a Liturgia do Advento, conjugando a expectativa messiânica e a outra expectativa da segunda vinda gloriosa de Cristo, com a admirável memória da Mãe, apresenta um equilíbrio cultural muito acertado, que bem pode ser tomado como norma a fim de impedir quaisquer tendências para separar, como algumas vezes sucedeu em certas formas de piedade popular, o culto da Virgem Maria do seu necessário ponto de referência: Cristo. Além disso, faz com que este período, como têm vindo a observar os cultores da Liturgia, deva ser considerado como um tempo particularmente adequado para o culto da Mãe do Senhor: orientação essa, que nós confirmamos e auspiciamos ver aceita e seguida por toda a parte.

5. O tempo do Natal constitui uma memória continuada da Maternidade divina, virginal e "salvífica", daquela cuja "intemerata virgindade deu a este mundo o Salvador".(9) Assim, na solenidade da Natividade do Senhor, a Igreja, ao adorar o divino Salvador, venera também a sua gloriosa Mãe; na Epifania do Senhor, ao mesmo tempo que celebra a vocação universal para a salvação, contempla a Virgem Maria, verdadeira Sede da Sabedoria e verdadeira Mãe do Rei, que apresenta à adoração dos Magos o Redentor de todas as gentes (cf. Mt 2,11); e na festa da Sagrada Família, Jesus, Maria e José (Domingo dentro da oitava da Natividade do Senhor), considera, venerável, a vida de santidade que levam, na casa de Nazaré, Jesus, Filho de Deus e Filho do homem, Maria, sua Mãe, e José, homem justo (cf. Mt 1,19).

No ordenamento do período natalício, conforme foi recomposto, parece-nos que as atenções de todos se devem voltar para a reatada solenidade de Santa Maria Mãe de Deus. Esta, colocada como está, segundo o que aconselhava uso antigo da Urbe, no dia 1º de janeiro, destina-se a celebrar a parte tida por Maria neste mistério de salvação e, a exaltar a dignidade singular que daí advém para a "santa Mãe..., pela qual recebemos... o Autor da vida";(10) é, além disso, ocasião propícia para renovar a adoração ao recém-nascido "Príncipe da Paz", para ouvir ainda uma vez o grato anúncio angélico (cf. Lc 2,14), para implorar de Deus, tendo como medianeira a "Rainha da Paz", o dom supremo da paz. Por isso, na feliz coincidência da Oitava do Natal do Senhor com a data auspiciosa de 1º de janeiro, instituímos o Dia Mundial da Paz, que vai recebendo crescentes adesões e já matura nos corações de muitos homens frutos de paz.

6. Às duas solenidades já recordadas, a Imaculada Conceição e a Maternidade Divina, devem acrescentar-se ainda as antigas e venerandas celebrações de 25 de março e de 15 de agosto.

Para a solenidade da Encarnação do Verbo, no Calendário romano, com motivada decisão, foi reatado o título antigo "Anunciação do Senhor"; no entanto, a celebração era e continua a ser festa, conjuntamente, de Cristo e da Virgem Maria: do Verbo que se torna "filho de Maria" (Mc 6,3) e da Virgem que se torna Mãe de Deus. Relativamente a Cristo, o Oriente e o Ocidente, nas inexauríveis riquezas das suas

Liturgias, celebram tal solenidade em memória do "fiat" "salvífico" do Verbo Encarnado, que ao entrar no mundo disse: "Eis-me, eu venho... para fazer, ó Deus, a tua vontade" (Hb 10,7; Sl 39,8-9); em comemoração do início da Redenção e da indissolúvel e esponsal união da natureza divina com a humana na única Pessoa do Verbo. Relativamente a Maria, por sua vez, é celebrada como festa da nova Eva, virgem obediente e fiel, que, com o seu "fiat" generoso (cf. Lc 1,38), se torna, por obra do Espírito Santo, Mãe de Deus, mas ao mesmo tempo também, Mãe dos viventes, e, ao acolher no seu seio o único Mediador (cf. 1Tm 2,5), verdadeira Arca da Aliança e verdadeiro Templo de Deus; ademais, em memória de um momento culminante do diálogo de salvação entre Deus e o homem, e em comemoração do livre consentimento da Santíssima Virgem e do seu concurso no plano da Redenção.

A solenidade de 15 de agosto celebra a gloriosa Assunção de Maria ao céu; festa do seu destino de plenitude e de bem-aventurança, da glorificação da sua alma imaculada e do seu corpo virginal, da sua perfeita configuração com Cristo Ressuscitado. É uma festa, pois, que propõe à Igreja e à humanidade a imagem e o consolante penhor do realizar-se da sua esperança final: que é essa mesma glorificação plena, destino de todos aqueles que Cristo fez irmãos, ao ter como eles "em comum o sangue e a carne" (Hb 2,14; cf. Gl 4,4). A solenidade da Assunção tem um prolongamento festivo na celebração da Realeza da bem-aventurada Virgem Maria, que ocorre oito dias mais tarde, e na qual se contempla aquela que, sentada ao lado do Rei dos Séculos, resplandece como Rainha e intercede como Mãe.⁽¹¹⁾ Quatro solenidades, portanto, que acentuam com o máximo grau litúrgico as principais verdades dogmáticas que se referem à humilde Serva do Senhor.

7. Além destas solenidades, devem ser consideradas também, antes de mais, aquelas celebrações que comemoram eventos "salvíficos", em que a Virgem Maria esteve intimamente associada ao Filho, como são as seguintes festas: a da Natividade de Maria (8 de setembro), "que constituiu para o mundo inteiro motivo de esperança e aurora da salvação"; (12) a da Visitação (31 de maio), em que a Liturgia recorda a "bem-aventurada Virgem Maria... que leva em seu seio o Filho",⁽¹³⁾ e que vai a casa de Isabel para lhe prestar o auxílio da sua caridade e proclamar a misericórdia de Deus Salvador; (14) ou, ainda, a memória de Nossa Senhora das Dores (15 de setembro), ocasião propícia para se reviver um momento decisivo da história da Salvação, e para venerar, juntamente com o Filho "exaltado na cruz, a Mãe que com Ele compartilha o sofrimento".⁽¹⁵⁾

Igualmente a festa que se celebra a 2 de fevereiro, à qual foi restituída a denominação de "Apresentação do Senhor", deve ser considerada, a fim de que se possa captar plenamente o seu riquíssimo conteúdo; nela se evoca, de fato, a memória, ao mesmo tempo, do Filho e da Mãe; quer dizer, é a celebração de um mistério da Salvação operado por Cristo, em que a Virgem Santíssima esteve a Ele intimamente unida, como Mãe do Servo sofredor de Javé e como executora de uma missão respeitante ao antigo Israel, e, ainda, qual exemplar do novo Povo de Deus, constantemente provado na fé e na esperança, pelo sofrimento e pela perseguição (cf. Lc 2,21-35).

8. Se é verdade que o Calendário romano põe em realce sobretudo as celebrações acima recordadas, ele enumera todavia outros tipos de memórias, ou festas: umas, ligadas a motivos de culto local, mas que alcançaram um âmbito mais vasto e um interesse mais vivo (11 de fevereiro: Nossa Senhora de Lourdes; 5 de agosto: Dedicção da Basílica de Santa Maria Maior em Roma); outras originariamente celebradas por Famílias religiosas particulares, mas que hoje em dia, dada a difusão

que obtiveram, podem dizer-se verdadeiramente eclesiais (16 de julho: Nossa Senhora do Monte Carmelo; 7 de outubro: Nossa Senhora do Rosário); e outras, enfim, que, por detrás do que têm de apócrifo, propõem conteúdos de elevado valor exemplar e continuam veneráveis tradições, radicadas sobretudo no Oriente (21 de novembro: Apresentação de Nossa Senhora), ou então, exprimem orientações que surgiram na piedade contemporânea (sábado após o segundo Domingo depois de Pentecostes: Imaculado Coração da bem-aventurada Virgem Maria).

9. Não se deve esquecer, por outro lado, que o Calendário romano geral não regista todas as celebrações de conteúdo mariano: é aos Calendários particulares que compete recolher, com fidelidade as normas litúrgicas mas também com cordial adesão, as festas marianas próprias das diversas Igrejas locais. E falta ainda acenar à possibilidade de uma comemoração litúrgica freqüente da Virgem Santíssima, mediante o recurso à memória de Santa Maria "in Sabbato": memória antiga e discreta, que a flexibilidade do Calendário atual e a multiplicidade de formulários do Missal tornam extremamente fácil e variada.

10. Não é nossa intenção, nesta Exortação Apostólica, considerar todo o conteúdo do novo Missal Romano; no entanto, para aquela tentativa de apreciação que nos propusemos fazer, pelo que se refere aos livros restaurados do Rito romano,(16) desejamos salientar alguns dos seus aspectos e temas. E apraz-nos realçar, antes de mais nada, como as Preces Eucarísticas, em convergência admirável com as Liturgias orientais(17) contêm uma significativa memória da bem-aventurada Virgem Maria. Assim, o vetusto Cânon romano, que comemora a Mãe do Senhor, em termos densos de doutrina e de fervor cultual: "Unidos na mesma comunhão, veneramos primeiramente a memória da gloriosa sempre Virgem Maria, Mãe do Nosso Deus e Senhor, Jesus Cristo"; de igual modo, a recente Prece Eucarística III, que exprime com intensa súplica o desejo dos que oram, de compartilhar com a Mãe a herança de filhos: Que Ele "faça de nós uma oferenda perfeita para alcançarmos a vida eterna, com os vossos santos: a Virgem Maria Mãe de Deus". Uma tal evocação cotidiana, pelo lugar em que foi colocada, no coração do Sacrifício divino, deve ser considerada forma particularmente expressiva do culto que a Igreja tributa à "Bendita do Altíssimo" (cf. Lc 1,28).

11. Ao percorrermos, depois, os textos do Missal reformado, vemos que os grandes temas marianos do eucolégio romano, como a conceição imaculada, a virgindade integérrima e fecunda, o templo do Espírito Santo, a cooperação na obra do Filho, a santidade exemplar, a intercessão misericordiosa, a assunção ao céu, a realeza materna, e outros mais, foram aí recolhidos em perfeita continuidade doutrinal com o passado; vemos, ainda, que outros temas, novos num certo sentido, foram aí introduzidos com análoga aderência perfeita aos desenvolvimentos teológicos do nosso tempo. Assim, por exemplo, o tema Maria-Igreja foi inserido nos textos do Missal com variedade de aspectos, do mesmo modo que variadas e múltiplas são também as relações que se verificam entre a Mãe de Cristo e a Igreja. Esses textos, na verdade, entrevêm na Conceição sem mácula da Virgem Maria o exórdio da Igreja, também ela, "Esposa sem mancha" de Cristo;(18) na Assunção reconhecem o início já realizado e a imagem daquilo que, para a Igreja inteira, deve realizar-se ainda; (19) no mistério da Maternidade confessam ser ela Mãe da Cabeça e dos membros: Santa Mãe de Deus, pois, e próspera Mãe da Igreja.(20)

Quando a Liturgia, depois, volve o seu olhar quer para a Igreja primitiva, quer para a contemporânea, aí encontra, amiúde e sem esforço, Maria: nos primórdios, como

presença orante, juntamente com os Apóstolos;(21) mais proximamente, como presença operante, juntamente com a qual a Igreja quer viver o mistério de Cristo: "Dai à vossa Igreja, unida a Maria na paixão de Cristo, participar da ressurreição do Senhor";(22) além disso, como voz de louvor, juntamente com a qual quer glorificar a Deus: "...fazei-nos dóceis ao Espírito Santo, para cantar com ela o vosso louvor";(23) e dado que a mesma Liturgia é um culto que exige um modo de proceder na vida coerente, nela se implora poderem os féis traduzir o culto à Virgem Maria, num amor bem concreto e sofrido pela Igreja, como admiravelmente propõe, a oração após a comunhão da festa de 15 de setembro: "...que, recordando as dores de Nossa Senhora, completemos em nós, para o bem da Igreja, o que falta à paixão do Cristo".

12. O "Ordo Lectionum Missae" (Lecionário) é um dos livros do Rito romano que muito beneficiou com a reforma feita após o Concílio, tanto pelo número dos textos que aí foram acrescentados, como pelo valor intrínseco dos mesmos: trata-se efetivamente de textos em que se contém a Palavra de Deus, sempre viva e eficaz (cf. Hb 4,12). Esta exuberância de leituras bíblicas permitiu que se expusesse, num ordenado ciclo trienal, toda a história da Salvação, e que se apresentasse de uma forma mais completa o mistério de Cristo. Daí resultou, como consequência lógica, que o Lecionário contém um número maior de passagens do Antigo e do Novo Testamento, respeitantes a bem-aventurada Virgem Maria; aumento numérico, este, não avulso, todavia, de uma crítica serena, porque foram coligadas unicamente aquelas leituras que, ou pela evidência do seu conteúdo, ou pelas indicações de uma exegese acurada e bem apoiada pelos ensinamentos do Magistério ou por uma sólida tradição, podem considerar-se, se bem que de modo e em grau diferente, de caráter mariano. Importa observar, além disto, que estas leituras não se encontram apenas na altura das festas da Santíssima Virgem, mas são proclamadas em muitas outras ocasiões; assim sucede nalguns domingos, ao longo do ano litúrgico,(24) e nas celebrações de ritos que interessam profundamente a vida sacramental do cristão e as suas opções, (25) bem como os momentos alegres ou penosos de sua existência.(26)

13. Também o reestruturado livro do "Officium laudis", a Liturgia das Horas, encerra preclaros testemunhos de piedade para com a Mãe do Senhor: nas composições dos hinos, entre as quais não faltam algumas obras-primas da literatura universal, como por exemplo, a sublime oração de Dante Alighieri à Virgem Maria;(27) depois, nas antífonas com que se conclui a recitação cotidiana do ofício, implorações cheias de lirismo, às quais se acrescentou o celebre tropário "Sub tuum praesidium", venerando pela sua antiguidade e admirável pelo seu conteúdo; nas preces colocadas no final de Laudes e Vésperas, em que não é raro encontrar-se o confiante recurso a Mãe de misericórdia; na seleção vastíssima, enfim, de páginas marianas, devidas à pena de Autores que viveram nos primeiros séculos do Cristianismo, na Idade Média e na Idade Moderna.

14. Se no Missal, no Lecionário e na Liturgia das Horas, que são os eixos da oração litúrgica romana, a memória da Virgem Maria se repete com ritmo freqüente, também nos demais livros litúrgicos reformados não faltam as expressões de amor e de suplicante veneração para com a "Theotocos" (= Mãe de Deus). Deste modo, pode ver-se que a Igreja a invoca, Mãe da graça, antes de imergir os candidatos nas águas salutares do Batismo,(28) implora a sua intercessão para aquelas mães que, reconhecidas pelo dom da maternidade, se apresentam com alegria no templo; (29) aponta-a como exemplo aos seus membros que abraçam a seqüela de Cristo na vida religiosa(30) ou recebem a consagração virginal, (31) e para eles invoca o seu auxílio maternal; (32) a ela dirige instante súplica em favor dos filhos que chegaram à hora do

passamento;(33) dela solicita a intervenção em prol daqueles que fechados os olhos para a luz temporal, compareceram perante Cristo, Luz eterna, (34) e, enfim, suplica, pela sua intercessão, conforto para aqueles que, mergulhados na dor, choram, com fé, a partida dos próprios entes queridos. (35)

15. Este breve exame dos livros litúrgicos restaurados leva-nos a uma confortante comprovação: a reforma pós-conciliar, como já figurava entre os votos do Movimento Litúrgico, considerou a Virgem Maria com uma perspectiva adequada no mistério de Cristo; e, em sintonia com a tradição, reconheceu-lhe o lugar singular que lhe compete no culto cristão, qual Santa Mãe de Deus e enquanto alma cooperadora do Redentor. Nem podia ser de outra maneira. Ao percorrermos, ainda uma vez, a história do culto cristão, podemos notar que, tanto no Oriente como no Ocidente, as expressões mais altas e mais límpidas da piedade para com a bem-aventurada Virgem Maria floresceram no âmbito da Liturgia, ou então nela foram incorporadas.

Desejamos acentuar bem isto: o culto que a Igreja universal tributa hoje à Santíssima Virgem é derivação, prolongamento e acréscimo incessante daquele mesmo culto que a Igreja de todos os tempos lhe rendeu, com escrupuloso estudo da verdade e com uma sempre vigilante nobreza de formas. Da tradição perene, viva, em virtude da presença ininterrupta do Espírito e do contínuo dar ouvidos à Palavra, a Igreja do nosso tempo extrai motivações, argumentos e estímulo para o culto que presta à bem-aventurada Virgem Maria. E a própria Liturgia, que recebe do Magistério aprovação e alento, é expressão altíssima e documento probatório dessa mesma tradição viva.

B. A Virgem Maria, modelo da Igreja no exercício do culto

16. Queremos, agora, seguindo algumas indicações da doutrina conciliar acerca de Maria e da Igreja, aprofundar um aspecto particular das relações que se verificam entre Maria e a Liturgia, ou seja: Maria como exemplar da atitude espiritual com que a Igreja celebra e vive os divinos mistérios. A exemplaridade da bem-aventurada Virgem Maria, neste campo, é conseqüência do fato de ela ser reconhecida como modelo excelentíssimo da Igreja, na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo (LG 63), isto é, daquelas disposições interiores com que a mesma Igreja, Esposa amadíssima, intimamente associada ao seu Senhor, O invoca e, por meio d'Ele presta o culto ao eterno Pai (SC 7).

17. Maria é a *Virgem que sabe ouvir*, que acolhe a palavra de Deus com fé; fé, que foi para ela prelúdio e caminho para a maternidade divina, pois, como intuiu Santo Agostinho, "a bem-aventurada Maria, acreditando, deu à luz Aquele (Jesus) que, acreditando, concebera" (Sermo 215, 4; PL 38,1074); na verdade, recebida do Anjo a resposta à sua dúvida (cf. Lc 1,34-37), "Ela, cheia de fé e concebendo Cristo na sua mente, antes de o conceber no seu seio, disse: "Eis a serva do Senhor! Faça-se em mim segundo a tua palavra" (Lc 1,38 - *ibid.*); fé, ainda, que foi para Ela motivo de beatitude e de segurança no cumprimento da promessa: "Feliz aquela que creu, pois o que lhe foi dito da parte do Senhor será cumprido" (Lc 1,45); fé, enfim, com a qual ela, protagonista e testemunha singular da Encarnação, reconsiderava os acontecimentos da infância de Cristo, confrontando-os entre si, no íntimo do seu coração (cf. Lc 2,19.51). É isto que também a Igreja faz; na sagrada Liturgia, sobretudo, ela escuta com fé, acolhe, proclama e venera a Palavra de Deus, distribui-a aos fiéis como pão de vida (DV 21), à luz da mesma, perscruta os sinais dos tempos, interpreta e vive os acontecimentos da história.

18. Maria é, além disso, a *Virgem dada à oração*. Assim nos aparece ela, de fato, na visita à mãe do Precursor, quando o seu espírito se efunde em expressões de glorificação a Deus, de humildade, de fé e de esperança: tal é o "Magnificat" (cf. Lc 1,46-55), a oração por excelência de Maria, o cântico dos tempos messiânicos no qual confluem a exultação do antigo e do novo Israel, pois, conforme parece querer sugerir Santo Ireneu, no cântico de Maria convergiu o júbilo de Abraão, que pressentia o Messias (cf: Jo 8,56) (36) e ressoou, profeticamente antecipada, a voz da Igreja: "exultante, Maria clamava, em lugar da Igreja, profetizando: a minha alma glorifica o Senhor...".(37) Este cântico da Virgem Santíssima, na verdade, prolongando-se, tornou-se oração da Igreja inteira, em todos os tempos.

Virgem em oração aparece Maria, também, em Caná, onde, ao manifestar ao Filho, com imploração delicada, uma necessidade temporal, obteve também um efeito de graça: que Jesus, ao realizar o primeiro dos seus "sinais", confirmasse os discípulos na fé n'Ele (cf. Jo 2,1 12). Por fim, ainda a última passagem biográfica relativa a Maria nela descreve orante: os Apóstolos "perseveravam unânimes na oração, com algumas mulheres, entre as quais Maria, a mãe de Jesus, e com os irmãos dele" (At 1,14). Presença orante de Maria na Igreja nascente, pois, e na Igreja de todos os tempos; porque ela, assumida ao céu, não depôs a sua missão de intercessão e de salvação (LG 62).

Virgem dada à oração e também a Igreja, a qual todos os dias apresenta ao Pai as necessidades dos seus filhos, e "louva o Senhor sem cessar e intercede pela salvação de todo o mundo" (SC 83).

19. Maria é, depois, a Virgem Mãe, isto é, aquela que "pela sua fé e obediência, gerou na terra o próprio Filho de Deus Pai, sem ter conhecido varão, por obra e graça do Espírito Santo" (LG 63). Maternidade prodigiosa, constituída por Deus protótipo e modelo da fecundidade da Virgem-Igreja a, a qual, por sua vez, "se torna também mãe, dado que, com a pregação e com o batismo gera para vida nova e imortal "os alhos concebidos por ação do Espírito Santo e nascidos de Deus" (LG 64).

Com justeza, portanto, os antigos Padres ensinavam que a Igreja prolonga no sacramento do Batismo a maternidade virginal de Maria. De entre os testemunhos destes Padres, apraz-nos recordar o do nosso predecessor, São Leão Magno, que, numa homilia natalícia, afirmava: "A origem que (Cristo) assumiu no seio da Virgem (Maria), coloca-a Ele na fonte do batismo: conferiu à água aquilo que deu à Mãe; com efeito, a virtude do Altíssimo e a sombra do Espírito Santo (cf. Lc 1,35), que fizeram com que Maria desse à luz o Salvador, são o mesmo que faz com que a ablução regenere aquele que crê".(38) E se quisermos referir ainda fontes litúrgicas, poderemos citar a bela *illatio* da Liturgia hispânica: "Aquela (Maria) trouxe no seu seio a Vida; esta (Igreja) a traz no lavacro batismal. Nos membros daquela Cristo foi plasmado; nas águas desta Cristo foi revestido".(39)

20. Maria é, enfim, a *Virgem oferente*. No episódio da apresentação de Jesus no Templo (cf. Lc 2,22-35), a Igreja, guiada pelo Espírito Santo, descobriu, para além do cumprimento das leis respeitantes a oblação do primogênito (cf. Ex 13,11-16) e à purificação da mãe (cf. Lv 12,68), um mistério "salvífico" relativo à história da Salvação, precisamente: e em tal mistério realçou a continuidade da oferta fundamental que o Verbo encarnado fez ao Pai, ao entrar no mundo (cf. Hb 10,5-7); viu nele proclamada a universalidade da Salvação, porque Simeão, ao saudar no menino a luz para iluminar as nações e a glória de Israel (cf. Lc 2,32), reconhecia n'Ele

o Messias, o Salvador de todos; entendeu aí uma referência profética à Paixão de Cristo: é que as palavras de Simeão, as quais uniam num único vaticínio o Filho, "sinal de contradição" (Lc 2,34), e a Mãe, a quem a espada haveria de trespassar a alma (cf. Lc 2,35), verificaram-se no Calvário. Mistério de salvação, portanto, que nos seus vários aspectos, orienta o episódio da apresentação no Templo para o acontecimento "salvífico" da Cruz.

Mas a mesma Igreja, sobretudo a partir dos séculos da Idade Média, entreviu no coração da Virgem Maria, que leva o Filho a Jerusalém "para o oferecer ao Senhor" (cf. Lc 2,22), uma vontade oblativa, que transcendia o sentido ordinário do rito. Dessa intuição temos um testemunho na afetuosa apóstrofe de São Bernardo: "Oferece, Virgem santa, o teu Filho e apresenta ao Senhor o fruto bendito do teu ventre. Sim! Oferece a hóstia santa e agradável a Deus, para reconciliação de todos nós!"(40)

Esta união da Mãe com o Filho na obra da Redenção (LG 57) alcança o ponto culminante no Calvário, onde Cristo "se ofereceu a si mesmo a Deus como vítima sem mancha" (Hb 9,14), e onde Maria esteve de pé, junto à Cruz (cf. Jo 19,25), "sofrendo profundamente com o seu Unigênito e associando-se com ânimo maternal ao seu sacrifício, consentindo amorosamente na imolação da vítima que ela havia gerado" (LG 58), e oferecendo-a também ela ao eterno Pai.(41) Para perpetuar ao longo dos séculos o Sacrifício da Cruz, o divino Salvador instituiu o Sacrifício eucarístico, memorial da sua Morte e Ressurreição, e confiou-o à Igreja, sua Esposa (SC 47), a qual sobretudo ao domingo, convoca os fiéis para celebrar a Páscoa do Senhor, até que Ele torne (SC 102 e 106): o que a mesma Igreja faz em comunhão com os Santos do céu e, em primeiro lugar, com a bem-aventurada Virgem Maria,(42) de quem imita a caridade ardente e a fé inabalável.

21. Exemplar de toda a Igreja, no exercício do culto divino, Maria é também, evidentemente, mestra de vida espiritual para cada um dos cristãos. Assim, bem cedo os fiéis começaram a olhar para Maria, a fim de, como ela, fazerem da própria vida um culto a Deus, e do seu culto um compromisso vital. Já no século IV Santo Ambrósio, ao falar aos fiéis, lhes auspiciava que em cada um deles houvesse a alma de Maria, para glorificarem a Deus: "Que em cada um de vós haja a alma de Maria para bendizer o Senhor; e em cada um de vós esteja o seu espírito, para exultar em Deus!". (43)

Mas Maria é modelo, sobretudo, daquele culto que consiste em fazer da própria vida uma oferenda a Deus: doutrina antiga e perene, esta, que cada um de nós pode ouvir repetir, se prestar atenção aos ensinamentos da Igreja; mas que poderá entrever também, se der ouvidos à palavra da mesma Virgem Santíssima, quando ela, antecipando em si a estupenda petição da Oração Dominical, "seja feita a vossa vontade" (Mt 6,10), respondeu ao mensageiro de Deus: "Eis a serva do Senhor! Faça-se em mim segundo a tua palavra" (Lc 1,38). E o "sim" de Maria é para todos os cristãos lição e exemplo, para fazerem da obediência à vontade do Pai o caminho e o meio da própria santificação.

22. É importante, ainda, observar bem como a Igreja procura traduzir as múltiplas relações que a unem a Maria, em outras tantas atitudes culturais, diversas e eficazes: em veneração profunda, quando reflete na dignidade singular da Virgem Santíssima, que, por obra do Espírito Santo, se tornou Mãe do Verbo Encarnado; em amor ardente, quando considera a maternidade espiritual de Maria para com todos os membros do Corpo Místico; em invocação confiante, quando experimenta a necessidade de intercessão da sua advogada e auxiliadora (LG 62); em serviço amoroso, quando

descobre na humilde Serva do Senhor a Rainha da misericórdia e a mãe da graça; em imitação operosa, quando contempla a santidade e as virtudes da "cheia de graça" (Lc 1,28); em admiração comovida, quando vê nela, "como em imagem puríssima, o que ela, toda ela, deseja e espera com alegria ser" (SC 103); em estudo atento, quando vislumbra na cooperadora do Redentor, já a participar plenamente dos frutos do Mistério Pascal, a realização profética do seu futuro pela qual anela, até ao dia em que purificada de qualquer mancha ou ruga (cf. Ef 2,27), se tornará como uma esposa adornada para o seu esposo, Jesus Cristo (cf. Ap 21,2).

23. Após havermos considerado, assim, Irmãos caríssimos, a veneração que a tradição litúrgica da Igreja universal e o Rito romano renovado exprimem para com a Santa Mãe de Deus, se nos lembrarmos, depois, que a Liturgia, pelo seu proeminente valor cultural, constitui uma norma de ouro para a piedade cristã e se observarmos, ainda, que a Igreja, quando celebra os sagrados mistérios, assume uma atitude de fé e de amor semelhante à da Virgem Santíssima poderemos compreender quão justa é a exortação do Concílio Vaticano II a todos os filhos da Igreja, "para que promovam generosamente o culto, especialmente litúrgico, à bem-aventurada Virgem Maria" (LG 67). Exortação esta, que desejaríamos ver, por toda a parte, acatada sem reservas e posta em prática com zelo.

II PARTE

PARA A RENOVAÇÃO DA PIEDADE MARIANA

24. O mesmo Concílio Vaticano II, no entanto, exorta a que, ao lado do culto litúrgico, se promovam outras formas de piedade, sobretudo aquelas que têm sido recomendadas pelo Magistério (LG 67). Como é bem conhecido, a veneração dos fiéis para com a Mãe de Deus tem revestido, de fato, formas múltiplas, de acordo com as circunstâncias de lugar e de tempo, com a diversa sensibilidade dos povos e com as suas diferentes tradições culturais. Disso resulta que, sujeitas ao desgaste do tempo, essas formas em que se expressa a piedade se apresentem necessitadas de renovação, que dê azo a nelas serem substituídos os elementos caducos, a serem valorizados os perenes, e a serem incorporados os dados doutrinários adquiridos pela reflexão teológica e propostos pelo Magistério eclesiástico.

Ora, isto põe em evidência a necessidade de as Conferências episcopais, as Igrejas locais, as famílias religiosas e as comunidades de fiéis favorecerem uma genuína atividade criadora e procederem, simultaneamente, a uma diligente revisão dos exercícios de piedade para com a Virgem Santíssima. Desejaríamos, entretanto, que tal revisão se processasse no respeito pela sã tradição e com abertura para receber as legítimas instâncias dos homens do nosso tempo. Por conseguinte, parece-nos oportuno, veneráveis Irmãos, passar a indicar-vos alguns princípios segundo os quais importa agir neste campo.

A. Nota trinitária, cristológica e eclesial no culto da Virgem Maria

25. É da máxima conveniência, antes de mais nada, que os exercícios de piedade para com a Virgem Maria expressem, de maneira clara, a característica trinitária e cristológica que lhes é intrínseca e essencial. O culto cristão, de fato, é por sua natureza culto ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, ou, conforme se expressa a Liturgia, ao Pai por Cristo no Espírito. Nesta perspectiva, torna-se ele extensivo, legitimamente, se bem que de maneira substancialmente diversa, em primeiro lugar e de modo

singular, à Mãe do Senhor, e depois aos Santos, nos quais a Igreja proclama o Mistério Pascal, por isso mesmo que eles sofreram com Cristo e com Ele foram glorificados (SC 104).

Na Virgem Maria, de fato, tudo é relativo a Cristo e dependente d'Ele: foi em vista d'Ele que Deus Pai, desde toda a eternidade, a escolheu Mãe toda santa e a plenificou com dons do Espírito a ninguém mais concedidos. A genuína piedade cristã, certamente, nunca deixou de pôr em realce essa ligação indissolúvel e a essencial referência da Virgem Maria ao divino Salvador (LG 66). Parece-nos, contudo, sobremaneira conforme com uma certa linha espiritual seguida na nossa época, dominada e absorvida pela "questão de Cristo", (44) que nas expressões do culto à Virgem Maria se dê um relevo especial ao aspecto cristológico e se envidem esforços no sentido de elas refletirem o plano de Deus, o qual preestabeleceu "com um só e mesmo decreto a origem de Maria e da Encarnação da divina Sapiência". (45) Isto concorrerá, sem dúvida, para tornar mais sólida a piedade para com a Mãe de Jesus e fazer dela um instrumento eficaz para que alcancemos todos "o pleno conhecimento do Filho de Deus, o estado de Homem perfeito, a medida da plena estatura da plenitude de Cristo" (Ef 4,13). Por outro lado, contribuirá isso também para aumentar o culto devido ao mesmo Cristo, porque, segundo o sentir perene da Igreja, reforçado autorizadamente nos nossos dias (LG 66), "é referido ao Senhor aquilo com que se procura agradar a Serva; desse modo, redundando em prol do Filho aquilo mesmo que é devido à Mãe... De tal sorte, transfere-se para o Rei aquela honra que, em humilde tributo, se presta à Rainha".(46)

26. Depois de assim aludirmos à orientação cristológica do culto a Virgem Santíssima, parece-nos útil, em seguida, fazer aqui uma chamada à atenção para a oportunidade de se dar, nesse mesmo culto, o adequado realce a outro dos dados essenciais da fé: a pessoa e a obra do Espírito Santo.

A reflexão teológica e a Liturgia têm vindo a salientar, de fato, que a intervenção santificadora do Espírito no caso da Virgem de Nazaré foi um momento culminante da sua ação na história de Salvação. Assim, por exemplo, alguns Santos Padres e escritores eclesiásticos atribuíram à obra do Espírito a santidade original de Maria, por ele "como que plasmada e tornada uma nova criatura".(47) E, refletindo, depois, sobre os textos evangélicos: "Virá sobre ti o Espírito Santo e a potência do Altíssimo te recobrirá" (Lc 1,35), e "Maria... achou-se que tinha concebido por obra do Espírito Santo"; (...) "é obra do Espírito Santo o que nela se gerou" (Mt 1,18.20), descobriram eles em tal intervenção do Espírito uma ação que consagrou e tornou fecunda a virgindade de Maria (48) e a transformou em *Palácio do Rei ou Tálamo do Verbo*, (49) em *Templo ou Tabernáculo do Senhor* (50) e em *Arca da Aliança ou da Santificação*(51) títulos ricos de ressonâncias bíblicas. E, ao aprofundarem mais o mistério da Encarnação, viram na misteriosa relação Espírito Santo-Maria um aspecto sponsal, poeticamente descrito por Prudêncio, nestes termos: "a Virgem não-casada desposa o Espírito";(52) e chamaram-lhe, ainda, *Santuário do Espírito Santo* (53) expressão que frisa bem o caráter sagrado da Virgem Maria, que se torna habitação permanente do mesmo Espírito de Deus. Depois, penetrando mais na doutrina do Paráclito, perceberam que d'Ele, como de uma fonte, brotou a plenitude de graça (cf. Lc 1,28) e a abundância dos dons que a exornavam.

Ao Espírito Santo, por conseguinte, atribuíam a fé, a esperança e a caridade que animaram o coração da Virgem Santíssima, bem como a força que manteve a sua adesão à vontade de Deus e o vigor em que se apoiou a sua "compaixão" aos pés da Cruz (54) Anotaram também no cântico profético de Maria (cf. Lc 1,46-55) um

particular influxo daquele mesmo Espírito que havia falado pela boca dos profetas.(55) E, ao considerarem, enfim a presença da Mãe de Jesus no Cenáculo, onde o Espírito desceu sobre a Igreja nascente (cf: At 1,12-14;2,1-4), enriqueceram com novos desenvolvimentos o tema antigo Maria-Igreja.(56) Mas, sobretudo, recorreram à intercessão da Virgem Santíssima para obter do Espírito a capacidade de gerarem Cristo na própria alma, como o atesta S. Ildefonso numa oração, que surpreende pela doutrina e pelo vigor suplicante: "Rogo-te, sim, rogo-te, Virgem Santa, que eu obtenha Jesus daquele Espírito, do qual tu mesma gerastes Jesus! Que a minha alma receba Jesus por esse mesmo Espírito, por quem a tua carne concebeu Jesus! (...) Que eu ame Jesus naquele mesmo Espírito, no qual tu o adoras como Senhor e o contempas como Filho!".(57).

27. Ouve-se afirmar, algumas vezes, que muitos textos de piedade moderna não refletem suficientemente toda a doutrina acerca do Espírito Santo. Cabe aos estudiosos verificar a justeza, ou não, dessa afirmação e aquilatar o seu alcance; a nós competenos exortar a todos, principalmente aos pastores e teólogos, a procurarem aprofundar a reflexão sobre a obra do Espírito na história da Salvação e a envidarem esforços no sentido de os textos de piedade cristã darem o devido relevo a sua ação vivificante. Desse aprofundamento emergirá, em particular, a misteriosa relação entre o Espírito de Deus e a Virgem de Nazaré e a ação de ambos sobre a Igreja: e dos dados da fé meditados mais profundamente derivar-se-á uma piedade vivida de maneira mais intensa.

28. É necessário, pois, que os exercícios de piedade com que os fiéis exprimem a sua veneração para com a Mãe do Senhor, manifestem de modo mais claro o lugar que ela ocupa na Igreja: "depois de Cristo, o mais alto e o mais perto de nós"; (58) um lugar que nos edifícios cultuais do Rito bizantino tem sido expresso plasticamente de tal maneira que, na própria disposição das estruturas arquitetônicas e dos elementos iconográficos, na porta central da iconóstase, a representação da Anunciação a Maria, e na abside, e da "Theotocos" gloriosa, resulta manifesto que, a partir do "fiat" da humilde Serva do Senhor, a humanidade inicia o retorno a Deus e que na glória da Toda-santa vê a meta da sua caminhada. Assim o simbolismo com que o edifício da igreja exprime o lugar de Maria no mistério da Igreja encerra uma indicação fecunda e constitui um auspício para que, por toda a parte, as várias formas de veneração à bem-aventurada Virgem Maria se abram para perspectivas eclesiais.

A chamada à atenção para os conceitos fundamentais expostos pelo Concílio Vaticano II, sobre a natureza da Igreja, "Família de Deus", "Povo de Deus", "Reino de Deus", "Corpo Místico de Cristo" (LG 6, 7-8, 9-17), permitirá, na verdade, aos fiéis, reconhecerem mais prontamente qual a missão de Maria no mistério da mesma Igreja e qual o seu eminente lugar na Comunhão dos Santos. Além disto, far-lhes-á sentir mais intensamente a fraternidade que une entre si todos os fiéis: porque filhos da Virgem Maria, "para cuja geração e educação (espiritual) ela coopera com amor de mãe" (LG 66), e porque filhos da Igreja, também, visto que "do seu parto nascemos, com o seu leite somos alimentados, e pelo seu Espírito somos vivificados". (59) Ambas concorrem, na verdade, para gerar o Corpo Místico de Cristo; mas "se bem que uma e outra Mãe de Cristo, nenhuma delas sem a outra dá à luz todo (o Corpo)".(60) Por fim, facultar-lhes-á perceber mais distintamente que a ação da Igreja no mundo é como que um prolongamento da solicitude de Maria: aquele amor operoso de que a Virgem Santíssima dá mostras, realmente, em Nazaré, em casa de Isabel, em Caná e sobre o Gólgota, todos estes, momentos "salvíficos" de vasto alcance eclesial, encontra a sua continuidade na preocupação materna da Igreja para que todos os homens cheguem

ao conhecimento da verdade (cf. 1Tm 2,4), nos seus cuidados para com os humildes, os pobres e os fracos, e na sua aplicação constante em favor da paz e da concórdia social, no seu prodigalizar-se, enfim, para que todos os homens tenham parte na Salvação que a morte de Cristo lhes mereceu.

Deste modo, o amor pela Igreja traduzir-se-á em amor para com Maria, e vice-versa, pois uma não pode subsistir sem a outra, como perspicazmente observava S. Cromácio de Aquiléia: "Reuniu-se a Igreja na parte superior (do cenáculo), com Maria que foi a Mãe de Jesus e com os irmãos d'Ele. Não se pode, portanto, falar de Igreja senão quando estiver aí Maria, Mãe do Senhor, com os irmãos d'Ele".(61) A concluir, insistimos ainda na necessidade de que a veneração dirigida à bem-aventurada Virgem Maria torne explícito o seu intrínseco conteúdo eclesiológico: isto equivale a dizer, lançar mão de uma força capaz de renovar, salutarmente, formas e textos.

B. Algumas orientações, de ordem bíblica, litúrgica, ecumênica e antropológica, para o culto à Virgem Maria

29. As indicações dadas até aqui, que fluem da consideração das relações da Virgem Maria com Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, e com a Igreja, queremos acrescentar agora, atendo-nos sempre às linhas do ensino conciliar (LG 66-69), algumas orientações, de ordem bíblica, litúrgica, ecumênica e antropológica, a ter presentes no rever ou criar exercícios e práticas de piedade, para tornar mais vivo e mais sentido o vínculo que nos une à Mãe de Cristo e Mãe nossa, na Comunhão dos Santos.

30. A necessidade de um cunho bíblico em toda e qualquer forma de culto é hoje algo sentida, como um postulado geral da piedade cristã. O progresso dos estudos bíblicos, a crescente difusão das Sagradas Escrituras e, sobretudo, o exemplo da tradição e a íntima moção do Espírito, orientam os cristãos do nosso tempo para servir-se cada dia mais da Bíblia, qual livro fundamental de oração e para tirar dela genuína inspiração e modelos insuperáveis. O culto à bem-aventurada Virgem Maria não pode ser eximido a esta orientação geral da piedade cristã (DV 25); antes pelo contrário, deve ele inspirar-se particularmente em tal orientação, para adquirir novo vigor e dela tirar seguro proveito.

A Bíblia, ao apresentar de modo admirável o desígnio de Deus relativamente à salvação dos homens, acha-se toda ela impregnada do mistério do Salvador e encerra também, sem dúvida, desde o Gênesis até ao Apocalipse, referências àquela que foi mãe e cooperadora do mesmo Salvador. Não desejaríamos, no entanto, que o cunho bíblico se limitasse a um uso diligente de textos e símbolos sapientemente tirados das mesmas Sagradas Escrituras; essa característica comporta algo mais: requer, efetivamente, que as fórmulas de oração e os textos destinados ao canto assumam os termos e a inspiração da Bíblia; e exige, sobretudo, que o culto à Virgem Santíssima seja permeado pelos grandes temas da mensagem cristã, a fim de que os féis, ao mesmo tempo que veneram aquela que é a Sede da Sabedoria, sejam também eles iluminados pela luz da Palavra divina e levados a agir segundo os ditames do Verbo encarnado.

31. Acerca da veneração que a Igreja presta à Mãe de Deus, na celebração da sagrada Liturgia, já falamos anteriormente. Mas agora, ao começar a discorrer sobre outras formas de culto e sobre os critérios em que elas hão de inspirar-se, não podemos deixar de recordar a norma da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, a qual, ao

mesmo tempo que recomenda vivamente os exercícios de piedade do povo cristão, acrescenta: "...Importa, porém, ordenar essas práticas de piedade tendo em conta os tempos litúrgicos, de maneira que se harmonizem com a sagrada Liturgia, de certo modo derivem dela, e a ela, que por sua natureza lhes é muito superior, conduzam o povo cristão" (SC 13).

Norma sábia, esta, e simultaneamente clara; a sua aplicação prática, no entanto, não se apresenta fácil, sobretudo no campo do culto à Virgem Santíssima, tão variado nas suas expressões formais. Tal aplicação exige, na realidade, da parte dos responsáveis pelas Comunidades locais, esforço, tato pastoral e constância; e da parte dos fiéis, prontidão para aceitar orientações e propostas que, promanando embora da genuína natureza do culto cristão, muitas vezes comportam a mudança de usos inveterados, nos quais aquela natureza, de algum modo, se havia obscurecido.

Aqui neste ponto, quereríamos fazer alusão a duas atitudes que poderiam, eventualmente, tornar vã, na prática pastoral, a sobredita norma do Concílio Vaticano II: em primeiro lugar, a atitude de alguns a quem está confiada a cura de almas, que, aprioristicamente, desprezam os exercícios de piedade, se bem que recomendados pelo Magistério quando feitos na forma devida; e por isso, transcuram-nos e criam um vazio que não providenciam a preencher de nenhuma maneira. Ora, estes que assim procedem esquecem que o Concílio diz que se harmonizem os exercícios de piedade com a Liturgia e não que se suprimam simplesmente. Em segundo lugar, lembramos a atitude daqueles que, à margem de um sã critério litúrgico e pastoral, misturam ao mesmo tempo exercícios piedosos e atos litúrgicos, em celebrações híbridas. Acontece, algumas vezes, que na própria celebração do Sacrifício Eucarístico são inseridos elementos que fazem parte de novenas ou de outras práticas piedosas, com o perigo de o Memorial do Senhor não constituir o momento culminante do encontro da comunidade cristã, mas ser como que a ocasião para algumas práticas devocionais. Aqueles que assim procedem quereríamos recordar que a norma conciliar prescreve que se harmonizem os piedosos exercícios com a Liturgia e não que se confundam com ela. Uma ação pastoral esclarecida, pois, deve, por um lado, saber distinguir e acentuar a natureza própria dos atos litúrgicos; e por outro lado, saber valorizar os piedosos exercícios, para os adaptar às necessidades de cada uma das comunidades eclesiais e torná-los preciosos auxiliares da mesma Liturgia.

32. Em virtude do seu caráter eclesial, no culto à Virgem Maria refletem-se as preocupações da própria Igreja, entre as quais, nos nossos dias, se salienta o anseio pela recomposição da unidade dos cristãos. A piedade para com a Mãe do Senhor torna-se, deste modo, sensível aos anelos e aos escopos do Movimento ecumênico, quer dizer, adquire também ela um caráter ecumênico. E isso, por vários motivos.

Antes de mais nada, porque os fiéis católicos se unem aos irmãos das Igrejas ortodoxas, nas quais a devoção à bem-aventurada Virgem Maria se reveste de formas de elevado lirismo e de doutrina profunda, ao venerar, com particular amor, a "Theotocos", e ao aclamá-la como "Esperança dos cristãos"; (62) se unem aos Anglicanos, cujos teólogos clássicos já colocavam em evidência a sólida base escriturística do culto a Mãe de Nosso Senhor, e cujos teólogos contemporâneos frisam ainda mais a importância do lugar que Maria ocupa na vida cristã; se unem, enfim, aos irmãos das Igrejas da reforma, entre os quais floresce vigorosamente o amor pelas Sagradas Escrituras, que os leva a glorificarem a Deus com as próprias palavras da Virgem (cf. Lc 1,46-55).

Depois, porque a piedade para com a Mãe de Cristo e dos cristãos é, para os católicos, ocasião natural e freqüente de imploração, para que ela interceda junto do Filho pela união de todos os batizados, num só Povo de Deus (LG 69). E ainda, porque é desejo da Igreja católica que nesse culto, sem que lhe seja atenuado o caráter singular (LG 66; SC 103), sejam evitados, com todo o cuidado, quaisquer exageros, que possam induzir em erro os outros irmãos cristãos, acerca da verdadeira doutrina da Igreja católica (LG 67); e sejam banidas quaisquer manifestações culturais contrárias à reta praxe católica. Por fim, sendo conatural ao genuíno culto da bem-aventurada Virgem Maria que, "ao honrar a Mãe (...) melhor se conheça, ame e glorifique o Filho" (LG 56), ele torna-se caminho para Cristo, fonte e centro da comunhão eclesial, na qual todos aqueles que confessam abertamente que Ele é Deus e Senhor, Salvador e único Mediador (cf. 1Tm 2,5), são chamados a serem uma só coisa entre si, com Ele e com o Pai, na unidade do Espírito Santo (63).

33. Estamos conscientes de que existem não leves discordâncias entre o pensamento de muitos irmãos de outras Igrejas e comunidades eclesiais, e a doutrina católica "acerca (...) da função de Maria na obra da Salvação" (UR 20); e, por consequência, acerca do culto a prestar-lhe. Todavia, porque a mesma potência do Altíssimo que cobriu com a sua sombra a Virgem de Nazaré (cf. Lc 1,35) age também no hodierno Movimento ecumênico e o fecunda, desejamos exprimir a nossa confiança em que a veneração da humilde Serva do Senhor, na qual o Onipotente fez grandes coisas (cf. Lc 1,49), se há de tornar, se bem que lentamente, não já um obstáculo, mas sim um trâmite e ponto de encontro para a união de todos os crentes em Cristo.

Sentimos alegria, de fato, ao verificar que uma melhor compreensão do lugar de Maria no mistério de Cristo e da Igreja, também da parte dos irmãos separados, torna mais desimpedido o caminhar para o encontro. E como em Caná a Virgem Santíssima, com a sua intervenção, obteve que Jesus realizasse o primeiro dos seus milagres (cf. Jo 2,1-12), assim também na nossa época ela poderá, com a sua intercessão, propiciar o advento da hora em que os discípulos de Cristo reencontrem a plena comunhão na fé. E esta nossa esperança é corroborada pela observação que já fazia o nosso predecessor Leão XIII: a causa da união dos cristãos é algo que "faz parte especificamente da sua (de Maria) função da maternidade espiritual. Na verdade, aqueles que são de Cristo, Maria não os gerou nem poderia gerar, senão numa única fé e num único amor: porventura "estará Cristo dividido" (1Cor 1,13)? E assim, nós devemos, todos conjuntamente, viver da vida de Cristo, afim de, num só e mesmo corpo, "produzirmos frutos para Deus" (Rom 7,4)".(64)

34. No culto à Santíssima Virgem devem ser tidas em atenta consideração também as aquisições seguras e comprovadas das ciências humanas; isso concorrerá, efetivamente, para que seja eliminada uma das causas de perturbação que se nota nesse mesmo campo do culto à Mãe do Senhor; quer dizer, aquele desconcerto entre certos dados deste culto e as hodiernas concepções antropológicas e a realidade psicossociológica, profundamente mudada, em que os homens do nosso tempo vivem e operam.

Observa-se, na realidade, que é difícil enquadrar a imagem da Virgem Maria conforme resulta de certa literatura devocional, nas condições de vida da sociedade contemporânea, e em particular nas da mulher. E isso, quer a consideremos no ambiente doméstico, onde tanto as leis como a evolução dos costumes tendem justamente para lhe reconhecer a igualdade e a co-responsabilidade com o homem, na direção da vida familiar; quer a consideremos no campo político, onde ela conquistou,

em muitos Países, um poder de intervenção na coisa pública, a par do homem; quer a consideremos, ainda, no campo social, onde ela desenvolve a sua atividade, nos mais variados setores operativos, deixando cada dia mais o restrito ambiente do lar; quer a consideremos, enfim, no campo cultural, onde lhe são proporcionadas possibilidades novas de pesquisa científica e de afirmação intelectual.

Ora, daqui segue-se logicamente, para alguns, uma certa desafeição para com o culto à Virgem Santíssima e uma certa dificuldade em tomar Maria de Nazaré como modelo, porque os horizontes da sua vida, afirma-se, resultam restritos, em confronto com as vastas zonas de atividade em que a pessoa humana contemporânea é chamada a atuar. A este propósito, ao mesmo tempo que exortamos os teólogos, os responsáveis pelas Comunidades cristãs e os mesmos fiéis a dedicarem a devida atenção a tais problemas, pareceu-nos útil dar uma contribuição, nós próprio também, para a sua solução, apresentando em seguida algumas observações.

35. Antes de mais nada, a Virgem Maria foi sempre proposta pela Igreja à imitação dos fiéis, não exatamente pelo tipo de vida que ela levou ou, menos ainda, por causa do ambiente sócio-cultural em que se desenrolou a sua existência, hoje superado quase por toda a parte; mas sim, porque, nas condições concretas da sua vida, ela aderiu total e responsabilmente à vontade de Deus (cf. Lc 1,38); porque soube acolher a sua palavra e pô-la em prática; porque a sua ação foi animada pela caridade e pelo espírito de serviço; e porque, em suma, ela foi a primeira e a mais perfeita discípula de Cristo, o que, naturalmente, tem um valor exemplar universal e permanente.

36. Em segundo lugar, quereríamos anotar que as dificuldades acima aludidas estão em íntima conexão com alguns traços da imagem popular e literária de Maria, e não com a sua imagem evangélica, nem com os dados doutrinários, que foram sendo precisados ao longo de lento e sério trabalho de explicitação da Palavra revelada. Deve considerar-se coisa normal, aliás, que as gerações cristãs que se sucederam, em quadros sócio-culturais diversos, ao contemplarem a figura e a missão de Maria, qual nova Mulher e perfeita cristã, que reuniu em si as situações mais características da vida feminina, porque Virgem, Esposa e Mãe, tenham visto na Mãe de Jesus o tipo eminente da condição feminina e o exemplar limpidíssimo da vida evangélica, e tenham expresso estes seus sentimentos segundo as categorias e as representações próprias da sua época.

A Igreja, quando considera a longa história da piedade mariana, alegre-se, ao verificar a continuidade do fato cultural; mas não se liga aos esquemas representativos das várias épocas culturais, nem às particulares concepções antropológicas que lhes estão subjacentes; ademais, compreende bem que algumas expressões de tal culto, perfeitamente válidas em si mesmas, são menos adaptadas aos homens que pertencem a épocas e civilizações diversas.

37. Desejamos, por fim, acentuar que a nossa época, não diversamente das precedentes, é chamada a aquilatar o próprio conhecimento da realidade com a palavra de Deus e, para ater-nos ao assunto de que estamos a tratar, a confrontar as suas concepções antropológicas e os problemas que daí derivam com a figura da Virgem Maria, conforme ela está proposta no Evangelho. Desse modo, a leitura das divinas Escrituras, feita sob o influxo do Espírito Santo e tendo presentes as aquisições das ciências humanas e as várias situações do mundo contemporâneo, levará a descobrir que Maria pode bem ser tomada como modelo naquilo por que anelam os homens do nosso tempo.

Assim, para dar alguns exemplos: a mulher contemporânea, desejosa de participar com poder de decisão nas opções da comunidade, contemplará com íntima alegria a Virgem Santíssima, que, assumida para o diálogo com Deus, dá o seu consentimento ativo e responsável (LG 56), não para a solução dum problema contingente, mas sim da "obra dos séculos" como foi designada com justeza a Encarnação do Verbo;(65) dar-se-á conta de que a escolha do estado virginal por parte de Maria, que no desígnio de Deus a dispunha para o mistério da Encarnação, não foi um ato de fechar-se a qualquer dos valores do estado matrimonial, mas constituiu uma opção corajosa, feita para se consagrar totalmente ao amor de Deus; verificará, com grata surpresa, que Maria de Nazaré, apesar de absolutamente abandonada à vontade do Senhor, longe de ser uma mulher passivamente submissa ou de uma religiosidade alienante, foi, sim, uma mulher que não duvidou em armar que Deus é vingador dos humildes e dos oprimidos e derruba dos seus tronos os poderosos do mundo (cf. Lc 1,51-53); e reconhecerá em Maria, que é "a primeira entre os humildes e os pobres do Senhor" (LG 55), uma mulher forte, que conheceu de perto a pobreza e o sofrimento, a fuga e o exílio (cf. Mt 2,13-23), situações, estas, que não podem escapar à atenção de quem quiser secundar, com Espírito evangélico, as energias libertadoras do homem e da sociedade; e não lhe aparecerá Maria, ainda, como uma mãe ciosamente voltada só para o próprio Filho divino, mas sim como aquela Mulher que, com a sua ação, favoreceu a fé da comunidade apostólica, em Cristo (cf. Jo 2,1-12), e cuja função materna se dilatou, vindo a assumir no Calvário dimensões universais.(66)

São exemplos, como dizíamos. Deles transparece claramente, no entanto, que a figura da Virgem Santíssima não desilude algumas aspirações profundas dos homens do nosso tempo, e até lhes oferece o modelo acabado do discípulo do Senhor: obreiro da cidade terrena e temporal, e, simultaneamente, peregrino solerte também, em direção à cidade celeste e eterna; promotor da justiça que liberta o oprimido e da caridade que socorre o necessitado, mas, sobretudo, testemunha operosa do amor, que educa Cristo nos corações.

38. Depois de haver apresentado, assim, estas diretrizes, em ordem a favorecer o desenvolvimento harmonioso do culto à Mãe do Senhor, julgamos oportuno chamar a atenção para algumas atitudes culturais errôneas.

O Concílio Vaticano II já denunciou, autorizadamente, tanto o exagero de conteúdos ou de formas, que vai até ao ponto de falsear a doutrina, como a mesquinhez de mente que chega a obscurecer a figura e a missão de Maria; de igual modo alguns desvios culturais: a vã credulidade, que a uma aplicação séria substitui o dar-se facilmente a práticas apenas exteriores; o estéril e passageiro impulso do sentimento, tão alheio ao estilo evangélico, que exige esforço perseverante e efetivo (LG 67). Nós reiteramos a deploração destas coisas: não são formas em harmonia com a fé católica e, por conseguinte, não devem subsistir no culto católico.

A defesa vigilante contra estes erros e desvios fará com que se torne mais vigoroso e genuíno o culto a santíssima Virgem: sólido nos seus fundamentos, pelo que, nele, o estudo das fontes reveladas e a atenção aos documentos do Magistério hão de prevalecer sobre a descomedida busca da novidade e de fatos extraordinários; objetivo no seu enquadramento histórico, pelo que deverá ser banido dele tudo aquilo que é manifestamente lendário ou falso; adequado ao conteúdo doutrinal, de onde a necessidade de evitar apresentações unilaterais da figura de Maria, que, por insistirem desmesuradamente num determinado elemento, comprometem o conjunto da imagem

evangélica; e, enfim, límpido nas suas motivações, pelo que será mantido longe do santuário, com diligente cuidado, todo e qualquer interesse mesquinho.

39. Por fim, se porventura disso houvesse necessidade, quereríamos reiterar a insistência nisto: a finalidade última do culto à bem-aventurada Virgem Maria é glorificar a Deus e levar os cristãos a aplicarem-se numa vida absolutamente conforme a sua vontade. Os filhos da Igreja, na verdade, quando, juntando as suas vozes a da mulher anônima do Evangelho, enaltecem a Mãe de Jesus ao exclamarem, dirigindo-se ao mesmo Jesus, "Felizes as entranhas que te trouxeram e os seios que te amamentaram!" (Lc 11,27), serão induzidos a considerarem a grave resposta do divino Mestre: "Felizes antes os que ouvem a palavra de Deus e a observam!" (Lc 11,28). E esta resposta, se por um lado redundava num patente louvor a Santíssima Virgem, como a interpretaram alguns Santos Padres (67) e o Concílio Vaticano II o confirmou (LG 58), por outro lado, ressoa para nós também como uma advertência a vivermos os mandamentos de Deus, e é como que o eco de outras admoestações do divino Salvador: "Nem todo o que me diz: `Senhor! Senhor!' entrará no reino dos céus, mas o que faz a vontade de meu Pai que está nos céus" (Mt 7,21); e, "Vós sois meus amigos, se fizerdes o que eu vos ordenei" (Jo 15,14).

III PARTE

INDICAÇÕES ACERCA DOS PIOS EXERCÍCIOS DO "ANGELUS DOMINI" ("AVE-MARIAS") E DO SANTO ROSÁRIO

40. Temos vindo indicando alguns princípios, de per si aptos para darem novo vigor ao culto da Mãe do Senhor; agora é tarefa das Conferências episcopais e dos responsáveis pelas Comunidades locais e pelas várias famílias religiosas proceder sapientemente a restauração das práticas e exercícios de veneração para com a bem-aventurada Virgem Maria. Assim, procurarão secundar o impulso criador de todos aqueles que, levados por uma genuína inspiração religiosa e dando mostras de sensibilidade pastoral, desejem lançar novas formas de expressar tal veneração. Parece-nos oportuno, todavia, se bem que por motivos diversos, tratar aqui de dois exercícios de piedade muito difundidos no Ocidente, e dos quais esta Sé Apostólica se tem ocupado, em várias ocasiões: o "Angelus Domini" (ou "Ave Macias", ou "Trindades") e o Rosário (ou Terço, ou Coroa) de Nossa Senhora.

O "Angelus Domini" ("Ave-Marias")

41. As nossas palavras acerca do "Angelus Domini" ("Ave-Marias") intentam ser uma simples mas férvida exortação a que se mantenha a costumada recitação, onde e quando isso for possível. Tal exercício de piedade não tem necessidade de ser restaurado: a estrutura simples, o caráter bíblico, a origem histórica que a liga à invocação da incolumidade na paz, o ritmo quase litúrgico que santifica momentos diversos do dia, a abertura para o Mistério Pascal, em virtude da qual, ao mesmo tempo que comemoramos a Encarnação do Filho de Deus, pedimos para ser conduzidos, "pela sua paixão e morte na Cruz, a glória da ressurreição", (68) fazem com que ele, à distância de séculos, conserve inalterado o seu valor e intacto o seu frescor.

É certo que alguns usos, tradicionalmente coligados com a recitação do "Angeles Domini", desapareceram ou dificilmente podem manter-se na vida moderna; mas trata-se de elementos marginais. Resta, pois, imutado o valor da contemplação do

mistério da Encarnação do Verbo, da saudação à Virgem Santíssima e do recurso à sua misericordiosa intercessão; e, não obstante terem mudado as condições dos tempos, permanecem invariados também, para a maior parte dos homens, aqueles momentos característicos do dia, amanhã, meio-dia e tarde, que assinalam os tempos da sua atividade e constituem um convite a uma pausa de oração.

O Santo Rosário

42. E queremos em seguida, veneráveis Irmãos, deter-nos um pouco mais longamente sobre a renovação daquele outro exercício de piedade, que já foi chamado "o compêndio de todo o Evangelho": (69) o Rosário, ou então o Terço (ou Coroa), de Nossa Senhora.

Os nossos predecessores dedicaram a esta prática vigilante atenção e diligente solicitude. Assim, mais de uma vez recomendaram a recitação do Rosário, favoreceram a sua difusão, ilustraram a sua natureza, reconheceram-lhe aptidão para desenvolver uma oração contemplativa, de louvor e simultaneamente de súplica, recordaram a sua conatural eficácia para promover a vida cristã e o empenho apostólico.

Nós próprios, desde a primeira audiência geral do nosso pontificado, a 13 de julho de 1963, temos tido ocasião de demonstrar a nossa grande estima pela piedosa prática do Rosário;(70) em momentos sucessivos não deixamos de sublinhar o seu valor, em circunstâncias múltiplas, umas ordinárias e outras graves, como quando, numa hora de angústia e de insegurança, publicamos a Carta Encíclica "Christi Matri" (15 de setembro de 1966), para que fossem dirigidas orações suplicantes à bem-aventurada Virgem do Rosário, para impetrar de Deus o supremo bem da paz; (71) apelo, esse, que renovamos na nossa Exortação Apostólica "Recurrrens mensis October" (7 de outubro de 1969), com a qual comemorávamos o quarto centenário da Carta Apostólica "Consueverunt Romani Pontífices" do nosso predecessor São Pio V, que nela ilustrou e, de algum modo, definiu a forma tradicional do Rosário. (72)

43. E esse nosso interesse assíduo pelo que se refere à tão querida devoção do Rosário da bem-aventurada Virgem Maria levou-nos a acompanhar sempre, com ânimo atento, os numerosos convênios dedicados nestes últimos anos à pastoral do mesmo Rosário no mundo contemporâneo; convênios promovidos por associações e por pessoas singulares, às quais está profundamente a peito a mesma devoção do Rosário, e nos quais participaram bispos, presbíteros, religiosos e leigos de comprovada experiência e de manifesto sentido eclesial. Entre eles, é justo recordar os Filhos de São Domingos, por tradição guardiães e propagadores dessa tão salutar devoção. Aos trabalhos de tais convênios têm vindo a juntar-se as investigações dos historiadores, conduzidas, não com sentido de definir, quase com intuitos arqueológicos, qual a forma primitiva do Rosário, mas, sim, para apreender-lhe as intuições originais, a energia primigênia e a estrutura essencial. De tais convênios e investigações apareceram, mais nitidamente, quais as características primárias do Rosário e quais os seus elementos essenciais e a mútua relação existente entre eles.

44. Assim, por exemplo, apareceu numa luz mais viva a índole evangélica do mesmo Rosário, na medida em que se salientou que ele vai haurir ao Evangelho o enunciado dos mistérios e as fórmulas principais; no Evangelho se inspira, ainda, a sugestão para aquela atitude com que o fiel o deve recitar, a partir da jubilosa saudação do Anjo e do correspondente assentimento religioso da Virgem Maria; e do Evangelho, enfim, lembra, no suceder-se das Ave-Marias, um mistério fundamental, a Encarnação do

Verbo, contemplado no momento decisivo da Anunciação feita a Maria. O Rosário, por conseguinte, é uma oração evangélica, como hoje em dia, talvez mais do que no passado, gostam de a definir os pastores e os estudiosos.

45. Foi percebido com maior clareza, além disso, que o ordenado e gradual desenrolar-se do Rosário reflete aquele mesmo modo com que o Verbo de Deus, ao inserir-se por misericordiosa decisão, nas vicissitudes humanas, operou a Redenção. O Rosário, de fato, considera numa sucessão harmoniosa os principais eventos "salvíficos" da mesma Redenção, que se realizaram em Cristo: desde a concepção virginal, passando pelos mistérios da infância, até aos momentos culminantes da Páscoa, a bendita Paixão e gloriosa Ressurreição, e aos efeitos da mesma sobre a Igreja nascente, no dia de Pentecostes, e sobre a Virgem Maria, na altura em que, tendo terminado o exílio terreno, foi assumida em corpo e alma à pátria celestial.

Foi observado, ademais, que a tríplice divisão dos mistérios do Rosário, não só coincide de maneira perfeita com a ordem cronológica dos fatos, mas sobretudo reflete também o esquema do primitivo anúncio da fé e evoca o mistério de Cristo, daquele mesmo modo como ele é visto por São Paulo, no célebre "hino" da Epístola aos Filipenses: despojamento, morte e exaltação (cf. 2,6-11).

46. Oração evangélica, centrada sobre o mistério da Encarnação redentora, o Rosário é, por isso mesmo, uma prece de orientação profundamente cristológica. Na verdade, o seu elemento mais característico, a repetição litânica do "Alegra-te, Maria", torna-se também ele, louvor incessante, a Cristo, objetivo último do anúncio do Anjo e da saudação da mãe do Batista: "bendito o fruto do teu ventre" (Lc 1,42). Diremos mais ainda: a repetição da Ave-Maria constitui a urdidura sobre a qual se desenrola a contemplação dos mistérios; aquele Jesus que cada Ave-Maria relembra é o mesmo que a sucessão dos mistérios propõe, uma e outra vez, como Filho de Deus e da Virgem Santíssima; nascido numa gruta de Belém; apresentado pela mesma Mãe no Templo; um rapazinho ainda, a demonstrar-se cheio de zelo pelas coisas de seu Pai; depois, Redentor, agonizante no horto, flagelado e coroadado de espinhos; a carregar a cruz e a morrer sobre o Calvário; por fim, ressuscitado da morte e elevado à glória do Pai, para efundir o dom do Espírito.

É coisa conhecida que, exatamente para favorecer a contemplação e para que a mente estivesse sempre em sintonia com as palavras, se costumava outrora, e tal costume conservou-se em diversas regiões, ajuntar ao nome de Jesus, em cada Ave-Maria, uma cláusula, que chamasse a atenção para o mistério enunciado.

47. Depois, fizeram tais convênios e investigações com que se sentisse, com maior urgência, a necessidade de recordar, ao lado do elemento laudativo e deprecatório, a importância de outro elemento essencial do Rosário: a contemplação. Sem esta, o mesmo Rosário é um corpo sem alma e a sua recitação corre o perigo de tornar-se uma repetição mecânica de fórmulas e de vir a achar-se em contradição com a advertência de Jesus: "Nas vossas orações, não useis de vãs repetições, como os gentios, porque imaginam que é pelo palavreado excessivo que serão ouvidos" (Mt 6,7). Por sua natureza, a recitação do Rosário requer um ritmo tranqüilo e uma certa demora a pensar, que favoreçam, naquele que ora, a meditação dos mistérios da vida do Senhor, vistos através do coração daquela que mais de perto esteve em contacto com o mesmo Senhor, e que abram o acesso às suas insondáveis riquezas.

48. Mediante a reflexão contemporânea, por fim, puderam ser compreendidas com uma maior precisão as relações existentes entre a Liturgia e o Rosário. Por um lado, foi salientado que o Rosário é como que um rebento que germinou sobre o tronco secular da Liturgia cristã, qual "Saltério da Santíssima Virgem", com que os humildes se pudessem associar ao cântico de louvor e à intercessão universal da Igreja; por outro lado, observou-se ainda, isso aconteceu no declinar da Idade Média, numa época em que o espírito litúrgico se encontrava em decadência e se começava a verificar um certo afastamento dos fiéis da Liturgia, para se ir mais para uma devoção sensível para com a Humanidade de Cristo e para com a bem-aventurada Virgem Maria.

Se em tempos não recuados pôde surgir no espírito de alguns o desejo de ver o Rosário incluído no número das expressões litúrgicas, e, pelo contrário, da parte de outros, levados pela preocupação de evitar erros pastorais do passado, uma injustificada desatenção em relação ao mesmo Rosário, hoje o problema é facilmente solucionável, à luz dos princípios da Constituição *Sacrosanctum Concilium*: as celebrações litúrgicas e o pio exercício do Rosário não se devem contrapor nem equiparar.(73)

Cada expressão de oração, na verdade, conseguirá ser tanto mais fecunda, quanto mais conservar a sua verdadeira natureza e a fisionomia que lhe é própria. Reafirmando, portanto, o valor proeminente dos atos litúrgicos, não será difícil reconhecer que o Rosário é um exercício de piedade que se harmoniza facilmente com a sagrada Liturgia. Como a Liturgia, efetivamente, também o mesmo Rosário tem uma índole comunitária, se nutre da Sagrada Escritura e gravita em torno do mistério de Cristo. Depois, muito embora em planos essencialmente diversos, anamnese na Liturgia e memória contemplativa no Rosário têm por objeto os mesmos eventos "salvíficos" realizados por Cristo. A primeira torna presentes, sob o véu dos sinais, e operantes, de modo misterioso, os máximos mistérios da nossa Redenção; a segunda, por sua vez com o piedoso afeto da contemplação, reevoca na mente daquele que ora esses mesmos mistérios e estimula nele a vontade para haurir aí normas de vida.

Estabelecida esta diferença substancial, não há quem não veja ser o Rosário um pio exercício que à Liturgia foi buscar a sua motivação e que, se for praticado de acordo com a sua inspiração originária, a ela conduz, naturalmente, sem no entanto transpor o seu limiar. A meditação dos mistérios do Rosário, de fato, ao tornar familiares à mente e ao coração dos fiéis os mistérios de Cristo, pode constituir uma ótima preparação, e vir a ser, depois, um eco prolongado da celebração dos mesmos mistérios nos atos litúrgicos. É erro, todavia infelizmente, ainda a subsistir nalguns lugares, o recitar o Rosário durante a ação litúrgica.

49. O Rosário (Terço-Coroa) da bem-aventurada Virgem Maria, segundo a tradição que foi acolhida e autorizadamente proposta pelo nosso predecessor São Pio V, consta de vários elementos, dispostos de modo orgânico:

a) a contemplação, em comunhão com Maria, de uma série de *mistérios da Salvação*, sapientemente distribuídos em três ciclos que exprimem: o gozo dos tempos messiânicos; a dor "salvífica" de Cristo; e a glória do divino Ressuscitado que inunda a Igreja. Uma tal contemplação, pela sua natureza, conduz à reflexão prática e suscita estimulantes normas de vida.

b) a Oração Dominical, ou *Pai-Nosso*, que, pelo seu imenso valor, está na base da oração cristã e a nobilita nas suas diversas expressões.

c) a sucessão litânica da *Ave-Maria*, que resulta composta da saudação do Anjo à Virgem Santíssima (cf. Lc 1,28) e do bendizente obséquio de Isabel (cf. Lc 1,42), ao que se segue a súplica eclesial Santa Maria. A série continuada das *Ave-Marias* é uma característica peculiar do Rosário, e o seu número, na forma típica e plenária de cento e cinqüenta, apresenta uma tal ou qual analogia com o Saltério e é um dado que remonta à própria origem do piedoso exercício. Mas esse mesmo número, de acordo com um costume comprovado, dividido em dezenas coligadas a cada um dos mistérios, distribui-se nos três ciclos acima mencionados, dando lugar ao conhecido Terço, de cinqüenta *Ave-Marias*, o qual entrou em uso qual medida normal do mesmo exercício e, como tal, foi adotado pela piedade popular e sancionado pela Autoridade pontifícia, que o enriqueceu com numerosas indulgências.

d) a doxologia *Glória ao Pai*, que, em conformidade com uma orientação generalizada da piedade cristã, encerra a oração com a glorificação de Deus, uno e trino, do qual, pelo qual e para o qual são todas as coisas (cf. Rom 11,36).

50. Estes são, pois, os elementos do santo Rosário. Cada um deles tem a sua índole própria, que, acertadamente compreendida e apreciada, deve refletir-se na recitação, a fim de que o mesmo Rosário exprima toda a sua riqueza e variedade. Essa recitação, por conseguinte, tornar-se-á: grave e implorante, na Oração Dominical; lírica e laudativa, no transcorrer calmo das *Ave-Marias*; contemplativa, na reflexão atenta sobre os mistérios; e adorante na doxologia. E isto, note-se, em todas aquelas maneiras como costuma ser recitado o Rosário: quer privadamente, recolhendo-se aquele que ora na intimidade com o Senhor; quer comunitariamente, ou em família, ou por vários fiéis reunidos em grupo, para criar condições para uma particular presença do Senhor (cf. Mt 18,20), ou, ainda, publicamente, em assembléias para as quais é convocada qualquer comunidade eclesial.

51. Em tempos recentes, vieram a ser criados alguns pios exercícios, que vão buscar inspiração ao santo Rosário. Entre estes, queremos fazer menção e recomendar os que inserem no esquema habitual das celebrações da Palavra de Deus alguns elementos típicos do mesmo Rosário, como por exemplo, a meditação dos mistérios e a repetição litânica da saudação angélica. Tais elementos adquirem assim um maior relevo, enquadrados como são na leitura de textos bíblicos, ilustrados pela homilia, rodeados de pausas de silêncio e sublinhados com o canto. É-nos grato saber que semelhantes exercícios têm contribuído para fazer apreender mais completamente as riquezas espirituais do mesmo Rosário, e para que seja tida em maior apreço a sua prática no seio de associações e de movimentos de jovens.

52. Queremos agora, em continuidade de pensamento com os nossos predecessores, recomendar vivamente a recitação do santo Rosário em família. O Concílio Vaticano II pôs bem em evidência que a mesma família, qual célula primeira e vital da sociedade, "deve mostrar-se, pela mútua piedade dos membros e pela oração dirigida a Deus em comum, como um santuário familiar da Igreja" (AA 11). A família cristã, por conseguinte, apresentar-se-á assim como "Igreja doméstica" (LG 11), na medida em que os seus membros, cada qual no seu lugar e dentro das suas atribuições próprias, se dão as mãos no promover a justiça, no praticar as obras de misericórdia, no dedicar-se ao serviço dos irmãos, tomando parte no apostolado da comunidade local mais ampla e inserindo-se no seu culto litúrgico (AA 11); e, ainda, se elevarem a Deus orações suplicantes, em comum; se viesse a falhar este elemento no seio da família, então faltar-lhe-ia o próprio caráter de família cristã. Por isso, à recuperação da noção

teológica da família, como Igreja doméstica, deve, coerentemente, seguir-se um esforço por instaurar na vida da mesma família a oração em comum.

53. De acordo com as diretrizes conciliares, a *Institutio generalis de Liturgia Horarum* inclui, justamente, o agregado familiar no número dos grupos aos quais se adapta a celebração em comum do Ofício divino: "É conveniente, lê-se aí, que, por fim, também a família, qual santuário doméstico da Igreja, não se limite apenas a elevar a Deus preces em comum, mas recite, conforme as circunstâncias lho facultarem, algumas partes da Liturgia das Horas, para se inserir mais intimamente na mesma Igreja" (n. 27). Por conseguinte, nada se deve deixar de tentar para que esta indicação clara possa vir a ter crescente e feliz aplicação no seio das famílias cristãs.

54. Mas, depois da celebração da *Liturgia das Horas* ponto culminante a que pode chegar a oração doméstica, não há dúvida de que o Rosário da bem-aventurada Virgem Maria deve ser considerado uma das mais excelentes e eficazes orações em comum, que a família cristã é convidada a recitar. Dá-nos gosto pensar e auspiciamos vivamente que, quando o encontro familiar se transforma em tempo de oração, seja o Rosário a sua expressão freqüente e preferida. Estamos bem conhecedor de que as mudadas condições da vida dos homens, nos nossos dias, não são favoráveis à possibilidade de momentos de reunião familiar; e de que, mesmo quando isso acontece, não poucas circunstâncias se conjugam para tornar difícil transformar o encontro da família em ocasião de oração. É uma coisa difícil, sem dúvida. No entanto, é também característico do agir cristão não se render aos condicionamentos do ambiente, mas superá-los; não sucumbir, mas sim elevar-se. Portanto, aquelas famílias que queiram viver em plenitude a vocação e a espiritualidade própria da família cristã, devem envidar todos os esforços para eliminar tudo o que seja obstáculo para os encontros familiares e para a oração em comum.

55. Ao concluir estas observações, prova da solicitude e da estima desta Sé Apostólica pelo santo Rosário (Terço-Coroa), queremos entretanto recomendar que, na difusão de tão salutar devoção, as suas reais proporções não sejam nunca alteradas, e que jamais ela seja apresentada com inoportuno exclusivismo: o Rosário é uma oração excelente, em relação à qual, contudo, os fiéis se devem sentir serenamente livres, e solicitados a recitá-la com compostura e tranqüilidade, atraídos pela sua beleza intrínseca.

CONCLUSÃO

VALOR TEOLÓGICO E PASTORAL DO CULTO DA SANTÍSSIMA VIRGEM

66. A terminar esta nossa Exortação Apostólica, veneráveis Irmãos, desejamos frisar ainda, em breve síntese, o valor teológico do culto à Santíssima Virgem, e lembrar, resumidamente, a sua eficácia pastoral para a renovação dos costumes cristãos.

A piedade da Igreja para com a bem-aventurada Virgem Maria é elemento intrínseco do culto cristão. Essa veneração que a Igreja tem vindo a prestar à Mãe do Senhor, em todos os lugares e em todos os tempos, desde a saudação com que Isabel a bendiz (cf. Lc 1,42-45) até as expressões de louvor e de súplica da nossa época, constitui um excelente testemunho da sua *norma de oração* e um convite a reavivar nas consciências a sua *norma de fé*. E, em contrapartida, a norma de fé da Igreja exige também que, por toda a parte, floresça com pujança a sua *norma de oração* pelo que se refere à Mãe de Cristo.

Um tal culto à Virgem Santíssima tem raízes profundas na Palavra revelada e, conjuntamente, sólidos fundamentos dogmáticos: a singular dignidade de Maria, "Mãe do Filho de Deus e, por isso, filha predileta do Pai e templo do Espírito Santo; por este seu dom de graça sem igual ela ultrapassa, de longe, todas as outras criaturas, celestes e terrestres" (LG 53); a sua cooperação nos momentos decisivos da obra da Salvação, realizada pelo Filho; a sua santidade, já plena na Conceição imaculada e, não obstante, sempre crescente, a medida que ela aderiu à vontade do Pai e ia percorrendo a via do sofrimento (cf. Lc 2, 25-35; 2,41-52; e Jo 19,25-27) e ia progredindo constantemente na fé, na esperança e na caridade; a sua missão e condição única no Povo de Deus, do qual é, ao mesmo tempo, membro sobreeminente, modelo limpidíssimo e Mãe amorosíssima; a sua incessante e eficaz intercessão, em virtude da qual, embora assumida ao céu, continua muito perto dos fiéis que a imploram, e até mesmo daqueles que ignoram ser seus filhos; a sua glória, enfim, que enobrece todo o gênero humano, como de modo admirável o exprimiu o poeta Dante: "tu és aquela que a humana natureza / nobilitaste de tal modo, que o seu Autor / não desdenhou fazer-se sua feita".(74) Maria, de fato, é da nossa estirpe, verdadeira filha de Eva, se bem que isenta do labéu do mal, e nossa verdadeira irmã, que compartilhou plenamente, mulher humilde e pobre como foi, a nossa condição.

Acrescentaremos, ainda: o culto da bem-aventurada Virgem Maria tem a sua suprema razão de ser na insondável e livre vontade de Deus, que, sendo a eterna e divina Caridade (cf. 1Jo 4,7-8.16), realiza todas as coisas segundo um plano de amor: amou-a e fez-lhe grandes coisas (cf. Lc 1,49), amou-a por causa de si mesmo e por causa de nós e, deu-a a si mesmo e no-la deu a nós.

57. Cristo é o único caminho para o Pai (cf. Jo 14, 4-11). Cristo é o modelo supremo, ao qual o discípulo deve conformar o próprio comportamento (cf. Jo 13,15), até chegar ao ponto de ter em si os seus mesmos sentimentos (cf. Fl 2,5), viver da sua vida e possuir o seu Espírito (cf. Gl 2,20; Rm 8,10-11): foi isto o que a Igreja ensinou em todos os tempos e nada, na atividade pastoral, deve ensombrar jamais esta doutrina.

A Igreja, no entanto, instruída pelo Espírito e amestrada por uma experiência multissecular, reconhece que também a piedade para com a bem-aventurada Virgem Maria, subordinadamente à piedade para com o divino Salvador e em conexão com ela, tem uma grande eficácia pastoral e constitui uma força renovadora dos costumes cristãos.

A razão de tal eficácia pode facilmente ser entrevista. A multifacetada missão de Maria, em relação ao Povo de Deus, é, efetivamente, uma realidade sobrenatural, operante e fecunda no organismo eclesial. E dá gosto considerar cada um dos aspectos dessa missão e ver como todos eles se orientam, cada um com a sua eficácia própria, para o mesmo fim: reproduzir nos filhos as feições do Filho primogênito. Quer dizer: a materna intercessão da Virgem Santíssima, assim como a sua santidade exemplar, a graça divina, que está nela, tornam-se motivo de esperanças supernas para todo o gênero humano.

A materna missão de Maria, pois, impele o Povo de Deus a dirigir-se, com filial confiança, àquela que está sempre pronta para o atender, com afeto de mãe e com o valimento eficaz de auxiliadora (LG 60-63). Por isso, cedo começou o mesmo Povo de Deus a invocá-la sob os títulos de *Consoladora dos aflitos*, *Saúde dos enfermos* e *Refúgio dos pecadores*, a fim de alcançar conforto nas tribulações, alívio

nas doenças e, quando ilaqueado pela culpa, a força libertadora; porque ela, isenta do pecado, leva os seus filhos a isto: a debelarem, com decisão enérgica, o pecado (LG 65). E uma tal libertação do pecado e do mal (cf. Mt 6,13), importa frisá-lo bem, é a condição necessária para toda e qualquer renovação dos costumes cristãos.

Depois, a santidade exemplar da Virgem Santíssima estimula, realmente, os fiéis a levantarem "os olhos para Maria, que brilha como modelo de virtudes sobre toda a comunidade dos eleitos" (LG 65). São virtudes sólidas e evangélicas, as suas: a fé e a dócil aceitação da Palavra de Deus (cf. Lc 1,26-28;1,45;11,27-28; Jo 2,5); a obediência generosa (cf. Lc 1, 38); a humildade genuína (cf. Lc 1,48); a caridade solícita (cf. Lc 1,39-56); a sapiência reflexiva (cf. Lc 1,29.34; 2,19.33.51); a piedade para com Deus, áacre no cumprimento dos deveres religiosos (cf. Lc 2,21.22-40.41), reconhecida pelos dons recebidos (cf. Lc 1,46-49), oferente no Templo (cf. Lc 2,22-24) e orante na comunidade apostólica (cf. At 1,12-14); a fortaleza no exílio (cf. Mt 2,13-23) e no sofrimento (cf. Lc 2,34-35.49; Jo 19,25); a pobreza levada com dignidade e confiante em Deus (cf. Lc 1,48; 2,24); a solicitude vigilante para com o Filho, desde a humilhação do berço até a ignomínia da cruz (cf. Lc 2,1-7; Jo 19,25-27); a delicadeza providente (cf. Jo 2,1-12); a pureza virginal (cf. Mt 1,18-25; Lc 1,2638); e, enfim, o forte e casto amor sponsal. Destas virtudes da Mãe se poderão também revestir os filhos que, com firmes propósitos, souberem reparar nos seus exemplos, para depois os traduzir na própria vida. E semelhante progresso na virtude aparecerá, assim, como conseqüência e fruto já maduro também, daquela força pastoral que promana do culto tributado à Virgem Santíssima.

A piedade para com a Mãe do Senhor torna-se pois, para o fiel, ocasião de crescimento na graça divina, que é, de resto, a finalidade última de toda e qualquer atividade pastoral. Na realidade, é impossível honrar a "cheia de graça" (Lc 1,28), sem honrar o estado de graça em si próprio; quer dizer: a amizade com Deus, a comunhão com Ele e a inabitação do Espírito Santo. Esta graça divina reveste todo o homem e torna-o conforme a imagem do Filho de Deus (cf. Rm 8,29; Cl 1,18).

A Igreja católica, apoiada numa experiência de séculos, reconhece na devoção a Virgem Santíssima um auxílio poderoso para o homem em marcha para a conquista da sua própria plenitude. Maria, a *Mulher nova*, está ao lado de Cristo" o *Homem novo*, em cujo mistério, somente, encontra verdadeira luz o mistério do homem (GS 22); e está aí, qual penhor e garantia de que numa simples criatura, nela, se tornou já realidade o plano de Deus em Cristo, para a salvação de todo o homem.

Para o homem contemporâneo, - não raro atormentado entre a angústia e a esperança, prostrado mesmo pela sensação das próprias limitações e assaltado por aspirações sem limites, perturbado na mente e dividido em seu coração, com o espírito suspenso perante o enigma da morte, oprimido pela solidão e, simultaneamente, a tender para a comunhão, presa da náusea e do tédio, a bem-aventurada Virgem Maria contemplada no enquadramento das vicissitudes evangélicas em que interveio e na realidade que já alcançou na Cidade de Deus, proporciona-lhe uma visão serenadora e uma palavra tranqüilizante: a da vitória da esperança sobre a angústia, da comunhão sobre a solidão, da paz sobre a perturbação da alegria e da beleza sobre o tédio e a náusea, das perspectivas eternas sobre as temporais e, enfim, da vida sobre a morte.

A sigilar esta nossa Exortação e como um ulterior argumento em favor do valor pastoral da devoção à Virgem Santíssima, para conduzir os homens a Cristo, sejam aquelas mesmas palavras que ela dirigiu aos servos das bodas de Caná: "Fazei o que

Ele vos disser" (Jo 2,5). Palavras estas limitadas, na aparência, ao desejo de achar remédio para uma complicação surgida no decorrer do convívio; mas que, na perspectiva do quarto Evangelho, são realmente palavras em que parece repercutir-se o eco da fórmula usada pelo Povo de Israel para sancionar a Aliança sinaíta (cf. Ex 19,8;24,3.7; Dt 5,27), ou para renovar os compromissos da mesma (cf. Js 24,24; Esd 10,12; Ne 5,12); e palavras, ainda, em que há uma consonância admirável com aquelas outras do Pai, quando da teofania do monte Tabor: "Ouvi-O" (Mt 17,5).

58. Tratamos amplamente, veneráveis Irmãos, de um elemento que é parte integrante do culto cristão: a veneração para com a Mãe do Senhor. Exigia-o a natureza da matéria que, nestes últimos anos, tem sido objeto de estudo, de revisão e, algumas vezes, mesmo de certas perplexidades. É para nós motivo de conforto, no entanto, o pensar que o trabalho realizado, em execução das normas do Concílio, por esta Sé Apostólica e por vós próprios, de modo particular a reforma litúrgica, há de ficar a constituir um pressuposto válido, para um culto a Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, cada dia mais vivo e adorante, e para o crescimento da vida cristã entre os fiéis. E é motivo de confiança para nós, ainda, o verificar que a Liturgia romana renovada constitui, no seu conjunto, também ela, um fúlgido testemunho da piedade da Igreja para com a Santíssima Virgem. Alenta-nos a esperança de que as diretrizes emanadas em ordem a tornar cada vez mais límpida e vigorosa essa piedade virão a ser sinceramente aplicadas. E confessamos a nossa alegria, por fim, por o Senhor nos ter concedido a oportunidade de apresentar alguns pontos de reflexão que visam renovar e confirmar a estima em relação à prática do santo Rosário. Conforto, confiança, esperança e alegria são os sentimentos que, unindo a nossa voz à voz da Virgem Maria, como implora a Liturgia romana,(75) queremos traduzir em fervoroso louvor e ação de graças ao Senhor.

Ao mesmo tempo que auspiciamos, portanto, que graças à vossa aplicação generosa, Irmãos caríssimos, se verifique entre o clero e entre o povo confiado aos vossos cuidados, um salutar incremento da devoção mariana, com indubitável proveito para a Igreja e para a sociedade humana, outorgamo-vos, do coração, a vós e a todos os féis em prol dos quais se exercita o vosso zelo pastoral uma especial bênção apostólica.

Dada em Roma, junto de São Pedro, no dia 2 de fevereiro, Festa da Apresentação do Senhor, do ano de 1974, décimo primeiro do nosso pontificado.

PAULUS PP. VI

NOTAS

1. Cf. Lactâncio, *Divinae institutiones* IV, 3, 6-10: CSEL 19, p. 279.
2. Missa votiva da bem-aventurada Virgem Maria Mãe da Igreja, *Prefácio*.
3. Cf. Exortação Apostólica *Signum Magnum*: AAS 59 (1967), pp. 465-475.
4. Cf. *Missal Romano* ("ex Decr. Sacr. Conc. Vat. II Instauratum, auctoritate Pauli PP. VI promulgatum, Ed. typica, MCMLXX"), 8 de dezembro, *Prefácio*.
5. *Missal Romano, Lecionário* ("ex Decr. Sacr. Oec. Conc. Vat. II instauratum auctoritate Pauli PP. VI promulgatum, *Ordo lectionum Missae* Ed. typica MCMLXIX", p. 8): Leitura I (Ano A. Is 7,10-14: "Eis a Virgem que concebe"; Ano B: 2Sm 7,1-5.8b-11.16: "A realza de Davi será estável para sempre diante do Senhor; Ano C: Miq 5,2-5a [Hbr 1-4a]: "...de ti sairá para mim aquele que há de dominar em Israel").
6. *Ibidem* (p. 8): Evangelho (Ano A: Mt 1,18-24: "Jesus nascerá de Maria, desposada com José, filho de Davi"; Ano B: Lc 1,26-38: "Eis que conceberás e darás à luz um filho"; Ano C: Lc 1,39-45: "E donde me é dada a graça que venha visitar-me a mãe do meu Senhor?").
7. Cf. *Missal Romano*, Prefácio do Advento, II.
8. Cf. *Missal Romano, ibidem*.

9. Cf. *Missal Romano*, Prece Eucarística I, *Communicantes* próprio da Festa de Natividade do Senhor e da Oitava.
10. Cf. *Missal Romano*, 1º de janeiro, *Intróito e Coleta*.
11. Cf. *Missal Romano*, 22 de agosto, *Coleta*.
12. Cf. *Missal Romano*, 8 de setembro, *Depois da Comunhão*.
13. Cf. *Missal Romano*, 31 de maio, *Coleta*.
14. Cf. *Ibidem*, *Coleta e Oração sobre as oblatas*.
15. Cf. *Missal Romano*, 15 de setembro, *Coleta*.
16. Cf. *supra*, n.1, p.13.
17. Entre as numerosas anáforas, cf. as seguintes, particularmente apreciadas entre os Orientais: *Anaphora Marci Evangelistae: Prex Eucharistica*, ed. A. Haenggi-I. Pahl, Fribourg, Editions Universitaires, 1968, p.107; *Anaphora Iacobi fratris Domini graeca, ibid.*, p. 257; *Anaphora Iannis Chrysostomi, ibid.*, p. 229.
18. Cf. *Missal Romano*, 8 de dezembro, *Prefácio*.
19. Cf. *Missal Romano*, 15 de agosto, *Prefácio*.
20. Cf. *Missal Romano*, 1º de janeiro, *Depois da Comunhão*.
21. Cf. *Missal Romano*, Comum das Festas de Nossa Senhora, Tempo Pascal, 6, *Coleta*.
22. Cf. *Missal Romano*, 15 de setembro, *Coleta*.
23. Cf. *Missal Romano*, 31 de maio, *Coleta*. Na mesma linha, veja-se também o II *Prefácio* de Nossa Senhora: "É verdadeiramente nosso dever... exaltar de modo particular a Vossa bondade, na evocação da memória da bem-aventurada Virgem Maria, inspirando-nos no seu canto de louvor".
24. Cf. *Missal Romano*, - *Lecionário*, III Domingo do Advento (Ano C: Sof 3,14-18a); IV Domingo do Advento (Cf. *supra* a nota 12); Domingo dentro da Oitava do Natal (Ano A: Mt 2,13-15.19-23; Ano B: Lc 2,22-40; Ano C: Lc 2,41-52); II Domingo depois do Natal (Jo 1,1-18); VII Domingo da Páscoa (Ano A: At 1,12-14); II Domingo durante o ano (Ano C: Jo 2,1-12); X Domingo durante o ano (Ano B: Gn 3,9-15); XIV Domingo durante o ano (Ano B: Mc 6,1-6).
25. Cf. *Missal Romano - Lecionário*, Para o Catecumenato e Batismo dos adultos, "Ad traditionem" da Oração Dominical (Leitura II, 2: Gál 4,4-97); Para a iniciação cristã fora da vigília Pascal (Evang., 7: Jo 1,1-5.9.14.16-18); Para as núpcias (Evang., 7: Jo 2,1-12); Para a consagração das virgens e profissão religiosa (Leitura I, 7: Is 61,9-11; Evang., 6: Mc 3,31-35; Lc 1,26-38 [Cf. o "*Ordo*" da consagração das virgens, n.130; e o "*Ordo*" da profissão religiosa, Segunda Parte, n.145]).
26. Cf. *Missal Romano - Lecionário*, Pelos prófugos e exilados (Evang., 1: Mt 2,13-15.19-23); Em ação de graças (Leitura I, 4: Sf 3,14-15).
27. *La Divina Commedia*, Paradiso XXXIII,1-9; Cf. Liturgia das Horas, Memória de Santa Maria "in Sabbato", Ofício da Leitura, *Hino*.
28. Cf. "*Ordo*" do Batismo das crianças, n. 48; "*Ordo*" da Iniciação cristã dos adultos, n. 214.
29. Cf. *Ritual Romano*, Tít. VII, cap. III, *Bênção da mulher depois do parto*.
30. Cf. "*Ordo*" da profissão religiosa, Primeira Parte, nn. 57 e 67.
31. Cf. "*Ordo*" da consagração das virgens, n.16.
32. Cf. "*Ordo*" da profissão religiosa, Primeira Parte, nn. 62 e 142; Segunda Parte, nn. 67 e 158; e "*Ordo*" da consagração das virgens, nn.18 e 20.
33. Cf. "*Ordo*" da unção dos enfermos e cuidados pastorais dos mesmos, nn. 143,146,147,150.
34. Cf. *Missal Romano*, Missas dos defuntos - pelos irmãos, parentes e benfeitores falecidos, *Coleta*.
35. Cf. "*Ordo*" das exéquias, n. 226.
36. Cf. *Adversus Haereses* IV, 7,1: PG 7,1, 990-991; *S. Ch.*, n.100, t. II, pp. 454-458.
37. Cf. *Adversus Haereses* III,10, 2: PG 7,1, 873; *S. Ch.*, n. 34, p.164.
38. *Tractatus XXV* (In Nativitate Domini), 5: CCL 138, p.123; *S. Ch.*, 22 bis, p. 132; Cf também *Tractatus XXIX* (In Nativitate Domini), 1: CCL *ibid.*, p. 147; *S. Ch.*, *ibid.*, p.178; *Tractatus LXIII* (De Passione Domini), 6: CCL *ibid.*, p. 386; *S. Ch.*, 74, p. 82.
39. M. Ferotin, *Le "Liber Mozarabicus Sacramentorum"*, col. 56.
40. *In Purificatione B. Mariae, Sermo* III, 2: PL 183, 370; *Sancti Bernardi Opera*, ed., J. Leclercq-H. Rochais, vol. IV, Romae 1966, p. 342.
41. Cf. Pio XII, Encíclica *Mystici Corporis*: AAS 35 (1943), p. 247.
42. "...Dignai-vos lembrar todos aqueles que partiram deste mundo e vos foram aceites - dos santos padres, patriarcas, profetas, apóstolos (...) e da santa e gloriosa Mãe de Deus, Maria, e de todos os santos (...); que eles recordem a nossa miséria e pobreza e vos ofereçam, juntamente conosco, este sacrifício formidável e incruento": *Anaphora Iacobi fratris Domini syriaca; Prex Eucharistica*, ed., A. Haenggi-I. Pahl, Fribourg, Editions Universitaires, 1968, p. 274.
43. *Expositio Evangelii secundum Lucam*, II, 26: CSEL 32, IV, p. 55; *S. Ch.*, 45, pp. 83-84.

44. Cf. Paulo VI, *Alocução no Santuário mariano de "Nostra Signora di Bonaria"*, Cagliari, a 24 de abril de 1970: AAS 62 (1970), p. 300.
45. Cf. Pio IX, Bula dogmática *Ineffabilis Deus*: Pii IX Pontificas Maximi Acta, I, 1, Romae, 1854, p. 599; Cf. ed. V Sarda, *La solenne definizione del dogma dell'Immacolato concepimento di Maria Santíssima*. Atti e documenti..., Roma 1904-1905, vol. II, p. 302.
46. S. Ildefonso, *De virginitate perpetua sanctae Mariae*, cap. XII; PL 96, 108.
47. *Lumen Gentium* 56, e os autores citados na relativa.
48. Cf. S. Ambrósio, *De Spiritu Sancto* II, 37-38: CSEL 79, pp. 100-101; Cassiano, *De incarnatione Domina* II, cap. II: CSEL 17, pp. 247-249; S. Beda, *Homilia* I, 3: CCL 122, p.18 e p. 20.
49. Cf. S. Ambrósio, *De institutione virginis*, cap. XII, 79: PL 16 (ed. 1880), 339; *Epistula* 30, 3 e *Epistula* 42, 7: *ibid.*, 1107 e 1175; *Expositio evangelii secundum Lucam* X, 132; *S. Ch.*, 52, p. 200; S. Procles de Constantinopla, *Oratio* I, et *Oratio* V, 3: PG 65, 681 e 720; S. Basílio de Selêucia, *Oratio* XXXIX, 3: PG 85, 433; S. André de Creta, *Oratio* IV: PG 97, 868; S. Germano de Constantinopla, *Oratio* II,15: PG 98, 305.
50. Cf. S. Jerônimo, *Adversos Iovinianum* I, 33: PL 23, 267; S. Ambrósio, *Epistula* 63, 33: PL 16 (ed. 1880), 1249; *De institutione virginis*, cap. XVII, 195: *Ibid.*, 346; *De Spiritu Sancto* III, 79-80: CSEL 79, pp. 182-183; Sedúlio, *Hymnus "A solis ortus cardine"*, vv.13-14: CSEL 10, p.164; *Hymnus Acathistos*, str. 23: ed. I B. Pitra, *Analecta Sacra*, I, p. 261; S. Procles de Constantinópola, *Oratio* I, 3: PG 65, 684; *Oratio* II, 6: *ibid.*, 700; S. Basílio de Selêucia, *Oratio* IV: PG 97, 868; S. João Damasceno, *Oratio* IV,10: PG 96, 677.
51. Cf. S. Severo de Antioquia, *Homilia* 57: PO 8, pp. 357-358; Hesíquio de Jerusalém, *Homilia de Sancta Maria Deipara*: PG 93,1464; Crisipo de Jerusalém, *Oratio in sanctam Mariam Deiparam*, 2: PO 19, p. 338; S. André de Creta, *Oratio* V: PG 97, 896; S. João Damasceno, *Oratio* VI, 6: PG 96, 672.
52. *Liber Apotheosis*, vv 571-572: CCL 126, p. 97.
53. Cf. S. Isidoro, *De ortu et obitu Patrum*, cap. LXVII, 111: PL 83, 148; S. Ildefonso, *De virginitate perpetua sanctae Mariae*, cap. X: PL 96, 95; S. Bernardo, *In Assumptione B. Virginis Mariae, Sermo* IV, 4: PL 183, 428; *In Nativitate B. Virginis Mariae*: *ibid.*, 442; S. Pedro Damião, *Carmina sacra et preces* II, *Oratio ad Deum, Filium*: PL 145, 921; *Antiphona "Beata Dei Genetrix Maria": Corpus antiphonalium officii*, ed. R. J. Hesbert, Roma 1970, vol. N, n. 6314, p. 80.
54. Cf. Paulo Diácono, *Homilia* I, *In Assumptione B. Mariae Virginis*: PL 95, 1567; Pascásio Rodberto, *De Assumptione sanctae Mariae Virginis*, trib., nn. 31, 42, 57, 83: ed. A. Ripberger, in "Spicilegium Friburgense", n. 9, 1962, pp. 72, 76, 84, 96-97; Eadmero de Cantuária. *De excellentia Vrginis Mariae*, cap. IV- V: PL 159, 562-567; S. Bernardo, *In laudibus Virginis Matris, Homilia* IV, 3: *Sancti Barnardi Opera*, ed. J. Leclercq-H. Rochais, IV, Romae 1966, pp. 49-50.
55. Cf. Orígenes, *In Lucam Homilia* VII, 3: PG 13,1817; *S. Ch.*, 87, p.156; S. Cirilo de Alexandria, *Commentarius in Aggaeum prophetam*, cap. XIX: PG 71, 1060; S. Ambrósio, *De fide* IV, 9, 113-114: CSEL 78, pp. 197-198; *Expositio evangelii secundum Lucam* II, 23 e 27-28; CSEL 32, N, pp. 53-54 e 55-56; Severiano de Gábala, *In mundi creationem oratio* IV, 10. PG 56, 497-498; Antipater Bostrensis, *Homilia in Sanctissimae Deiparae Annuntiationem*, 16: PG 85,1785.
56. Cf. Eadmero de Cantuária, *De excellentia Virginis Mariae*, cap. VII: PL 159, 571: S. Amadeu de Lausana, *Homilia* VII: PL 188,1337; *S. Ch.*, 72, p.184.
57. *De virginitate perpetua sanetae Mariae*, cap. XII: PL 96,106.
58. *Lumen Gentium* 54. Cf. Paulo VI, *Alocução durante o Concílio Ecumênico Vaticano II*, na altura do encerramento da segunda sessão, em 4 de dezembro de 1963. AAS 56 (1964), p. 37.
59. S. Cipriano, *De catholicae Ecclesiae unitate*, 5: CSEL 3, p. 214.
60. Isaac De Stella, Sereno LI, *In Assumptione B. Mariae*; PL 194,1863.
61. *Sermo* XXX,1: *S. Ch.*, 164, p.134.
62. Cf. *Officium magni canonis paraclitici, Magnum Orogion*, Athenis 1963, p. 558; ocorre com frequência nos cânones e tropários, litúrgicos: Cf. Sofrônio Eustradiadou, *Theotokarion*, Chennevières-sur-Marne,1931, pp. 9 e 19.
63. Cf. Paulo VI, *Alocução aos Padres Conciliares*, na Basílica de S. Pedro, em 21 de novembro de 1964: AAS 56 (1964), p.1017.
64. Carta Encíclica *Adiutricem populi*: AAS 28 (1895-1896), p.135.
65. Cf. S. Pedro Crisólogo, *Sermo* CXLIII: PL 52, 583.
66. Cf. Paulo VI, Exortação Apostólica *Signum Magnum*, I: AAS 59 (1967), pp. 467-468; Missal Romano, 15 de setembro, *Oração sobre as oferendas*.
67. S. Agostinho, *In Iohannis Evangelium, Tractatus* X, 3: CCL 36, pp. 101.102; *Epistula* 243, *Ad Laetum*, n. 9. CSEL 57, pp. 575-576; S. Beda, *In Lucae Evangelium expositio*, N, xi, 28: CCL 120, p. 237; *Homilia* I, 4: CCL 122, pp. 26-27.

68. Cf. *Missal Romano*, IV Domingo do Advento, *Oração do dia*. Analogamente a *Oração do dia* de 25 de março, que na recitação do *Angelus Domini* pode substituir a precedente.
69. Pio XII, Carta *Philippinas Insulas*, ao Arcebispo de Manila: AAS 38 (1946), p. 419.
70. Cf. Discurso aos participantes no III Congresso Internacional Dominicano do Rosário: *Insegnamenti di Paolo VI*, I (1963), pp. 463-464.
71. Cf. AAS 58 (1966), pp. 745-749.
72. Cf. AAS 61 (1969), pp. 649-654.
73. Cf. n.13: AAS 56 (1964), p.103.
74. *La Divina Commedia*, Paradiso XXXIII, 4-6.
75. Cf. *Missal Romano*, 31 de maio, *Oração do dia*.

Etapa 3 – O Caminho de Jesus (Agir)

Missão: Anúncio do Evangelho da Conversão
3º Semestre

3.1. Diretório da Fraternidade Jesus Maria José

Ler, analisar, refletir, rezar e debater com o Responsável pela Formação na Comunidade os Capítulos 4, 6 e 7 do Diretório da Fraternidade Jesus Maria José

*Opcional. Recomenda-se a leitura orante do documento conhecido como **Patrimônio Espiritual de Rita Amada de Jesus** – números 323 a 439 (pode ser encontrado no site – www.fraterjnj.org)*

3.2. Iniciação à Ecclesologia

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA **LUMEN GENTIUM** SOBRE A IGREJA

CAPÍTULO I

O MISTÉRIO DA IGREJA

Objeto da Constituição: a Igreja como sacramento

1. A luz dos povos é Cristo: por isso, este sagrado Concílio, reunido no Espírito Santo, deseja ardentemente iluminar com a Sua luz, que resplandece no rosto da Igreja, todos os homens, anunciando o Evangelho a toda a criatura (cfr. Mc. 16,15). Mas porque a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano, pretende ela, na sequência dos anteriores Concílios, pôr de manifesto com maior insistência, aos fiéis e a todo o mundo, a sua natureza e missão universal. E as condições do nosso tempo tornam ainda mais urgentes este dever da Igreja, para que deste modo os homens todos, hoje mais estreitamente ligados uns aos outros, pelos diversos laços sociais, técnicos e culturais, alcancem também a plena unidade em Cristo.

A vontade salvífica do Pai

2. O Eterno Pai, pelo libérrimo e insondável desígnio da Sua sabedoria e bondade, criou o universo, decidiu elevar os homens à participação da vida divina e não os abandonou, uma vez caídos em Adão, antes, em atenção a Cristo Redentor «que é a imagem de Deus invisível, primogénito de toda a criação» (Col. 1,15) sempre lhes concedeu os auxílios para se salvarem. Aos eleitos, o Pai, antes de todos os séculos os «discerniu e predestinou para reproduzirem a imagem de Seu Filho, a fim de que Ele seja o primogénito de uma multidão de irmãos» (Rom. 8,29). E, aos que crêem em Cristo, decidiu chamá-los à santa Igreja, a qual, prefigurada já desde o princípio do

mundo e admiravelmente preparada na história do povo de Israel e na Antiga Aliança(1), foi constituída no fim dos tempos e manifestada pela efusão do Espírito, e será gloriosamente consumada no fim dos séculos. Então, como se lê nos Santos Padres, todos os justos depois de Adão, «desde o justo Abel até ao último eleito» (2), se reunirão em Igreja universal junto do Pai.

Missão e obra do Filho: fundação da Igreja

3. Veio pois o Filho, enviado pelo Pai, que n'Ele nos elegeu antes de criar o mundo, e nos predestinou para sermos seus filhos de adopção, porque lhe aprouve reunir n'Ele todas as coisas (cfr. Ef. 1, 4-5. 10). Por isso, Cristo, a fim de cumprir a vontade do Pai, deu começo na terra ao Reino dos Céus e revelou-nos o seu mistério, realizando, com a própria obediência, a redenção. A Igreja, ou seja, o Reino de Cristo já presente em mistério, cresce visivelmente no mundo pelo poder de Deus. Tal começo e crescimento exprimem-nos o sangue e a água que manaram do lado aberto de Jesus crucificado (cfr. Jo. 19,34), e preanunciam-nos as palavras do Senhor acerca da Sua morte na cruz: «Quando Eu for elevado acima da terra, atrairei todos a mim» (Jo. 12,32 gr.). Sempre que no altar se celebra o sacrifício da cruz, na qual «Cristo, nossa Páscoa, foi imolado» (1 Cor. 5,7), realiza-se também a obra da nossa redenção. Pelo sacramento do pão eucarístico, ao mesmo tempo é representada e se realiza a unidade dos fiéis, que constituem um só corpo em Cristo (cfr. 1 Cor. 10,17). Todos os homens são chamados a esta união com Cristo, luz do mundo, do qual vimos, por quem vivemos, e para o qual caminhamos.

O Espírito santificador e vivificador da Igreja

4. Consumada a obra que o Pai confiou ao Filho para Ele cumprir na terra (cfr. Jo. 17,4), foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes, para que santificasse continuamente a Igreja e deste modo os fiéis tivessem acesso ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cfr. Ef. 2,18). Ele é o Espírito de vida, ou a fonte de água que jorra para a vida eterna (cfr. Jo. 4,14; 7, 38-39); por quem o Pai vivifica os homens mortos pelo pecado, até que ressuscite em Cristo os seus corpos mortais (cfr. Rom. 8, 10-11). O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cfr. 1 Cor. 3,16; 6,19), e dentro deles ora e dá testemunho da adopção de filhos (cfr. Gál. 4,6; Rom. 8, 15-16. 26). A Igreja, que Ele conduz à verdade total (cfr. Jo. 16,13) e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a Ele e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos (cfr. Ef. 4, 11-12; 1 Cor. 12,4; Gál. 5,22). Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente e leva-a à união perfeita com o seu Esposo (3). Porque o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: «Vem» (cfr. Apoc. 22,17)!

Assim a Igreja toda aparece como «um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo (4).

O Reino de Deus

5. O mistério da santa Igreja manifesta-se na sua fundação. O Senhor Jesus deu início à Sua Igreja pregando a boa nova do advento do Reino de Deus prometido desde há séculos nas Escrituras: «cumpriu-se o tempo, o Reino de Deus está próximo» (Mc. 1,15; cfr. Mt. 4,17). Este Reino manifesta-se na palavra, nas obras e na presença de Cristo. A palavra do Senhor compara-se à semente lançada ao campo (Mc. 4,14): aqueles que a ouvem com fé e entram a fazer parte do pequeno rebanho de Cristo

(Luc. 12,32), já receberam o Reino; depois, por força própria, a semente germina e cresce até ao tempo da messe (cfr. Mc. 4, 26-29). Também os milagres de Jesus comprovam que já chegou à terra o Reino: «Se lanço fora os demónios com o poder de Deus, é que chegou a vós o Reino de Deus» (Luc. 11,20; cfr. Mt. 12,28). Mas este Reino manifesta-se sobretudo na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do homem, que veio «para servir e dar a sua vida em redenção por muitos» (Mt. 10,45).

E quando Jesus, tendo sofrido pelos homens a morte da cruz, ressuscitou, apareceu como Senhor e Cristo e sacerdote eterno (cfr. Act. 2,36; Hebr. 5,6; 7, 17-21) e derramou sobre os discípulos o Espírito prometido pelo Pai (cfr. Act. 2,33). Pelo que a Igreja, enriquecida com os dons do seu fundador e guardando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar e instaurar o Reino de Cristo e de Deus em todos os povos e constitui o germe e o princípio deste mesmo Reino na terra. Enquanto vai crescendo, suspira pela consumação do Reino e espera e deseja juntar-se ao seu Rei na glória.

As figuras da Igreja

6. Assim como, no Antigo Testamento, a revelação do Reino é muitas vezes apresentada em imagens, também agora a natureza íntima da Igreja nos é dada a conhecer por diversas imagens tiradas quer da vida pastoril ou agrícola, quer da construção ou também da família e matrimónio, imagens que já se esboçam nos livros dos Profetas.

Assim a Igreja é o redil, cuja única porta e necessário pastor é Cristo (Jo. 10, 1-10). E também o rebanho do qual o próprio Deus predisse que seria o pastor (cfr. Is. 40,11; Ez. 34,11 ss.), e cujas ovelhas, ainda que governadas por pastores humanos, são contudo guiadas e alimentadas sem cessar pelo próprio Cristo, bom pastor e príncipe dos pastores (cfr. Jo. 10,11; 1 Ped. 5,4), o qual deu a vida pelas suas ovelhas (cfr. Jo. 10, 11-15).

A Igreja é a agricultura ou o campo de Deus (1 Cor. 3,9). Nesse campo cresce a oliveira antiga de que os patriarcas foram a raiz santa e na qual se realizou e realizará a reconciliação de judeus e gentios (Rom. 11, 13-26). Ela foi plantada pelo celeste agricultor como uma vinha eleita (Mt. 21, 33-43 par.; Is. 5,1 ss.). A verdadeira videira é Cristo que dá vida e fecundidade aos sarmentos, isto é, a nós que pela Igreja permanecemos n'Ele, sem o qual nada podemos fazer (Jo. 15, 1-5).

A Igreja é também muitas vezes chamada construção de Deus (1 Cor. 3,9). O próprio Senhor se comparou à pedra que os construtores rejeitaram e se tornou pedra angular (Mt. 21,42 par.; Act. 4,11; 1 Ped. 2,7; Salm. 117,22). Sobre esse fundamento é a Igreja construída pelos Apóstolos (cfr. 1 Cor. 3,11), e d'Ele recebe firmeza e coesão. Esta construção recebe vários nomes: casa de Deus (1 Tim. 3,15), na qual habita a Sua «família»; habitação de Deus no Espírito (cfr. Ef. 2, 19-22); tabernáculo de Deus com os homens (Apoc. 21,3); e sobretudo «templo» santo, o qual, representado pelos santuários de pedra e louvado pelos Santos Padres, é com razão comparado, na Liturgia, à cidade santa, a nova Jerusalém (5). Nela, com efeito, somos edificados cá na terra como pedras vivas (cfr. 1 Ped. 2,5). Esta cidade, S. João contemplou-a «descendo do céu, de Deus, na renovação do mundo, como esposa adornada para ir ao encontro do esposo» (Apoc. 21,1 ss.).

A Igreja, chamada «Jerusalém do alto» e «nossa mãe» (Gál. 4,26; cfr. Apoc. 12,17), é também descrita como esposa imaculada do Cordeiro imaculado (Apoc. 19,7; 21,2. 9; 22,17), a qual Cristo gamou e por quem Se entregou, para a santificar» (Ef. 5, 25-26), uniu a Si por um indissolúvel vínculo, e sem cessar «alimenta e conserva» (Ef. 5,29), a qual, purificada, quis unida a Si e submissa no amor e fidelidade (cfr. Ef. 5,24), cumulando-a, por fim, eternamente, de bens celestes; para que entendamos o amor de Deus e de Cristo por nós, o qual ultrapassa toda a compreensão (cfr. Ef. 3,19). Enquanto, na terra, a Igreja peregrina longe do Senhor (cfr. 2 Cor. 5,6), tem-se por exilada, buscando e saboreando as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus, e onde a vida da Igreja está escondida com Cristo em Deus, até que apareça com seu esposo na glória (Cfr. Col. 3, 1-4).

A Igreja, Corpo místico de Cristo

7. O filho de Deus, vencendo, na natureza humana a Si unida, a morte, com a Sua morte e ressurreição, remiu o homem e transformou-o em nova criatura (cfr. Gál. 6,15; 2 Cor. 5,17). Pois, comunicando o Seu Espírito, fez misteriosamente de todos os Seus irmãos, chamados de entre todos os povos, como que o Seu Corpo.

É nesse corpo que a vida de Cristo se difunde nos que crêem, unidos de modo misterioso e real, por meio dos sacramentos, a Cristo padecente e glorioso(6). Com efeito, pelo Baptismo somos assimilados a Cristo; «todos nós fomos baptizados no mesmo Espírito, para formarmos um só corpo» (1 Cor. 12,13). Por este rito sagrado é representada e realizada a união com a morte e ressurreição de Cristo: ; «fomos sepultados, pois, com Ele, por meio do Baptismo, na morte»; se, porém, ; «nos tornámos com Ele um mesmo ser orgânico por morte semelhante à Sua, por semelhante ressurreição o seremos também (Rom. 6, 4-5). Ao participar realmente do corpo do Senhor, na fracção do pão eucarístico, somos elevados à comunhão com Ele e entre nós. ; «Porque há um só pão, nós, que somos muitos, formamos um só corpo, visto participarmos todos do único pão» (1 Cor. 10,17). E deste modo nos tornamos todos membros desse corpo (cfr. 1 Cor. 12,27), sendo individualmente membros uns dos outros» (Rom. 12,5).

E assim como todos os membros do corpo humano, apesar de serem muitos, formam no entanto um só corpo, assim também os fiéis em Cristo (cfr. 1 Cor. 12,12). Também na edificação do Corpo de Cristo existe diversidade de membros e de funções. É um mesmo Espírito que distribui os seus vários dons segundo a sua riqueza e as necessidades dos ministérios para utilidade da Igreja (cfr. 1 Cor. 12, 1-11). Entre estes dons, sobressai a graça dos Apóstolos, a cuja autoridade o mesmo Espírito submeteu também os carismáticos (cfr 1 Cor. 14). O mesmo Espírito, unificando o corpo por si e pela sua força e pela coesão interna dos membros, produz e promove a caridade entre os fiéis. Daí que, se algum membro padece, todos os membros sofrem juntamente; e se algum membro recebe honras, todos se, alegram (cfr. 1 Cor. 12,26).

A cabeça deste corpo é Cristo. Ele é a imagem do Deus invisível e n 'Ele foram criadas todas as coisas. Ele existe antes de todas as coisas e todas n'Ele subsistem. Ele é a cabeça do corpo que a Igreja é. É o princípio, o primogénito de entre os mortos, de modo que em todas as coisas tenha o primado (cfr. Col. 1, 15-18). Pela grandeza do Seu poder domina em todas as coisas celestes e terrestres e, devido à Sua supereminente perfeição e acção, enche todo o corpo das riquezas da Sua glória (cfr. Ef. 1, 18-23) (7).

Todos os membros se devem conformar com Ele, até que Cristo se forme neles (cfr. Gál. 4,19). Por isso, somos assumidos nos mistérios da Sua vida, configurados com Ele, com Ele mortos e ressuscitados, até que reinemos com Ele (cfr. Fil. 3,21; 2 Tim. 2,11; Ef. 2,6; Col. 2,12; etc.). Ainda peregrinos na terra, seguindo as Suas pegadas na tribulação e na perseguição, associamo-nos nos seus sofrimentos como o corpo à cabeça, sofrendo com Ele, para com Ele sermos glorificados (cfr. Rom. 8,17).

É por Ele que «o corpo inteiro, alimentado e coeso em suas juntas e ligamentos, se desenvolve com o crescimento dado por Deus» (Col. 2,19). Ele mesmo distribui continuamente, no Seu corpo que é a Igreja, os dons dos diversos ministérios, com os quais, graças ao Seu poder, nos prestamos mutuamente serviços em ordem à salvação, de maneira que, professando a verdade na caridade, crescamos em tudo para Aquele que é a nossa cabeça (cfr. Ef. 4, 11-16 gr.).

E para que sem cessar nos renovemos n'Ele (cfr. Ef. 4,23), deu-nos do Seu Espírito, o qual, sendo um e o mesmo na cabeça e nos membros, unifica e move o corpo inteiro, a ponto de os Santos Padres compararem a Sua acção à que o princípio vital, ou alma, desempenha no corpo humano(8).

Cristo ama a Igreja como esposa, fazendo-se modelo do homem que ama sua mulher como o próprio corpo (cfr. Ef. 5, 25-28); e a Igreja, por sua vez, é sujeita à sua cabeça (ib. 23-24). «Porque n'Ele habita corporalmente toda a plenitude da natureza divina» (Col. 2,9), enche a Igreja, que é o Seu corpo e plenitude, com os dons divinos (cfr. Ef. 1, 22-23), para que ela se dilate e alcance a plenitude de Deus (cfr. Ef. 3,19).

A Igreja, sociedade visível e espiritual

8. Cristo, mediador único, estabelece e continuamente sustenta sobre a terra, como um todo visível, a Sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e amor, por meio da qual difunde em todos a verdade e a graça (9). Porém, a sociedade organizada hierarquicamente, e o Corpo místico de Cristo, o agrupamento visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os dons celestes não se devem considerar como duas entidades, mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino (10). Apresenta por esta razão uma grande analogia com o mistério do Verbo encarnado. Pois, assim como a natureza assumida serve ao Verbo divino de instrumento vivo de salvação, a Ele indissolavelmente unido, de modo semelhante a estrutura social da Igreja serve ao Espírito de Cristo, que a vivifica, para o crescimento do corpo (cfr. Ef. 4,16) (11).

Esta é a única Igreja de Cristo, que no Credo confessamos ser una, santa, católica e apostólica (12); depois da ressurreição, o nosso Salvador entregou-a a Pedro para que a apascentasse (Jo. 21,17), confiando também a ele e aos demais Apóstolos a sua difusão e governo (cfr. Mt. 28,18 ss.), e erigindo-a para sempre em «coluna e fundamento da verdade» (I Tim. 3,5). Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como sociedade, subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em união com ele (13), embora, fora da sua comunidade, se encontrem muitos elementos de santificação e de verdade, os quais, por serem dons pertencentes à Igreja de Cristo, impelem para a unidade católica.

Mas, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir pelo mesmo caminho para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo Jesus «que era de condição divina... despojou-se de si

próprio tomando a condição de escravo (Fil. 2, 6-7) e por nós, «sendo rico, fez-se pobre» (2 Cor. 8,9): assim também a Igreja, embora necessite dos meios humanos para o prosseguimento da sua missão, não foi constituída para alcançar a glória terrestre, mas para divulgar a humildade e abnegação, também com o seu exemplo. Cristo foi enviado pelo Pai « a evangelizar os pobres... a sarar os contritos de coração» (Luc. 4,18), «a procurar e salvar o que perecera» (Luc. 19,10). De igual modo, a Igreja abraça com amor todos os afligidos pela enfermidade humana; mais ainda, reconhece nos pobres e nos que sofrem a imagem do seu fundador pobre e sofredor, procura aliviar as suas necessidades, e intenta servir neles a Cristo. Enquanto Cristo «santo, inocente, imaculado» (Hebr. 7,26), não conheceu o pecado (cfr. 2 Cor. 5,21), mas veio apenas expiar os pecados do povo (Hebr. 2,17), a Igreja, contendo pecadores no seu próprio seio, simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, exercita continuamente a penitência e a renovação.

A Igreja «prosegue a sua peregrinação no meio das perseguições do mundo e das consolações de Deus» (14), anunciando a cruz e a morte do Senhor até que Ele venha (cfr. Cor. 11,26). Mas é robustecida pela força do Senhor ressuscitado, de modo a vencer, pela paciência e pela caridade, as suas aflições e dificuldades tanto internas como externas, e a revelar, velada mas fielmente, o seu mistério, até que por fim se manifeste em plena luz

CAPÍTULO II

O POVO DE DEUS

A Nova Aliança com o novo Povo de Deus

9. Em todos os tempos e em todas as nações foi agradável a Deus aquele que O teme e obra justamente (cfr. Act. 10,35). Contudo, aprova Deus salvar e santificar os homens, não individualmente, excluía qualquer ligação entre eles, mas constituindo-os em povo que O conhecesse na verdade e O servisse santamente. Escolheu, por isso, a nação israelita para Seu povo. Com ele estabeleceu uma aliança; a ele instruiu gradualmente, manifestando-Se a Si mesmo e ao desígnio da própria vontade na sua história, e santificando-o para Si. Mas todas estas coisas aconteceram como preparação e figura da nova e perfeita Aliança que em Cristo havia de ser estabelecida e da revelação mais completa que seria transmitida pelo próprio Verbo de Deus feito carne. Eis que virão dias, diz o Senhor, em que estabelecerei com a casa de Israel e a casa de Judá uma nova aliança... Porei a minha lei nas suas entranhas e a escreverei nos seus corações e serei o seu Deus e eles serão o meu povo... Todos me conhecerão desde o mais pequeno ao maior, diz o Senhor (Jer. 31, 31-34). Esta nova aliança instituiu-a Cristo, o novo testamento no Seu sangue (cfr. 1 Cor. 11,25), chamando o Seu povo de entre os judeus e os gentios, para formar um todo, não segundo a carne mas no Espírito e tornar-se o Povo de Deus. Com efeito, os que crêem em Cristo, regenerados não pela força de germe corruptível mas incorruptível por meio da Palavra de Deus vivo (cfr. 1 Ped. 1,23), não pela virtude da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cfr. Jo. 3, 5-6), são finalmente constituídos em «raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo conquistado... que outrora não era povo, mas agora é povo de Deus» (1 Ped. 2, 9-10).

Este povo messiânico tem por cabeça Cristo, «o qual foi entregue por causa das nossas faltas e ressuscitado por causa da nossa justificação» (Rom. 4,25) e, tendo agora alcançado um nome superior a todo o nome, reina glorioso nos céus. E condição

deste povo a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações o Espírito Santo habita como num templo. A sua lei é o novo mandamento, o de amar assim como o próprio Cristo nos amou (cfr. Jo. 13,34). Por último, tem por fim o Reino de Deus, o qual, começado na terra pelo próprio Deus, se deve desenvolver até ser também por ele consumado no fim dos séculos, quando Cristo, nossa vida, aparecer (cfr. Col. 3,4) e «a própria criação for liberta do domínio da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus» (Rom. 8,21). Por isso é que este povo messiânico, ainda que não abranja de facto todos os homens, e não poucas vezes apareça como um pequeno rebanho, é, contudo, para todo o género humano o mais firme germe de unidade, de esperança e de salvação. Estabelecido por Cristo como comunhão de vida, de caridade e de verdade, é também por Ele assumido como instrumento de redenção universal e enviado a toda a parte como luz do mundo e sal da terra (cfr. Mt. 5, 13-16).

Mas, assim como Israel segundo a carne, que peregrinava no deserto, é já chamado Igreja de Deus (cfr. 2 Esdr. 13,1; Num. 20,4; Deut. 23,1 ss.), assim o novo Israel, que ainda caminha no tempo presente e se dirige para a futura e perene cidade (cfr. Hebr. 13-14), se chama também Igreja de Cristo (cfr. Mt. 16,18), pois que Ele a adquiriu com o Seu próprio sangue (cfr. Act. 20,28), encheu-a com o Seu espírito e dotou-a dos meios convenientes para a unidade visível e social. Aos que se voltam com fé para Cristo, autor de salvação e princípio de unidade e de paz, Deus chamou-os e constituiu-os em Igreja, a fim de que ela seja para todos e cada um sacramento visível desta unidade salutar (15). Destinada a estender-se a todas as regiões, ela entra na história dos homens, ao mesmo tempo que transcende os tempos e as fronteiras dos povos. Caminhando por meio de tentações e tribulações, a Igreja é confortada pela força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor para que não se afaste da perfeita fidelidade por causa da fraqueza da carne, mas permaneça digna esposa do seu Senhor, e, sob a acção do Espírito Santo, não cesse de se renovar até, pela cruz, chegar à luz que não conhece ocaso.

O sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial

10. Cristo Nosso Senhor, Pontífice escolhido de entre os homens (cfr. Hebr. 5, 1-5), fez do novo povo um «reino sacerdotal para seu Deus e Pai» (Apor. 1,6; cfr. 5, 9-10). Na verdade, os baptizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz (cfr. 1 Ped. 2, 4-10). Por isso, todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e louvando a Deus (cfr. Act., 2, 42-47), ofereçam-se a si mesmos como hóstias vivas, santas, agradáveis a Deus (cfr. Roma 12,1), dêem testemunho de Cristo em toda a parte e àqueles que Lha pedirem dêem razão da esperança da vida eterna que neles habita (cfr. 1 Ped. 3,15). .O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um ao outro; pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo (16). Com efeito, o sacerdote ministerial, pelo seu poder sagrado, forma e conduz o povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico fazendo as vezes de Cristo e oferece-o a Deus em nome de todo o povo; os fiéis, por sua parte, concorrem para a oblação da Eucaristia em virtude do seu sacerdócio real (17), que eles exercem na recepção dos sacramentos, na oração e acção de graças, no testemunho da santidade de vida, na abnegação e na caridade operosa.

O exercício do sacerdócio comum nos sacramentos

11. A índole sagrada e, orgânica da comunidade sacerdotal efectiva-se pelos sacramentos e pelas virtudes. Os fiéis, incorporados na Igreja pelo Baptismo, são destinados pelo carácter baptismal ao culto da religião cristã e, regenerados para filhos de Deus, devem confessar diante dos homens a fé que de Deus receberam por meio da Igreja (18). Pelo sacramento da Confirmação, são mais perfeitamente vinculados à Igreja, enriquecidos com uma força especial do Espírito Santo e deste modo ficam obrigados a difundir e defender a fé por palavras e obras como verdadeiras testemunhas de Cristo (19). Pela participação no sacrifício eucarístico de Cristo, fonte e centro de toda a vida cristã, oferecem a Deus a vítima divina e a si mesmos juntamente com ela (20); assim, quer pela oblação quer pela sagrada comunhão, não indiscriminadamente mas cada um a seu modo, todos tomam parte na acção litúrgica. Além disso, alimentados pelo corpo de Cristo na Eucaristia, manifestam visivelmente a unidade do Povo de Deus, que neste augustíssimo sacramento é perfeitamente significada e admiravelmente realizada.

Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência, obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa a Ele feita e ao mesmo tempo reconciliam-se com a Igreja, que tinham ferido com o seu pecado, a qual, pela caridade, exemplo e oração, trabalha pela sua conversão. Pela santa Unção dos enfermos e pela oração dos presbíteros, toda a Igreja encomenda os doentes ao Senhor padecente e glorificado para que os salve (cfr. Tg. 5, 14-16); mais ainda, exorta-os a que, associando-se livremente à Paixão e morte de Cristo (cfr. Rom. 8,17; Col. 1,24; 2 Tim. 11,12; 1 Ped. 4,13), concorram para o bem do Povo de Deus. Por sua vez, aqueles de entre os fiéis que são assinalados com a sagrada Ordem, ficam constituídos em nome de Cristo para apascentar a Igreja com a palavra e graça de Deus. Finalmente, os cônjuges cristãos, em virtude do sacramento do Matrimónio, com que significam e participam o mistério da unidade do amor fecundo entre Cristo e a Igreja (cfr. Ef. 5,32), auxiliam-se mutuamente para a santidade, pela vida conjugal e pela procriação e educação dos filhos, e têm assim, no seu estado de vida e na sua ordem, um dom próprio no Povo de Deus (cfr. 1 Cor. 7,7) (21) Desta união origina-se a família, na qual nascem novos cidadãos da sociedade humana os quais, para perpetuar o Povo de Deus através dos tempos, se tornam filhos de Deus pela graça do Espírito Santo, no Baptismo. Na família, como numa igreja doméstica, devem os pais, pela palavra e pelo exemplo, ser para os filhos os primeiros arautos da fé e favorecer a vocação própria de cada um, especialmente a vocação sagrada.

Munidos de tantos e tão grandes meios de salvação, todos os fiéis, seja qual for a sua condição ou estado, são chamados pelo Senhor à perfeição do Pai, cada um por seu caminho.

O sentido da fé e dos carismas no povo cristão

12. O Povo santo de Deus participa também da função profética de Cristo, difundindo o seu testemunho vivo, sobretudo pela vida de fé e de caridade oferecendo a Deus o sacrifício de louvor, fruto dos lábios que confessam o Seu nome (cfr. Hebr. 13,15). A totalidade dos fiéis que receberam a unção do Santo (cfr. Jo. 2, 20 e 27), não pode enganar-se na fé; e esta sua propriedade peculiar manifesta-se por meio do sentir sobrenatural da fé do povo todo, quando este, «desde os Bispos até ao último dos leigos fiéis» (22), manifesta consenso universal em matéria de fé e costumes. Com este sentido da fé, que se desperta e sustenta pela acção do Espírito de verdade, o

Povo de Deus, sob a direcção do sagrado magistério que fielmente acata, já não recebe simples palavra de homens mas a verdadeira palavra de Deus (cfr. 1 Tess. 2,13), adere indefectivelmente à fé uma vez confiada aos santos (cfr. Jud. 3), penetra-a mais profundamente com juízo acertado e aplica-a mais totalmente na vida.

Além disso, este mesmo Espírito Santo não só santifica e conduz o Povo de Deus por meio dos sacramentos e ministérios e o adorna com virtudes, mas «distribuindo a cada um os seus dons como lhe apraz» (1 Cor. 12,11), distribui também graças especiais entre os fiéis de todas as classes, as quais os tornam aptos e dispostos a tomar diversas obras e encargos, proveitosos para a renovação e cada vez mais ampla edificação da Igreja, segundo aquelas palavras: ; «a cada qual se concede a manifestação do Espírito em ordem ao bem comum» (1 Cor. 12,7). Estes carismas, quer sejam os mais elevados, quer também os mais simples e comuns, devem ser recebidos com acção de graças e consolação, por serem muito acomodados e úteis às necessidades da Igreja. Não se devem porém, pedir temerariamente, os dons extraordinários nem deles se devem esperar com presunção os frutos das obras apostólicas; e o juízo acerca da sua autenticidade e recto uso, pertence àqueles que presidem na Igreja e aos quais compete de modo especial não extinguir o Espírito mas julgar tudo e conservar o que é bom (cfr. 1 Tess. 5, 12. 19-21).

Universalidade e catolicidade do único Povo de Deus

13. Ao novo Povo de Deus todos os homens são chamados. Por isso, este Povo, permanecendo uno e único, deve estender-se a todo o mundo e por todos os séculos, para se cumprir o desígnio da vontade de Deus que, no princípio, criou uma só natureza humana e resolveu juntar em unidade todos os seus filhos que estavam dispersos (cfr. Jo. 11,52). Foi para isto que Deus enviou o Seu Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas (cfr. Hebr. 1,2), para ser mestre, rei e sacerdote universal, cabeça do novo e universal Povo dos filhos de Deus. Para isto Deus enviou finalmente também o Espírito de Seu Filho, Senhor e fonte de vida, o qual é para toda a Igreja e para cada um dos crentes princípio de agregação e de unidade na doutrina e na comunhão dos Apóstolos, na fracção do pão e na oração (cfr. Act. 2,42 gr.).

E assim, o Povo de Deus encontra-se entre todos os povos da terra, já que de todos recebe os cidadãos, que o são dum reino não terrestre mas celeste. Pois todos os fiéis espalhados pelo orbe comunicam com os restantes por meio do Espírito Santo, de maneira que «aquele que vive em Roma, sabe que os indianos são membros seus»(23),. Mas porque o reino de Cristo não é deste mundo (cfr. Jo. 18,36), a Igreja, ou seja o Povo de Deus, ao implantar este reino, não subtrai coisa alguma ao bem temporal de nenhum povo, mas, pelo contrário, fomenta e assume as qualidades, as riquezas, os costumes e o modo de ser dos povos, na medida em que são bons; e assumindo-os, purifica-os, fortalece-os e eleva-os. Pois lembra-se que lhe cumpre ajuntar-se com aquele rei a quem os povos foram dados em herança (cfr. Salm. 2,8), e para a cidade à qual levam dons e ofertas (cfr. Salm. 71 [72], 10; Is. 60, 47; Apoc. 21,24). Este carácter de universalidade que distingue o Povo de Deus é dom do Senhor; por Ele a Igreja católica tende eficaz e constantemente à recapitulação total da humanidade com todos os seus bens sob a cabeça, Cristo, na unidade do Seu Espírito (24).

Em virtude desta mesma catolicidade, cada uma das partes traz às outras e a toda a Igreja os seus dons particulares, de maneira que o todo e cada uma das partes aumentem pela comunicação mútua entre todos e pela aspiração comum à plenitude

na unidade. Daí vem que o Povo de Deus não só se forma de elementos oriundos de diversos povos mas também se compõe ele mesmo de várias ordens. Existe de facto entre os seus membros diversidade, quer segundo as funções, enquanto alguns desempenham o sagrado ministério a favor de seus irmãos, quer segundo a condição e estado de vida, enquanto muitos, no estado religioso, buscando a santidade por um caminho mais estreito, estimulam os irmãos com o seu exemplo. É também por isso que na comunhão eclesial existem legitimamente igrejas particulares com tradições próprias, sem detrimento do primado da cátedra de Pedro, que preside à universal assembleia da caridade (25), protege as legítimas diversidades e vigia para que as particularidades ajudem a unidade e de forma alguma a prejudiquem. Daí, finalmente, os laços de íntima união entre as diversas partes da Igreja, quanto às riquezas espirituais, obreiros apostólicos e ajudas materiais. Pois os membros do Povo de Deus são chamados a repartir entre si os bens, valendo para cada igreja as palavras do Apóstolo: «cada um ponha ao serviço dos outros o dom que recebeu, como bons administradores da multiforme graça de Deus» (1 Ped. 4,10).

Todos os homens são chamados a esta unidade católica do Povo de Deus, a qual anuncia e promove a paz universal; a ela pertencem, de vários modos, ou a ela se ordenam, quer os católicos quer os outros que acreditam em Cristo quer, finalmente, todos os homens em geral, pela graça de Deus chamados à salvação.

Os fiéis católicos; a necessidade da Igreja

14. O sagrado Concílio volta-se primeiramente para os fiéis católicos. Fundado na Escritura e Tradição, ensina que esta Igreja, peregrina sobre a terra, é necessária para a salvação. Com efeito, só Cristo é mediador e caminho de salvação e Ele torna-Se-nos presente no Seu corpo, que é a Igreja; ao inculcar expressamente a necessidade da fé e do Baptismo (cfr. Mc. 16,16; Jo. 3,15), confirmou simultaneamente a necessidade da Igreja, para a qual os homens entram pela porta do Baptismo. Pelo que, não se poderiam salvar aqueles que, não ignorando ter sido a Igreja católica fundada por Deus, por meio de Jesus Cristo, como necessária, contudo, ou não querem entrar nela ou nela não querem perseverar.

São plenamente incorporados à sociedade que é a Igreja aqueles que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam toda a sua organização e os meios de salvação nela instituídos, e que, pelos laços da profissão da fé, dos sacramentos, do governo eclesiástico e da comunhão, se unem, na sua estrutura visível, com Cristo, que a governa por meio do Sumo Pontífice e dos Bispos. Não se salva, porém, embora incorporado à Igreja, quem não persevera na caridade: permanecendo na Igreja pelo «corpo», não está nela com o coração (26). Lembrem-se, porém, todos os filhos da Igreja que a sua sublime condição não é devida aos méritos pessoais, mas sim à especial graça de Cristo; se a ela não corresponderem com os pensamentos, palavras e acções, bem longe de se salvarem, serão antes mais severamente julgados (27).

Os catecúmenos que, movidos pelo Espírito Santo, pedem explicitamente para serem incorporados na Igreja, já lhe estão unidos por esse desejo, e a mãe Igreja já os abraça com amor e solicitude.

Vínculos da Igreja com os cristãos não-católicos

15. A Igreja vê-se ainda unida, por muitos títulos, com os baptizados que têm o nome de cristãos, embora não professem integralmente a fé ou não guardem a unidade de

comunhão com o sucessor de Pedro (28). Muitos há, com efeito, que têm e prezam a Sagrada Escritura como norma de fé e de vida, manifestam sincero zelo religioso, crêem de coração em Deus Pai onipotente e em Cristo, Filho de Deus Salvador (29), são marcados pelo Baptismo que os une a Cristo e reconhecem e recebem mesmo outros sacramentos nas suas próprias igrejas ou comunidades eclesíásticas. Muitos de entre eles têm mesmo um episcopado, celebram a sagrada Eucaristia e cultivam a devoção para com a Virgem Mãe de Deus (30). Acrescenta-se a isto a comunhão de orações e outros bens espirituais; mais ainda, existe uma certa união verdadeira no Espírito Santo, o qual neles actua com os dons e graças do Seu poder santificador, chegando a fortalecer alguns deles até ao martírio. Deste modo, o Espírito suscita em todos os discípulos de Cristo o desejo e a prática efectiva em vista de que todos, segundo o modo estabelecido por Cristo, se unam pacificamente num só rebanho sob um só pastor (31). Para alcançar este fim, não deixa nossa mãe a Igreja de orar, esperar e agir, e exorta os seus filhos a que se purifiquem e renovem, para que o sinal de Cristo brilhe mais claramente no seu rosto.

Relação da Igreja com os não-cristãos

16. Finalmente, aqueles que ainda não receberam o Evangelho, estão de uma forma ou outra orientados para o Povo de Deus (32). Em primeiro lugar, aquele povo que recebeu a aliança e as promessas, e do qual nasceu Cristo segundo a carne (cfr. Rom. 9, 4-5), povo que segundo a eleição é muito amado, por causa dos Patriarcas, já que os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis (cfr. Rom. 11, 28-29). Mas o desígnio da salvação estende-se também àqueles que reconhecem o Criador, entre os quais vêm em primeiro lugar os muçulmanos, que professam seguir a fé de Abraão, e conosco adoram o Deus único e misericordioso, que há-de julgar os homens no último dia. E o mesmo Senhor nem sequer está longe daqueles que buscam, na sombra e em imagens, o Deus que ainda desconhecem; já que é Ele quem a todos dá vida, respiração e tudo o mais (cfr. Act. 17, 25-28) e, como Salvador, quer que todos os homens se salvem (cfr. 1 Tim. 2,4). Com efeito, aqueles que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo, e a Sua Igreja, procuram, contudo, a Deus com coração sincero, e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir a Sua vontade, manifestada pelo ditame da consciência, também eles podem alcançar a salvação eterna (33). Nem a divina Providência nega os auxílios necessários à salvação àqueles que, sem culpa, não chegaram ainda ao conhecimento explícito de Deus e se esforçam, não sem o auxílio da graça, por levar uma vida recta. Tudo o que de bom e verdadeiro neles há, é considerado pela Igreja como preparação para receberem o Evangelho (34), dado por Aquele que ilumina todos os homens, para que possuam finalmente a vida. Mas, muitas vezes, os homens, enganados pelo demónio, desorientam-se em seus pensamentos e trocam a verdade de Deus pela mentira, servindo a criatura de preferência ao Criador (cfr. Rom. 1,21 e 25), ou então, vivendo e morrendo sem Deus neste mundo, se expõem à desesperação final. Por isso, para promover a glória de Deus e a salvação de todos estes, a Igreja, lembrada do mandato do Senhor: «pregai o Evangelho a toda a criatura» (Mc. 16,16), procura zelosamente impulsionar as missões.

Carácter missionário da Igreja

17. Assim como o Filho foi enviado pelo Pai, assim também Ele enviou os Apóstolos (cfr. Jo. 20,21) dizendo: «ide, pois, ensinai todas as gentes, baptizai-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinai-as a observar tudo aquilo que vos mandei. Eis que estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos» (Mt. 28, 19-20).

A Igreja recebeu dos Apóstolos este mandato solene de Cristo, de anunciar a verdade da salvação e de a levar até aos confins da terra (cfr. Act. 1,8). Faz, portanto, suas as palavras do Apóstolo: «ai de mim, se não prego o Evangelho» (1 Cor. 9,16), e por isso continua a mandar incessantemente os seus arautos, até que as novas igrejas se formem plenamente e prossigam, por sua vez, a obra da evangelização. Pois é impelida pelo Espírito Santo a cooperar para que o desígnio de Deus, que fez de Cristo o princípio de salvação para todo o mundo, se realize totalmente. Pregando o Evangelho, a Igreja atrai os ouvintes a crer e confessar a fé, dispõe para o Baptismo, liberta da escravidão do erro e incorpora-os a Cristo, a fim de que n'Ele cresçam pela caridade, até à plenitude. E a sua acção faz com que tudo quanto de bom encontra no coração e no espírito dos homens ou nos ritos e cultura próprios de cada povo, não só não pereça mas antes seja sanado, elevado e aperfeiçoado, para glória de Deus, confusão do demónio e felicidade do homem. A todo o discípulo de Cristo incumbe o encargo de difundir a fé, segundo a própria medida (35). Mas se todos podem baptizar os que acreditam, contudo, é próprio do sacerdote aperfeiçoar, com o sacrifício eucarístico, a edificação do corpo, cumprindo assim a palavra de Deus, anunciada pelo profeta: «do Oriente até ao Ocidente grande é o meu nome entre as gentes, e em todos os lugares é sacrificada e oferecida ao meu nome uma oblação pura» (Mal. 1,11) (36). É assim que a Igreja simultâneamente ora e trabalha para que toda a humanidade se transforme em Povo de Deus, corpo do Senhor e templo do Espírito Santo, e em Cristo, cabeça de todos, se dê ao Pai e Criador de todas as coisas toda a honra e toda a glória.

CAPÍTULO III

A CONSTITUIÇÃO HIERÁRQUICA DA IGREJA E EM ESPECIAL O EPISCOPADO

Proémio: o primado de Pedro

18. Cristo Nosso Senhor, para apascentar e aumentar continuamente o Povo de Deus, instituiu na Igreja diversos ministérios, para bem de todo o corpo. Com efeito, os ministros que têm o poder sagrado servem os seus irmãos para que todos os que pertencem ao Povo de Deus, e por isso possuem a verdadeira dignidade cristã, alcancem a salvação, conspirando livre e ordenadamente para o mesmo fim.

Este sagrado Concílio, seguindo os passos do Concílio Vaticano I, com ele ensina e declara que Jesus Cristo, pastor eterno, edificou a Igreja tendo enviado os Apóstolos como Ele fora enviado pelo Pai (cfr. Jo. 20,21); e quis que os sucessores deles, os Bispos, fossem pastores na Sua Igreja até ao fim dos tempos. Mas, para que o mesmo episcopado fosse uno e indiviso, colocou o bem-aventurado Pedro à frente dos outros Apóstolos e nele instituiu o princípio e fundamento perpétuo e visível da unidade de fé e comunhão (37). Este sagrado Concílio propõe de novo, para ser firmemente acreditada por todos os fiéis, esta doutrina sobre a instituição perpétua, alcance e natureza do sagrado primado do Pontífice romano e do seu magistério infalível, e, prossequindo a matéria começada, pretende declarar e manifestar a todos a doutrina sobre os Bispos, sucessores dos Apóstolos, que, com o sucessor de Pedro, vigário de Cristo (38) e cabeça visível de toda a Igreja, governam a casa de Deus vivo.

O colégio dos doze Apóstolos

19. O Senhor Jesus, depois de ter orado ao Pai, chamando a Si os que Ele quis, elegeu doze para estarem com Ele e para os enviar a pregar o Reino de Deus (cfr. Mc. 3, 13-19; Mt. 10, 1-42); e a estes Apóstolos (cfr. Luc. 6,13) constituiu-os em colégio ou grupo estável e deu-lhes como chefe a Pedro, escolhido de entre eles (cfr. Jo. 21, 15-17). Enviou-os primeiro aos filhos de Israel e, depois, a todos os povos (cfr. Rom. 1,16), para que, participando do Seu poder, fizessem de todas as gentes discípulos seus e as santificassem e governassem (cfr. Mt. 28, 16-20; Mc. 16,15; Luc. 24, 45-8; Jo. 20, 21-23) e deste modo propagassem e apascentarem a Igreja, servindo-a, sob a direcção do Senhor, todos os dias até ao fim dos tempos (cfr. Mt. 28,20). No dia de Pentecostes foram plenamente confirmados nesta missão (cfr. Act. 2, 1-26) segundo a promessa do Senhor: «recebereis a força do Espírito Santo que descera sobre vós e sereis minhas testemunhas em Jerusalém e em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra (Act. 1,8). E os Apóstolos, pregando por toda a parte o Evangelho (cfr. Mc. 16,20), recebido pelos ouvintes graças à acção do Espírito Santo, reúnem a Igreja universal que o Senhor fundou sobre os Apóstolos e levantou sobre o bem-aventurado Pedro seu chefe, sendo Jesus Cristo a suma pedra angular (cfr. Apoc. 21,14; Mt. 16,18; Ef. 2,20) (39).

Os Bispos, sucessores dos Apóstolos

20. A missão divina confiada por Cristo aos Apóstolos durará até ao fim dos tempos (cfr. Mt. 28,20), uma vez que o Evangelho que eles devem anunciar é em todo o tempo o princípio de toda a vida na Igreja. Pelo que os Apóstolos trataram de estabelecer sucessores, nesta sociedade hierarquicamente constituída.

Assim, não só tiveram vários auxiliares no ministério (40) mas, para que a missão que lhes fora entregue se continuasse após a sua morte, confiaram a seus imediatos colaboradores, como em testamento, o encargo de completarem e confirmarem a obra começada por eles (41), recomendando-lhes que velassem por todo o rebanho, sobre o qual o Espírito Santo os restabelecera para apascentarem a Igreja de Deus (cfr. Act. 20, 28). Estabeleceram assim homens com esta finalidade e ordenaram também que após a sua morte fosse o seu ministério assumido por outros homens experimentados (42). Entre os vários ministérios que na Igreja se exercem desde os primeiros tempos, consta da tradição que o principal é o daqueles que, constituídos no episcopado em sucessão ininterrupta (43) são transmissores do múnus apostólico (44). E assim, como testemunha santo Ireneu, a tradição apostólica é manifestada em todo o mundo (45) e guardada (46) por aqueles que pelos Apóstolos foram constituídos Bispos e seus sucessores.

Portanto, os Bispos receberam, com os seus colaboradores os presbíteros e diáconos, o encargo da comunidade (47), presidindo em lugar de Deus ao rebanho (48) de que são pastores como mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado, ministros do governo (49). E assim como permanece o múnus confiado pelo Senhor singularmente a Pedro, primeiro entre os Apóstolos, e que se devia transmitir aos seus sucessores, do mesmo modo permanece o múnus dos Apóstolos de apascentar a Igreja, o qual deve ser exercido perpetuamente pela sagrada Ordem dos Bispos (50). Ensina, por isso, o sagrado Concílio que, por instituição divina, os Bispos sucedem aos Apóstolos (51), como pastores da Igreja; quem os ouve, ouve a Cristo; quem os despreza, despreza a Cristo e Aquele que enviou Cristo (cfr. Luc. 10,16) (52).

O Episcopado como Sacramento

21. Na pessoa dos Bispos, assistidos pelos presbíteros, está presente no meio dos fiéis o Senhor Jesus Cristo, pontífice máximo. Sentado à direita de Deus Pai, não deixa de estar presente ao corpo dos seus pontífices (53), mas, antes de mais, por meio do seu exímio ministério, prega a todas as gentes a palavra de Deus, administra continuamente aos crentes os sacramento . da fé, incorpora por celeste regeneração e graças à sua acção paternal (cfr. 1 Cor. 4,15) novos membros ao Seu corpo e, finalmente, com sabedoria e prudência, dirige e orienta o Povo do Novo Testamento na peregrinação para a eterna felicidade. Estes pastores, escolhidos para apascentar o rebanho do Senhor, são ministros de Cristo e dispensadores dos mistérios de Deus (cfr. 1 Cor. 4,1); a eles foi confiado o testemunho do Evangelho da graça de Deus (cfr. Rom. 15,16; Act. 20,24) e a administração do Espírito e da justiça em glória (cfr. 2 Cor. 3, 8-9).

Para desempenhar tão elevadas funções, os Apóstolos foram enriquecidos por Cristo com uma efusão especial do Espírito Santo que sobre eles desceu (cfr. Act. 1,8; 2,4; Jo. 20, 22-23), e eles mesmos transmitiram este dom do Espírito aos seus colaboradores pela imposição das mãos (cfr. 1 Tim. 4,14; 2 Tim. 1, 6-7), o qual foi transmitido até aos nossos dias através da consagração episcopal (54). Ensina, porém, o sagrado Concílio que, pela consagração episcopal, se confere a plenitude do sacramento da Ordem, aquela que é chamada sumo sacerdócio e suma do sagrado ministério na tradição litúrgica e nos santos Padres (55). A consagração episcopal, juntamente com o poder de santificar, confere também os poderes de ensinar e governar, os quais, no entanto, por sua própria natureza, só podem ser exercidos em comunhão hierárquica com a cabeça e os membros do colégio episcopal. De facto, consta pela tradição, manifestada sobretudo nos ritos litúrgicos da Igreja tanto ocidental como oriental, que a graça do Espírito Santo é conferida pela imposição das mãos e pelas palavras da consagração (56), e o carácter sagrado é impresso (57) de tal modo que os Bispos representam de forma eminente e conspícua o próprio Cristo, mestre, pastor e pontífice, e actuam em vez d'Ele (58). Pertence aos Bispos assumir novos eleitos no corpo episcopal por meio do sacramento da Ordem.

O Colégio dos Bispos e a sua Cabeça

22. Assim como, por instituição do Senhor, S. Pedro e os restantes Apóstolos formam um colégio apostólico, assim de igual modo estão unidos entre si o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e os Bispos, sucessores dos Apóstolos. A natureza colegial da ordem episcopal, claramente comprovada pelos Concílios ecuménicos celebrados no decurso dos séculos, manifesta-se já na disciplina primitiva, segundo a qual os Bispos de todo o orbe comunicavam entre si e com o Bispo de Roma no vínculo da unidade, da caridade e da paz (59); e também na reunião de Concílios (60), nos quais se decidiram em comum coisas importantes (61), depois de ponderada a decisão pelo parecer de muitos (62); o mesmo é claramente demonstrado pelos Concílios Ecuménicos, celebrados no decurso dos séculos. E o uso já muito antigo de chamar vários Bispos a participarem na elevação do novo eleito ao ministério do sumo sacerdócio insinua-a já também. É, pois, em virtude da sagração episcopal e pela comunhão hierárquica com a cabeça e os membros do colégio que alguém é constituído membro do corpo episcopal.

Porém, o colégio ou corpo episcopal não tem autoridade a não ser em união com o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, entendido com sua cabeça, permanecendo

inteiro o poder do seu primado sobre todos, quer pastores quer fiéis. Pois o Romano Pontífice, em virtude do seu cargo de vigário de Cristo e pastor de toda a Igreja, tem nela pleno, supremo e universal poder que pode sempre exercer livremente. A Ordem dos Bispos, que sucede ao colégio dos Apóstolos no magistério e no governo pastoral, e, mais ainda, na qual o corpo apostólico se continua perpetuamente, é também juntamente com o Romano Pontífice, sua cabeça, e nunca sem a cabeça, sujeito do supremo e pleno poder sobre toda a Igreja (63), poder este que não se pode exercer senão com o consentimento do Romano Pontífice. Só a Simão colocou o Senhor como pedra e clavário da Igreja (cfr. Mt. 16, 18-19), e o constituiu pastor de todo o Seu rebanho (cfr. Jo. 21, 15 ss.); mas é sabido que o encargo de ligar e desligar conferido a Pedro (Mt. 16,19), foi também atribuído ao colégio dos Apóstolos unido à sua cabeça (Mt. 18,18; 28, 16-20) (64). Este colégio, enquanto composto por muitos, exprime a variedade e universalidade do Povo de Deus e, enquanto reunido sob uma só cabeça, revela a unidade do redil de Cristo. Neste colégio, os Bispos, respeitando fielmente o primado e chefia da sua cabeça, gozam de poder próprio para bem dos seus fiéis e de toda a Igreja, corroborando sem cessar o Espírito Santo a estrutura orgânica e a harmonia desta.

O supremo poder sobre a Igreja universal, que este colégio tem, exerce-se solenemente no Concílio Ecuménico. Nunca se dá um Concílio Ecuménico sem que seja como tal confirmado ou pelo menos aceite pelo sucessor de Pedro; e é prerrogativa do Romano Pontífice convocar estes Concílios, presidi-los e confirmá-los (65). O mesmo poder colegial pode ser exercido, juntamente com o Papa, pelos Bispos espalhados pelo mundo, contanto que a cabeça do colégio os chame a uma acção colegial ou, pelo menos, aprove ou aceite livremente a acção conjunta dos Bispos dispersos, de forma que haja verdadeiro acto colegial.

Relação dos Bispos dentro do Colégio

23. A união colegial aparece também nas mútuas relações de cada Bispo com as igrejas particulares e com a Igreja universal. O Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, é perpétuo e visível fundamento da unidade, não só dos Bispos mas também da multidão dos fiéis (66). E cada um dos Bispos é princípio e fundamento visível da unidade nas suas respectivas igrejas(67), formadas à imagem da Igreja universal, das quais e pelas quais existe a Igreja católica, una e única (68). Pelo que, cada um dos Bispos representa a sua igreja e, todos em união com o Papa, no vínculo da paz, do amor e da unidade, a Igreja inteira.

Cada um dos Bispos que estão à frente de igrejas particulares, desempenha a acção pastoral sobre o porção do Povo de Deus a ele confiada, não sobre as outras igrejas nem sobre a Igreja universal. Porém, enquanto membros do colégio episcopal e legítimos sucessores dos Apóstolos, estão obrigados, por instituição e preceito de Cristo, à solicitude sobre toda a Igreja (69), a qual, embora não se exerça por um acto de jurisdição, concorre, contudo, grandemente para o bem da Igreja universal. Todos os Bispos devem, com efeito, promover e defender a unidade da fé e disciplina comum a toda a Igreja; formar os fiéis no amor pelo Corpo místico de Cristo, principalmente pelos membros pobres, sofredores e que padecem perseguição por amor da justiça (cfr. Mt. 5,0); devem, finalmente, promover todas as actividades que são comuns a toda a Igreja, sobretudo para que a fé se difunda e a luz da verdade total nasça para todos os homens. Aliás, é certo que, governando bem a própria igreja, como porção da Igreja universal, concorrem eficazmente para o bem de todo o Corpo místico, que é também o corpo das igrejas (70).

O cuidado de anunciar o Evangelho em todas as partes da terra pertence ao corpo dos pastores, aos quais em conjunto deu Cristo o mandato, impondo este comum dever, como já o Papa Celestino recordava aos Padres do Concílio de Éfeso (71). Pelo que, cada um dos Bispos, quanto o desempenho do seu próprio ministério o permitir, está obrigado a colaborar com os demais Bispos é com o sucessor de Pedro, a quem, dum modo especial, foi confiado o nobre encargo de propagar o cristianismo (72). Devem, por isso, com todas as forças, subministrar às Missões, não só operários para a messe, mas também auxílios espirituais e materiais, tanto por si mesmos directamente como fomentando a generosa cooperação dos fiéis. Finalmente, os Bispos, em universal comunhão de caridade, prestem de boa vontade ajuda fraterna às outras igrejas, em especial às mais vizinhas e necessitadas, segundo o venerando exemplo dos antepassados.

Por divina Providência sucedeu que várias igrejas, instituídas em diversos lugares pelos Apóstolos e seus sucessores, se juntam, no decorrer do tempo, em vários grupos organicamente unidos, os quais, salva a unidade da fé e a única constituição divina da Igreja universal, têm leis próprias, rito litúrgico próprio, e património teológico e espiritual próprio. Algumas de entre elas, principalmente as antigas igrejas patriarcais, como matrizes da fé, geraram outras, que são como que as suas filhas e com as quais permaneceram unidas na vida sacramental e no respeito pelos mútuos direitos e deveres (73). Esta variedade de igrejas locais a convergir para a unidade, manifesta mais claramente a catolicidade da indivisa Igreja. De modo semelhante, as Conferências episcopais podem hoje aportar uma contribuição múltipla e fecunda para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas.

O tríplice ministério dos Bispos

24. Os Bispos, com sucessores dos Apóstolos, recebem do Senhor, a quem foi dado todo o poder no céu e na terra, a missão de ensinar todos os povos e de pregar o Evangelho a toda a criatura, para que todos os homens se salvem pela fé, pelo Baptismo e pelo cumprimento dos mandamentos (cfr. Mt 28,18; Mc. 16, 15-16; Act. 26, 17 ss.). Para realizar esta missão, Cristo Nosso Senhor prometeu o Espírito Santo aos Apóstolos e enviou-o do céu no dia de Pentecostes, para, com o Seu poder, serem testemunhas perante as nações, os povos e os reis, até aos confins da terra (cfr. Act. 1,8; 2,1 ss.; 9,15). Este encargo que o Senhor confiou aos pastores do Seu povo é um verdadeiro serviço, significativamente chamado «diaconia» ou ministério na Sagrada Escritura (cfr. Act. 1, 17 e 25; 21-19; Rom. 11, 13; 1 Tim. 1,12).

A missão canónica dos Bispos pode realizar-se segundo legítimos costumes, não revogados pela suprema e universal autoridade da Igreja, ou por leis concedidas ou reconhecidas por esta mesma autoridade, ou directamente pelo próprio sucessor de Pedro. Se este recusar ou negar a comunhão apostólica, não poderão os Bispos entrar no exercício do seu cargo (74).

O ministério episcopal de ensinar

25. Entre os principais encargos dos Bispos ocupa lugar preeminente a pregação do Evangelho (75). Os Bispos são os arautos da fé que para Deus conduzem novos discípulos. Dotados da autoridade de Cristo, são doutores autênticos, que pregam ao povo a eles confiado a fé que se deve crer e aplicar na vida prática; ilustrando-a sob a luz do Espírito Santo e tirando do tesouro da revelação coisas novas e antigas (cfr. Mt. 13,52), fazem-no frutificar e solícitamente afastam os erros que ameaçam o seu

rebanho (cfr. 2 Tim. 4, 1-4). Ensinando em comunhão com o Romano Pontífice, devem por todos ser venerados como testemunhas da verdade divina e católica. E os fiéis devem conformar-se ao parecer que o seu Bispo emite em nome de Cristo sobre matéria de fé ou costumes, aderindo a ele com religioso acatamento. Esta religiosa submissão da vontade e do entendimento é por especial razão devida ao magistério autêntico do Romano Pontífice, mesmo quando não fala *ex cathedra*; de maneira que o seu supremo magistério seja reverentemente reconhecido, se preste sincera adesão aos ensinamentos que dele emanam, segundo o seu sentir e vontade; estes manifestam-se sobretudo quer pela índole dos documentos, quer pelas frequentes repetições da mesma doutrina, quer pelo modo de falar.

Embora os Bispos, individualmente, não gozem da prerrogativa da infalibilidade, anunciam, porém, infalivelmente a doutrina de Cristo sempre que, embora dispersos pelo mundo mas unidos entre si e com o sucessor de Pedro, ensinam autenticamente matéria de fé ou costumes concordando em que uma doutrina deve ser tida por definida (76). O que se verifica ainda mais manifestamente quando, reunidos em Concílio Ecuménico, são doutores e juizes da fé e dos costumes para toda a Igreja, devendo-se aderir com fé às suas definições (77).

Mas esta infalibilidade com que o divino Redentor quis dotar a Sua igreja, na definição de doutrinas de fé ou costumes, estende-se tanto quanto se estende o depósito da divina Revelação, o qual se deve religiosamente guardar e fielmente expor. Desta mesma infalibilidade goza o Romano Pontífice em razão do seu ofício de cabeça do colégio episcopal, sempre que, como supremo pastor dos fiéis cristãos, que deve confirmar na fé os seus irmãos (cfr. Lc. 22,32), define alguma doutrina em matéria de fé ou costumes (78). As suas definições com razão se dizem irreformáveis por si mesmas e não pelo consenso da Igreja, pois foram pronunciadas sob a assistência do Espírito Santo, que lhe foi prometida na pessoa de S. Pedro. Não precisam, por isso, de qualquer alheia aprovação, nem são susceptíveis de apelação a outro juízo. Pois, nesse caso, o Romano Pontífice não fala como pessoa privada, mas expõe ou defende a doutrina da fé católica como mestre supremo da Igreja universal, no qual reside de modo singular o carisma da infalibilidade da mesma Igreja (79). A infalibilidade prometida à Igreja reside também no colégio episcopal, quando este exerce o supremo magistério em união com o sucessor de Pedro. A estas definições nunca pode faltar o assentimento da Igreja, graças à acção do Espírito Santo, que conserva e faz progredir na unidade da fé todo o rebanho de Cristo (80).

Porém, quando o Romano Pontífice, ou o corpo episcopal com ele, define alguma verdade, propõe-na segundo a Revelação, à qual todos se devem conformar. Esta transmite-se integralmente, por escrito ou por tradição, através da legítima sucessão dos Bispos e, antes de mais, graças à solicitude do mesmo Romano Pontífice; e, sob a iluminação do Espírito de verdade, é santamente conservada e fielmente exposta na Igreja (81). Para a investigar como convém e enunciar aptamente, o Romano Pontífice e os Bispos, segundo o próprio ofício e a gravidade do assunto, trabalham diligentemente, recorrendo aos meios adequados (82); não recebem, porém, nenhuma nova revelação pública que pertença ao depósito divino da fé (83).

O ministério episcopal de santificar

26. Revestido da plenitude do sacramento da Ordem, o Bispo é o «administrador da graça do supremo sacerdócio» (84), principalmente na Eucaristia, que ele mesmo oferece ou providencia para que seja oferecida (85), e pela qual vive e cresce a Igreja.

Esta Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis, as quais aderindo aos seus pastores, são elas mesmas chamadas igrejas no Novo Testamento (86). Pois elas são, no local em que se encontram, o novo Povo chamado por Deus, no Espírito Santo e com plena segurança (cfr. 1 Tess. 1, 5). Nelas se congregam os fiéis pela pregação do Evangelho de Cristo e se celebra o mistério da Ceia do Senhor «para que o corpo da inteira fraternidade seja unido por meio da carne e sangue do Senhor» (87) Em qualquer comunidade que participa do altar sob o ministério sagrado do Bispo (88), é manifestado o símbolo do amor e da unidade do Corpo místico, sem o que não pode haver salvação (89). Nestas comunidades, embora muitas vezes pequenas e pobres, ou dispersas, está presente Cristo, por cujo poder se unifica a Igreja una, santa, católica e apostólica (90). Pois «outra coisa não faz a participação no corpo e sangue de Cristo, do que transformar-nos naquilo que recebemos» (91). Toda a legítima celebração da Eucaristia é dirigida pelo Bispo, a quem foi confiado o encargo de oferecer à divina Majestade o culto da religião cristã, e de o regular segundo os preceitos do Senhor e as leis da Igreja, ulteriormente determinadas para a própria diocese, segundo o seu parecer. Deste modo, os Bispos, orando e trabalhando pelo povo, espalham multiforme e abundantemente «plenitude da santidade de Cristo. Pelo ministério da palavra, comunicam a força de Deus, para salvação dos que crêem (cfr. Rom. 1,16) e, por meio dos sacramentos, cuja distribuição regular e frutuosa ordenam com a sua autoridade, santificam os fiéis (92). São eles que regulam a administração do Baptismo, pelo qual é concedida a participação no sacerdócio real de Cristo. São eles os ministros originários da Confirmação, dispensadores das sagradas ordens e reguladores da disciplina penitencial, e com solicitude exortam e instruem o seu povo para que participe com fé e reverência na Liturgia, principalmente no santo sacrifício da missa. Finalmente, devem ajudar com o próprio exemplo aqueles que governam, purificando os próprios costumes de todo o mal e tornando-os bons, quanto lhes for possível com o auxílio do Senhor, para que alcancem, com o povo que lhes é confiado, a vida eterna (93).

O ministério episcopal de reger

27. Os Bispos governam as igrejas particulares que lhes foram confiadas como vigários e legados de Cristo (94), por meio de conselhos, persuasões, exemplos, mas também com autoridade e poder sagrado, que exercem unicamente para edificar o próprio rebanho na verdade e na santidade, lembrados de que aquele que é maior se deve fazer como o menor, e o que preside como aquele que serve (cfr. Luc. 22, 26-27). Este poder que exercem pessoalmente em nome de Cristo, é próprio, ordinário e imediato, embora o seu exercício seja superiormente regulado pela suprema autoridade da Igreja e possa ser circunscrito dentro de certos limites para utilidade da Igreja ou dos fiéis. Por virtude deste poder, têm os Bispos o sagrado direito e o dever, perante o Senhor, de promulgar leis para os seus súbditos, de julgar e de orientar todas as coisas que pertencem à ordenação do culto e do apostolado.

A eles é confiado em plenitude o encargo pastoral, isto é, o cuidado quotidiano e habitual das próprias ovelhas; nem devem ser tidos por vigários dos Romanos Pontífices, uma vez que exercem uma autoridade própria e com toda a verdade são chamados antístites (95) dos povos que governam. O seu poder não é, pois, diminuído pela autoridade suprema e universal, mas antes, pelo contrário, é por ela assegurado, fortificado e defendido (96), dado que o Espírito Santo conserva indefectivelmente a forma de governo estabelecida por Cristo Nosso Senhor na Igreja.

O Bispo, enviado pelo Pai de família a governar a Sua família, tenha diante dos olhos o exemplo do bom pastor, que veio servir e não ser servido (cfr. Mt. 20,28; Mc. 10,45) e dar a própria vida pelas ovelhas (cfr. Jo. 10,11). Escolhido dentre os homens, e sujeito às fraquezas humanas, pode compadecer-se dos ignorantes e transviados (cfr. Hebr. 5, 1-2). Não se recuse a ouvir os súbditos, de quem cuida como verdadeiros filhos e a quem exorta a que animosamente cooperem consigo. Tendo que prestar contas a Deus pelas suas almas (cfr. Hebr. 13,17), deve, com a oração, a pregação e todas as obras de caridade, ter cuidado tanto deles como daqueles que ainda não pertencem ao único rebanho, os quais ele deve considerar como tendo-lhe sido confiados pelo Senhor. Devendo, como o Apóstolo, dar-se a todos, esteja sempre pronto para a todos evangelizar (cfr. Rom. 1, 14-15) e para exortar os próprios fiéis ao trabalho apostólico e missionário. Por seu lado, os fiéis devem aderir ao seu Bispo, como a Igreja adere a Jesus Cristo, e Jesus Cristo ao Pai, a fim de que todas as coisas conspirarem para a unidade (97) e se multipliquem para a glória de Deus (cfr. 2 Cor. 4,15).

Os Presbíteros e suas relações com Cristo, com os Bispos, com o presbitério e com o povo Cristão

28. Por meio dos Seus Apóstolos, Cristo, a quem o Pai santificou e enviou ao mundo (Jo. 10,36), tornou os Bispos, que são sucessores daqueles, participantes da Sua consagração e missão (98): e estes transmitiram legitimamente o múnus do seu ministério em grau diverso e a diversos sujeitos. Assim, o ministério eclesiástico, instituído por Deus, é exercido em ordens diversas por aqueles que desde a antiguidade são chamados Bispos, presbíteros e diáconos (99). Os presbíteros, embora não possuam o fastígio do pontificado e dependam dos Bispos no exercício do próprio poder, estão-lhes, porém, unidos na honra do sacerdócio (100) e, por virtude do sacramento da Ordem (101), são consagrados, à imagem de Cristo, sumo e eterno sacerdote (Hebr. 5, 1-10; 7,24; 9, 11-28), para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, como verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento (102). Participantes, segundo o grau do seu ministério, da função de Cristo mediador único (1 Tim. 2,5), anunciam a todos a palavra de Deus. Mas é no culto, ou celebração eucarística que exercem principalmente o seu múnus sagrado; nela, actuando em nome de Cristo (103) e proclamando o Seu mistério, unem as preces dos fiéis ao sacrifício da cabeça e, no sacrifício da missa, representam e aplicam, até à vinda do Senhor (cfr. 1 Cor. 11,26), o único sacrifício do Novo Testamento, ou seja, Cristo oferecendo-se, uma vez por todas, ao Pai, como hóstia imaculada (cfr. Hebr. 9, 11-28) (104). Exercem ainda, por título eminente, o ministério da reconciliação e o do conforto para com os fiéis arrependidos ou enfermos, e apresentam a Deus Pai as necessidades e preces dos crentes (cfr. Hebr. 5, 1-4). Desempenhando, segundo a medida da autoridade que possuem, o múnus de Cristo pastor e cabeça (105), reúnem a família de Deus em fraternidade animada por um mesmo espírito (106) e, por Cristo e no Espírito Santo, conduzem-na a Deus Pai. No meio do próprio rebanho adoram-no em espírito e verdade (cfr. Jo. 4,24). Trabalham, enfim, pregando e ensinando (1 Tim. 5,17), acreditando no que lêem e meditam na lei do Senhor, ensinando o que crêem e vivendo o que ensinam (107).

Os presbíteros, como esclarecidos cooperadores da ordem episcopal (108) e a sua ajuda e instrumento, chamados para o serviço do Povo de Deus, constituem com o seu Bispo um presbitério (108) com diversas funções. Em cada uma das comunidades de fiéis, tornam de algum modo presente o Bispo, ao qual estão associados com ânimo fiel e generoso e cujos encargos e solicitude assumem, segundo a própria medida, e exercem com cuidado quotidiano. Sob a autoridade do Bispo, santificam e governam a

porção do rebanho a si confiada, tornam visível, no lugar em que estão, a Igreja universal e prestam uma grande ajuda para a edificação de todo o corpo de Cristo (cfr. Ef. 4, 12). Sempre atentos ao bem dos filhos de Deus, procurem dar a sua ajuda ao trabalho de toda a diocese, melhor, de toda a Igreja. Por causa desta participação no sacerdócio e na missão, reconheçam os presbíteros o Bispo verdadeiramente como pai, e obedeçam-lhe com reverência. O Bispo, por seu lado, considere os sacerdotes, seus colaboradores, como filhos e amigos, à imitação de Cristo que já não chama aos seus discípulos servos mas amigos (cfr. Jo. 15,15). Deste modo, todos os sacerdotes, tanto diocesanos como religiosos, estão associados ao corpo episcopal em razão da Ordem e do ministério, e, segundo a própria vocação e graça, contribuem para o bem de toda a Igreja.

Em virtude da comum sagrada ordenação e missão, todos os presbíteros estão entre si ligados em íntima fraternidade, que espontânea e livremente se deve manifestar no auxílio mútuo, tanto espiritual como material, pastoral ou pessoal, em reuniões e na comunhão de vida, de trabalho e de caridade.

Velem, como pais em Cristo, pelos fiéis que espiritualmente geraram pelo Baptismo e pela doutrinação (cfr. 1 Cor. 4,15; 1 Ped. 1,23). Fazendo-se, de coração, os modelos do rebanho (1 Ped. 5,3), de tal modo dirijam e sirvam a sua comunidade local que esta possa dignamente ser chamada com aquele nome com que se honra o único Povo de Deus todo inteiro, a saber, a Igreja de Deus (cfr. 1 Cor. 1,2; 2 Cor. 1,1; etc. etc.). No seu trato e solicitude de cada dia, não se esqueçam de apresentar aos fiéis e infieis, aos católicos e não-católicos, a imagem do autêntico ministério sacerdotal e pastoral, de dar a todos testemunho de verdade e de vida, e de procurar também, como bons pastores (cfr. Luc. 15, 4-7), aqueles que, baptizados embora na Igreja católica, abandonaram os sacramentos ou até mesmo a fé.

Dado que o género humano caminha hoje cada vez mais para a unidade política, económica e social, tanto mais necessário é que os sacerdotes em conjunto e sob a direcção dos Bispos e do Sumo Pontífice, evitem todo o motivo de divisão, para que a humanidade toda seja conduzida à unidade da família de Deus.

Os diáconos

29. Em grau inferior da hierarquia estão os diáconos, aos quais foram impostas as mãos «não em ordem ao sacerdócio mas ao ministério» (109). Pois que, fortalecidos com a graça sacramental, servem o Povo de Deus em união com o Bispo e o seu presbitério, no ministério da Liturgia, da palavra e da caridade. É próprio do diácono, segundo for cometido pela competente autoridade, administrar solenemente o Baptismo, guardar e distribuir a Eucaristia, assistir e abençoar o Matrimónio em nome da Igreja, levar o viático aos moribundos, ler aos fiéis a Sagrada Escritura, instruir e exortar o povo, presidir ao culto e à oração dos fiéis, administrar os sacramentais, dirigir os ritos do funeral e da sepultura. Consagrados aos ofícios da caridade e da administração, lembrem-se os diáconos da recomendação de S. Policarpo: «misericordiosos, diligentes, caminhando na verdade do Senhor, que se fez servo de todos» (110).

Como porém, estes ofícios, muito necessários para a vida da Igreja na disciplina actual da Igreja latina, dificilmente podem ser exercidos em muitas regiões, o diaconado poderá ser, para o futuro, restaurado como grau próprio e permanente da Hierarquia. As diversas Conferências episcopais territoriais competentes cabe decidir, com a

aprovação do Sumo Pontífice, se e onde é oportuno instituir tais diáconos para a cura das almas. Com o consentimento do Romano Pontífice, poderá este diaconado ser conferido a homens de idade madura, mesmo casados, e a jovens idóneos; em relação a estes últimos, porém, permanece em vigor a lei do celibato.

CAPÍTULO IV

OS LEIGOS

Proémio: Carácter peculiar dos leigos

30. Declaradas as diversas funções da Hierarquia, o sagrado Concílio volta de bom grado a sua atenção para o estado daqueles fiéis cristãos que se chamam leigos. Com efeito, se é verdade que todas as coisas que se disseram a respeito do Povo de Deus se dirigem igualmente aos leigos, aos religiosos e aos clérigos, algumas, contudo, pertencem de modo particular aos leigos, homens e mulheres, em razão do seu estado e missão; e os seus fundamentos, devido às circunstâncias especiais do nosso tempo, devem ser mais cuidadosamente expostos. Os sagrados pastores conhecem, com efeito, perfeitamente quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja. Pois eles próprios sabem que não foram instituídos por Cristo para se encarregarem por si sós de toda a missão salvadora da Igreja para com o mundo, mas que o seu cargo sublime consiste em pastorear de tal modo os fiéis e de tal modo reconhecer os seus serviços e carismas, que todos, cada um segundo o seu modo próprio, cooperem na obra comum. Pois é necessário que todos, «praticando a verdade na caridade, cresçamos de todas as maneiras para aquele que é a cabeça, Cristo; pelo influxo do qual o corpo inteiro, bem ajustado e coeso por toda a espécie de juntas que o alimentam, com a acção proporcionada a cada membro, realiza o seu crescimento em ordem à própria edificação na caridade (Ef. 4, 15-16).

Conceito e vocação do leigo na Igreja

31. Por leigos entendem-se aqui todos os cristãos que não são membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Baptismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo.

É própria e peculiar dos leigos a característica secular. Com efeito, os membros da sagrada Ordem, ainda que algumas vezes possam tratar de assuntos seculares, exercendo mesmo uma profissão profana, contudo, em razão da sua vocação específica, destinam-se sobretudo e expressamente ao sagrado ministério; enquanto que os religiosos, no seu estado, dão magnífico e privilegiado testemunho de que se não pode transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças. Por vocação própria, compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, em toda e qualquer ocupação e actividade terrena, e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência. São chamados por Deus para que, aí, exercendo o seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento, e deste modo manifestem Cristo aos outros, antes de mais pelo testemunho da própria vida, pela irradiação da sua fé, esperança e caridade. Portanto, a eles compete especialmente, iluminar e ordenar de tal modo as realidades temporais, a que

estão estreitamente ligados, que elas sejam sempre feitas segundo Cristo e progridam e glorifiquem o Criador e Redentor.

Unidade na diversidade

32. A santa Igreja, por instituição divina, é organizada e governada com uma variedade admirável. «Assim como num mesmo corpo temos muitos membros, e nem todos têm a mesma função, assim, sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, sendo membros uns dos outros» (Rom. 12, 4-5).

Um só é, pois, o Povo de Deus: «um só Senhor, uma só fé, um só Baptismo (Ef. 4,5); comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo; comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e uma caridade indivisa. Nenhuma desigualdade, portanto, em Cristo e na Igreja, por motivo de raça ou de nação, de condição social ou de sexo, porque «não há judeu nem grego, escravo nem homem livre, homem nem mulher: com efeito, em Cristo Jesus, todos vós sois um» (Gál. 3,28 gr.; cfr. Col. 3,11).

Portanto, ainda que, na Igreja, nem todos sigam pelo mesmo caminho, todos são, contudo, chamados à santidade, e a todos coube a mesma fé pela justiça de Deus (cfr. 2 Ped. 1,1). Ainda que, por vontade de Cristo, alguns são constituídos doutores, dispensadores dos mistérios e pastores em favor dos demais, reina, porém, igualdade entre todos quanto à dignidade e quanto à actuação, comum a todos os fiéis, em favor da edificação do corpo de Cristo. A distinção que o Senhor estabeleceu entre os ministros sagrados e o restante Povo de Deus, contribui para a união, já que os pastores e os demais fiéis estão ligados uns aos outros por uma vinculação comum: os pastores da Igreja, imitando o exemplo do Senhor, prestem serviço uns aos outros e aos fiéis: e estes dêem alegremente a sua colaboração aos pastores e doutores. Deste modo, todos testemunham, na variedade, a admirável unidade do Corpo místico de Cristo: a própria diversidade de graças, ministérios e actividades, consagra em unidade os filhos de Deus, porque «um só e o mesmo é o Espírito que opera todas estas coisas» (1 Cor. 12,11).

Os leigos, portanto, do mesmo modo que, por divina condescendência, têm por irmão a Cristo, o qual, apesar de ser Senhor de todos, não veio para ser servido mas para servir (cfr. Mt. 20,28), de igual modo têm por irmãos aqueles que, uma vez estabelecidos no sagrado ministério, apascentam a família de Deus ensinando, santificando e governando com a autoridade de Cristo, de modo que o mandamento da caridade seja por todos observado. A este respeito diz belissimamente S. Agostinho: «aterra-me o ser para vós, mas consola-me o estar convosco. Sou para vós, como Bispo; estou convosco, como cristão. Nome de ofício, o primeiro; de graça, o segundo; aquele, de risco; este, de salvação»(111).

O Apostolado dos leigos

33. Unidos no Povo de Deus, e constituídos no corpo único de Cristo sob uma só cabeça, os leigos, sejam quais forem, todos são chamados a concorrer como membros vivos, com todas as forças que receberam da bondade do Criador e por graça do Redentor, para o crescimento da Igreja e sua contínua santificação.

O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvadora da Igreja, e para ele todos são destinados pelo Senhor, por meio do Baptismo e da Confirmação. E os

sacramentos, sobretudo a sagrada Eucaristia, comunicam e alimentam aquele amor para com Deus e para com os homens, que é a alma de todo o apostolado.

Mas os leigos são especialmente chamados a tornarem a Igreja presente e activa naqueles locais e circunstâncias em que só por meio deles ela pode ser o sal da terra (112). Deste modo, todo e qualquer leigo, pelos dons que lhe foram concedidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da missão da própria Igreja, «segundo a medida concedida por Cristo» (Ef. 4,7).

Além deste apostolado, que diz respeito a todos os fiéis, os leigos podem ainda ser chamados, por diversos modos, a uma colaboração mais imediata no apostolado da Hierarquia 3, à semelhança daqueles homens e mulheres que ajudavam o apóstolo Paulo no Evangelho, trabalhando muito no Senhor (cfr. Fil. 4,3; Rom. 16,3 ss.). Têm ainda a capacidade de ser chamados pela Hierarquia a exercer certos cargos eclesiásticos, com finalidade espiritual.

Incumbe, portanto, a todos os leigos a magnífica tarefa de trabalhar para que o desígnio de salvação atinja cada vez mais os homens de todos os tempos e lugares. Esteja-lhes, pois, amplamente aberto o caminho, a fim de que, segundo as próprias forças e as necessidades dos tempos, também eles participem com ardor na acção salvadora da Igreja.

A consagração do mundo pelo apostolado dos leigos

34. O supremo e eterno sacerdote Cristo Jesus, querendo também por meio dos leigos continuar o Seu testemunho e serviço, vivifica-o pelo Seu Espírito e sem cessar os incita a toda a obra boa e perfeita. E assim, àqueles que intimamente associou à própria vida e missão, concedeu também participação no seu múnus sacerdotal, a fim de que exerçam um culto espiritual, para glória de Deus e salvação dos homens. Por esta razão, os leigos, enquanto consagrados a Cristo e ungidos no Espírito Santo, têm uma vocação admirável e são instruídos para que os frutos do Espírito se multipliquem neles cada vez mais abundantemente. Pois todos os seus trabalhos, orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e do corpo, se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cfr. 1 Ped. 2,5); sacrifícios estes que são piedosamente oferecidos ao Pai, juntamente com a oblação do corpo do Senhor, na celebração da Eucaristia. E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo.

O testemunho de vida pelo apostolado dos leigos

35. Cristo, o grande profeta, que pelo testemunho da vida e a força da palavra proclamou o reino do Pai, realiza a sua missão profética, até à total revelação da glória, não só por meio da Hierarquia, que em Seu nome e com a Sua autoridade ensina, mas também por meio dos leigos; para isso os constituiu testemunhas, e lhes concedeu o sentido da fé e o dom da palavra (cfr. Act. 2, 17-18; Apoc. 19,10) a fim de que a força do Evangelho resplandeça na vida quotidiana, familiar e social. Os leigos mostrar-se-ão filhos da promessa se, firmes na fé e na esperança, aproveitarem bem o tempo presente (cfr. Ef. 5,16; Col. 4,5) e com paciência esperarem a glória futura (cfr. Rom. 8,25). Mas não devem esconder esta esperança no seu íntimo, antes, pela

contínua conversão e pela luta «contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra os espíritos do mal» (Ef. 6,12), manifestem-na também nas estruturas da vida secular.

Do mesmo modo que os sacramentos da nova lei, que alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram um novo céu e uma nova terra (cfr. Apoc. 21,1), assim os leigos tornam-se valorosos arautos da fé naquelas realidades que esperamos (cfr. Hebr. 11,1), se juntarem sem hesitação, a uma vida de fé, a profissão da mesma fé. Este modo de evangelizar, proclamando a mensagem de Cristo com o testemunho da vida e com a palavra, adquire um certo carácter específico e uma particular eficácia por se realizar nas condições ordinárias da vida no mundo.

Nesta obra, desempenha grande papel aquele estado de vida que é santificado por um sacramento próprio: a vida matrimonial e familiar. Aí se encontra um exercício e uma admirável escola de apostolado dos leigos, se a religião penetrar toda a vida e a transformar cada vez mais. Aí encontram os esposos a sua vocação própria, de serem um para o outro e para os filhos as testemunhas da fé e do amor de Cristo. A família cristã proclama em alta voz as virtudes presentes do reino de Deus e a esperança na vida bem-aventurada. E deste modo, pelo exemplo e pelo testemunho, argui o mundo do pecado e ilumina aqueles que buscam a verdade.

Por isso, ainda mesmo quando ocupados com os cuidados temporais, podem e devem os leigos exercer valiosa acção para a evangelização do mundo. E se há alguns que, na medida do possível, suprem nas funções religiosas os ministros sagrados que faltam ou estão impedidos em tempo de perseguição, a todos, porém, incumbe a obrigação de cooperar para a dilatação e crescimento do Reino de Cristo no mundo. Dediquem-se, por isso, os leigos com diligência a conseguir um conhecimento mais profundo da verdade revelada, e peçam insistentemente a Deus o dom da sabedoria.

A santificação das estruturas humanas pelo apostolado dos leigos

36. Tendo-se feito obediente até à morte e tendo sido, por este motivo, exaltado pelo Pai (cfr. Fil. 2, 8-9), entrou Cristo na glória do Seu reino. Todas as coisas Lhe estão sujeitas, até que Ele se submeta, e a todas as criaturas, ao Pai, para que Deus seja tudo em todos (cfr. 1 Cor. 15, 27-28). Comunicou este poder aos discípulos, para que também eles sejam constituídos em régia liberdade e, com a abnegação de si mesmos e a santidade da vida, vençam em si próprios o reino do pecado (cfr. Rom. 6,12); mais ainda, para que, servindo a Cristo também nos outros, conduzam os seus irmãos, com humildade e paciência, àquele Rei, a quem servir é reinar. Pois o Senhor deseja dilatar também por meio dos leigos o Seu reino, reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz (114), no qual a própria criação será liberta da servidão da corrupção, alcançando a liberdade da glória dos filhos de Deus (cfr. Rom. 8,21). Grande é a promessa, grande o mandamento que é dado aos discípulos: «tudo é vosso; vós sois de Cristo; e Cristo é de Deus» (1 Cor. 3,23).

Por consequência, devem os fiéis conhecer a natureza íntima e o valor de todas as criaturas, e a sua ordenação para a glória de Deus, ajudando-se uns aos outros, mesmo através das actividades propriamente temporais, a levar uma vida mais santa, para que assim o mundo seja penetrado do espírito de Cristo e, na justiça, na caridade e na paz, atinja mais eficazmente o seu fim. Na realização plena deste dever, os leigos ocupam o lugar mais importante. Por conseguinte, com a sua competência nas matérias profanas, e a sua actuação interiormente elevada pela graça de Cristo,

contribuam eficazmente para que os bens criados sejam valorizados pelo trabalho humano, pela técnica e pela cultura para utilidade de todos os homens, sejam melhor distribuídos entre eles e contribuam a seu modo para o progresso de todos na liberdade humana e cristã, em harmonia com o destino que lhes deu o Criador e segundo a iluminação do Verbo. Deste modo, por meio dos membros da Igreja, Cristo iluminará cada vez mais a humanidade inteira com a Sua luz salvadora.

Além disso, também pela união das próprias forças, devem os leigos sanear as estruturas e condições do mundo, se elas porventura propendem a levar ao pecado, de tal modo que todas se conformem às normas da justiça e antes ajudem ao exercício das virtudes do que o estorvem. Agindo assim, informarão de valor moral a cultura e as obras humanas. E, por este modo, o campo, isto é, o mundo ficará mais preparado para a semente da palavra divina e abrir-se-ão à Igreja mais amplamente as portas para introduzir no mundo a mensagem da paz.

Devido à própria economia da salvação, devem os fiéis aprender a distinguir cuidadosamente entre os direitos e deveres que lhes competem como membros da Igreja e os que lhes dizem respeito enquanto fazem parte da sociedade humana. Procurem harmonizar entre si uns e outros, lembrando-se que se devem guiar em todas as coisas temporais pela consciência cristã, já que nenhuma actividade humana, nem mesmo em assuntos temporais, se pode subtrair ao domínio de Deus. É muito necessário em nossos dias que esta distinção e harmonia se manifestem claramente nas atitudes dos fiéis, que a missão da Igreja possa corresponder mais plenamente às condições particulares do mundo actual. Assim como se deve reconhecer que a cidade terrena se consagra a justo título aos assuntos temporais e se rege por princípios próprios, assim com razão se deve rejeitar a nefasta doutrina que pretende construir a sociedade sem ter para nada em conta a religião, atacando e destruindo a liberdade religiosa dos cidadãos (115)

Relações dos leigos com a Hierarquia

37. Como todos os fiéis, também os leigos têm o direito de receber com abundância, dos sagrados pastores, os bens espirituais da Igreja, principalmente os auxílios da palavra de Deus e dos sacramentos (116); e com aquela liberdade e confiança que convém a filhos de Deus e a irmãos em Cristo, manifestem-lhes as suas necessidades e aspirações. Segundo o grau de ciência, competência e autoridade que possuam, têm o direito, e por vezes mesmo o dever, de expor o seu parecer sobre os assuntos que dizem respeito ao bem da Igreja (117). Se o caso o pedir, utilizem os órgãos para isso instituídos na Igreja, e procedam sempre em verdade, fortaleza e prudência, com reverência e amor para com aqueles que, em razão do seu cargo, representam a pessoa de Cristo.

Como todos os cristãos, devem os leigos abraçar prontamente, com obediência cristã, todas as coisas que os sagrados pastores, representantes de Cristo, determinarem na sua qualidade de mestres e guias na Igreja, a exemplo de Cristo, o qual com a Sua obediência, levada até à morte, abriu para todos o feliz caminho da liberdade dos filhos de Deus. Nem deixem de encomendar ao Senhor nas suas orações os seus prelados, já que eles olham pelas nossas almas, como devendo dar contas delas, a fim de que o façam com alegria e não gemendo (cfr. Hebr. 13,17).

Por seu lado, os sagrados pastores devem reconhecer e fomentar a dignidade e responsabilidade dos leigos na Igreja; recorram espontaneamente ao seu conselho

prudente, entreguem-lhes confiadamente cargos em serviço da Igreja e dêem-lhes margem e liberdade de acção, animando-os até a tomarem a iniciativa de empreendimentos. Considerem atentamente e com amor paterno, em Cristo, as iniciativas, pedidos e desejos propostos pelos leigos (118). E reconheçam a justa liberdade que a todos compete na cidade terrestre.

Muitos bens se devem esperar destas relações confiantes entre leigos e pastores: é que assim se fortalece nos leigos o sentido da própria responsabilidade, fomenta-se o seu empenho é mais facilmente se associam nas suas energias à obra dos pastores. Estes, por sua vez, ajudados pela experiência dos leigos, tanto nas coisas espirituais como nas temporais, mais facilmente julgarão com acerto, a fim de que a Igreja inteira, com a energia de todos os seus membros, cumpra mais eficazmente a sua missão para a vida do mundo.

Conclusões: os leigos vivificadores do mundo

38. Cada leigo deve ser, perante o mundo, uma testemunha da ressurreição e da vida do Senhor Jesus e um sinal do Deus vivo. Todos em conjunto, e cada um por sua parte, devem alimentar o mundo com frutos espirituais (cfr. Gál. 5,22) e nele difundir aquele espírito que anima os pobres, mansos e pacíficos, que o Senhor no Evangelho proclamou bem-aventurados (cfr. Mt. 5, 3-9). Numa palavra, «sejam os cristãos no mundo aquilo que a alma é no corpo» (119)

CAPÍTULO V

A VOCAÇÃO DE TODOS À SANTIDADE NA IGREJA

Proémio: chamamento universal à santidade

39. A nossa fé crê que a Igreja, cujo mistério o sagrado Concílio expõe, é indefectivelmente santa. Com efeito, Cristo, Filho de Deus, que é com o Pai e o Espírito ao único Santo» (120), amou a Igreja como esposa, entregou-Se por ela, para a santificar (cfr. Ef. 5, 25-26) e uniu-a a Si como Seu corpo, cumulando-a com o dom do Espírito Santo, para glória de Deus. Por isso, todos na Igreja, quer pertençam à Hierarquia quer por ela sejam pastoreados, são chamados à santidade, segundo a palavra do Apóstolo: «esta é a vontade de Deus, a vossa santificação» (1 Tess. 4,3; cfr. Ef. 1,4). Esta santidade da Igreja incessantemente se manifesta, e deve manifestar-se, nos frutos da graça que o Espírito Santo produz nos fiéis; exprime-se de muitas maneiras em cada um daqueles que, no seu estado de vida, tendem à perfeição da caridade, com edificação do próximo; aparece dum modo especial na prática dos conselhos chamados evangélicos. A prática destes conselhos, abraçada sob a moção do Espírito Santo por muitos cristãos, quer privadamente quer nas condições ou estados aprovados pela Igreja, leva e deve levar ao mundo um admirável testemunho e exemplo desta santidade.

Jesus, mestre e modelo

40. Jesus, mestre e modelo divino de toda a perfeição, pregou a santidade de vida, de que Ele é autor e consumidor, a todos e a cada um dos seus discípulos, de qualquer condição: «sede perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito» (Mt. 5,48) (121). A todos enviou o Espírito Santo, que os move interiormente a amarem a Deus com todo o coração, com toda a alma, com todo o espírito e com todas as forças (cfr. Mc. 12,30) e

a amarem-se uns aos outros como Cristo os amou (cfr. Jo. 13,34; 15,12). Os seguidores de Cristo, chamados por Deus e justificados no Senhor Jesus, não por merecimento próprio mas pela vontade e graça de Deus, são feitos, pelo Baptismo da fé, verdadeiramente filhos e participantes da natureza divina e, por conseguinte, realmente santos. É necessário, portanto, que, com o auxílio divino, conservem e aperfeiçoem, vivendo-a, esta santidade que receberam. O Apóstolo admoesta-os a que vivam acorro convém a santos» (Ef. 5,3), acorro eleitos e amados de Deus, se revistam de entranhas de misericórdia, benignidade, humildade, mansidão e paciência» (Col. 3,12) e alcancem os frutos do Espírito para a santificação (cfr. Gál. 5,22; Rom. 6,22). E porque todos cometemos faltas em muitas ocasiões (Tg. 3,2), precisamos constantemente da misericórdia de Deus e todos os dias devemos orar: «perdoai-nos as nossas ofensas» (Mt. 6,12) (122). É, pois, claro a todos, que os cristãos de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade (123). Na própria sociedade terrena, esta santidade promove um modo de vida mais humano. Para alcançar esta perfeição, empreguem os fiéis as forças recebidas segundo a medida em que as dá Cristo, a fim de que, seguindo as Suas pisadas e conformados à Sua imagem, obedecendo em tudo à vontade de Deus, se consagrem com toda a alma à glória do Senhor e ao serviço do próximo. Assim crescerá em frutos abundantes a santidade do Povo de Deus, como patentemente se manifesta na história da Igreja, com a vida de tantos santos.

A santidade nos diversos estados

41. Nos vários géneros e ocupações da vida, é sempre a mesma a santidade que é cultivada por aqueles que são conduzidos pelo Espírito de Deus e, obedientes à voz do Pai, adorando em espírito e verdade a Deus Pai, seguem a Cristo pobre, humilde, e levando a cruz, a fim de merecerem ser participantes da Sua glória. Cada um, segundo os próprios dons e funções, deve progredir sem desfalecimentos pelo caminho da fé viva, que estimula a esperança e que actua pela caridade.

Em primeiro lugar, os pastores do rebanho de Cristo, à semelhança do sumo e eterno sacerdote, pastor e bispo das nossas almas, desempenhem o próprio ministério santamente e com alegria, com humildade e fortaleza; assim cumprido, também para eles será o seu ministério um sublime meio de santificação. Escolhidos para a plenitude do sacerdócio, receberam a graça sacramental para que, orando, sacrificando e pregando, com toda a espécie de cuidados e serviços episcopais, realizem a tarefa perfeita da caridade pastoral (124), sem hesitarem em oferecer a vida pelas ovelhas e, feitos modelos do rebanho (cfr. 1 Ped. 5,3), suscitem na Igreja, também com o seu exemplo, uma santidade cada vez maior.

Os presbíteros, à semelhança da ordem dos Bispos, de que são a coroa espiritual (125), já que participam das suas funções por graça de Cristo, eterno e único mediador, cresçam no amor de Deus e do próximo com o exercício do seu dever quotidiano; guardem o vínculo da unidade sacerdotal, abundem em toda a espécie de bens espirituais e dêem a todos vivo testemunho de Deus (126), tornando-se émulo daqueles sacerdotes que no decorrer dos séculos, em serviço muitas vezes humilde e escondido, nos deixaram magnífico exemplo de santidade. O seu louvor persevera na Igreja. Orando e oferecendo o sacrifício pelo próprio rebanho e por todo o Povo de Deus, conforme é seu ofício, conscientes do que fazem e imitando as realidades com que lidam (127), longe de serem impedidos pelos cuidados, perigos e tribulações do apostolado, devem antes por eles elevar-se a uma santidade mais alta, alimentando e afervorando a sua acção com a abundância da contemplação, para alegria de toda a

Igreja de Deus. Todos os presbíteros, e especialmente aqueles que por título particular da sua ordenação são chamados sacerdotes diocesanos, lembrem-se de quanto ajudam para a sua santificação a união fiel e a cooperação generosa com o próprio Bispo.

Na missão de graça do sumo sacerdote, participam também de modo peculiar os ministros de ordem inferior, e sobretudo os diáconos; servindo nos mistérios de Cristo e da Igreja (128), devem conservar-se puros de todo o vício, agradar a Deus, atender a toda a espécie de boas obras diante dos homens (cfr. 1 Tim. 3, 8-10. 12-13). Os clérigos que, chamados pelo Senhor e separados a fim de ter parte com Ele, se preparam sob a vigilância dos pastores para desempenhar os ofícios de ministros, procurem conformar o coração e o espírito com tão magnífica eleição, sendo assíduos na oração e fervorosos no amor, ocupando o pensamento com tudo o que é verdadeiro, justo e de boa reputação, fazendo tudo para glória e honra de Deus. Destes se aproximam aqueles leigos, que, escolhidos por Deus, são chamados pelos Bispos para se consagrarem totalmente às actividades apostólicas e com muito fruto trabalham no campo do Senhor (129).

Os esposos e pais cristãos devem, seguindo o seu caminho peculiar, amparar-se mutuamente na graça, com amor fiel, durante a vida inteira, e imbuir com a doutrina cristã e as virtudes evangélicas a prole que amorosamente receberam de Deus. Dão assim a todos exemplo de amor incansável e generoso, edificam a comunidade fraterna e são testemunhas e cooperadores da fecundidade da Igreja, nossa mãe, em sinal e participação daquele amor, com que Cristo amou a Sua esposa e por ela Se entregou (130). Exemplo semelhante é dado, mas de outro modo, pelas pessoas viúvas ou celibatárias, que muito podem concorrer para a santidade e acção da Igreja. Aqueles que se ocupam em trabalhos muitas vezes duros, devem, através das tarefas humanas, aperfeiçoar-se a si mesmos, ajudar os seus concidadãos, fazer progredir a sociedade e toda a criação; e, ainda, imitando com operosa caridade a Cristo, cujas mãos se exercitaram em trabalhos de operário e, em união com o Pai, continuamente actua para a salvação de todos; alegres na esperança, levando os fardos uns dos outros, subam com o próprio trabalho quotidiano a uma santidade mais alta, também ela apostólica.

Todos quantos se vêem oprimidos pela pobreza, pela fraqueza, pela doença ou tribulações várias, e os que sofrem perseguição por amor da justiça, saibam que estão unidos, de modo especial, a Cristo nos seus sofrimentos pela salvação do mundo; o Senhor, no Evangelho, proclamou-os bem-aventurados e «o Deus... de toda a graça, que nos chamou à Sua eterna glória em Cristo Jesus, depois de sofrerem um pouco, os há-de restabelecer, confirmar e consolidar» (1 Ped. 5,10).

Todos os fiéis se santificarão cada dia mais nas condições, tarefas e circunstâncias da própria vida e através de todas elas, se receberem tudo com fé da mão do Pai celeste e cooperarem com a divina vontade, manifestando a todos, na própria actividade temporal, a caridade com que Deus amou o mundo.

A caridade. O martírio.

Os conselhos evangélicos.

A santidade no próprio estado

42. «Deus é caridade e quem permanece na caridade, permanece em Deus e Deus nele» (1 Jo. 4,16). Ora, Deus difundiu a sua caridade nos nossos corações, por meio

do Espírito Santo, que nos foi dado (cfr. Rom. 5,5). Sendo assim, o primeiro e mais necessário dom é a caridade, com que amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo por amor d'Ele. Para que esta caridade, como boa semente, cresça e frutifique na alma, cada fiel deve ouvir de bom grado a palavra de Deus, e cumprir, com a ajuda da graça, a Sua vontade, participar frequentemente nos sacramentos, sobretudo na Eucaristia, e nas funções sagradas, dando-se continuamente à oração, à abnegação de si mesmo, ao serviço efectivo de seus irmãos e a toda a espécie de virtude; pois a caridade, vínculo da perfeição e plenitude da lei (cfr. Col. 3,14; Rom. 13,10), é que dirige todos os meios de santificação, os informa e leva a seu fim (131). E, pois, pela caridade para com Deus e o próximo que se caracteriza o verdadeiro discípulo de Cristo.

Como Jesus, Filho de Deus, manifestou o Seu amor dando a vida por nós, assim ninguém dá maior prova de amor do que aquele que oferece a própria vida por Ele e por seus irmãos (cfr. 1 Jo. 3,16; Jo. 15,13). Desde os primeiros tempos, e sempre assim continuará a suceder, alguns cristãos foram chamados a dar este máximo testemunho de amor diante de todos, e especialmente perante os perseguidores. Por esta razão, o martírio, pelo qual o discípulo se torna semelhante ao mestre, que livremente aceitou a morte para salvação do mundo, e a Ele se conforma no derramamento do sangue, é considerado pela Igreja como um dom insigne e prova suprema de amor. E embora seja concedido a poucos, todos, porém, devem estar dispostos a confessar a Cristo diante dos homens e a segui-!O no caminho da cruz em meio das perseguições que nunca faltarão à Igreja.

A santidade da Igreja é também especialmente favorecida pelos múltiplos conselhos que o Senhor propõe no Evangelho aos Seus discípulos (132). Entre eles sobressai o de, com o coração mais facilmente indiviso (cfr. 1 Cor. 7, 32-34), se consagrarem só a Deus, na virgindade ou no celibato, dom da graça divina que o Pai concede a alguns (cfr. Mt. 19,11; 1 Cor. 7,7) (133). Esta continência perfeita, abraçada pelo reino dos céus, foi sempre tida em grande estima pela Igreja, como sinal e incentivo do amor e ainda como fonte privilegiada de fecundidade espiritual no mundo.

A Igreja recorda-se também da recomendação com que o Apóstolo, incitando os fiéis à caridade, os exorta a ter sentimentos semelhantes aos de Jesus Cristo, o qual «Se despojou a Si próprio, tomando a condição de escravo... feito obediente até à morte (Fil. 2, 7-8) e, «sendo rico, por nós Se fez pobre» (2 Cor. 8,9). Sendo necessário que sempre e em todo o tempo os discípulos imitem esta caridade e humildade de Cristo, e delas dêem testemunho, a mãe Igreja alegra-se de encontrar no seu seio muitos homens e mulheres que seguem mais de perto o abatimento do Salvador e mais claramente o manifestam, abraçando a pobreza na liberdade dos filhos de Deus e renunciando às próprias vontades: em matéria de perfeição, sujeitam-se, por amor de Deus, ao homem, para além do que é de obrigação, a fim de mais plenamente se conformarem a Cristo obediente (134).

Todos os cristãos são, pois, chamados e obrigados a tender à santidade e perfeição do próprio estado. Procurem, por isso, ordenar rectamente os próprios afectos, para não serem impedidos de avançar na perfeição da caridade pelo uso das coisas terrenas e pelo apego às riquezas, em oposição ao espírito da pobreza evangélica, segundo o conselho do Apóstolo: os que usam no mundo, façam-no como se dele não usassem, pois é transitório o cenário deste mundo (1 Cor. 7,31 gr.) (135).

CAPÍTULO VI

OS RELIGIOSOS

Os conselhos evangélicos e o estado religioso

43. Os conselhos evangélicos de castidade consagrada a Deus, de pobreza e de obediência, visto que fundados sobre a palavra e o exemplo de Cristo e recomendados pelos Apóstolos, pelos Padres, Doutores e Pastores da Igreja, são um dom divino, que a mesma Igreja recebeu do seu Senhor e com a Sua graça sempre conserva. A autoridade da Igreja, sob a direcção do Espírito Santo, cuidou de regular a sua prática e também de constituir, à base deles, formas estáveis de vida. E assim sucedeu que, como em árvore plantada por Deus e maravilhosa e variamente ramificada no campo do Senhor, surgiram diversas formas de vida, quer solitária quer comum, e várias famílias religiosas, que vêm aumentar as riquezas espirituais, tanto em proveito dos seus próprios membros como no de todo o Corpo de Cristo (136). Com efeito, essas famílias dão aos seus membros os auxílios duma estabilidade mais firme no modo de vida, duma doutrina segura em ordem a alcançar a perfeição, duma comunhão fraterna na milícia de Cristo, duma liberdade robustecida pela obediência, para assim poderem cumprir com segurança e guardar fielmente a profissão religiosa e avançar jubilosos no caminho da caridade (137).

Tendo em conta a constituição divina hierárquica da Igreja, este estado não é intermédio entre o estado dos clérigos e o dos leigos; de ambos estes estados são chamados por Deus alguns cristãos, a usufruírem um dom especial na vida da Igreja e, cada um a seu modo, a ajudarem a sua missão salvadora (138).

Consagração ao serviço divino; o testemunho de vida

44. Pelos votos, ou outros compromissos sagrados a eles semelhantes, com os quais se obriga aos três mencionados conselhos evangélicos, o cristão entrega-se totalmente ao serviço de Deus sumamente amado, de maneira que por um título novo e especial fica destinado ao serviço do Senhor. Já pelo Baptismo, morrera ao pecado e fora consagrado a Deus; mas, para poder recolher frutos mais abundantes dá graça baptismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e da perfeição do culto divino, é consagrado mais intimamente ao serviço divino (139). E esta consagração será tanto mais perfeita quanto mais a firmeza e a estabilidade dos vínculos representarem a indissolúvel união de Cristo à Igreja, Sua esposa.

E como os conselhos evangélicos, em razão da caridade a que conduzem (140), de modo especial unem à Igreja e ao seu mistério aqueles que os seguem, deve também a sua vida espiritual ser consagrada ao bem de toda ela. Daqui nasce o dever de trabalhar na implantação e consolidação do reino de Cristo nas almas e de o levar a todas as regiões com a oração ou também com a acção, segundo as próprias forças e a índole da própria vocação. Por isso, a Igreja defende e favorece a índole própria dos vários Institutos religiosos.

A profissão dos conselhos evangélicos aparece assim como um sinal, que pode e deve atrair eficazmente todos os membros da Igreja a corresponderem animosamente às exigências da vocação cristã. E porque o Povo de Deus não tem na terra a sua cidade permanente, mas vai em demanda da futura, o estado religioso, tornando os seus

seguidores mais livres das preocupações terrenas, manifesta também mais claramente a todos os fiéis os bens celestes, já presentes neste mundo; é assim testemunha da vida nova é eterna, adquirida com a redenção de Cristo, e preanuncia a ressurreição futura e a glória do reino celeste. O mesmo estado religioso imita mais de perto, e perpetuamente representa na Igreja aquela forma de vida que o Filho de Deus assumiu ao entrar no mundo para cumprir a vontade do Pai, e por Ele foi proposta aos discípulos que O seguiam. Finalmente, o estado religioso patenteia de modo especial a elevação do reino de Deus sobre tudo o que é terreno e as suas relações transcendentais; e revela aos homens a grandeza do poder de Cristo Rei e a potência infinita com que o Espírito Santo maravilhosamente actua na Igreja.

Portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, está contudo inabalavelmente ligado à sua vida e santidade.

Regras e constituições ***A relação com a Hierarquia***

45. Sendo dever da Hierarquia pastorear o Povo de Deus e conduzi-lo a abundante pastio (cfr. Ez. 34,14), a ela pertence regular com sábias leis a prática dos conselhos evangélicos, que tanto ajudam à perfeição da caridade para com Deus e o próximo (141). Dócil à moção do Espírito Santo, ela acolhe as regras, propostas por homens e mulheres eminentes é, depois de aperfeiçoadas, aprova-as autênticamente; e assiste com vigilância e protecção de sua autoridade aos Institutos, por toda a parte fundados para a edificação do Corpo de Cristo, para que cresçam e floresçam segundo o espírito dos fundadores.

Para que melhor se atenda às necessidades de todo o rebanho do Senhor, qualquer Instituto de perfeição e cada um dos seus membros, podem ser isentos pelo Sumo Pontífice, em razão do seu primado sobre toda a Igreja, da jurisdição do Ordinário do lugar e ficar sujeitos só a ele, em vista do bem comum (142). Podem igualmente ser deixados, ou confiados, à autoridade patriarcal própria. E os membros dos Institutos de perfeição, ao cumprir o seu dever para com a Igreja, segundo o modo peculiar da sua vida, devem, de acordo com as leis canónicas, respeito e obediência aos Bispos, em atenção à sua autoridade de pastores das igrejas particulares e à necessária unidade e harmonia no trabalho apostólico (143).

Mas a Igreja não se limita a elevar, com a sua aprovação, a profissão religiosa à dignidade de estado canónico, senão que a manifesta também na sua liturgia como estado consagrado a Deus. Com efeito, pela autoridade que Deus lhe concedeu, ela recebe os votos dos que professam, implora para eles, com a sua oração pública, os auxílios da graça, recomenda-os a Deus e concede-lhes a bênção espiritual, unindo a sua oblação ao sacrifício eucarístico.

Pureza de vida ao serviço do mundo

46. Procurem os religiosos com empenho que, por seu intermédio, a Igreja revele cada vez mais Cristo aos fiéis e infiéis, Cristo orando sobre o monte, anunciando às multidões o reino de Deus, curando os doentes e feridos, trazendo os pecadores à conversão, abençoando as crianças e fazendo bem a todos, obediente em tudo à vontade do Pai que O enviou (144).

Finalmente, tenham todos presente que a profissão dos conselhos evangélicos, ainda que importa a renúncia a bens de grande valor, não se opõe, contudo, ao verdadeiro desenvolvimento da pessoa humana, más antes a favorece grandemente. Na verdade, os conselhos evangélicos, assumidos livremente segundo a vocação pessoal de cada um, contribuem muito para a pureza de coração e liberdade de espírito, alimentam continuamente o fervor da caridade e, sobretudo, como bem o demonstra o exemplo de tantos santos fundadores, podem levar o cristão a conformar-se mais plenamente com o género de vida virginal e pobre que Cristo Nosso Senhor escolheu para Si e a Virgem Sua mãe abraçou. Nem se pense que os religiosos, pela sua consagração, se tornam estranhos aos homens ou inúteis para a cidade terrena. Pois, mesmo quando não prestam uma ajuda directa aos seus contemporâneos, têm-nos sempre presentes dum modo mais profundo, no amor de Cristo, e colaborara espiritualmente com eles, a fim de que a construção da cidade terrena se funde sempre no Senhor e para Ele se oriente, não seja que trabalhem em vão os que edificam a casa (145).

Por isso, finalmente, o sagrado Concílio confirma e louva os homens e mulheres, Irmãos e Irmãs, que, nos mosteiros, escolas, hospitais ou missões, embelezam a Igreja com a sua perseverante e humilde fidelidade na mencionada consagração, e prestam generosamente aos homens os mais variados serviços.

Conclusão: perseverança e santidade

47. Cada um dos que foram chamados à profissão dos conselhos, cuide com empenho de perseverar na vocação a que o Senhor o chamou, e de nela se aperfeiçoar para maior santidade da Igreja e maior glória da una e indivisa Trindade, a qual em Cristo e por Cristo é a fonte e origem de toda a santidade.

CAPÍTULO VII

A ÍNDOLE ESCATOLÓGICA DA IGREJA PEREGRINA E A SUA UNIÃO COM A IGREJA CELESTE

Caráter escatológico da nossa vocação à Igreja

48. A Igreja, à qual todos somos chamados e na qual por graça de Deus alcançamos a santidade, só na glória celeste alcançará a sua realização acabada, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas (cfr. Act. 3,21) e, quando, juntamente com o género humano, também o universo inteiro, que ao homem está intimamente ligado e por ele atinge o seu fim, for perfeitamente restaurado em Cristo (cfr. Ef, 1,10; Col. 1,20; 2 Ped. 3, 10-13).

Na verdade, Cristo, elevado sobre a terra, atraiu todos a Si (cfr. Jo. 12,32 gr.); ressuscitado de entre os mortos (cfr. Rom. 6,9), infundiu nos discípulos o Seu Espírito vivificador e por Ele constituiu a Igreja, Seu corpo, como universal sacramento da salvação; sentado à direita do Pai, actua continuamente na terra, a fim de levar os homens à Igreja e os unir mais estreitamente por meio dela, e, alimentando-os com o Seu próprio corpo e sangue, os tornar participantes da Sua vida gloriosa. A prometida restauração que esperamos, já começou, pois, em Cristo, progride com a missão do Espírito Santo e, por Ele, continua na Igreja; nesta, a fé ensina-nos o sentido da nossa vida temporal, enquanto, na esperança dos bens futuros, levamos a cabo a missão que o Pai nos confiou no mundo e trabalhamos na nossa salvação (cfr. Fil. 2,12).

Já chegou, pois, a nós, a plenitude dos tempos (cfr. 1 Cor. 10,11), a restauração do mundo foi já realizada irrevogavelmente e, de certo modo, encontra-se já antecipada neste mundo: com efeito, ainda aqui na terra, a Igreja está aureolada de verdadeira, embora imperfeita, santidade. Enquanto não se estabelecem os novos céus e a nova terra em que habita a justiça (cfr. 2 Ped. 3,13), a Igreja peregrina, nos seus sacramentos e nas suas instituições, que pertencem à presente ordem temporal, leva a imagem passageira deste mundo e vive no meio das criaturas que gemem e sofrem as dores de parto, esperando a manifestação dos filhos de Deus (cfr. Rom. 8, 19-22).

Unidos, pois, a Cristo na Igreja, e marcados com o sinal do Espírito Santo «que é o penhor da nossa herança» (Ef. 1,14), chamamo-nos filhos de Deus e em verdade o somos (cfr. 1 Jo. 3,1); mas não aparecemos ainda com Cristo na glória (cfr. Col. 3,4), na qual seremos semelhantes a Deus, porque O veremos como Ele é (cfr. 1 Jo. 3,2). E assim, «enquanto estamos no corpo, vivemos exilados, longe do Senhor» (2 Cor. 5,6) e, tendo recebido as primícias do Espírito, gememos no nosso íntimo (cfr. Rom. 8,23) e anelamos por estar com Cristo (cfr. Fil. 1,23). Por este mesmo amor somos incitados a viver mais para Ele, que por nós morreu e ressuscitou (cfr. 2 Cor. 5,15). Esforçamo-nos, por isso, por agradar a Deus em todas as coisas (cfr. 2 Cor. 5,9) e revestimo-nos da armadura de Deus, para podermos fazer frente às maquinações do diabo e resistir no dia perverso (cfr. Ef. 6, 11-13). Mas, como não sabemos o dia nem a hora, é preciso que, segundo a recomendação do Senhor, vigiemos continuamente, a fim de que no termo da nossa vida sobre a terra, que é só uma (cfr. Hebr. 9,27), mereçamos entrar com Ele para o banquete de núpcias e ser contados entre os eleitos (cfr. Mt. 25, 51-46), e não sejamos lançados, como servos maus e preguiçosos (cfr. Mt. 25,26), no fogo eterno (cfr. Mt. 25,41), nas trevas exteriores, onde «haverá choro e ranger de dentes» (Mt. 22,13; 25,30). Com efeito, antes de reinarmos com Cristo glorioso, cada um de nós será apresentado «perante o tribunal de Cristo, a fim de ser remunerado pelas obras que realizou enquanto vivia no corpo, boas ou más» (2 Cor. 5,10); e, no fim do mundo, «os que tiverem feito boas obras, irão para a ressurreição da vida, os que tiverem praticado más acções, para a ressurreição da condenação» (Jo. 5,29; cfr. Mt. 25,46). Pensando, pois, que «os sofrimentos desta vida não têm proporção com a glória que se há-de revelar em nós» (Rom. 8,18; cfr. 2 Tim. 2, 11-12), fortalecidos pela fé, aguardamos «a bem-aventurada esperança e a vinda gloriosa do grande Deus e salvador nosso Jesus Cristo», (Tit. 2,13), «o qual transformará o nosso corpo miserável, tornando-o conforme ao Seu corpo glorioso», (Fil. 3,21) e virá «ser glorificado nos Seus santos e admirado em todos os que acreditaram», (2 Tess. 1,10).

União da Igreja celeste com a Igreja peregrina

49. Deste modo, enquanto o Senhor não vier na Sua majestade e todos os Seus anjos com Ele (cfr. Mt. 25,31) e, vencida a morte, tudo Lhe for submetido (cfr. 1 Cor. 15, 26-27), dos Seus discípulos uns peregrinam sobre a terra, outros, passada esta vida, são purificados, outros, finalmente, são glorificados e contemplam «claramente Deus trino e uno, como Ele é» (146); todos, porém, comungamos, embora em modo e grau diversos, no mesmo amor de Deus e do próximo, e todos entoamos ao nosso Deus o mesmo hino de louvor. Com efeito, todos os que são de Cristo e têm o Seu Espírito, estão unidos numa só Igreja e ligados uns aos outros n'Ele (cfr. Ef. 4,16). E assim, de modo nenhum se interrompe a união dos que ainda caminham sobre a terra com os irmãos que adormeceram na paz de Cristo, mas antes, segundo a constante fé da Igreja, é reforçada pela comunicação dos bens espirituais (147). Porque os bem-aventurados, estando mais intimamente unidos com Cristo, consolidam mais firmemente a Igreja na santidade, enobrecem o culto que ela presta a Deus na terra, e

contribuem de muitas maneiras para a sua mais ampla edificação em Cristo (cfr. 1 Cor. 12, 12-27) (148). Recebidos na pátria celeste e vivendo junto do Senhor (cfr. 2 Cor. 5,8), não cessam de interceder, por Ele, com Ele e n'Ele, a nosso favor diante do Pai (149), apresentando os méritos que na terra alcançaram, graças ao mediador único entre Deus e os homens, Jesus Cristo (cfr. 1 Tim., 2,5), servindo ao Senhor em todas as coisas e completando o que falta aos sofrimentos de Cristo, em favor do Seu corpo que é a Igreja (cfr. Col. 1,24) (150). A nossa fraqueza é assim grandemente ajudada pela sua solícitude de irmãos.

***Expressões dessa união:
orações pelos defuntos, culto dos santos***

50. Reconhecendo claramente esta comunicação de todo o Corpo místico de Cristo, a Igreja dos que ainda peregrinam, cultivou com muita piedade desde os primeiros tempos do Cristianismo a memória dos defuntos (151) e, «porque é coisa santa e salutar rezar pelos mortos, para que sejam absolvidos de seus pecados» (2 Mac. 12,46), por eles ofereceu também sufrágios. Mas, os apóstolos e mártires de Cristo que, derramando o próprio sangue, deram o supremo testemunho de fé e de caridade, sempre a Igreja acreditou estarem mais ligados connosco em Cristo, os venerou com particular afecto, juntamente com a Bem-aventurada Virgem Maria e os santos Anjos (152) e implorou o auxílio da sua intercessão. Aos quais bem depressa foram associados outros, que mais de perto imitaram a virgindade e pobreza de Cristo (153) e, finalmente, outros, cuja perfeição nas virtudes cristãs (154) e os carismas divinos recomendavam à piedosa devoção dos fiéis (155).

Com efeito, a vida daqueles que fielmente seguiram a Cristo, é um novo motivo que nos entusiasma a buscar a cidade futura (cfr. Hebr. 14,14; 11,10) e, ao mesmo tempo, nos ensina um caminho seguro, pelo qual, por entre as efémeras realidades deste mundo e segundo o estado e condição próprios de cada um, podemos chegar à união perfeita com Cristo, na qual consiste a santidade (156). É sobretudo na vida daqueles que, participando connosco da natureza humana, se transformam, porém, mais perfeitamente à imagem de Cristo, (cfr. 2 Cor. 3,18) que Deus revela aos homens, de maneira mais viva, a Sua presença e a Sua face. Neles nos fala, e nos dá um sinal do Seu reino (157), para o qual, rodeados de uma tão grande nuvem de testemunhas (cfr. Hebr. 12,1) e tendo uma tal afirmação da verdade do Evangelho, somos fortemente atraídos.

Porém, não é só por causa de seu exemplo que veneramos a memória dos bem-aventurados, mas ainda mais para que a união de toda a Igreja aumente com o exercício da caridade fraterna (cfr. Ef. 4, 1-6). Pois, assim como a comunhão cristã entre os peregrinos nos aproxima mais de Cristo, assim a comunhão com os santos nos une a Cristo, de quem procedem, como de fonte e cabeça, toda a graça e a própria vida do Povo de Deus(158).

É, portanto, muito justo que amemos estes amigos e co-herdeiros de Jesus Cristo, nossos irmãos e grandes benfeitores, que dêmos a Deus, por eles, as devidas graças (159), «lhes dirijamos as nossas súplicas e recorramos às suas orações, ajuda e patrocínio, para obter de Deus os benefícios, por Seu Filho Jesus Cristo, Nosso Senhor e Redentor e Salvador único» (160) Porque todo o genuíno testemunho de veneração que prestamos aos santos, tende e leva, por sua mesma natureza, a Cristo, que é a «coroa de todos os santos» (161) e, por Ele, a Deus, que é admirável nos seus santos e neles é glorificado (162).

Mas a nossa união com a Igreja celeste realiza-se de modo mais sublime. quando, sobretudo na sagrada Liturgia, na qual a virtude do Espírito Santo actua sobre nós através dos sinais sacramentais, concelebramos em comum exultação os louvores da divina Majestade (163) e, todos de todas as tribos, línguas e povos, remidos no sangue de Cristo (cfr. Apoc. 5,9) e reunidos numa única Igreja, engrandecemos com um único canto de louvor o Deus uno e trino. Assim, ao celebrar o sacrifício eucarístico, unimo-nos no mais alto grau ao culto da Igreja celeste, comungando e venerando a memória, primeiramente da gloriosa sempre Virgem Maria, de S. José, dos santos Apóstolos e mártires e de todos os santos (164).

Unidade no amor e na Liturgia

51. Esta venerável fé dos nossos maiores acerca da nossa união vital com os irmãos que já estão na glória celeste ou que, após a morte, estão ainda em purificação, aceita-a este sagrado Concílio com muita piedade e de novo propõe os decretos dos sagrados Concílios Niceno II (167), Florentino (165) e Tridentino (166). Ao mesmo tempo, com solícitude pastoral, exorta todos aqueles a quem isto diz respeito a esforçarem-se por desterrar ou corrigir os abusos, excessos ou defeitos que porventura tenham surgido aqui ou além, e tudo restaurem para maior glória de Cristo e de Deus. Ensinem, portanto, aos fiéis que o verdadeiro culto dos santos não consiste tanto na multiplicação dos actos externos quanto na intensidade do nosso amor efectivo, pelo qual, para maior bem nosso e da Igreja, procuramos «na vida dos santos um exemplo, na comunhão com eles uma participação, e na sua intercessão uma ajuda» (168). Por outro lado, mostrem aos fiéis que as nossas relações com os bem-aventurados, quando concebidas à luz da fé, de modo algum diminuem o culto de adoração prestado a Deus pai por Cristo, no Espírito, mas pelo contrário o enriquecem ainda mais (169).

Pois, com efeito, todos os que somos filhos de Deus, e formamos em Cristo uma família (cfr. Hebr. 3,6), ao comunicarmos na caridade mútua e no comum louvor da Trindade Santíssima, correspondemos à íntima vocação da Igreja e participamos, prelibando-a, na liturgia da glória (170). Com efeito, quando Cristo aparecer e se der a gloriosa ressurreição dos mortos, a luz de Deus iluminará a cidade celeste e o seu candelabro será o Cordeiro (cfr. Apoc. 21,24). Então, toda a Igreja dos santos, na suprema felicidade da caridade, adorará a Deus e ao «Cordeiro que foi imolado» (Apoc. 5,12), proclamando numa só voz: «louvor, honra, glória e poderio, pelos séculos dos séculos, Aquele que está sentado no trono, e ao Cordeiro» (Apoc. 5, 13-14).

CAPÍTULO VIII

A BEM-AVENTURADA VIRGEM MARIA MÃE DE DEUS NO MISTÉRIO DE CRISTO E DA IGREJA

I. PROÉMIO

A Virgem mãe de Cristo

52. Querendo Deus, na Sua infinita benignidade e sabedoria, levar a cabo a redenção do mundo, «ao chegar a plenitude dos tempos, enviou Seu Filho, nascido de mulher,... a fim de recebermos a filiação adoptiva» (Gál. 4, 4-5). «Por amor de nós, homens, e para nossa salvação, desceu dos céus e encarnou na Virgem Maria, por obra e graça

do Espírito Santo» (171). Este divino mistério da salvação é-nos relevado e continua na Igreja, instituída pelo Senhor como Seu corpo; nela, os fiéis, aderindo à cabeça que é Cristo, e em comunhão com todos os santos, devem também venerar a memória «em primeiro lugar da gloriosa sempre Virgem Maria Mãe do nosso Deus e Senhor Jesus Cristo» (172).

A Virgem e a Igreja

53. Efectivamente, a Virgem Maria, que na anunciação do Anjo recebeu o Verbo no coração e no seio, e deu ao mundo a Vida, é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus Redentor. Remida dum modo mais sublime, em atenção aos méritos de seu Filho, e unida a Ele por um vínculo estreito e indissolúvel, foi enriquecida com a excelsa missão e dignidade de Mãe de Deus Filho; é, por isso, filha predilecta do Pai e templo do Espírito Santo, e, por este insigne dom da graça, leva vantagem á todas as demais criaturas do céu e da terra. Está, porém, associada, na descendência de Adão, a todos os homens necessitados de salvação; melhor, «é verdadeiramente Mãe dos membros (de Cristo)..., porque cooperou com o seu amor para que na Igreja nascessem os fiéis, membros daquela cabeça» (173). É, por esta razão, saudada como membro eminente e inteiramente singular da Igreja, seu tipo e exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade; e a Igreja católica, ensinada pelo Espírito Santo, consagra-lhe, como a mãe amantíssima, filial afecto de piedade.

Intenção do Concílio

54. Por isso, o sagrado Concílio, ao expor a doutrina acerca da Igreja, na qual o divino Redentor realiza a salvação, pretende esclarecer cuidadosamente não só o papel da Virgem Santíssima no mistério do Verbo encarnado e do Corpo místico, mas também os deveres dos homens resgatados para com a Mãe de Deus, Mãe de Cristo e Mãe dos homens, sobretudo dos fiéis. Não tem, contudo, intenção de propor toda a doutrina acerca de Maria, nem de dirimir as questões ainda não totalmente esclarecidas pelos teólogos. Conservam, por isso, os seus direitos as opiniões que nas escolas católicas livremente se propõem acerca daquela que na santa Igreja ocupa depois de Cristo o lugar mais elevado e também o mais próximo de nós (174).

II. A VIRGEM SANTÍSSIMA NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

A mãe do Redentor no Antigo Testamento

55. A Sagrada Escritura do Antigo e Novo Testamento e a venerável Tradição mostram de modo progressivamente mais claro e como que nos põem diante dos olhos o papel da Mãe do Salvador na economia da salvação. Os livros do Antigo Testamento descrevem a história da salvação na qual se vai preparando lentamente a vinda de Cristo ao mundo. Esses antigos documentos, tais como são lidos na Igreja e interpretados à luz da plena revelação ulterior, vão pondo cada vez mais em evidência a figura duma mulher, a Mãe do Redentor. A esta luz, Maria encontra-se já profeticamente delineada na promessa da vitória sobre a serpente (cfr. Gén. 3,15), feita aos primeiros pais caídos no pecado. Ela é, igualmente, a Virgem que conceberá e dará à luz um Filho, cujo nome será Emmanuel (cfr. Is. 7,14; cfr. Miq. 5, 2-3; Mt. 1, 22-23). É a primeira entre os humildes e pobres do Senhor, que confiadamente esperam e recebem a salvação de Deus. Com ela, enfim, excelsa Filha de Sião, passada a longa espera da promessa, se cumprem os tempos e se inaugura a nova

economia da salvação, quando o Filho de Deus dela recebeu a natureza humana, para libertar o homem do pecado com os mistérios da Sua vida terrena.

Maria na Anunciação

56. Mas o Pai das misericórdias quis que a aceitação, por parte da que Ele predestinara para mãe, precedesse a encarnação, para que, assim como uma mulher contribuiu para a morte, também outra mulher contribuisse para a vida. É o que se verifica de modo sublime na Mãe de Jesus, dando à luz do mundo a própria Vida, que tudo renova. Deus adornou-a com dons dignos de uma tão grande missão; e, por isso, não é de admirar que os santos Padres chamem com frequência à Mãe de Deus «toda santa» e «imune de toda a mancha de pecado», visto que o próprio Espírito Santo a modelou e d'Ela fez uma nova criatura (175). Enriquecida, desde o primeiro instante da sua conceição, com os esplendores duma santidade singular, a Virgem de Nazaré é saudada pelo Anjo, da parte de Deus, como «cheia de graça» (cfr. Luc. 1,28); e responde ao mensageiro celeste: «eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra» (Luc. 1,38). Deste modo, Maria, filha de Adão, dando o seu consentimento à palavra divina, tornou-se Mãe de Jesus e, não retida por qualquer pecado, abraçou de todo o coração o desígnio salvador de Deus, consagrou-se totalmente, como escrava do Senhor, à pessoa e à obra de seu Filho, subordinada a Ele e juntamente com Ele, servindo pela graça de Deus onipotente o mistério da Redenção. por isso, consideram com razão os santos Padres que Maria não foi utilizada por Deus como instrumento meramente passivo, mas que cooperou livremente, pela sua fé e obediência, na salvação dos homens. Como diz S. Ireneu, «obedecendo, ela tornou-se causa de salvação, para si e para todo o género humano» (176). Eis porque não poucos, Padres afirmam com ele, nas suas pregações, que «o no da desobediência de Eva foi desatado pela obediência de Maria; e aquilo que a virgem Eva atou, com a sua incredulidade, desatou-o a virgem Maria com a sua fé» (177); e, por comparação com Eva, chamam Maria a «mãe dos vivos»(178) e afirmam muitas vezes: «a morte veio por Eva, a vida veio por Maria» (179).

Maria na infância de Jesus

57. Esta associação da mãe com o Filho na obra da salvação, manifesta-se desde a conceição virginal de Cristo até à Sua morte. Primeiro, quando Maria, tendo partido solicitamente para visitar Isabel, foi por ela chamada bem-aventurada, por causa da fé com que acreditara na salvação prometida, e o precursor exultou no seio de sua mãe (cfr. Luc. 1, 41-45); depois, no nascimento, quando a Mãe de Deus, cheia de alegria, apresentou aos pastores e aos magos o seu Filho primogénito, o qual não só não lesou a sua integridade, mas antes a consagrou (180). E quando O apresentou no templo ao Senhor, com a oferta dos pobres, ouviu Simeão profetizar que o Filho viria a ser sinal de contradição e que uma espada trespassaria o coração da mãe, a fim de se revelarem os pensamentos de muitos (cfr. Luc. 2, 34-35). Ao Menino Jesus, perdido e buscado com aflição, encontraram-n'O os pais no templo, ocupado nas coisas de Seu Pai; e não compreenderam o que lhes disse. Mas sua mãe conservava todas estas coisas no coração e nelas meditava (cfr. Luc. 2, 41-51).

Maria na vida pública e na paixão de Cristo

58. Na vida pública de Jesus, Sua mãe aparece duma maneira bem marcada logo no princípio, quando, nas bodas de Caná, movida de compaixão, levou Jesus Messias a dar início aos Seus milagres. Durante a pregação de Seu Filho, acolheu as palavras

com que Ele, pondo o reino acima de todas as relações de parentesco, proclamou bem-aventurados todos os que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática (cfr. Mc. 3,35 e paral.; Luc. 11, 27-28); coisa que ela fazia fielmente (cfr. Luc. 2, 19 e 51). Assim avançou a Virgem pelo caminho da fé, mantendo fielmente a. união com seu Filho até à cruz. Junto desta esteve, não sem desígnio de Deus (cfr. Jo.19,25), padecendo acerbamente com o seu Filho único, e associando-se com coração de mãe ao Seu sacrifício, consentindo com amor na imolação da vítima que d'Ela nascera; finalmente, Jesus Cristo, agonizante na cruz, deu-a por mãe ao discípulo, com estas palavras: mulher, eis aí o teu filho (cfr. Jo. 19, 26-27) (181).

Maria depois da Ascensão

59. Tendo sido do agrado de Deus não manifestar solenemente o mistério da salvação humana antes que viesse o Espírito prometido por Cristo, vemos que, antes do dia de Pentecostes, os Apóstolos «perseveravam unânimemente em oração, com as mulheres, Maria Mãe de Jesus e Seus irmãos» (Act. 1,14), implorando Maria, com as suas orações, o dom daquele Espírito, que já sobre si descera na anunciação. Finalmente, a Virgem Imaculada, preservada imune de toda a mancha da culpa original (198), terminado o curso da vida terrena, foi elevada ao céu em corpo e alma (183) e exaltada por Deus como rainha, para assim se conformar mais plenamente com seu Filho, Senhor dos senhores (cfr. Apoc. 19,16) e vencedor do pecado e da morte (184).

III. A VIRGEM SANTÍSSIMA E A IGREJA

O influxo salutar de Maria e a mediação de Cristo

60. O nosso mediador é só um, segundo a palavra do Apóstolo: «não há senão um Deus e um mediador entre Deus e os homens, o homem Jesus Cristo, que Se entregou a Si mesmo para redenção de todos (1 Tim. 2, 5-6). Mas a função maternal de Maria em relação aos homens de modo algum ofusca ou diminui esta única mediação de Cristo; manifesta antes a sua eficácia. Com efeito, todo o influxo salvador da Virgem Santíssima sobre os homens se deve ao beneplácito divino e não a qualquer necessidade; deriva da abundância dos méritos de Cristo, funda-se na Sua mediação e dela depende inteiramente, haurindo aí toda a sua eficácia; de modo nenhum impede a união imediata dos fiéis com Cristo, antes a favorece.

A maternidade espiritual

61. A Virgem Santíssima, predestinada para Mãe de Deus desde toda a eternidade simultaneamente com a encarnação do Verbo, por disposição da divina Providência foi na terra a nobre Mãe do divino Redentor, a Sua mais generosa cooperadora e a escrava humilde do Senhor. Concebendo, gerando e alimentando a Cristo, apresentando-O ao Pai no templo, padecendo com Ele quando agonizava na cruz, cooperou de modo singular, com a sua fé, esperança e ardente caridade, na obra do Salvador, para restaurar nas almas a vida sobrenatural. É por esta razão nossa mãe na ordem da graça.

A natureza da sua mediação

62. Esta maternidade de Maria na economia da graça perdura sem interrupção, desde o consentimento, que fielmente deu na anunciação e que manteve inabalável junto à cruz, até à consumação eterna de todos os eleitos. De facto, depois de elevada ao céu,

não abandonou esta missão salvadora, mas, com a sua multiforme intercessão, continua a alcançar-nos os dons da salvação eterna (185). Cuida, com amor materno, dos irmãos de seu Filho que, entre perigos e angústias, caminham ainda na terra, até chegarem à pátria bem-aventurada. Por isso, a Virgem é invocada na Igreja com os títulos de advogada, auxiliadora, socorro, medianeira (186). Mas isto entende-se de maneira que nada tire nem acrescente à dignidade e eficácia do único mediador, que é Cristo (187).

Efectivamente, nenhuma criatura se pode equiparar ao Verbo encarnado e Redentor; mas, assim como o sacerdócio de Cristo é participado de diversos modos pelos ministros e pelo povo fiel, e assim como a bondade de Deus, sendo uma só, se difunde variamente pelos seres criados, assim também a mediação única do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas cooperações diversas, que participam dessa única fonte.

Esta função subordinada de Maria, não hesita a Igreja em proclamá-la; sente-a constantemente e inculca-a aos fiéis, para mais intimamente aderirem, com esta ajuda materna, ao seu mediador e salvador.

Maria tipo da Igreja como Virgem e Mãe

63. Pelo dom e missão da maternidade divina, que a une a seu Filho Redentor, e pelas suas singulares graças e funções, está também a Virgem intimamente ligada, à Igreja: a Mãe de Deus é o tipo e a figura da Igreja, na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo, como já ensinava S. Ambrósio (188). Com efeito, no mistério da Igreja, a qual é também com razão chamada mãe e virgem, a bem-aventurada Virgem Maria foi adiante, como modelo eminente e único de virgem e de mãe (189). Porque, acreditando e obedecendo, gerou na terra, sem ter conhecido varão, por obra e graça do Espírito Santo, o Filho do eterno Pai; nova Eva, que acreditou sem a mais leve sombra de dúvida, não na serpente antiga, mas no mensageiro celeste. E deu à luz um Filho, que Deus estabeleceu primogénito de muitos irmãos (Rom. 8,29), isto é, dos fiéis, para cuja geração e educação Ela coopera com amor de mãe.

A fecundidade virginal da Igreja

64. Por sua vez, a Igreja que contempla a sua santidade misteriosa e imita a sua caridade, cumprindo fielmente a vontade do Pai, toma-se também, ela própria, mãe, pela fiel recepção da palavra de Deus: efectivamente, pela pregação e pelo Baptismo, gera, para vida nova e imortal, os filhos concebidos por acção do Espírito Santo e nascidos de Deus. E também ela é virgem, pois guarda fidelidade total e pura ao seu Esposo e conserva virginalmente, à imitação da Mãe do seu Senhor e por virtude do Espírito Santo, uma fé íntegra, uma sólida esperança e uma verdadeira caridade (190).

Virtudes de Maria

65. Mas, ao passo que, na Santíssima Virgem, a Igreja alcançou já aquela perfeição sem mancha nem ruga que lhe é própria (cfr. Ef. 5,27), os fiéis ainda têm de trabalhar por vencer o pecado e crescer na santidade; e por isso levantam os olhos para Maria, que brilha como modelo de virtudes sobre toda a família dos eleitos. A Igreja, meditando piedosamente na Virgem, e contemplando-a à luz do Verbo feito homem, penetra mais profundamente, cheia de respeito, no insondável mistério da Encarnação, e mais e mais se conforma com o seu Esposo. Pois Maria, que entrou intimamente na

história da salvação, e, por assim dizer, reúne em si e reflecte os imperativos mais altos da nossa fé, ao ser exaltada e venerada, atrai os fiéis ao Filho, ao Seu sacrifício e ao amor do Pai. Por sua parte, a Igreja, procurando a glória de Cristo, torna-se mais semelhante àquela que é seu tipo e sublime figura, progredindo continuamente na fé, na esperança e na caridade, e buscando e fazendo em tudo a vontade divina. Daqui vem igualmente que, na sua acção apostólica, a Igreja olha com razão para aquela que gerou a Cristo, o qual foi concebido por acção do Espírito Santo e nasceu da Virgem precisamente para nascer e crescer também no coração dos fiéis, por meio da Igreja. E, na sua vida, deu a Virgem exemplo daquele afecto maternal de que devem estar animados todos quantos cooperam na missão apostólica que a Igreja tem de regenerar os homens.

IV. O CULTO DA BEM-AVENTURADA VIRGEM NA IGREJA

Natureza e fundamento do culto

66. Exaltada por graça do Senhor e colocada, logo a seguir a seu Filho, acima de todos os anjos e homens, Maria que, como mãe santíssima de Deus, tomou parte nos mistérios de Cristo, é com razão venerada pela Igreja com culto especial. E, na verdade, a Santíssima Virgem é, desde os tempos mais antigos, honrada com o título de «Mãe de Deus», e sob a sua protecção se acolhem os fiéis, em todos os perigos e necessidades (191). Foi sobretudo a partir do Concílio do Éfeso que o culto do Povo de Deus para com Maria cresceu admiravelmente, na veneração e no amor, na invocação e na imitação, segundo as suas proféticas palavras: «Todas as gerações me proclamam bem-aventurada, porque realizou em mim grandes coisas Aquele que é poderoso» (Luc.1,48). Este culto, tal como sempre existiu na Igreja, embora inteiramente singular, difere essencialmente do culto de adoração, que se presta por igual ao Verbo encarnado, ao Pai e ao Espírito Santo, e favorece-o poderosamente. Na verdade, as várias formas de piedade para com a Mãe de Deus, aprovadas pela Igreja, dentro dos limites de sã e recta doutrina, segundo os diversos tempos e lugares e de acordo com a índole e modo de ser dos fiéis, têm a virtude de fazer com que, honrando a mãe, melhor se conheça, ame e glorie o Filho, por quem tudo existe (cfr. Col. 1, 15-16) e no qual «aprouve a Deus que residisse toda a plenitude» (Col. 1,19), e também melhor se cumpram os seus mandamentos.

Espírito da pregação e do culto

67. Muito de caso pensado ensina o sagrado Concílio esta doutrina católica, e ao mesmo tempo recomenda a todos os filhos da Igreja que fomentem generosamente o culto da Santíssima Virgem, sobretudo o culto litúrgico, que tenham em grande estima as práticas e exercícios de piedade para com Ela, aprovados no decorrer dos séculos pelo magistério, e que mantenham fielmente tudo aquilo que no passado foi decretado acerca do culto das imagens de Cristo, da Virgem e dos santos (192). Aos teólogos e pregadores da palavra de Deus, exorta-os instantemente a evitarem com cuidado, tanto um falso exagero como uma demasiada estreiteza na consideração da dignidade singular da Mãe de Deus (193). Estudando, sob a orientação do magistério, a Sagrada Escritura, os santos Padres e Doutores, e as liturgias das Igrejas, expliquem como convém as funções e os privilégios da Santíssima Virgem, os quais dizem todos respeito a Cristo, origem de toda a verdade, santidade e piedade. Evitem com cuidado, nas palavras e atitudes, tudo o que possa induzir em erro acerca da autêntica doutrina da Igreja os irmãos separados ou quaisquer outros. E os fiéis lembrem-se de que a verdadeira devoção não consiste numa emoção estéril e passageira, mas nasce da fé,

que nos faz reconhecer a grandeza da Mãe de Deus e nos incita a amar filialmente a nossa mãe e a imitar as suas virtudes.

V. MARIA, SINAL DE SEGURA ESPERANÇA E DE CONSOLAÇÃO PARA O POVO DE DEUS PEREGRINANTE

Sinal de Esperança e de consolação

68. Entretanto, a Mãe de Jesus, assim como, glorificada já em corpo e alma, é imagem e início da Igreja que se há-de consumir no século futuro, assim também, na terra, brilha como sinal de esperança segura e de consolação, para o Povo de Deus ainda peregrinante, até que chegue o dia do Senhor (cfr. 2 Ped. 3,10).

Medianeira para a unidade da Igreja

69. E é uma grande alegria e consolação para este sagrado Concílio o facto de não faltar entre os irmãos separados quem preste à Mãe do Senhor e Salvador o devido culto; sobretudo entre os Orientais, que acorrem com fervor e devoção a render culto à sempre Virgem Mãe de Deus (194). Dirijam todos os fiéis instantes súplicas à Mãe de Deus e mãe dos homens, para que Ela, que assistiu com suas orações aos começos da Igreja, também agora, exaltada sobre todos os anjos e bem-aventurados, interceda, junto de seu Filho, na comunhão de todos os santos, até que todos os povos, tanto os que ostentam o nome cristão, como os que ainda ignoram o Salvador, se reunam felizmente, em paz e harmonia, no único Povo de Deus, para glória da santíssima e indivisa Trindade.

Roma, 21 de Novembro de 1964.

PAPA PAULO VI

NOTIFICAÇÕES FEITAS PELO EX.MO SECRETÁRIO GERAL DO SAGRADO CONCÍLIO, NA CONGREGAÇÃO GERAL CXXIII, NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1964

Notificações: valor teológico das proposições

Foi perguntado qual deve ser a qualificação teológica da doutrina exposta no esquema De Ecclesia que se propõe à votação. A Comissão Doutrinal respondeu à pergunta ao examinar os Modos referentes ao capítulo terceiro do esquema De Ecclesia, com estas palavras:

«Como é evidente, o texto conciliar deve sempre ser interpretado segundo as regras gerais, de todos conhecidas». A Comissão Doutrinal, nesta ocasião, remete para a sua Declaração do dia 6 de Março de 1964, cujo texto se transcreve aqui:

«Tendo em conta a praxe conciliar e o fim pastoral do presente Concílio, este sagrado Concílio só define aquelas coisas relativas à fé e aos costumes que abertamente declarar como de fé.

Tudo o mais que o sagrado Concílio propõe, como doutrina do supremo Magistério da Igreja, devem-no os fiéis receber e abraçar segundo a mente do mesmo sagrado

Concílio, a qual se deduz quer do assunto em questão, quer do modo de dizer, segundo as normas da interpretação teológica».

Por autoridade superior comunica-se aos Padres uma nota prévia explicativa dos «Modos» referentes ao capítulo terceiro do esquema De Ecclesia; é segundo o espírito e o sentido desta nota que se deve explicar e entender a doutrina exposta nesse capítulo terceiro.

NOTA EXPLICATIVA PRÉVIA

«A Comissão decidiu fazer preceder das seguintes observações gerais o exame dos Modos:

1º *Colégio* não se entende em sentido *jurídico estrito*, ou seja, de um grupo de iguais, que delegam o seu poder ao que preside; mas no sentido de um grupo estável, cuja estrutura e autoridade se devem deduzir da Revelação. Por isso, na resposta ao Modo 12, se diz expressamente, acerca dos Doze, que o Senhor constituiu-os em Colégio ou *grupo estável*. Cfr. também o Modo 53, c. - Pelo mesmo motivo, ao tratar-se do Colégio dos Bispos, são também empregados a cada passo os termos *Ordem ou Corpo*. O paralelismo entre Pedro e os restantes Apóstolos por um lado, e o Sumo Pontífice e os Bispos pelo outro, não implica a transmissão do poder extraordinário dos Apóstolos aos seus sucessores, nem, como é evidente, a *igualdade* entre a Cabeça e os membros do Colégio, mas apenas uma *proporcionalidade* entre a primeira relação (Pedro-Apóstolos) e a segunda (Papa-Bispos). Daí ter a Comissão resolvido escrever no início do n.º 22 «*pari ratione*» e não «*eadem ratione*». Cfr. Modo 57.

2.º Uma pessoa torna-se *membro do Colégio* em virtude da sagração episcopal e pela comunhão hierárquica com a Cabeça e com os membros do Colégio. Cfr. n.º 22, no fim da primeira alínea.

Na *sagração* é conferida a participação *ontológica* nos ofícios sagrados, como indubitavelmente consta da Tradição, mesmo litúrgica. Intencionalmente se emprega a palavra *munerum* e não *potestatum*, porque esta última palavra poderia entender-se como poder *apto para o exercício*. Ora, para que tal poder exista, deve sobrevir a *determinação* canónica ou *jurídica*, por parte da autoridade hierárquica. Esta determinação do poder pode consistir na concessão de um ofício particular ou na atribuição de súbditos, e é dada segundo as *normas* aprovadas pela autoridade suprema. Essa norma ulterior é exigida *pela própria natureza das coisas*, visto tratar-se de poderes que devem ser exercidos por *diversas pessoas* que, segundo a vontade de Cristo, cooperam hierárquicamente. É evidente que esta «comunhão» sé foi exercendo *na vida* da Igreja, segundo as circunstâncias dos tempos, mesmo antes de, por assim dizer, ser codificada no *direito*.

Por isso mesmo se diz expressamente que se requer a comunhão *hierárquica* com a Cabeça e membros da Igreja. A *comunhão* é um conceito tido em grande veneração na antiga Igreja (e ainda hoje, sobretudo no Oriente). Não se trata, porém, de um *sentimento* vago, mas de uma realidade *orgânica*, que exige uma forma jurídica e é ao mesmo tempo animada pela caridade. Por isso a Comissão resolveu, quase por unanimidade, que se devia escrever: «pela comunhão *hierárquica*». Cfr. Modo 40 e também o que se diz acerca da *missão* canónica, no n. 24.

Os documentos dos últimos Sumos Pontífices acerca da jurisdição dos Bispos, devem ser interpretados segundo esta determinação necessária dos poderes.

3.º Diz-se que o Colégio, que não pode existir sem cabeça, «*é também sujeito do supremo e pleno poder sobre toda a Igreja*». Isto tem de se admitir necessariamente, para que a plenitude do poder do Romano Pontífice não seja posta em questão. O Colégio, com efeito, entende-se sempre e necessariamente com a sua Cabeça, a qual, *no Colégio, conserva integralmente o seu cargo de Vigário de Cristo e Pastor da Igreja Universal*. Por outras palavras, a distinção não se faz entre o Romano Pontífice e os Bispos, tomados colectivamente, mas entre o Romano Pontífice só, e o Romano Pontífice juntamente com os Bispos. E uma vez que o Sumo Pontífice é a *Cabeça* do Colégio, só ele pode executar certos actos, que de modo nenhum competem aos Bispos como, por exemplo, convocar e dirigir o Colégio, aprovar normas de acção, etc. Cfr. Modo 81.

Ao juízo do Sumo Pontífice, a quem foi entregue o cuidado de todo o rebanho de Cristo, compete, segundo as necessidades da Igreja, que variam no decurso dos tempos, determinar o modo mais conveniente de actuar esse cuidado, quer essa actuação se faça de modo pessoal quer de modo colegial. Quanto a ordenar, promover e aprovar o exercício colegial, procede o Romano Pontífice segundo a sua própria discricção.

4.º O Sumo Pontífice, visto ser o Pastor supremo da Igreja, pode exercer, como lhe aprouver, o seu poder em todo o tempo; exige-o o próprio cargo. O Colégio, porém, embora exista sempre, nem por isso age permanentemente com uma acção *estritamente* colegial, conforme consta da Tradição da Igreja.

Por outras palavras, não está sempre «em exercício pleno». Mais ainda: somente por intervalos age de uma maneira estritamente colegial e nunca sem o consentimento da Cabeça. Diz-se, porém, «*com o consentimento da Cabeça*» para que não se pense numa *dependência de pessoa* por assim dizer estranha; o termo «consentimento» evoca, pelo contrário, a comunhão entre a Cabeça e os membros e implica a necessidade do acto que é próprio da Cabeça. Isto é afirmado explicitamente no número 22 e explicado no mesmo lugar. A fórmula negativa «*a não ser*» compreende todos os casos, e assim é evidente que as *normas* aprovadas pela Autoridade suprema devem ser sempre observadas. Cfr. Modo 84.

Em tudo isto, é também evidente que se trata da união dos Bispos *com a sua Cabeça* e nunca de uma acção dos Bispos *independentemente* do Papa. Neste caso, faltando a acção da Cabeça, os Bispos não podem agir colegialmente, como se depreende da mesma noção de «Colégio». Esta Comunhão hierárquica de todos os Bispos com o Sumo Pontífice é certamente habitual na Tradição.

N. B. Sem a comunhão hierárquica, o cargo sacramental-ontológico, que se deve distinguir do aspecto canónico-jurídico, não pode ser exercido. A Comissão, porém, julgou que não devia entrar nas questões de *liceidade e validade*, que se deixam à discussão dos teólogos, em especial no referente ao poder que de facto se exerce entre os Orientais separados e para cuja explicação existem várias sentenças».

NOTAS

1. Cfr. S. Cipriano, *Epist.* 64, 4: PL 3, 1017. CSEL (Hartel), III B, p. 720. S. Hilário Píct., In Mt. 23, 6: PL 9, 1047. S. Agostinho, *passim*. S. Cirilo Alex., *Glaph. in Gen.* 2, 10: PG 69, 110 A.
2. Cfr. S. Gregório M., *Hom. in Evang.* 19, 1: PL 76, 1154 B. S. Agostinho, *Serm.* 341, 9, 11: PL 39, 1499 s. S. J. Damasceno, *Adv. Iconocl.* 11: PG, 1357.
3. Cfr. S. Ireneu, *Adv. Haer.* III, 24, 1: PG 7, 966 B; Harvey 2, 131, ed. Sagnard, *Sources Chr.*, p. 398.
4. S. Cipriano, *De orat. Dom.* 23: PL 4, 553; Hartel, III A, p. 285. S. Agostinho, *Serm.* 71, 20, 33: PL 38, 463 s. S. J. Damasceno, *Adv. Iconocl.* 12: PG 96, 1358 D.
5. Cfr. Orígenes, *In Mt.* 16, 21: PG 13, 1443 C; Tertuliano, *Adv. Marc.* 3, 7: PL 2, 357 C; CSEL 47, 3, p. 386. Para os documentos litúrgicos, cfr. *Sacramentarium Gregorianum*: PL 78, 160 B. ou C. Mohlberg, *Liber Sacramentorum romanae ecclesiae*, Roma, 1960, p.111, XC; «Deus, qui ex omni coaptacione sanctorum aeternum tibi condis habitaculum...». Hinos Urbs *Ierusalem beata* em Breviário monástico, e *Coelestis Urbs Ierusalem* em Breviário Romano.
6. Cfr. S. Tomás, *Summa Theol.* III, q. 62, a. 5, ad 1.
7. Cfr. Pio XII, Encíclica *Mystici Corporis*, 29 jun. 1943: AAS 35 (1943), p. 208.
8. Cfr. Leão XIII, Carta Encicl. *Divinum illud*, 9 maio 1897: ASS 29 (1896-97) p. 650. Pio XII, Encíclica *Mystici Corporis*, 1. c., pp. 219-220; Denz. 2288 (3808). S. Agostinho, *Serm.* 268, 2: PL 38, 1232, etc. S. João Crisóstomo, *In Eph.* Hom. 9, 3: PG 62, 72. Didimo Alex., *Trin.* 2, 1: PG 39, 449 s. S. Tomás, *In Col.* 1, 18, lect. 5; ed. Marietti, II, n. 46: «Sicut constituitur unum corpus ex unitate animae, ita Ecclesia ex unitate Spiritus...».
9. Leão XIII, Encíclica *Sapientiae christianae*, 10 jan. 1890: ASS 22 (1889-90) p. 392. Id., Carta Encicl. *Satis cognitum*, 29 jun. 1896: ASS 28 (1895-96) pp. 710 e 724 ss. Pio XII, Encíclica *Mystici Corporis*, 1. c., pp. 199-200.
10. Cfr. Pio XII, Encíclica, *Mystici Corporis*, 1. c., p. 221 ss. Id., Encíclica *Humani generis*, 12 agosto 1950: AAS 42 (1950) p. 571.
11. Leão XIII, Carta Encicl. *Satis cognitum*, 1. c., p. 713.
12. Símbolo. Apostólico: Denz. 6-9 (10-13) ; Símbolo Nic. - Constantinopolitano: Denz. 86 (150) ; cfr. *Prof. fidei Trid.*: Denz. 994 e 999 (1862 e 1868).
13. Diz-se «Igreja santa (católica, apostólica) romana» em: *Prof. fidei Trid.*, 1. c., e Cone. Vat. I, *Const. dogm. de fide cath.*: Denz. 1782 (3001).
14. S. Agostinho, *De Civ. Dei*, XVIII, 51, 2: PL 41, 614.
15. Cfr. S. Cipriano, *Epist.* 69, 6: PL 3, 1142 B; Hartel 3 B, p. 754: «inseparabile unitatis sacramentum».
16. Cfr. Pio XII, *Aloc. Magnificate Dominum*, 2 nov. 1954: AAS 46 (1954) p. 669. Encicl. *Mediator Dei*, 20 nov. 1947: AAS 39 (1947) p. 555.
17. Cfr. Pio XI, Encicl. *Miserentissimus Redemptor*, 8 maio 1928: AAS 29 (1928) p. 171 s. Pio XII, *Aloc. Vous nous avez*, 22 set. 1956: AAS 48 (1956) p. 714.
18. Cfr. S. Tomás, *Summa Theol.* III, q. 63, a. 2.
19. Cfr. S. Cirilo de Jerus. *Catech.* 17, de Spiritu Santo, II, 35-37: PG 33, 1009-1012. Nic. Cabasilas, *De vita in Christo*, lib. III, de utilitate chrismatis: PG 150, 569-580. S. Tomás, *Summa Theol.* 111, q. 65, a. 3 e q. 72, a. 1 e 5.
20. Cfr. Pio XII, Encicl. *Mediator Dei*, 20 nov. 1947: AAS 39 (1947), sobretudo p. 552 s.
21. 1 Cor. 7, 7: «Unusquisque proprium donum (idion charisma) habet ex Deo: alius quidem sie, alius vero sic». Cfr. S. Agostinho, *De Dono Persev.* 14, 37: PL 45, 1015 s.: Non tantum continentia Dei donum est, sed coniugatorum atiam castitas».
22. Cfr. S. Agostinho, *De Praed. Sanct.* 14, 27: PL 44, 980.
23. Cfr. S. J. Crisóstomo, *In Io.* Hom. 65, 1: PG 59, 361.
24. Cfr. S. Ireneu, *Adv. Haer.* 111, 16, 6; III, 22, 1-3: PG 7, 925 C-926 A, e 955 C-958 A; Harvey 2, 87 s. e 120-123; Sagnard, Ed. *Sources Chrét.*, pp. 290-292 e 372 ss.
25. Cfr. S. Inácio M., *Ad Rom.*, Pref.: ed. Funk, I, p. 252.
26. Cfr. S. Agostinho, *Bapt. c. Donat.* V, 28, 39: PL 43, 197: «C'erte manifestum est, id quod dicitur, in Ecclesia intus et foris, in corde, non in corpore cogitandum». Cfr. ib., III, 19, 26: col. 152; V, 18, 24: col. 189; *In Io.* Tr. 61, 2: PL 35, 1800, etc. etc.
27. Cfr. Lc. 12, 48: «Omni autem, cui multum datum est, multum quaeretur ab eo». Cfr. Mt. 5, 19-20; 7, 21-22; 25, 41-46; Tg. 2,14.
28. Cfr. Leão XIII, Carta Apost. *Praeclara gratulationis*, 20 jun. 1894: ASS 26 (1893-94) p. 707.
29. Cfr. Leão XIII, Carta Encicl. *Satis cognitum*, 29 jun. 1896: ASS 28 (1895-96) p. 738. Carta Encicl. *Caritatis studium*, 25 jul. 1898: ASS 31 (1898-99) p. 11. Pio XII, Radiomensagem *Nel'alba*, 24 dez. 1941: AAS 34 (1942) p. 21.
30. Cfr. Pio XI, Encicl. *Rerum Orientalium*, 8 set. 1928: AAS 20 (1928) p. 287. Pio XII, Encicl. *Orientalis Ecclesiae*, 9 abril 1944: AAS 36 (1944) p. 137.

31. Cfr. Instr. do Santo Ofício, 20 dez. 1949: AAS 42 (1950) p. 142.
32. Cfr. S. Tomás, *Summa Theol.* III, q. 8, a. 3, ad 1.
33. Cfr. Carta do S. Ofício ao Arcebispo de Boston: Denz. 3869-72.
34. Cfr. Eusébio Ces., *Praeparatio Evangelica*, 1, 1: PG 21, 28 AB.
35. Cfr. Bento XV, Carta Apost. *Maximum Illud*: AAS 11 (1919) p. 440, sobretudo p. 451 ss. Pio XI, Encicl. *Rerum Ecclesiae*: AAS 18 (1926) p. 68-69. Pio XII, Encicl. *Fidei Donum*, 21 abr. 1957: AAS 49 (1957) pp. 236-237.
36. Cfr. *Didachè*, 14: ed. Funk, I, p. 32. S. Justino, *Dial.* 41: PG 6, 564. Ireneu, *Adv. Haer.* IV, 17, 5: PG 7, 1023; Harvey, 2, p. 199 s. Conc. Trid., Sess. 22, cap. 1; Denz. 939 (1742).
37. Cfr. Conc. Vat. I, Const. Dogm. *Pastor aeternus*: Denz. 1821 (3050 s.).
38. Cfr. Cone. Flo., *Decretum pro Graecis*: Denz. 694 (1307) e Conc. Vat. I, ib.: Denz. 1826 (3059).
39. Cfr. *Liber sacramentorum* de S. Gregório, Praefatio in natali S. Matthiae et S. Thomae: PL 78, 50, 51 e 152; cfr. Cod. Vat. lat. 3548, f. 18. S. Hilário, In Ps. 67, 10: PL 9, 450; CSEL 22, p. 286. S. Jerónimo, *Adv. Iovin.* 1, 26: PL 23, 247 A. S. Agostinho, In Ps. 86, 4: PL 37, 1103. S. Gregório M., *Mor. in lob*, XXVIII, V.: PL 76, 455-456. Primásio, *Comm in Apoc.* V.: PL 68, 924 BC. Pascásio Radb., In Matth. L. VIII, cap. 16: PL 120, 561 C. Cfr. Leão XIII, Carta Et sane, 17 dez. 1888: ASS 21 (1888) p. 321.
40. Cfr. Act. 6, 2-6; 11,30; 13,1; 14,23; 20,17; 1 Tess. 5, 12-13; F11. 1,1; Col. 4,11, etc. etc.
41. Cfr. Act. 20, 25-27; 2 Tim. 4,6 s. coll. 1 Tim. 5,22; 2 Tim. 2,2; Tit. 1,5; S. Clem. Rom., *Ad Cor.* 44,3; ed. Funk, I, p. 156.
42. S. Clem. Rom. *Ad Cor.* 44,2; ed. Funk, I, p. 154 s.
43. Cfr. Tertuliano, *Praescr. Haer.* 32: PL 2, 52 s.; S. Inácio M., *passim*.
44. Cfr. Tertuliano, *Praescr. Haer.* 32: PL 2, 53.
45. Cfr. S. Ireneu. *Adv. Haer.* III, 3, 1: PG 7, 848 A; Harvey 2,8; Sagnard, p. 100 s.: «manifestatam».
46. Cfr. S. Ireneu, *Adv. Haer.* III, 2, 2: PG 7, 847; Harvey 2,7; Sagnard, p. 100: «custoditur>>, cfr. ib. IV, 26,2: col. 1053; Harvey 2, 236, e IV, 33,8: col. 1077; Harvey 2,262.
47. S. Inácio M., *Philad.*, Praef., ed. Funk, I, p. 264.
48. S. Inácio M., *Philad.*, 1,1; Magn. 6,1; ed. Funk, I, pp. 264 e 234.
49. S. Clem. Rom., 1. c., 42, 3-4; 44, 3-4; 57, 1-2; ed. Funk, I, 152, 156, 171 s. S. Inácio M. *Philad.* 2; *Smyrn.* 8; *Magn.* 3; *Trall.* 7; ed. Funk, p. 265 s.; 282, 232; 246 s. etc.; S. Justino, *Apol.*, 1, 65: PG 6, 428; S. Cipriano, *Epist.* *passim*.
50. Cfr. Leão XIII, Carta Encicl. *Satis cognitum*, 29 jun. 1896: ASS 28 (1895-96) p. 732.
51. Cfr. Conc. Trid., *Decr. de sacr. Ordinibus*, cap. 4: Denz. 960 (1768); Cone. Vat. I, *Pastor aeternus*, Const. Dogm. 1 *De Ecclesia Christi*, cap. 3: Denz. 1828 (3061). Pio XII, Encicl. *Mystici Corporis*, 29 jun. 1943: AAS 35 (1943) pp. 209 e 212. *Cod. Jur. Can.*, c. 329 § 1.
52. Cfr. Leão XIII, Carta *Et sane*, 17 dez. 1888: ASS 21 (1888), p. 321 s.
53. S. Leão M., *Serm.* 5, 3: PL. 54, 154.
54. Cone. Trid., Sess. 23, cap. 3 cita as palavras de 2 Tim. 1, 6-7, para provar que a ordem é um verdadeiro sacramento: Denz. 959 (1766).
55. Em *Trad. Apost.* 3, ed. Botte, *Sources Chr.*, pp. 27-30, dá-se ao Bispo o «primado do sacerdócio». Cfr. *Sacramentarium Leonianum*, ed. C. Mohlberg, *Sacramentarium Veronense*, Roma, 1955, p. 119: «ad summi sacerdotii... ministerium... Comple in sacerdotibus tuis mysterii tui summam»... Id. *Liber Sacramentorum Romanae Ecclesiae*, Roma, 1960, pp. 121-122: «Tribuas eis, Domine, cathedram episcopalem ad regendam Ecelesiam tuam et plebem universam». Cfr. PL 78, 224.
56. *Trad. Apost.* 2, ed. Botte, p. 27.
57. Conc. Trid., Sess. 23, cap. 4, ensina que o sacramento da Ordem imprime carácter indelével: Denz. 960 (1767). Cfr. João XXIII, *Aloc. Iubilare Deo*, 8 maio 1960: AAS 52 (1960) p. 466. Paulo VI, *Homilia na Bas. Vaticana*, 20 out. 1963: AAS 55 (1963) p. 1014.
58. S. Cipriano, *Epist.* 63, 14: PL 4, 386; Hartel, III B. p. 713: «Sacerdos vice Christi vere fungitur». S. João Crisóstomo *In 2 Tim.* Hom. 2. 4: PG 62, 612: sacerdos est «symbolon» Christi. S. Ambrósio, *In Ps.* 38, 25-26: PL 14, 1051-52: CSEL 64, 203-204. Ambrosiaster, *In 1 Tim.* 5, 19: PL 17, 479 C e *In Eph.* 4, 11-12: col. 387 C. Teodoro Mops., *Hom. Catech.* XV, 21 e 24: ed. Tonneau, pp. 497 e 503. Hesiquio de Jerus., *In Lev.* L. 2, 9, 23: PG 93, 894 B.
59. Cfr. Eusébio, *Hist. Eccl.*, V, 24, 10: GCS II, 1, p. 495; ed. Bardy, *Sources Chr.* II, p. 69. Dionísio, em Eusébio, ib. VII, 5, 2: GCS II, p. 638 s.; Bardy, II, p. 168 s.
60. Acerca dos antigos Concílios, cfr. Eusébio *Hist. Eccl.* V, 23-24: GCS II, 1, p. 488 s.; Bardy, II, p. 66 ss. etc. Conc. Niceia, can. 5: *Conc. Oec. Decr.* p. 7.
61. Tertuliano, *De Ieiunio*, 13: PL 2, 972 B; CSEL 20, p. 292, lin. 13-16.
62. S. Cipriano, *Epist.* 56, 3: Hartel III B, p. 650; Bayard, p. 154.
63. Cfr. Relação oficial de Zinelli, no Conc. Vat. I: Mansi 52, 1109 C.

64. Cfr. Conc. Vat. I, Esquema da Const. dogm. II, de *Ecclesia Christi*, c. 4: Mansi 53, 310. Cfr. Relação de Kleutgen sobre o Esquema reformado: Mansi 53, 321 B-322 B e declaração de Zinelli: Mansi 52, 1110 A. Cfr. também S. Leão M., *Serm.* 4, 3: PL 151 A.
65. Cfr. *Cod. Iur. Can.*, c. 222 e 227.
66. Cfr. Conc. Vat. I, Const. Dogm. *Pastor aeternus*: Denz. 1821 (3050 s.).
67. Cfr. S. Cipriano, *Epist.* 66, 8: Hartel III, 2, p. 733: «Episcopus in Ecclesia et Ecclesia In Episcopo».
68. Cfr. S. Cipriano, *Epist.* 55, 24: Hartel, p. 642, lin. 13: «Una Ecclesia per totum mundum in multa membra divisa». *Epist.* 36, 4: Hartel, p. 575, lin. 29-21.
69. Cfr. Pio XII, Encicl. *Fidei Donum*, 21 de abr. 1957: AAS 49 (1957) p. 237.
70. Cfr. S. Hilário Pict., *In Ps.* 14, 3: PL 9, 206; CSEL 22, p. 86. S. Gregório M., *Moral.* IV, 7, 12: PL 75, 643 C. Ps.-Basílio, *In Is.* 15, 296: PG 30, 637 C.
71. Cfr. S. Celestino, *Epist.* 18, 1-2, ao Conc. de Éfeso: PL 50, 505 AB; Schwartz, *Acta Conc. Oec.* I, 1, 1, p. 22. Cfr. Bento XV, Carta Apost. *Maximum illud*: AAS 11 (1919) p. 440. Pio XI, Encicl. *Rerum Ecclesiae*, 28 fev. 1926: AAS 18 (1926) p. 69. Pio XII, Encicl. *Fidei Donum*, 1. c.
72. Leão XIII, Encicl. *Grande munus*, 30 set. 1880: AAS 13- (1880) p. 145. Cfr. *Cod. Iur. Can.*, c. 1327; c. 1350 § 2.
73. Acerca dos direitos das Sés patriarcais, cfr. Conc. Nicaenum, can. 6 sobre Alexandria e Antioquia, e can. 7 sobre Jerusalém: Conc. Oec. Decr., p. 8. Conc. Later. IV, em 1215, Constit. V: *De dignitate Patriarcharum*: ibid. p. 212 - Conc. Ferr. - ibid. p. 504.
74. Cfr. *Cod. Iuris Can. pro Eccl. Orient.*, c. 216-314: de Patriarchis; c. 324-339: de *Archiepiscopis maioribus*; c. 362-391: *de aliis dignitariis*; In. specie, c. 238 § 3, 216; 240 251; 255: *de Episcopis a Patriarcha nominandis*.
75. Cfr. Conc. Trid., Decr. de reform., Sess. V, c. 2, n. 9; e Sess. XXIV, can. 4: Conc. Oec. Decr. pp. 645 e 739.
76. Cfr. Conc. Vat. I, Const. dogm. *Dei Filius*, 3: Denz. 1,712 (3011). Cfr. nota junta ao esquema I *de Eccl.* (tirada de S. Rob. Belarmino): Mansi 51, 579 C; e o Esquema reformado da Const. II *de Ecclesia*, com o comentário de Kleutgen: Mansi 53, 313 AB. Pio IX, Carta *Tuas libenter*: Denz. 1683 (2879).
77. Cfr. *Cod. Iur. Can.*, c. 1322-1323.
78. Cfr. Conc. Vat. I, Const. dogm. *Pastor Aeternus*: Denz. 1389 (3074).
79. Cfr. explicação de Gasser em Conc. Vat. I: Mansi 52, 1213 AC.
80. Gasser, ib.: Mansi 1214 A.
81. Gasser, ib.: Mansi 1215 CD, 1216-1217 A.
82. Gasser, ib.: Mansi 1213.
83. Conc. Vat. I, Const. dogm. *Pastor Aeternus*, 4: Denz. 1836 (3070).
84. Oração da sagração episcopal no rito bizantino: *Euchologion to mega*, Roma, 1873, p. 139.
85. Cfr. S. Inácio M., *Smyrn.* 8, 1: ed. Funk, I, p. 282.
86. Cfr. Act. 8,1; 14, 22-23; 20, 17, etc., etc.
87. Oração moçárabe: PL 96, 759 B.
88. Cfr. S. Inácio M., *Smyrn.* 8, 1: ed. Funk, I, p. 282.
89. S. Tomás, *Summa Theol.* III, q. 73, a. 3.
90. Cfr. S. Agostinho, C. Faustum, 12, 20: PL 42, 265; *Serm.* 57, 7: PL 38, 389, etc.
91. S. Leão M., *Sermo* 63,7: PL 54, 357 C.
92. *Traditio Apostolica Hippolyti*, 2-3: ed. Botte, pp. 26-30.
93. Cfr. texto do *exame* no início da sagração episcopal, e *oração* no fim da missa da mesma sagração, depois do *Te Deum*.
94. Bento XV, Breve *Romana Ecclesia*, 5 out. 1752, § 1: Bullarium Benedicti XIV, t. IV, Roma, 1758, 21: «Episcopus Christi typum gerit, Eiusque munere fungitur». Pio XII, Encicl. *Mystici Corporis*, 1. c., p. 211: «Assignatos sibi greges singuli singulos Christi nomine pascunt et regunt».
95. Leão XIII, Carta Encicl. *Satis cognitum*, 29 jun. 1896: ASS 28 (1895-96) P. 732. Idem, Carta *Officio sanctissimo*, 22 dez. 1887: ASS 20 (1887) p. 264. Pio IX, Carta Apost. aos Bispos alemães, 12 março 1875, e Alloc. Consist., 15 março 1875: Denz. 3112-3117, só na nova ed.
96. Conc. Vat. I, Const. dogma *Pastor aeternus*, 3: Denz. 1828 (3061). Cfr. Relação de Zinelli: Mansi 52, 1114 D
97. Cfr. S. Inácio M., *Ad Ephes.* 5, 1: ed. Funk, I, p. 216.
98. Cfr. S. Inácio M., *Ad Ephes.* 6, 1: ed. Funk, I, p. 216.
99. Cfr. Conc. Trid. *De sacr. Ordinis*, cap. 2: Denz. 958 (1765), e can. 6: Denz. 966 (1776).
100. Cfr. Inocência I, *Epist. ad Decentium*: PL 20, 554 A; Mansi 3, 1029; Denz. 98 (215) : «Presbyteri, licet secundi sint sacerdotes, pontificatus tamen apicem non habent». S. Cipriano, *Epist.* 61, 3: ed. Hartel, p. 696.

101. Cfr. Conc. Trid., 1. c., Denz. 956a-968 (1763-1778), e em especial can. 7: Denz. 967 (1777). Pio XII, Const. Apost. *Sacramentum Ordinis*: Denz. 2301 (3857-61).
102. Cfr. Inocêncio I, 1. c.; S. Gregório Naz., *Apol.* II, 22: PG 35, 432 B. Ps.-Dionísio, *Eccl. Hier.*, 1, 2: PG 3, 372 D.
103. Cfr. Conc. Trid., Sess. 22: Denz. 940 (1743). Pio XII, Encicl. *Mediator Dei*, 20 nov. 1947: AAS 39 (1947) p. 553; Denz. 2300 (3850).
104. Cfr. Conc. Trid. Sess. 22: Denz. 938 (1739-40). Conc. Vat. II, Const. De Sacra Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 7 e n. 47.
105. Cfr. Pio XII, Encicl. *Mediator Dei*, 1. c. n. 67.
106. Cfr. S. Cipriano, *Epist.* 11, 3: PL 3, 242 B: Hartel, II, 2, p. 497.
107. Cfr. *Pontificale romanum*, De Ordinatione presbyterorum, na imposição das vestes.
108. Cfr. *Pontificale romanum*, De Ordinatione presbyterorum, no prefácio.
109. Cfr. S. Inácio M., *Philad.* 4: ed. Funk, I, p. 266. S. Cornélio I, em S. Cipriano, *Epist.* 48, 2: Hartel III, 2, p. 610.
110. *Constitutiones Ecclesiae aegyptiacae*, III, 2: ed. Funk, *Didascalia*, II, p. 103. *Statuta Eccl.* Ant. 31-41: Mansi 3, 954. 75 S. Policarpo, *Ad Phil.* 5, 2: ed. Funk, p. 300: Cristo é chamado «omnium diaconus factus». Cfr. *Didachè*, 15, 1: ib., p. 32; S. Inácio M., *Trall.* 2, 3: ib., p. 242. *Constitutiones Apostolorum*, 8, 28, 4: ed. Funk, *Didascalia*, I, p. 530.
111. S. Agostinho, *Serm.* 340, 1: PL 38, 1483.
112. Cfr. Pio XI, Encicl. *Quadragesimo anno*, 15 maio 1931: AAS 23 (1931) p. 221 s. Pio XII, Alloc. *De quelle consolation*, 14 out. 1951: AAS 43 (1951) p. 790 s.
113. Cfr. Pio XII, Alloc. *Six ans se sont écoulés*, 5 out. 1957: AAS 49 (1957) p. 927.
114. Cfr. *Missale romanum*, Prefácio da festa de Cristo Rei.
115. Cfr. Leão XIII, Carta Encicl. *Immortale Dei*, 1 nov. 1885: ASS 18 (1885), p. 166 ss. Idem, Encicl. *Sapientia christiana*, 10 jan. 1890: ASS 22 (1889-90) p. 397 ss. Pio XII, Alloc. *Alla vostra filiale*, 23 março 1958: AAS 50 (1958) p. 220: «la légitima sana laicità dello Stato».
116. Cfr. *Cod. Iur. Can.* can. 682.
117. Cfr. Pio XII, Alloc. *De quelle consolation*, I. c., p. 789: «Dans les batailles décisives, c'est parfois du front que partent les plus heureuses iniciativas...» Idem, Alloc. *L'Importance de la presse catholique*, 17 fev. 1950: AAS 42 (1950) p. 256.
118. Cfr. 1 Tess. 5,19 e 1 Io. 4,1.
119. *Epist. ad Diognetum*, 6: ed. Funk I, p. 400. Cfr. S. João Crisóstomo, *In Matth.* Hom. 46 (47),2: PG 58, 478, acerca do fermento na massa.
120. *Missale Romanum*, *Gloria in excelsis*. Cfr. Lc. 1,35; Mc, 1,24; Lc. 4,34; Io. 6,69 (ho hagios tou Theou); Act. 3,14; 4,27 e 30; Hebr. 7,26; 1 Io. 2,20; Apoc. 3,7.
121. Cfr. Orígenes, *Comm Rom.* 7, 7: PG 14, 1122 B. Ps. - Macário, De Oratione, 11: PG 34, 861 AB. S. Tomás, *Summa Theol.* II-II q. 184, a. 3.
122. Cfr. S. Agostinho, *Retract.* II, 18: PL 32, 637 s. Pio XII, Encicl. *Mystici Corporis*, 29 jun. 1943: AAS 35 (1943) p. 225.
123. Cfr. Pio XI, Encicl. *Rerum omnium*, 26 jan. 1923: AAS 15 (1923) p. 50 e pp. 59-60. Encicl. *Casti Connubii*, 31 dez. 1930: AAS 22 (1930) p. 548. Pio XII, Const. Apost. *Provida Mater*, 2 fev. 1947: AAS 39 (1947) p. 117. Alloc. *Annus sacer*, 8 dez. 1950: AAS 43 (1951) pp. 27-28. Alloc. *Nel darvi*, 1 jul. 1956: AAS 48 (1956) p. 574 s.
124. Cfr. S. Tomás, *Summa Theol.* II-II, q. 184, a. 5 e 6. *De perf. vitae spir.* c. 18; Orígenes, *In Is.* Hom. 6, 1: PG 13, 239.
125. Cfr. S. Inácio M., *Magn.* 13, 1: ed. Funk, I, p. 241.
126. Cfr. S. Pio X, Exort. *Haerent animo*, 4 ago. 1908: ASS 41 (1908) p. 560 s. *Cod. Iur. Can.*, can. 124. Pio XI, Encicl. *Ad catholici sacerdotii*, 20 dez. 1935: AAS 28 (1936) p. 22 s.
127. Cfr. *Pontificale romanum*, De Ordinatione presbyterorum, na exortação inicial.
128. Cfr. S. Inácio M., *Trall.* 2, 3: ed. Funk, p. 244.
129. Cfr. Pio XII, Alloc. *Sous la maternelle protection*, 9 dez. 1957: AAS 50 (1958) p. 36.
130. Pio XI, Encicl. *Casti Connubii*, 31 dez. 1930: AAS 22 (1930) p. 548 s. S. João Crisóstomo, *In Ephes.* Hom. 20, 2: PG 62, 136 ss.
131. Cfr. S. Agostinho, *Enchir.* 121, 32: PL 40, 288. S. Tomás, *Summa Theol.* II-II, q. 184, a. 1. Pio XII, Exort. Apost. *Menti nostrae*, 23 set. 1950: AAS 42 (1950) p. 660.
132. Acerca dos conselhos em geral, cfr. Orígenes, *Comm. Rom.* X, 14: PG 14, 1275 B. S. Agostinho *De S. Virginitate*, 15, 15: PL 40, 403. S. Tomás, *Summa Theol.* I-II, q. 100, a. 2 C. (no fim); I-II, q. 44, a. 4, ad 3.

133. Acerca da superioridade da sagrada virgindade, cfr. Tertuliano, *Exhort. Cast.* 10: PL 2, 925 C. S. Cipriano, *Hab. Virg.* 3 e 22: PL 4, 433 B e 461 A s. S. Atanásio, *De Virg.*: PG 28, 252, ss. S. João Crisóstomo, *De Virg.*: PG 48, 533 ss.
134. Sobre a pobreza espiritual, cfr. Mt. 5,3 e 19-21; Mc. 10,21; Lc. 18,22; sobre a obediência, aduz o exemplo de Cristo Jo. 4,34 e 6,38; Fil. 2, 8-10; Hebr. 10, 5-7. Os Padres e fundadores de Ordens abundam em referências.
135. Acerca da prática efectiva dos conselhos, que não se impõe a todos, cfr. S. João Crisóstomo, *In Matth. Hom.* 7, 7: PG 57, 81 s. S. Ambrósio, *De Viduis*, 4, 23: PL 16, 241 s.
136. Cfr. Rosweydyus, *Vitae Patrum*, Anvers, 1628, *Apophthegmata Patrum*: PG 65. Paladius, *Historia Lausiaca*: PG 34, 995 ss.: ed. Butler, Cambridge 1898 (1904). Pio XI, Const. Apost. *Umbratilem*, 8 jul. 1924: AAS 16 (1924) pp. 386-387. Pio XII, Alloc. *Nous sommes heureux*, 11 abr. 1958: AAS 50 (1958) p. 283.
137. Cfr. Paulo VI, Alloc. *Magno gaudio*, 23 maio 1964: AAS 56 (1964), p. 566.
138. Cfr. Cod. *Iur. Can.*, e. 487 e 488, 4.º; Pio XII, Alloc. *Annus sacer*, 8 dez. 1950: AAS 43 (1951) p. 27 s.; Pio XII, Const. Apost. *Provida Mater*, 2. fev. 1947: AAS 39 (1947) p. 120 ss.
139. Cfr. Paulo VI, l. c., p. 567.
140. Cfr. S. Tomás, *Summa Theol.* II-II, q. 184, a. 3 e q. 188, a. 2. S. Boaventura, Opusc. XI, *Apologia Pauperum*, e. 3, 3: ed. Opera, Quaracchi, 1898, t. 8, p. 245 a.
141. Cfr. Cone. Vat. I, Esquema *De Ecclesia Christi*, cap. XV, e Adnot. 48: Mansi 51, 549 s. e 619 s. - Leão XIII, Carta *Au milieu des consolations*, 23 dez. 1900: ASS 33 (1900-01) p. 361. Pio XII, Const. Apost. *Provida Mater*, l. c., p. 114 s.
142. Cfr. Leão XIII, Const. *Romanos Pontifices*, 8 maio 1881: ASS 13 (1880-81) p. 483. Pio XII, Alloc. *Annus sacer*, 8 dez. 1950: AAS 43 (1951) p. 28 s.
143. Cfr. Pio XII, Alloc. *Annus sacer*, l. c., p. 28. Pio XII, Const. Apost. *Sedes Sapientiae*, 31 maio 1956: AAS 48 (1956) p. 355. Paulo VI, Alloc. *Magno gaudio*, 23 maio 1964: AAS 56 (1964), p. 570-571.
144. Cfr. Pio XII, Encicl. *Mystici Corporis*, 29 jun. 1943: AAS 35 (1943) p. 214 s.
145. Cfr. Pio XII, Alloc. *Annus sacer*, l. c., p. 30. Alloc. *Sous la maternelle protection*, 9 dez. 1957: AAS 50 (1958) p. 39 s.
146. Conc. Florentino, *Decretum pro Graecis*: Denz. 693 (1305).
147. Além de documentos mais antigos contra qualquer forma de evocação dos espíritos a partir de Alexandre IV (27 set. 1258), efr. Carta do Santo Ofício, De magnetismi abusu, 4 ago. 1856: ASS (1865) pp. 177-178; Denz. 1653-1654 (2823-2825); resposta do Santo Ofício, 24 abr. 1917: AAS 9 (1917) p. 268; Denz. 2182 (3642).
148. Veja-se a exposição sintética desta doutrina paulina em: Pio XII Encicl. *Mystici Corporis*: AAS 35 (1943) p. 200, etc., etc.
149. Cfr. S. Agostinho, *Enar. in Ps.* 85, 24: PL 37, 1099. S. Jerónimo, *Liber contra Vigilantium*, 6: PL 23, 344. S. Tomás, *In 4m Sent.*, d. 45, q. 3, a. 2. S. Boaventura, *In 4m Sent.*, d. 45, a. 3 q. 2; etc.
150. Cfr. Pio XII, Encicl. *Mystici Corporis*: AAS 35 (1943) p. 245.
151. Cfr. muitas inscrições nas catacumbas romanas.
152. Cfr. Gelásio I, Decretal *De libris recipendis*, 3: PL 59, 160, Denz. 165 (353).
153. Cfr. S. Método, *Symposion*, VII, 3: GCS (Bonwetsch), 74.
154. Cfr. Bento XV, *Decretum approbationis virtutum in Causa beatificationis e canonizationis Servi Dei Ioannis Nepomuceni Neumann*: AAS 14 (1922) p. 23; Várias alocações de Pio XI sobre os Santos: *Inviti All'eroismo*, em *Discorsi e Radiomessaggi* t. I-III, Roma, 1941-1942, passim; Pio XII, *Discorsi e Radiomessaggi*, t. 10, 1949, pp. 37-43.
155. Cfr. Pio XII, Encicl. *Mediator Dei*: AAS 39 (1947) p. 581.
156. Cfr. Hebr. 13,7; Eccli. 44-50; Hebd. 11, 3-40. Cfr. também Pio XII, Encicl. *Mediator Dei*: AAS 39 (1947) pp. 582-583.
157. Cfr. Conc. Vaticano I, Const. *De fide catholica*, cap. 3: Denz. 1794 (3013).
158. Cfr. Pio XII, Encicl. *Mystici Corporis*: AAS 35 (1943) p. 216.
159. "Quanto à gratidão para com os próprios Santos, cfr. E. Diehl, *Inscriptiones latinae christianae veteres*, I, Berlim, 1925, nn. 2008, 2382, etc. etc.
160. Conc. Tridentino, Decr. *De invocatione... Sanctorum*: Denz. 984 (1821).
161. *Breviarium Romanum, Invitatorium in festo Sanctorum Omnium*.
162. Cfr. v. g. 2 Tess. 1,10.
163. Conc. Vaticano II, Const. *De Sacra Liturgia*, Sacrosanctum Concilium, cap. 5, n. 104: AAS 56 (1964) p. 125-126.
164. Cfr. *Missale Romanum, cânon da missa*.
165. Conc. Niceno II, Act. VII: Denz. 302 (600).
166. Conc. Florentino, *Decretum pro Graecis*: Denz. 693 (1304).

167. Conc. Tridentino, Decr. *De invocatione, veneratione et reliquiis Sanctorum et sacris imaginibus*: Denz. 983 (1820); *Decretum de iustificatione*, can. 30: Denz. 840 (1580).
168. Missale Romanum, Prefácio dos Santos concedido a algumas dioceses de França.
169. Cfr. S. Pedro Canisio, *Catechismus Maior seu Summa Doctrinae christianae*, cap. III (ed. crit. F. Streicher) parte I, pp. 15-16, n. 44 e pp. 100-101, n. 49.
170. Cfr. Conc. Vaticano II, Const. De Sacra Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, cap. 1, n. 8: AAS 56 (1964), p. 401.
171. Símbolo Constantinopolitano: Mansi 3, 566. Cfr. Conc. Efesino, lb. 4, 1130 (ib. 2, 665 e 4, 1071); Conc. Calcedonense, ib. 7, 111-116; Conc. Constantinopolitano II, ib. 9, 375-396 Missale Romanum, *Credo*.
172. Missale Romanum, *cânon*.
173. S. Agostinho, *De S. Virginitate*, 6: PL 40, 399.
- 174.. Cfr. Paulo VI, Alocução no Concílio, no dia 4 dez. 1963: AAS 56 (1964) p. 37.
175. Cfr. S. Germano Const., *Hom in Annunt. Deiparae*: PG 98, 328 A; *In Dorm.* 2: col. 357.-Anastácio Antioq., *Serm. 2 de Annunt.*, 2: PG 89, 1377 AB; *Serm.* 3, 2: col. 1388: C. - S. André Cret., *Can. in B. V. Nat.* 4: PG 97, 1321 B. *In B. V. Nat.*, 1: col. 812 A. *Hom. in dorm.* 1: col. 1086 C. - S. Sofrônio, *Or. 2 in Annunt.*, 18: PG' 87 (3), 3237 BD.
176. S. Ireneu, *Adv. Haer.* III, 22, 4: PG 7, 959 A; Harvey, 2, 123.
177. S. Ireneu, *ib.*; Harvey, 2, 124.
178. S. Epináfio, *Haer.* 78, 18: PG 42, 728 CD - 729 AB.
179. S. Jerónimo, *Epist.* 22, 21: PL, 22, 408. Cfr. S. Agostinho, *Serm.* 51, 2, 3: PL 38, 335; *Serm.* 232, 2: col. 1108. -S. Cirilo de Jerusalém, *Catech.* 12, 15: PG 33, 741 AB. - S. João Crisóstomo, *In Ps.* 44, 7: PG 55, 193. - S. João Damasceno, *Hom. 2 in dorm. B. M. V.*, 3: PG 96, 728.
180. Cfr. Conc. Lateranense em 649, can. 3: Mansi 10, 1151. S. Leão M., *Epist. ad Flav.*: PL 54, 759. - Conc. Calcedonense: Mansi 7, 462. - S. Ambrósio, *De instit. virg.*: PL 16, 320.
181. Cfr. Pio XII, Encicl. *Mystici Corporis*, 29 jun. 1943: AAS 35 (1943) pp. 247-248.
182. Cfr. Pio IX, Bula *Ineffabilis*, 8 dez. 1854: Acta Pii IX, 1, I. p. 616, Denz. 1641 (2803).
183. Cfr. Pio XII, Const. Apost. *Munificentissimus*, 1 nov. 1950: AAS 42 (1950); Denz. 2333 (3903). Cfr. S. João Damasceno, *Enc. in dorm. Dei genetricis*, Hom. 2 e 3: PG 96, 721-761, sobretudo col. 728 B. -S. Germano Constantinop., *In S. Dei gen. dorm.* *Serm.* 1: PG 98 (6) ; 340-348; *Serm.* 3: cola 361. -S. Modesto de Jerus. *In dorm. SS. Deiparae*: PG 86 (2), 3277-3312.
184. Cfr. Pio XII, Encicl. *Ad coeli Reginam*, 11 out. 1954: AAS 46 (1954), pp. 633-636; Denz. Denz. 3913 ss. S. André Cret., *Hom. 3 in dorm. SS. Deiparae*: PG 97, 1089-1109. -S. João Damasceno, *De lide orth.*, IV, 14: PG 94, 1153-1161.
185. Cfr. Kleugten, texto reformado *De mysterio Verbi incarnati*, cap. IV: Mansi 53, 290. Cfr. S. André Cret., *In nat. Mariae* *serm.* 4: PG 97, 865 A. S. Germano de Constantin., *In ann. Deiparae*: PG 98, 321 BC; *In dorm. Deiparae*, III: col. 361 D.-S. João Damasceno, *In dorm. B. V. Mariae*, Hom. 1, 8: PG 96, 712 BC-713 A.
186. Cfr. Leão XIII, Encicl. *Adiutricem populi*, 5 set. 1895: ASS 15 (1896-96) p. 303. -S. Pio X Encicl. *Ad diem illum*, 2 fev. 1904: Acta, 1, p. 154; Denz. 1978 a (3370). - Pii XI, Encicl. *Miserentissimus*, 8 maio 1928: AAS 20 (1928) p. 178. Pio XII, *Radiomensagem* 13 maio 1946: AAS 38 (1946) p. 266.
187. S. Ambrósio, *Epist.* 63: PL 16, 1218.
188. S. Ambrósio, *Expos.* U. II, 7: PL 15, 1555.
189. Cfr. Ps. - Pedro Dam., *Serm.* 63: PL 144, 861 AB.-Godofredo de S. Victor. *In nat. B. M.*, Ms. Paris, Mazarine, 1002, fol. 109 r. - Gerhohus Reich, *De gloria et honore Filii hominis*, 10: PL 194, 1105 AB.
190. S. Ambrósio, *Expos.* Lc. II, 7 e X, 24-25: PL 15, 1555 e 1810. S. Agostinho, *In Io. Tr.* 13, 12: PL 35, 1499. Cfr. *Serm.* 191, 2, 3: PL 38, 1010; etc. Cfr. também Ven. Beda, *In Lc. Expos.* I, cap. 2: PL 92, 330. - Isaac de Stella, *Serm.* 31: PL 194, 1863 A.
191. Cfr. *Breviarium Romanum*, anta «Sub tuum praesidium», das primeiras Vésperas do Ofício menor de Nossa Senhora.
192. Cfr. Conc. Niceno II, em 787: Mansi 13, 378-379: Denz. 302 (600-601) ; Conc. Trident., sess. 25: Mansi 33, 171-172.
193. Cfr. Pio XII, *Radiomensagem*, 24, out. 1954: AAS 46 (1954) p. 679. Encicl. *Ad coeli Reginam*, 11 out. 1954: AAS 46 (1954) p. 637.
194. Cfr. Pio XI, Encicl. *Ecclesiam Dei*, 12 nov. 1923: AAS 15 (1923) p. 581. - Pio XII, Encicl. *Fulgens corona*, 8 set. 1953: AAS 45 (1953) pp. 590-591.

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA

PÓS-SINODAL
CHRISTIFIDELES LAICI
DE SUA SANTIDADE O PAPA
JOÃO PAULO II
SOBRE VOCAÇÃO E MISSÃO DOS LEIGOS
NA IGREJA E NO MUNDO

Aos Bispos
Aos Sacerdotes e aos diáconos
Aos religiosos e às religiosas
A todos os fiéis leigos

INTRODUÇÃO

1. OS FIÉIS LEIGOS (*Christifideles laici*), cuja « vocação e missão na Igreja e no mundo a vinte anos do Concílio Vaticano II » foi tema do Sínodo dos Bispos de 1987, pertencem àquele Povo de Deus que é representado na imagem dos trabalhadores da vinha, de que fala o Evangelho de Mateus: « O Reino dos Céus é semelhante a um proprietário, que saiu muito cedo, a contratar trabalhadores para a sua vinha. Ajustou com eles um denário por dia e mandou-os para a vinha » (*Mt 20, 1-2*).

A parábola do Evangelho abre aos nossos olhos a imensa vinha do Senhor e a multidão de pessoas, homens e mulheres, que Ele chama e envia para trabalhar nela. A vinha é o mundo inteiro (cf. *Mt 13, 8*), que deve ser transformado segundo o plano de Deus em ordem ao advento definitivo do Reino de Deus.

Ide vós também para a minha vinha

2. « Ao sair pelas nove horas da manhã, viu outros, que estavam ociosos, e disse-lhes: "Ide vós também para a minha vinha» » (*Mt 20, 3-4*).

O convite do Senhor Jesus « *Ide vós também para a minha vinha* » continua, desde esse longínquo dia, a fazer-se sentir ao longo da história: dirige-se a todo o homem que vem a este mundo.

Nos nossos dias, a Igreja do Concílio Vaticano II, numa renovada efusão do Espírito de Pentecostes, amadureceu uma consciência mais viva da sua natureza missionária e ouviu de novo a voz do seu Senhor que a envia ao mundo como « sacramento universal de salvação ».(1)

Ide vós também. A chamada não diz respeito apenas aos Pastores, aos sacerdotes, aos religiosos e religiosas, mas estende-se aos fiéis leigos: também os fiéis leigos são pessoalmente chamados pelo Senhor, de quem recebem uma missão para a Igreja e para o mundo. Lembra-o S. Gregório Magno que, ao pregar ao povo, comentava assim a parábola dos trabalhadores da vinha: « Considerai o vosso modo de viver, caríssimos irmãos, e vede se já sois trabalhadores do Senhor. Cada qual avalie o que faz e veja se trabalha na vinha do Senhor ».(2)

De um modo especial o Concílio, com o seu riquíssimo património doutrinal, espiritual e pastoral, dedicou páginas maravilhosas à natureza, dignidade, espiritualidade, missão e

responsabilidade dos fiéis leigos. E *os Padres conciliares*, feitos eco do chamamento de Cristo, *convidaram todos os fiéis leigos, homens e mulheres, a trabalhar na Sua vinha*: « O sagrado Concílio pede instantemente no Senhor a todos os leigos que respondam com decisão de vontade, ânimo generoso e disponibilidade de coração à voz de Cristo, que nesta hora os convida com maior insistência, e ao impulso do Espírito Santo. De modo particular os mais novos tomem como dirigido a si próprios este chamamento e recebam-no com alegria e magnanimidade. Com efeito, é o próprio Senhor que, por meio deste sagrado Concílio, mais uma vez convida todos os leigos a que se unam a Ele cada vez mais intimamente, e, sentindo como próprio o que é d'Ele (cf. *Fil 2, 5*), se associem à Sua missão salvadora. Ele quem de novo os envia a todas as cidades e lugares aonde Ele há-de chegar (cf. *Lc 10, 1*) ».(3)

Ide vós também para a minha vinha. Mais uma vez estas palavras ecoaram espiritualmente durante a celebração do *Sínodo dos Bispos*, realizado em Roma de 1 a 30 de Outubro de 1987. Trilhando os caminhos do Concílio e abrindo-se à luz das experiências pessoais e comunitárias de toda a Igreja, os Padres, enriquecidos por Sínodos precedentes, abordaram de forma específica e ampla o tema: a vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo.

Nessa Assembleia de Bispos esteve presente uma qualificada representação de fiéis leigos, homens e mulheres, que deram um precioso contributo aos trabalhos do Sínodo, como publicamente foi reconhecido na homilia de encerramento: « Demos graças pelo facto de no decorrer do Sínodo, pudemos, não só alegrar-nos pela participação dos leigos (*auditores e auditrices*) mas ainda mais porque o desenvolvimento dos debates sinodais nos permitiu escutar a voz dos convidados, os representantes do laicado, provenientes de todas as partes do mundo, dos diversos Países, e nos permitiu aproveitar as suas experiências, os seus conselhos, as sugestões que promanam do seu amor pela causa comum ».(4)

De olhos postos no pós-Concílio, os Padres sinodais puderam constatar como o Espírito tem continuado a rejuvenescer a Igreja, suscitando novas energias de santidade e de participação em tantos fiéis leigos. Prova-o, entre outras coisas, o novo estilo de colaboração entre sacerdotes, religiosos e fiéis leigos; a participação activa na liturgia, no anúncio da Palavra de Deus e na catequese; a multiplicidade de serviços e de tarefas confiadas aos fiéis leigos e por eles assumidas; o radioso florescimento de grupos, associações e movimentos de espiritualidade e de empenhamento laicais; a participação cada vez maior e significativa das mulheres na vida da Igreja, e o progresso da sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sínodo acentuou como o caminho pós-conciliar dos fiéis leigos não tem estado isento de dificuldades e de perigos. Em especial podem recordar-se duas tentações, de que nem sempre souberam desviar-se: a tentação de mostrar um exclusivo interesse pelos serviços e tarefas eclesiais, por forma a chegarem frequentemente a uma prática abdicação das suas responsabilidades específicas no mundo profissional, social, económico, cultural e político; e a tentação de legitimar a indevida separação entre a fé e a vida, entre a aceitação do Evangelho e a acção concreta nas mais variadas realidades temporais e terrenas.

Ao longo dos seus trabalhos, o Sínodo fez constante referência ao Concílio Vaticano II, cuja doutrina sobre o laicado, à distância de vinte anos, se revelou de surpreendente actualidade e, por vezes, de alcance profético: essa doutrina é capaz de iluminar e de guiar as respostas que hoje devem dar-se aos novos problemas. Com efeito, o desafio

que os Padres sinodais aceitaram foi o de indicar os caminhos concretos para que a maravilhosa « teoria » sobre o laicado, expressa pelo Concílio, possa converter-se numa autêntica « praxe » eclesial. Há, pois, uma série de problemas que se impõem por uma sua certa « novidade », de tal forma que se podem chamar de pós-conciliares, ao menos em sentido cronológico: os Padres sinodais justamente lhes dedicaram especial atenção durante o seu debate e reflexão. Entre esses problemas contam-se os que se referem aos ministérios e aos serviços eclesiais confiados ou que deverão confiar-se aos fiéis leigos, a difusão e o crescimento de novos « movimentos » ao lado de outras formas agregativas de leigos, o lugar e a função da mulher tanto na Igreja como na sociedade.

Os Padres sinodais, no encerramento dos seus trabalhos, realizados com tanto empenho, competência e generosidade, manifestaram-me o desejo e fizeram-me o pedido de, na altura conveniente, oferecer a Igreja universal um documento conclusivo sobre os fiéis leigos.(5)

Esta Exortação Apostólica pós-sinodal pretende valorizar toda a riqueza dos trabalhos sinodais, desde os *Lineamenta* ao *Instrumentum laboris*, desde a relação introdutória às intervenções de cada Bispo e de cada leigo, à relação de síntese após o debate em aula, desde os debates e relações dos « círculos menores » às « proposições » finais. Assim, o presente documento não se situa paralelamente ao Sínodo, mas constitui a sua fiel e coerente expressão, é o fruto de um trabalho colegial para cujo resultado final contribuíram o Conselho de Secretaria do Sínodo e a própria Secretaria.

Criar e alimentar uma tomada de consciência mais decidida do dom e da responsabilidade que todos os fiéis leigos, e cada um deles em particular, têm na comunhão e na missão da Igreja é o objectivo que se propõe a presente Exortação.

As urgências actuais do mundo: porque estais aqui o dia inteiro inactivos?

3. O significado fundamental deste Sínodo e, conseqüentemente, o seu fruto mais precioso, é que *os fiéis leigos escutem o chamamento de Cristo para trabalharem na Sua vinha*, para tomar parte viva, consciente e responsável na missão da Igreja, *nesta hora magnífica e dramática da história*, no limiar do terceiro milénio.

Novas situações, tanto eclesiais como sociais, económicas, políticas e culturais, reclamam hoje, com uma força toda particular, a acção dos fiéis leigos. Se o desinteresse foi sempre inaceitável, o tempo presente torna-o ainda mais culpável. *Não é lícito a ninguém ficar inactivo.*

Retomemos a leitura da parábola evangélica: « Ao sair novamente pelas cinco horas, encontrou outros que ali estavam e disse-lhes: "Porque ficais aqui o dia inteiro inactivos?" Eles responderam-lhe: "Porque ninguém nos contratou". Disse-lhes ele: "Ide vós também para a minha vinha" » (*Mt 20, 6-7*).

Não há lugar para o ócio, uma vez que é tanto o trabalho que a todos espera na vinha do Senhor. O proprietário insiste ainda mais no seu convite: « Ide vós também para a minha vinha ».

A voz do Senhor ressoa sem dúvida no íntimo do próprio ser de cada cristão, que, graças à fé e aos sacramentos da iniciação cristã, torna-se imagem de Jesus Cristo, insere-se na Igreja como seu membro vivo e é sujeito activo da sua missão de

salvação. A voz do Senhor, porém, também se faz sentir através dos acontecimentos históricos da Igreja e da humanidade, como nos lembra o Concílio: « O Povo de Deus, movido pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, que compartilha juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença e do desígnio de Deus. Pois a fé ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas ».(6)

Temos pois de encarar de frente este nosso mundo, com os seus valores e problemas, as suas ânsias e esperanças, as suas conquistas e fracassos: um mundo, cujas situações económicas, sociais, políticas e culturais, apresentam problemas e dificuldades mais graves do que o que foi descrito pelo Concílio na Constituição pastoral *Gaudium et spes*.(7) *é esta*, todavia, a vinha, *é este* o campo no qual os fiéis leigos são chamados a viver a sua missão. Jesus quer que eles, como todos os Seus discípulos, sejam sal da terra e luz do mundo (cfr. Mt 5, 13-14). Mas qual é o *rosto* actual da « terra » e do « mundo », de que os cristãos devem ser « sal » e « luz »?

É deveras grande a diversidade das situações e das problemáticas que existem hoje no mundo, aliás caracterizadas por uma aceleração crescente de mudança. Por isso, é absolutamente necessário precaver-se contra generalizações e simplificações indevidas. Podem, todavia, individualizar-se *algumas linhas de tendência que emergem na sociedade actual*. Como crescem juntos no campo evangélico o joio e o bom trigo, assim na história, teatro quotidiano de uma prática, muitas vezes contraditória, da liberdade humana, encontram-se, lado a lado, por vezes profundamente emaranhados entre si, o mal e o bem, a injustiça e a justiça, a angústia e a esperança.

Secularismo e necessidade religiosa

4. Como não pensar na persistente difusão do *indiferentismo religioso* e do *ateísmo* nas suas mais variadas formas, particularmente naquela que hoje talvez é a mais espalhada, a do *secularismo*? Embriagado pelas conquistas prodigiosas de um progresso científico-técnico e, sobretudo, fascinado pela mais antiga e sempre nova tentação de querer tornar-se como Deus (cfr. Gn 3, 5), através do uso de uma liberdade sem limites, o homem corta as raízes religiosas que mergulham no seu coração: esquece-se de Deus, considera-O vazio de significado para a sua existência, recusa-O, prostrando-se em adoração diante dos mais diversos « ídolos ».

É verdadeiramente grave o fenómeno actual do secularismo: não atinge apenas os indivíduos, mas, de certa forma, comunidades inteiras, como já observava o Concílio: « Multidões cada vez maiores praticamente se separam da religião ».(8) Repetidas vezes eu mesmo recordei o fenómeno da descristianização que atinge os povos cristãos de velha data e que exige, sem mais delongas, uma nova evangelização.

E, todavia, *a aspiração e a necessidade religiosas* não poderão extinguir-se de todo. A consciência de cada homem, quando tem a coragem de encarar as interrogações mais sérias da existência humana, especialmente a do sentido do viver, do sofrer e do morrer, não pode deixar de fazer sua a palavra de verdade que Santo Agostinho gritou: « Fizeste-nos para Ti, Senhor, e o nosso coração inquieta-se enquanto não descansar em Ti ».(9) O mesmo mundo de hoje também o atesta, manifestando de formas cada vez mais amplas e vivas a abertura para uma visão espiritual e

transcendente da vida, o despertar da procura religiosa, o regresso ao sentido do sagrado e à oração, a exigência de liberdade na invocação do Nome do Senhor.

A pessoa humana: dignidade espezinhada e exaltada

5. Pensemos também nas múltiplas *violações* a que hoje é submetida a *pessoa humana*. O ser humano, quando não é visto e amado na sua dignidade de imagem viva de Deus (cfr. *Gn 1, 26*), fica exposto às mais humilhantes e aberrantes formas de « instrumentalização », que o tornam miseravelmente escravo do mais forte. E o « mais forte » pode revestir-se dos mais variados nomes: ideologia, poder económico, sistemas políticos desumanos, tecnocracia científica, invasão dos « mass-média ». Mais uma vez nos encontramos diante de multidões de pessoas, nossos irmãos e irmãs, cujos direitos fundamentais são violados, também em nome de uma excessiva tolerância e até da clara injustiça de certas leis civis: o direito à vida e à integridade, o direito à casa e ao trabalho, o direito à família e à procriação responsável, o direito de participar na vida pública e política, o direito à liberdade de consciência e de profissão de fé religiosa.

Quem poderá contar as crianças não nascidas por terem sido mortas no seio das suas mães, as crianças abandonadas e maltratadas pelos próprios pais, as crianças que crescem sem afecto e sem educação? Em certos países populações inteiras são despojadas de casa e de trabalho, faltam-lhes os meios absolutamente indispensáveis para levar uma vida digna de seres humanos, e são privadas até do necessário para a sua subsistência. Enormes manchas de pobreza e de miséria, ao mesmo tempo física e moral, erguem-se ao lado das grandes metrópoles e ferem de morte grupos humanos inteiros.

Mas o *carácter sagrado da pessoa* não pode ser anulado, embora muitas vezes seja desprezado e violado: tendo o seu fundamento inabalável em Deus Criador e Pai, o carácter sagrado da pessoa volta a afirmar-se, de novo e sempre.

Daí, a difusão cada vez mais vasta e a afirmação cada vez mais vigorosa do *sentido da dignidade pessoal de todo o ser humano*. Uma corrente benéfica já alastra e permeia todos os povos da terra, tornando-os cada vez mais conscientes da dignidade do homem: ele não pode ser uma « coisa » ou um « objecto », de que nos servimos, mas é sempre e apenas um « sujeito », dotado de consciência e de liberdade, chamado a viver de forma responsável na sociedade e na história, orientado para os valores espirituais e religiosos.

Tem-se dito que o nosso é o tempo dos « humanismos »: uns, pela sua matriz atea e secularista, acabam paradoxalmente por mortificar e anular o homem; outros humanismos, invés, exaltam-no até ao ponto de atingirem formas de verdadeira e própria idolatria, outros, enfim, reconhecem justamente a grandeza e a miséria do homem, exprimindo, defendendo e favorecendo a sua dignidade integral.

Sinal e fruto destas correntes humanistas é a crescente necessidade da *participação*. Sem dúvida, este é um dos traços característicos da humanidade de hoje, um autêntico « sinal dos tempos » que está a amadurecer em diversos campos e em diversas direcções: no campo, sobretudo, das mulheres e do mundo dos jovens e na direcção da vida, não só familiar e escolar, mas também cultural, económica, social e política. Tornar-se protagonistas e, em certa medida, criadores de uma nova cultura humanista, é uma exigência ao mesmo tempo universal e individual.⁽¹⁰⁾

Conflituosidade e paz

6. Não se pode, por fim, esquecer um outro fenómeno que caracteriza a humanidade actual: talvez como nunca na sua história, a humanidade é todos os dias profundamente ferida e dilacerada pela *conflituosidade*. Trata-se de um fenómeno pluriforme, que se distingue do pluralismo legítimo das mentalidades e das iniciativas e que se manifesta na infeliz contraposição das pessoas, dos grupos, categorias, nações e blocos de nações. É uma contraposição que assume formas de violência, de terrorismo, de guerra. Mais uma vez, mas em proporções imensamente ampliadas, diversos sectores da humanidade actual, querendo demonstrar a sua « onipotência », renovam a insensata experiência da construção da « torre de Babel » (cfr. *Gn 11, 1-9*), a qual, porém, gera confusão, luta, desagregação e opressão. E a família humana é assim dramaticamente desarticulada e dilacerada no seu seio.

Por outro lado, não se pode suprimir de modo algum a aspiração dos indivíduos e dos povos ao inestimável bem da *paz* na justiça. A bem-aventurança evangélica: « Bem-aventurados os construtores da paz » (*Mt 5, 9*) encontra nos homens do nosso tempo um novo e significativo eco: hoje populações inteiras vivem, sofrem e trabalham para conseguir a paz e a justiça. A *participação* de tantas pessoas e grupos na vida da sociedade é o caminho que hoje mais se percorre para que a paz se torne de desejo em realidade. Neste caminho encontramos tantos fiéis leigos generosamente empenhados no campo social e político, nas mais variadas formas, tanto institucionais como de voluntariado e de serviço aos últimos.

Jesus Cristo, a esperança da humanidade

7. Este é o vasto e atribulado campo que se depara aos trabalhadores que o proprietário mandou trabalhar na sua vinha.

Neste campo está presente e operante a Igreja, todos nós, pastores e fiéis, sacerdotes, religiosos e leigos. As situações que foram aqui recordadas atingem profundamente a Igreja: esta, em parte, é condicionada por elas, embora não esmagada nem tão pouco vencida, pois o Espírito Santo, que é a sua alma, a conforta na sua missão.

A Igreja sabe que todos os esforços que a humanidade está a envidar em favor da comunhão e da participação, não obstante todas as dificuldades, atrasos e contradições devidas às limitações humanas, ao pecado e ao Maligno, têm plena resposta na acção de Jesus Cristo, Redentor do homem e do mundo.

A Igreja sabe que foi mandada por Ele como « sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano ».(11)

Apesar de tudo, portanto, a humanidade pode ter esperança e deve ter esperança: o Evangelho vivo e pessoal, *Jesus Cristo em pessoa*, é a « notícia » nova e portadora de *alegria* que a Igreja cada dia anuncia e testemunha a todos os homens.

Neste anúncio e neste testemunho os fiéis leigos têm um lugar original e insubstituível: por meio deles a Igreja de Cristo torna-se presente nos mais diversos sectores do mundo, como sinal e fonte de esperança e de amor.

CAPÍTULO I

EU SOU A VIDEIRA E VÓS OS RAMOS

A dignidade dos fiéis leigos na Igreja-Mistério

O Mistério da vinha

8. A Bíblia emprega a imagem da vinha de muitas maneiras e com diversos significados: ela serve particularmente para exprimir o *mistério do Povo de Deus*. Nesta perspectiva mais interior, os fiéis leigos não são simplesmente os agricultores que trabalham na vinha, mas são parte dessa mesma vinha: « Eu sou a videira, vós os ramos », diz Jesus (*Jo 15, 5*).

Já no Antigo Testamento os profetas recorriam à imagem da vinha para indicar o povo eleito. Israel é a vinha de Deus, a obra do Senhor, a alegria do Seu coração: « Eu tinha-te plantado como vinha predilecta » (*Jer 2, 21*); « A tua mãe era como uma videira plantada à beira das águas. Era fecunda e rica em sarmentos, graças à abundância de água » (*Ez 19, 10*); « O meu amado possuía uma vinha numa colina fértil. Cavou-a, tirou-lhe as pedras, e plantou-a com varas escolhidas... » (*Is 5, 2*).

Jesus retoma o símbolo da vinha e dele se serve para revelar alguns aspectos do Reino de Deus: « Um homem plantou uma vinha, cercou-a de uma sebe, cavou nela um lagar e edificou uma torre, depois arrendou-a a uns vinhateiros e partiu para longe » (*Mc 12, 1*; cf. *Mt 21, 28 ss*).

O evangelista João convida-nos a penetrar em profundidade e introduz-nos na descoberta do *mistério da vinha*: esta é o símbolo e a figura, não só do povo de Deus, mas do *próprio Jesus*. Ele é a cepa e nós, os discípulos, somos os ramos; Ele é a « verdadeira videira », à qual estão vitalmente ligados os ramos (cf. *Jo 15, 1 ss*).

O Concílio Vaticano II, referindo as várias imagens bíblicas que iluminam o mistério da Igreja, usa novamente a imagem da videira e das vides: « Cristo é a videira verdadeira que dá vida e fecundidade às vides, isto é, a nós, que por meio da Igreja permanecemos n'Ele e sem o qual nada podemos fazer (*Jo 15, 1-5*) ». ⁽¹²⁾ A própria Igreja é, portanto, a vinha evangélica. É *mistério*, porque o amor e a vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo são o dom totalmente gratuito oferecido a todos aqueles que nasceram da água e do Espírito (cf. *Jo 3, 5*), chamados a reviver a mesma *comunhão* de Deus e a manifestá-la e a comunicá-la na história (*missão*): «

Naquele dia — diz Jesus — conhecereis que Eu estou no Pai e vós em Mim e Eu em vós » (*Jo 14, 20*).

Assim, só no interior do *mistério da Igreja como mistério de comunhão se revela a « identidade » dos fiéis leigos*, a sua original dignidade. E só no interior dessa dignidade se podem definir a sua vocação e a sua missão na Igreja e no mundo.

Quem são os fiéis leigos

9. Os Padres sinodais justamente sublinharam a necessidade de se delinear e propor uma *descrição positiva* da vocação e da missão dos fiéis leigos, aprofundando o estudo da doutrina do Concílio Vaticano II à luz, tanto dos mais recentes documentos do

Magistério como da experiência da mesma vida da Igreja guiada pelo Espírito Santo.(13)

Ao responder à pergunta « quem são os fiéis leigos », o Concílio, ultrapassando anteriores interpretações prevalentemente negativas, abriu-se a uma visão decididamente positiva e manifestou o seu propósito fundamental ao afirmar *a plena pertença dos fiéis leigos à Igreja e ao seu mistério e a índole peculiar da sua vocação*, a qual tem como específico « procurar o Reino de Deus tratando das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus ».(14) « Por leigos — assim os descreve a Constituição *Lumen gentium* — entendem-se aqui todos os cristãos que não são membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Baptismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, do *múnus sacerdotal*, profético e real de Cristo, exercem pela parte que lhes toca, na Igreja e no mundo, a missão de todo o povo cristão ».(15)

Já Pio XII, dizia: « Os fiéis, e mais propriamente os leigos, encontram-se na linha mais avançada da vida da Igreja; para eles, a Igreja é o princípio vital da sociedade humana. Por isso, eles, e sobretudo eles, devem ter uma consciência, cada vez mais clara, *não só de pertencerem à Igreja, mas de ser a Igreja*, isto é, a comunidade dos fiéis sobre a terra sob a guia do Chefe comum, o Papa, e dos Bispos em comunhão com ele. Eles são a Igreja... ».(16)

Segundo a imagem bíblica da vinha, os fiéis leigos, como todos os outros membros da Igreja, são vides radicadas em Cristo, a verdadeira videira, que torna as vides vivas e vivificantes.

A inserção em Cristo através da fé e dos sacramentos da iniciação cristã é a raiz primeira que dá origem à nova condição do cristão no mistério da Igreja, que constitui a sua mais profunda « fisionomia » e que está na base de todas as vocações e do dinamismo da vida cristã dos fiéis leigos: em Jesus Cristo morto e ressuscitado o baptizado torna-se uma « nova criatura » (*Gal 6, 15; 2 Cor 5, 17*), uma criatura purificada do pecado e vivificada pela graça.

Assim, só descobrindo a misteriosa riqueza que Deus dá ao cristão no santo Baptismo é possível delinear a « figura » do fiel leigo.

O Batismo e a novidade cristã

10. Não é um exagero dizer-se que toda a existência do fiel leigo tem por finalidade levá-lo a descobrir a radical novidade cristã que promana do Baptismo, sacramento da fé, a fim de poder viver as suas exigências segundo a vocação que recebeu de Deus. Para descrever a « figura » do fiel leigo, vamos agora considerar de forma explícita e mais directa, entre outros, estes três aspectos fundamentais: *o Baptismo regenera-nos para a vida dos filhos de Deus, une-nos a Jesus Cristo e ao Seu Corpo que é a Igreja, unge-nos no Espírito Santo, constituindo-nos templos espirituais.*

Filhos no Filho

11. Recordemos as palavras que Jesus disse a Nicodemos: « Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus » (*Jo 3, 5*). O santo Baptismo é, pois, um novo nascimento, é uma regeneração.

É mesmo a pensar neste aspecto do dom baptismal que o apóstolo Pedro irrompe no canto: « Bendito seja Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que na Sua grande misericórdia nos regenerou pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos para uma esperança viva, para uma herança incorruptível, que não pode contaminar-se, e imarcescível » (1 *Ped* 1, 3-4). Para Pedro, os cristãos são aqueles que foram « regenerados, não de uma semente corruptível, mas incorruptível: pela palavra de Deus viva e eterna » (1 *Ped* 1, 23).

Com o santo Baptismo tornamo-nos *filhos de Deus no Seu Unigénito Filho, Jesus Cristo*. Ao sair das águas da sagrada fonte, todo o cristão ouve de novo aquela voz que um dia se fez ouvir nas margens do rio Jordão: « Tu és o Meu Filho muito amado, em Ti pus todo o Meu enlevo » (*Lc* 3, 22), e compreende ter sido associado ao Filho predilecto, tornando-se filho de adopção (cf. *Gal* 4, 4-7) e irmão de Cristo. Realiza-se, assim, na história de cada um o desígnio eterno do Pai: « Aqueles que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem do Seu Filho, a fim de que Este seja o Primogénito de muitos irmãos » (*Rom* 8, 29).

É o *Espírito Santo* que constitui os baptizados em filhos de Deus e, ao mesmo tempo, membros do corpo de Cristo. Paulo recorda-o aos cristãos de Corinto: « Foi num só Espírito que todos nós fomos baptizados, a fim de formarmos um só corpo » (1 *Cor* 12, 13), de forma que o apóstolo pode dizer aos fiéis leigos: « Sois agora corpo de Cristo e Seus membros, cada um na parte que lhe toca » (1 *Cor* 12, 27); « Que vós sois filhos prova-o o facto que Deus mandou aos nossos corações o Espírito do Seu Filho » (*Gal* 4, 6; cf. *Rom* 8, 15-16).

Um só corpo em Cristo

12. Regenerados como « filhos no Filho », os baptizados são inseparavelmente « *membros de Cristo e membros do corpo da Igreja* », como ensina o Concílio de Florença.⁽¹⁷⁾

O Baptismo significa e realiza uma incorporação, mística mas real, no corpo crucificado e glorioso de Jesus. Através do sacramento Jesus une o baptizado à Sua morte para uni-lo à Sua ressurreição (*Rom* 6, 3-5), despoja-o do « homem velho » e reveste-o do « homem novo », isto é, de Si mesmo: « Todos os que fostes baptizados em Cristo — proclama o apóstolo Paulo — vos revestistes de Cristo » (*Gal* 3, 27; cf. *Ef* 4, 22-24; *Col* 3, 9-10). Daí resulta que « nós, embora sendo muitos, constituímos um só corpo em Cristo » (*Rm* 12, 5).

Reencontramos nas palavras de Paulo o eco fiel da doutrina do próprio Jesus, que revelou a *unidade misteriosa dos Seus discípulos com Ele e entre si*, apresentando-a como imagem e prolongamento daquela arcana comunhão que une o Pai ao Filho e o Filho ao Pai no vínculo amoroso do Espírito (cf. *Jo* 17, 21). Trata-se da mesma unidade de que fala Jesus quando usa a imagem da videira e das vides: « Eu sou a videira, vós as vides » (*Jo* 15, 5), uma imagem que ilumina, não apenas a profunda intimidade dos discípulos com Jesus, mas também a comunhão vital dos discípulos entre si: todos eles vides da única Videira.

Templos vivos e santos do Espírito

13. Usando uma outra imagem, a do edifício, o apóstolo Pedro define os baptizados como « pedras vivas » edificadas sobre Cristo, a « pedra angular », e destinadas à «

construção de um edifício espiritual » (1 *Ped* 2, 4 ss.). A imagem introduz-nos num outro aspecto da novidade baptismal, e que o Concílio Vaticano II assim apresenta: « Pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, os batizados são consagrados para serem uma morada espiritual ».(18)

O Espírito Santo « unge » o batizado, imprime-lhe a Sua marca indelével (cf. 2 *Cor* 1, 21-22) e faz dele templo espiritual, isto é, enche-o com a santa presença de Deus, graças à união e à conformação com Jesus Cristo.

Com esta espiritual « unção », o cristão pode, por sua vez, repetir as palavras de Jesus: « O Espírito do Senhor está sobre mim: por isso, me ungiu e me enviou para anunciar a Boa Nova aos pobres, para proclamar a libertação aos cativos, e aos cegos o recobrar da vista, para mandar em liberdade os oprimidos e proclamar um ano de graça do Senhor » (*Lc* 4, 18-19; *Is* 61, 1-2). Assim, com a efusão baptismal e crismal o batizado torna-se participante na mesma missão de Jesus Cristo, o Messias Salvador.

Participantes no múnus sacerdotal, profético e real de Jesus Cristo

14. Dirigindo-se aos batizados como a crianças recém-nascidas, o apóstolo Pedro escreve: « Agarrando-vos a Ele pedra viva, rejeitada pelos homens, mas escolhida e preciosa aos olhos de Deus, vós também, quais pedras vivas, sois usados na construção de um edifício espiritual, por meio de um sacerdócio santo, cujo fim é oferecer sacrifícios espirituais que serão agradáveis a Deus, por Jesus Cristo... Vós, porém, sois a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo que Deus adquiriu para anunciar as maravilhas d'Aquele que vos chamou das trevas à Sua luz admirável ... » (1 *Ped* 2, 4-5. 9).

Eis um novo aspecto da graça e da dignidade baptismal: os fiéis leigos participam, por sua vez, no tríplice múnus — sacerdotal, profético e real — de Jesus Cristo. Trata-se de um aspecto que a tradição viva da Igreja nunca esqueceu, como resulta, por exemplo, da explicação que Santo Agostinho deu do Salmo 26. Escreve ele: « David foi ungido rei. Naquele tempo ungiam-se apenas o rei e o sacerdote. Nessas duas pessoas prefigurava-se o futuro único rei e sacerdote, Cristo (daí que "Cristo" venha de "crisma"). Não foi, porém, ungido apenas a nossa Cabeça, mas fomos ungidos também nós, Seu corpo... Por isso, a unção diz respeito a todos os cristãos, quando no tempo do Antigo Testamento pertencia apenas a duas pessoas. Deduz-se claramente sermos nós o corpo de Cristo, do facto de sermos todos ungidos e de todos sermos n'Ele "cristos" e Cristo, porque, de certa forma, a Cabeça e o corpo formam o Cristo na sua integridade ».(19)

Nas pisadas do Concílio Vaticano II,(20) propus-me, desde o início do meu serviço pastoral, exaltar a dignidade sacerdotal, profética e real de todo o Povo de Deus, afirmando: « Aquele que nasceu da Virgem Maria, o Filho do carpinteiro — como o julgavam — o Filho do Deus vivo, como confessou Pedro, veio para fazer de todos nós "um reino de sacerdotes". O Concílio Vaticano II recordou-nos o mistério deste poder e o facto de que a missão de Cristo — Sacerdote, Profeta-Mestre, Rei — continua na Igreja. Todos, todo o Povo de Deus participa nesta tríplice missão ».(21)

Com esta Exortação mais uma vez convido os fiéis leigos a reler, a meditar e a assimilar com inteligência e com amor a rica e fecunda doutrina do Concílio sobre a sua participação no tríplice múnus de Cristo.(22) Eis agora em síntese os elementos essenciais dessa doutrina.

Os fiéis leigos participam no *múnus sacerdotal*, pelo qual Jesus se ofereceu a Si mesmo sobre a Cruz e continuamente Se oferece na celebração da Eucaristia para glória do Pai e pela salvação da humanidade. Incorporados em Cristo Jesus, os batizados unem-se a Ele e ao Seu sacrifício, na oferta de si mesmos e de todas as suas actividades (cf. *Rom 12, 1-2*). Ao falar dos fiéis leigos, o Concílio diz: « Todos os seus trabalhos, orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e do corpo, se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. *1 Ped 2, 5*); sacrifícios estes que são piedosamente oferecidos ao Pai, juntamente com a oblação do corpo do Senhor, na celebração da Eucaristia. E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo ».(23)

A participação no *múnus profético* de Cristo, « que, pelo testemunho da vida e pela força da palavra, proclamou o Reino do Pai »,(24) habilita e empenha os fiéis leigos a aceitar, na fé, o Evangelho e a anunciá-lo com a palavra e com as obras, sem medo de denunciar corajosamente o mal. Unidos a Cristo, o « grande profeta » (*Lc 7, 16*), e constituídos no Espírito « testemunhas » de Cristo Ressuscitado, os fiéis leigos tornam-se participantes quer do sentido de fé sobrenatural da Igreja que « não pode errar no crer »(25) quer da graça da palavra (cf. *Act 2, 17-18; Ap 19,10*); eles são igualmente chamados a fazer brilhar a novidade e a força do Evangelho na sua vida quotidiana, familiar e social, e a manifestar, com paciência e coragem, nas contradições da época presente, a sua esperança na glória « também por meio das estruturas da vida secular ».(26)

Ao pertencerem a Cristo Senhor e Rei do universo, os fiéis leigos participam no Seu *múnus real* e por Ele são chamados para o serviço do Reino de Deus e para a sua difusão na história. Vivem a realeza cristã, sobretudo no combate espiritual para vencerem dentro de si o reino do pecado (cf. *Rom 6, 12*), e depois, mediante o dom de si, para servirem, na caridade e na justiça, o próprio Jesus presente em todos os seus irmãos, sobretudo nos mais pequeninos (cf. *Mt 25, 40*).

Mas os fiéis leigos são chamados de forma particular a restituir à criação todo o seu valor originário. Ao ordenar as coisas criadas para o verdadeiro bem do homem, com uma acção animada pela vida da graça, os fiéis leigos participam no exercício do poder com que Jesus Ressuscitado atrai a Si todas as coisas e as submete, com Ele mesmo, ao Pai, por forma a que Deus seja tudo em todos (cf. *1 Cor 15, 28; Jo 12, 32*).

A participação dos fiéis leigos no tríptico *múnus* de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei encontra a sua raiz primeira na unção do Baptismo, o seu desenvolvimento na Confirmação e a sua perfeição e sustento dinâmico na Eucaristia. É uma participação que se oferece a *cada* um dos fiéis leigos, mas *enquanto* formam o *único corpo* do Senhor. Com efeito, é a Igreja que Jesus enriquece com os Seus dons, qual Seu Corpo e Sua Esposa. Assim, os indivíduos participam no tríptico *múnus* de Cristo *enquanto membros da Igreja*, como claramente ensina o apóstolo Pedro, que define os batizados como « raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo que Deus adquiriu » (*1 Ped 2, 9*). Precisamente por derivar *da* comunhão eclesial, a participação dos fiéis leigos no tríptico *múnus* de Cristo exige ser vivida e actuada *na* comunhão e *para* o crescimento da mesma comunhão. Escrevia Santo Agostinho: « Como chamamos a todos cristãos em virtude do místico crisma, assim a todos chamamos sacerdotes *porque são membros* do único Sacerdote ».(27)

Os fiéis leigos e a índole secular

15. A novidade cristã é o fundamento e o título da igualdade de todos os batizados em Cristo, de todos os membros do Povo de Deus: « Comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo, comum a graça dos filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e indivisa caridade ».(28) Em virtude da comum dignidade baptismal, o fiel leigo é corresponsável, juntamente com os ministros ordenados e com os religiosos e as religiosas, da missão da Igreja.

Mas a comum dignidade baptismal assume no fiel leigo *uma modalidade que o distingue, sem todavia o separar*, do presbítero, do religioso e da religiosa. O Concílio Vaticano II apontou a índole secular como sendo essa modalidade: « A índole secular é própria e peculiar dos leigos ».(29)

Precisamente para se entender de forma completa, adequada e específica a condição eclesial do fiel leigo, é preciso aprofundar o alcance teológico da índole secular, á luz do plano salvífico de Deus e do mistério da Igreja.

Como dizia Paulo VI, a Igreja « tem uma autêntica dimensão secular, inerente á sua íntima natureza e missão, cuja raiz mergulha no mistério do Verbo encarnado e que se concretiza de formas diversas para os seus membros ».(30)

A Igreja, com efeito, vive no mundo, embora não seja do mundo (cf. Jo 17, 16) e é enviada para dar continuidade à obra redentora de Jesus Cristo, a qual, « visando por natureza salvar os homens, compreende também a instauração de toda a ordem temporal ».(31)

É verdade que *todos os membros* da Igreja participam na sua dimensão secular, mas de *maneiras diferentes*. Nomeadamente a participação dos *fiéis leigos* tem uma sua modalidade de actuação e de função, que, segundo o Concílio, lhes é « própria e peculiar »: tal modalidade é indicada na expressão « índole secular ».(32)

Efectivamente, o Concílio descreve a condição secular dos fiéis leigos indicando-a, antes de mais, como o lugar onde lhes é dirigida a chamada de Deus: « *Aí são chamados por Deus* ».(33) Trata-se de um « lugar » descrito em termos dinâmicos: os fiéis leigos « vivem no século, isto é, empenhados em toda a qualquer ocupação e actividade terrena e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência ».(34) Os fiéis leigos são pessoas que vivem a vida normal no mundo, estudam, trabalham, estabelecem relações amigáveis, sociais, profissionais, culturais, etc. O Concílio considera essa sua *condição* não simplesmente como um dado exterior e ambiental, mas como uma realidade *destinada a encontrar em Jesus Cristo a plenitude do seu significado*.(35) Mais, atesta que: « O próprio Verbo encarnado quis participar da vida social dos homens... Santificou os laços sociais e, antes de mais, os familiares, fonte da vida social, e submeteu-Se livremente às leis do Seu país. Quis levar a vida de um operário do Seu tempo e da Sua terra ».(36)

O « mundo » torna-se assim o ambiente e o meio da vocação cristã dos fiéis leigos, pois também ele está destinado a dar glória a Deus Pai em Cristo. O Concílio pode, então, indicar qual o sentido próprio e peculiar da vocação divina dirigida aos fiéis leigos. Estes não são chamados a deixar o lugar que ocupam no mundo. O Baptismo não os tira de modo nenhum do mundo, como sublinha o apóstolo Paulo: « Irmãos, fique cada um de vós diante de Deus na condição em que estava quando foi chamado

» (1 Cor 7, 24); mas confia-lhes uma vocação que diz respeito a essa mesma condição intra-mundana: pois, os fiéis leigos « são *chamados por Deus para que aí, exercendo o seu próprio ofício, inspirados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento*, e deste modo manifestem Cristo aos outros, antes de mais, pelo testemunho da própria vida, pela irradiação da sua fé, esperança e caridade ». (37) Dessa forma, o estar e o agir no mundo são para os fiéis leigos uma realidade, não só antropológica e sociológica, mas também e especificamente teológica e eclesial, pois, é na sua situação intra-mundana que Deus manifesta o Seu plano e comunica a especial vocação de « procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus ». (38)

E foi precisamente nesta linha que os Padres sinodais afirmaram: « A índole secular do fiel leigo não deve, pois, definir-se apenas em sentido sociológico, mas sobretudo em sentido teológico. A característica secular é vista á luz do acto criador e redentor de Deus, que confiou o mundo aos homens e às mulheres, para tomarem parte na obra da criação, libertarem a mesma criação da influência do pecado e santificarem a si mesmos no matrimónio ou na vida celibatária, na família, no emprego e nas várias actividades sociais ». (39)

A *condição eclesial* dos fiéis leigos é radicalmente definida pela sua *novidade cristã* e caracterizada pela sua *índole secular*. (40)

As imagens evangélicas do sal, da luz e do fermento, embora se refiram indistintamente a todos os discípulos de Jesus, têm uma específica aplicação nos fiéis leigos. São imagens maravilhosamente significativas, porque falam, não só da inserção profunda e da participação plena dos fiéis leigos na terra, no mundo, na comunidade humana, mas também e, sobretudo, da novidade e da originalidade de uma inserção e de uma participação destinadas à difusão do Evangelho que salva.

Chamados à santidade

16. A dignidade do fiel leigo revela-se em plenitude quando se considera a *primeira e fundamental vocação* que o Pai, em Jesus Cristo por meio do Espírito Santo, dirige a cada um deles: a vocação à santidade, isto é, à perfeição da caridade. O santo é o testemunho mais esplêndido da dignidade conferida ao discípulo de Cristo.

Sobre a universal vocação à santidade, o Concílio Vaticano II teve palavras sobremaneira luminosas. Pode dizer-se que foi precisamente esta a primeira incumbência confiada a todos os filhos e filhas da Igreja por um Concílio que se quis para a renovação evangélica da vida cristã. (41) Tal incumbência não é uma simples exortação moral, mas uma *exigência do mistério da Igreja, que não se pode suprimir*: a Igreja é a Vinha escolhida, por meio da qual as vides vivem e crescem com a mesma linfa santa e santificadora de Cristo; é o Corpo místico, cujos membros participam da mesma vida de santidade da Cabeça que é Cristo; é a Esposa amada do Senhor Jesus que a Si mesmo Se entregou para a santificar (cf. Ef 5, 25 ss.). O Espírito que santificou a natureza humana de Jesus no seio virginal de Maria (cf. Lc 1, 35) é o mesmo Espírito que habita e actua na Igreja para lhe comunicar a santidade do Filho de Deus feito homem.

Hoje como nunca, urge que todos os cristãos retomem o caminho da renovação evangélica, acolhendo com generosidade o convite apostólico de « ser santos em todas as acções ». O Sínodo extraordinário de 1985, a vinte anos do encerramento do

Concílio, insistiu com oportunidade sobre essa urgência: « Sendo a Igreja em Cristo um mistério, ela deve ser vista como sinal e instrumento de santidade... Os santos e santas foram sempre fonte e origem de renovação nas circunstâncias mais difíceis em toda a história da Igreja. Hoje temos muitíssima falta de santos, que devemos pedir com assiduidade ».(42)

Todos na Igreja, precisamente porque são seus membros, recebem e, por conseguinte, partilham a comum vocação à santidade. A título pleno, sem diferença alguma dos outros membros da Igreja, a essa vocação são chamados os fiéis leigos: « Todos os fiéis, de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade »; (43) « Todos os fiéis são convidados e têm por obrigação tender à santidade e à perfeição do próprio estado ».(44)

A vocação à santidade mergulha as suas raízes no *Batismo* e volta a ser proposta pelos vários sacramentos, sobretudo pelo da *Eucaristia*: revestidos de Jesus Cristo e impregnados do Seu Espírito, os cristãos são « santos » e, por isso, são habilitados e empenhados em manifestar a santidade do seu *ser* na santidade de todo o seu *operar*. O apóstolo Paulo não se cansa de advertir todos os cristãos para que vivam « como convém a santos » (*Ef* 5, 3).

A vida segundo o Espírito, cujo fruto é a santificação (*Rom* 6, 22; cf. *Gal* 5, 22), suscita e exige de todos e de cada um dos batizados o *seguimento e imitação de Jesus Cristo*, no acolhimento das Suas Bem-aventuranças, na escuta e meditação da Palavra de Deus, na consciente e activa participação na vida litúrgica e sacramental da Igreja, na oração individual, familiar e comunitária, na fome e sede de justiça, na prática do mandamento do amor em todas as circunstâncias da vida e no serviço aos irmãos, sobretudo os pequeninos, os pobres e os doentes.

Santificar-se no mundo

17. A vocação dos fiéis leigos à santidade comporta que a vida segundo o Espírito se exprima de forma peculiar na sua *inserção nas realidades temporais* e na sua *participação nas actividades terrenas*. É ainda o apóstolo que adverte: « Tudo quanto fizerdes por palavras e obras, fazei tudo no nome do Senhor Jesus, dando, por meio d'Ele, graças a Deus Pai » (*Col* 3, 17). Aplicando as palavras do apóstolo aos fiéis leigos, o Concílio afirma categoricamente: « Nem os cuidados familiares nem outras ocupações profanas devem ser alheias à vida espiritual ».(45) Por sua vez, os Padres sinodais afirmaram: « A unidade de vida dos fiéis leigos é de enorme importância, pois, eles têm que se santificar na normal vida profissional e social. Assim, para que possam responder à sua vocação, os fiéis leigos devem olhar para as actividades da vida quotidiana como uma ocasião de união com Deus e de cumprimento da Sua vontade, e também como serviço aos demais homens, levando-os à comunhão com Deus em Cristo ». (46)

A vocação à santidade deverá ser compreendida e vivida pelos fiéis leigos, antes de mais, como sendo uma obrigação exigente a que não se pode renunciar, como um sinal luminoso do infinito amor do Pai que os regenerou para a Sua vida de santidade. Tal vocação aparece então como *componente essencial e inseparável de nova vida baptismal* e, por conseguinte, elemento constitutivo da sua dignidade. Ao mesmo tempo, a vocação à santidade anda *intimamente ligada à missão* e à responsabilidade confiadas aos fiéis leigos na Igreja e no mundo. Com efeito, a própria santidade já vivida, que deriva da participação na vida de santidade da Igreja, representa o

primeiro e fundamental contributo para a edificação da própria Igreja, como « Comunhão dos Santos ». Um cenário maravilhoso se abre aos olhos iluminados pela fé: o de inúmeros fiéis leigos, homens e mulheres, que, precisamente na vida e nas ocupações do dia a dia, muitas vezes inobservados ou até incompreendidos e ignorados pelos grandes da terra, mas vistos com amor pelo Pai, são obreiros incansáveis que trabalham na vinha do Senhor, artífices humildes e grandes — certamente pelo poder da graça de Deus — do crescimento do Reino de Deus na história.

A santidade é, portanto, um pressuposto fundamental e uma condição totalmente insubstituível da realização da missão de salvação na Igreja. A santidade da Igreja é a fonte secreta e a medida infalível da sua operosidade apostólica e do seu dinamismo missionário. Só na medida em que a Igreja, Esposa de Cristo, se deixa amar por Ele e O ama, é que ela se torna Mãe fecunda no Espírito.

Retomemos mais uma vez a imagem bíblica: o rebentar e o alastrar das vides dependem da sua inserção na videira. « Como a vide não pode dar fruto por si mesma se não estiver na videira, assim acontecerá convosco se não estiverdes em Mim. Eu sou a videira, vós as vides. Quem permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto; porque sem Mim nada podeis fazer » (Jo 15, 4-5).

É natural recordar aqui a solene proclamação de fiéis leigos, homens e mulheres, como Beatos e Santos, feita durante o mês do Sínodo. Todo o Povo de Deus, e os fiéis leigos em particular, podem ter agora novos modelos de santidade e novos testemunhos de virtudes heróicas vividos nas condições comuns e ordinárias da existência humana. Como disseram os Padres sinodais: « As Igrejas locais e, sobretudo, as chamadas Igrejas mais jovens deverão procurar diligentemente entre os próprios membros aqueles homens e mulheres que prestaram nessas condições (as condições quotidianas do mundo e o estado conjugal) o testemunho da santidade e que podem servir de exemplo aos demais, a fim de, se for o caso, os proporem para a beatificação e canonização ».(47)

Ao concluir estas reflexões, destinadas a definir a condição eclesial do fiel leigo, vem-me à mente a célebre recomendação de São Leão Magno: « *Agnosce, o Christiane, dignitatem tuam!* ».(48) É a mesma advertência de São Máximo, Bispo de Turim: « Considerai a honra que vos foi feita neste mistério! ».(49) Todos os batizados são convidados a ouvir de novo as palavras de Santo Agostinho: « Alegremo-nos e agradeçamos: tornámo-nos não só cristãos, mas Cristo...! Maravilhai-vos e alegrai-vos: Cristo nos tornámos ».(50)

A dignidade cristã, fonte da igualdade de todos os membros da Igreja, garante e promove o espírito de comunhão e de fraternidade e, ao mesmo tempo, torna-se o segredo e a força do dinamismo apostólico e missionário dos fiéis leigos. É uma *dignidade exigente*, a dignidade dos trabalhadores que o Senhor chamou para a Sua vinha: « Incumbe a todos os leigos — lemos no Concílio — a magnífica tarefa de trabalhar para que o desígnio de salvação atinja cada vez mais os homens de todos os tempos e de toda a terra ».(51)

CAPÍTULO II

TODOS RAMOS DA ÚNICA VIDEIRA

A participação dos fiéis leigos na vida da Igreja-Comunhão

O Mistério da Igreja-Comunhão

18. Ouçamos de novo as palavras de Jesus: « Eu sou a verdadeira videira e o meu Pai é o agricultor ... *Permaneçei em Mim e Eu em vós* » (Jo 15, 1-4).

Nestas simples palavras é-nos revelada a misteriosa comunhão que vincula em unidade o Senhor e os discípulos, Cristo e os batizados: uma comunhão viva e vivificante, pela qual os cristãos deixam de pertencer a si mesmos, tornando-se propriedade de Cristo, como as vides ligadas à videira.

A comunhão dos cristãos com Jesus tem por modelo, fonte e meta a mesma comunhão do Filho com o Pai no dom do Espírito Santo: unidos ao Filho no vínculo amoroso do Espírito, os cristãos estão unidos ao Pai.

Jesus prossegue: « *Eu sou a videira e vós os ramos* » (Jo 15, 5). Da comunhão dos cristãos com Cristo brota a comunhão dos cristãos entre si: todos são ramos da única Videira, que é Cristo. Para o Senhor Jesus esta comunhão fraterna é o maravilhoso reflexo e a misteriosa participação na vida íntima de amor do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Jesus reza por esta comunhão: « Que todos sejam um só, como Tu, ó Pai, estás em Mim e Eu em Ti, que também eles estejam em nós, para que o mundo creia que Tu me enviaste » (Jo 17, 21).

Esta comunhão é o próprio mistério da Igreja, como nos recorda o Concílio Vaticano II na célebre frase de São Cipriano: « A Igreja universal aparece como "um povo unido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo" ». (52) Para esse mistério da Igreja-Comunhão somos habitualmente chamados, quando, no início da celebração eucarística, o sacerdote nos recebe com a saudação do apóstolo Paulo: « A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vós » (2 Cor 13, 13).

Depois de ter esboçado a « figura » dos fiéis leigos na sua dignidade, devemos agora reflectir sobre a sua missão e responsabilidade na Igreja e no mundo: mas estas só podem ser compreendidas de forma adequada no contexto vivo da Igreja-Comunhão.

O Concílio e a eclesiologia de comunhão

19. Esta é a idéia central que a Igreja deu de si no Concílio Vaticano II, como no-lo recorda o Sínodo extraordinário de 1985, celebrado a vinte anos do acontecimento conciliar: « A eclesiologia da comunhão é a idéia central e fundamental nos documentos do Concílio. A *Koinonia*-comunhão, fundada na Sagrada Escritura, é tida em grande honra na Igreja antiga e nas Igrejas orientais até aos nossos dias. Por isso, muito se tem feito desde o Concílio Vaticano II para que a Igreja como comunhão seja entendida de maneira mais clara e traduzida de modo mais concreto na vida. Que significa a complexa palavra "comunhão"? Trata-se fundamentalmente de comunhão com Deus por Jesus Cristo no Espírito Santo. Tem-se esta comunhão na Palavra de Deus e nos Sacramentos. O Baptismo é a porta e o fundamento da comunhão na Igreja. A Eucaristia é a fonte e o ápice de toda a vida cristã (cf. LG 11). A comunhão do corpo de Cristo eucarístico significa e produz, isto é, edifica a íntima comunhão de todos os fiéis no Corpo de Cristo que é a Igreja (1 Cor 10, 16) ». (53)

Logo a seguir ao Concílio, Paulo VI assim se dirigia aos fiéis: « A Igreja é uma comunhão. Que significa neste caso comunhão? Vamos ao parágrafo do catecismo que fala da *sanctorum communionem*, a comunhão dos santos. Igreja significa comunhão dos santos. E comunhão dos santos quer dizer uma dupla participação vital: a incorporação dos cristãos na vida de Cristo e a circulação dessa mesma caridade em todo o tecido dos fiéis, neste mundo e no outro. União a Cristo e em Cristo; e união entre os cristãos, na Igreja ». (54)

As imagens bíblicas com que o Concílio se propôs introduzir-nos na contemplação do mistério da Igreja, realçam a realidade da Igreja-comunhão na sua inseparável dimensão de comunhão dos cristãos com Cristo e de comunhão dos cristãos entre si. São as imagens do redil, do rebanho, da videira, do edifício espiritual, da cidade santa.(55) é sobretudo a imagem do *corpo* apresentada pelo apóstolo Paulo, cuja doutrina brota fresca e atraente em tantas páginas do Concílio.(56) Por sua vez, o Concílio reportando-se à história inteira da salvação, volta a propor a imagem da Igreja como *Povo de Deus*: « Aproveu a Deus salvar e santificar os homens, não individualmente, excluída qualquer ligação entre eles, mas constituindo-os em povo que O reconhecesse na verdade e O servisse santamente ». (57) Já nas suas primeiras linhas, a Constituição *Lumen gentium* compendia de forma admirável essa doutrina, ao escrever: « A Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou seja, o sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano ». (58)

*A realidade da Igreja-Comunhão é, pois, parte integrante, representa mesmo o conteúdo central do « mistério », ou seja, do plano divino da salvação da humanidade. Por isso, a comunhão eclesial não pode ser adequadamente interpretada, se é entendida como uma realidade simplesmente sociológica e psicológica. A Igreja-Comunhão é o povo « novo », o povo « messiânico », o povo que « tem por cabeça Cristo ... por condição a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus... por lei o novo mandamento de amar como o próprio Cristo nos amou... por fim o Reino de Deus... (e é) constituído por Cristo numa comunhão de vida, de caridade e de verdade ». (59) Os laços que unem os membros do novo Povo entre si — e antes de mais com Cristo — não são os da « carne » e do « sangue », mas os do espírito, mais precisamente, os do Espírito Santo, que todos os baptizados recebem (cf. *Jl* 3, 1).*

Com efeito, aquele Espírito que desde a eternidade vincula a única e indivisa Trindade, aquele Espírito que « na plenitude do tempo » (*Gal* 4, 4) une indissolavelmente a carne humana ao Filho de Deus, esse mesmo e idêntico Espírito torna-se, ao longo das gerações cristãs, a fonte ininterrupta e inesgotável da comunhão na Igreja e da Igreja.

Uma comunhão orgânica: diversidade e complementariedade

20. A comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como uma comunhão « orgânica », análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de facto, caracteriza-se pela presença simultânea da *diversidade* e da *complementariedade* das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades. Graças a essa diversidade e complementariedade, cada fiel leigo encontra-se *em relação com todo o corpo* e dá-lhe *o seu próprio contributo*.

Sobre a comunhão orgânica do Corpo místico de Cristo insiste com muita ênfase o apóstolo Paulo, cuja doutrina tão rica podemos reencontrar na síntese que o Concílio esboçou: Jesus Cristo — lemos na Constituição *Lumen gentium* —, « comunicando o Seu Espírito, fez dos Seus irmãos, chamados de entre todos os povos, como que o Seu

Corpo místico. Nesse corpo a vida de Cristo difunde-se nos crentes... Como todos os membros do corpo humano, apesar de serem muitos, formam no entanto um só corpo, assim também os fiéis em Cristo (cf. *1 Cor 12, 12*). Também na edificação do Corpo de Cristo existe diversidade de membros e de funções. É um mesmo Espírito que distribui os Seus vários dons segundo a Sua riqueza da Igreja (cf. *1 Cor 12, 1-11*). Entre estes dons, sobressai a graça dos Apóstolos, a cuja autoridade o mesmo Espírito submete também os carismáticos (cf. *1 Cor 14*). O mesmo Espírito, unificando o corpo por Si e pela Sua força e pela conexão interna dos membros, produz e promove a caridade entre os fiéis. Daí que, se algum membro padece, todos os membros sofrem juntamente (cf. *1 Cor 12, 26*) ».(60)

É sempre o *único e idêntico Espírito o princípio dinâmico da variedade e da unicidade* na e da Igreja. Lemos de novo na Constituição *Lumen gentium*: « E para que sem cessar nos renovemos n'Ele (Cristo) (cf. *Ef 4, 23*), deu-nos do Seu Espírito, o qual, sendo um e o mesmo na cabeça e nos membros, unifica e move o corpo inteiro, a ponto de os Santos Padres compararem a Sua acção à que o princípio vital, ou alma, desempenha no corpo humano ».(61) E numa outra passagem, particularmente densa e preciosa para podermos compreender a « organicidade » própria da comunhão eclesial, também no seu aspecto de constante crescimento para a comunhão perfeita, o Concílio escreve: « O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. *1 Cor 3, 16; 6, 19*) e dentro deles ora e dá testemunho da adopção de filhos (cf. *Gal 4, 6; Rom 8, 15-16. 26*). A Igreja, que Ele conduz à verdade total (cfr. *Jo 16, 13*) e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a Ele e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os Seus frutos (cf. *Ef 4, 11-12; 1 Cor 12, 4; Gal 5, 22*). Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente e leva-a à união perfeita com o seu Esposo. Porque o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: "Vem!" (cf. *Ap 22, 17*) ».(62)

A comunhão eclesial é, portanto, um dom, um grande dom do Espírito Santo, que os fiéis leigos são chamados a acolher com gratidão e, ao mesmo tempo, a viver com profundo sentido de responsabilidade. Isso é concretamente realizado através da sua participação na vida e na missão da Igreja, a cujo serviço os fiéis leigos colocam os seus variados e complementares ministérios e carismas.

O fiel leigo « não pode nunca fechar-se em si mesmo, isolando-se espiritualmente da comunidade, mas deve viver num contínuo intercâmbio com os outros, com um vivo sentido de fraternidade, na alegria de uma igual dignidade e no empenho em fazer frutificar ao mesmo tempo o imenso tesouro recebido em herança. O Espírito do Senhor dá-lhe, como aos outros, múltiplos carismas, convida-o a diferentes ministérios e funções, recorda-lhe, como também recorda aos outros em relação a ele, que tudo o que o distingue *não é um suplemento de dignidade, mas uma especial e complementar habilitação para o serviço...* Deste modo os carismas, os ministérios, as funções e os serviços do fiel leigo existem na comunhão e para a comunhão. São riquezas complementares em favor de todos, sob a sábia orientação dos Pastores ».(63)

Os Ministérios e os carismas, dons do Espírito à Igreja

21. O Concílio Vaticano II apresenta os ministérios e os carismas como dons do Espírito Santo em ordem à edificação do Corpo de Cristo e à Sua missão de salvação no mundo.(64) A Igreja, com efeito, é dirigida e guiada pelo Espírito que distribui diversos dons hierárquicos e carismáticos a todos os baptizados, chamando-os a ser, cada qual a seu modo, activos e corresponsáveis.

Vamos agora considerar os ministérios e os carismas em referência directa aos fiéis leigos e à sua participação na vida da Igreja-Comunhão.

Ministérios, ofícios e funções

Os ministérios presentes e operantes na Igreja são todos, embora de diferentes modalidades, uma participação no mesmo ministério de Jesus Cristo, o bom Pastor que dá a vida pelas Suas ovelhas (cf. *Jo* 10, 11), o servo humilde e totalmente sacrificado para a salvação de todos (cf. *Mc* 10, 45). Paulo é sobremaneira explícito sobre a constituição ministerial das Igrejas apostólicas. Na Primeira Carta aos Coríntios escreve: « Alguns, Deus estabeleceu na Igreja em primeiro lugar como apóstolos, em segundo lugar como profetas, em terceiro lugar como mestres ... » (1 *Cor* 12, 28). Na Carta aos Efésios lemos: « A cada um de nós foi dada a graça segundo a medida do dom de Cristo ... A uns, Ele constituiu apóstolos; a outros, profetas; a outros evangelistas, pastores, doutores, para o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo, até que cheguemos todos à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, ao estado de homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo » (*Ef* 4, 7.11-13; cf. *Rom* 12, 4 8). Como resulta destes e de outros textos do Novo Testamento, os ministérios, bem como os dons e as funções eclesiais, são variados.

Os ministérios derivados da Ordem

22. Na Igreja encontramos, em primeiro lugar, os *ministérios ordenados*, isto é, os ministérios que *derivam do sacramento da Ordem*. O Senhor Jesus, com efeito, escolheu e instituiu os Apóstolos — semente do Povo da nova Aliança e origem da sagrada Hierarquia,⁽⁶⁵⁾ com o mandato de fazer discípulos de todas as gentes (cf. *Mt* 28, 19), de formar e de guiar o povo sacerdotal. A missão dos Apóstolos, que o Senhor Jesus continua a confiar aos pastores (Bispos, Presbíteros, Diáconos) do Seu povo, é um verdadeiro serviço, a que a Sagrada Escritura significativamente denomina « *diakonia* », isto é, serviço, ministério. Os ministros recebem de Cristo Ressuscitado o carisma do Espírito Santo, na ininterrupta sucessão apostólica, através do sacramento da Ordem: d'Ele recebem a autoridade e o poder sagrado para servirem a Igreja, agindo « in persona Christi Capitis » ⁽⁶⁶⁾ (na pessoa de Cristo Cabeça) e reuni-la no Espírito Santo por meio do Evangelho e dos Sacramentos. Os ministérios ordenados, antes de o serem para aqueles que os recebem, são uma imensa graça para a vida e para a missão da Igreja inteira. Expressam e realizam uma participação no sacerdócio de Jesus Cristo que se diferencia, não só em grau mas também em essência, da participação dada no Baptismo a todos os fiéis. Por outro lado, o sacerdócio ministerial, como recordou o Concílio Vaticano II, é essencialmente finalizado no sacerdócio real de todos os fiéis e para ele ordenado.⁽⁶⁷⁾

Por isso, a fim de assegurar e de aumentar a comunhão na Igreja, em especial no âmbito dos diversos e complementares ministérios, os pastores devem reconhecer que o seu ministério é radicalmente ordenado para o serviço de todo o Povo de Deus (cf. *Heb* 5, 1), e os fiéis leigos, pela sua parte, devem reconhecer que o sacerdócio ministerial é absolutamente necessário para a sua vida e para a sua participação na missão da Igreja.⁽⁶⁸⁾

Ministérios ofícios e funções dos leigos

23. A missão salvífica da Igreja no mundo realiza-se, não só pelos ministros, que o são em virtude do sacramento da Ordem, mas também por todos os fiéis leigos: estes, com efeito, por força da sua condição baptismal e da sua vocação específica, na medida própria e cada um, participam no *múnus sacerdotal*, profético e real de Cristo.

Por isso, os pastores devem reconhecer e promover os ofícios e as funções dos fiéis leigos, que têm o seu *fundamento sacramental no Baptismo e na Confirmação*, bem como, para muitos deles, *no Matrimónio*.

E, quando a necessidade ou a utilidade da Igreja o pedir, os pastores podem, segundo as normas estabelecidas pelo direito universal, confiar aos fiéis leigos certos ofícios e certas funções que, embora ligadas ao seu próprio ministério de pastores, não exigem, contudo, o carácter da Ordem. O Código de Direito Canónico escreve: « Onde as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores ou acólitos, podem suprir alguns ofícios, como os de exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o Baptismo e distribuir a Sagrada Comunhão, segundo as prescrições do direito ». (69) *Todavia, o exercício de semelhante tarefa não transforma o fiel leigo em pastor: na realidade, o que constitui o ministério não é a tarefa, mas a ordenação sacramental. Só o sacramento da Ordem confere ao ministro ordenado uma peculiar participação no ofício de Cristo, Chefe e Pastor, e no Seu sacerdócio eterno.* (70) A tarefa que se exerce como suplente recebe a sua legitimidade, formalmente e imediatamente, da delegação oficial que lhe dão os pastores e, no seu exercício concreto, submete-se à direcção da autoridade eclesiástica. (71)

A recente Assembleia sinodal perspectivou um vasto e significativo panorama da situação eclesial acerca dos ministérios, ofícios e funções dos baptizados. Os Padres manifestaram vivo apreço pelo notável contributo apostólico dos fiéis leigos, homens e mulheres, pelos seus carismas e por toda a sua acção em favor da evangelização, da santificação e da animação cristã das realidades temporais. Ao mesmo tempo, foi muito apreciado o seu serviço ordinário nas comunidades eclesiais e a sua generosa disponibilidade para a suplência em situações de emergência e de necessidades crónicas. (72)

Na sequência da renovação litúrgica promovida pelo Concílio, os próprios fiéis leigos, tomando mais viva consciência das tarefas que lhes pertencem na assembleia litúrgica e na sua preparação, tornaram-se largamente disponíveis no seu desempenho: a celebração litúrgica, com efeito, é uma acção sagrada, não só do clero, mas de toda a assembleia. É, portanto, natural que as tarefas que não são exclusivas dos ministros ordenados, sejam desempenhadas pelos fiéis leigos. (73) Torna-se assim espontânea a passagem de um efectivo envolvimento dos fiéis leigos na acção litúrgica para o anúncio da Palavra de Deus e para a cura pastoral. (74)

Na mesma Assembleia sinodal, porém, não faltaram, ao lado dos positivos, pareceres críticos sobre o uso indiscriminado do termo « ministério », a confusão e o nivelamento entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial, a pouca observância de leis e normas eclesiásticas, a interpretação arbitrária do conceito de « suplência », uma certa tolerância por parte da própria autoridade legítima, a « clericalização » dos fiéis leigos e o risco de se criar de facto uma estrutura eclesial de serviço, paralela à fundada no sacramento da Ordem.

Precisamente para obviar tais perigos, os Padres sinodais insistiram na necessidade de serem expressas com clareza, até na própria terminologia,(75) quer a *unidade de missão* da Igreja, em que participam todos os baptizados, quer a *diversidade* substancial do ministério dos pastores, radicado no sacramento da Ordem, em relação com os outros ofícios e as outras funções eclesiais, radicados nos sacramentos do Baptismo e da Confirmação.

É, pois, necessário, em primeiro lugar, que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos fiéis leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz baptismal destas tarefas. Igualmente, os pastores deverão zelar para que se evite um recurso fácil e abusivo a presumíveis « situações de emergência » ou de « necessária suplência », onde objectivamente não existam ou onde é possível remediar com uma programação pastoral mais racional.

Os vários ofícios e funções que os fiéis leigos podem legitimamente desempenhar na liturgia, na transmissão da fé e nas estruturas pastorais da Igreja, deverão ser exercidos *em conformidade com a sua específica vocação laical*, diferente da dos ministros sagrados. Nesse sentido, a Exortação *Evangelii nuntiandi*, que teve tanto e tão benéfico mérito em estimular a diversificada colaboração dos fiéis leigos na vida e na missão evangelizadora da Igreja, lembra que « o campo próprio da sua actividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos "mass-media" e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quantos mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã, muitas vezes escondida e asfixiada, tanto mais essas realidades, sem nada perderem ou sacrificarem do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar ao serviço da edificação do Reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo ».(76)

Durante os trabalhos do Sínodo, os Padres dedicaram bastante atenção ao *Leitorado* e ao *Acolitado*. Enquanto, no passado, eles existiam na Igreja Latina apenas como etapas espirituais do itinerário para os ministérios ordenados, com o Motu Próprio de Paulo VI, *Ministeria quaedam* (15 de Agosto de 1972) eles adquiriram uma própria autonomia e estabilidade, bem como uma sua possível destinação aos próprios fiéis leigos, se bem que exclusivamente para os homens. No mesmo sentido se expressou o novo Código de Direito Canónico.(77) Agora, os Padres sinodais manifestaram o desejo de que « o Motu Próprio " Ministeria quaedam " fosse revisto, tendo em conta o uso das Igrejas locais e sobretudo indicando os critérios segundo os quais se devam escolher os destinatários de cada ministério ».(78)

Em tal sentido foi constituída expressamente uma comissão, não só para responder a este desejo manifestado pelos Padres sinodais, mas também e ainda mais para estudar de modo aprofundado os diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais levantados pelo actual grande florescimento de ministérios confiados aos fiéis leigos.

Esperando que a Comissão conclua o seu estudo, para que a praxe eclesial dos ministérios confiados aos fiéis leigos resulte ordenada e frutuosa, deverão ser fielmente respeitados por todas as Igrejas particulares os princípios teológicos atrás

recordados, em particular a diversidade essencial entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum e, conseqüentemente, a diversidade entre os ministérios derivados do Sacramento da Ordem e os ministérios derivados dos sacramentos do Baptismo e da Confirmação.

Os Carismas

24. O Espírito Santo, ao confiar à Igreja-Comunhão os diversos ministérios, enriquece-a com outros dons e impulsos especiais, chamados *carismas*. Podem assumir as mais variadas formas, tanto como expressão da liberdade absoluta do Espírito que os distribui, como em resposta às múltiplas exigências da história da Igreja. A descrição e a classificação que os textos do Novo Testamento fazem desses dons são um sinal da sua grande variedade: « A manifestação do Espírito é dada a cada um para proveito comum. A um, o Espírito dá uma palavra de sabedoria; a outro, uma palavra de ciência, segundo o mesmo Espírito; a outro, a fé, no mesmo Espírito; a outro, o dom das curas, nesse único Espírito; a outro, o operar milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, o falar diversas línguas e a outro ainda o interpretar essas línguas » (1 Cor 12, 7-10; cfr. 1 Cor 12, 4-6.28-31; Rom 12, 6-8; 1 Ped 4, 10-11).

Os carismas, sejam extraordinários ou simples e humildes, são *graças do Espírito Santo que têm*, directa ou indirectamente, *uma utilidade eclesial*, ordenados como são à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo.

Também aos nossos dias não falta o florescer de diversos carismas entre os fiéis leigos, homens e mulheres. São dados ao indivíduo, mas também podem ser partilhados por outros e de tal modo perseveram no tempo como uma herança preciosa e viva, que gera uma afinidade espiritual entre as pessoas. Precisamente em referência ao apostolado dos leigos, o Concílio Vaticano II escreve: « Para exercerem este apostolado, o Espírito Santo, que opera a santificação do Povo de Deus por meio do ministério e dos sacramentos, concede também aos fiéis dons particulares (cfr. 1 Cor 12, 7), «distribuindo-os por cada um conforme Lhe apraz» (cfr. 1 Cor 12, 7-11), a fim de que "cada um ponha ao serviço dos outros a graça que recebeu", e todos actuem "como bons administradores da multiforme graça de Deus" (1 Ped 4, 10), para a edificação, no amor, do corpo todo (cfr. Ef 4, 6)».(79)

Na lógica da originária doação donde derivam, os dons do Espírito Santo exigem que todos aqueles que os receberam os exerçam para o crescimento de toda a Igreja, como no-lo recorda o Concílio.(80)

Os carismas devem ser *recebidos com gratidão*: tanto da parte de quem os recebe, como da parte de todos na Igreja. Com efeito, eles são uma especial riqueza de graça para a vitalidade apostólica e para a santidade de todo o Corpo de Cristo: uma vez que sejam dons verdadeiramente provenientes do Espírito e se exerçam em plena conformidade com os autênticos impulsos do Espírito. Nesse sentido, torna-se sempre necessário o *discernimento dos carismas*. Na verdade, como disseram os Padres sinodais, « a acção do Espírito Santo, que sopra onde quer, nem sempre é fácil de se descobrir e de se aceitar. Sabemos que Deus actua em todos os fiéis cristãos e estamos conscientes dos benefícios que provêm dos carismas, tanto para os indivíduos como para toda a comunidade cristã. Todavia, também temos consciência da força do pecado e dos seus esforços para perturbar e confundir a vida dos fiéis e da comunidade».(81)

Por isso, nenhum carisma está dispensado da sua referência e dependência dos *Pastores da Igreja*. O Concílio escreve com palavras claras: « O juízo acerca da sua (dos carismas) autenticidade e recto uso, pertence àqueles que presidem na Igreja e aos quais compete de modo especial não extinguir o Espírito, mas julgar tudo e conservar o que é bom (cfr. 1 Tes 5, 12 e 19-21),⁽⁸²⁾ de modo que todos os carismas concorram, na sua diversidade e complementariedade, para o bem comum.⁽⁸³⁾

A participação dos fiéis leigos na vida da Igreja

25. Os fiéis leigos participam na vida da Igreja, não só pondo em acção os seus ministérios e carismas, mas também de muitas outras formas.

Essa participação encontra a sua primeira e necessária expressão na vida e missão das *Igrejas particulares*, das Dioceses, nas quais « está verdadeiramente presente e actua a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica ».⁽⁸⁴⁾

Igrejas particulares e Igreja Universal

Com vista a uma adequada participação na vida da Igreja, é absolutamente urgente que os fiéis leigos tenham uma ideia clara e precisa da *Igreja particular na sua originária ligação com a Igreja universal*. A Igreja particular não é o produto de uma espécie de fragmentação da Igreja universal, nem a Igreja universal resulta do simples somatório das Igrejas particulares; mas um laço vivo, essencial e perene as une entre si, enquanto a Igreja universal existe e se manifesta nas Igrejas particulares. Por isso, o Concílio afirma que as Igrejas particulares « são formadas à imagem da Igreja universal, das quais e pelas quais existe a Igreja católica, una e única ».⁽⁸⁵⁾

O mesmo Concílio incita fortemente os fiéis leigos a viver operosamente a sua pertença à Igreja particular, assumindo simultaneamente um respiro cada vez mais « católico »: « Cultivem constantemente — lemos no Decreto sobre o apostolado dos leigos — o sentido da Diocese, de que a Paróquia é como que uma célula, e estejam sempre prontos, à voz do seu pastor, a juntar as suas forças às iniciativas diocesanas. Mas, para responder às necessidades das cidades e das regiões rurais, não confinem a sua cooperação aos limites da Paróquia ou da Diocese, mas esforcem-se por estendê-la ao âmbito interparoquial, interdiocesano, nacional ou internacional. Tanto mais que a crescente migração dos povos, o incremento de relações mútuas e a facilidade de comunicações já não permitem que parte alguma da sociedade permaneça fechada em si. Assim, devem interessar-se pelas necessidades do Povo de Deus disperso por toda a Terra ».⁽⁸⁶⁾

O recente Sínodo pediu, nesse sentido, que se favorecesse a criação dos *Conselhos Pastorais diocesanos*, a que se deveria recorrer conforme as oportunidades. Trata-se, na verdade, da principal forma de colaboração e de diálogo, bem como de discernimento, a nível diocesano. A participação dos fiéis leigos nestes Conselhos poderá aumentar o recurso à consulta, e o princípio da colaboração — que em determinados casos também é de decisão — e encontrará uma aplicação mais vasta e mais incisiva.⁽⁸⁷⁾

A participação dos fiéis leigos nos *Sínodos diocesanos* e nos *Concílios particulares*, provinciais ou plenários, está contemplada no Código de Direito Canónico; ⁽⁸⁸⁾ poderá contribuir para a comunhão e para a missão eclesial da Igreja

particular, tanto no seu próprio âmbito, como em relação com as demais Igrejas particulares da Província eclesiástica ou da Conferência Episcopal.

As Conferências Episcopais são chamadas a descobrir a forma mais oportuna de desenvolver, a nível nacional ou regional, a consulta e a colaboração dos fiéis leigos, homens e mulheres: assim se poderão examinar bem os problemas comuns e melhor se manifestará a comunhão eclesial de todos.(89)

A paróquia

26. A comunhão eclesial, embora possua sempre uma dimensão universal, encontra a sua expressão mais imediata e visível na *Paróquia*: esta é a última localização da Igreja; é, em certo sentido, *a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas*.(90)

É necessário que todos redescubramos, na fé, a verdadeira face da Paróquia, ou seja, o próprio « mistério » da Igreja presente e operante nela: embora, por vezes, pobre em pessoas e em meios, e outras vezes dispersa em territórios vastíssimos ou quase desaparecida no meio de bairros modernos populosos e caóticos, a Paróquia não é principalmente uma estrutura, um território, um edifício, mas é sobretudo « a família de Deus, como uma fraternidade animada pelo espírito de unidade », (91) é « uma casa de família, fraterna e acolhedora », (92) é a « comunidade de fiéis ». (93) Em definitivo, a Paróquia está fundada sobre uma realidade teológica, pois ela é uma *comunidade eucarística*. (94) Isso significa que ela é uma comunidade idónea para celebrar a Eucaristia, na qual se situam a raiz viva do seu edificar-se e o vínculo sacramental do seu estar em plena comunhão com toda a Igreja. Essa idoneidade mergulha no facto de a Paróquia ser uma *comunidade de fé* e uma *comunidade orgânica*, isto é, constituída pelos ministros ordenados e pelos outros cristãos, na qual o pároco — que representa o Bispo diocesano — (95) é o vínculo hierárquico com toda a Igreja particular.

É deveras imenso o trabalho da Igreja nos nossos dias e, para realizá-lo, a Paróquia sozinha não pode bastar. Por isso, o Código de Direito Canónico prevê formas de colaboração entre paróquias no âmbito do território (96) e recomenda ao Bispo o cuidado de todas as categorias de fiéis, até das que não são atingidas pelo cuidado pastoral ordinário.(97)

De facto, muitos lugares e formas de presença e de acção são absolutamente necessários para levar a palavra e a graça do Evangelho às variadas condições de vida dos homens de hoje, e muitas outras funções de irradiação religiosa e de apostolado do ambiente, no campo cultural, social, educativo, profissional, etc., não podem ter como centro ou ponto de partida a Paróquia. Todavia, a Paróquia ainda hoje vive uma fase nova e prometedora. Como dizia Paulo VI, no início do seu Pontificado, dirigindo-se ao Clero romano: « Acreditamos simplesmente que esta antiga e venerada estrutura da Paróquia tem uma missão indispensável de grande actualidade: pertence-lhe criar a primeira comunidade do povo cristão, iniciar e reunir o povo na expressão normal da vida litúrgica, conservar e reanimar a fé nas pessoas de hoje, dar-lhes a escola da doutrina salvadora de Cristo, praticar no sentir e na acção a humilde caridade das obras boas e fraternas ». (98)

Os Padres sinodais, por sua vez, debruçaram-se cuidadosamente sobre a situação actual de muitas paróquias, pedindo para elas uma *mais decidida renovação*: « Muitas

Paróquias, tanto nas zonas urbanas como em terras de missão, não conseguem funcionar plena e efectivamente por falta de meios materiais ou de homens ordenados, ou também pela excessiva extensão geográfica e pela especial condição de alguns cristãos (como, por exemplo, os refugiados e os emigrantes). Para que tais Paróquias sejam verdadeiramente comunidades cristãs, as autoridades locais devem favorecer: a) a adaptação das estruturas paroquiais à ampla flexibilidade concedida pelo Direito Canónico, sobretudo ao promover a participação dos leigos nas responsabilidades pastorais; b) as pequenas comunidades eclesiais de base, também chamadas comunidades vivas, onde os fiéis possam comunicar entre si a Palavra de Deus e exprimir-se no serviço e no amor; estas comunidades são autênticas expressões da comunhão eclesial e centros de evangelização, em comunhão com os seus Pastores ... ».(99) Para a renovação das paróquias e para melhor assegurar a sua eficácia operativa devem favorecer-se também formas institucionais de cooperação entre as diversas paróquias de um mesmo território.

O empenhamento apostólico na paróquia

27. Necessário se torna agora considerar mais de perto a comunhão e a participação dos fiéis leigos na vida da Paróquia. Nesse sentido deve chamar-se a atenção de todos os fiéis leigos, homens e mulheres, para uma observação tão verdadeira, significativa e estimulante, feita pelo Concílio: « No seio das comunidades da Igreja — lemos no Decreto sobre o apostolado dos leigos — a sua acção é tão necessária que, sem ela, o próprio apostolado dos pastores não pode conseguir, na maior parte das vezes, todo o seu efeito ».(100) Esta é uma afirmação radical que, evidentemente, deve ser vista à luz da « eclesiologia de comunhão »: sendo diferentes e complementares, os ministérios e os carismas são todos necessários para o crescimento da Igreja, cada um segundo a própria modalidade.

Os fiéis leigos devem convencer-se cada vez mais do particular significado que tem o empenhamento apostólico na sua Paróquia. É ainda o Concílio que com autoridade o sublinha: « A Paróquia dá-nos um exemplo claro de apostolado comunitário porque congrega numa unidade toda a diversidade humana que aí se encontra e insere essa diversidade na universalidade da Igreja. Habituem-se os leigos a trabalhar na Paróquia intimamente unidos aos seus sacerdotes, a trazer para a comunidade eclesial os próprios problemas e os do mundo e as questões que dizem respeito à salvação dos homens, para que se examinem e resolvam com o concurso de todos. Habituem-se a prestar auxílio a toda a iniciativa apostólica e missionária da sua comunidade eclesial na medida das próprias forças ».(101)

O acento posto pelo Concílio na análise e na solução dos problemas pastorais « com o contributo de todos » deve encontrar o seu progresso adequado e estruturado na valorização cada vez mais convicta, ampla e decidida, dos *Conselhos pastorais paroquiais*, nos quais justamente insistiram os Padres sinodais.(102)

Nas actuais circunstâncias, os fiéis leigos podem e devem fazer muitíssimo para o crescimento de uma autêntica *comunhão eclesial* no seio das suas paróquias e para o despertar do *impulso missionário* em ordem aos não crentes e, mesmo, aos crentes que tenham abandonado ou arrefecido a prática da vida cristã.

A Paróquia, sendo a Igreja colocada no meio das casas dos homens, vive e actua profundamente integrada na sociedade humana e intimamente solidária com as suas aspirações e os seus dramas. Frequentemente, o contexto social, sobretudo em certos

países e ambientes, é violentemente sacudido por forças de desagregação e de desumanização: o homem pode encontrar-se perdido e desorientado, mas no seu coração permanece o desejo, cada vez maior, de poder sentir e cultivar relações mais fraternas e humanas. A resposta a esse desejo pode ser dada pela Paróquia, quando esta, graças à participação viva dos fiéis leigos, se mantém coerente com a sua originária vocação e missão: ser no mundo « lugar » da comunhão dos crentes e, ao mesmo tempo, « sinal » e « instrumento » da vocação de todos para a comunhão; numa palavra, ser a casa que se abre para todos e que está ao serviço de todos, ou, como gostava de dizer o Papa João XXIII, *o fontanário da aldeia* a que todos acorrem na sua sede.

Formas de participação na vida da Igreja

28. Os fiéis leigos, juntamente com os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, formam o único Povo de Deus e Corpo de Cristo.

Ser « membros » da Igreja nada tira ao facto de cada cristão ser um ser « único e irrepetível », antes, garante e promove o sentido mais profundo da sua unicidade e irrepetibilidade, enquanto é fonte de verdade e de riqueza para a Igreja inteira. Nesse sentido, Deus, em Jesus Cristo, chama cada qual pelo próprio e inconfundível nome. O convite do Senhor: « Ide vós também para a minha vinha » dirige-se a cada um pessoalmente e soa: « Vem também tu para a minha vinha »!

Assim, cada um na sua unicidade e irrepetibilidade, com o seu ser e o seu agir, põe-se ao serviço do crescimento da comunhão eclesial, como, por sua vez, recebe singularmente e faz sua a riqueza comum de toda a Igreja. Esta é a « Comunhão dos Santos », que nós professamos no Credo: *o bem de todos torna-se o bem de cada um e o bem de cada um torna-se o bem de todos*. « Na santa Igreja — escreve São Gregório Magno — cada um é apoio dos outros e os outros são seu apoio ».(103)

Formas pessoais de participação

É absolutamente necessário que cada fiel leigo tenha sempre viva *consciência de ser um « membro da Igreja »*, a quem se confia um encargo original insubstituível e indelegável, que deverá desempenhar para o bem de todos. Numa tal perspectiva, assume todo o seu significado a afirmação conciliar sobre a *necessidade absoluta do apostolado de cada pessoa*: « O apostolado individual que deriva com abundância da fonte de uma vida verdadeiramente cristã (cf. *Jo 4, 14*), é origem e condição de todo o apostolado dos leigos, mesmo do associado, e nada o pode substituir. A este apostolado, sempre e em toda a parte proveitoso e em certas circunstâncias o único conveniente e possível, são chamados e, por isso, obrigados todos os leigos, de qualquer condição, ainda que não se lhes proporcione ocasião ou possibilidade de cooperar nas associações ».(104)

No apostolado individual existem grandes riquezas que precisam de ser descobertas em ordem a uma intensificação do dinamismo missionário de cada fiel leigo. Com essa forma de apostolado, a irradiação do Evangelho pode tornar-se mais *capilar*, chegando a tantos lugares e ambientes quanto os que estão ligados à vida quotidiana e concreta dos leigos. Trata-se, além disso, de uma irradiação *constante*, estando ligada à contínua coerência da vida pessoal com a fé; e também de uma irradiação particularmente *incisiva*, porque, na total partilha das condições de vida, do trabalho, das dificuldades e esperanças dos irmãos, os fiéis leigos podem atingir o coração dos

seus vizinhos, amigos ou colegas, abrindo-o ao horizonte total, ao sentido pleno da existência: a comunhão com Deus e entre os homens.

Formas agregativas de participação

29. A comunhão eclesial, já presente e operante na acção do indivíduo, encontra uma expressão específica no operar associado dos fiéis leigos, isto é, na acção solidária que eles desenvolvem ao participar responsabilmente na vida e na missão da Igreja.

Nestes tempos mais recentes, o fenómeno da agregação dos leigos entre si assumiu formas de particular variedade e vivacidade. Se na história da Igreja tal fenómeno representou sempre uma linha constante, como o provam até aos nossos dias as várias confrarias, as ordens terceiras e os diversos sodalícios, ele recebeu, todavia, um notável impulso nos tempos modernos que têm visto o nascer e o irradiar de múltiplas formas agregativas: associações, grupos, comunidades, movimentos. Pode falar-se de *uma nova era agregativa* dos fiéis leigos. Com efeito, « ao lado do associativismo tradicional e, por vezes, nas suas próprias raízes, brotaram movimentos e sodalícios novos, com fisionomia e finalidade específicas: tão grande é a riqueza e a versatilidade de recursos que o Espírito infunde no tecido eclesial e tamanha é a capacidade de iniciativa e a generosidade do nosso laicado ».(105)

Estas agregações de leigos aparecem muitas vezes *bastante diferentes* umas das outras em vários aspectos, como a configuração exterior, os caminhos e métodos educativos e os campos operativos. Encontram, porém, as linhas de uma vasta e *profunda convergência* na finalidade que as anima: a de participar responsabilmente na missão da Igreja de levar o Evangelho de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade.

A agregação dos fiéis leigos por motivos espirituais e apostólicos brota de várias fontes e vai ao encontro de diversas exigências: exprime, de facto, a natureza social da pessoa e obedece ao imperativo de uma mais vasta e incisiva eficácia operativa. Na verdade, a incidência « cultural » fonte e estímulo e, simultaneamente, fruto e sinal de todas as demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a acção, não tanto dos indivíduos, mas de um « sujeito social », isto é, com a acção de um grupo, de uma comunidade, de uma associação, de um movimento. E isso é particularmente verdade no contexto de um a sociedade pluralista e fragmentada — como é, em tantas partes do mundo, a actual — e perante os problemas tornados enormemente complexos e difíceis. Por outro lado, sobretudo num mundo secularizado, as várias formas agregativas podem representar para muitos uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente, com as exigências do Evangelho e de um empenhamento missionário e apostólico.

Para além destes motivos, a razão profunda que justifica e exige o agregar-se dos fiéis leigos é de ordem teológica: uma *razão eclesiológica*, como abertamente reconhece o Concílio Vaticano II, ao apontar o apostolado associado como um « *sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo* ».(106)

É um « sinal » que deve manifestar-se nas relações de « comunhão », tanto no interior como no exterior das várias formas agregativas, no mais vasto contexto da comunidade cristã. É a própria razão eclesiológica apontada que explica, por um lado o « direito » de agregação próprio dos fiéis leigos e, por outro, a necessidade de «

critérios » de discernimento sobre a autenticidade eclesial das suas formas agregativas.

Antes de mais, é necessário reconhecer-se a *liberdade associativa dos fiéis leigos* na Igreja. Essa liberdade constitui um verdadeiro e próprio direito que não deriva de uma espécie de « concessão » da autoridade, mas que promana do Baptismo, qual sacramento que chama os fiéis leigos para participarem activamente na comunhão e na missão da Igreja. O Concílio é muito explícito a este propósito: « Respeitada a devida relação com a autoridade eclesiástica, os leigos têm o direito de fundar associações, dirigi-las e dar nome às já existentes ».(107) E o recente Código textualmente diz: « Os fiéis podem livremente fundar e dirigir associações para fins de caridade ou de piedade, ou para fomentar a vocação cristã no mundo, e reunir-se para alcançar em comum esses mesmos fins ».(108)

Trata-se de uma liberdade reconhecida e garantida pela autoridade eclesiástica e que deve ser exercida sempre e só na comunhão da Igreja: nesse sentido o direito dos fiéis leigos em agregar-se é essencialmente relativo à vida de comunhão e missão e à própria Igreja.

Critérios de eclesialidade para as agregações laicais

30. É sempre na perspectiva da comunhão e da missão da Igreja e não, portanto, em contraste com a liberdade associativa, que se compreende a necessidade de *claros e precisos critérios de discernimento e de reconhecimento* das agregações laicais, também chamados « critérios de eclesialidade ».

Como critérios fundamentais para o discernimento de toda e qualquer agregação dos fiéis leigos na Igreja, podem considerar-se de forma unitária, os seguintes:

— *O primado dado à vocação de cada cristão à santidade*, manifestado « nos frutos da graça que o Espírito produz nos fiéis »(109) como crescimento para a plenitude da vida cristã e para a perfeição da caridade.(110)

Nesse sentido, toda e qualquer agregação de fiéis leigos é chamada a ser sempre e cada vez mais instrumento de santidade na Igreja, favorecendo e encorajando « uma unidade mais íntima entre a vida prática dos membros e a própria fé ».(111)

— *A responsabilidade em professar a fé católica*, acolhendo e proclamando a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem, em obediência ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta. Por isso, toda a agregação de fiéis leigos deve ser lugar de anúncio e de proposta da fé e de educação na mesma, no respeito pelo seu conteúdo integral.

— *O testemunho de uma comunhão sólida e convicta*, em relação filial com o Papa, centro perpétuo e visível da unidade da Igreja universal,(112) e com o Bispo « princípio visível e fundamento da unidade » da Igreja particular,(113) e na « estima recíproca entre todas as formas de apostolado na Igreja ».(114)

A comunhão com o Papa e com o Bispo é chamada a exprimir-se na disponibilidade leal em aceitar os seus ensinamentos doutrinários e orientações pastorais. A comunhão eclesial exige, além disso, que se reconheça a legítima pluralidade das formas

agregativas dos fiéis leigos na Igreja e, simultaneamente, a disponibilidade para a sua recíproca colaboração.

— *A conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja, que é a evangelização e a santificação dos homens e a formação cristã das suas consciências, de modo a conseguir permear de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes* ». (115)

Nesta linha, exige-se de todas as formas agregativas de fiéis leigos, e de cada uma deles, um entusiasmo missionário que as torne, sempre e cada vez mais, sujeitos de uma nova evangelização.

— *O empenho de uma presença na sociedade humana que, à luz da doutrina social da Igreja, se coloque ao serviço da dignidade integral do homem.*

Assim, as agregações dos fiéis leigos devem converter-se em correntes vivas de participação e de solidariedade para construir condições mais justas e fraternas no seio da sociedade.

Os critérios fundamentais acima expostos encontram a sua verificação nos *frutos concretos* que acompanham a vida e as obras das diversas formas associativas, tais como: o gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimónio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar nos programas e nas atividades da Igreja, tanto a nível local como nacional ou internacional; o empenhamento catequético e a capacidade pedagógica de formar os cristãos; o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e de pobreza evangélica em ordem a uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de baptizados « afastados ».

O serviço dos Pastores para a comunhão

31. Os Pastores na Igreja, mesmo perante possíveis e compreensíveis dificuldades de algumas formas agregativas e perante novas formas, que se vão impondo, não podem abdicar do serviço da sua autoridade, não apenas pelo bem da Igreja, mas até pelo bem dessas mesmas agregações laicais. Nesse sentido, eles devem acompanhar a sua acção de discernimento com a orientação e, sobretudo, com o encorajamento em ordem a um crescimento das agregações dos fiéis leigos na comunhão e na missão da Igreja.

É sem dúvida oportuno que algumas novas associações e alguns novos movimentos, pela sua difusão, muitas vezes, nacional e até internacional, venham a receber um *reconhecimento oficial*, uma aprovação explícita da competente autoridade eclesiástica. Nesse sentido, já dizia o Concílio: « O apostolado dos leigos admite diversos modos de relação com a Hierarquia, segundo as suas várias formas e seus objectivos... Certas formas de apostolado dos leigos são, de diversos modos, expressamente reconhecidas pela Hierarquia. Além disso, a autoridade eclesiástica, tendo em conta as exigências do bem da Igreja, pode escolher de entre as várias associações e iniciativas apostólicas com um fim directamente espiritual, algumas em

particular, e promovê-las de um modo especial, assumindo sobre elas uma maior responsabilidade ».(116)

Entre as várias formas de apostolado dos leigos, que têm uma particular relação com a Hierarquia, os Padres sinodais expressamente mencionaram vários movimentos e associações de *Acção Católica*, onde « os leigos se associam livremente de forma orgânica e estável, sob o impulso do Espírito Santo, na comunhão com o Bispo e com os sacerdotes, de forma a poderem servir, no estilo próprio da sua vocação, com um método particular, o crescimento de toda a comunidade cristã, os projectos pastorais e a animação evangélica de todos os âmbitos da vida, com fidelidade e operosidade ».(117)

Foi confiado ao Pontifício Conselho dos Leigos o encargo de elaborar um elenco das associações que recebem a aprovação oficial da Santa Sé e de definir, em colaboração com o Secretariado da Unidade dos Cristãos, as condições segundo as quais se pode aprovar uma associação ecuménica, onde a maioria seja católica ao lado de uma minoria não católica, estabelecendo também em que casos se não pode dar parecer positivo.(118)

Todos, Pastores e fiéis, temos a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração entre as várias formas agregativas de leigos. Só assim, a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode dar o seu contributo fecundo e ordenado para a edificação da casa comum: « Para se edificar solidariamente a casa comum, é preciso, além do mais, depor todo o espírito de antagonismo e de disputa, e que a competição se faça, antes, na estima mútua (cf. *Rom 12, 10*), na recíproca antecipação do afecto e na vontade de colaboração, com a paciência, a abertura de visão, a disponibilidade para o sacrifício, que isso, por vezes, pode comportar ».(119)

Voltamos de novo às palavras de Jesus: « Eu sou a videira e vós as vides » (*Jo 15, 5*), para darmos graças a Deus pelo grande *dom* da comunhão eclesial, que reflecte no tempo a comunhão eterna e inefável do amor de Deus Uno e Trino. A consciência do dom deve ser acompanhada de um grande sentido de *responsabilidade*: trata-se, com efeito, de um dom que, à semelhança do talento evangélico, deve ser posto a render numa vida de crescente comunhão.

Ser responsáveis do dom da comunhão significa, antes de mais, empenharmo-nos na vitória sobre toda a tentação de divisão e de contraposição que ameaça a vida e o empenhamento apostólico dos cristãos. O grito de dor e de estranheza do apóstolo Paulo: « Refiro-me ao facto de cada um de vós dizer: "Eu sou de Paulo", "Eu, porém, sou de Apolo», «E eu sou de Cefas", «E eu de Cristo»! Foi Cristo por ventura dividido? » (*1 Cor 1, 12, 13*) continua a ecoar como repreensão pelas « feridas feitas ao Corpo de Cristo ». Ressoem, antes, como apelo persuasivo estas outras palavras do apóstolo: « Exorto-vos, irmãos, no nome de nosso Senhor Jesus Cristo, a serdes unânimes no falar, para que não haja divisões entre vós, mas vivais em perfeita união de pensamento e de propósitos » (*1 Cor 1, 10*).

Assim, a vida de comunhão, eclesial torna-se um *signal* para o mundo e uma *força* de atracção que leva à fé em Cristo: « Como Tu, ó Pai, estás em Mim e Eu em Ti, que também eles estejam em Nós, para que o mundo creia que Tu me enviaste » (*Jo 17, 21*). Dessa maneira, a comunhão abre-se para a *missão* e converte-se ela própria em missão.

CAPÍTULO III

CONSTITUÍ-VOS PARA IRDES E DARDES FRUTO

A corresponsabilidade dos fiéis leigos na Igreja-Missão

Comunhão missionária

32. Retomemos a imagem bíblica da videira e dos ramos. Ela leva-nos, de forma imediata e espontânea, à consideração da fecundidade e da vida. Radicados e vivificados pela videira, os ramos são chamados a dar fruto: « Eu sou a videira e vós os ramos. *Quem permanece em Mim e Eu nele dá muito fruto* » (Jo 15, 5). Dar fruto é uma exigência essencial da vida cristã e eclesial. Quem não dá fruto não permanece na comunhão: « Toda a vide que em Mim não dá fruto (o Meu Pai) corta-a » (Jo 15, 2).

A comunhão com Jesus, donde promana a comunhão dos cristãos entre si, é condição absolutamente indispensável para dar fruto: « Sem Mim não podeis fazer nada » (Jo 15, 5). E a comunhão com os outros é o fruto mais lindo que as vides podem dar: ela é, na verdade, um dom de Cristo e do Seu Espírito.

Ora, a *comunhão gera comunhão* e reveste essencialmente a forma de *comunhão missionária*. Jesus, de facto, diz aos Seus discípulos: « Não fostes vós que Me escolhestes; fui Eu que vos escolhi e *vos constituí para irdes e dardes fruto* e para que o vosso fruto permaneça » (Jo 15, 16).

A comunhão e a missão estão profundamente ligadas entre si, compenetram-se e integram-se mutuamente, ao ponto de *a comunhão representar a fonte e, simultaneamente, o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão*. É sempre o único e mesmo Espírito que convoca e une a Igreja e que a manda pregar o Evangelho « até aos confins da terra » (Act 1, 8). Por sua vez, a Igreja sabe que a comunhão, recebida em dom, tem um destino universal. Assim, a Igreja sente-se devedora à humanidade inteira e a cada um dos homens do dom recebido do Espírito, que derrama nos corações dos crentes a caridade de Jesus Cristo, força prodigiosa de coesão interna e, ao mesmo tempo, de expansão externa. A missão da Igreja deriva da sua própria natureza, tal como Cristo a quis: ser « sinal e instrumento ... de unidade de todo o género humano ».⁽¹²⁰⁾ Essa missão tem por finalidade dar a conhecer a todos e fazer com que todos vivam a « nova » comunhão que, no Filho de Deus feito homem, entrou na história do mundo. Nesse sentido, o testemunho do evangelista João já define, de forma irrevocável, a meta beatificante para onde se encaminha toda a missão da Igreja: « O que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também vós tenhais comunhão connosco. A nossa comunhão é com o Pai e com o Seu Filho Jesus Cristo » (1 Jo 1, 3).

Ora, no contexto da missão da Igreja o *Senhor confia aos fiéis leigos, em comunhão com todos os outros membros do Povo de Deus, uma grande parte de responsabilidade*. Tinham disso plena consciência os Padres do Concílio Vaticano II: « Os sagrados Pastores conhecem, com efeito, perfeitamente quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja. Pois eles próprios sabem que não foram instituídos por Jesus Cristo para se encarregarem por si sós de toda a missão salvadora da Igreja para com o mundo, mas que o seu cargo sublime consiste em pastorear de tal modo os fiéis e de tal modo reconhecer os seus serviços e carismas, que todos, cada um segundo o seu modo próprio, cooperem na obra comum ».⁽¹²¹⁾ Essa

consciência reapareceu, depois, com renovada clareza e com maior vigor, em todos os trabalhos do Sínodo.

Anunciar o Evangelho

33. Os fiéis leigos, precisamente por serem membros da Igreja, têm por vocação e por missão anunciar o Evangelho: para essa obra foram habilitados e nela empenhados pelos sacramentos da iniciação cristã e pelos dons do Espírito Santo.

Leiamos um texto claro e denso do Concílio Vaticano II: « Porque participam no múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, os leigos têm parte activa na vida e na acção da Igreja... Fortalecidos pela participação activa na vida litúrgica da comunidade, empenham-se nas obras apostólicas da mesma. Conduzem à Igreja os homens que porventura andem longe, cooperam intensamente na comunicação da Palavra de Deus, sobretudo pela actividade catequética, e tornam mais eficaz, com o contributo da sua competência, a cura de almas e até a administração dos bens da Igreja ».(122)

Ora, é na *evangelização* que se concentra e se desenrola toda a missão da Igreja, cujo percurso histórico se faz sob a graça e ordem de Jesus Cristo: « Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura... Eis que Eu estou convosco todos os dias até ao fim do mundo » (Mt 16, 15; cf. Mt 28, 20). « Evangelizar — escreve Paulo VI — é a graça e a vocação própria da Igreja, a sua identidade mais profunda ».(123)

Com a evangelização, a Igreja é construída e plasmada como *comunidade de fé*: mais precisamente, como comunidade de uma fé *confessada* na adesão à Palavra de Deus, *celebrada* nos Sacramentos e *vivida* na caridade, como alma da existência moral cristã. Com efeito, a « boa nova » tende a suscitar no coração e na vida do homem a conversão e a adesão pessoal a Jesus Cristo Salvador e Senhor; dispõe ao Baptismo e à Eucaristia e consolida-se no propósito e na realização da nova vida segundo o Espírito.

Sem dúvida, a ordem de Jesus: « Ide e pregai o Evangelho » conserva sempre a sua validade e está cheia de uma urgência que não passa. Todavia, a *situação actual*, não só do mundo mas também de tantas partes da Igreja, *exige absolutamente que à palavra de Cristo se preste uma obediência mais pronta e generosa*. Todo o discípulo é chamado em primeira pessoa; nenhum discípulo pode eximir-se a dar a sua própria resposta: « Ai de mim se não evangelizar » (1 Cor 9, 16).

Chegou a hora de nos lançarmos numa nova evangelização

34. Países inteiros e nações, onde a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas e capazes de dar origem a comunidades de fé viva e operosa, encontram-se hoje sujeitos a dura prova, e, por vezes, até são radicalmente transformados pela contínua difusão do indiferentismo, do secularismo e do ateísmo. É o caso, em especial, dos países e das nações do chamado Primeiro Mundo, onde o bem-estar económico e o consumismo, embora à mistura com tremendas situações de pobreza e de miséria, inspiram e permitem viver « como se Deus não existisse ». Ora, a indiferença religiosa e a total insignificância prática de Deus nos problemas, mesmo graves, da vida não são menos preocupantes e subversivos do que o ateísmo declarado. E também a fé cristã, mesmo sobrevivendo em algumas manifestações tradicionais e ritualistas, tende a desaparecer nos momentos mais significativos da existência, como são os momentos do nascer, do sofrer e do morrer. Daí que se

levantem interrogações e enigmas tremendos, que, ao ficarem sem resposta, expõem o homem contemporâneo à desilusão desconfortante e à tentação de eliminar a mesma vida humana que levanta esses problemas.

Noutras regiões ou nações, porém, conservam-se bem vivas ainda tradições de piedade e de religiosidade popular cristã; mas, esse património moral e espiritual corre hoje o risco de esbater-se sob o impacto de múltiplos processos, entre os quais sobressaem a secularização e a difusão das seitas. Só uma nova evangelização poderá garantir o crescimento de uma fé límpida e profunda, capaz de converter tais tradições numa força de liberdade autêntica.

É urgente, sem dúvida, refazer em toda a parte o tecido cristão da sociedade humana. Mas, a condição é a de *se refazer o tecido cristão das próprias comunidades eclesiais* que vivem nesses países e nessas nações.

Ora, os fiéis leigos, por força da sua participação no múnus profético de Cristo, estão plenamente envolvidos nessa tarefa da Igreja. Pertence-lhes, em particular, dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente, ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade. Será isso possível, se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana actividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude.

Repito mais uma vez a todos os homens contemporâneos o grito apaixonado com que iniciei o meu serviço pastoral: « *Não tenhais medo! Abri, ou antes, escancarai as portas a Cristo! Abri ao Seu poder salvador os confins dos Estados, os sistemas económicos assim como os políticos, os vastos campos da cultura, da civilização, do progresso. Não tenhais medo! Cristo sabe bem "o que está dentro do homem". Só Ele o sabe! Hoje em dia muito frequentemente o homem não sabe o que traz no interior de si mesmo, no profundo do seu ânimo e do seu coração. Muito frequentemente se encontra incerto acerca do sentido da sua vida sobre esta Terra. E sucede que é invadido pela dúvida que se transforma em desespero. Permitti, pois, — peço-vos e vo-lo imploro com humildade e confiança — deixai que Cristo fale ao homem. Só Ele tem palavras de vida; sim, de vida eterna* ». (124)

Escancarar a porta a Cristo, acolhe-l'O no espaço da própria humanidade, não é, de modo algum, ameaça para o homem, mas antes, é a única estrada a percorrer, se quisermos reconhecer o homem na sua verdade total e exaltá-lo nos seus valores.

A síntese vital que os fiéis leigos souberem fazer entre o Evangelho e os deveres quotidianos da vida será o testemunho mais maravilhoso e convincente de que não é o medo, mas a procura e a adesão a Cristo, que são o factor determinante para que o homem viva e cresça, e para que se alcancem novas formas de viver mais conformes com a dignidade humana.

O homem é amado por Deus! Este é o mais simples e o mais comovente anúncio de que a Igreja é devedora ao homem. A palavra e a vida de cada cristão podem e devem fazer ecoar este anúncio: Deus ama-te, Cristo veio por ti, para ti Cristo é « Caminho, Verdade, Vida » (Jo 14, 6)!

Esta nova evangelização, dirigida, não apenas aos indivíduos mas a inteiras faixas de população, nas suas diversas situações, ambientes e culturas, tem por fim *formar comunidades eclesiais maduras*, onde, a fé desabroche e realize todo o seu significado originário de adesão à pessoa de Cristo e ao Seu Evangelho, de encontro e de comunhão sacramental com Ele, de existência vivida na caridade e no serviço.

Os fiéis leigos têm a sua parte a desempenhar na formação de tais comunidades eclesiais, não só com uma participação activa e responsável na vida comunitária e, portanto, com o seu insubstituível testemunho, mas também com o entusiasmo e com a acção missionária dirigida a quantos não crêem ainda ou já não vivem a fé recebida no Baptismo.

Em relação às novas gerações, os fiéis leigos devem dar um precioso contributo, necessário como nunca, com uma *obra sistemática de catequese*: Os Padres sinodais acolheram com gratidão o trabalho dos catequistas, reconhecendo que eles « têm uma tarefa de grande importância na animação das comunidades eclesiais ».(125) é verdade que os pais cristãos são os primeiros e insubstituíveis catequistas dos próprios filhos, habilitados que o foram para isso pelo sacramento do Matrimónio, mas, ao mesmo tempo, devemos todos ter consciência do direito que assiste a todo o baptizado de ser instruído, educado, acompanhado na fé e na vida cristã.

Ide por todo o mundo

35. A Igreja, ao aperceber-se e ao viver a urgência actual de uma nova evangelização, não pode eximir-se da *missão permanente de levar o Evangelho a quantos* — e são milhões e milhões de homens e mulheres — *não conhecem ainda a Cristo Redentor do homem*. Esta é a tarefa mais especificamente missionária que Jesus confiou e continua todos os dias a confiar à Sua Igreja.

A acção dos fiéis leigos, que, aliás, nunca faltou neste campo, aparece hoje cada vez mais necessária e preciosa. Na verdade, a ordem do Senhor « *Ide por todo o mundo* » continua a encontrar muitos leigos generosos, prontos a deixar o seu ambiente de vida, o seu trabalho, a sua região ou pátria, para ir, ao menos por um certo tempo, para zonas de missão. Mesmo casais cristãos, a exemplo de Áquila e Priscila (cfr. *Act 18; Rom 16, 3 s.*), oferecem o confortante testemunho de amor apaixonado por Cristo e pela Igreja com a sua presença activa em terras de missão. Autêntica presença missionária é também a daqueles que, vivendo por vários motivos em países ou ambientes onde a Igreja ainda não foi estabelecida, dão o testemunho da sua fé.

Mas, o problema missionário apresenta-se hoje à Igreja com tal amplitude e gravidade que só se todos os membros da Igreja o assumirem de forma verdadeiramente solidária e responsável, tanto singularmente como em comunidade, é que se poderá confiar numa resposta mais eficaz.

O convite que o Concílio Vaticano II dirigiu às Igrejas particulares conserva todo o seu valor, ou antes, reclama hoje um acolhimento mais amplo e mais decidido: « A Igreja particular, devendo representar na forma mais perfeita a Igreja universal, tenha plena consciência de ser enviada também àqueles que não acreditam em Cristo ».(126)

A Igreja deve dar hoje um *grande passo em frente* na sua evangelização, deve entrar *numa nova etapa histórica* do seu dinamismo missionário. Num mundo que, com o encurtar das distâncias, se torna sempre mais pequeno, as comunidades

eclesiais devem ligar-se entre si, trocar energias e meios, empenhar-se juntas na missão, única e comum, de anunciar e de viver o Evangelho. « As Igrejas ditas mais jovens — disseram os Padres sinodais — têm necessidade da força das mais antigas, enquanto que estas precisam do testemunho e do entusiasmo das mais jovens, de forma que cada Igreja beneficie das riquezas das outras Igrejas ».(127)

Nesta nova etapa, a formação, não só do clero local mas também de um laicado maduro e responsável, coloca-se nas novas Igrejas como elemento essencial e obrigatório da *plantatio Ecclesiae*.(128) Dessa forma, as próprias comunidades evangelizadas lançam-se para novas paragens do mundo a fim de responderem, também elas, à missão de anunciar e testemunhar o Evangelho de Cristo.

Os fiéis leigos, com o exemplo da sua vida e com a própria acção, podem favorecer o melhoramento das relações entre os adeptos das *diferentes religiões*, como oportunamente observaram os Padres sinodais: « Hoje, a Igreja vive em toda a parte entre homens de religiões diferentes. Todos os fiéis, especialmente os leigos que vivem no meio de povos de outras religiões, tanto nas terras de origem como em terras de emigração, devem constituir para estes um sinal do Senhor e da Sua Igreja, de maneira adaptada às circunstâncias de vida de cada lugar. O diálogo entre as religiões tem uma importância fundamental, pois conduz ao amor e ao respeito recíproco, elimina, ou ao menos, atenua os preconceitos entre os adeptos das várias religiões e promove a unidade e a amizade entre os povos ».(129)

Para evangelizar o mundo são necessários, antes de mais, os *evangelizadores*. Por isso, todos, a começar pelas famílias cristãs, devem sentir a responsabilidade de favorecer o despertar e o amadurecer de *vocações especificamente missionárias*, tanto sacerdotais e religiosas como laicais, recorrendo a todos os meios oportunos e sem nunca esquecer o meio privilegiado da oração, conforme a própria palavra do Senhor Jesus: « A seara é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rezai, poi, ao dono da seara que mande trabalhadores para a sua seara! » (Mt 9, 37-38).

Viver o Evangelho servindo a pessoa e a sociedade

36. Ao anunciar e ao acolher o Evangelho na força do Espírito, a Igreja torna-se comunidade evangelizada e evangelizadora e, precisamente por isso, faz-se *serva dos homens*. Nela, os fiéis leigos participam na missão de servir a pessoa e a sociedade. É verdade que a Igreja tem como fim supremo o Reino de Deus, do qual ela « constitui na terra o germen e o início », (130) e, portanto, está inteiramente consagrada à glorificação do Pai. Mas, o Reino é fonte de libertação plena e de salvação total para os homens: com estes, portanto, a Igreja caminha e vive, real e intimamente solidária com a sua história.

Tendo recebido o encargo de manifestar ao mundo o mistério de Deus, que brilha em Jesus Cristo, ao mesmo tempo, a *Igreja descobre o homem ao homem*, esclarece-o acerca do sentido da sua existência, abre-o à verdade total acerca dele e do seu destino.(131) Nesta perspectiva, a Igreja é chamada, em virtude da sua própria missão evangelizadora, a servir o homem. Tal serviço tem a sua raiz primeiramente no facto prodigioso e empolgante de que, « com a encarnação, o Filho de Deus uniu-se de certa forma a todo o homem ».(132)

Por isso, o homem « é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no desempenho da sua missão: ele é o *caminho primeiro e fundamental da Igreja*, caminho traçado

pelo próprio Cristo, caminho que imutavelmente passa através do mistério da Encarnação e da Redenção ».(133)

Precisamente neste sentido se pronunciou repetidas vezes e com singular clareza e vigor o Concílio Vaticano II nos seus diversos documentos. Releiamos um texto particularmente iluminador da Constituição *Gaudium et spes*: « A Igreja, ao procurar o seu fim salvífico próprio, não se limita a comunicar ao homem a vida divina; espalha sobre todo o mundo os reflexos da sua luz, sobretudo enquanto cura e eleva a dignidade da pessoa humana, consolida a coesão da sociedade e dá um sentido mais profundo à quotidiana atividade dos homens. A Igreja pensa, assim, que por meio de cada um dos seus membros e por toda a sua comunidade, muito pode ajudar para tornar mais humana a família dos homens e a sua história ».(134)

Neste contributo à família dos homens, de que é responsável a Igreja inteira, cabe aos fiéis leigos um lugar de relevo, em razão da sua « índole secular », que os empenha, com modalidades próprias e insubstituíveis, na animação cristã da ordem temporal.

Promover a dignidade da pessoa

37. Descobrir e ajudar a descobrir a dignidade inviolável de cada pessoa humana constitui uma tarefa essencial, diria mesmo em certo sentido, a tarefa central e unificadora do serviço que a Igreja, e nela os fiéis leigos, são chamados a prestar à família dos homens.

De todas as criaturas terrenas, *só o homem é « pessoa », sujeito consciente e livre e*, precisamente por isso, « centro e vértice » de tudo o que existe sobre a terra.(135)

A dignidade pessoal é *o bem mais precioso* que o homem tem, graças ao qual ele transcende em valor todo o mundo material. A palavra de Jesus: « Que serve ao homem ganhar o mundo inteiro, se depois perde a sua alma? » (Mc 8, 36) implica uma afirmação antropológica luminosa e estimulante: o homem vale não por aquilo que « tem » — mesmo que ele possuísse o mundo inteiro — mas por aquilo que « é ». Não são tanto os bens do mundo que contam, mas o bem da pessoa, o bem que é a própria pessoa.

A dignidade da pessoa aparece em todo o seu fulgor, quando se consideram a sua origem e o seu destino: criado por Deus à Sua imagem e semelhança e remido pelo sangue preciosíssimo de Cristo, o homem é chamado a tornar-se « filho no Filho » e templo vivo do Espírito, e tem por destino a vida eterna da comunhão beatífica com Deus. Por isso, toda a violação da dignidade pessoal do ser humano clama por vingança junto de Deus e torna-se ofensa ao Criador do homem.

Em virtude da sua dignidade pessoal, o ser humano é *sempre um valor em si e por si*, e exige ser considerado e tratado como tal, e nunca ser considerado e tratado como um objecto que se usa, um instrumento, uma coisa.

A dignidade pessoal constitui *o fundamento da igualdade de todos os homens entre si*. Daí, a absoluta recusa de todas as mais variadas formas de discriminação que, infelizmente, continuam a dividir e a humilhar a família humana, desde as raciais e económicas às sociais e culturais, das políticas às geográficas, etc. Toda a discriminação é uma injustiça absolutamente intolerável, não tanto pelas tensões e conflitos que pode gerar no tecido social, quanto pela desonra feita à dignidade da

pessoa: não só à dignidade daquele que é vítima da injustiça, mas ainda mais à daquele que pratica essa injustiça.

Fundamento da igualdade de todos os homens entre si, a dignidade pessoal é, ao mesmo tempo, o *fundamento da participação e da solidariedade dos homens entre si*: o diálogo e a comunhão têm a sua raiz última naquilo que os homens « são », antes e mais ainda do que naquilo que eles « têm ».

A dignidade pessoal é propriedade indestrutível de *cada ser humano*. É fundamental compreender-se toda a força que irrompe desta afirmação, que se baseia na *unicidade* e na *irrepetibilidade de toda a pessoa*. Dela deriva que o indivíduo seja irreduzível a tudo o que o queira esmagar e anulá-lo no anonimato da colectividade, da instituição, da estrutura, do sistema. A pessoa, na sua individualidade, não é um número, não é o anel de uma cadeia, nem uma peça da engrenagem de um sistema. A afirmação mais radical e exaltante do valor de cada ser humano foi feita pelo Filho de Deus ao encarnar no seio de uma mulher. E disto continua a falar-nos o Natal cristão.(136)

Venerar o inviolável direito à vida

38. O reconhecimento efectivo da dignidade pessoal de cada ser humano exige o *respeito, a defesa e a promoção dos direitos da pessoa humana*. Trata-se de direitos naturais, universais e invioláveis: ninguém, nem o indivíduo, nem o grupo, nem a autoridade, nem o Estado, pode modificar e muito menos eliminar esses direitos que emanam do próprio Deus.

Ora, a inviolabilidade da pessoa, reflexo da inviolabilidade absoluta do próprio Deus, tem a sua primeira e fundamental expressão na *inviolabilidade da vida humana*. É totalmente falsa e ilusória a comum defesa, que aliás justamente se faz, dos direitos humanos — como por exemplo o direito à saúde, à casa, ao trabalho, à família e à cultura, — se não se defende com a máxima energia o *direito à vida*, como primeiro e fontal direito, condição de todos os outros direitos da pessoa.

A Igreja nunca se deu por vencida perante todas as violações que o direito à vida, que é próprio de cada ser humano, tem sofrido e continua a sofrer, tanto por parte dos indivíduos como mesmo até por parte das próprias autoridades. O titular desse direito é o ser humano, *em todas as fases do seu desenvolvimento*, desde a concepção até à morte natural, e *em todas as suas condições*, tanto de saúde como de doença, de perfeição ou de deficiência, de riqueza ou de miséria. O Concílio Vaticano II afirma abertamente: « Tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, aborto, a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e de jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis; todas estas coisas e outras semelhantes são, sem dúvida, infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem, do que os que as padecem, e ofendem gravemente a honra devida ao Criador ».(137)

Ora, se a todos pertencem a missão e a responsabilidade de reconhecer a dignidade pessoal de cada ser humano e de defender o seu direito à vida, certos fiéis leigos são a isso chamados por um título particular: são *os pais, os educadores, os agentes da saúde e todos os que detêm o poder económico e político*.

Ao aceitar amorosa e generosamente toda a vida humana, sobretudo se fraca e doente, a Igreja vive hoje um momento fundamental da sua missão, tanto mais necessária quanto mais avassaladora se tornou uma « cultura de morte ». De facto, « a Igreja firmemente acredita que a vida humana, mesmo se fraca e sofredora, é sempre um dom maravilhoso do Deus da bondade. Contra o pessimismo e o egoísmo, que ensombram o mundo, a Igreja está do lado da vida: e em cada vida humana ela consegue descobrir o esplendor daquele " Sim ", daquele " Amen ", que é o próprio Cristo (cf. 2 *Cor* 1, 19; *Ap* 3, 14). Ao "não" que avassala e aflige o mundo, contrapõe esse vivo "Sim", defendendo dessa maneira o homem e o mundo daqueles que ameaçam e mortificam a vida ».(138) Pertence aos fiéis leigos, que mais directamente ou por vocação ou por profissão se ocupam do acolher a vida, tornar concreto e eficaz o "sim" da Igreja à vida humana.

Nas fronteiras da vida humana abrem-se hoje novas possibilidades e responsabilidades com o enorme progresso das *ciências biológicas e médicas*, aliado ao surpreendente *poder tecnológico*: o homem, com efeito, é já capaz, não só de « observar » mas também de « manipular » a vida humana no seu início e nas primeiras fases de seu desenvolvimento.

A consciência moral da humanidade não pode ficar alheia ou indiferente perante os passos gigantescos dados por uma força tecnológica que consegue ter um domínio cada vez mais vasto e profundo sobre os dinamismos que presidem à procriação e às primeiras fases do desenvolvimento da vida humana. Talvez nunca como hoje e neste campo, *a sabedoria se revela como única ancora de salvação*, para que o homem, na investigação científica e na aplicada, possa agir sempre com inteligência e com amor, isto é, no respeito, diria mesmo na veneração, da inviolável dignidade pessoal de todo o ser humano, desde o primeiro instante da sua existência. Isso acontece quando, usando meios lícitos, a ciência e a técnica se empenham na defesa da vida e na cura da doença, desde os inícios, recusando, no entanto, — pela própria dignidade da investigação — intervenções que se tornem perturbadoras do património genético do indivíduo e da geração humana.(139)

Os fiéis leigos que, a qualquer título ou a qualquer nível, se empenham na ciência e na técnica, bem como na esfera médica, social, legislativa e económica, devem *corajosamente enfrentar os «desafios» que lhes lançam os novos problemas da bioética*. Como disseram os Padres sinodais, « os cristãos devem exercer a sua responsabilidade como donos da ciência e da tecnologia, não como seus escravos ... Em ordem a esses "desafios" morais, que estão para serem lançados pela nova e imensa força da tecnologia e que põem em perigo, não só os direitos fundamentais dos homens, mas a própria essência biológica da espécie humana, é da máxima importância que os leigos cristãos — com a ajuda de toda a Igreja — tomem a peito o enquadramento da cultura nos princípios de um humanismo autêntico, de forma que a promoção e a defesa dos direitos do homem possam encontrar fundamento dinâmico e seguro na sua própria essência, aquela essência que a pregação evangélica revelou aos homens ».(140)

É urgente que todos, hoje, estejam alertados para o fenómeno da concentração do poder, e, em primeiro lugar, do poder tecnológico. Tal concentração tende, com efeito, a manipular, não só a essência biológica, mas também os conteúdos da própria consciência dos homens e os seus padrões de vida, agravando, assim, a discriminação e a marginalização de povos inteiros.

Livres de invocar o nome do Senhor

39. O respeito da dignidade pessoal, que comporta a defesa e a promoção dos direitos humanos, exige que se reconheça a dimensão religiosa do homem. Não se trata de uma exigência meramente « confessional », mas sim, de uma exigência que mergulha a sua raiz inextirpável na própria realidade do homem. A relação com Deus é, na verdade, elemento constitutivo do próprio « ser » e « existir » do homem: é em Deus que nós « vivemos, nos movemos e existimos » (*Act 17, 28*). Se nem todos acreditam nesta verdade, todos os que dela estão convencidos têm o direito de serem respeitados na sua fé e nas opções de vida, individual e comunitária, que dela derivam. Este é o *direito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa*, cujo efectivo reconhecimento está entre os bens mais elevados e entre os deveres mais graves de todo o povo que queira verdadeiramente assegurar o bem da pessoa e da sociedade: « A liberdade religiosa, exigência insuprimível da dignidade de todos e de cada um dos homens, constitui uma pedra angular do edifício dos direitos humanos; e, portanto, é um factor insubstituível do bem das pessoas e de toda a sociedade, assim como da realização pessoal de cada um. Disto resulta, conseqüentemente, que a liberdade das pessoas consideradas individualmente e das comunidades professarem e praticarem a própria religião é um elemento essencial da convivência pacífica dos homens ... O direito civil e social à liberdade religiosa, ao atingir a esfera mais íntima do espírito, torna-se ponto de referência e, de certo modo, a medida dos outros direitos fundamentais ». (141)

O Sínodo não se esqueceu dos muitos irmãos e irmãs que ainda não gozam desse direito e que têm de enfrentar dificuldades, marginalizações, sofrimentos, perseguições e, por vezes, a morte por causa da confissão da fé. São, na sua maioria, irmãos e irmãs do laicado cristão. O anúncio do Evangelho e o testemunho cristão da vida no sofrimento e no martírio são o ápice do apostolado dos discípulos de Cristo, assim como o amor ao Senhor Jesus até ao dom da própria vida constitui uma fonte de fecundidade extraordinária para a edificação da Igreja. A mística videira mostra, assim, a sua vitalidade, como sublinhava Santo Agostinho: « Mas essa videira, como fora preanunciado pelos Profetas e pelo próprio Senhor, que espalhava pelo mundo inteiro as suas vides carregadas de fruto, tanto mais vicejava quanto mais a regava o abundante sangue dos mártires ». (142)

A Igreja inteira sente-se profundamente grata com esse exemplo e com esse dom: desses seus filhos ela tira razões para renovar o seu impulso de vida santa e apostólica.

Nesse sentido, os Padres sinodais consideraram seu especial dever « agradecer àqueles leigos que vivem quais incansáveis testemunhas da fé, em união fiel com a Sé Apostólica, apesar das restrições à liberdade e da falta de ministros sagrados. Eles jogam tudo, até a própria vida. Dessa maneira, os leigos dão testemunho de uma propriedade essencial da Igreja: a Igreja de Deus nasce da graça de Deus e a forma mais sublime de o manifestar é o martírio ». (143)

Quanto até aqui dissemos sobre o respeito pela dignidade pessoal e sobre o reconhecimento dos direitos humanos, prende-se, sem dúvida, com a responsabilidade de cada cristão, de cada homem. Mas, devemos imediatamente sublinhar como isso se revista hoje de uma *dimensão mundial*: trata-se, de facto, de uma questão que já atinge grupos humanos inteiros, até povos inteiros, que são violentamente espezinhados nos seus direitos fundamentais. Daí, aquelas formas de desigualdade de progresso entre os diversos Mundos que na recente Encíclica *Sollicitudo rei socialis* foram abertamente denunciadas.

O respeito pela pessoa humana ultrapassa a exigência de uma moral individual e coloca-se como critério de base, quase como pilar fundamental, na estruturação da própria sociedade, sendo a sociedade inteiramente finalizada para a pessoa.

Assim, intimamente ligada à responsabilidade de *servir a pessoa* põe-se a responsabilidade de *servir a sociedade*, qual tarefa geral daquela animação cristã da ordem temporal a que os fiéis leigos são chamados segundo as modalidades próprias e específicas.

A família, primeiro espaço para o empenhamento social

40. A pessoa humana tem uma natural e estrutural dimensão social enquanto é chamada, desde o seu íntimo, à *comunhão* com os outros e à *doação* aos outros: « Deus, que cuida paternamente de todos, quis que os homens formassem uma só família e se tratassem entre si com espírito de irmãos ».(144) E, assim, a *sociedade*, fruto e sinal da *sociabilidade* do homem, mostra a sua verdade plena ao constituir-se *comunhão de pessoas*.

Dá-se interdependência e reciprocidade entre a pessoa e a sociedade: tudo o que for feito em favor da pessoa é também serviço feito à sociedade, e tudo o que for realizado em favor da sociedade reverte-se em benefício da pessoa. Por isso, o empenhamento apostólico dos fiéis leigos na ordem temporal adquire sempre e de forma indissolúvel um significado de serviço ao homem indivíduo na sua unicidade e irrepetibilidade e um significado de serviço a todos os homens.

Ora, a primeira e originária expressão da dimensão social da pessoa é o *casal e a família*: « Deus não criou o homem para o deixar sozinho; desde o princípio "homem e mulher os criou" (*Gn* 1, 27) e a sua união constitui a primeira expressão de comunhão de pessoas ».(145) Jesus mostrou-se preocupado em restituir ao casal a sua inteira dignidade (*Mt* 19, 3-9) e à família a sua própria solidez (*Mt* 19, 4-6); São Paulo mostrou a relação profunda do matrimónio com o mistério de Cristo e da Igreja (*Ef* 5, 22-4, 6; *Col* 3,18-21; cf. 1 *Ped* 3,1-7).

O casal e a família constituem o *primeiro espaço para o empenhamento social dos fiéis leigos*. Trata-se de um empenho que só poderá ser desempenhado adequadamente na convicção do valor único e insubstituível da família para o progresso da sociedade e da própria Igreja.

Berço da vida e do amor, onde o homem « nasce » e « cresce », a família é a célula fundamental da sociedade. Deve reservar-se a essa comunidade uma solicitude privilegiada, sobretudo quando o egoísmo humano, as campanhas contra a natalidade, as políticas totalitárias, e também as situações de pobreza e de miséria física, cultural e moral, bem como a mentalidade edonista e consumista conseguem extinguir as fontes

da vida, e onde as ideologias e os diversos sistemas, aliados a formas de desinteresse e de falta de amor, atentam contra a função educativa própria da família.

É urgente, portanto, realizar uma acção vasta, profunda e sistemática, apoiada não só na cultura, mas também nos meios económicos e nos instrumentos legislativos, destinada a assegurar à família a sua função de ser o *lugar primário da « humanização »* da pessoa e da sociedade.

A acção apostólica dos fiéis leigos consiste, antes de mais, em tornar a família consciente da sua identidade de primeiro núcleo social de base e do seu papel original na sociedade, para que a própria família se torne cada vez mais *protagonista activa e responsável* do seu crescimento e da sua participação na vida social. Dessa forma, a família poderá e deverá exigir de todos, a começar pelas autoridades públicas, o respeito por aqueles direitos que, salvando a família, salvam a mesma sociedade.

O que se escreveu na Exortação *Familiaris consortio* sobre a participação no progresso da sociedade (146) e o que a Santa Sé, a convite do Sínodo dos Bispos de 1980, formulou com a « Carta dos Direitos da Família » representa um programa operativo completo e orgânico para todos os fiéis leigos que, a qualquer título, estão interessados na promoção dos valores e das exigências da família: um programa cuja realização deve impor-se com tanta maior urgência e decisão quanto mais graves se fazem as ameaças à estabilidade e à fecundidade da família e quanto mais forte e sistemática se tornar a tentativa de marginalizar a família e de a esvaziar do seu peso social.

Como a experiência ensina, a civilização e a solidez dos povos dependem sobretudo da qualidade humana das próprias famílias. Assim, a acção apostólica em favor da família adquire um valor social incomparável. A Igreja, por sua parte, está profundamente convencida disso, bem sabendo que « o futuro da humanidade passa através da família ». (147)

A caridade, alma e sustentáculo da solidariedade

41. O serviço feito à sociedade exprime-se e concretiza-se de variadíssimas maneiras: desde as livres e informais às institucionais, desde a ajuda dada aos indivíduos à que se destina aos vários grupos e comunidades de pessoas.

Toda a Igreja, como tal, é directamente chamada ao serviço da caridade: « A santa Igreja, assim como nos seus primeiros tempos, juntando a "ágape" à ceia eucarística, se mostrava toda unida à volta de Cristo pelo vínculo da caridade, assim em todos os tempos se pode reconhecer por este sinal do amor. E alegrando-se com as realizações alheias, ela reserva para si, como dever e direito próprios, que não pode alienar, as obras de caridade. Por isso, a misericórdia para com os pobres e enfermos e as chamadas obras de caridade e de mútuo auxílio para socorrer as múltiplas necessidades humanas são pela Igreja honradas de modo especial » (148) *A caridade para com o próximo*, nas expressões antigas e sempre novas das obras de misericórdia corporais e espirituais, representa o conteúdo mais imediato, comum e habitual da animação cristã da ordem temporal que constitui o empenho específico dos fiéis leigos.

Com a caridade para com o próximo, os fiéis leigos vivem e manifestam a sua participação na realeza de Jesus Cristo, isto é, no poder do Filho do homem que « não veio para ser servido, mas para servir » (Mc 10, 45): vivem e manifestam essa realeza

na forma mais simples que é possível a todos e sempre e, ao mesmo tempo, na forma mais digna, pois a caridade é o dom mais alto que o Espírito dá em ordem à edificação da Igreja (1 Cor 13, 13) e ao bem da humanidade. *A caridade, com efeito, anima e sustenta a solidariedade activa que olha para a totalidade das necessidades do ser humano.*

Uma caridade assim, actuada não só pelos indivíduos, mas também, de forma solidária, pelos grupos e pelas comunidades, é e será sempre necessária: nada e ninguém a pode e poderá substituir, nem sequer as múltiplas instituições e iniciativas públicas, que também se esforçam por dar resposta às carências — muitas vezes hoje tão graves e generalizadas — de uma população. Paradoxalmente, essa caridade é tanto mais necessária quanto mais as instituições, ao tornarem-se complexas na organização e pretendendo gerir todos os espaços disponíveis, acabam por se esvaziar devido ao funcionalismo impessoal, à burocracia exagerada, aos interesses privados injustos e ao desinteresse fácil e generalizado.

Precisamente neste contexto, continuam a aparecer e a espalhar-se, sobretudo nas sociedades organizadas, diversas *formas de voluntariado* que se traduzem numa multiplicidade de serviços e de obras. Se for vivido na sua verdade de serviço desinteressado ao bem das pessoas, especialmente as mais carecidas e as mais abandonadas dos próprios serviços sociais, o voluntariado deve ser visto como sendo uma importante expressão de apostolado, onde os fiéis leigos, homens e mulheres, desempenham um papel de primeiro plano.

Todos destinatários e protagonistas da política

42. A caridade que ama e serve a pessoa nunca poderá estar dissociada da *justiça*: uma e outra, cada qual à sua maneira, exigem o pleno reconhecimento efectivo dos direitos da pessoa, a que é ordenada a sociedade com todas as suas estruturas e instituições.(149)

Para animar cristãmente a ordem temporal, no sentido que se disse de servir a pessoa e a sociedade, os fiéis leigos *não podem absolutamente abdicar da participação na « política »*, ou seja, da múltipla e variada acção económica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente *o bem comum*. Como repetidamente afirmaram os Padres sinodais, todos e cada um têm o direito e o dever de participar na política, embora em diversidade e complementariedade de formas, níveis, funções e responsabilidades. As acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção que muitas vezes são dirigidas aos homens do governo, do parlamento, da classe dominante ou partido político, bem como a opinião muito difusa de que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o cepticismo nem o absentismo dos cristãos pela coisa pública.

Pelo contrário, é muito significativa a palavra do Concílio Vaticano II: « A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, ao serviço dos homens ».(150)

Uma política em favor da pessoa e da sociedade tem o seu *critério de base* na *busca do bem comum*, como bem de *todos os* homens e do homem *todo*, bem oferecido e garantido para ser livre e responsabilmente aceite pelas pessoas, tanto individualmente como em grupo « A comunidade política — lemos na

Constituição *Gaudium et spes* — existe precisamente em vista do bem comum; nele ela encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição ».(151)

Além disso, uma política em favor da pessoa e da sociedade encontra a sua *linha constante de acção na defesa e na promoção da justiça*, entendida como « virtude » para a qual todos devem ser educados e como « força » moral que apoia o empenho em favorecer os direitos e os deveres de todos e de cada um, na base da dignidade pessoal do ser humano.

No exercício do poder político é fundamental o *espírito de serviço*, único capaz de, ao lado da necessária competência e eficiência, tornar « transparente » ou « limpa » a actividade dos homens políticos, como aliás o povo justamente exige. Isso pressupõe a luta aberta e a decidida superação de certas tentações, tais como, o recurso à deslealdade e à mentira, o desperdício do dinheiro público em vantagem de uns poucos e com miras de clientela, o uso de meios equívocos ou ilícitos para a todo o custo conquistar, conservar e aumentar o poder.

Os fiéis leigos empenhados na política devem certamente respeitar a autonomia das realidades terrenas, rectamente entendida, como lemos na Constituição *Gaudium et spes*: « É de grande importância, sobretudo onde existe uma sociedade pluralista, que se tenha uma concepção exacta das relações entre a comunidade política e a Igreja, e ainda que se distingam claramente as actividades que os fiéis, isoladamente ou em grupo, desempenham em próprio nome como cidadãos guiados pela sua consciência de cristãos, e aquelas que eles exercem em nome da Igreja e em união com os seus pastores. A Igreja que, em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é, ao mesmo tempo, o sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana ».(152) Simultaneamente — e hoje sente-se-o com urgência e responsabilidade — os fiéis leigos devem dar testemunho daqueles valores humanos e evangélicos que estão intimamente ligados à própria actividade política, como a liberdade e a justiça, a solidariedade, a dedicação fiel e desinteressada ao bem de todos, o estilo simples de vida, o amor preferencial pelos pobres e pelos últimos. Isso exige que os fiéis leigos sejam cada vez mais animados de uma real participação na vida da Igreja e iluminados pela sua doutrina social. Para isso poder-lhes-á ser de apoio e de ajuda a familiaridade com as comunidades cristãs e com os seus Pastores.(153)

Estilo e meio de realizar uma política que tenha em vista o verdadeiro progresso humano é a *solidariedade*: esta pede a *participação* activa e responsável de todos na vida política, desde os cidadãos individualmente aos vários grupos, sindicatos e partidos: todos e cada um somos simultaneamente destinatários e protagonistas da política. Neste campo, como escrevi na Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, a solidariedade « não é um sentimento de vaga compaixão ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a *determinação firme e perseverante* de se empenhar pelo *bem comum*; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque *todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos* ».(154)

A solidariedade política deve hoje actuar-se num horizonte que, superando uma simples nação ou um simples bloco de nações, assuma uma dimensão mais propriamente continental e mundial.

O fruto da actividade política solidária, a que todos tanto aspiram, e, todavia, sempre tão imperfeito, é a *paz*. Os fiéis leigos não podem ficar indiferentes, estranhos e indolentes diante de tudo o que negue ou comprometa a paz: violência e guerra, tortura e terrorismo, campos de concentração, militarização da política, corrida aos armamentos, ameaça nuclear. Antes, como discípulos de Cristo « Príncipe da paz » (*Is 9, 5*) e « Nossa Paz » (*Ef 2, 14*), os fiéis leigos devem assumir o dever de serem « construtores de paz » (*Mt 5, 9*), tanto com a conversão do « coração », como com a acção em favor da verdade, da liberdade, da justiça e da caridade que são os fundamentos irrenunciáveis da paz.(155)

Colaborando com todos aqueles que procuram verdadeiramente a paz e servindo-se dos específicos organismos e instituições nacionais e internacionais, os fiéis leigos deverão promover uma capilar acção educativa destinada a neutralizar a dominante cultura do egoísmo, do ódio, da vingança e da inimizade e a desenvolver a cultura da solidariedade a todos os níveis. Tal solidariedade, com efeito, « *é caminho para a paz e simultaneamente para o progresso* ». (156) Nesta ordem de ideias, os Padres sinodais convidaram todos os cristãos a recusar formas inaceitáveis de violência, a promover comportamentos de diálogo e de paz e a empenhar-se na instauração de uma ordem social e internacional justa.(157)

Pôr o homem no centro da vida económico-social

43. O serviço prestado à sociedade pelos fiéis leigos tem um seu momento essencial na *questão económico-social*, cuja chave é dada pela organização do *trabalho*.

A gravidade actual de tais problemas, individuada no panorama do progresso e segundo a proposta de solução oferecida pela doutrina social da Igreja, foi recordada recentemente na Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, que quero vivamente recomendar a todos, em especial aos fiéis leigos.

Entre os princípios fundamentais da doutrina social da Igreja encontra-se o do *destino universal dos bens*: os bens da terra são, no desígnio de Deus, oferecidos a todos os homens e a cada um deles como meio do desenvolvimento de uma vida autenticamente humana. A *propriedade privada* que, precisamente por isso, possui uma *intrínseca função social*, está ao serviço desse destino. Concretamente o *trabalho* do homem e da mulher representa o instrumento mais comum e mais imediato para o progresso da vida económica, instrumento que constitui simultaneamente um direito e um dever de cada homem.

Tudo isto faz parte, de modo particular, da missão dos fiéis leigos. O fim e o critério da sua presença e da sua acção são, em termos gerais, formulados pelo Concílio Vaticano II: « Também na vida económica e social se devem respeitar e promover a dignidade e a vocação integral da pessoa humana e o bem de toda a sociedade. Com efeito, o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida económico-social ». (158)

No contexto das importantes transformações em curso no mundo da economia e do trabalho, os fiéis leigos, empenhem-se em primeira linha na solução dos gravíssimos problemas do crescente desemprego, lutando em favor de uma mais rápida superação

das numerosas injustiças que provêm de deficientes organizações do trabalho, transformando o lugar de trabalho numa comunidade de pessoas respeitadas na sua subjectividade e no seu direito à participação, desenvolvendo novas formas de solidariedade entre aqueles que tomam parte no trabalho comum, fomentando novos tipos de empresariedade e revendo os sistemas de comércio, de finança e de intercâmbios tecnológicos.

Em vista de tais objectivos, os fiéis leigos deverão executar o seu trabalho com competência profissional, com honestidade humana, espírito cristão, como meio da própria santificação,(159) segundo o convite explícito do Concílio: « Com o seu trabalho, o homem sustenta de ordinário a própria vida e a dos seus; por meio dele se une e serve os seus irmãos, pode exercer uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina. Mais ainda, sabemos que, oferecendo a Deus o seu trabalho, o homem se associa à obra redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com as suas próprias mãos em Nazaré ».(160)

Em relação com a vida económico-social e com o trabalho, levanta-se hoje, de forma cada vez mais aguda, a chamada *questão « ecológica »*. Sem dúvida, o homem recebeu do próprio Deus a missão de « dominar » as coisas criadas e de a cultivar o jardim » do mundo; mas, esta é uma tarefa que o homem deve desempenhar no respeito pela imagem divina que recebeu e, portanto, com inteligência e com amor: deve sentir-se responsável pelos dons que Deus lhe deu e continuamente lhe dá. O homem tem nas suas mãos um dom para transmitir — e, possivelmente, mesmo melhorado — às gerações futuras, também elas destinatárias dos dons do Senhor: « O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de "usar e abusar" ou de dispor das coisas como melhor agrada. A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de "comer o fruto da árvore" (cf. Gn 2, 16 s.), mostra com suficiente clareza que, nas relações com a natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas. Uma justa concepção do desenvolvimento não pode prescindir destas considerações — relativas ao uso dos elementos da natureza, às possibilidades de renovação dos recursos e às consequências de uma industrialização desordenada — as quais propõem uma vez mais à nossa consciência a *dimensão moral*, que deve distinguir o desenvolvimento ».(161)

Evangelizar a cultura e as culturas do homem

44. O serviço à pessoa e à sociedade humana exprime-se e realiza-se através da *criação e transmissão da cultura*, que, especialmente nos nossos dias, constitui uma das mais graves tarefas da convivência humana e da evolução social. A luz do Concílio, entendemos por « cultura » todos aqueles « meios com que o homem afina e usa os seus múltiplos dons de alma e de corpo; procura submeter ao seu poder, com o saber e o trabalho, o próprio cosmos; torna mais humana a vida social, tanto na família como em toda a sociedade civil, com o progresso do costume e das instituições; enfim, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e mesmo a humanidade inteira, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações ».(162)

Nesse sentido, a cultura deve ser considerada como o bem comum de cada povo, a expressão da sua dignidade, liberdade e criatividade; o testemunho do seu percurso

histórico. Em particular, só dentro e através da cultura, é que a fé cristã se torna histórica e criadora de história.

Perante o progresso de uma cultura que aparece divorciada não só da fé cristã mas até dos próprios valores humanos,(163) bem como perante uma certa cultura científica e tecnológica incapaz de dar resposta à premente procura de verdade e de bem que arde no coração dos homens, a Igreja tem plena consciência da urgência pastoral de se dar à cultura uma atenção toda especial.

Por isso, a Igreja pede aos fiéis leigos que estejam presentes, em nome da coragem e da criatividade intelectual, nos lugares privilegiados da cultura, como são o mundo da escola e da universidade, os ambientes da investigação científica e técnica, os lugares da criação artística e da reflexão humanística. Tal presença tem como finalidade não só o reconhecimento e a eventual purificação dos elementos da cultura existente, criticamente avaliados, mas também a sua elevação, graças ao contributo das originais riquezas do Evangelho e da fé cristã. O que o Concílio Vaticano II escreve sobre a relação entre o Evangelho e a cultura representa um facto histórico constante e, simultaneamente, um ideal de acção de singular actualidade e urgência; é um programa empenhativo que se impõe à responsabilidade pastoral da Igreja inteira e, nela, à responsabilidade específica dos fiéis leigos: « A boa nova de Cristo renova continuamente a vida e a cultura do homem decaído, combate e elimina os erros e males nascidos da permanente sedução e ameaça do pecado. Purifica sem cessar e eleva os costumes dos povos ... Desse modo, a Igreja, só com realizar a própria missão, já com isso mesmo estimula e ajuda a civilização e, com a sua actividade, também a litúrgica, educa o homem para a liberdade interior ».(164)

Merecem ser aqui ouvidas de novo certas expressões particularmente significativas da Exortação *Evangelii nuntiandi* de Paulo VI: « A Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da Mensagem que proclama (cfr. *Rom* 1, 16; *1 Cor* 1, 18; 2, 4), procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e colectiva dos homens, a actividade a que se dedicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios. Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar — não de maneira decorativa, como que aplicando uma verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes — a cultura e as culturas do homem ... A ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Importa, assim, envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou, mais exactamente, das culturas ».(165)

O caminho que hoje se privilegia para a criação e a transmissão da cultura é o dos *instrumentos da comunicação social*. (166) Também o mundo dos « mass-media », na sequência do acelerado progresso das inovações e da influência, ao mesmo tempo planetária e capilar, sobre a formação da mentalidade e do costume, constitui uma nova fronteira da missão da Igreja. Em particular, a responsabilidade profissional dos fiéis leigos neste campo, exercida, tanto a título pessoal como através de

iniciativas e instituições comunitárias, deve ser reconhecida em todo o seu valor e apoiada com mais adequados recursos materiais, intelectuais e pastorais.

No uso e na recepção dos instrumentos de comunicação, tornam-se urgentes tanto uma acção educativa em ordem ao sentido crítico, animado da paixão pela verdade, como uma acção de defesa da liberdade, do respeito pela dignidade pessoal, da elevação da autêntica cultura dos povos, com a recusa, firme e corajosa, de toda a forma de monopolização e de manipulação.

Não deve ficar por esta acção de defesa a responsabilidade pastoral dos fiéis leigos: em todos os caminhos do mundo, também nos principais da imprensa, do cinema, da rádio, da televisão e do teatro, deve anunciar-se o Evangelho que salva.

CAPÍTULO IV

OS TRABALHADORES DA VINHA DO SENHOR

Bons administradores da multiforme graça de Deus

A variedade das vocações

45. Segundo a parábola evangélica, o « proprietário » chama os trabalhadores para a sua vinha nas *várias horas do dia*: alguns, ao amanhecer; outros, às nove da manhã; outros ainda, por volta do meio dia e das três da tarde; os últimos, cerca das cinco (cf. *Mt 20*, 1 ss.). Ao comentar esta página do Evangelho, São Gregório Magno interpreta as várias horas da chamada relacionando-as com as *idades da vida*: « é possível aplicar a diversidade das horas — escreve ele — às diversas idades do homem. O amanhecer pode certamente representar, nesta nossa interpretação, a infância. A hora tertia, por sua vez, pode entender-se como sendo a adolescência: o sol dirige-se para o alto do céu, isto é, cresce o ardor da idade. A hora sexta é a juventude: o sol está como que no zénite do céu, isto é, nesta idade reforça-se a plenitude do vigor. A idade adulta representa a hora nona, porque, como o sol declina do seu alto, assim esta idade começa a perder o ardor da juventude. A hora undécima é a idade daqueles que se encontram muito avançados nos anos... Os trabalhadores são, portanto, chamados para a vinha em horas diferentes, como a querer significar que à santidade de vida um é chamado durante a infância, um outro na juventude, um outro quando adulto e um outro na idade mais avançada ».(167)

Podemos também tomar e alargar o comentário de São Gregório Magno referindo-o à extraordinária variedade de presenças na Igreja, todas e cada uma chamadas a trabalhar para o advento do Reino de Deus segundo a diversidade de vocações e da situações, carismas e ministérios. Trata-se de uma variedade ligada, não só à idade, mas também à diferença de sexo e à diversidade dos dons, como igualmente às vocações e às condições de vida; é uma variedade que torna mais viva e concreta a riqueza da Igreja.

Jovens, crianças, idosos

Os jovens, esperança da Igreja

46. O Sínodo quis prestar uma *atenção especial aos jovens*. E justamente. Em tantos países do mundo, eles representam a metade de toda a população e, muitas vezes, a

metade numérica do próprio Povo de Deus que vive nesses países. Já sob esse ponto de vista, os jovens constituem uma força excepcional e são um *grande desafio para o futuro da Igreja*. Nos jovens, efectivamente, a Igreja lê o seu caminho para o futuro que a espera e encontra a imagem e o convite daquela alegre juventude com que o Espírito de Cristo constantemente a enriquece. Nesse sentido, o Concílio definiu os jovens como « esperança da Igreja ».(168)

Na carta que escrevi aos jovens e às jovens do mundo, a 31 de Março de 1985, lê-se: « A Igreja olha para os jovens; antes, a Igreja, de um modo especial, *vê-se a si mesma nos jovens*, em todos vós e, ao mesmo tempo, em cada uma e em cada um de vós. Foi assim desde o princípio, desde os tempos apostólicos. As palavras de São João na sua *Primeira Carta* podem dar disso um especial testemunho: «Escrevo a vós, *jovens*, porque *vencestes o maligno*. Escrevi-vos a vós, *filhinhos*, porque *conhecestes o Pai...* Escrevi-vos a vós, *jovens*, porque *sois fortes*, e a palavra de Deus *habita em vós*» (1 Jo 2, 13 ss.)... Na nossa geração, ao fim do segundo milénio depois de Cristo, também a Igreja vê-se a si mesma nos jovens ».(169)

Os jovens não devem ser considerados simplesmente como o objecto da solicitude pastoral da Igreja: são de facto e devem ser encorajados a ser sujeitos activos, *protagonistas da evangelização e artífices da renovação social*.(170) A juventude é o tempo de uma *descoberta* particularmente intensa do próprio « eu » e do próprio « projecto de vida », é o tempo de um *crescimento* que deve realizar-se « em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens » (Lc 2, 52).

Como disseram os Padres sinodais, « a sensibilidade dos jovens intui profundamente os valores da justiça, da não-violência e da paz. O seu coração está aberto à fraternidade, à amizade e à solidariedade. Deixam-se mobilizar ao máximo em favor das causas que concernem a qualidade da vida e a conservação da natureza. Mas, estão eles também cheios de inquietações, de desilusões, angústias e receios do mundo, para além das tentações próprias do seu estado ».(171)

A Igreja deve reviver o amor de predilecção que Jesus mostrou ao jovem do Evangelho: « Jesus, olhando para ele, amou-o » (Mc 10, 21). Por isso, a Igreja não se cansa de anunciar Jesus Cristo, proclamar o Seu Evangelho como a única e superabundante resposta às mais radicais aspirações dos jovens, como a proposta forte e entusiasta de um seguimento pessoal (« vem e segue-Me» [Mc 10, 21]), que comporta a vivência do amor filial de Jesus pelo Pai e a participação na salvação da humanidade.

A Igreja tem tantas coisas para dizer aos jovens, e os jovens tem tantas coisas a dizer à Igreja. Este diálogo recíproco, que deverá fazer-se com grande cordialidade, clareza e coragem, favorecerá o encontro e o intercâmbio das gerações, e será fonte de riqueza e de juventude para a Igreja e para a sociedade civil. Na sua mensagem aos jovens o Concílio diz: « A Igreja olha para vós com confiança e amor... Ela é a verdadeira juventude do mundo... Olhai para ela e nela encontrareis o rosto de Cristo ».(172)

As crianças e o reino dos céus

47. As crianças são, certamente, o alvo do amor delicado e generoso do Senhor Jesus: a elas reserva a Sua bênção e, ainda mais, assegura-lhes o Reino dos céus (cf. Mt 19, 13-15; Mc 10, 14). Em particular, Jesus exalta o papel activo que as

crianças têm no Reino de Deus: são o símbolo eloquente e a esplêndida imagem daquelas condições morais e espirituais que são essenciais para se entrar no Reino de Deus e para viver a sua lógica de total abandono ao Senhor: « Em verdade vos digo: se não vos converterdes e não vos tornardes como as crianças, não entrareis no Reino dos céus. Pois quem se tornar pequenino como esta criança será grande no Reino dos céus. E quem acolher uma só destas crianças em Meu nome, acolhe-Me a Mim » (Mt 18, 3-5; cf. Lc 9, 48).

As crianças são a lembrança constante de que a fecundidade missionária da Igreja tem a sua raiz vivificadora, não nos meios e nos merecimentos humanos, mas no dom totalmente gratuito de Deus. A vida de inocência e de graça das crianças, e também os sofrimentos injustos de que são vítimas, são, em virtude da cruz de Cristo, um enriquecimento espiritual para elas e para toda a Igreja: devemos todos tornar mais viva e grata consciência desse facto.

Deve reconhecer-se, além disso, que também à idade da infância e da adolescência se abrem preciosas possibilidades operativas tanto para a edificação da Igreja como para a humanização da sociedade. O que o Concílio diz sobre a presença benéfica e construtiva dos filhos no seio da família « Igreja doméstica »: « Os filhos, como membros vivos da família, também contribuem à sua maneira para a santificação dos pais », (173) deve repetir-se acerca das crianças em relação à Igreja particular e universal. Já o observava João Gerson, teólogo e educador do século XV, para quem « as crianças e os adolescentes não são por nada uma parte insignificante na Igreja ». (174)

Os idosos e o dom da sabedoria

48. As pessoas idosas, muitas vezes injustamente tidas por inúteis se não mesmo um peso insuportável, lembro que a Igreja lhes pede e delas espera que continuem a sua missão apostólica e missionária, que não só é possível e obrigatória, mas, de certo modo, tornada específica e original também nessa idade.

A Bíblia gosta de apresentar o idoso como o símbolo da pessoa cheia de sabedoria e de temor de Deus (cf. *Sir* 25, 4-6). Nesse sentido, o « dom » do idoso poderia identificar-se com o de ser, na Igreja e na sociedade, a testemunha da tradição da fé (cf. *S/* 44, 2; *Ex* 12, 26-27), o mestre de vida (cf. *Sir* 6, 34; 8, 11-12), o obreiro da caridade.

Hoje, o número crescente de idosos nos vários países do mundo e a cessação antecipada da actividade profissional e activa abrem um novo espaço ao trabalho apostólico dos idosos: é um trabalho que deverá ser assumido superando decididamente a tentação de se refugiar nostalgicamente num passado que não volta mais ou de, por motivo das dificuldades encontradas, fugir dos empenhos presentes para o mundo das constantes novidades; e consciencializando-se sempre mais de que a sua função na Igreja e na sociedade não tem absolutamente paragens por razões de idade, mas tão só modalidades novas. Como diz o Salmista: « Até na velhice darão frutos, conservarão a sua seiva e o seu frescor, para anunciar quão justo é o Senhor » (*S/* 92, 15-16). Repito o que disse durante a celebração do Jubileu dos Idosos: « A entrada na terceira idade deve considerar-se um privilégio: não apenas porque nem todos têm a sorte de atingir essa meta, mas também e sobretudo porque esse é o tempo das possibilidades concretas de pensar melhor no passado, de conhecer e viver com maior profundidade o mistério pascal, de se tornar, na Igreja, exemplo para todo

o Povo de Deus... Apesar da complexidade dos problemas que tendes para resolver, as forças que progressivamente se vão enfraquecendo, e apesar das insuficiências das organizações sociais, os atrasos da legislação oficial, as incompreensões de uma sociedade egoísta, vós não estais nem deveis sentir-vos à margem da vida da Igreja, elementos passivos de um mundo em movimento excessivo, mas sujeitos activos de um período humanamente e espiritualmente fecundo da existência humana. Tendes ainda uma missão para cumprir, um contributo a dar. Segundo o plano divino, cada ser humano é uma vida em crescimento, desde a primeira centelha da existência até ao último respiro ».(175)

Mulheres e Homens

49. Os Padres sinodais dedicaram uma atenção especial à condição e ao papel da mulher, num dúplice objectivo: reconhecer e convidar a que todos e mais uma vez reconheçam o indispensável contributo da mulher na edificação da Igreja e no progresso da sociedade; e elaborar, além disso, uma análise mais específica acerca da participação da mulher na vida e na missão da Igreja.

Reportando-se a João XXIII, que vê na tomada de consciência por parte da mulher da própria dignidade e no acesso das mulheres às actividades públicas um sinal dos nossos tempos,(176) os Padres do Sínodo afirmaram repetida e veementemente, perante as mais variadas formas de discriminação e de marginalização a que se submete a mulher pela simples razão de ser mulher, a urgência de defender e de promover a *dignidade pessoal da mulher* e, portanto, a sua igualdade com o homem.

Se a todos na Igreja e na sociedade pertence esta tarefa, em particular pertence às mulheres, que devem sentir-se empenhadas como protagonistas em primeira linha. Há ainda um enorme esforço a fazer, em muitas partes do mundo e em diversos ambientes, para se destruir aquela injusta e deletéria mentalidade que considera o ser humano como uma coisa, como um objecto de compra e venda, um instrumento do interesse egoísta ou de puro prazer, tanto mais que a primeira vítima dessa mentalidade é precisamente a própria mulher. Pelo contrário, só o claro reconhecimento da dignidade pessoal da mulher constitui o primeiro passo a dar-se para promover a sua plena participação, tanto na vida eclesial como na social e pública. Deve dar-se uma resposta mais ampla e decisiva à exigência feita na Exortação *Familiaris consortio* acerca das múltiplas discriminações de que são vítimas as mulheres: « que por parte de todos se empreenda uma acção pastoral específica, mais vigorosa e incisiva, para debelá-las definitivamente, por forma a alcançar a plena estima da imagem de Deus que brilha em todos os seres humanos, nenhum excluído ».(177) Na mesma linha, os Padres sinodais afirmaram: « A Igreja, como expressão da sua missão, deve opor-se firmemente a todas as formas de discriminação e de abuso das mulheres ».(178) E ainda: « A dignidade da mulher, gravemente ferida na opinião pública, deve ser recuperada através do respeito efectivo dos direitos da pessoa humana e da prática da doutrina da Igreja ».(179)

Em particular, sobre a *participação activa e responsável na vida e na missão da Igreja*, sublinhe-se como já o Concílio Vaticano II tenha sido deveras explícito em reclamá-lo: « Já que, nos nossos dias, as mulheres tomam cada vez mais parte activa em toda a vida da sociedade, reveste-se de grande importância uma sua mais larga participação nos vários campos do apostolado da Igreja ».(180)

A consciência de que a mulher, com os dons e as funções que lhe são próprias, tem *uma vocação específica própria* cresceu e aprofundou-se no período pós — conciliar, encontrando a sua inspiração mais original no Evangelho e na história da Igreja. Para o crente, com efeito, o Evangelho, isto é, a palavra e o exemplo de Jesus Cristo, continua a ser o ponto de referência necessário e decisivo: e é de veras fecundo e inovador também para o actual momento histórico.

Embora não tendo sido chamadas para o apostolado próprio dos Doze e, portanto, para o sacerdócio ministerial, muitas mulheres acompanham Jesus no Seu ministério e dão assistência ao grupo dos Apóstolos (cfr. *Lc 8, 2-3*); estão presentes ao pé da Cruz (*Lc 23, 49*); assistem à sepultura de Jesus (cfr. *Lc 23, 55*) e, na madrugada de Páscoa, recebem e transmitem o anúncio da ressurreição (cfr. *Lc 24, 1-10*); rezam com os Apóstolos no Cenáculo à espera do Pentecostes (*Act 1, 14*).

Na pegada do Evangelho, a Igreja das origens diferenciou-se da cultura do tempo e confia à mulher tarefas ligadas à evangelização. Nas suas Cartas, o apóstolo Paulo cita, até pelo nome, numerosas mulheres pelas suas variadas funções no seio e ao serviço das primeiras comunidades eclesiais (cfr. *Rom 16, 1-15; Fil 4, 2-3; Col 4, 15* e *1 Cor 11, 5; 1 Tim 5, 16*). « Se o testemunho dos Apóstolos fundamenta a Igreja — disse Paulo VI — o das mulheres contribui para alimentar a fé das comunidades cristãs ».(181)

E como nas origens, assim na evolução sucessiva, a Igreja teve sempre, mesmo se de modos diferentes e com diversas acentuações, mulheres que desempenharam um papel, por vezes decisivo, e realizaram tarefas de considerável valor para a própria Igreja. É uma história de imensa operosidade, o mais das vezes humilde e escondida, mas nem por isso menos decisiva para o crescimento e para a santidade da Igreja. É necessário que essa história continue e, mesmo, se alargue e intensifique perante a crescente e universal consciência da dignidade pessoal da mulher e da sua vocação, bem como perante a urgência de uma « nova evangelização » e de uma maior « humanização » das relações sociais.

Recolhendo a herança do Concílio Vaticano II, onde se reflecte a mensagem do Evangelho e da história da Igreja, os Padres do Sínodo formularam, entre outras, esta clara « recomendação »: « É necessário que a Igreja, pela sua vida e pela sua missão, reconheça todos os dons das mulheres e dos homens e os traduza em prática ».(182) E ainda: « Este Sínodo proclama que a Igreja exige o reconhecimento e a utilização de todos esses dons, experiências e aptidões dos homens e das mulheres para que a sua missão se torne mais eficaz (cfr. Congregação da Doutrina da Fé, *Instructio de libertate christiana et liberatione*, 72) ».(183)

Fundamentos antropológicos e teológicos

50. A condição para assegurar a justa presença da mulher na Igreja e na sociedade é a análise mais penetrante e mais cuidada dos *fundamentos antropológicos da condição* masculina e feminina, de forma a determinar a identidade pessoal própria da mulher na sua relação de diversidade e de recíproca complementariedade com o homem, não só no que se refere às posições que deve manter e às funções que deve desempenhar, mas também e mais profundamente no que concerne a sua estrutura e o seu significado pessoal. Os Padres sinodais sentiram vivamente essa exigência ao afirmarem que « os fundamentos antropológicos e teológicos precisam ser estudados a

fundo em vista da solução dos problemas relativos ao verdadeiro significado e à dignidade de ambos os sexos ».(184)

Empenhada na reflexão sobre os fundamentos antropológicos e teológicos da condição feminina, a Igreja intervém no processo histórico dos vários movimentos de promoção da mulher e, descendo às próprias raízes do seu ser pessoal, dá-lhe o seu mais precioso contributo. Mas, antes e sobretudo, a Igreja entende com isso obedecer a Deus que, ao criar o homem « à Sua imagem », « homem e mulher os criou » (*Gn* 1, 27); e assim entende responder à chamada de Deus que a convida a conhecer, a admirar e a viver o Seu desígnio. É um desígnio que foi « no princípio » indelevelmente impresso no próprio ser da pessoa humana — homem e mulher — e, portanto, nas suas estruturas significativas e nos seus dinamismos profundos. É precisamente esse desígnio, sapientíssimo e amoroso, que deve ser explorado em toda a riqueza do seu conteúdo: é a riqueza que desde o « princípio » se veio progressivamente manifestando e actuando ao longo de toda a história da salvação e que culminou na « plenitude do tempo », quando « Deus mandou o Seu Filho, nascido de mulher » (*Gal* 4, 4). Essa « plenitude » continua na história: a leitura do desígnio de Deus acerca da mulher é feita continuamente e deverá continuar a fazer-se na fé da Igreja, graças também à vida que tantas mulheres cristãs viveram. Sem esquecer o contributo que podem dar as várias ciências humanas e as diferentes culturas: estas, graças a um discernimento iluminado, poderão ajudar a intuir e a definir os valores e as exigências que pertencem à essência perene da mulher e os que estão ligados à evolução histórica das próprias culturas. Como nos recorda o Concílio Vaticano II, « a Igreja afirma que por baixo de todas as mudanças há muita coisa que não muda, por ter o seu fundamento último em Cristo, que é sempre o mesmo: ontem, hoje e nos séculos (cfr. *Heb* 13, 8) » (185)

Sobre os fundamentos antropológicos e teológicos da dignidade pessoal da mulher debruça-se a Carta Apostólica sobre a dignidade e a vocação da mulher. O documento que retoma, continua e especifica as reflexões da catequese das Quartas-Feiras, dedicada, por muito tempo, à « teologia do corpo », pretende ser, ao mesmo tempo, o cumprimento de uma promessa feita na encíclica *Redemptoris mater* (186) e a resposta ao pedido dos Padres sinodais.

A leitura da Carta *Mulieris dignitatem*, também pelo seu carácter de meditação bíblico-teológica, poderá ser um estímulo para todos, homens e mulheres, e em particular para os que cultivam as ciências humanas e as disciplinas teológicas, a fim de se avançar no estudo crítico e aprofundar sempre mais, na base da dignidade pessoal do homem e da mulher e da sua recíproca relação, os valores e os dons específicos da feminilidade e da masculinidade, não apenas a nível da vivência social, mas também e sobretudo da existência cristã e eclesial.

A meditação sobre os fundamentos antropológicos e teológicos da condição da mulher deve iluminar e guiar a resposta cristã à pergunta tão comum e, por vezes, tão aguda, sobre o « espaço » que a mulher pode e deve ter na Igreja e na sociedade.

Da palavra e do comportamento de Cristo, que são normativos para a Igreja, resulta com grande clareza que nenhuma discriminação existe no plano da relação com Cristo, no qual « não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo Jesus » (*Gal* 3, 28) e no plano da participação na vida e na santidade da Igreja, como muito bem afirma a profecia de Joel realizada no Pentecostes: « Eu derramarei o Meu espírito sobre cada homem e profetizarão os vossos filhos e as vossas filhas » (*Jl* 2, 28;

cf. *Act 2*, 17 ss.). Como se lê na Carta Apostólica sobre a dignidade e a vocação da mulher: « Ambos — a mulher como o homem — são objecto, em igual medida, da dádiva da verdade divina e do amor no Espírito Santo. Ambos recebem as Suas "visitas" salvadoras e santificadoras ».(187)

Missão na Igreja e no mundo

51. Quanto, pois, à participação na missão apostólica da Igreja, não há dúvida de que, por força do Baptismo e do Crisma, a mulher — como o homem — torna-se participante no tríplice múnus de Jesus Cristo Sacerdote, Profeta e Rei e, portanto, é habilitada e vocacionada para o apostolado fundamental da Igreja: a *evangelização*. Por outra parte, precisamente na realização desse apostolado, a mulher é chamada a pôr em prática os seus « dons » próprios: antes de mais, o dom que é a sua própria dignidade pessoal, através da palavra e do testemunho de vida; os dons, portanto, relacionados com a sua vocação feminina.

Para participar na vida e na missão da Igreja, a mulher não pode receber o *sacramento da Ordem* e, por isso, não pode desempenhar as funções próprias do sacerdócio ministerial. Esta é uma disposição que a Igreja sempre encontrou na clara vontade, totalmente livre e soberana, de Jesus Cristo que chamou apenas homens para Seus apóstolos; (188) uma disposição que pode encontrar luz na relação entre Cristo Esposo e a Igreja Esposa.(189) Estamos na esfera da *função* e não na da *dignidade* e da *santidade*. Deve, na verdade, afirmar-se: « Embora a Igreja possua uma estrutura «hierárquica», essa estrutura, todavia, está totalmente ordenada para a santidade dos membros em Cristo ».(190)

Mas, como já dizia Paulo VI, se « nós não podemos mudar o comportamento de Nosso Senhor nem a chamada que Ele dirigiu às mulheres, devemos, porém, reconhecer e promover o papel da mulher na sua missão evangelizadora e na vida da comunidade cristã ».(191)

É absolutamente necessário que se passe do *reconhecimento teórico* da presença activa e responsável da mulher na Igreja à *realização prática*. E é neste claro sentido que deverá ler-se a presente Exortação que se dirige aos fiéis leigos, com a deliberada e repetida especificação « homens e mulheres ». Também o novo Código de Direito Canónico contém múltiplas disposições sobre a participação da mulher na vida e na missão da Igreja: são disposições que precisam de ser mais comumente conhecidas e de serem postas em prática, embora segundo as diversas sensibilidades culturais e oportunidades pastorais, com maior celeridade e resolução.

Veja-se, por exemplo, a participação das mulheres nos Conselhos pastorais diocesanos e paroquiais, assim como nos Sínodos diocesanos e nos Concílios particulares. Nesse sentido, os Padres sinodais escreveram: « As mulheres participem na vida da Igreja sem discriminação alguma, também nas consultas e na elaboração de decisões ».(192) E ainda: « As mulheres, que já têm tanta importância na transmissão da fé e na prestação de serviços de toda a espécie na vida da Igreja, devem ser associadas à preparação dos documentos pastorais e das iniciativas missionárias e devem ser reconhecidas como cooperadoras da missão da Igreja na família, na profissão e na comunidade civil ».(193)

No âmbito mais específico da evangelização e da catequese, deverá promover-se com maior força a função particular que a mulher tem na transmissão da fé, não só na

família, mas também nos mais variados lugares educativos e, em termos mais vastos, em tudo o que concerne o acolhimento da Palavra de Deus, a sua compreensão e a sua comunicação, também através do estudo, da investigação e da docência da teologia.

Ao desempenhar a sua tarefa de evangelização, a mulher sentirá mais viva a necessidade de ser evangelizada. Assim, com « os olhos iluminados pela fé » (cf. *Ef* 1, 18), a mulher poderá distinguir entre o que verdadeiramente responde à sua dignidade pessoal e à sua vocação e tudo o que, talvez sob o pretexto dessa « dignidade » e em nome da « liberdade » e do « progresso », faz com que a mulher não contribua para o fortalecimento dos verdadeiros valores, mas, pelo contrário, se torne responsável da degradação moral das pessoas, dos ambientes e da sociedade. Realizar um tal « discernimento » é uma urgência histórica inadiável e, ao mesmo tempo, uma possibilidade e uma exigência que derivam da participação no múnus profético de Cristo e da Sua Igreja por parte da mulher cristã. O « discernimento », de que fala muitas vezes o apóstolo Paulo, não consiste apenas numa avaliação das realidades e dos acontecimentos à luz da fé; é também uma decisão concreta e um empenhamento operativo, não só no âmbito da Igreja, mas também no da sociedade humana.

Pode afirmar-se que todos os problemas do mundo contemporâneo, de que já falava a segunda parte da Constituição conciliar *Gaudium et spes* e que com o tempo não foram por nada resolvidos nem atenuados, devem contar com a presença e o empenho das mulheres e, precisamente, com o seu contributo típico e insubstituível.

Em particular, duas grandes tarefas confiadas à mulher merecem ser novamente postas à atenção de todos.

A tarefa, antes de mais, de *dar plena dignidade à vida matrimonial e à maternidade*. Novas possibilidades se abrem hoje à mulher para uma compreensão mais profunda e para uma realização mais rica dos valores humanos e cristãos implicados na vida conjugal e na experiência da maternidade: o próprio homem — o marido e o pai — pode superar formas episódicas e unilaterais de absentismo ou de presença, mais, pode envolver-se em novas e significativas relações de comunhão interpessoal, precisamente graças à intervenção inteligente, amorosa e decisiva da mulher.

E, depois, a tarefa de *assegurar a dimensão moral da cultura*, isto é, a dimensão de uma *cultura digna do homem*, da sua vida pessoal e social. O Concílio Vaticano II parece relacionar a dimensão moral da cultura com a participação dos leigos no múnus real de Cristo: « Os leigos, também pela união das próprias forças, devem sanear às estruturas e as condições do mundo, se elas porventura propendem a levar ao pecado, de tal modo que todas se conformem às normas da justiça e, antes, ajudem ao exercício das virtudes, em vez de o estorvarem. Agindo assim, informarão de valor moral a cultura e as obras do homem ».(194)

A medida que a mulher participar activa e responsabilmente na função das instituições, de que depende a salvaguarda do primado devido aos valores humanos na vida das comunidades políticas, as palavras do Concílio acima citadas abrirão um importante campo de apostolado da mulher: em todas as dimensões da vida dessas comunidades, desde a dimensão sócio-económica à sócio-política, devem respeitar-se e promover-se a dignidade pessoal da mulher e a sua vocação específica: no âmbito não só individual, mas também comunitário; não apenas em formas deixadas à

liberdade responsável das pessoas, mas igualmente em formas garantidas por leis civis justas.

« Não é bom que o homem esteja só: vou dar-lhe um auxiliar semelhante a ele » (Gn 2, 18). *A mulher Deus Criador confiou o homem.* Sem dúvida, o homem foi confiado a cada homem, mas de modo particular à mulher, porque precisamente a mulher parece possuir, graças à experiência especial da sua maternidade, uma *sensibilidade específica para com o homem* e para com tudo o que constitui o seu verdadeiro bem, a começar pelo valor fundamental da vida. São tão grandes as possibilidades e as responsabilidades da mulher neste campo, numa época em que o progresso da ciência e da técnica nem sempre é inspirado e pautado pela verdadeira sabedoria, com o risco inevitável de « desumanizar » a vida humana, sobretudo quando ela exige um amor mais intenso e uma aceitação mais generosa!

A participação da mulher na vida da Igreja e da sociedade, através dos seus dons, constitui, ao mesmo tempo, a estrada necessária para a sua realização pessoal — na qual justamente tanto se insiste — e o contributo original da mulher para o enriquecimento da comunhão eclesial e para o dinamismo apostólico do Povo de Deus.

Nesta perspectiva deve considerar-se a presença também do homem ao lado da mulher.

Compresença e colaboração dos homens e das mulheres

52. Não faltou na aula sinodal a voz daqueles que manifestaram o receio de que uma excessiva insistência sobre a condição e o papel das mulheres pudesse levar a um inaceitável esquecimento: nomeadamente em relação aos *homens*. Na verdade, várias situações eclesiais devem lamentar a ausência ou a presença demasiado fraca dos homens, uma parte dos quais abdica das próprias responsabilidades eclesiais, deixando-as ao cuidado exclusivo das mulheres, como, por exemplo, a participação na oração litúrgica na Igreja, a educação e, em especial, a catequese dos próprios filhos e das outras crianças, a presença em encontros religiosos e culturais, a colaboração em iniciativas caritativas e missionárias.

Torna-se, assim, uma urgência pastoral conseguir-se a presença coordenada dos homens e das mulheres para se tornar mais completa, harmónica e rica a participação dos fiéis leigos na missão salvadora da Igreja.

A razão fundamental que exige e explica a presença simultânea e a colaboração dos homens e das mulheres não é unicamente, como se sublinhou acima, a maior expressividade e eficácia da acção pastoral da Igreja; nem, tão pouco, o simples dado sociológico de uma convivência humana que é naturalmente feita de homens e de mulheres. É, sobretudo, o desígnio originário do Criador, que desde o « princípio » quis o ser humano como « unidade de dois », quis o homem e a mulher como primeira comunidade de pessoas, raiz de todas as outras comunidades e, simultaneamente, como « sinal » daquela comunhão interpessoal de amor que constitui a misteriosa vida íntima de Deus Uno e Trino.

Precisamente por isso, o modo mais comum e capilar e, ao mesmo tempo, fundamental, para assegurar essa presença coordenada e harmónica de homens e de mulheres na vida e na missão da Igreja, é o exercício das tarefas e das responsabilidades do casal e da família cristã, no qual transparece e se comunica a

variedade das diversas formas de amor e de vida: a forma conjugal, paterna e materna, filial e fraterna. Lemos na Exortação *Familiaris consortio*: « Se a família cristã é comunidade, cujos laços são renovados por Cristo através da fé e dos sacramentos, a sua participação na missão da Igreja deve processar-se *segundo uma modalidade comunitária*: juntos, portanto, os cônjuges *enquanto casal*, os pais e os filhos *enquanto família*, devem prestar o seu serviço à Igreja e ao mundo ... A família cristã edifica, assim, o Reino de Deus na história, mediante aquelas mesmas realidades quotidianas que dizem respeito à sua *condição de vida* e a identificam: é, portanto, no *amor conjugal e familiar* — vivido na sua extraordinária riqueza de valores e de exigências de totalidade, unicidade, fidelidade e fecundidade — que se exprime e se realiza a participação da família cristã no múnus profético, sacerdotal e real de Jesus Cristo e da Sua Igreja ».(195)

Colocando-se nesta perspectiva, os Padres sinodais recordaram o significado que o sacramento do Matrimónio deve assumir na Igreja e na sociedade a fim de iluminar e inspirar todas as relações entre o homem e a mulher. Nesse sentido, reafirmaram « a urgente necessidade de cada cristão viver e anunciar a mensagem de esperança contida na relação entre o homem e a mulher. O sacramento do Matrimónio, que consagra esta relação na sua forma conjugal e a revela como sinal da relação de Cristo com a Sua Igreja, encerra uma doutrina de grande importância para a vida da Igreja; essa doutrina deve atingir, por meio da Igreja, o mundo de hoje; todas as relações entre o homem e a mulher se devem alimentar desse espírito. A Igreja deve utilizar tais riquezas de forma ainda mais plena ».(196) Os próprios Padres justamente sublinharam que « a estima da virgindade e o respeito pela maternidade devem ambos ser recuperados »:(197) uma vez mais, para o florescer de vocações diferentes e complementares no contexto vivo da comunhão eclesial e ao serviço do seu constante crescimento.

Doentes e atribulados

53. O homem é destinado à alegria, mas todos os dias experimenta variadíssimas formas de sofrimento e de dor. Na sua mensagem final, os Padres sinodais dirigiram-se aos homens e às mulheres atingidos pelas mais diversas formas de sofrimento e de dor, com estas palavras: « Vós, os abandonados e marginalizados pela nossa sociedade de consumo: doentes, diminuídos físicos, pobres, famintos, emigrados, refugiados, prisioneiros, desempregados, crianças abandonadas, pessoas sozinhas e idosas; vós, vítimas da guerra e de toda a espécie de violência da nossa sociedade permissiva. A Igreja participa no vosso sofrimento que conduz ao Senhor, que vos associa à Sua Paixão redentora e vos faz viver à luz da Sua Ressurreição. Contamos convosco para ensinar ao mundo inteiro o que é o amor. Faremos tudo o que nos é possível para que encontreis o lugar a que tendes direito na sociedade e na Igreja ».(198)

No contexto de um mundo tão vasto como é o do sofrimento humano, consideramos em especial os que são vítimas da doença nas suas diversas formas: com efeito, os doentes são a expressão mais frequente e mais comum do sofrer humano.

A todos e a cada um se dirige a chamada do Senhor: *também os doentes são mandados como trabalhadores para a Sua vinha*. O peso que fatiga os membros do corpo e que perturba a serenidade da alma, em vez de os impedir de trabalhar na vinha, convida-os a viver a sua vocação humana e cristã e a participar no crescimento do Reino de Deus *com modalidades novas e mesmo preciosas*. As palavras do apóstolo

Paulo devem tornar-se o seu programa e, ainda mais, a luz que faz brilhar aos seus olhos o significado de graça da sua situação: « Completo na minha carne o que falta à paixão de Cristo, em favor do Seu corpo, que é a Igreja » (*Col 1, 24*). Precisamente ao fazer tal descoberta, o apóstolo encontrou a alegria: « Por isso, alegro-me nos sofrimentos que suportar por vossa causa » (*Col 1, 24*). Do mesmo modo, muitos doentes podem tornar-se veículo da « alegria do Espírito Santo em muitas tribulações » (*1 Tes 1, 6*) e ser testemunhas da Ressurreição de Jesus. Como afirmou um diminuído físico na sua intervenção na aula sinodal, « é de grande importância sublinhar o facto de que os cristãos que vivem em situações de doença, dor e velhice, não são convidados por Deus apenas a unir a sua dor à Paixão de Cristo, mas também a receber desde já em si mesmos e a transmitir aos outros a força da renovação e a alegria de Cristo ressuscitado (cf. *2 Cor 4, 10-11*; *1 Ped 4, 13*; *Rom 8, 18 ss.*) ».(199)

Por sua parte — como se lê na Carta Apostólica *Salvifici doloris* — « a Igreja, que nasce do mistério da redenção na Cruz de Cristo, deve procurar encontrar-se com o homem, de modo especial, na estrada do seu sofrimento. Nesse encontro, o homem "torna-se o caminho da Igreja", sendo este um dos caminhos mais importantes ».(200) Ora, o homem que sofre é caminho da Igreja, por ser, antes de mais, caminho do próprio Cristo, o bom Samaritano que « não passa adiante », mas « se compadece, aproxima-se ... liga-lhe as feridas ... e cuida dele » (*Lc 10, 32-34*).

A comunidade cristã continuamente escreve, de século em século, na imensa multidão das pessoas que estão doentes e que sofrem, a parábola evangélica do bom Samaritano, revelando e comunicando o amor de Jesus Cristo que cura e que consola. Fê-lo mediante o testemunho da vida religiosa consagrada ao serviço dos doentes e mediante a acção incansável de todos os operadores de saúde. Hoje, também nos próprios hospitais e casas de saúde católicos, geridos por pessoal religioso, torna-se cada vez mais numerosa e, por vezes, até total e exclusiva a presença dos fiéis leigos, homens e mulheres: eles mesmo, médicos, enfermeiros, operadores de saúde, voluntários, são chamados a tornar-se a imagem viva de Cristo e da Sua Igreja no amor para com os doentes e os que sofrem.

Ação pastoral renovada

54. É necessário que esta preciosíssima herança, que a Igreja recebeu de Jesus Cristo « médico do corpo e do espírito », (201) não só não esmoreça, mas se valorize e enriqueça cada vez mais com a recuperação e o decidido arrojo de uma *acção pastoral em favor dos doentes e dos que sofrem*. Deve ser uma acção capaz de garantir e promover atenção, proximidade, presença, escuta, diálogo, partilha e ajuda concreta ao homem, nos momentos em que, por causa da doença e do sofrimento, são postas à prova não só a sua confiança na vida mas também a sua própria fé em Deus e no Seu amor de Pai. Este esforço pastoral tem a sua expressão mais significativa na celebração sacramental com e em favor dos doentes, como fortaleza na dor e na fraqueza, esperança no desespero, lugar de encontro e de festa.

Um dos objectivos fundamentais desta renovada e intensificada acção pastoral, que não pode deixar de envolver, e de forma coordenada, todos os componentes da comunidade eclesial, é considerar o doente, o diminuído físico, o que sofre, não simplesmente objecto do amor e do serviço da Igreja, mas sim, *sujeito activo e responsável da obra de evangelização e de salvação*. Nesta perspectiva, a Igreja tem uma boa nova a dar no seio da sociedade e da cultura que, tendo perdido do sofrer humano, « censuram » todo o discurso sobre essa dura realidade da vida. E a boa

nova consiste no anúncio de que o sofrer pode ter também um significado positivo para o homem e para a própria sociedade, chamado, como é, a tornar-se uma forma de participação no sofrimento salvífico de Cristo e na Sua alegria de Ressuscitado e, portanto, uma força de santificação e de edificação da Igreja.

O anúncio dessa boa nova será crível, quando não ficar simplesmente nos lábios, mas passar para o testemunho da vida, tanto em todos aqueles que com amor cuidam dos doentes, dos diminuídos físicos, dos que sofrem, como nestes mesmos, tornados cada vez mais conscientes e responsáveis do seu lugar e da sua missão na Igreja e para a Igreja.

A renovada meditação da Carta Apostólica *Salvifici doloris*, de que recordamos as linhas conclusivas, poderá ser de grande utilidade para que a « civilização do amor » consiga dar flores e frutos no vasto mundo da dor humana: « é preciso, portanto, que aos pés da Cruz do Calvário se juntem idealmente todos os que, sofrendo, acreditam em Cristo e, de modo particular, aqueles que sofrem por causa da sua fé n'Ele, que foi crucificado e que ressuscitou, para que a oferta dos seus sofrimentos apresse o cumprimento da oração do mesmo Salvador pela unidade de todos (cf. Jo 17, 11. 21-22). Juntem-se lá também os homens de boa vontade, pois na Cruz está o "Redentor do homem", o Homem das dores, que carregou em si os sofrimentos físicos e morais dos homens de todos os tempos, para que no *amor* possam encontrar o sentido salvador do seu sofrimento e as respostas válidas para todas as suas interrogações. Com Maria, Mãe de Cristo, que estava ao pé da Cruz (cf. Jo 19, 25), nos detemos junto de todas as cruces do homem de hoje... E pedimos a vós, todos os que sofreis, que nos apoiéis. Precisamente a vós, que sois fracos, pedimos que *vos torneis uma fonte de força* para a Igreja e para a humanidade. No terrível combate entre as forças do bem e as do mal, de que nos dá espectáculo o nosso mundo contemporâneo, vença o vosso sofrimento em união com a Cruz de Cristo! ».(202)

Estados de vida e vocações

55. Trabalhadores da vinha são todos os membros do Povo de Deus: os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, os fiéis leigos, todos simultaneamente objecto e sujeito da comunhão da Igreja e da participação na sua missão de salvação. Todos e cada um trabalham na única e comum vinha do Senhor com carismas e com ministérios diferentes e complementares.

Já ao nível do *ser*, ainda antes do nível do agir, os cristãos são vides da única fecunda videira que é Cristo, são membros vivos do único Corpo do Senhor edificado na força do Espírito. A nível do ser: não significa apenas através da vida de graça e de santidade, que é a primeira e a mais rica fonte da fecundidade apostólica e missionária da santa Madre Igreja; mas significa também através do estado de vida que caracteriza os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, os membros dos Institutos seculares, os fiéis leigos.

Na Igreja-Comunhão os estados de vida encontram-se de tal maneira interligados que são ordenados uns para os outros. Comum, direi mesmo único, é, sem dúvida, o seu significado profundo: o de constituir a *modalidade segundo a qual se deve viver a igual dignidade cristã e a universal vocação à santidade na perfeição do amor*. São modalidades, ao mesmo tempo, *diferentes e complementares*, de modo que cada uma delas tem uma sua fisionomia original e inconfundível e, simultaneamente, cada uma delas se relaciona com as outras e se põe ao seu serviço.

Assim, o estado de vida *laical* tem na índole secular a sua especificidade e realiza um serviço eclesial ao testemunhar e ao lembrar, à sua maneira, aos sacerdotes, aos religiosos e às religiosas, o significado que as coisas terrenas e temporais têm no desígnio salvífico de Deus. Por sua vez, o sacerdócio *ministerial* representa a garantia permanente da presença sacramental de Cristo Redentor nos diversos tempos e lugares.

O estado *religioso* testemunha a índole escatológica da Igreja, isto é, a sua tensão para o Reino de Deus, que é prefigurado e, de certo modo, antecipado e pregustado nos votos de castidade, pobreza e obediência.

Todos os estados de vida, tanto no seu conjunto como cada um deles em relação com os outros, estão ao serviço do crescimento da Igreja, são modalidades diferentes que profundamente se unem no « mistério de comunhão » da Igreja e que dinamicamente se coordenam na sua única missão.

Desse modo, o único e idêntico mistério da Igreja revela e revive, na diversidade dos estados de vida e na variedade das vocações, a *riqueza infinita do mistério de Jesus Cristo*. Como gostam de repetir os Padres, a Igreja é como um campo de fascinante e maravilhosa variedade de ervas, plantas, flores e frutos. Santo Ambrósio escreve: « Um campo produz muitos frutos, mas melhor é o que está cheio de frutos e de flores. Pois bem, o campo da Santa Igreja é fecundo nuns e noutras. Aqui, podes ver as pérolas da virgindade dar flores; ali, dominar a austera viuvez como as florestas na planície; além, a rica sementeira das núpcias abençoadas pela Igreja encher os grandes celeiros do mundo com abundantes colheitas, e os lagares do Senhor Jesus extravasar como de frutos de viçosa videira, frutos de que são ricas as núpcias cristãs ». (203)

As várias vocações laicais

56. A rica variedade da Igreja encontra uma sua ulterior manifestação no seio de cada estado de vida. Assim, *dentro do estado de vida laical há lugar para várias « vocações »*, isto é, diversos caminhos espirituais e apostólicos que dizem respeito a cada fiel leigo. No trilho de uma vocação laical « comum » florescem vocações laicais « particulares ». Neste âmbito podemos lembrar também a experiência espiritual que recentemente amadureceu na Igreja com o desabrochar de diversas formas de Institutos seculares: aos fiéis leigos, e também aos próprios sacerdotes, abre-se a possibilidade de professar os conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência por meio dos votos ou das promessas, conservando plenamente a própria condição laical e clerical. (204) Como observaram os Padres sinodais, « o Espírito Santo suscita também outras formas de doação de si mesmos, a que se entregam pessoas que permanecem inteiramente na vida laical ». (205)

Podemos concluir, relendo uma linda página de São Francisco de Sales, o qual promoveu tanto a espiritualidade dos leigos. (206) Falando da « devoção », ou seja, da perfeição cristã ou « vida segundo o Espírito », ele apresenta de uma forma simples e esplêndida a vocação de todos os cristãos à santidade e, ao mesmo tempo, a forma específica com que cada cristão a realiza: « Na criação Deus ordenou às plantas que produzissem os seus frutos, cada uma " segundo a própria espécie" (Gn 1, 11). A mesma ordem dá aos cristãos, que são as plantas vivas da Sua Igreja, para produzirem frutos de devoção, cada um segundo o seu estado e a sua condição. A devoção deve ser praticada de forma diferente pelo cavalheiro, pelo operário, pelo

doméstico, pelo príncipe, pela viúva, pela mulher solteira e pela casada. Isso não basta, é preciso também conciliar a prática da devoção com as forças, os empenhos e os deveres de cada pessoa... É um erro, uma heresia mesmo, excluir do ambiente militar, da oficina dos operários, da corte dos príncipes, das casas dos cônjuges, a prática da devoção. É verdade, Filoteia, que a devoção puramente contemplativa, monástica e religiosa só pode ser vivida nesses estados, mas, além destes três tipos de devoção, há muitos outros capazes de tornar perfeitos os que vivem em condições seculares. Por isso, onde quer que nos encontremos, podemos e devemos aspirar à vida perfeita ».(207))

Colocando-se na mesma linha, o Concílio Vaticano II escreve: « Esta espiritualidade dos leigos deverá assumir características especiais, conforme o estado de matrimónio e familiar, de celibato ou viuvez, situação de enfermidade, actividade profissional e social. Não deixem, por isso, de cultivar assiduamente as qualidades e dotes condizentes a essas situações, e utilizar os dons por cada um recebidos do Espírito Santo ».(208)

O que vale para as vocações espirituais vale também, e de certa forma com maior razão, para as infinitas modalidades várias com que todos e cada um dos membros da Igreja são trabalhadores da vinha do Senhor, edificando o Corpo místico de Cristo. Na verdade, cada um é chamado pelo seu nome, na unicidade e irrepetibilidade da sua história pessoal, a dar o próprio contributo para o advento do Reino de Deus. Nenhum talento, nem mesmo o mais pequeno, pode ser enterrado ou deixado inutilizado (cf. Mt 25, 24-27).

O apóstolo Pedro adverte-nos: « cada qual viva segundo o carisma que recebeu, colocando-o ao serviço dos outros, como bons administradores da multiforme graça de Deus » (1 Ped 4, 10).

CAPÍTULO V

PARA QUE DEIS MAIS FRUTO

A formação dos fiéis leigos

Amadurecer continuamente

57. A imagem evangélica da videira e dos ramos mostra-nos um outro aspecto fundamental da vida e da missão dos fiéis leigos: a chamada para crescer, amadurecer continuamente, dar cada vez mais fruto.

Como diligente agricultor, o Pai cuida da sua vinha. A presença carinhosa de Deus é ardentemente invocada por Israel, que assim reza: « Voltai, Deus dos exércitos, olhai do Céu e vede e visitai esta vinha, protegei a cepa que a vossa mão direita plantou, o rebento que cultivastes » (Sl 80, 15-16). O próprio Jesus fala da obra do Pai: « Eu sou a verdadeira videira e o Meu Pai é o agricultor. Toda a vide que em Mim não der fruto, Ele corta-a, e limpa toda aquela que dá fruto, para que dê mais fruto » (Jo 15, 1-2).

A vitalidade das vides depende da sua ligação à videira, que é Jesus Cristo: « *Quem permanece em Mim e Eu nele, dá muito fruto, porque sem Mim não podeis fazer nada* » (Jo 15, 5).

O homem é interpelado na sua liberdade pela chamada que Deus lhe faz para crescer, amadurecer, dar fruto. Ele terá que responder, terá que assumir a própria responsabilidade. É a essa responsabilidade, tremenda e sublime, que aludem as palavras graves de Jesus: « Se alguém não permanecer em Mim, será lançado fora, como a vide, e secará; lançá-lo-ão ao fogo e arderá » (Jo 15, 6).

Neste diálogo entre Deus que chama e a pessoa interpelada na sua responsabilidade, situa-se a possibilidade, antes, a necessidade de uma formação integral e permanente dos fiéis leigos, a que os Padres sinodais justamente dedicaram grande parte do seu trabalho. Em particular, depois de terem descrito a formação cristã como « um contínuo processo pessoal de maturação na fé e de configuração com Cristo, segundo a vontade do Pai, sob a guia do Espírito Santo », claramente afirmaram que « a formação dos fiéis leigos deverá figurar *entre as prioridades da Diocese* e ser colocada *nos programas de acção pastoral*, de modo que todos os esforços da comunidade (sacerdotes, leigos e religiosos) possam convergir para esse fim ».(209)

Descobrir e viver a própria vocação e missão

58. A formação dos fiéis leigos tem como objectivo fundamental a descoberta cada vez mais clara da própria vocação e a disponibilidade cada vez maior para vivê-la no cumprimento da própria missão.

Deus chama-me e envia-me como trabalhador para a Sua vinha; chama-me e envia-me a trabalhar para o advento do Seu Reino na história: esta vocação e missão pessoal define a dignidade e a responsabilidade de cada fiel leigo e constitui o ponto forte de toda a acção formativa, em ordem ao reconhecimento alegre e agradecido de tal dignidade e ao cumprimento fiel e generoso de tal responsabilidade.

Com efeito, Deus, na eternidade, pensou em nós e amou-nos como pessoas únicas e irrepetíveis, chamando cada um de nós pelo próprio nome, como o bom Pastor que « chama pelo nome as suas ovelhas » (Jo 10, 3). Mas, o plano eterno de Deus só se revela a cada um de nós na evolução histórica da nossa vida e das suas situações, e, portanto, só gradualmente: num certo sentido, dia a dia.

Ora, para poder descobrir a vontade concreta do Senhor sobre a nossa vida, são sempre indispensáveis a escuta pronta e dócil da palavra de Deus e da Igreja, a oração filial e constante, a referência a uma sábia e amorosa direcção espiritual, a leitura, feita na fé, dos dons e dos talentos recebidos, bem como das diversas situações sociais e históricas em que nos encontramos.

Na vida de cada fiel leigo há, pois, *momentos particularmente significativos e decisivos* para discernir o chamamento de Deus e para aceitar a missão que Ele confia: entre esses momentos estão os da *adolescência* e da *juventude*. Ninguém, todavia, esqueça que o Senhor, como o proprietário em relação aos trabalhadores da vinha, chama — no sentido de tornar concreta e pontual a Sua santa vontade — *a todas as horas* de vida: por isso, a vigilância, qual cuidadosa atenção à voz de Deus, é uma atitude fundamental e permanente do discípulo.

Não se trata, no entanto, apenas de *saber* o que Deus quer de nós, de cada um de nós, nas várias situações da vida. É preciso *fazer* o que Deus quer: assim nos recorda a palavra de Maria, a Mãe de Jesus, dirigida aos criados de Caná: « Fazei o que Ele vos disser » (Jo 2, 5). E para agir em fidelidade à vontade de Deus, precisa ser *capazes* e

tornar-se *cada vez mais capazes*. Sem dúvida, com a graça do Senhor, que nunca falta, como diz São Leão Magno: « Dará a força quem confere a dignidade! »; (210) mas também com a colaboração livre e responsável de cada um de nós.

Eis a tarefa maravilhosa e empenhativa que espera por todos os fiéis leigos, todos os cristãos, sem paragem alguma: conhecer cada vez mais as riquezas da fé e do Baptismo e vivê-las em plenitude crescente. O apóstolo Pedro, ao falar de nascimento e de crescimento como sendo as duas etapas da vida cristã, exorta-nos: « Como crianças recém-nascidas, desejai o leite espiritual, para que ele vos faça crescer para a salvação» (1 *Ped* 2,2).

Uma formação integral para viver em unidade

59. Ao descobrir e viver a própria vocação e missão, os fiéis leigos devem ser formados para aquela *unidade*, de que está assinalada a sua própria situação de *membros da Igreja e de cidadãos da sociedade humana*.

Não pode haver na sua existência duas vidas paralelas: por um lado, a vida chamada « espiritual », com os seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida « secular », ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do empenhamento político e da cultura. A vide, incorporada na videira que é Cristo, dá os seus frutos em todos os ramos da actividade e da existência. Pois, os vários campos da vida laical entram todos no desígnio de Deus, que os quer como o « lugar histórico », em que se revela e se realiza a caridade de Jesus Cristo para glória do Pai e ao serviço dos irmãos. Toda a actividade, toda a situação, todo o empenho concreto — como, por exemplo, a competência e a solidariedade no trabalho, o amor e a dedicação na família e na educação dos filhos, o serviço social e político, a proposta da verdade na esfera da cultura — são ocasiões providenciais de um « contínuo exercício da fé, da esperança e da caridade ».(211)

O Concílio Vaticano II convidou todos os fiéis leigos a viver esta *unidade de vida*, ao denunciar com energia a gravidade da ruptura entre fé e vida, entre Evangelho e cultura: « O Concílio exorta os cristãos, cidadãos de ambas as cidades, a que procurem cumprir fielmente os seus deveres terrenos, guiados pelo espírito do Evangelho. Erram os que, sabendo que não temos aqui na terra uma cidade permanente, mas que vamos em demanda da futura, pensam que podem por isso descuidar os seus deveres terrenos, sem atenderem a que a própria fé ainda os obriga mais a cumpri-los, segundo a vocação própria de cada um ... O divórcio que se nota em muitos entre a fé que professam e a sua vida quotidiana, deve ser tido entre os mais graves erros do nosso tempo ».(212) Por isso, afirmo que uma fé que não se torne cultura é uma fé « não plenamente recebida, não inteiramente pensada, nem fielmente vivida ».(213)

Aspectos da formação

60. Dentro desta síntese de vida situam-se os múltiplos e coordenados aspectos da *formação integral* dos fiéis leigos.

Não há dúvida de que a formação *espiritual* deve ocupar um lugar privilegiado na vida de cada um, chamado a crescer incessantemente na intimidade com Jesus Cristo, na conformidade com a vontade do Pai, na dedicação aos irmãos, na caridade e na justiça. Escreve o Concílio: a Esta vida de íntima união com Cristo alimenta-se na Igreja com as ajudas espirituais que são comuns a todos os fiéis, sobretudo a

participação activa na sagrada Liturgia, e os leigos devem socorrer-se dessas ajudas, de modo que, ao cumprir com rectidão os próprios deveres do mundo, nas condições normais da vida, não separem da própria vida a união com Cristo, mas, desempenhando a própria actividade segundo a vontade de Deus, cresçam nela ».(214)

A formação *doutrinal* dos fiéis leigos mostra-se hoje cada vez mais urgente, não só pelo natural dinamismo de aprofundar a sua fé, mas também pela exigência de « racionalizar a esperança » que está dentro deles, perante o mundo e os seus problemas graves e complexos. Tornam-se, desse modo, absolutamente necessárias uma sistemática acção de *catequese*, a dar-se gradualmente, conforme a idade e as várias situações de vida, e uma mais decidida promoção cristã da *cultura*, como resposta às eternas interrogações que atormentam o homem e a sociedade de hoje.

Em particular, sobretudo para os fiéis leigos, de várias formas empenhados no campo social e político, é absolutamente indispensável uma consciência mais exacta da *doutrina social da Igreja*, como repetidamente os Padres sinodais recomendaram nas suas intervenções. Falando da participação política dos fiéis leigos, assim se exprimiram: « Para que os leigos possam realizar activamente este nobre propósito na política (isto é, o propósito de fazer reconhecer e estimar os valores humanos e cristãos), não são suficientes as exortações, é preciso dar-lhes a devida formação da consciência social, sobretudo acerca da doutrina social da Igreja, a qual contém os princípios de reflexão, os critérios de julgar e as directivas práticas (cf. *Congregação para a Doutrina da Fé, Instrução sobre liberdade cristã e libertação*, 72). Tal doutrina já deve figurar na instrução catequética geral, nos encontros especializados e nas escolas e universidades. A doutrina social da Igreja é, todavia, dinâmica, isto é, adaptada às circunstâncias dos tempos e lugares. É direito e dever dos pastores propor os princípios morais, também sobre a ordem social, e é dever de todos os cristãos dedicarem-se à defesa dos direitos humanos; a participação activa nos partidos políticos é, todavia, reservada aos leigos ».(215)

E, finalmente, no contexto da formação integral e unitária dos fiéis leigos, é particularmente significativo, para a sua acção missionária e apostólica, o crescimento pessoal no campo dos *valores humanos*. Precisamente neste sentido, o Concílio escreveu: « (os leigos) tenham também em grande conta a competência profissional, o sentido da família, o sentido cívico e as virtudes próprias da convivência social, como a honradez, o espírito de justiça, a sinceridade, a amabilidade, a fortaleza de ânimo, sem as quais nem sequer se pode dar uma vida cristã autêntica ».(216)

Ao amadurecer a síntese orgânica da sua vida, que, simultaneamente, é expressão da unidade do seu ser e condição para o cumprimento eficaz da sua missão, os fiéis leigos serão interiormente conduzidos e animados pelo Espírito Santo, que é Espírito de unidade e de plenitude de vida.

Colaboradores de Deus educador

61. Quais são os lugares e os meios da formação dos fiéis leigos? Quais *as pessoas e as comunidades* chamadas a desempenhar a tarefa da formação integral e unitária dos fiéis leigos?

Como a acção educativa humana está intimamente ligada à paternidade e à maternidade, assim a formação cristã encontra a sua raiz e força em Deus, O Pai que

ama e que educa os Seus filhos. Sim, *Deus é o primeiro e o grande educador do Seu Povo*, como diz o maravilhoso passo do Cântico de Moisés: « Encontrou-o numa região deserta, nas solidões ululantes e selvagens; protegeu-o e velou por ele. Guardou-o como a menina dos Seus olhos. Como a águia vela pela sua ninhada ou paira sobre os seus filhos, Ele estendeu as Suas asas para o recolher e levou-o sobre as Suas asas. Só o Senhor o conduz e nenhum Deus estranho o ajuda » (*Dt 32, 10-12; cf. 8, 5*).

A acção educativa de Deus revela-se e cumpre-se em Jesus, o Mestre, e atinge, por dentro, o coração de cada homem, graças à presença dinâmica do Espírito. A *Igreja Mãe*, tanto em si mesma, como nas suas diversas articulações e expressões, é chamada a tomar parte na acção educativa divina. Assim, *os fiéis leigos são formados pela Igreja e na Igreja*, numa recíproca comunhão e colaboração de todos os seus membros: sacerdotes, religiosos e fiéis leigos. Desse modo, toda a comunidade eclesial, nos seus vários membros, recebe a fecundidade do Espírito e nela colabora activamente. Nesse sentido Metódio de Olimpo escrevia: « Os imperfeitos ... são levados e formados, como no seio de uma mãe, pelos mais perfeitos, a fim de serem gerados e nascerem para a grandeza e para a beleza da virtude », ⁽²¹⁷⁾ como acontece com Paulo, trazido e introduzido na Igreja pelos perfeitos (na pessoa de Ananias) e tornando-se, depois, também ele perfeito e fecundo de tantos filhos.

Educadora é, antes de mais, a *Igreja universal*, na qual o Papa desempenha o papel de primeiro formador dos fiéis leigos. Cabe-lhe, como sucessor de Pedro, o ministério de « confirmar na fé os irmãos », ensinando a todos os crentes os conteúdos essenciais da vocação e missão cristã e eclesial. Não só a sua palavra directa, mas também a sua palavra veiculada pelos documentos dos vários Dicastérios da Santa Sé devem ser recebidos pelos fiéis leigos com docilidade e amor.

A Igreja una e universal está presente, nas várias partes do mundo, nas *Igrejas particulares*. Em cada uma delas, o Bispo tem uma responsabilidade pessoal em relação aos fiéis leigos, que deve formar mediante o anúncio da Palavra, a celebração da Eucaristia e dos sacramentos, a animação e a orientação da sua vida cristã.

Dentro da Igreja particular ou diocese, encontra-se e actua a *paróquia*, que tem um papel essencial na formação mais imediata e pessoal dos fiéis leigos. Efectivamente, com uma relação que pode atingir mais facilmente cada pessoa e cada grupo, a Paróquia é chamada a educar os seus membros para a escuta da Palavra, para o diálogo litúrgico e pessoal com Deus, para a vida de caridade perfeita, permitindo-lhes compreender, de forma mais directa e concreta, o sentido da comunhão eclesial e da responsabilidade missionária.

Depois, no seio de algumas Paróquias, sobretudo quando vastas e dispersas, as *pequenas comunidades eclesiais* existentes podem dar uma ajuda notável na formação dos cristãos, podendo tornar mais capilares e incisivas a consciência e a experiência da comunhão e da missão eclesial. Uma ajuda pode ser dada, como disseram os Padres sinodais, também por uma catequese pós-baptismal, em forma de catecumenado, através de uma ulterior proposta de certos conteúdos do « Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos », destinados a permitir uma maior compreensão e vivência das imensas e extraordinárias riquezas e da responsabilidade do Baptismo recebido. ⁽²¹⁸⁾

Na formação que os fiéis leigos recebem na diocese e na Paróquia, especialmente em ordem ao sentido da comunhão e da missão, tem particular importância a ajuda que os

vários membros da Igreja se dão reciprocamente: é uma ajuda que, revela e simultaneamente realiza o mistério da Igreja Mãe e Educadora. Os sacerdotes e os religiosos devem ajudar os fiéis leigos na sua formação. Neste sentido, os Padres do Sínodo convidaram os presbíteros e os candidatos às Ordens a « prepararem-se diligentemente para serem capazes de favorecer a vocação e a missão dos leigos ».(219) Por sua vez, os próprios fiéis leigos podem e devem ajudar os sacerdotes e os religiosos no seu caminho espiritual e pastoral.

Outros âmbitos educativos

62. Também a *família cristã*, enquanto « Igreja doméstica », constitui uma escola nativa e fundamental para a formação da fé: o pai e a mãe recebem do sacramento do Matrimónio a graça e o ministério da educação cristã relativamente aos filhos, aos quais testemunham e transmitem, simultaneamente, valores humanos e valores religiosos. Ao aprenderem as primeiras palavras, os filhos aprendem também a louvar a Deus, que sentem perto como Pai amoroso e providente; ao aprenderem os primeiros gestos de amor, os filhos aprendem também a abrir-se aos outros, recebendo no dom de si o sentido do viver humano. A própria vida quotidiana de uma família autenticamente cristã constitui a primeira « experiência de Igreja », destinada a confirmar-se e a progredir na gradual inserção activa e responsável dos filhos na mais vasta comunidade eclesial e na sociedade civil. Quanto mais os esposos e os pais cristãos crescerem na consciência de que a sua « Igreja doméstica » participa na vida e na missão da Igreja universal, tanto mais os filhos poderão ser formados para o « sentido da Igreja » e experimentarão a beleza de dedicar as suas energias ao serviço do Reino de Deus.

Lugares importantes de formação são também *as escolas e as universidades católicas*, bem como os centros de renovação espiritual que hoje se vão espalhando cada vez mais. Como realçaram os Padres sinodais, no actual contexto social e histórico, marcado por uma profunda transformação cultural, já não basta a participação — sem dúvida, sempre necessária e insubstituível — dos pais cristãos na vida da escola; é preciso preparar fiéis leigos que se dediquem à acção educativa como a uma verdadeira e própria missão eclesial; é preciso formar e desenvolver « comunidades educativas », constituídas por pais, professores, sacerdotes, religiosos e religiosas e representantes dos jovens. E, para que a escola possa desempenhar dignamente a sua função formativa, os fiéis leigos devem sentir-se empenhados em exigir de todos e em promover para todos uma verdadeira liberdade de educação, também mediante uma oportuna legislação civil.(220)

Os Padres sinodais tiveram palavras de estima e de encorajamento para com todos os fiéis leigos, homens e mulheres, que com espírito cívico e cristão desenvolvem uma acção educativa na escola e nos institutos de formação. Realçaram, além disso, a necessidade urgente de que os fiéis leigos, mestres e professores nas várias escolas, católicas ou não, sejam verdadeiras testemunhas do Evangelho, com o exemplo da vida, a competência e a rectidão profissional, a inspiração cristã do ensino, salvaguardada sempre — como é evidente — a autonomia das várias ciências e disciplinas. É de singular importância que a investigação científica e técnica, levada a cabo pelos fiéis leigos, seja orientada pelo critério do serviço ao homem na totalidade dos seus valores e das suas exigências: a esses fiéis leigos a Igreja confia a missão de tornar a todos mais compreensível a íntima relação entre fé e ciência, entre Evangelho e cultura humana.(221)

« Este Sínodo — lemos numa proposição — apela para o papel profético das escolas e das universidades católicas e louva a dedicação dos mestres e dos docentes, hoje na grande maioria leigos, para que nos institutos de educação católica possam formar homens e mulheres que sejam encarnação do "mandamento novo". A presença simultânea de sacerdotes e leigos, e também de religiosos e religiosas, dá aos alunos uma imagem viva da Igreja e torna mais fácil o conhecimento das suas riquezas (cf. Congregação da Educação Católica, O leigo educador, testemunha da fé na escola) ».(222)

Também *os grupos, as associações e os movimentos* têm o seu lugar na formação dos fiéis leigos: têm, com efeito, a possibilidade, cada qual pelos próprios métodos, de oferecer uma formação profundamente inserida na própria experiência de vida apostólica, bem como a oportunidade de integrar, concretizar e especificar a formação que os seus adeptos recebem de outras pessoas e comunidades.

A formação reciprocamente recebida e dada por todos

63. A formação não é o privilégio de uns poucos, mas sim um direito e um dever para todos. Os Padres sinodais disseram a propósito: « Ofereça-se a todos a possibilidade da formação, sobretudo aos pobres, que podem ser, também eles, fonte de formação para todos », e acrescentaram: « Para a formação, usem-se meios aptos que ajudem cada um a realizar a plena vocação humana e cristã ».(223)

Em vista de uma pastoral verdadeiramente incisiva e eficaz, deverá fomentar-se, mesmo com a organização de cursos oportunos ou escolas específicas, *a formação dos formadores*. Formar aqueles que, por sua vez, deverão ocupar-se da formação dos fiéis leigos, constitui uma exigência primária para assegurar a formação geral e capilar de todos os fiéis leigos.

Na acção formativa, particular atenção deverá dar-se à cultura local, segundo explícito convite dos Padres sinodais: « A formação dos cristãos terá na máxima conta a cultura humana do lugar, a qual contribui para a própria formação e ajudará a avaliar tanto o valor inerente à cultura tradicional, como o proposto pela moderna. Dê-se a devida atenção também às várias culturas que possam coexistir num mesmo povo e numa mesma nação. A Igreja, Mãe e Mestra dos povos, onde for caso disso, esforçar-se-á por salvar a cultura das minorias que vivem nas grandes nações ».(224)

Na acção formativa, certas convicções tornam-se particularmente necessárias e fecundas. Antes de mais, a convicção de que não se dá formação verdadeira e eficaz se cada qual não assumir e não desenvolver por si mesmo a responsabilidade da formação, pois, esta configura-se essencialmente como « auto-formação ».

A convicção, além disso, de que cada um de nós é o termo e, simultaneamente, o princípio da formação: quanto mais somos formados, mais sentimos a exigência de continuar a melhorar a formação; assim como, quanto mais somos formados, mais nos tornamos capazes de formar os outros.

De singular importância é a consciência de que a acção formativa, ao recorrer com inteligência aos meios e aos métodos das ciências humanas, é tanto mais eficaz quanto mais for aberta à *acção de Deus*: só a vide que não tem medo de se deixar podar pelo agricultor é que dá mais fruto para si e para os outros.

APELO E ORAÇÃO

64. Ao concluir este documento pós-sinodal, lanço, uma vez mais, o convite do « proprietário », de que nos fala o Evangelho: *Ide vós também para a minha vinha*. Pode dizer-se que o significado do Sínodo sobre a vocação e a missão dos leigos está mesmo neste *apelo que o Senhor Jesus faz a todos*, em especial aos fiéis leigos, homens e mulheres.

Os trabalhos sinodais constituíram para todos os que neles participaram uma grande experiência espiritual: a de uma Igreja atenta, na luz e na força do Espírito, em discernir e acolher o renovado apelo do seu Senhor, no sentido de novamente propor ao mundo de hoje o mistério da Sua comunhão e o dinamismo da Sua missão de salvação, em particular, descobrindo o lugar e o papel específicos dos fiéis leigos. O fruto, portanto, do Sínodo, que esta Exortação pretende conseguir que seja o mais abundante possível em todas as Igrejas espalhadas pelo mundo, será dado pela efectiva aceitação que o apelo do Senhor receber por parte de todo o Povo de Deus e, nele, por parte dos fiéis leigos.

Por isso, dirijo a todos e a cada um, pastores e fiéis, a vivíssima exortação de que nunca se cansem em manter desperta, antes, enraízem cada vez mais na mente, no coração e na vida a *consciência eclesial*, isto é, a consciência de serem membros da Igreja de Jesus Cristo, participantes no seu mistério de comunhão e na sua energia apostólica e missionária.

É de particular importância que todos os cristãos tenham consciência da *dignidade extraordinária* que lhes foi conferida no santo Baptismo: pela graça somos chamados a tornarmo-nos filhos amados do Pai, membros incorporados em Jesus Cristo e na Sua Igreja, templos vivos e santos do Espírito. Ouçamos de novo, com comoção e gratidão, as palavras de João Evangelista: « Com que amor nos amou o Pai, ao querer que fôssemos chamados filhos de Deus. E, de facto, somo-lo » (1 Jo 3, 1).

Esta « novidade cristã » dada aos membros da Igreja, ao constituir para todos a raiz da sua participação no múnus sacerdotal, profético e real de Cristo e da sua vocação à santidade no amor, exprime-se e realiza-se nos fiéis leigos segundo « a índole secular » que lhes é própria e peculiar.

A consciência eclesial comporta, juntamente com o sentido da comum dignidade cristã, o sentido de pertencer ao mistério da *Igreja-Comunhão*: este é um aspecto fundamental e decisivo para a vida e para a missão da Igreja. A fervorosa oração de Jesus na última ceia: « *Ut unum sint!* » deve tornar-se, todos os dias, para todos e para cada qual, um exigente programa de vida e de acção, a que não se pode renunciar.

O sentido vivo da comunhão eclesial, dom do Espírito que pede a nossa resposta livre, terá como seu fruto precioso a valorização harmónica na Igreja « una e católica » da rica variedade das vocações e condições de vida, dos carismas, dos ministérios e das tarefas e responsabilidades, como também uma mais convicta e decidida colaboração dos grupos, associações e movimentos de fiéis leigos no cumprimento solidário da comum missão salvífica da própria Igreja. Esta comunhão é já, em si mesma, o primeiro grande sentido da presença de Cristo Salvador no mundo e, ao mesmo tempo, favorece e estimula a directa acção apostólica e missionária da Igreja.

As portas do terceiro milénio, toda a Igreja, pastores e fiéis, deve sentir mais forte a sua responsabilidade em obedecer à ordem de Cristo: « Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura » (Mc 16, 15), renovando o seu impulso missionário. Uma grande, empenhativa e magnífica tarefa é confiada à Igreja: a de uma *nova evangelização*, de que o mundo actual tem tanta necessidade. Os fiéis leigos devem sentir-se parte viva e responsável desta tarefa, chamados como são a anunciar e a viver o Evangelho ao serviço dos valores e das exigências da pessoa e da sociedade.

O Sínodo dos Bispos, celebrado no mês de Outubro, durante o Ano Mariano, confiou os seus trabalhos, de modo muito especial, à intercessão de Maria Santíssima, Mãe do Redentor. Agora, confio a essa mesma intercessão a fecundidade espiritual dos frutos do Sínodo. A Virgem me dirijo no fim deste documento pós-sinodal, em união com os Padres e os fiéis leigos presentes no Sínodo e com todos os outros membros do Povo de Deus. O apelo torna-se oração.

Ó Virgem santíssima,
Mãe de Cristo e Mãe da Igreja,
com alegria e admiração
nos unimos ao teu *Magnificat*,
ao teu canto de amor reconhecido.

Contigo damos graças a Deus,
« cuja misericórdia se estende
de geração em geração »,
pela maravilhosa vocação
e pela multiforme missão
dos fiéis leigos,
que Deus chamou pelo seu nome
para viverem em comunhão de amor
e de santidade com Ele
e para estarem fraternamente unidos
na grande família dos filhos de Deus,
enviados a irradiar a luz de Cristo
e a comunicar o fogo do Espírito,
em todo o mundo,
por meio da sua vida evangélica.

Virgem do *Magnificat*,
enche os seus corações
de gratidão e de entusiasmo
por essa vocação e para essa missão.

Tu que foste,
com humildade e magnanimidade,
« a serva do Senhor »,
dá-nos a tua mesma disponibilidade
para o serviço de Deus
e a salvação do mundo.
Abre os nossos corações
às imensas perspectivas
do Reino de Deus
e do anúncio do Evangelho

a toda a criatura.

No teu coração de mãe
estão presentes os tantos perigos
e os muitos males
que esmagam os homens e as mulheres
do nosso tempo.
Mas, estão presentes também
as tantas iniciativas de bem,
as grandes aspirações aos valores,
os progressos feitos
em dar abundantes frutos de salvação.

Virgem corajosa,
inspira-nos força de ânimo
e confiança em Deus,
para que saibamos vencer
todos os obstáculos que encontramos
no cumprimento da nossa missão.
Ensina-nos a tratar as realidades do mundo
com vivo sentido de responsabilidade cristã
e na alegre esperança
da vinda do Reino de Deus,
dos novos céus e da nova terra.

Tu que estiveste no Cenáculo
com os Apóstolos em oração,
à espera da vinda do Espírito de Pentecostes,
invoca a Sua renovada efusão
sobre todos os fiéis leigos, homens e mulheres,
para que correspondam plenamente
à sua vocação e missão,
como vides da « verdadeira videira »,
chamados a dar « muito fruto »
para a vida do mundo.

Virgem Mãe,
guia-nos e apoia-nos para vivermos sempre
como autênticos filhos e filhas
da Igreja do teu Filho
e podermos contribuir para a implantação
da civilização da verdade e do amor sobre a terra,
segundo o desejo de Deus
e para a Sua glória. Amén.

Dado em Roma, junto de S. Pedro, em 30 de Dezembro, Festa da Sagrada Família de Jesus, Maria e José, do Ano de 1988, décimo primeiro do meu Pontificado.

JOÃO PAULO II

NOTAS

- (1) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 48.
- (2) S. Gregorio Magno, *Hom. in Evang.* I, XIX, 2: PL 76, 1155.
- (3) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 33.
- (4) João Paulo II, Homília da solene Concelebração Eucarística no encerramento da VII Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos (30 de Outubro de 1987): *AAS* 80 (1988), 598.
- (5) Cf. *Propositio* 1.
- (6) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 11.
- (7) Os Padres do Sínodo extraordinário de 1985, depois de terem proclamado « a grande importância e a grande actualidade da Constituição pastoral *Gaudium et spes* » prosseguem: « Ao mesmo tempo, porém, aparecebemos-nos que os sinais do nosso tempo são em parte, diferentes dos do tempo do Concílio, com problemas e angústias maiores. Pois crescem hoje por toda a parte no mundo a fome, a opressão, a injustiça e a guerra, os sofrimentos, o terrorismo e outras formas de violência de toda a espécie » (*Relação final Ecclesia sub Verbo Dei mysteria Christi celebrans pro salute mundi*, II, D, 1).
- (8) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 7.
- (9) S. Agostinho, *Confissões*, I, 1: CCL 27, 1.
- (10) Cf. *Instrumentum laboris*, « De vocatione et missione laicorum in Ecclesia et in mundo viginti annis a Concilio Vaticano II elapsis », 5-10.
- (11) Conc. Ecum. Vat. II., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 1.
- (12) Conc. Ecum. Vat. II., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 6.
- (13) Cf. *Propositio* 3.
- (14) Conc. Ecum. Vat. II., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 31.
- (15) *Ibid.*, 31.
- (16) Pio XII, Discurso aos novos Cardeais (20 de Fevereiro de 1946): *AAS* 38 (1946), 149.
- (17) Conc. Ecum. Florentino, Decr. *Pro Armeniis*, DS 1314.
- (18) Conc. Ecum. Vat. II., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 10.
- (19) S. Agostinho, *Enarr. in Ps.* 26, II, 2: PL 36, 199-200.
- (20) Cf. Conc. Ecum. Vat. II., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 10.
- (21) João Paulo II, Homília ao início do ministério de Supremo Pastor da Igreja (22 de Outubro de 1978): *AAS* 70 (1978), 946.
- (22) Cf. a nova proposta desta doutrina no *Instrumentum Laboris*, « De vocatione et missione laicorum in Ecclesia et in mundo viginti annis a Concilio Vaticano II elapsis », 25.
- (23) Conc. Ecum. Vat. II., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 34.
- (24) *Ibid.*, 35.
- (25) *Ibid.*, 12.
- (26) *Ibid.*, 35.
- (27) S. Agostinho, *De civitate Dei*, XX, 10: CCL 48, 720.
- (28) Conc. Ecum. Vat. II., Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 32.
- (29) *Ibid.*, 31.
- (30) Paulo VI, Discurso aos membros dos Institutos Seculares (2 de Fevereiro de 1972): *AAS* 64 (1972), 208.
- (31) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 5.
- (32) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 31.
- (33) *Ibid.*
- (34) *Ibid.*
- (35) Cf. *ibid.*, 48.
- (36) Conc. Ecum. VAT. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 32.
- (37) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 31.
- (38) *Ibid.*
- (39) *Propositio* 4.
- (40) « Membros a pleno título do Povo de Deus e do Corpo místico, participantes, mediante o Baptismo, no tríplice múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, os leigos exprimem e exercem as riquezas dessa sua dignidade *vivendo no mundo*. O que para os membros do ministério ordenado pode constituir uma tarefa acessória e excepcional, para os leigos é *missão típica*. A vocação que lhes é própria "consiste em procurar o Reino de Deus tratando das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus" (*Lumen gentium*, 31) » (João Paulo II, *Angelus* do 15 de Março de 1987: *Insegnamenti*, X, 1 [1987], 561).
- (41) Veja-se, em particular, o cap. V da Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 39-42, que trata da « vocação universal à santidade na Igreja ».
- (42) II Assemb. Ger. Extraor. Sínodo dos Bispos (1985), *Ecclesia sub Verbo Dei mysteria Christi celebrans pro salute mundi. Relatio finalis*, II, A, 4.

- (43) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 40.
- (44) *Ibid.*, 42. Estas solenes e inequívocas afirmações do Concílio repropõem uma verdade fundamental da fé cristã. Assim, por exemplo, Pio XI na encíclica *Casti connubii*, dirigida aos esposos cristãos, escreve: « Podem e devem todos, qualquer que sejam as condições e o santo estado de vida que tenham escolhido, imitar o modelo perfeitíssimo de toda a santidade, que Deus propôs aos homens, e que é Nosso Senhor Jesus Cristo, e com a ajuda de Deus chegar também ao nível sumo da perfeição cristã, como o mostram os exemplos de tantos santos »: *AAS* 22 (1930), 548.
- (45) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 4.
- (46) *Propositio*, 5.
- (47) *Propositio*, 8.
- (48) S. Leão Magno, *Sermo XXI*, 3: S. Ch. 22 bis, 72.
- (49) S. Máximo, *Tract. III de Baptismo: PL* 57, 779.
- (50) S. Agostinho, *In Ioann. Evang. tract.*, 21, 8; *CCL* 36, 216.
- (51) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 33.
- (52) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 4.
- (53) II Assemb. Ger. Extraor. Sínodo dos Bispos (1985), Relação final *Ecclesia sub Verbo Dei mysteria Christi celebrans pro salute mundi*, II, C, 1.
- (54) Paulo VI, Alocução de 8 de Junho de 1966: *Insegnamenti*, IV (1966), 794.
- (55) Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 6.
- (56) Cf. *ibid.*, 7 e passim.
- (57) *Ibid.*, 9.
- (58) *Ibid.*, 1.
- (59) *Ibid.*, 9.
- (60) *Ibid.*, 7.
- (61) *Ibid.*
- (62) *Ibid.*, 4.
- (63) João Paulo II, Homília da solene Concelebração Eucarística no encerramento da VII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos (30 de Outubro de 1987): *AAS* 80 (1988), 600.
- (64) Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 4.
- (65) Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre a atividade missionária da Igreja *Ad gentes*, 5.
- (66) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 21; Decr. *Presbyterorum ordinis*, 2.
- (67) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 10.
- (68) Cf. João Paulo II, *Carta de Quinta-Feira Santa, a todos os sacerdotes da Igreja*, 9 de Abril de 1979, nn. 3-4: *Insegnamenti*, II (1979), 844-847.
- (69) C.I.C., can. 230.
- (70) Cf. Conc. Ecum. Vat. II, *Presbyterorum ordinis*, 2 e 5.
- (71) Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos Leigos *Apostolicam actuositatem*, 24.
- (72) Código de Direito Canónico elenca uma série de funções ou tarefas próprias dos ministros sagrados, que, todavia, por circunstâncias especiais e graves, e, concretamente, por falta de Presbíteros ou Diáconos, são temporariamente exercidas por fiéis leigos, com prévia faculdade jurídica e mandato da autoridade eclesiástica competente: Cf. can. 230, § 3; 517, § 2; 776; 861, 4 2; 910, § 2; 943; 1112, etc.
- (73) Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Const. sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, 28; Cf. C.I.C., can. 230, § 2.
- (74) O Código de Direito Canónico apresenta diversas funções ou tarefas que os fiéis leigos podem desempenhar nas estruturas organizativas da Igreja: Cf. cann. 228; 229, § 3; 317, § 3; 463, 4 1 n. 5 e § 2; 483; 494; 537; 759; 776; 784; 785; 1282; 1421, § 2; 1424; 1428, 4 2; 1435; etc.
- (75) Cf. *Propositio* 18.
- (76) Paulo VI, Exort. Ap. *Evangelii nuntiandi*, 70: *AAS* 68 (1976), 60.
- (77) Cf. C.I.C., can. 230, S 1.
- (78) *Propositio* 18.
- (79) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 3.
- (80) « A recepção destes carismas, mesmo dos mais simples, confere a cada um dos fiéis o direito e o dever de os exercer na Igreja e no mundo, para bem dos homens e edificação da Igreja, na liberdade do Espírito Santo que "sopra onde quer" (*Jo* 3, 8) e, simultaneamente, em comunhão com os outros irmãos em Cristo, sobretudo com os próprios Pastores » (*Ibid.*).
- (81) *Propositio* 9.
- (82) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 12.
- (83) Cf. *ibid.*, 30.
- (84) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja *Christus Dominus*, 11.

- (85) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 23.
- (85) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 10.
- (87) Cf. *Propositio* 10.
- (88) Cf. C.I.C., cann. 443, § 4 e 463, §1 e 2.
- (89) *Propositio* 10.
- (90) Lemos no Concílio:
« Visto que na sua Igreja o Bispo não pode presidir pessoalmente sempre e em toda a parte a todo o seu rebanho, vê-se na necessidade de constituir agrupamentos de fiéis, entre os quais têm lugar proeminente as Paróquias, organizadas localmente sob a presidência dum pastor que faz as vezes do Bispo. As Paróquias representam, de algum modo, a Igreja visível espalhada por todo o mundo » (Conc. Ecum. Vat. II, Const. sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, 42).
- (91) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 28.
- (92) João Paulo II, Exort. Ap. *Catechesi tradendae*, 67: AAS 71 (1979), 1333.
- (93) C.I.C., can. 515, 41.
- (94) Cf. *Propositio* 10.
- (95) Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Const. sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, 42.
- (96) Cf. can. 555, 4 1, 1.
- (97) Cf. can. 383, § 1.
- (98) Paulo VI, Discurso ao Clero romano (24 de Junho de 1963): AAS 55 (1963), 674.
- (99) *Propositio* 11.
- (100) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 10.
- (101) *Ibid.*
- (102) Cf. *Propositio* 10.
- (103) S. Gregório Magno, *Hom. in Ez.*, II, I, 5: CCL 142, 211.
- (104) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 16.
- (105) João Paulo II, *Angelus* (23 de agosto de 1987): *Insegnamenti*, X, 3 (1987), 240.
- (106) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 18.
- (107) *Ibid.*, 19; cf. também *ibid.*, 15; Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 37.
- (108) C.I.C., can. 215.
- (109) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 39.
- (110) Cf. *ibid.*, 40.
- (111) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 19.
- (112) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 23.
- (113) *Ibid.*
- (114) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 23.
- (115) *Ibid.*, 20.
- (116) *Ibid.*, 24.
- (117) *Propositio* 13.
- (118) Cf. *Propositio* 15.
- (119) João Paulo II, Discurso no Convénio da Igreja italiana em Loreto (10 de Abril de 1985): AAS 77 (1985), 964.
- (120) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 1.
- (121) *Ibid.*, 30.
- (122) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 10.
- (123) Paulo VI, Exort. Ap. *Evangelii nuntiandi*, 14: AAS 68 (1976), 13.
- (124) João Paulo II, Homilia ao início do ministério de Supremo Pastor da Igreja (22 de Outubro de 1978): AAS 70 (1978), 947.
- (125) *Propositio* 10.
- (126) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre a actividade missionária da Igreja *Ad gentes*, 20; cf. também *ibid.*, 37.
- (127) *Propositio* 29.
- (128) Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre a actividade missionária da Igreja *Ad gentes*, 21.
- (129) *Propositio* 30 bis.
- (130) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 5.
- (131) Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 22.
- (132) *Ibid.*
- (133) João Paulo II, Encicl. *Redemptor hominis*, 14: AAS 71 (1979), 284-285.
- (134) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 40.

- (135) Cf. *ibid.*, 12.
- (136) « Se celebramos com tanta solenidade o Nascimento de Jesus, fazemo-lo para dar testemunho de que o homem é alguém, único e irrepitível. Se as nossas estatísticas humanas, as catalogações humanas, os humanos sistemas políticos, económicos e os sociais e as simples possibilidades humanas não conseguem garantir ao homem que ele possa nascer, viver e agir como um ser único e irrepitível, então, tudo isso lhe assegura Deus. Para Ele e diante d'Ele, o homem é sempre único e irrepitível; alguém que foi desde toda a eternidade ideado e escolhido; alguém que é chamado e denominado pelo próprio nome » (João Paulo II, Primeira rádio-mensagem natalícia ao mundo: AAS 71 [1979], 66).
- (137) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, 27.
- (138) João Paulo II, Exort. Ap. Familiaris consortio, 30: AAS 74 (1982), 116.
- (139) Cf. Congregação para a Doutrina da Fé, Instrução Donum vitae sobre o respeito pela vida humana que nasce e a dignidade da procriação. Respostas a algumas questões de actualidade (22 de Fevereiro de 1987): AAS 80 (1988), 70-102.
- (140) Propositio 36.
- (141) João Paulo II, Mensagem para o 21º dia mundial da paz (8 de Dezembro de 1987): AAS 80 (1988), 278 e 280.
- (142) S. Agostinho, De Catech. Rud., XXIV, 44: CCL 46, 168.
- (143) Propositio 32.
- (144) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, 24.
- (145) *Ibid.*, 12.
- (146) Cf. João Paulo II, Exort. Ap. Familiaris consortio, 42-48: AAS 74 (1982), 134-140.
- (147) *Ibid.*, 85: AAS 74 (1982), 188.
- (148) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos Apostolicam actuositatem, 8.
- (149) Sobre a relação entre justiça e misericórdia, cf. a Encíclica Dives in misericordia, 12: AAS 72 (1980), 1215-1217.
- (150) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, 75.
- (151) *Ibid.*, 74.
- (152) *Ibid.*, 76.
- (153) Cf. Propositio 28.
- (154) João Paulo II, Encicl. Sollicitudo rei socialis, 38: AAS 80 (1988), 565-566.
- (155) Cf. João XXIII, Encicl. Pacem in terris: AAS 55 (1963), 265-266.
- (156) João Paulo II, Encicl. Sollicitudo rei socialis, 39: AAS 80 (1988), 568.
- (157) Cf. Propositio 26.
- (158) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, 63.
- (159) Cf. Propositio 24.
- (160) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, 67. Cf. João Paulo II, Encicl. Laborem exercens, 24-27: AAS 73 (1981), 637-647.
- (161) João Paulo II, Encicl. Sollicitudo rei socialis, 34: AAS 80 (1988), 560.
- (162) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, 53.
- (163) Cf. Propositio 35.
- (164) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, 58.
- (165) Paulo VI, Exort. Ap. Evangelii nuntiandi, 18-20: AAS 68 (1976), 18-19.
- (166) Cf. Propositio 37.
- (167) S. Gregório Magno, Hom. in Evang. I, XIX, 2: PL 76, 1155.
- (168) Conc. Ecum. Vat. II, Decl. sobre a educação cristã Gravissimum educationis, 2.
- (169) João Paulo II, Carta Apost. aos jovens e às jovens do mundo, por ocasião do « Ano Internacional da Juventude », 15: AAS 77 (1985), 620-621.
- (170) Propositio 52.
- (171) Propositio 51.
- (172) Conc. Ecum. Vat. II, « Mensagem aos jovens » (8 de Dezembro de 1965): AAS 58 (1965), 18.
- (173) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, 48.
- (174) J. GERSON, De parvulis ad Christum trahendis: CEuvres complètes, Desclée, Paris 1973, IX, 669.
- (175) João Paulo II, Discurso aos grupos da Terceira Idade das Dioceses Italianas (23 de Março de 1984): Insegnamenti, VII, 1 (1984), 744.
- (176) Cf. João XXIII, Encicl. Pacem in terris: AAS 55 (1963), 267-268.
- (177) João Paulo II, Exort. Ap. Familiaris consortio, 24: AAS 74 (1982), 109-110.
- (178) Propositio 46.
- (179) Propositio 47.
- (180) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos Apostolicam actuositatem, 9.

- (181) Paulo VI, Discurso à Comissão do Ano Internacional da Mulher (18 de Abril de 1975): *AAS* 67 (1975), 266.
- (182) *Propositio* 46.
- (183) *Propositio* 47.
- (184) *Ibid.*
- (185) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 10.
- (186) A encíclica *Redemptoris mater*, depois de ter lembrado que a « dimensão mariana da vida cristã assume um relevo peculiar em relação com a mulher e com a sua condição », escreve: « Com efeito, a feminidade está numa *relação* singular com a Mãe do Redentor, argumento que poderá ser aprofundado noutra parte. Aqui desejo apenas realçar que a figura de Maria de Nazaré projecta luz sobre a *mulher enquanto tal*, pelo próprio facto de Deus, no acontecimento sublime da encarnação do Filho, se ter entregado ao cuidado, livre e activo, de uma mulher. Pode, portanto, afirmar-se que a mulher, olhando para Maria, encontra nela o segredo para viver dignamente a sua feminidade e para realizar a sua verdadeira promoção. A luz de Maria, a Igreja vê no rosto da mulher os reflexos de uma beleza, que é espelho dos mais elevados sentimentos, de que é capaz o coração humano: a totalidade oblativa do amor; a força que sabe resistir aos maiores sofrimentos; a fidelidade sem limites e a operosidade incansável; a capacidade de conjugar a intuição penetrante com a palavra de apoio e de encorajamento » (João Paulo II, Encicl. *Redemptoris mater*, 46: *AAS* 79 [1987], 424-425).
- (187) João Paulo II, Carta Apost. *Mulieris dignitatem*, 16.
- (188) Cf. Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração sobre a questão da admissão das mulheres ao sacerdócio ministerial *Inter insigniores*, 15 de Outubro de 1976: *AAS* 69 (1977), 98-116.
- (189) Cf. João Paulo II, Carta Apost. *Mulieris dignitatem*, 26.
- (190) *Ibid.*, 27; « A Igreja é um corpo diferenciado, onde cada um tem a sua função; as tarefas são distintas e não deverão confundir-se. Não dão justificação à superioridade de uns sobre os outros; não são pretexto para invejas. O único carisma superior, que pode e deve ser desejado, é o da caridade (cf. 1 Cor 12-13). Os maiores no Reino dos céus não são os ministros mas os santos » (Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração sobre a questão da admissão das mulheres ao sacerdócio ministerial *Inter insigniores*, 15 de Outubro de 1976: *AAS* 69 [1977], 115).
- (191) Paulo VI, Discurso à Comissão do Ano Internacional da mulher, 18 de Abril de 1975: *AAS* 67 (1975), 266.
- (192) *Propositio* 47.
- (193) *Ibid.*
- (194) Conc. Ecum. Vat. II, Cons. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 36.
- (195) João Paulo II, Exort. Ap. *Familiaris consortio*, 50: *AAS* 74 (1982), 141-142.
- (196) *Propositio* 46.
- (197) *Propositio* 47.
- (198) VII Assemb. Ger. Ord. Sínodo dos Bispos (1987), *Per Concilii semitas ad Populum Dei Nuntius*, 12.
- (199) *Propositio* 53.
- (200) João Paulo II, Carta Ap. *Salvifici doloris*, 3: *AAS* 76 (1984), 203.
- (201) S. Ignácio de Antioquia, *Ad Ephesios*, VII, 2: *S. Ch.* 10, 64.
- (202) João Paulo II, Carta Ap. *Salvifici doloris*, 31: *AAS* 76 (1984), 249-250.
- (203) S. Ambrósio, *De virginitate*, VI, 34: *PL* 16, 288; cf. S. Agostinho, *Sermo CCCIV*, III, 2: *PL* 38, 1396.
- (204) Cf. Pio XII, Const. Ap. *Provida Mater* (2 de Fevereiro de 1947): *AAS* 39 (1947), 114-124; C.I.C., can. 573.
- (205) *Propositio* 6.
- (206) Cf. Paulo VI, Carta Ap. *Sabaudiae gemma* (29 de Janeiro de 1967): *AAS* 59 (1967), 113-123.
- (207) S. Francisco de Sales, *Introdução à vida devota*, Parte I, 3: *Œuvres complètes*, Monastère de la Visitation, Annecy 1983, III, 19-21.
- (208) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 4.
- (209) *Propositio* 40.
- (210) « Dabit virtutem, qui contulit dignitatem! » (S. Leão Magno, *Serm.* II, 1: *S. Ch.* 200, 248).
- (211) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 4.
- (212) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 43; cf. também Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre a atividade missionária da Igreja *Ad gentes*, 21; Paulo VI, Exort. Ap. *Evangelii nuntiandi*, 20: *AAS* 68 (1976), 19.
- (213) João Paulo II, Discurso aos participantes no Congresso Nacional do Movimento Eclesial de Empenhamento Cultural (M.E.I.C.) (16 de Janeiro de 1982), 2: *Insegnamenti*, V, 1 (1982), 131; cf. também a Carta ao Cardeal Agostino Casaroli, Secretário de Estado, com a qual se criava o Pontifício

Conselho da Cultura (20 de Maio de 1982): *AAS* 74 (1982), 685; Discurso à Comunidade universitária de Lovânio (20 de Maio de 1985), 2: *Insegnamenti*, VIII, 1 (1985), 1591.

(214) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 4.

(215) *Propositio* 22; cf. também João Paulo II, Encicl. *Sollicitudo rei socialis*, 41: *AAS* 80 (1988), 570-572.

(216) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 4.

(217) S. Metódio de Olimpo, Symposion II, 8: S. Ch. 95, 110.

(218) Cf. *Propositio* 11.

(219) *Propositio* 40.

(220) Cf. *Propositio* 44.

(221) *Propositio* 45.

(222) *Propositio* 44.

(223) *Propositio* 41.

(224) *Propositio* 42.